UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (DOUTORADO)

TESE DE DOUTORADO

RAÍZES E CRISE DO MUNDO CAIPIRA: O CASO DE NOVA FRIBURGO

JORGE MIGUEL MAYER

ORIENTADOR:

PROFa. DRa. ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

Volume 1

NITERÓI - 2003

À Zelma,

Inspiração permanente.

Em memória de

Martin Moritz Mayer,meu pai,
Maria Bárbara Levy,
Nilo Bernardes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus. Nos momentos mais difíceis desta travessia implorei que me ajudasse. Ele não me desamparou.

Agradeço à minha mãe, que sempre acreditou em mim e me ajudou em todos os níveis. Minha companheira Zelma me suportou e sempre me estimulou a seguir os meus próprios passos. Encorajou-me para o trabalho, inclusive ajudando–me a encontrar a luz que em alguns tempos eu perdi. Júlia, minha filha, demonstrou sempre confiança, o que para mim é de importância fundamental. Dona Zilá, minha sogra me ajudou demais com seu carinho, orações e apoio familiar.

Não obstante a produção tenha sido individual, posso dizer que há algo de coletivo neste trabalho, embora a responsabilidade por erros e omissões seja claramente minha. Minha orientadora Dra Ismênia de Lima Martins foi essencial. Sem ela não chegaria a bom termo. Amiga, generosa, atenta e intelectualmente criativa superou todas as expectativas do exercício de orientadora. Ronaldo Lima Lins, professor e escritor, foi como sempre o grande amigo. Dedicou-me tempo, inteligência e sua enorme experiência como orientador de teses de doutorado. Soube penetrar na minha intimidade psíquica e atuar poderosamente evitando que eu me enrolasse com “os meus demônios”. Agradeço enormemente a sua generosidade. Armando Barros de Castro, amizade cinqüentenária que continua a dar frutos. Sempre buscando a veia crítica, criativa e a verdade profunda, revelou-me os perigos e benefícios desta aventura. Lembrou-me que “a vida vale a pena se a alma não é pequena”. Meu irmão Renato Mayer foi sempre o verdadeiro e disponível irmão além de bom interlocutor.

Recebi o apoio amigo de vários professores do departamento. Agradeço a Geraldo Beauclair, que em determinada época foi meu orientador e participou na Banca do Exame de Qualificação; Vânia Froes, amiga e interessada me deu substanciais toques seja quando participou de Banca de Qualificação seja em outros momentos da vida acadêmica. Agradeço também à professora Ana Maria dos Santos

por sua participação crítica em Banca de Exame de Qualificação. Ao Fernando Antonio Faria, que durante algum tempo foi meu orientador, agradeço a atenção minuciosa. Sônia Rebel, amiga de sempre, foi interlocutora e estimuladora. Humberto Machado manteve sempre o seu estímulo.

Ainda no campo da história, João Raimundo de Araújo uniu o companheirismo à cultura. Conhecedor da região foi permanente e objetivamente um apoiador. Nossa amizade de mais de trinta anos se estreitou e tive a alegria de desfrutar de momentos muito especiais em sua companhia. Marieta Ferreira de Moraes, amiga e antiga companheira de trabalho uniu solicitude e eficiência. Foi inclusive membro da Banca do Exame de Qualificação, tendo dado contribuições que muito me serviram.

Agradeço muito particularmente à dedicação de Aton Damásio, que enfrentou comigo, em minha casa, os rolos de papéis, fitas gravadas e outros bichos. Uniu sua ajuda material à força psíquica e espiritual. Deu-me enorme força a quem agradeço sempre.

A tese , por sua dimensão na vida de uma pessoa, penetra em todos os campos das suas relações. Muitos militantes da história participaram com amizade deste meu fardo, tornando-o mais leve: Maria Regina Laforet foi eficiente e sempre disponível. Muito obrigado. Jaime Benchimol, Renato Lemos, Sérgio Lamarão sempre associaram disponibilidade e eficiência. Amigos e companheiros de trabalho em Nova Friburgo estiveram e estão sempre presentes: Edson de Castro Lisboa, José Carlos Pedro, Thomas Morett. Thereza de Albuquerque, primor de educação e respeito, abriu sempre o Pró-memória de Nova Friburgo, instituição essencial à pesquisa regional. Regina Lo Bianco a quem agradeço os préstimos de fotógrafa, inclusive com algumas imagens utilizadas diretamente na tese.

Há ainda pessoas que sempre tiveram gestos efetivos demonstradores de apoio e amizade. Marta Malard, a quem recorri em busca de dados estatísticos no IBGE sempre renovou nossa amizade. Mônica Lepri, além do interesse e inteligência, compareceu com material efetivo sobre ambiente. Silvia Pantoja foi sempre a amiga

estimuladora e solícita. Eulália e Miguel Herrera me ajudaram a vencer as aflições. Rosângela Cabral, mesmo à distância manteve-se sempre ao meu lado. Martin Nicoulin e Renato Aguiar na Suíça mantiveram vivo o interesse por mim e pelo tema da tese. Andréa Cunha, nos tempos de estudante da UFF se interessou pela tese à qual contribuiu.

Num plano psíquico e espiritual fui diretamente ajudado por Felipe Nazario Monteiro Porto e sua esposa Magali. Tenho recebido do Dr. Ricardo Maciel, enorme ajuda através de tratamento psíquico ao longo de anos. Além de psiquiatra, tornou-se amigo e colega de doutorado. Também em muitos momentos de debilidade física recorri aos serviços médicos de Paulo Virgílio Vieira e do Dr.Darlan Schottz Ferreira. Ambos foram mais do que médicos.

Tanta gente se envolveu nesta produção, que corro o risco de esquecer alguns. A estes só me resta pedir desculpas pela omissão e atualizar os agradecimentos.

RESUMO

RAÍZES E CRISE DO MUNDO CAIPIRA: NOVA FRIBURGO

O objeto do estudo é a evolução de uma pequena vila, principalmente de sua área rural formada por homens livres num contexto dominado pelo escravismo e regido por normas imperiais.

Questiona-se a viabilização do núcleo colonial dirigido pelo Estado e formado por colonos imigrantes suíços e alemães. Examina – se o lugar e o papel desta área rural no desenvolvimento capitalista do Brasil.

Numa primeira parte se contemplam as bases do povamento e da economia colonial. No modo como se realizou a implantação da "Colônia dos Suíços" pretendo encontrar traços marcantes e ainda presentes na vida municipal de Nova Friburgo como a subordinação cultural ao Rio de Janeiro e a permanência do autoritarismo político.

Em seguida examino o desdobramento do núcleo de imigrantes e de seus descendentes.

O poder local é limitado em favor do poder central e o mundo rural se torna sinônimo de rusticidade em contraposição à vida urbana vista como o local da civilização. A rigor a população rural descendente dos imigrantes na região serrana de Nova Friburgo passa pelo que chamamos de "caipirização".

A vida "caipira" deste mundo rural é examinada, recorrendo-se ao depoimento de moradores que vivem sobretudo as mudanças experimentadas pelo povoado — do isolamento e rusticidade à integração urbana.

O estudo conclui com o desafio vivido na atualidade pelo "sertão" em face do processo de modernização e integração nacional. Examino as implicações sociais e ambientais do que se pode chamar a crise da produção familiar.

Vista numa dimensão de "longa duração", a trajetória dos colonos é estudada desde o sonho da "Terra Prometida" até os novos desafios que se colocam para uma nova integração campo/cidade.

RÉSUMÉ

RACINES ET CRISE DU MONDE "CAIPIRA": NOVA FRIBURGO

Lê but de l' étude est l` évolution d`un petit village, surtout dans son domaine rural, formé par des hommes libres dans un contexte dominé par l` esclavage et regi par les normes impériales.

On se questionne sur la viabilisation du noyau colonial dirigé par l` État et formé par des colons immigrants suisses et allemands. On examine l' endroit et lê rôle de ce domaine rural au niveau du développement capitaliste du Brésil.

Dans la première partie on considère les bases de la population et de l' économie coloniale. Par la manière comment se produisit l`implantation de la " Colonie des Suisses", je prétends recontrer les traces marquants et encore toujors présentes dans la vie municipale de Nova Friburgo, comme la subordination culturelle à Rio de Janeiro et la permanece de l`autoritarisme politique.

Ensuite, j' examine le dédoublement du noyeau d`immigrants et de leus descendants.

Le pouvoir local est limité à faveur du pouvoir central et le monde rural devient synonime de rusticité em opposition à la vie urbaine, vu comme local de la civilisation. A rigueur, la population rurale descendant des immigrants dans la région montagneuse de Nova Friburgo vie un procès que nous pouvons appeler "caipirização".

La vie "caipira" de ce monde rural est examinée en recourant au témoigage des habitans qui vivent surtout les changements experimentés par le village, de l`isolement et de rusticité envers l` intégation urbaine. L' étude concluit avec le défi vécu actuellement par le " sertão" en face du procès de modernisation et d`intégration nationales.

J`examine les implications sociales et ambientales de ce qu`on peut appéler crise de la production familiale.

Vu une dimension de " longue durée", le trajet des colons est étudiée depus le rêve de la "Terre Promise" jusqu' aux nouveux défis qui se placent devant une nouvelle intégration campagne/ville.

AS RAÍZES E A CRISE DO MUNDO CAIPIRA: O CASO DE NOVA FRIBURGO

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

1 As razões de uma pesquisa
2 O tema
3 A historiografia

2. IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO BRASIL

1. Origens da política colonizadora
2. A política de terras
3. Colonização e sertão
4. "Morada da pobreza, berço da preguiça, teatro dos vícios"
5. Revolução Industrial e imigração
6. A política de colonização estrangeira
7. Utopia e colonização
8. Observações conclusivas

3. PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO DE NOVA FRIBURGO

1. Projeto de montagem da Colônia
2. A imigração suíça
3. A Colônia no complexo regional
3.1. A preparação do terreno
3.2. Mão de Luva: origens da ocupação da serra
3.3. A presença indígena
3.4. Quilombolas
3.5. Fazendas e escravos
3.6 Espaço e natureza
4. A vida no interior: os Sertões do Leste

4. A COLÔNIA DE SUÍÇOS

1. A Bagagem dos suíços e a nova terra
A) Vestuário
B) Cozinha
C) Instrumentos de trabalho
D) Outros objetos
E) Valores
2. As Dificuldades iniciais (1820-1824)
a) Implantação da colônia agrícola
b) Os alemães
c) A dispersão

5. A COLÔNIA E SEU DESENVOLVIMENTO

1. **Economia**
2. **A Sociedade:reprodução e convivência**
3. **Declínio da colônia: persistência da colonização**
4. **Colônia de Nova Friburgo: resultados de curto prazo**
5. **Colônia de Nova Friburgo: resultados de longo prazo**

5.1. Evolução diferenciada de núcleos coloniais de imigrantes
5.2. A escravidão na formação de Nova Friburgo
5.3. Poder político e excludência dos colonos
5.4. Precariedade da coesão e dos investimentos sociais
5.5. Traços culturais

6. **Extinção da Colônia e permanência de núcleos coloniais**

6. TEMPO DOS ANTIGOS

1. **Depoimentos**
2. **O mundo caipira**
3. **História Local**

3.1 Demografia
3.2 Expansão urbana e mundo rural

4. **O Distrito de Lumiar**

7. PERFIS, TESTEMUNHAS E TRAJETÓRIAS

1. **A natureza**
2. **Povoamento]**
3. **Famílias e Propriedades**
4. **A Economia Local**

4.1. A agricultura
4.2. Técnicas agrárias
4.3. Comércio local
4.4. Artesanato e manufaturas
4.5. Transporte

5. **Sociedade**
6. **Vida Política**
7. **Educação**
8. **Igreja**
9. **Saúde**
10. **Mulher**
11. **Crianças**
12. **Lazer**
13. **Ontem e Hoje**

8. MODERNIZAÇÃO E CRISE RURAL

1. Aldeia de imigrantes e desafios contemporâneos
2. A era industrial e o mundo rural
3. Terra e capitalismo no Brasil

4 Agricultura Familiar
5. Tradição e Capitalismo na região serrana
6. 5º e 7º Distritos: nova era
7. Mudanças ambientais

9. CONCLUSÃO

10. FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Livros e Artigos
2. Teses Acadêmicas
3. Fontes Primárias
3.1. Impressas – Cronistas e viajantes
3.2. Registros e Relatórios Impressos
3.3. Fontes primárias manuscritas
4. Depoimentos orais
5. Iconografia e cartografia

INTRODUÇÃO

> “Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas: que a terra é nossa mãe. Tudo o que ocorrer com a terra, ocorrerá aos filhos da terra. Se os homens desprezam o solo, estão desprezando a si mesmos.”

(Manifesto do Chefe Seattle ao Presidente dos Estados Unidos da América)

1. As razões de uma pesquisa

Segundo Caio Prado Júnior viajar pelo interior do Brasil é uma verdadeira incursão pela história do Brasil, uma vez que subsistem no presente agrupamentos sociais com características econômicas e modos de vida que remontam a séculos passados. Esta afirmação feita há cerca de cinqüenta anos é hoje menos aplicável, porém pude constatar sua pertinência, quando a partir de 1985, passei a residir em São Pedro da Serra, antigo distrito rural de Nova Friburgo.

Deparei-me com um povoado rural que parecia imóvel no tempo. Seus protagonistas eram portadores de traços físicos que denotavam a descendência suíça e alemã. A energia elétrica se limitava ao abastecimento fornecido por uma pequena usina local insuficiente para uma mínima iluminação do centro da vila. A dificuldade de transporte, os limitados horários de ônibus e o estado das estradas mantinham em semi-isolamento comunidades rurais cujo modo de viver se apoiava na agricultura tradicional. Era a vida da *“roça”* com traços que remontavam a tempos ancestrais.

A atividade agrícola era praticamente a única existente e as técnicas empregadas se limitavam à enxada e à foice. Algumas vezes a terra era revolvida por arados puxados por bois. A queimada era a principal forma de abrir novos espaços agrícolas e de aproveitar as capoeiras. O cavalo e a mula eram utilizados, embora já o caminhão transportasse banana, inhame, hortaliças, e em menor escala madeira para os centros consumidores. Estas lavouras, ao lado daquelas destinadas ao consumo local, como

milho, feijão, mandioca, complementadas por pequena criação de aves e suínos compunham a base da vida econômica das famílias que exploravam pequenas e médias propriedades. Alguns pequenos pastos forneciam leite, queijos, e esterco em escala mais reduzida do que a população existente. Fornos e fogões de lenha transformavam as plantações locais em alimento.

Esta comunidade rural se embrenhava por vales cortados por rios de águas límpidas, cercados por montanhas cujas matas ainda podiam fornecer a madeira com a qual as casas eram erguidas. Havia escassez de dinheiro circulante e de objetos de corrente consumo no mundo urbano tais como janelas e copos de vidro, mas o trabalhador agrícola podia contar com a sua casa, subsistência alimentar e dispor de um tempo disciplinado segundo as exigências da própria natureza: tempo de plantar, crescer, colher. Sua vida estava intimamente ligada ao ciclo da natureza.

Como São Pedro da Serra, outras comunidades se agrupavam em pequenos povoados vizinhos que compartilhavam a mesma serra. Geograficamente se situam em vales formados nas imediações do rio Macaé, beneficiando-se de afluentes deste grande rio. Formam uma totalidade física e cultural que ultrapassava as fronteiras municipais. São núcleos sociais que se localizam na Serra do Mar cujas vertentes apontam de um lado para o planalto de Bom Jardim e por outro lado para o mar —— “a serra banha seus pés no mar”, encontrando o município de Casimiro de Abreu.

As pessoas eram conhecidas nominalmente de tal maneira que as relações eram personalizadas. Não havia grande discriminação nos círculos sociais entre ricos e pobres. A rigor a comunidade era entrelaçada por laços de parentesco nascidos do intercruzamento de algumas poucas famílias que haviam se estabelecido nestas paragens, em sua maioria procedentes de cantões suíços e da Alemanha.

Os colonos suíços e alemães estão presentes nos traços físicos das crianças, mas o coreto, a igreja, as casas, a cultura local nos mostram a mistura de elementos índios, negros, portugueses, suíços e alemães que moldaram a região.

A sociedade trazia as marcas do passado na língua, no modo de se vestir, nos hábitos. Havia quem conhecera o trem, que já tivesse estado em Nova Friburgo, mas grande parte teve poucos contatos além do seu pequeno lugar. A Igreja local, um pequeno número de trabalhadores pagos pela Prefeitura, a venda, a escola, um comércio semanal através de tropas de mulas, eis a relação que por muito tempo ligava a região com outros centros.

Enquanto morador de São Pedro da Serra, pude na condição de ator e expectador, participar deste mundo e sentir o quanto ele evoca antigas tradições. Não obstante as particularidades regionais, compõem uma cultura, cujos elementos comuns permitem denominá-la de caipira. Formam “veredas“ num grande sertão cuja originalidade provêm historicamente das matrizes étnico-culturais brasileiras. Minha presença no local era um sinal de abertura do povoado para novos tempos, pois junto com moradores vindos da cidade, viria a integração cultural com a vida urbana, um peso crescente do mercado e conseqüente valoração do dinheiro.

Nos distritos de São Pedro da Serra e Lumiar havia núcleos de descendentes dos colonos suíços e alemães, com a mesma cultura e estilo de vida: propriedades, produções, características das moradias, técnicas da lavoura, mentalidade, hábitos, alimentação etc. Estes núcleos se interagiam configurando uma determinada realidade social, composta por grupos familiares interligados por laços de parentesco. As poucas estatísticas censitárias indicavam que estes distritos mantinham há décadas certo equilíbrio demográfico, pouco variando sua população, o que nos parecia esconder constante êxodo rural.

Além do êxodo rural, o nível de analfabetismo era elevado, como herança de um tempo em que ele era disseminado entre os membros das comunidades locais. O alcoolismo, bem mais do que um exagero compreensível em ocasiões festivas, era uma verdadeira doença que acarretava outras. Podia também ser considerada manifestação de inconformismo e melancolia, carências nascidas dos mistérios deste “Macondo” serrano.

A participação comunitária tanto a nível distrital como municipal era mínima, e muito comum a noção de que política significava permuta de votos por concessões a interesses particulares. Fenômeno bastante comum na roça. Aliás, apesar das diferenças segundo regiões, atividades e estratificação social, ouso supor que salvo em áreas onde a produção está já submetida aos rigores da estrutura capitalista, as atitudes rurais se assemelham, formando uma área sertaneja culturalmente comum em hábitos, mentalidade e comportamento político.

Talvez se possa inclusive falar num modo de produção típico especialmente vigente em áreas onde existe intensa relação com a natureza, um grande peso das atividades agro-pastoris, baixo nível técnico, limitada circulação monetária, relações de produção fundamentadas na produção familiar e no trabalho de parceria, presença de relações domésticas. Configura-se um modo de viver que pode ensejar a concepção de paradigma rural sobre o qual não temfaltado algumas representações musicais e literárias. Deste mundo brotariam receitas, rezadores, tratadores, mateiros, relações familiares, rituais diferentes dos que vão imperando nas modernas cidades.

Não é inviável a possibilidade destes centros se converterem em vilas e mais tarde cidades. São Pedro da Serra, por exemplo, já tem um limitado perímetro urbano. Abriga em seu interior pequenas localidades como Bocaina dos Blaudt, Vargem Alta, Sibéria, Benfica, Vargem Alta e Colonial 61. Lumiar possui localidades como Pedra Riscada, Ribeirão das Voltas, Santa Luzia, Boa Esperança, Santiago, Galdinópolis. Cada centro funciona como o nó de uma rede e dependendo do desenvolvimento da região pode assumir novas dimensões.

Pretendi superar o impressionismo e, com base na verificação de hipóteses, compreender o peso das tradições, o processo formativo desta área rural, as características assumidas pelo campesinato. Em que medida o presente não era produto de uma histórica relação entre campo e cidade, entre a terra e desenvolvimento capitalista, entre poder central e local? A

história pode me ajudar a inserir o local num todo mais abrangente no tempo e no espaço. Além disso, a experiência pretérita de um povo que se construiu em direta interação com a natureza poderia oferecer o encontro de um patrimônio cultural que hoje vem sendo obscurecido pelo culto à modernidade.

Lembro o historiador Lucien Febvre, que sempre percebeu a história como instrumento de movimentar a consciência atual e munir assim o homem contemporâneo de elementos para viver o seu próprio tempo. Para usar suas próprias palavras, cabia ao historiador produzir uma *"História não automática, mas problemática."*

Neste sentido tinha diante de mim uma mega questão a decifrar. Por quê a área rural vem tendo a natureza dizimada e a sociedade rural apresenta indicadores de analfabetismo, intensa mortalidade infantil, doenças, carências informativas, limitado acesso a bens como os que utilizam eletricidade, precários direitos sociais? Era o desafio dos sertões.

A realidade dos povoados rurais rústicos da serra não conteria traços comuns a tantos municípios no Brasil? Como compreender as atitudes predatórias responsáveis por uma verdadeira dizimação da Mata Atlântica? Enfim a história pode me oferecer uma dimensão da problemática contida nas relações entre desenvolvimento econômico e a sociedade agrária. Ela serve tanto a nível micro como macro. Além disso pode desmistificar certas atitudes que continuam a ser tomadas, a desfazer preconceitos que ajudam a obscurecer origens da riqueza, relações de trabalho, papel de religiões etc.

Vejo também na história da constituição local uma valorização do homem do campo, na medida em que se resgata o camponês como sujeito e narrador da história. Faz parte da restauração da auto-estima básica para a condução da política em todos os seus planos.

2. O tema

Nosso estudo se ocupa da formação, desenvolvimento e crise do campesinato estabelecido nos limites do município serrano de Nova Friburgo. Mais precisamente se estuda a evolução de núcleos de camponeses oriundos do estabelecimento da colônia de imigrantes suíços e alemães que teriam, por hipótese, dado origem à Vila de Nova Friburgo. Este é o universo empírico da pesquisa delimitando os marcos espaciais e temporais.

E a problemática? Uma primeira questão diz respeito ao lugar da produção familiar e da pequena produção voltada para a produção de alimentos no Brasil. Examina-se o resultado prático de um projeto que pretendeu assentar e criar bases auto-sustentadas de progresso de uma vila e de "aldeias" cujas características fugiriam ao binômio latifúndio-escravidão.

A realidade camponesa é vista em relação ao desenvolvimento local e neste sentido serve para se colocar em questão a situação dos municípios agrários. Indaga-se qual tem sido a relação entre o mundo rural e a formação brasileira. Superada a realidade escravocrata procura-se compreender o lugar do campesinato no contexto do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Considerando-se os problemas decorrentes da modernização agrícola e concentração urbana, recorre-se a história para integrar as transformações rurais num determinado modelo de desenvolvimento, fundamentado em concepções de progresso que penalizaram a vida no campo. Procuramos, por hipótese, configurar um modelo político e econômico apoiado na diferença campo/cidade que hoje parece chegar ao fim.

Indaga-se como historicamente se criou uma oposição entre cidade e campo, degradando-se o ambiente natural e impondo-se a pobreza rural tanto material como culturalmente.

Focaliza-se a nova inserção do mundo rural nos tempos modernos. Está nascendo uma nova atitude em face da área rural, que considera a sua importância ecológica, o seu valor turístico ao mesmo tempo em que supera as formas tradicionais de mandonismo no campo.

O desenvolvimento capitalista no Brasil impôs a modernização da agricultura, a consolidação da grande propriedade, a concentração da renda e expulsão do antigo campesinato. Se a modernização da agricultura, por questões políticas e sociais, conciliou-se com a persistência de oligarquias rurais e áreas de agricultura rudimentar, caminha-se hoje para um novo tempo em que estes bastiões do conservadorismo estão sendo golpeados e em que a agricultura familiar vive novas possibilidades de inserção no sistema.

Após a aplicação sistemática de um modelo de desenvolvimento econômico que tem sacrificado a natureza e a biodiversidade, procuram-se dentro do velho mundo rural, as bases para a construção de um novo paradigma que concilie segurança alimentar, fornecimento de matérias-primas com preservação da natureza e uma nova etapa na utilização da biodiversidade em favor da saúde da humanidade.

No nosso caso concreto, existe a possibilidade de se substituir uma lavoura destrutiva por uma nova atitude em face da terra. A preservação ambiental é a chave para um novo leque de atividades tais como turismo, estações de cura e centros de estudo da natureza.

O estudo da história, através de comparações, da observação de estágios econômicos e sociais, de mergulho no campo da ideologia, da mentalidade e das representações sociais induz-nos a perceber paradigmas com suas dinâmicas próprias. E somos tentados a enfrentar o desafio de distinguir o velho do novo e pensar os novos tempos com suas possibilidades de reorganização da vida rural.

A atividade rural deu origem à palavra *“agrura”,* sinônimo de amargura, sofrimento, dificuldades enquanto a cidade, a pólis ensejou adjetivos como polido e cidadão. A cidade era o palco da civilização, enquanto a vida no campo era vista como um constante sacrifício. É famosa a descrição do campesinato por La Bruyère visualizando o camponês como um ser andrajoso, entorpecido, brutal. O próprio Marx viu o progresso capitalista e a cidade, seu

espaço por excelência, como tendo arrancado o homem da brutalidade da vida rural.

Focalizando a condição em que cada família camponesa era quase auto-suficiente, Marx mostra que sua prática não as levava a integração social, o que prejudica a consciência de classe e organização política. Vários camponeses reunidos foram comparados a batatas de um saco. Juntas, porém sem se misturar. Enquanto categoria social, Marx via os camponeses como grupo social sem consciência de classe própria, precisando ser representados. Uma questão duvidosa que se choca com múltiplos exemplos históricos em que os camponeses se rebelaram, projetaram novas sociedades e ensaiaram utopias sociais.

Enfim espaços, atividades e agrupações, bem diferenciados caracterizaram uma oposição histórica entre campo e cidade. No Brasil, a atividade agrária foi sempre o elemento de ligação com a civilização européia e a elite sempre se mostrou culturalmente subordinada à matriz européia. Era de lá que se importavam a língua, o modo de viver, o consumo, as instituições e a ordem política. Aomesmo tempo que a colônia deveria servir à metrópole, estruturava-se uma hierarquia cujas bases estavam no chão arrasado socialmente. A refinada Europa exigia seus produtos baratos de tal modo a favorecer o consumo dos primos ricos bem como assegurar a maior parte da renda com os europeus.

Daí uma cadeia de efeitos. Curvando-se a esta exigência era necessário que o trabalho fosse o mais barato possível internamente. E neste sentido as elites procuravam. assegurar um abastecimento de alimentos e matéria prima a preços baixos, o que implicava reduzir ao máximo o padrão de consumo dos trabalhadores rurais. Enfim a relação externa estimulava efeitos em cadeia que terminavam na violência que recaía sobre o homem do campo.

Ao focalizarmos os caminhos do campesinato, fomos estimulados a uma releitura da história: reexaminar a relação entre autoridades internas e o mundo rural de modo a descortinar o

processo de subordinação do campo, das elites locais e das massas rurais.

Distinguimos as etapas históricas no tratamento da natureza e do homem rural. Na era da escravidão ressaltemos o peso carregado pelos escravos e também pelos homens livres no campo. Os vilarejos rurais sempre estiveram pouco desenvolvidos e sujeitos ao poder central. Joaquim Nabuco expressou bem a realidade dos pequenos núcleos que ficavam dependentes das capitais e do poder central.

> *"Por isso também os progressos do interior são nulos em trezentos anos de vida nacional. As cidades, a que a presença dos governos provinciais não dá uma animação artificial, são por assim dizer mortas. Quase todas decadentes."*[1]

Neste processo elites locais recebiam apoio e força do poder central para exercer o seu controle social. E assim o campo fornecia produtos, impostos, gente para alimentar o Estado e algumas cidades. As riquezas eram drenadas para a cidade de tal maneira que no conjunto torna-se verdadeira a observação de Joaquim Nabuco, relativa à pobreza do interior.

Como explicar a pobreza, o analfabetismo, a falta de respeito pelos direitos sociais e trabalhistas do camponês?

Deixando de lado explicações que se voltam para aspectos que nos parecem irrelevantes, desviantes e mesmo falsos como a matriz portuguesa, a ignorância dos escravos, a ação da Igreja Católica e outros, pensamos que os fundamentos econômicos vinculados à agroexportação, como antecipou Sebastião Soares Ferreira[2], ajustaram-se à hierarquia social fundamentada na concentração da propriedade da terra e no controle comercial, produzindo o atraso que persistiu sob as transformações advindas com o desenvolvimento industrial e capitalista.

---

[1] Joaquim Nabuco – *"O Abolicionismo"*, Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1988, pag. 51

[2] Sebastião Soares Ferreira – *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil,* Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1977

Segundo Maria Isaura de Queiroz a presença disseminada do camponês livre, quase sempre ligado à subsistência, era uma via de escape da escravidão. Pobre via de escape que mal podia se articular socialmente. Mesmo parecendo independente da ordem escravocrata, experiências de montagem de núcleos coloniais de homens livres tinham os seus limites na ordem escravocrata.

Procuramos explicar que um país tão bem dotado de recursos naturais tem sucessivamente transformado a terra e a natureza em empreendimentos comerciais destinados a mercados externos. A miséria rural colocava ainda em disponibilidade uma massa de mão-de-obra passível de atender as exigências de trabalho barato nas cidades em crescimento. Como dizia um cartaz do Banco do Brasil. *"É no campo que se plantam as cidades"*.

Enfim proponho-me a pensar a produção da miséria rural, as respostas dadas pelo homem do campo, resgatar a sua cultura e uma vida onde a natureza esteja diretamente presente.

3. A historiografia

Compreender as particularidades do mundo rural exige a aplicação sistemática de interdisciplinaridade científica. A historiografia foi o meu grande suporte para perceber a realidade pluridimensional contemporânea em seu movimento. Foi ela que me forneceu os elementos para a compreensão da memória local, que conferiu inteligibilidade ao processo. Através dela desvendou-se a trama aparente, num esforço de descobrir o drama subjacente. Encontrei na historiografia, a tentativa de construção de modelos explicativos da situação rural. Visões sistêmicas foram confrontadas com as particularidades do concreto vivido. Também o confronto entre teoria e prática foi feito no âmbito cultural. E com o auxílio de estudos de áreas como a Literatura, a Música, a Psicologia abre-se um campo para a compreensão da mentalidade rural, o resgate de um modo próprio de ver a realidade além das entradas no patrimônio de conhecimentos nascidos da experiência e

da sabedoria popular cheia de subsídios para o estudo das virtudes da biodiversidade.

A Clio perguntei como se articulava certa visão de progresso com atitudes e políticas aplicadas no mundo rural. Considerei que a maior parte da historiografia, mesmo quando percebe os males decorrentes de determinada estrutura, está ainda presa a valores contemporâneos ligados a desenvolvimento e progresso, vistos sob uma ótica econômica marcada pela dicotomia cidade/campo. A cidade se opõe ao mato, como um berço cosmopolita de cultura. Por outro lado os padrões de consumo estimulados pelo jogo competitivo e empresarial refletem o menosprezo por suas conseqüências ambientais.

No planos filosófico e espiritual o homem contemporâneo se comporta como se estivesse desligado da natureza: das águas, das florestas, da fauna e da flora. O jogo de interesses tem deixado em segundo plano uma imensa pesquisa rural capaz de repensar a "qualidade de vida", a questão da saúde, a importância do ambiente para simplesmente adotar o viés econômico de pensar a terra como fornecedora de matéria prima, alimentos, gente.

Vários historiadores explicam a origem da grande propriedade e a sua vinculação ao exterior. Ensaia-se alguma explicação para a produção destinada ao mercado interno, mas a questão da pequena propriedade e da produção familiar ainda permanece obscura em nossa história assim como o estudo de outras formações comunitárias.(Missões jesuíticas, quilombos). Erige-se como modelo único a grande propriedade e pouca atenção se tem dado à questão da constituição dos núcleos coloniais dos quais resultara a formação de inúmeros povoados no Brasil oriundos de movimentos migratórios não portugueses. Os estudos dedicados ao exame das condições econômicas e sociais dos núcleos coloniais de imigrantes ainda está em seu nascimento, o que tem a ver com a descentralização dos cursos universitários de pós-graduação, a valorização da história regional e uma nova atitude cultural dos pequenos municípios.

Esta pouca atenção tem a ver com um automático engajamento do historiador à concepções que identificam progresso, civilização, desenvolvimento com as formas urbanas tal como ocorreu historicamente. Não valorizam modelos que não se apóiam essencialmente na produção para a troca, que não tem a sua racionalidade condicionada ao produtivismo burguês ou mesmo socialista. Daí esta pouca atenção à relação qualitativa entre homem e natureza.

Minha atenção se voltou para a história de experiências de colonização. Vejo a possibilidade de encontros futuros para se repensar a formação de comunidades oriundas de movimentos migratórios; as ligações entre pequenas e médias cidades com forte componente rural. Trata-se da visão da organização social em rede, construindo-se o emaranhado de metrópoles, cidades, vilas e povoados. Enfim há o desafio de se repensar a hierarquia e as relações entre núcleos de povoamento.

Todos os núcleos coloniais viveram a dificuldade de crescimento, de conciliar a produção moderna com a reprodução ampliada do núcleo. Enfim, crescer, desenvolver novas atividades coligadas ao meio rural sem que isto implique brutal quebra de identidades e exclusão social —— eis o grande desafio.

Enfim, a historiografia nos abriu o caminho para o estudo da totalidade. Levou-me a questionar certas determinações e a pensar na urgência de inventarmos novos caminhos, que com base na participação popular, seriam capazes de oferecer trabalho, desenvolvimento, natureza e bem-estar.

Se a aldeia tradicional foi liquidada, por quê não pensar em novas aldeias sincronizadas com a vida moderna? Espero que possa contribuir para uma posição crítica da história e para tentar mudar o ritmo automático. Problematizando este automatismo podem-se encontrar outras formas de governar e viver.

Enfim, busquei perceber o antigo e o novo. Passei a observar o mundo da roça, os seus elementos de sustentação e a relação com as transformações que provinham do desenvolvimento técnico e das relações sociais próprias do capitalismo. Enfim a

agricultura é tragada pelo capitalismo, os espaços rurais se interligam com o mundo urbano de modo que a relação entre a sociedade e a natureza passa por uma profunda mudança. São questões que, no âmbito da atualidade, vem sendo debatidas, por exemplo, no curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA da Universidade Federal do Rio de Janeiro.[3]

Num contexto em que o ambiente natural vem sendo degradado e as características reprodutivas da antiga sociedade camponesa estão ameaçadas de desaparição, procuramos compreender historicamente as relações entre cidade e campo e o papel do mundo rural na sociedade como um todo.

Vivenciando a transformação da antiga roça procurei compreendê-la à luz de um processo responsável pela oposição entre campo e cidade, que tem a ver com a centralização política no Brasil e discriminação do mundo rural. Em face das afirmações que bradavam a morte do campesinato e o fim do rural tornei-me um militante da preservação ambiental, do resgate do patrimônio cultural do homem do campo e de sua atualização.

Primeiramente recorri a estudos sobre o desenvolvimento capitalista em abstrato e no concreto histórico, apurando as tendências em face da natureza. Em seguida, muni-me da metodologia adequada para perceber as transformações sócio-econômicas ocorridas na região serrana.

Uma rede global de comunicações se tornou acessível e possível pela ligação com centros modernos. A expansão da fronteira econômica tem ligado os mais recônditos lugarejos. Podemos afirmar que uma verdadeira invasão modernizante alterou o modo de viver dos antigos homens do campo. A integração na modernidade penetra na técnica, nas relações sociais e na mentalidade. Ao invés do fogão lenha a cozinhar feijão e angu, a sustentar uma família extensa, agora existe o fogão à gás que alimenta famílias cujo número de filhos é cada vez mais similar ao observado no espaço urbano.

[3] Recorri amplamente aos estudos publicados na Revista Estudos Sociedade e Agricultura de publicação semestral.

O êxodo rural continuava um fenômeno visível e quantificável nas estatísticas demográficas. Contrastava com o afluxo crescente de turistas e de pessoas que decidem morar na região, especialmente com fontes de renda oriundas de aposentadorias ou situadas alhures.

Se de um lado o dinheiro passa a ser a meta de toda atividade fazendo a sociedade rural ingressar nos "tempos de ferro" onde se sucedem subidas e derrocadas sociais, a região ainda nos fala, paradoxalmente, de outros modos de vida, de outros ritmos, de seu passado. A *"sertanidade"* passa a ser vista como um pólo de turismo e principalmente em função deste novo perfil, hospeda definitivamente pessoas que, procedentes da cidade, passam a viver na área. Enquanto a lavoura oferece agora uma renda insuficiente para atender a nova demanda de bens por parte dos homens do campo, vendem-se terras e se constroem casas para aqueles que já foram denominados de "neorurais".

Pensei num recorte que focalizava um período de grandes mudanças, pela qual a sociedade rural foi se modificando e dando origem à condições nas quais o Jeca-Tatu, o Tom Sawyer têm diante de si uma outra alternativa em meio ao desafio de preservar e até ampliar o acesso à natureza, à boa água, às frutas da estação, ao convívio com os pássaros e ao mesmo tempo experimentar outras atividades e informações próprias de um mundo mais redondo e integrado planetariamente.

A partir das origens da ocupação da região remontei o universo histórico que conduziu à alternativas marginalizadoras da vida rural. Pareceu-me que a tradição pesa ainda por demais no município e impede de se desvencilhar do passado para buscar outras soluções econômicas, sociais e administrativas. Empenhei-me em identificar um paradigma que forma a vida da roça no Brasil, a semelhança do que fez Antonio Cândido no seu clássico *"Parceiros do Rio Bonito"*[4].

---

[4] Antonio Cãndido – *"Os Parceiros do Rio Bonito" – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, 5ª ed. , São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979

Esta foi a base para a formulação de algumas propostas que, com base na história, pudessem dotar a população local — "parceiros do rio Macaé" de maiores instrumentos de intervenção na história. Tanto para estimular o autoconhecimento social e histórico, como para construir uma história em que os protagonistas tenham voz, lancei mão das representações sociais feitas por eles.

Recorri ao depoimento do próprio morador, à história oral como fonte de informação e da elucidação de trajetórias de vida. É a voz do passado que, através das pessoas vivas, torna-se fonte histórica e contribui para uma história em que os protagonistas são o objeto principal.

> *"A história oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite construir a história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e também seu imaginário".*[5]

E ao observar o homem como sujeito da história passada, reforça-se o chamado para ele se tornar o construtor de seu próprio futuro, claro em condições dadas historicamente. *"Ao lhes dar um passado, ajuda-as a caminhar para um futuro construído por elas mesmas"*[6]

Ao ver os atuais descendentes dos colonos ostentarem ainda traços físicos que lembram os ancestrais europeus, pensamos muitas vezes que, como uma geração das árvores, esta é a geração que vem depois de tantas "agruras". No passado, os colonos abrigaram o sonho de que a terra que lhes era oferecida fosse a Terra Prometida. Como evoluiu esta colônia de povoamento? Embora seu papel seja questionado enquanto formador do município de Nova Friburgo, que étnica e economicamente, passou a receber outras matrizes, coube-lhe um papel na constituição de bases sociais que

---

[5] Paul Thompson – *A Voz do Passado*, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1992, pag. 18-19

[6] Paul Thompson – *Obra citada,* pag. 337

conferiram uma grande particularidade à Nova Friburgo no contexto da economia provincial.

O processo de modernização deste mundo caipira foi feito acompanhando as implicações demográficas, econômicas e sociais do processo de industrialização e urbanização no Brasil. Concentrei minha visão na incidência destes aspectos num pequeno povoado na região serrana. Considerando um arco grande de situações nascidas da integração econômica do campo ao capitalismo, detive-me naquele processo em que uma população rural habituada a um equilíbrio precário é sacudida pela crise da produção familiar de baixa tecnologia. Abrem-se perspectivas que já foram denominadas de "*nova ruralidade*", em que as populações rurais deixam de ser puramente agrícolas para inserir a atividade familiar em outras atividades que vão compondo o perímetro urbano de vilas e povoados. Esta tem sido a tendência apontada pelo Projeto Rurbano, dirigido por José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffman do Núcleo de Estudos Agrícolas do Instituto de Economia da Universidade de Campinas.

O progresso urbano teve a contrapartida de atraso de áreas rurais tradicionais. Isto ocorreu em áreas em que toda a atenção foi dada ao pólo urbano do município. No caso de Nova Friburgo, à pouca distância da sede municipal, uma antiga área rural permaneceu imobilizada no tempo; uma particular zona de subsistência que, mantendo padrões rústicos familiares, enfrenta hoje os desafios abertos pela integração crescente na chamada modernidade. Diante do avanço das comunicações, os ritmos se modificaram e as comunidades estão diante de dilemas que podem levar à sua total descaracterização.

Tradições e cultura rural estão ameaçadas de simplesmente se diluírem. O presente se confronta com um passado que ainda persiste nos modos de usufruir a propriedade rural, hábitos e tradições. A fase atual vivencia este conflito de modo irreversível. E neste sentido fazer as contas do passado, acertar a carga que dele provem, valorizar o patrimônio cultural torna-se importante para não ocorrer simplesmente rompimento de identidade.

A memória pode ser utilizada como material para a invenção. O passado é estudado não para ser reverenciado, mas para que ele não se repita. Isto entretanto não significa que se desfigurem paisagens naturais e sociais que penalizem o homem do campo e a natureza.

É neste sentido que pensamos em resgatar a história local, seja para se repensar a vida rural, seja para funcionar como um verdadeiro portal para uma nova dimensão da vida local. O estudo que contempla uma aldeia perdida nas montanhas da Serra do Mar, serve para manifestar um problema geral, qual seja o de assegurar povoados rurais com padrões de dignidade para uma população rural que vem sendo espremida em espaços urbanos onde cada vez mais difícil se torna arrancar meios de sobrevivência.

Ao longo da fase de pesquisa, minha experiência e crescente familiarização com o tema conduziram-me a mudanças de objetivos em relação aos pressupostos iniciais. As mudanças no recorte temático foram precedidas de novas hipóteses de trabalho e exigiram uma seleção documental mais apropriada. A mudança ocorrida ficou patente quando foi formulado um novo plano em relação ao projeto inicial *"Utopia e Imigração: a Construção e o Destino da Colônia de Nova Friburgo (1819-1831)"*. Enquanto neste projeto o grande sujeito do tema era a Colônia de Nova Friburgo, na nova versão ela se apresenta como parte de uma experiência histórica que a transcende no tempo, para se tornar um dos elementos constituintes da formação rural do município de Nova Friburgo na região serrana fluminense.Trata-se de pensar a história local sob a perspectiva da *"longa duração"*

O meu interesse em estudar o desenvolvimento do mundo rural, e não simplesmente o processo de imigração e colonização, decorre da busca da compreensão e explicação de como ela se estruturou na região serrana de Nova Friburgo. O olhar se volta para a complexidade da vida em suas dimensões econômicas, sociais, políticas culturais e ambientais, tomando-se em consideração os papéis assumidos pelo mundo agrário no contexto de amplas

transformações históricas ocorridas em nível nacional e regional a partir do século XIX.

Certa vez um antigo morador de São Pedro da Serra observou que o camponês era o primeiro elemento do elo produtivo e último a ser considerado. A produção alimentar é feita por aqueles que põem a mesa dos senhores, que manejam diretamente a terra e que são os menos remunerados. É um segmento sofrido, onde vigoram os mais baixos salários, a mais difícil assistência médica e somente muito recentemente passou o homem do campo a ser amparado pela Previdência Social.

Enfoca-se o processo de ocupação e colonização da área serrana enquanto gênese de núcleos sociais rurais que, além de sua dinâmica intrínseca, guardam uma relação direta com as características do desenvolvimento regional. A investigação do papel assumido pelos descendentes dos colonos imigrantes na região tem como hipótese de trabalho a assimilação por parte dos colonos suíços e alemães de padrões do mundo rural vigentes no século XIX. Um dos campos temáticos da tese consiste na produção técnica e cultural de um mundo que pode ser denominado de caipira.

O relativo isolamento, a absorção de práticas comuns do mundo rural, a presença da economia de subsistência fundamentaram o legado caipira que marcou de forma durável estes núcleos sociais. Ocupei-me deste legado numa das partes de nosso trabalho em que o “Tempo dos Antigos” é visto através do confronto de elementos extraídos de documentos escritos com a tradição oral percebida nos depoimentos colhidos.

Por vezes sou tentado a dar uma estrutura de teatro ao texto. Focalizar o teatro histórico. Uma peça desenrolada nas montanhas da Serra do Mar. Em um primeiro ato, a dura conquista: no segundo ato a vida de roça e no terceiro, a subordinação da roça à cidade. Procuro organizar este discurso, de um lado, através da documentação passada, e, de outro, pelo que ainda subsiste: objetos, instrumentos de trabalho, modos de vida e as pessoas propriamente ditas com seus relatos.

A chamada modernização compreende a inserção técnica da agricultura em padrões atuais em que insumos químicos e inseticidas são amplamente utilizados. Compreende-se a introdução, via turismo, de novos modos de vida que alteram valores da terra, do trabalho e aspirações de consumo. Criam novas pressões e condições das quais resultam novas relações de propriedade da terra.

O campo de nossa pesquisa pertence à chamada história regional. Como salienta Ciro Flamarion Cardoso, isto é, apenas uma definição de campo de pesquisa e não de metodologia. Procurei não perder de vista a história nacional para que a pesquisa não ficasse auto-referenciada. Sem esquecer o conteúdo universal da história defendo que é preciso pensar globalmente e agir localmente. Neste sentido, o campo de atuação historiográfica é o município, cuja vida precisa ser resgatada. É a valorização de sua memória aliada à verdadeira reflexão historiográfica que permite que a população local combine auto-estima com a compreensão própria de sua localidade. São condições essenciais para a prática da cidadania que está diante da perspectiva de combinar a participação comunitária e democrática a nível local com a presença em questões nacionais e internacionais no contexto contemporâneo em que estão se refazendo as ligações entre o local e o mundo.

Por último cabe registrar o meu tributo a historiadores e cientistas sociais que têm sistematicamente pensado a influência do mundo rural na sociedade brasileira. Para começarmos com os mais antigos, pensemos em Capistrano de Abreu, pioneiro da moderna historiografia, Oliveira Vianna com enorme contribuição ao campo da sociologia, Maria Isaura de Queiroz, socióloga com incursões na antropologia, o incansável José de Souza Martins. Antropólogos contemporâneos que tem se dedicado diretamente à ruralidade e escolheram a realidade serrana como espaço empírico; Sylvia Schiavo, Maria José Carneiro, Vanessa Lopes Teixeira. No campo da historiografia, Maria Sylvia de Carvalho Franco, os clássicos Celso Furtado e Caio Prado Júnior

que em vários trabalhos se dedicou à questão rural. Inesquecível para mim é a obra de história ambiental de Warren Dean. Enfim, creio que não se trata aqui de lembrar historiadores que se voltaram para a história agrária. Devo apenas mencionar que tanto o enfoque da história rural está se modificando, quanto os estudos de pós-graduação estão valorizando pesquisas locais e regionais.

Tenho uma dívida também com sociólogos e economistas que vêm trabalhando com questões como sertanidade, relação campo/cidade, agricultura familiar. Destaco, por exemplo, os estudos e pesquisas produzidos pelo Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – 0 CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Minha própria orientadora, Ismênia de Lima Martins, tem sido uma estimuladora, tanto do emprego da história oral como da importância de integrar os estudos regionais no currículo escolar. O livro do qual foi organizadora – *História - Estratégias de Pesquisa*, é um testemunho vivo de seu apoio a este fecundo campo de interesse em que o resgate da memória dá a mão para uma nova concepção de cidadania e democracia.

IMIGRAÇÃO E COlONIZAÇÃO NO BRASIL

“O Senhor falou a Moisés e lhe disse: Vamos!Sai daqui, com o povo que fizeste sair do Egito, para a terra que prometi a Abraão, a Isaac e a Jacó, dizendo: Eu a darei à tua descendência. Enviarei na tua frente um anjo para expulsar os cananeus, os amorreus, os hititas, os fereseus, os heveus e os jabuseus. Sobe para a terra onde corre leite e mel”

(Êxodo 33 – Bíblia Sagrada)

“A terra, porém, em si, é de muito bons ares, assim frios e temperados com os d`Entre Doiro e Minho, porque neste tempo d`agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas, infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-aaproveitar dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem”

(Carta de Pêro Vaz de Caminha)

A relação entre imigração e colonização é objeto de nosso interesse em virtude do fato de que as transformações ocorridas no mundo rural da região serrana de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro decorrem em grande medida do processo de ocupação da terra resultante da implantação de uma colônia de imigrantes suíços reforçada pelo contingente alemão.

A política de constituição de núcleos coloniais foi vista como alternativa para a política de terras baseada na grande propriedade e escravidão. O exame da colonização estrangeira tem portanto uma direta relação com a perspectiva de disseminar o trabalho livre e montar núcleos de pequenos proprietários. Enfim tanto pela importância regional como na política agrária decidi ,num estudo de longa duração da realidade rural na região serrana, dedicar um capítulo à questão da imigração associada à colonização. Ajuda-nos a compreender tanto a evolução local como a questão da pequena propriedade no Brasil.

Nosso estudo se ocupa de um projeto de assentamento de imigrantes suíços e alemães em 1819 e 1824, respectivamente, que deu origem à Colônia e à Vila de Nova Friburgo. Por seus elementos contratuais que previam a quantidade de famílias de imigrantes de religião católica, distribuição de lotes de terra, isenção de

impostos, pagamento de viagem e subsídios monetários aos colonos, o projeto tem sido considerado um marco inaugural da política de colonização estrangeira no Brasil. Enquanto projeto colonizador apresenta a singularidade de consistir na deliberada introdução do trabalho livre além de promover uma organização social fundamentada na pequena propriedade.

O termo colônia tem aqui uma conotação mais ampla do que um simples *status* político. Como bem assinalou Alfredo Bosi, colonizar deriva do verbo latino *colere*, cujo sentido está presente em palavras como íncola, agrícola e diz respeito ao tratamento da terra.[7] No caso, o sentido dado à formação de colônias de imigrantes está próximo a estas origens etimológicas. Pode-se ainda pensar numa significação mais abrangente com conotação biológica em que estes núcleos se assemelham a uma colônia de abelhas onde colonizar corresponderia à ocupação de uma área e reprodução de uma espécie tanto vegetal como animal.

Colônia de imigrantes, colonização estrangeira foram inclusive termos recorrentes da política de imigração e de distribuição de terras adotados amplamente ao longo do Império e mesmo na República. Nem sempre indicava a formação de grupos imigrantes apoiados na pequena propriedade, muito freqüentemente servindo para designar o concurso de trabalhadores imigrantes na lavoura. Enquanto processo colonizador, a introdução de imigrantes correspondia inicialmente a uma inovação no âmbito da política de terras no Brasil desde os tempos coloniais.

Colonização no Brasil esteve historicamente associada à imigração. É através dela que se conquistam terras; novas áreas são povoadas, e introduzidas técnicas, espécies animais e vegetais, alterando-se a primitiva paisagem física e social. Gente, idéias, produtos ampliam seu espaço circulatório. Homens com seus saberes, suas mentalidades, enfim sua cultura, migram e do contato

---

[7] Ver Bosi, Alfredo - *Dialética da Colonização,* São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pg. 11.

com novas realidades resultam formações sociais nas quais as matrizes culturais originais se desfiguram forçadas por misturas étnicas e culturais e pela adaptação a novo contexto físico, econômico e social.

Os movimentos migratórios podem ser compreendidos como parte de um fenômeno de expansão da espécie humana em relação ao planeta. Expansão demográfica, melhoria dos transportes, conhecimento técnico, trocas, enfim ampliação da capacidade de ocupação de novos espaços. A história da humanidade está marcada por contínuos deslocamentos humanos. No Ocidente, as nacionalidades européias resultaram diretamente das "invasões bárbaras" de que se originaram novos reinos em boa parte da Europa. A conquista de espaços vazios na Europa, as cruzadas, a reconquista do Mediterrâneo do domínio árabe revelam, sob a ótica de longa duração, a constância desses deslocamentos.

1. Origens da política colonizadora

A descoberta da América muito significativamente foi vista pela historiografia como o marco de uma nova era - a Época Moderna. Riquezas insuspeitadas se abririam para a Europa desde que se ultrapassasse os limites da simples exploração mercantil e se passasse para uma efetiva ocupação da terra. A América revelava ao europeu um mundo jamais visto. Por sua exuberância natural chegou a ser identificada como o local do paraíso. Revelou outras civilizações capazes de relativizar os valores europeus e suscitar a projeção de utopias sociais como a escrita por Thomas More. [8] Foi a área onde se concentraram os interesses colonizadores do Ocidente. Ela poderia fornecer a riqueza tão procurada no Oriente e sobretudo oferecer maiores possibilidades de articular a produção ao comércio.

[8] More, Thomas (1478 - 1535) - *Utopia,* 1516, Obra Inspirada segundo o autor, em relato de viagem de Américo Vespúcio.

A passagem para a etapa colonizadora deve entretanto ser entendida à luz das condições européias e dos interesses que comandavam a expansão marítima do século XVI. Os interesses mercantis apontavam para o ouro, especiarias e produtos que pagassem a curto prazo o investimento comercial. A colonização, enquanto processo de ocupação territorial estava subordinada à necessidade de se assegurar o domínio da nova terra de modo a abastecer de produtos o comércio internacional. É o predomínio de uma ótica exploratória que levou historiadores a caracterizar a colonização do Novo Mundo como sendo de exploração e não de povoamento, com exceção do caso norte-americano resultante da implantação de colonos puritanos ingleses para quem o estabelecimento e a produção internas se afiguravam como meta prioritária. [9] Esta diferença de propósitos marcou a evolução diferenciada de experiências de colonização.

A perspectiva povoadora enfrentava diversos obstáculos para se realizar. Numa época pré-industrial, predominavam na Europa relações ainda feudais. Na maior parte dos Estados havia restrições à livre locomoção humana. A hipótese de transplantação de homens livres constituindo núcleos de pequenos proprietários não se coadunava com a necessidade de fazer da nova terra uma fonte de produtos para o mercado internacional. Fugia ao interesse mercantil e às perspectivas de controle metropolitano sobre a nova terra. No caso português, deve-se considerar a pequena disponibilidade de gente em virtude das relações feudais no campo e da grande absorção de recursos humanos pela empresa ultramarina.

A partir do século XV, Portugal se tornou pioneiro do tráfico de escravos africanos, dele fazendo um lucrativo comércio. Destinava-se à Espanha, Itália e aos *"donos das plantagens produtoras de açúcar nas ilhas mediterrâneas". Os portugueses*

[9] Colônia de povoamento - conceito utilizado por Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo*, pags. 13-26 e por Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, pags. 30-34

desenvolveram suas próprias plantagens escravistas *nas ilhas da Madeira e de São Tomé, bem como em menor grau, nos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde".*[10] Compreende-se assim a adoção preferencial de regimes de trabalho compulsório através da sujeição da população indígena e da organização do tráfico de escravos procedentes da África.

Ao longo de três séculos de dominação colonial no Brasil a imigração esteve limitada pelos objetivos colonizadores portugueses. O chamado Exclusivo Comercial, além de restringir as relações da Colônia rigidamente à metrópole, subordinava a criação de novas oportunidades econômicas à estratégia metropolitana de concessão de sesmarias. Não somente a colônia era enclausurada do ponto de vista internacional, como também a política de terras e de mão de obra não se pautou pela atenção ao livre povoamento. O fluxo migratório procedente da Europa ficou limitado ao proveniente de Portugal. Os brancos eram na sua esmagadora maioria de origem portuguesa. Talvez alguns de origem holandesa no nordeste e uns poucos ingleses que gozavam de um estatuto próprio por força de acordos de Portugal com a Inglaterra.

A composição demográfica era expressiva. Segundo Celso Furtado, a população de origem européia seria de cerca de 30.000 em 1.600, 100.000 em 1.700 e somente no século XVIII teria dado significativos saltos na época da mineração, podendo ter alcançado um milhão ao longo do século XVIII. [11] De qualquer maneira, a emigração européia foi muito inferior à compulsória organizada pelo tráfico de escravos, estimado em cerca de três milhões e meio até a abolição do tráfico. [12]

---

[10] Jacob Gorender - *O Escravismo Colonial,* São Paulo, Editora Ática, 1978, pags. 124, 125

[11] Celso Furtado - obra citada, pag. 91

[12] Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.) - *O Império Luso-Brasileiro-1750-1822,* Lisboa, Editorial Estampa, 1986, cap. 1 - A População, pag. 49

Esta pequena dimensão do movimento migratório europeu teve conseqüências na composição da população no Brasil que em 1817 foi estimada com uma quantidade de 820.000 brancos num total de 3.300.000 habitantes, [13] provavelmente excluindo-se boa parte da população indígena.

Em 1825, Mathison avaliaria a população em 3.500.000 habitantes: 600.000 brancos, 600.000 mulatos, mestiços, mamelucos e negros livres; 1.800.000 escravos e 500.000 índios. [14] O limitado dinamismo da economia brasileira e a falta de um plano concertado de estabelecimento de núcleos de pequenos proprietários constituíam-se limites para a emigração. Somente no século XVIII surgiram[1] alguns planos de ocupação territorial baseados na pequena propriedade que resultaram concretamente no estabelecimento de um núcleo de casais açorianos em Santa Catarina.[15]

2. A política de terras

[13] Maria Beatriz Nizza da Silva - obra citada, pag. 47

[14] José Honório Rodrigues - *Independência: Revolução e Contra-Revolução - Economia e Sociedade*, Rio de janeiro, Francisco Alves, 1975, pg. 87

[15] -*"O ano de 1752 parece marcar o ponto alto dessa imigração: ao primeiro grupo de cento e seis famílias, que desembarcam em abril, que se reúnem-se até agosto outras setenta e cinco. Nem todas permanecem no chamado "Presídio": algumas são estabelecidas , esse mesmo ano, no chamado Porto dos Casais, que só em 1773 receberá o nome de Porto Alegre, outras destacadas, primeiramente para as Missões, estacionam em 1755 no Rio Pardo e em 1757 em Santo Amaro. É de crer , todavia, que já antes do Tratado de Madrid, se achariam instaladas famílias de ilhéus na vila do Rio Grande, pois o historiador Aurélio Porto encontrou, assinalados nos livros de assento de batismo, casais procedentes dos Açores que ali se encontravam em 1749"* Holanda, Sérgio Buarque de e Campos, Pedro Moacyr (orgs.) - *A Época Colonial*, tomo I, História Geral da Civilização Brasileira, 6ª edição, São Paulo, Difel, 1981, pag. 358

No começo da colonização, escreve Emília Viotti,[16] a terra era vista como parte do patrimônio pessoal do Rei. A concessão de terras derivava portanto do arbítrio real e certamente era um modo de atrelar o domínio territorial aos serviços prestados à monarquia portuguesa. Mais tarde o poder de doação se estendeu ao capitão donatário, capaz de conceder sesmarias. A terra era a grande fonte de prestígio social, porém na prática o enriquecimento deveria provir da sua exploração, o que atrelava a política de terras à de mão de obra. Em princípio, uma das condições da concessão de sesmarias era a capacidade do pleiteador possuir escravos. Na verdade, muitos obtinham sesmarias sem explorá-la, criando inclusive uma grande quantidade de propriedades absolutamente improdutivas.

A constituição de grandes propriedades associadas ao poder político e administrativo marcou profundamente a estrutura social no Brasil. Ela decorre de uma política metropolitana associada internamente ao interesse de grupos que se constituíam uma aristocracia nativa submetida hierarquicamente ao Rei.

Como bem observou José de Souza Martins, *"terra livre, mão de obra cativa; terra cativa, mão de obra livre"*.[17] A distribuição de terras a pequenos proprietários poderia comprometer toda a política colonial, dificultando o controle social e político ao mesmo tempo que introduzindo o risco de não se concretizar a produção destinada a metrópole. Fugiria aos interesses mercantis e metropolitanos que tinham na política de terras um instrumento para a produção de bens exportáveis e rentáveis comercialmente.

---

[16] Ver Emília Viotti - *Da Monarquia à República - Momentos Decisivos*, SP, Editorial Grijalbo, 1977, capítulo 4 - *Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos*.

[17] Ver José de Souza Martins – Ver *A Metamorfose da Renda Capitalizada e As Formas de Sujeição do Trabalho na Grande Lavoura*, capítulo 1 de *O Cativeiro da Terra,* 3ª edição, São Paulo, Editora Hucitec, 1986

Neste sentido a política de terras vinha complementada pela de mão-de-obra assegurando-se o trabalho compulsório, o que foi feito mediante o resgate da escravidão e sobretudo por aquela introduzida através do tráfico de africanos. A grande propriedade escravocrata foi o eixo de uma política colonial interessada na produção exportadora ao mesmo tempo que, quanto mais integrada à produção no mercado, maior era o recurso à escravidão. A fazenda era a base da exportação dos gêneros, que integravam o Brasil no comércio mundial assegurando o fluxo de importações. O fluxo de exportações e importações era de onde provinha a tributação, fonte básica do orçamento do Estado colonial e imperial.

A política de concessão de sesmarias, o direito de herança baseado na primogenitura - *o morgadio*, que vigorou até 1835 e principalmente a escravidão eram instrumentos de concentração da propriedade da terra.[18] O capital acumulado pelos fazendeiros favorecia a criação de novas fazendas e a compra de escravos. A disponibilidade de terras e o emprego da escravidão estão também associados ao intensivo desmatamento, à estagnação técnica e à constituição de um mercado interno limitado que não favorecia a diversificação econômica.

A estruturação de uma economia baseada na escravidão não significou a sua redução simplista a uma sociedade de senhores e escravos. A historiografia brasileira recente tem empreendido significativos esforços destinados a desvendar a complexa teia que compõe o mundo rural no Brasil, identificando formações sociais

---

[18] José de Souza Martins - *"O monopólio da terra não se constituía na condição do trabalho escravo; ao contrário, a escravidão é que impunha a necessidade do monopólio rígido e de classe sobre a terra, para que os trabalhadores livres, os camponeses, mestiços não viessem a organizar uma economia paralela, livre da escravidão e livre, portanto, do tributo representado pelo escravo pago, pelo fazendeiro aos traficantes, já que a concorrência do trabalho livre tornaria economicamente insuportável o trabalho escravo"* em *Os Camponeses e a Política no Brasil*, Petrópolis, Vozes, pags 37, 38.

não diretamente envolvidas com a agricultura de gêneros tropicais para a exportação. Conforme assinalou Maria Yedda Leite Linhares é necessário implementar novas linhas de pesquisa capazes de dar conta da situação de uma população envolvida com mercado interno e com a economia de subsistência:

> *"Sabemos hoje, após estes quatorze ou quinze anos de busca que coube à pequena lavoura de subsistência ocupar a terra, desbravar e povoar e, na maioria das* vezes *abrir espaço para a grande lavoura"*. [19]

A existência do trabalhador livre no mundo rural é inegável. Ele existe mesmo nas fazendas escravocratas e em muitas outras sob condição de foreiro, isto é, recebendo um lote de terra em troca de serviços prestados ao dono da terra. Era uma alternativa em face da escravidão. Também havia os posseiros e sitiantes. Os primeiros tinham a posse e não o domínio da terra. O sitiante era o pequeno agricultor independente, dono de um sítio, um lugar na terra e não de uma sesmaria.

Ao longo do Império, o número de homens livres no campo cresceria sempre. No caso da Província do Rio de Janeiro, se a população escrava representava mais da metade da população em 1821, em 1872 os escravos totalizavam 341.576 num total de l.057.696 habitantes, o que correspondeu a 32% da população da Província. Se excluirmos deste total a cidade do Rio de Janeiro que em 1872 possuía uma população de 274.972 habitantes e 48.939

---

[19]-Maria Yedda Leite Linhares - *A Pesquisa História no Rio de Janeiro. A História Agrária como Programa de Trabalho: 1977-1994. Um Balanço.* Revista Brasileira de História - Órgão da Associação Nacional de História, ANPUH/Contexto, vol. 15, n° 30, 1995, pag. 83. Vejam-se os trabalhos de Maria da Silvia Franco, Maria Isaura de Queiroz e mais recentemente as pesquisas efetuadas por Maria Yedda Leite Linhares, Hebe de Castro Gomes, João Luiz Fragoso, Sheila de Castro Faria.

escravos, a Província contava com 782.724 habitantes, dos quais 292.637 são escravos (37%). [20]

Muito freqüentemente são mateiros, homens livres que se estabelecem em pequenos sítios em áreas ainda pouco povoadas. São geralmente ocupações efêmeras. No dizer de um antropólogo paulista, Carlos Brandão Rodrigues: *"o bandeirante desbrava, o caipira ocupa, o senhor civiliza"*[21]. Expressão sintética de um processo comum no Brasil que indica que homens livres dedicados à subsistência ocupavam terras nos limites do sistema constituído. Viabilizam a ocupação da terra, criando caminhos e preparando assim as condições para uma lavoura mais rentável em termos mercantis. É então chegada a hora da civilização, quando senhores melhor providos economicamente ou socialmente relacionados simplesmente ocupam a área. Processo comum na constituição das propriedades no mundo rural bem identificado por Saint-Hilaire em 1822:

> *"Os pobres por sua vez que não podiam obter sesmarias, estabeleciam-se nos terrenos que sabiam não ter dono,plantam, constróem pequenas casas, criam galinhas, e quando menos esperam, aparece-lhes um homem rico com o título que recebeu na véspera, expulsa-os e aproveita o fruto do seu trabalho. O único recurso que cabe ao pobre é pedir ao que possui léguas de terra, a permissão de arrotear um pedaço de chão".* [22]

---

[20] Em 1821, segundo mapa demográfico organizado por Joaquim José de Queiroz e citado em Sérgio Buarque de Holanda (org.)-*Brasil Monárquico,* tomo II, 2° vol., Rio de Janeiro - São Paulo, Difel, 1978, a população total da Capitania do Rio de Janeiro, incluindo a cidade do Rio de Janeiro era de 332 656 habitantes, dos quais 173 775 eram escravos, o que correspondia a 52% do total. Os dados de 1872 pertencem ao Recenseamento Nacional de 1872 e foram obtidos em E*statísticas Históricas do Brasil, IBGE, 1987.*

[21] Carlos Rodrigues Brandão - *Os Caipiras de São Paulo*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983, pag. 38

[22] Saint-Hilaire, Auguste de - *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo-1822,* Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, pag*. 23,*

Outros aspectos da política colonial internamente aplicada e reproduzida pela ação da aristocracia nativa convergiam para a exclusão social das massas consideradas pobres. O poder político e administrativo era etnicamente branco e socialmente privilegiava os chamados *"homens bons"*, baseado num critério censitário que se inscreveu inclusive na primeira Constituição do Brasil independente. A propriedade e o relacionamento com as altas esferas do poder administrativo eram as fontes de prestígio social. Nunca o trabalho manual, sempre depreciado como coisa de negros e índios. E negros e índios eram apodados de ignorantes, acusados de terem tendência à indolência e à fuga do trabalho. Deveriam ser civilizados. São contumazes as referências à população que vive nos matos como preguiçosos e avessos à civilização. O ingresso na civilização passava pela sujeição aos costumes portugueses e às regras impostas pelo colonizador, entre elas a subordinação religiosa.

A resistência ao processo civilizatório entendido pela metrópole; a prática de um modo de vida autônomo justificavam a violência escravizadora, expropriadora de terras e genocida que marcou as constantes decretações de guerra a tribos indígenas ao longo do processo de expansão territorial colonizadora. As organizações tribais eram vistas como potencialmente perigosas; deveriam ser reduzidas a aldeamentos cristianizados, escravizadas e/ou aproveitadas para a exploração e incursão nas matas. A própria natureza não escapava desta visão belicosa. Fazia parte de um mundo selvagem a ser dominado, pilhado, destruído.

3. Colonização e sertão

A rigor a relação entre colonizador e indígenas era mais complexa, daí certamente derivando a existência de núcleos de subsistência e de estruturação social à margem do sistema escravocrata. A presença indígena e de seus descendentes na

composição étnica da população, na formação das populações sertanejas e de segmentos vinculados à subsistência e à exploração de recursos florestais integra o mundo colonial. Os primeiros núcleos brasileiros surgiram da miscigenação étnica entre portugueses e indígenas e principalmente da assimilação de conhecimentos e técnicas dos indígenas. Recebiam os portugueses a herança de um imenso e milenar saber relacionado à sobrevivência e utilização de recursos da floresta tropical.

Os novos núcleos de origem européia só puderam sobreviver e crescer em condições tão diversas das européias porque, como assinala Darcy Ribeiro,

> *"aprenderam com os índios a dominar a floresta tropical, fazendo deles seus mestres, guias, remeiros e sobretudo fazendo das índias suas mulheres, em quem geraram uma vasta prole mestiça"*.

A presença e atuação dos elementos indígenas na formação brasileira estudados por Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e Fronteiras*[23] revelam como as práticas indígenas foram básicas na formação do sertanejo brasileiro.

A conquista do sertão, o embrenhamento por suas matas teve indígenas como seus guias e a presença de nomes indígenas em rios e demais acidentes geográficos é um testemunho deste fato. A nutrição e a subsistência de núcleos portugueses não podia contar com uma regular importação. Tiveram que absorver os inúmeros conhecimentos a respeito das propriedades vegetais, das frutas, das madeiras, das raízes e folhas que eram ao mesmo tempo o medicamento em terras onde não se podia contar com a medicina de origem européia.[24] O apoio indígena à mobilidade portuguesa está patente também *"na persistência de vários termos de procedência tupi na nomenclatura de utensílios, ordinariamente de trançado*

---

[23] Sérgio Buarque de Holanda - *Caminhos e Fronteiras*- 3ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1994

[24] Sérgio Buarque de Holanda – *Obra citada,* pag. 156

(samburá, jacá, xuã) que se destinam a guardar ou transportar certos objetos no curso das jornadas". [25] Não é menos significativo que em São Paulo, e nas terras descobertas e povoadas por paulistas, registrou-se a permanência de bilinguismo tupi-português em todo o século XVII.

O avanço da colonização portuguesa, por outro lado, implicou na introdução de inúmeros produtos e técnicas européias. O açúcar de enorme importância na viabilização mercantil da colonização é um exemplo. O cavalo, o boi, a ovelha, a galinha e o porco foram introduzidos e disseminados pelos portugueses. A tecnologia em que se baseava a produção colonial, originalmente quase só indígena no que dizia respeito à subsistência foi sendo enriquecida por contribuições européias que lhe emprestaram uma produtividade crescente tais como os instrumentos de metal —— machados, facas, facões, foices, enxadas, anzóis, as armas de fogo. Acrescentem-se dispositivos mecânicos pouco difundidos no primeiro século como a prensa que substituiu o tipiti indígena no preparo da farinha de mandioca, o monjolo com que se pilava o milho, o carro de bois, as moendas de espremer cana, a roda d'água, o tear composto, o descaroçador de algodão, a roda de oleiro, os tachos de metal que substituíram o torrador de cerâmica no fabrico da farinha.

As casas melhoraram com a técnica de edificação de muros e paredes de taipa ou adobe para os mais pobres e de tijolos, cal e cobertura de telhas para os mais ricos. O mobiliário se tornou progressivamente mais elaborado deslocando as redes de dormir para dar lugar aos catres; as cestas trançadas foram substituídas por canastras de couro ou arcas de madeira, a que se somaram bancos, armários, oratórios. Incluem-se ainda o preparo de uso de velas, a produção de aguardente. As lâmpadas de azeite, de couros curtidos, novos remédios, sandálias, chapéus e técnicas de tecelagem, que

[25] Sérgio Buarque de Holanda - *Obra citada*, pag. 156

permitiram o fabrico de panos de algodão,[26] generalizaram-se no mundo colonial.

A colonização tinha as suas fronteiras. O fato de existir um Brasil com limites juridicamente definidos não significa que fosse de fato ocupado. A presença dos elementos entrelaçados pela cultura portuguesa com suas pequenas vilas, igreja, fazendas, vendinhas, ocupava uma pequena franja litorânea com algumas poucas entradas pelo interior nos séculos XVI e XVII. Foi através de trilhas indígenas e de todo um aprendizado com o manejo da vida florestal que os bandeirantes adentraram pelo sertão dando origem a época do ouro em Minas Gerais.

Havia um grande sertão com seus núcleos dispersos: certamente pequenos arraiais com uma população de dimensões pouco conhecidas e economia cujas trocas internas constituíam um circuito próprio atrelado a outro mais amplo. Em meio a matas, geralmente em locais de difícil acesso, havia também quilombos. Muitas vezes colonos amparados pelo reconhecimento oficial se depararam com a sua presença. É, por exemplo, um dos episódios da ocupação do vale do Macaé por colonos suíços. Um mundo pouco conhecido dos portugueses e ainda hoje pouco resgatado pela historiografia.

Havia na época colonial um setor genericamente agrupado como área de subsistência, disseminado no sertão e no litoral, travando relações esporádicas com o mercado de onde lavradores se proviam de ferramentas, um acanhado vestuário e sal. No dizer de Caio Prado Júnior, enquanto na grande lavoura se encontrava a exploração em larga escala, disposta em grandes unidades de produção (fazendas, engenhos) que empregavam numerosa mão de obra numa organização coletiva do trabalho, na agricultura de subsistência predominava outro tipo de estrutura tanto em relação à

---

[26] Darcy Ribeiro - *Obra citada*, pag. 247

propriedade como nos padrões e objetivos do trabalho. Era, segundo o historiador:

> *"um setor subsidiário da economia colonial, depende exclusivamente do outro, que lhe infunde vida e forças. Daí o seu baixo nível econômico, quase sempre vegetativo e de existência precária. De produtividade escassa e sem vitalidade apreciável. Raramente encontramos lavouras desta natureza que se elevem acima de tal nível. Em geral, a sua mão de obra não é constituída de escravos: é o próprio lavrador, modesto e mesquinho que trabalha. Às vezes com o auxílio de um outro preto, ou mais comumente de algum índio ou mestiço semi-servil. Excepcionais são neste setor as fazendas".* [27]

Descrição genérica sem localização no tempo carregada de adjetivações pejorativas, como aliás era comum descrever o homem do campo pobre. Além disso trata indiscriminadamente a lavoura de subsistência e aquela destinada ao mercado interno.

Pesquisas recentes dão conta de uma dimensão expressiva de formações sociais certamente importantes na viabilização da economia de fazendas vinculadas ao mercado. Elas redimensionam por exemplo a presença da população livre; indicam a existência de propriedades de dimensões diferenciadas e menores do que o latifúndio. Empregavam pequenas quantidades de escravos ou membros da própria família. Apontam para a existência de um regular mercado de alimentos. Segundo João Fragoso:

> *"Os dados populacionais existentes para 1819 pontualizam cabalmente que a sociedade colonial não se resumia a grandes senhores e escravos. Na verdade, a população cativa girava ao redor de um terço do total e, para as áreas ligadas à praça*

[27] Caio Prado Júnior - *Formação do Brasil Contemporâneo*-6ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1961, cap. *A Agricultura de Subsistência,* pag. 154

mercantil do Rio de Janeiro (sul-sudeste-sudoeste) tal percentagem era ainda menor - 28, 6%"[28].

Na Capitania do Rio de Janeiro, Fragoso identifica inúmeras áreas especializadas na produção de aguardente e mantimentos, tais como mandioca e milho. Este era o caso dos Distritos de Cabo Frio e Inhomirim. E a população escrava nestas localidades era 40% do total. [29] Na própria orla da baía da Guanabara encontraríamos áreas dedicadas à produção de mandioca. Minas Gerais com uma população estimada em 612.000 habitantes, com 168.500 escravos (então a maior concentração de escravos do Brasil) destinava suas atividades principalmente para o mercado interno.[30] Em São Paulo, além da agricultura de alimentos havia um grande comércio de mulas e bovinos. Entre l780 e 1800 passaram pelo registro de Sorocaba cerca de 10 000 mulas por ano, número que se elevou para mais de 30.000 entre 1800 e 1826. [31]

No sudeste o mercado interno crescera em função do grande afluxo demográfico, abertura de estradas e constituição de núcleos urbanos vinculados à economia do ouro. O Rio de Janeiro aliava ao seu papel de capital administrativa do Brasil desde 1763 a função de praça mercantil onde se intercruzavam vários circuitos: o internacional, na medida em que era o porto por onde se escoavam as exportações e chegavam as importações e outro interno, ponto de intercessão de rotas por onde fluíam mercadorias procedentes do sul do país e do interior mineiro. Daí o seu caráter urbano com uma população crescente onde, ao lado de ofícios artesanais, despontava uma intelectualidade aberta a influências estrangeiras, inclusive às correntes iluministas e liberais que desafiavam o Antigo Regime.

---

[28] João Luís Ribeiro Fragoso - *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830),* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992, pag. 101

[29] João Luís R. Fragoso - *Obra citada*, pag. 102

[30] João Luís R. Fragoso - *Obra citada*, pag. 104

[31] João Luís R. Fragoso - *Obra citada,* pag. 113

A rigor devemos fugir à esquemática visão de uma dualidade econômica constituída de um lado pela economia voltada para o mercado onde a circulação de mercadorias se expressava em padrão monetário e outro setor vinculado a pura subsistência e à economia natural. Muito provavelmente havia uma interpenetração destas duas esferas, formando-se circuitos complementares ao dos mercados regulares. Segmentos pobres realizavam certamente inúmeras trocas entre eles próprios e mesmo áreas distantes do mercado estabeleciam com ele alguma relação, de tal maneira que se criava uma cadeia de conexões. Ainda que circulasse pouco dinheiro, em algum ponto próximo de povoados ou neles próprios havia uma venda a estabelecer o contato com outros mercados mais movimentados.

Na segunda metade do século XVIII a produção para o mercado interno sofria uma dupla restrição derivada de um lado da inserção no mercado mundial que se manifestava no elevado índice de produtos alimentares na composição das importações e de outro pelas restrições às atividades manufatureiras impostas pela política metropolitana da qual resultou por exemplo o famoso Alvará de 1785.[32] Desde o século XVII se manifestou uma contradição entre o incremento da produção destinada à exportação e a insuficiência do abastecimento alimentar. Várias medidas oficiais tentaram estabelecer a obrigação das fazendas escravocratas produzirem mandioca. Explodiu também nas várias crises de alimentação vividas por centros como Rio de Janeiro e Salvador, como demonstra Francisco Carlos Teixeira em sua tese.[33] O problema ganharia proporções ainda maiores no século XIX, quando a grande concentração do setor primário nas exportações limitou a produção de alimentos como escreveu Sebastião Ferreira Soares em 1860:

---

[32] Alvará de 1785 proibindo as fábricas e manufaturas no Brasil. Texto integral em Nelson Werneck Sodré - *Formação Histórica do Brasil* - 2ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1963, pags. 206, 207

[33] Francisco Carlos Teixeira - *A Morfologia da Escassez: Crises de Subsistência e Política Econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680 - 1790)* - Tese de doutoramento - UFF - Niterói, 1990

> *"Naquelas províncias em que se sente a diminuição dos gêneros alimentícios, não provem ela da falta de braços que se possam empregar nessa lavoura, mas de terem sido eles desviados para a grande cultura dos gêneros mais procurados pelo nosso comércio de exportação."*[34]

4. "MORADA DA POBREZA, BERÇO DA PREGUIÇA , TEATRO DOS VÍCIOS"

No último quartel do século XVIII, sob o influxo das mudanças internacionais, o tradicional sistema colonial entrou em crise. Vivia a Europa uma nova conjuntura marcada pela crise do Antigo Regime. Entrava-se no que Hobsbawm denominou a Era das Revoluções.[35] A Europa, que no século XVI detonara um movimento civilizatório e expansionista, era novamente o epicentro de uma transformação mundial. Vivia a Europa uma onda de crescimento demográfico qualificada por Malthus[36] como ameaçadora. Segundo ele, a população crescia em progressão geométrica ao passo que a produção de alimentos ocorria em escala aritmética.

O espectro da pobreza rondava a Europa. Intensificava-se o deslocamento de grandes massas rurais para as cidades, que se tornavam o espaço privilegiado das iniciativas que configuravam a Revolução Industrial emergente. Surgiam novas oportunidades de movimentação e aplicação de capital daí resultando uma rede de novas atividades e alteração da estrutura profissional e ocupacional. Desencadeava-se uma espiral de inovações produtivas articuladas às mudanças nos padrões de consumo.

---

[34] Sebastião Ferreira Soares (1820-1887) - *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil,* (1860), Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1977, pag. 19

[35] Eric J. Hobsbawm - *A Era das Revoluções - Europa 1789-1848*, 9ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994

[36] Robert Malthus (1766-1834)-autor de *Na Essay on the Principle of Population* (1798)

São fatores que favorecem o interesse por novas matérias primas e ampliação dos mercados. O crescimento demográfico e a urbanização progressiva aumentam a demanda por alimentos, pressionando a agricultura. As transformações ocorridas no mundo rural criam um contingente humano que, impossibilitado de reproduzir-se como antes, busca novos espaços e alternativas para viver. É a origem do potencial migratório. A crítica às antigas restrições do direito de locomoção; a afirmação da liberdade individual e a consagração do mercado confrontam-se com as restrições de origem feudal presentes no Antigo Regime.

Neste contexto, Portugal vive a crise de uma pesada herança histórica: dependência das importações, precário desenvolvimento técnico e atraso industrial. Reduzido seu domínio colonial no mundo, aumenta a sua dependência ao Brasil. Deve enfrentar os problemas decorrentes do ritmo declinante das exportações no Brasil como as do açúcar e do ouro As exportações que, por volta de 1760 se haviam aproximado de cinco milhões de libras pouco excediam em média três milhões nos últimos vinte e cinco anos do século.[37] Não obstante certa diversificação da pauta de exportações que, no período 1796-1807, compunha-se de 126 produtos[38], a crise do setor externo se prolongaria até as primeiras décadas do século XIX. Segundo Celso Furtado,

> *"a causa principal do grande atraso relativo da economia brasileira na primeira metade do século XIX foi portanto o estancamento de suas exportações. Durante esse período a taxa de crescimento anual do valor em libras das exportações brasileiras não excedeu 0,8%, enquanto a população crescia com uma taxa anual de 1,3%"* [39]

O problema se tornaria ainda maior em virtude de uma flagrante deterioração dos termos de troca, uma vez que entre 1821 e 1840 ocorreu uma baixa dos preços de exportação em torno de 40%

---

[37] Geraldo Beauclair - *Raízes da Indústria no Brasil*, Rio de Janeiro, Studio F&S Editora, 1992, pag.26
[38] Geraldo Beauclair - Obra citada, pag. 27
[39] Celso Furtado - *Obra citada, pag. 126*

ao passo que os preços dos produtos importados não variou neste período.[40]A partir da segunda metade do século XVIII, a influência de "letrados" preocupados com o progresso de Portugal implementou os ensaios de uma política reformista com os objetivos de remover os entraves responsáveis pela estagnação e desperdício.

Sob influência do Iluminismo e da Fisiocracia, a política econômica de Portugal foi repensada. Nascia um projeto industrializante, menos dependente das importações e para isto tornava-se imprescindível um maior aproveitamento do domínio colonial no Brasil, que andava às voltas com as dificuldades de suas exportações. Uma grande quantidade de "memórias" produzidas em fins do século XVIII e inícios do século XIX trata das potencialidades de novos produtos. A Academia Científica fundada no Rio de Janeiro em 1772, adotando o nome de Sociedade Literária em 1786 produziu vários textos sobre a cultura do anil, cânhamo, cochonila, além da elaboração de tratados de História Natural, Química, Astronomia, etc. Diversos relatórios apareceram sobre técnicas agrárias. Pesquisas sobre a flora foram realizadas pelo naturalista mineiro Frei José Mariano da Conceição Veloso, do que resultou uma série de volumes iniciados em 1798 que compunham uma coleção tendo o título genérico de *"O Fazendeiro do Brasil Melhorado na Economia Rural dos Gêneros Já Cultivados e de Outros Que se Podem Introduzir e nas Fábricas Que lhe São Próprias, Segundo o Melhor Que se Tem Escrito a Este Assunto Debaixo dos Auspícios e de Ordem de Sua Alteza Real, o Príncipe do Brasil, Nosso Senhor".* [41]

Destacaram-se nomes de naturalistas e interessados no problema agrário como Manuel da Arruda Câmara, Hipólito José da Costa, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt, Baltasar da Silva

---

[40] Celso Furtado - *Obra citada*, pag. 127

[41]Ver Francisco Soeiros - *Metáforas do Trabalho na República das Letras; Atitudes Anti-escravistas na Crise do Sistema Colonial - dissertação de Mestrado, UFF - Niterói - 1985 e* Emanuel Araújo - *Introdução a Luíz dos Santos Vilhena - Pensamentos Políticos sobre a Colônia,* Rio, Arquivo Nacional, 1987, pags. 7, 8, 9

Lisboa e outros. Diversas foram as expedições e estudos acerca da natureza brasileira, realizados por cientistas luso-brasileiros. O mineralogista e zoólogo Alexandre Ferreira comandou a primeira expedição científica ao interior do Brasil, no período de 1786 a 1792, percorrendo parte da região norte da Colônia. A expedição do Frei José Mariano de Conceição Veloso ao interior da Capitania do Rio de Janeiro deu origem a obra *Flora Fluminensis* (1790)[42]

De certo modo a crise estimulava a diversificação de produtos agrícolas e extrativos destinados à exportação o que era visto como fundamental pelo vice-rei Marquês de Lavradio conforme se depreende de sua expressiva carta endereçada ao Marquês de Angeja em l772. Nela o vice-rei reconhecia as potencialidades da flora brasileira.

> *"Devo dar a notícia que vendo eu o pouco caso que na América se fazem das preciosidades que não fossem ouro ou diamantes, tendo este Estado tantas quanto a mim e ainda mais importantes e úteis que aquelas e que não só em Europa se não conheciam, mas até os habitantes deste mesmo continente as ignoravam, perdendo as grandes utilidades que daqui lhe pode resultar, e até faltando-se a humanidade com muitos socorros com que se podem fazer mais perduráveis as vidas, remediando-se muitas moléstias e achaques, por efeito das admiráveis plantas e raízes, óleos, bálsamos e gomas de que é cheio todo este continente".*

Além de tomar medidas concretas para promover a sua exploração, percebia a oportunidade histórica de fugir à dependência histórica que amarrava a colônia aos interesses europeus.

> *"Resolvi-me a fazer um ajuntamento de médicos, cirurgiões, botânicos, farmacêuticos e alguns curiosos assim desta capital como dos sertões desta capitania, parecendo-me que deste modo poderei conseguir fazer ao Estado e à Pátria, não só um serviço utilíssimo, mas até concorrer para que não continuemos a passar pela vergonha de que os estrangeiros sejam só os que nos instruem e se*

[42] Francisco Soeiros, Emanuel Araújo- ver *obras citadas*

aproveitem dessas preciosidades que nós temos, mas que nós possamos ser os que os instruamos a eles e tiremos as grandíssimas utilidades que daqui nos podem resultar" [43]

O pensamento reformista luso-brasileiro, ainda que sem questionar as bases escravocratas do mundo colonial, diagnosticou problemas básicos da estrutura econômica colonial. Em pequeno relatório - *"Informação do Estado do Brasil e de suas necessidades",* datado de 1779, o relator aponta um problema crônico da economia agroexportadora colonial - a deterioração dos termos de troca no comércio externo com conseqüências que se irradiam sobre toda a economia:

"Devo também informar o estado miserável em que estão todas as conquistas do Brasil, e de tal qualidade que vendidas todas as fazendas e propriedades que tem os seus moradores não chegarão a satisfazer os seus débitos, pelos excessivos preços que lhe vem de fora, como se vê que hoje com quatro e seis arrobas de açúcar ou de tabaco não chegam a satisfazer aquilo que antigamente faziam com uma só arroba: porque antigamente valia um negro vindo de Angola vinte mil réis, e o mais caro vinte e quatro e hoje valerá, cinqüenta, sessenta e setenta. Antigamente uma pipa de vinho valia de-zoito e vinte mil réis, e hoje vale quarenta e quarenta e cinco. Antigamente valia um quintal de ferro ou de breu dois mil réis, e hoje vale quatro, seis e oito. Antigamente valia uma libra de cobre meia pataca, e dois tostões, e todos os mais gêneros subiram nesta sobredita forma, e os frutos da terra sem algum valor, e com muita declinação por cansarem as terras e lhes faltarem fábricas para o benefício delas, e sobre isto fintas e sobre fintas, tributos e sobre tributos, novos impostos, de que os vassalos se vêm quase exasperados." [44]

A crise de Portugal e do colonialismo no Brasil, num contexto mundial em que emergia uma nova visão econômica valorizadora da produção e do desenvolvimento técnico e científico

---

[43] Marquês do Lavradio - *Carta de Amizade Escrita ao Sr. Marquês de Angeja em 6 de março de 1772 em Cartas do Rio de Janeiro,-1769-1776*, Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Livro, 1978pag. 97

[44] Revista do Instituto Histórico - Geográfico Brasileiro, s/d.

foi pensada no Brasil por teóricos luso-brasileiros dispostos a remover os entraves que limitavam a exploração das potencialidades da terra. Luís dos Santos Vilhena,[45] em fins do século XVIII, foi um dos expoentes do pensamento reformista destinado a rever a política colonial. Propunha novas medidas capazes de incrementar o povoamento e o cultivo das terras do Brasil sempre com o objetivo de produzir *"infinitas mais riquezas que as que envia para a Europa"*.[46] Em suma, propõe uma redistribuição da propriedade da terra inclusive disseminando a pequena propriedade à qual vinculava o estímulo de enriquecimento. Partindo de um diagnóstico que considerava a enorme contradição entre a natureza exuberante e o subaproveitamento de suas riquezas defendia soluções que permitissem que o Brasil deixasse de ser a *"morada da pobreza, berço da preguiça e o teatro dos vícios".* [47]

A redistribuição da propriedade da terra era fundamental:

> *"Por quê em um país tão fecundo das produções da natureza, tão rico em essência, tão vasto em extensão, há de ser habitado por um tão diminuto número de colonos, a maior parte pobres, muitos deles esfaimados? Quem ignora que as infinitas e extensíssimas datas, que por sesmarias se tem inconsideravelmente dado no Brasil são a benefício de tudo de caças e feras quando ruinosíssimas aos homens? Que infinidade de pequenos proprietários não teriam subsistência para suas e muitas outras famílias se lhes foram (proporcionalmente) distribuídas as terras que a vaidade de uns destina para plantas e árvores infrutíferas, para pastos de casas na Europa e a avareza de outros para patíbulos de feras na América?"* [48]

Povoar, produzir*!* Terras ociosas, gente ociosa eram os males desta *"morada da pobreza, berço da preguiça, teatro dos*

---

[45] A obra que nos serviu de base para o exame do pensamento de Luís dos Santos Vilhena foi *Pensamentos Políticos sobre a Colônia*, introdução de Emanuel Araújo, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1987

[46] Luís dos Santos Vilhena - *Obra citada*, pag. 74

[47] Luís dos Santos Vilhena - *Obra citada*, pag. 50

[48] Luís dos Santos Vilhena - *Obra citada*, pags 53, 54

vícios". Identificava uma gigantesca ociosidade da população, produto da preguiça. Eram estes ociosos que deveriam ir para os campos para trabalhar efetivamente. Nas cidades eles constituíam a população pobre que vivia de pequenos expedientes, escravos, artífices. Eles existiam inclusive entre funcionários públicos e militares. Na área rural, era indizível:

> *"O número de ociosos mandriões que vivem pelos campos, agregados nas terras de alguns ou de todos os engenhos e muitas fazendas, onde arrendam por duas patacas e menos terra em que levantam uma choupana de toscos paus e palhas de pindoba, e a esta chamam sua casa, mobiliada de ordinário com duas ou três esteiras de tábua segundo as camas de que carece a família, uma cumbuca ou grande cabaço para guardar e levar farinha,, um pote, um coco correspondente, trem de cozinha e mesa, três pedras e cinzeiro no meio da casa, um ou dois cachimbos de barro, um pedaço de rede se é próxima a praia ou rio, duas ou mais facas bem apontadas, uma lança, traste indispensável assim como o cacete; alguns há que tem sua rede para balançar-se e finalmente alguns pés de banana defronte da porta"* [49]

Preconizara:

> *"transferir da Europa para o Brasil alguns agricultores, assim como das ilhas e ainda das nações estrangeiras, não como mercenários, mas sim proprietários a quem deverão conferir-se prédios em todas as qualidades de estações, não só para ajuizarem sobre a cultura delas à vista do clima e das estações como para servirem de exemplo de trabalho e economia dele aos brasilianos e excitar neles toda a emulação".*[50]

Seus planos previam ainda a instalação de índios em novas povoações bem como a importação de escravos. Além de extremamente autoritário, o plano contem uma visão depreciativa daqueles segmentos que não estivessem envolvidos diretamente na perspectiva de produção colonial. Era também inverossímil. Não havia nem força nem meios do Estado realizar transplantes populacionais do tipo

---

[49] Luís dos Santos Vilhena - *Obra citada*, pags. 60, 61
[50] Luís dos Santos Vilhena - *Obra citada*, pag. 59

pretendido. Incentivava entretanto a possibilidade de imigração e estabelecimento de pequenos proprietários vistos também como solução para a agricultura por outras vozes “ilustradas” nas três primeiras décadas do século XIX.[51]

5.Revolução Industrial e imigração

A conjuntura histórica das primeiras décadas do século XIX foi marcada pelas novas condições externas que asseguraram o triunfo do liberalismo e da proeminência britânica sobre o Brasil. O fim do tradicional colonialismo, antecipado pela independência norte-americana abria a perspectiva de um revigorado comércio mundial e de ampliação da fronteira econômica e cultural da Europa. A América livre das restrições coloniais oferecia terras, novas matérias primas demandadas pela Revolução Industrial[52], alimentos e medicamentos para uma população em vias de crescente urbanização.

Abria-se um novo continente cujas terras, natureza e produtos despertavam um imenso interesse científico evidenciado no patrocínio e realização de viagens de cientistas para a América do Sul. Estimulava-se o encontro de novas plantas, animais e minerais. Foi também no quadro destas mudanças culturais que emergiram posturas revalorizadoras do indígena, como a formulação

---

[51] Ver José Honório Rodrigues - *Independência: Revolução e Contra-Revolução*, 5 vols. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, cap. 2 - *A situação econômica nacional, da pag. 43 a 56*

[52] Sobre a Revolução Industrial e suas repercussões sobre áreas de passado colonial ver Eric Hobsbawm - *A Era das Revoluções-1789-1848*, 9ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994 e *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1969. Ver também Geraldo Beauclair - O*bra citada;* Ciro Flamarion Cardoso e Hector Pérez Brignoli - *História Econômica da América Latina*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983; Novais, Fernando - *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808),* 2ªed., São Paulo, Editora Hucitec, 1981

rousseauniana do *bom selvagem* e contrárias ao tráfico e à escravidão africana.[53]

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil implicou a revisão efetiva da política econômica. A abertura comercial promovia uma verdadeira invasão de produtos que chegavam nos navios que aportavam no Rio de Janeiro estimulados pelo padrão de consumo dos recém chegados. Correspondiam a um verdadeiro banho de cultura ocidental. Se de um lado havia necessidade e até propósitos de se promover a indústria nacional, como se depreende da revogação do Alvará de 1785 havia também uma desmedida abertura para as importações, cuja pauta incluía produtos de primeira necessidade como alimentos e vestuário.

A demanda de importações era tão maior quanto o espírito que orientava as medidas era a de marcha acelerada para a civilização cujo espelho era a Europa. Se por um lado, a política de terras se tornava mais liberal, facultando o acesso de estrangeiros à terra, a inserção do Brasil na economia internacional induzia à intensificação das exportações o que no quadro herdado da Colônia se traduzia na perspectiva de dilatação da fronteira agrária mediante a concessão de sesmarias e disse-minação do trabalho escravo.

Seja pela insuficiente capacidade de importar, seja em função da nova posição do Brasil em relação a Portugal foi estimulada a realização de inúmeros projetos inclusive de cunho industrial entre os quais estaleiros no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, a fábrica de pólvora e fábricas siderúrgicas como a Fábrica Sorocaba, a Fábrica Patriótica e a Fábrica de São João de

---

[53] Ver Sérgio Buarque de Holanda - *Imagens do Brasil no Velho Mundo,* cap. 2 de Sérgio Buarque de Holanda (org.) - *O Brasil Monárquico*, 1º vol, tomo II da *História Geral da Civilização Brasileira*, 4ªed. São Paulo-Rio de Janeiro, Difel, 1976. Ver também Afonso Arinos de Melo Franco - *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa: As Origens Brasileiras da Teoria da Bondade Natural, Rio de Janeiro, José Olympio, 1937*

Ipanema.[54] Em virtude das novas condições internacionais, tornava-se necessário reaparelhar o Estado e efetivar uma política interna compatível com o fato de a colônia se tornar o centro da monarquia portuguesa.

Em 1815 o Brasil passava a condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Ficava patente a insuficiência formativa da mão de obra no Brasil e o desconhecimento das próprias potencialidades do Brasil. Daí, a política cultural se orientar para construção da Biblioteca Nacional e o estímulo dado a viagens científicas e imigração de técnicos estrangeiros.[55] O Rei da Baviera, por exemplo, ordenou em 1815 uma viagem científica para a América. A oportunidade surgiu por ocasião do casamento de D. Pedro de Alcântara, príncipe herdeiro de Portugal, Brasil e Algarves com a Arquiduquesa da Áustria, Carolina Josefa Leopoldina. Em 1817 partia a expedição da qual faziam parte os cientistas Spix e Martius que nos legou um importante relatório sobre o Brasil da época. Transformaram-se em batalhadores da europeização do Brasil - traço cultural que desde logo perceberam existir no Rio de Janeiro.

> *"Língua, costumes, arquitetura e o afluxo dos produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro aspecto europeu. O que entretanto logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos"* [56]

Antes da vinda do rei, escreve Martius,

> *"Consistia o total da população (do Rio de Janeiro) numas cinqüenta mil almas, superando de muito, em importância, o número de habitantes*

---

[54] Ver Geraldo Beauclair - obra citada, cap. 4: *Estudo de Casos: O Estado como Organizador da Produção,* da pag. 74 a 112

[55] Carlos Oberacker - *Viajantes, Naturalistas e Artistas Estrangeiros,* cap. 5 de *O Brasil Monárquico, obra citada, Pg. 223*

[56] Johann Baptiste von Spix e Carl Friedrich Phillipp Von Martius - *Viagem pelo Brasil-1817-1820,* Belo Horizonte - São Paulo, Ed. Itaitiaia e Ed. Da Universidade de São Paulo, 198l, pg. 45

pretos e de cor aos brancos. No ano de 1817, em compensação, contava a cidade e o que nela se inclui mais de cento e dez mil habitantes." [57]

Prosseguia:

"Deve-se crer que, do ano 1808 em diante para aqui vieram da Europa uns vinte e quatro mil portugueses. Essa considerável imigração portuguesa, além de bom número de ingleses, franceses, holandeses, alemães e italianos que depois da abertura dos portos aqui se estabeleceram, quer como negociantes, quer como artesãos, devia por si mesma, abstraindo-se de qualquer outra consideração, imprimir uma mudança no caráter dos habitantes, porque a antiga relação entre brancos, pretos e mestiços ficou invertida". [58]

As inúmeras realizações e construções que marcaram os primeiros tempos de D.João no Brasil abriram o campo de trabalho para a participação estrangeira:

"Maquinistas e construtores navais ingleses, operários em ferro suecos, engenheiros alemães, artistas e fabricantes franceses foram convidados pelo governo para desenvolverem a indústria nacional e os conhecimentos úteis". [59]

As pretensões de progresso de D. João VI não podiam evitar o caráter ambíguo da política econômica. De um lado a sujeição ao liberalismo capitaneado pela Inglaterra e por outro a necessidade de incremento de iniciativas industriais e de abastecimento interno. O comércio externo era fundamental para a continuidade econômica e grande fonte tributária para o financiamento do aparelho de Estado, de sua burocracia e de suas forcas militares. Além disso a deficiência formativa de profissionais no Brasil estimulava as importações. Daí a continuidade e importância da política agroexportadora.

O Estado promoveu inúmeras medidas com vistas a superar a grande crise das exportações. Foi incentivada a pesquisa da flora.

---

[57] Spix e Martius - *Obra citada,* pag. 52
[58] Spix e Martius - *Obra citada, pag 52*
[59] Spix e Martius - *Obra citada, pag 53*

Em 1808 foi criado o Horto Botânico da Bahia; em 1811 o Real Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas. Pouco mais tarde seriam criados o Jardim de Especiarias de Recife, o Jardim de Plantas em Minas Gerais (1825), o Jardim Botânico Cuiabá e o Jardim de Plantas da Bahia (1825). Em 1825 seria fundada, com apoio oficial, a Sociedade Auxiliadora da Indústria que promovia importação, aclimatação, pesquisa e distribuição de plantas; concedia prêmios a quem introduzisse novos métodos de cultivo e novas máquinas. Tinha também a função de comprar e distribuir máquinas de diversas tipos.

Na época de D. João VI registrou-se um efetivo empenho em promover a pesquisa e diversificação da produção rural. O chá foi remetido de Macau para ser cultivado no Real Jardim Botânico e resultou na sua aplicação na Fazenda Real de Santa Cruz e na contratação de imigrantes chineses conhecedores das técnicas de produção de um gênero largamente consumido no oriente e na Europa. O cravo e outras especiarias orientais, já aclimatadas em Caiena foram em 1811 destinados ao Horto de Olinda e ao Real Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas. O plantio de pimenta do Reino foi iniciado em 1825 no Jardim de Plantas da Bahia. Sementes de fumo da Virgínia foram remetidas do Rio de janeiro para Cachoeiras na Bahia. A cana de açúcar Otaiti ou Taiti, denominada Caiena no Brasil foi introduzida no Pará, entre 1790 e 1803, na Bahia em 1810 e no Rio de Janeiro em 1811. Veio substituir a cana crioula dos tempos coloniais sujeita a doenças e com rendimento menor. O cacau, nativo da Amazônia, foi introduzido na Bahia, vindo a progredir no eixo Itabuna-Ilhéus ao longo do século XIX. Novas variedades de algodão foram introduzidas no nordeste em fins do século XVIII. O arroz da Carolina do Sul foi aclimatado no Brasil no final do século XVIII e em inícios do século XIX existiam no Rio de Janeiro fábricas de pilar arroz. Desenvolveu-se o plantio da fruta-pão, da jaqueira, do trigo, da raiz da araruta, do cânhamo e do anil.

Porém o produto destinado a desempenhar o papel mais importante na economia brasileira foi o café. Integrava a tradição colonial de introduzir produtos de fora. O próprio Rei distribuía sementes deste arbusto procedente do mundo árabe e que nos chegava através das Guianas.[60] Curiosamente o seu plantio era estimulado quando no século XVI fora taxativamente proibido por D.Manuel. [61]A sua boa aceitação no mercado mundial, a disponibilidade de terras próximas ao porto do Rio de Janeiro, a existência de estradas que, atravessando a serra, ligavam o interior de Minas Gerais ao litoral e sobretudo a possibilidade de se contar com uma grande oferta de escravos tanto procedentes do exterior como do próprio Brasil sinalizavam para uma promissora expansão no interior do sudeste. Era a retomada de uma atividade em tudo semelhante ao que foi o açúcar em termos de desmatamento, constituição de fazendas e disseminação da escravidão. O café por sua extraordinária liquidez foi comparado ao ouro - *ouro verde*. [62]

Ao mesmo tempo foram tomadas diversas medidas com vistas a assegurar o abastecimento alimentar do Rio de Janeiro que experimentava rápido crescimento demográfico. Os tropeiros ficaram isentos do recrutamento militar, o mesmo se estendendo a condutores de gado e mantimentos para a Corte. Os barcos costeiros

---

[60] Sobre a política oficial de aclimatação de novas plantas e aproveitamento de recursos florestais ver Warren Dean - *A Ferro e Fogo - A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira,* São Paulo, Companhia das Letras, 1996, capítulos 6 e 7, da pag. 134 a 183; Warren Dean - *A Botânica e a Política Imperial: a Introdução e a Domesticação de Plantas no Brasil* em *Estudos Históricos*, Rio de janeiro, vol. 4, n° 8, 199l, da pag. 226 a 228. Ver Eulália Maria Lobo Lahmeyer - *História Político-Administrativa da Agricultura Brasileira (1808-1889), s/ed.*

[61] *"Apesar de ter sido transplantado da India para o Brasil, onde principiou a prosperar, foi contudo mandado arrancar por el-rei D. Manuel, para conservar o comércio com a Ásia, impondo a pena de morte aos que tratassem da sua cultura e progresso"* em José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo (Monsenhor Pizarro) - *Memórias Históricas do Rio de Janeiro, 7° vol., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948, pag. 91*

[62] Ver Humberto Machado - *Escravos, Senhores e Café ; A Crise da Cafeicultura Escravista do Vale do Paraíba Fluminense-1860-1888*, Niterói, Clube de Literatura Cromos, 1993

que conduziam mantimentos e artigos de construção para a Corte (Rio de Janeiro) ficaram isentos de contribuições e emolumentos anteriormente estabelecidos. Em 1815 proibiu-se o comércio de cabotagem feito por navios estrangeiros. Foi estimulada a construção de estradas, do que resultou em 1812 a Estrada do Comércio e pouco depois a Estrada de Polícia — estradas que ligavam o vale do Paraíba e o sul de Minas Gerais à Corte.[63]

Num contexto em que viajantes e cientistas proclamavam a exuberância e potencialidades das terras do Brasil, em que se ampliava a oferta de trabalhadores livres para a América, em que se desencadeavam pressões britânicas contra a escravidão pode-se compreender a boa receptividade do governo de D.João VI à imigração. No plano econômico era uma forma de ampliar a oferta de trabalhadores com certa especialização, ampliar a produção de gêneros alimentícios e mesmo abrir novas áreas para a economia nacional. O próprio aumento populacional era benvindo podendo suprir necessidades na lavoura, na manufatura e em outros serviços.

Politicamente, a imigração era certamente um modo de se assegurar o reaparelhamento burocrático e militar do Estado além de conferir novas bases de apoio à monarquia que vinha se constituindo, ampliando a sua margem de manobra em face da intensificação da escravidão e do poder dos grandes proprietários de terra. O exemplo da revolta escrava do Haiti[64] pode ter impressionado as autoridades metropolitanas e alertado para o perigo de uma radicalização da dicotomia senhores e escravos. A abertura para a contratação de imigrantes vinha de encontro a uma componente cultural que identificava civilização à Europa ao mesmo

---

[63] Ver Alcir Lenharo - *As Tropas da Moderação (O Abastecimento da Corte na formação política do Brasil-1808-1842), São Paulo, Símbolo, 1979*

[64] *"Trata-se do único caso em que o fim da escravidão pode ser apresentado como resultante de uma revolução social e nacional (1791-1804)",* Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Brignoli - *Obra citada, pag. 146*

tempo que menosprezava o trabalhador nacional considerado indolente e pouco motivado ao progresso. Por último, o exemplo dos Estados Unidos da América concorreria também para a boa aceitação oficial da perspectiva imigratória.

6.A política de colonização estrangeira

Inaugurava-se a política de colonização estrangeira. Embora já houvesse vozes isoladas que como Luiz dos Santos Vilhena defendiam a contratação de imigrantes e a adoção de um plano distribuidor de pequenas propriedades, a iniciativa partiu do exterior, através do agente suíço Sebastião Nicolau Gachet.[65] Significativamente a contratação de imigrantes rurais seria patrocinada pelo Estado, que bem acolhendo a proposta, se prontificou a pagar as despesas da travessia oceânica, assegurar a distribuição gratuita de terras, isenção impostos e a conceder subsídios monetários aos colonos ao longo dos dois primeiros anos.

A iniciativa privada não somente não estava disposta a arcar com os custos da operação migratória como orientava-se preferencialmente para a importação de escravos apesar da pressão britânica contrária. A política de colonização estrangeira iniciada por D. João VI seria seguida por D.Pedro e encontraria em José Bonifácio um sólido defensor, tanto pelas possibilidades imediatas de formação de batalhões estrangeiros como em função de sua visão sobre o processo de ocupação territorial no Brasil. Percebia a dramaticidade do problema agrário nacional. Ressaltava por exemplo o caráter predatório da grande lavoura e suas nocivas conseqüências ambientais.

A aplicação de um modelo escravocrata tinha uma direta relação com a depredação da natureza e com a operação econômica,

---

[65] Ver Nicoulin, Martin - *A Gênese de Nova Friburgo - Emigração e colonização suíça no Brasil (1817-1827),* Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1995

tão bem caracterizada por Alberto Torres[66], como uma troca desfavorável de matas por bugigangas européias, mediatizada pela constituição das ***plantations***. As elites inclusive pautavam seu modelo de civilização por uma aversão às matas e a população que nelas vivia, sempre tratadas como seres inferiores e ignorantes.

Aliás não deixa de ser sintomático que ao mesmo tempo que D. João VI fazia um discurso favorável a colonização estrangeira como meio de dilatar a civilização do Reino do Brasil, não hesitou em declarar guerra aos índios botocudos em Minas Gerais.[67] As elites encaravam como preguiçosos e vadios como aliás pudemos constatar em Vilhena, todos aqueles que viviam nos matos. Não eram capazes de entender outros modos de vida que não os submetidos aos padrões de enriquecimento monetário. Considerava-se produção apenas aquela que fluía para o mercado e era passível de ser medida monetariamente.

Ao escravismo José Bonifácio reputava a pobreza, o luxo e a corrupção. Visionariamente imaginava que, com o fim da escravidão, os proprietários *"aproveitarão terras abertas e livres de matos que hoje jazem abandonadas como daninhas. Nossas matas preciosas em madeiras de construção, civil e náutica, não serão destruídas pelo machado assassino do negro e as chamas devastadoras da*

---

[66] Alberto Torres - *O Problema Nacional Brasileiro - Introdução à um Programa de Organização Nacional,* 4ª ed., Brasília, UNB, 1982

[67] *"D. João VI se refere na carta régia de 1809 à carta régia de 13 de maio de 1808, que manda fazer guerra aos índios Botocudos em Minas Gerais. E a esse respeito toma novas medidas pela carta régia de 24 de agosto de 1808. E o mesmo procedimento se encontra expresso na Carta Régia de 5 de novembro de 1808, referente aos indígenas Botocudos dos campos gerais de Curitiba e Guarapuava. A causa dessas cartas que determinavam a perseguição real aos índios Botocudos estava na prática de atos violentos, depredatórios e de antropofagia que eles faziam nas suas excursões aos meios coloniais"*. Luís Demoro - *Coordenação de Leis de Imigração e Colonização,* Rio de Janeiro, Instituto de Nacional de Imigração e Colonização, 1960, pag. 13

ignorância”. [68] Em seu projeto social, a alternativa estava na pequena propriedade e no trabalho livre:

> *“É pois evidente que se a agricultura se fizer com os braços livres dos pequenos proprietários ou por jornaleiros, por necessidade e interesse serão aproveitadas essas terras e desse modo se conservarão, como, herança sagrada para nossa posteridade, as antigas matas virgens, que pela sua vastidão e frondosidade caracterizarão o nosso belo país.”*[69]

A época de D. João VI e mesmo a de seu sucessor D. Pedro I era perpassada por uma contradição profunda. Ao mesmo tempo que se abriam possibilidades de conhecimento e aproveitamento dos recursos nacionais, de progresso industrial, de ampliação da consciência e participação cidadã, prosseguia forte a tradição escravocrata, predatória, em que terras e natureza eram devoradas num processo de expansão agrícola na qual se casavam a disponibilidade de terra, a mão de obra escrava e um “gênero tropical” demandado pelo mercado mundial.

O liberalismo que na Europa estava associado ao crescimento industrial, progresso técnico e no plano político ao governo da representatividade, no Brasil significava uma crescente dependência econômica ao exterior, intensificação da escravidão e a instituição de mecanismos políticos e administrativos marcados pela excludência social. Entrava-se na era dos barões. Enquanto a Europa avançava rumo à industrialização e desencadeavam-se movimentos sociais contra o absolutismo, acentuava-se o caráter agroexportador da economia brasileira, o poder da grande propriedade escravocrata e o antigo poder monárquico conservava-se em composição com as oligarquias provinciais e locais.

---

[68] Citado em José Augusto Pádua - *Natureza e Projeto Nacional: As Origens da Ecologia Política no Brasil* em José Augusto Pádua (org.) - Ecologia e Política no Brasil, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987, pag. 36

[69] José Augusto de Pádua - *Obra citada*, pag. 37

Estima-se que até 1920 cerca de 50 milhões de europeus se deslocaram para outros continentes, e a maior parte entre 1820 e 1920.[70] A América tornou-se o maior receptor de imigrantes, especialmente na segunda metade do século XIX. Antes de 1845, somente em um ano ocorreu que mais de 100.000 passageiros tivessem chegado aos Estados Unidos. Entre 1846 e 1850 uma média anual de mais de 250.000 deixou a Europa. Cifras modestas se comparadas com o grande surto migratório de pós 1880 em cuja década ocorreu uma média anual de 700 e 800.000 emigrantes europeus. Nos anos posteriores a 1900 esta média variaria entre 1 e 1,4 milhão.[71]

O Brasil somente participaria de forma significativa deste fluxo à partir da segunda metade do século. As diferenças em relação aos Estados Unidos da América foram enormes. Enquanto cerca de 5 milhões de imigrantes afluíram para os Estados Unidos no período 1810-1860, o total de imigrantes para o Brasil na primeira metade do século passado não superou 50.000.[72] A discrepância tem a ver com as possibilidades diferenciadas abertas para os imigrantes. Nos Estados Unidos, além de um crescente desenvolvimento industrial havia também uma política de terras muito mais atraente para o pequeno camponês. Contava ainda com maior integração no comércio mundial e uma frota marítima própria.

O movimento migratório exigia para a sua exeqüibilidade uma organização própria que envolvia a propaganda e a constituição de verdadeiras companhias especializadas na colonização e imigração, além de atraente distribuição de terras. Faltou vontade política do governo brasileiro para operar nestas bases organizativas. Ao longo da primeira metade do século a expansão agrária no Brasil continuou a se fundamentar na grande lavoura e no tráfico de escravos. Poucos fazendeiros eram atraídos pela mão de obra

---

[70] Pierre Chaunu - *Prefácio* a Martin Nicoulin - *Obra citada, pag,. 22*

[71] Eric Hobsbawm - *A Era do Capital-1848-1875,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed., 1982, pags. 208, 209

[72] Emília Viotti da Costa - *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos,* São Paulo, Grijalbo,1977, pags. 143, 144

estrangeira. As alternativas abertas para a implantação de núcleos de imigrantes rurais se situava em geral fora das áreas de maior interesse mercantil, como comprova a localização das primeiras colônias. Em 1831, após a abdicação de D.Pedro, a imigração e colonização subsidiada foram suspensas.

Vista sob a perspectiva de longa duração a imigração européia marcou profundamente a formação étnica e cultural do Brasil. Estima-se que 3.700.000 de imigrantes entraram no Brasil ao longo do período 1820-1930.[73] Um número maior do que a entrada de africanos no Brasil. No conjunto de uma população que passou de três milhões e duzentos em 1820 para l7.318.556 em 1900 e 37.615.5l6 em 1930, o contingente imigratório deve ter tido um papel significativo neste crescimento. [74] Além disso ela se concentrou no sudeste, disseminando-se por todas as atividades.

A expansão territorial e a constituição de núcleos rurais nestas áreas contaram com a intensiva participação imigrante. Em São Paulo a partir de 1850 os imigrantes se tornaram progressivamente a principal força de trabalho das fazendas de café além de constituírem vários núcleos coloniais na região. Disseminaram-se por outras atividades que se desenvolveram na cidade que passou de 31.385 habitantes em 1872 a 239.820 em 1900. [75] A mão de obra nos primórdios da industrialização paulista era predominantemente imigrante, de tal modo que São Paulo das primeiras décadas do século XX era uma cidade italiana.

Mesmo no Rio de Janeiro pós-abolicionista, não obstante a disponibilidade de mão-de-obra egressa da escravidão, quase 30% da

---

[73] Ver *Nosso Século,* 5 volumes, São Paulo, Abril Cultural, 1980. Consultar vol. 1 - 1900/1910 e vol. 2 - 1910-1930

[74] Thomas Merrick e Douglas Graham - *População e Desenvolvimento no Brasil: uma Perspectiva Histórica* em Paulo Neuhaus (coord.) : *Economia Brasileira: uma Visão Histórica,* Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980

[75] Margarida de Souza Neves e Alda Heiser - *A Ordem É O Progresso - O Brasil de 1870 a 1910,* 5ª ed., São Paulo, Atual, 1991 (História em Documentos), pag. 26

população era estrangeira. Somente no ano de 1891 entraram no Rio 166.321 imigrantes, tendo saído para os estados 71.264. [76] No Rio Grande do Sul a instalação de núcleos coloniais resultou numa expansão da produção de alimentos e diversificado artesanato e manufaturas. Ainda hoje subsistem inúmeros municípios e cidades da importância de Caxias do Sul, Blumenau e Joinville que se originaram de núcleos coloniais de imigrantes.

Constituiu-se, na área sulina, principalmente em Santa Catarina e Rio Grande do Sul um tipo de colonização diferente do restante do país, baseada na pequena propriedade, com pouca utilização de mão de obra escrava. Num contexto em que a monocultura deixava poucas oportunidades para as lavouras destinadas ao abastecimento interno, a constituição de núcleos de povoamento - as colônias- atenuaram este problema cuja gravidade pode ser depreendida do fato de em 1901 o Brasil ter destinado 42,9% do valor de suas importações à compra de gêneros alimentícios, entre os quais alguns como milho, arroz, charque, banha e mesmo feijão fundamentais na dieta do povo pobre. [77]

A imigração era constituída principalmente dos extratos pobres da população européia. A maior parte procedia do campo. Tinha que se sujeitar as regras impostas pelos organizadores da imigração aos quais o imigrante ficava preso por dívidas para ressarcir o custo da viagem e do terreno concedido. As dimensões da imigração e a montagem dos núcleos coloniais estavam assim subordinadas no plano internacional ao interesse empresarial e no plano interno a decisões governamentais. Ela só assumiria maior significação efetiva, quando, após a abolição do tráfico de escravos em 1850, passou a mobilizar o interesse privado em assegurar mão-de-obra para o café em expansão.

---

[76] José Murilo de Carvalho - *Os Bestializados - O Rio de Janeiro E A República Que não Foi, 2ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pags 16, 17*

[77] Alberto Passos Guimarães - *A Crise Agrária,* Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979, pag. 73

Ao longo da primeira metade do século XIX a iniciativa de montagem de núcleos coloniais foi principalmente oficial. Como o tráfico de escravos continuava intenso, os interesses privados não se mobilizavam pela contratação de mão de obra livre. Chegaram mesmo a ter uma posição hostil à colonização estrangeira, tanto pelo que significava como ameaça à escravidão como pelo que consideravam desperdício de recursos do Estado que chegou a suspender a contratação de núcleos de imigrantes de 1831 a 1845. Ao longo desta época foram poucos os núcleos montados. Rybeirolles[78] em seu relato sobre a situação das colônias em meados do século considera que quase todas as colônias definhavam. Bem poucas entretanto podem ser enquadradas no sistema de núcleos coloniais independentes. A maior parte, ainda que baseada na distribuição de lotes familiares, pertencia a fazendas e proprietários definidos.

Já se tem afirmado que a criação das primeiras colônias de imigrantes, como aliás quase todas que não se destinavam a prover de mão de obra as grandes fazendas, foi feita de modo a não competir com a grande propriedade. Pode-se até ver na política de montagem de núcleos baseados na pequena propriedade uma forma de preservar a grande propriedade e a escravidão.

Como salientou José de Souza Martins:

> *"os núcleos coloniais nunca concorreram com a grande propriedade, nunca disputaram terreno com as grandes fazendas e estâncias. Foram confinados a terrenos desfavoráveis quanto à localização, como ocorreu no Sul, ou quanto à qualidade como ocorreu no sudeste. Em suma, a pequena propriedade dos projetos de colonização não decorreu de transformações econômicas e sociais que tornassem difícil a vida dos latifúndios; ela surgiu, na verdade, como complemento deste, como a nova condição de reprodução da grande lavoura. A pequena*

[78] Charles de Ribeyrolles-1812-1860 ? - *Brasil Pitoresco*,2 vols. Belo Horizonte - São Paulo, Ed. Itatiaia e Editora da Universidade de São Paulo, 1980

lavoura emergiu geográfica ou institucionalmente sitiada pela grande propriedade”[79]

A imigração e principalmente aquela destinada ao mundo rural teve os seus defensores e propagandistas, geralmente diretamente envolvidos com estas operações. Foi o caso de Langsdorff e Schaeffer que escreveram opúsculos destinados a fomentar a imigração. [80] Curiosamente Langsdorff chegava a apontar como fator estimulante, a possibilidade de o colono se converter em proprietário de escravos. Apresentava ainda como atrativo o fato do custo alimentar de uma família livre corresponder a de muitos escravos. Entretanto estas expectativas eram desmentidas por diversos observadores estrangeiros. Spix e Martius, por exemplo, alertaram para as dificuldades climáticas que deveriam enfrentar os pioneiros europeus.

O colono europeu, entretanto, deve fazer um enorme esforço de adaptação a esta nova realidade: ao clima e características de estações completamente diferentes das conhecidas na Europa; às dificuldades frente à imensa variedade e quantidade de animais e insetos predadores, e principalmente diante da mata virgem.

Como observa Sérgio Buarque de Holanda:

“Aos camponeses europeus, acostumados a arar as suas terras fazia-se crer, com fundamento, sem dúvida, que nossa agricultura era uma agricultura de enxada. Mas isso permitia a interpretação fácil de que se tratava de uma horticultura em ponto

---

[79] José de Souza Martins - *Prefácio* de *Colonos do Vinho - Estudo Sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital,* São Paulo, Hucitec, 1978, pags. XII, XIII

[80] Langsdorff, Jorge Henrique von - *Mémoire sur le Brésil pour servir de guide à ceux qui désirent s’y établir*, (20 pags), Paris, 1820 e *Bemerkungen über Brasilien mit Gewissenhoftes Belehrung Für Auswanderode, Deutsche,,* Gross, Hedelberg, 1821; ver Manizer G. G. - *A Expedição do Acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil (1821 - 1828),* São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1967; Schaeffer, Georg Anton von - *Brasilien als unabhängiges Reich in historischer, mercantilistischer und politischer Beziehung,* Altona, J. T. Hammerich, 1824

grande. Assim cuidariam os colonos açoritas, que não chegaram a tomar pé em Casa Branca assustados - diz Saint-Hilaire — à vista das enormes árvores que tinham de derrubar. Dos alemães estabelecidos em Santo Amaro falam desalentados os relatórios oficiais do tempo, queixando-se que preferiam fixar-se nas povoações embora à própria custa e apear das despesas feitas pelo governo para acomodá-los à lavoura". [81]

Uma das obras que focaliza a questão da imigração nesta época inicial foi escrita por Friedrich Von Weech - *"A Agricultura e o Comércio do Brasil no Sistema Colonial"*. [82] Escrito em 1827 teve como objetivo explícito tornar-se um guia para as pessoas desejosas de imigrar. Focaliza principalmente as condições existentes na Capitania do Rio de Janeiro onde o autor ensaiara a constituição de uma pequena propriedade. Participa da admiração, comum aos viajantes, da exuberância da natureza e a fertilidade da terra. Considera extremamente estimulante a política do governo imperial de concessão de terras, sementes, subsídios, isenção de impostos.

Recomenda a imigração a quem *"for perseguido devido a idéias políticas, quem possuir muito pouco recurso para sustentar a si e à família, aquele a quem infelicidade, impostos elevados e credores religiosos obrigam a abandonar o lar em que viveu"*. [83] Adverte entretanto para as grandes dificuldades na nova terra: *"A idéia de retorno à pátria com riqueza rapidamente adquirida deve ser abandonada por todos os que pretendem emigrar".* [84] *"Dentre os*

---

[81] Sérgio Buarque de Holanda - *Introdução* a Thomas Davatz - *Memórias de um Colono no Brasil: 1850*, Belo Horizonte/ Sào Paulo, Ed. Itatiaia e Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980, pag. 16

[82] Friedrich Von Weech - *A Agricultura e o Comércio do Brasil no Sistema Colonial (1827)*, São Paulo, Martins Fontes, 1992

[83] Friedrich Von Weech - *Obra citada*, pag. 26

[83] Friedrich Von Weech - *Obra citada*, pag. 26

[84] Friedrich Von Weech - *Obra citada*, pag. 27

que imigraram até agora, só alguns poucos obtiveram êxito razoável". [85]

O autor refere-se à necessidade de precauções em face do clima tropical: "*existem bem poucos europeus que, algum tempo após a sua chegada, não sentiram os efeitos prejudiciais do clima sobre sua saúde devido ao calor inusitado e ao desleixo na observância das precauções*". Observa as doenças mais comuns*: "a sífilis, a hidropisia, a febre inflamatória e a biliar, a diarréia desintérica, a varíola, a obstrução do fígado, dores abdominais e em regiões pantanosas, a malária*". [86]

Os critérios de riqueza do autor já são os próprios do mundo capitalista, certamente presentes nos imigrantes. Cogita-se do enriquecimento monetário e de um padrão de mentalidade individualista pelo qual o pequeno proprietário se aproxima de um pequeno burguês. Alcançar este padrão era problemático para o pequeno camponês distanciado dos grandes centros, sujeito a difíceis caminhos, aos limites impostos pelo transporte de mulas e aos baixos preços alcançados no mercado por legumes, hortaliças, verduras. Considerando que os arredores da cidade são mais favoráveis para as culturas destinadas ao mercado observa que para implantar um negócio era preciso capital para pagar a terra e para adquirir escravos. Significativamente a escravidão foi incorporada aos seus cálculos como se tratasse de uma máquina;

> *"Plantam-se muitos legumes nos arredores da cidade, principalmente os do país. Nem por isso um horticultor ganha bem. Necessita aliás de um capital inicial mínimo de 200 a 250 mil réis para arrendar terra o mais próximo possível da capital e para viver com sua família pelo menos durante meio ano. Precisa possuir família ou ser rico suficiente para comprar ou alugar negros, pois não é possível começar sem ajudantes"*. [87]

---

[85] Friedrich Von Weech - Obra citada, pag 27
[86] Friedrich Von Weech - *Obra citada*, pag. 41
[87] Friedrich Von Weech - *Obra citada, pag. 72*

Se era praticamente inviável o assentamento de famílias ou de imigrantes isoladamente em áreas ainda predominantemente florestais, o projeto de colônias de imigrantes, por implicar integração de atividades e possibilidades de cooperação recíproca entre colonos, tornava a ocupação territorial mais viável e mesmo continha a possibilidade de desenvolvimento ulterior marcado por crescente oferta de produtos e de gente, através da reprodução humana no interior dos núcleos.

O Estado tinha participação direta e decisiva em todas as etapas do processo de colonização estrangeira: financiava a travessia atlântica, a compra de terras, a instalação, a concessão de subsídios, a distribuição de gados e sementes aos colonos. Dirigia as colônias através de administração especialmente designada e financiada pelos cofres públicos — a *Administração Colonial*. A alegação de que os custos do Estado eram muito altos foi inclusive um dos argumentos utilizados para a suspensão de sua atuação de 1831 a quase meados do século. Pertencem a esta época a criação de colônias como Nova Friburgo, São Leopoldo, Santo Amaro em São Paulo. A retomada da imigração rural e da colonização se fez após 1845 e se intensificou após a abolição do tráfico de escravos em 1850.

A partir de então tornou-se dominante a participação da iniciativa privada. A maior parte das colônias contratadas eram em regime de parceria, pelo qual os colonos deveriam pagar ao proprietário parte da produção. Havia variações nos acordos, com empresários que contratavam colonos oferecendo-lhes pequenas propriedades. De qualquer modo a terra não era mais gratuita. Tinha que ser comprada, tornando-se uma dívida do colono. Aliás, ele já chegava endividado em função da viagem. Os lotes tiveram o seu tamanho progressivamente reduzido. Receberam os colonos de São

Leopoldo glebas de 70 a 75 hectares. Nas colônias posteriores reduziu-se o lote para 50 hectares e mais tarde para 25 hectares[88].

Eram enfim colônias privadas pertencentes a empresários nacionais, estrangeiros ou a Companhias de Colonização. Situação bem diferente das primeiras colônias. No bojo de um processo de crescimento mundial das migrações estruturava-se com mais solidez o negócio da emigração envolvendo empresários, companhias de navegação e de colonização. Embora houvesse o desejo oficial de redução da participação do Estado, ela se fez sempre presente, muitas vezes financiando companhias estrangeiras. Seu papel como subsidiador da imigração cresceria em função das pressões econômicas e políticas, principalmente a partir de 1880 quando São Paulo se tornou o maior polo cafeeiro do país. De qualquer modo registra-se uma mudança na política imigratória e colonizadora com a maioria dos imigrantes destinados à grande lavoura, primeiramente com o predomínio das colônias de parceria até 1860 e em seguida na condição de assalariados.

As colônias baseadas na pequena propriedade, geralmente situadas em áreas não cobiçadas pela grande lavoura, apresentaram uma gama variada de processos formativos, situações o que certamente influiu na evolução diferenciada dos vários núcleos. Segundo decreto de 1848, as colônias estrangeiras ficavam proibidas de ter escravos. [89] Em relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo Ministro e Secretário dos Negócios do Império[90],

---

[88] Maria Tereza Petrone - *A Colonização Baseada no Regime da Pequena Propriedade Agrícola em Reações e Transações* , 2º vol. Do tomo II *de História Geral da Civilização Brasileira* , direção de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, 4 ª ed., Rio de Janeiro-São Paulo, Difel, 1978

[89] Art. 16 da Lei nº 514 de 28 de outubro de 1848: *"A cada uma das Províncias do império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser arroteadas por braços escravos*" em Luís Demoro - *obra citada*, , pag. 40

[90] Ver *Relatório do Ministro e Secretário dos Negócios do Reino à Assembléia Legislativa,* Rio de Janeiro, 1855

examina-se sumariamente o quadro das colônias, segundo as várias províncias. Quase todas fundadas após 1850. No Maranhão, o relator elenca as colônias de Santa Teresa, Petrópolis, Santa Isabel todas submetidas a um proprietário de terras; em Santa Catarina as de Dona Francisca e Blumenau. Em São Paulo registra 33 colônias, *"contendo 3.5l7 indivíduos que se ocupam da cultura do café pelo sistema de parceria".*

No Espírito Santo, o Relatório registra Santa Maria, Rio Novo e Santa Isabel. No Amazonas registra uma colônia da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, tendo em 1855 220 colonos. Na Província de São Pedro (Rio Grande do Sul), a de São Leopoldo. No Paraná, as colônias de Speraguhy, Jutahy, a Colônia Tereza integrada na sua maior parte por brasileiros e uma Fazenda Normal do Chá para a qual o governo determinou o envio de chins (chineses). Em Minas Gerais, a Colônia de Mucury de iniciativa da Companhia de Navegação e Comércio do Mucury. O Relatório se refere a Colônias militares que contratam também *"paisanos"* no Pará, em Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, Mato Grosso.

A constituição dos núcleos coloniais de imigrantes baseados na pequena propriedade apresentou resultados diferenciados em sua evolução interna tanto no plano econômico-social como cultural. Alguns deram origem a cidades, outros ficaram confinados a uma rudimentar economia de subsistência e ainda houve os que simplesmente desapareceram. Variaram os níveis de assimilação da cultura brasileira e de preservação da língua, tradição e costumes dos seus países de origem. Uma comparação entre as colônias de Nova Friburgo e São Leopoldo revelaria diferenças notáveis em sua evolução. São Leopoldo, fundada em 1824, no mesmo ano em que se instalou uma leva de imigrantes alemães em Nova Friburgo, apresentou um ritmo de muito maior crescimento demográfico, diversificação econômica e preservação da cultura alemã. A Colônia de Nova Friburgo, por sua vez, absorveu técnicas, modos de cultivo e costumes identificados com o modo de viver caipira. Esta dife-

rença é explicável, entre outros fatores, pela interação com as condições regionais marcadas diversamente pela significação da agroexportação escravista.

Cabia aos colonos construir não somente as bases rurais de sua vida, mas de todos os ingredientes necessários para a viabilização de um núcleo social como estradas, saneamento, hospital, escola. Um desafio a que muitos sucumbiram fisicamente ou através da deserção. Deserção é um termo que se torna apropriado se considerarmos que nas colônias o trabalho dito livre estava sujeito a regras impostas pela Administração Colonial, que controlava rigidamente os passos dos colonos e só admitia deslocamentos mediante licenças oficiais. Implantavam-se com os núcleos coloniais bases da constituição de *sociedades camponesas*.

No Brasil a pequena produção familiar se inseria no que estudiosos como Maria Isaura de Queiroz identificavam como modo de vida caipira: escassa produção mercantil, baixo nível de circulação monetária, analfabetismo. Compreendia o que Antônio Cândido denominou em seu memorável -*"Parceiros do Rio Bonito"* uma *"economia rústica fechada"* onde camponeses viviam secularmente em verdadeira simbiose com os recursos locais, rudimentares métodos de cultivo, soluções próprias para as necessidades de saúde e uma estratificação social com elevado índice de homogeneidade, especialmente se comprada àquela vigente no mundo escravocrata.

A reprodução dos núcleos estava marcada muito freqüentemente por intercruzamentos familiares, clânicos e por problemas ligados à propriedade da terra. Deve-se considerar que o sistema de propriedade já incorporava a tradição burguesa de propriedade individualizada, não obstante mutirões e sistemas de ajuda vicinal atenuassem estes individualismo.

A geração de filhos colocava a questão da fragmentação da propriedade. Apesar da grande disponibilidade de terras ao menos no século XIX ela tendeu a se enquadrar nos termos de troca com

preços que estavam com freqüência fora do alcance do camponês pobre. Daí alternativas que passavam pela fragmentação da propriedade e/ou êxodo rural.

As opções colocadas pela inserção no mercado geralmente no Brasil escravista dependiam da capacidade do camponês se converter em proprietário de escravos. Isto certamente ocorreu, principalmente nos quadros da Nova Friburgo colonial. Uma observação específica nos indicaria em que casos camponeses lograram certa prosperidade. Nas áreas em que houve algum surto industrial, raro era o caso de industriais procederem de estratos camponeses. Colonos e seus descendentes tornaram-se inclusive um polo de fornecimento de mão de obra para os centros urbanos e em vias de industrialização.

6. Utopia e colonização

Um mundo ainda a ser efetivamente descoberto se abria para uma massa de trabalhadores dispostos a criar uma vida nova. Uma forte esperança de vida melhor parece ter sido o ingrediente comum a um tipo de emigração que correspondia à transferência de famílias completas. Não poderia ser vista como um efêmero deslocamento.

Havia certa propensão a idealizar a terra procurada, a associá-la a Terra Prometida como uma promessa de futura felicidade. Nascia um discurso comum em que se combinavam os terrores de uma vida passada com o enaltecimento das possibilidades futuras. Ainda que não se consubstanciasse nenhum projeto utópico bem estruturado no plano social, ideológico, ou religioso, mesclavam-se diversos valores que compunham o imaginário de uma vida feliz

como se pode depreender da leitura de *Canaã,* expressivo título do romance de Graça Aranha.[91]

Sérgio Buarque de Holanda registra por exemplo que durante a grande onda de emigração polonesa para o sul do Brasil nos anos que precederam a guerra de 1914-1918 surgiu, em certos distritos da Polônia a lenda segundo a qual foi a Virgem Maria que, compadecida da sorte dos camponeses da Polônia lhes apontara a nova terra, dizendo que fossem povoá-la.[92]

E mais próximo ao tema de nosso estudo, Martin Nicoulin resgata o *Canto de Partida dos Friburguenses para o Brasil*[93]

Vamos ao Brasil, viver alegres e contentes!
Deixemos nossa pátria,
Nossos amigos, nossos pais
Vamos dar à Suíça, nosso adeus sem volta.
Vamos ao Brasil para lá terminar nossos dias!

Aspirações semelhantes em meio a informações imprecisas se encontram entre os imigrante alemães: O poeta Goethe estimulava a emigração:

Fica, ir; ficar.
Agora tanto faz
Para o homem capaz.
Onde produzirmos
Algo de útil
Esse melhor nos serve...
No lugar em que as terras aráveis
São entregues com fartura, ao que trabalhar,
Lá nos fixemos,
Lá nos reunamos.
Apressai-vos,
Apressai-vos em emigrar![94]

---

[91] José Pereira da Graça Aranha - escritor brasileiro, nascido em São Luís, Maranhão em 1868 e falecido no Rio de Janeiro em 1931. Aderiu ao movimento modernista em 1922.
[92] Sérgio Buarque de Holanda - *Introdução* a Thomas Davatz - *Obra citada, pag. 19*
[93] Martin Nicoulin – *obra citada, pag. 145*

Poesias e canções embalavam os primeiros imigrantes alemães para o Brasil. A utopia se manifesta menos na idealização de uma nova organização social e mais nas promissoras condições de trabalho e fartura. Eis algumas significativas estrofes recolhidas de diversos poemas:

Joca, Joca, vem comigo
Vamos para o Brasil,
País gigantesco em que as batatas são do tamanho
De uma cabeça.
Todos os dias mataremos um leitão
E o regaremos com o melhor dos vinhos;
para as patas, o fígado e a cabeça as panelas são pequenas.
Portanto Joca, não perca tempo
Que o navio na Holanda não espera.

Lá não se trabalha apenas pelo soldo.
A terra é rica de tanto ouro.
É um pedaço do paraíso
Que Deus deixou para os pobres
Que todos os dias em desespero lhe rogam
Por um pedaço de pão.
Preocupações lá não teremos.
Descanso e paz lá encontraremos.
Joca, Joca não demore,
Não despreze a sorte que nos bafeja[95]

A imagem de um paraíso é constante em outras canções, porém limitado a bens materiais, mais particularmente às possibilidades de uma farta subsistência talvez em função da fome que grassava na Europa. Não há nas manifestações observadas nenhuma alusão a mudanças sociais. Pode-se mesmo aventar que a maior aspiração do imigrante é terra. O imigrante cogitava se tornar um pequeno proprietário acreditando que o trabalho individual ou familiar pudesse libertá-lo de uma secular opressão. Mais tarde correrá entre os imigrantes um ditado que já contem uma maior reflexão

---

[94] Ver Fouquet, Carlos - *O Imigrante Alemão e Seus Descendentes no Brasil- 1808-1824 e 1974,* São Paulo, Inst. Hans Staden, 1974.pg 123

[95] Carlos Fouquet - O*bra citada,pag., 124*

sobre a vida que o aguardava na nova terra: *“A morte ao primeiro, ao segundo as dificuldades, o pão somente ao terceiro”*

7 - Observações conclusivas

A constituição de núcleos rurais baseados na pequena propriedade como parte integrante da política imigratória e de colonização foi constante ao longo do período 1820-1930, tendo se intensificado a partir da segunda metade do século XIX. Seu ápice ocorreu no período 1880-1920. Enquanto vertente da política agrária expressou, por exemplo, a aspiração de abolicionistas e reformistas que a consideravam um instrumento de progresso econômico, justiça social e difusor da cidadania.

O cidadão-proprietário era a esperança de que se superasse a agricultura predatória considerada uma das conseqüências do binômio latifúndio-escravidão. Pretendia-se transformar um país de latifúndios escravocratas em um de pequenas propriedades policultoras através de um campesinato à européia, idealizado como tipo social.

Enquanto reforma social pode ser considerada uma conciliação com as estruturas reinantes no Brasil, na medida em que a instalação de núcleos rurais imigrantes podia coexistir perfeitamente com a grande propriedade além de não alterar a estrutura ocupacional da força de trabalho no Brasil. O trabalhador livre nacional foi pouco cogitado para integrar estas novas frentes de trabalho ainda que haja indicações de que tenha existido grande subocupação de homens livres no Brasil. Sempre que a questão era colocada irrompiam formulações desqualificadoras e depreciativas do trabalhador nacional, visto como portador de uma indolência crônica, pouco disposto a abandonar os padrões de uma pobre produção de subsistência.

De qualquer maneira a pequena propriedade era pensada como solução econômica capaz de elevar a produtividade da agricultura,

ampliar a oferta de gêneros alimentícios e como atividade menos predatória das matas do que a monocultura escravista. É expressiva a posição de Sebastião Soares Ferreira que considerava a política econômica voltada essencialmente para a exportação como um fator que, ao lado do monopólio do comércio interno, era responsável pela alta de preços dos alimentos ocorrida em meados do século XIX.

Dentre os inúmeros casos de montagem de núcleos coloniais, (estima-se, por exemplo, a fundação de 142 estabelecimentos imigratórios entre 1824 e 1922 no Rio Grande do Sul)[96], muitos se constituíram verdadeiros projetos que pensavam a colônia como uma unidade integrada campo-cidade. Embora tivessem a agricultura por base, a contratação de profissionais variados conferiam a base técnica necessária para a construção simultânea de espaços urbano e rural. Foi o caso de Nova Friburgo e São Leopoldo. Em 1829, isto é, cinco anos após a fundação de São Leopoldo, existiam nesta colônia 8 moinhos de trigo, uma fábrica de sabão, uma marmoraria, diversas oficinas que trabalhavam em chifre e crina, algumas ferrarias, serralherias, marcenarias, sapatarias e até um a pequena tecelagem. [97]

Havia, por certo, uma combinação entre a auto-sustentação do núcleo com a sua presença em mercados mais distantes. Aliás a capacidade de integrar-se a mercados regionais ou nacionais foi vista por observadores de época e mesmo contemporâneos como uma condição de êxito do projeto colonizador. Ali, onde as comunicações e o transporte eram extremamente difíceis os colonos mal conseguiram se implantar, freqüentemente sujeitos a ataques indígenas.

---

[96] Luís Demoro - *Coordenação de Leis de Imigração e Colonização do Brasil,* Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, 1969

[97] Ver Sebastião Soares Ferreira, obra citada

Na verdade, a integração ao mercado regional era uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo que assegurava a possibilidade de progresso, poderia também subordinar os colonos ao mercado, levando-os ao abandono da policultura. Parece ter sido este o caso de certas colônias do sul baseadas na produção de uva.[98] Tudo dependia da estratificação social do próprio núcleo. Observamos a propósito as transformações por que está passando um distrito rural de Nova Friburgo de origem suíça e alemã: o acesso a eletricidade, maiores facilidades de transporte e comunicação estão não somente liquidando antigas tradições e práticas econômicas, como oferecendo poucas alternativas compensatórias.[99]

Se de um lado a implantação de colônias baseadas na pequena propriedade pode ser vista como a aplicação de uma reforma agrária mediante a qual terras devolutas ou fazendas improdutivas deram origem a viabilização de núcleos humanos, por outro há que se examinar o processo histórico pelo qual se engendraram carências educacionais, grandes problemas de saúde, marginalização no plano da cidadania. E mais, cercados muitas vezes de uma exuberante natureza, os colonos e seus descendentes não só limitaram sua produção e consumo a alguns poucos produtos como tem agido de forma predatória, fazendo largo uso da antiga coivara. E mais modernamente estão se perdendo conhecimentos adquiridos sobre o patrimônio florestal em troca de uma total subordinação aos produtos veiculados pela indústria alimentar, farmacêutica amplamente propagandeados pela *mídia*.

---

[98] É o caso de região de colonização italiana no Rio Grande do Sul abrangendo os atuais municípios de Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, São Marcos e Veranópolis. Ver a propósito Santos, José Vicente Tavares dos - *Colonos do Vinho - Estudo Sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital,* São Paulo, Editora Hucitec, 1978

[99] Ver José Antonio Soares de Souza – *Os Colonos de Schaeffer em Nova Friburgo*, Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 310 - janeiro/março 1976 e *Ainda os Colonos de Schaeffer em Nova Friburgo* em Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Brasília – Rio de Janeiro, pags 11 a 25, nº 329, outubro –dezembro de 1980

[100] Monsenhor Pizarro - *Obra citada*, vol. 5, pag. 147

PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO DE NOVA FRIBURGO

"O milho que aqui dá geralmente duzentos por um, plantado no princípio das águas, ao cabo de quatro ou cinco meses é colhido; ainda mais rapidamente amadurecem várias espécies de feijões. Hortaliças, batatas-doces e melões têm-se no correr do ano todo, particularmente na época da chuva. Bananeiras, laranjeiras, goiabeiras, etc. florescem no tempo das chuvas, de outubro a março, e frutificam na época seca do ano". (Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro – Memórias Históricas do Rio de Janeiro) [100]

"Quero muito saber a verdade sobre o futuro desses colonos. Só poderá ser um desastre. Basta refletir que apenas com pretos ou escravos e penosamente pode esta terra ser cultivada. Os brancos, sob o sol ardente, não agüentam o trabalho no campo. Exaustos, logo nos primeiros dias decaem fisicamente e tem que entrar para os hospitais.[101]
(Leithold – O Rio de Janeiro Visto Por dois Prussianos)

1. Projeto de Montagem da Colônia

Na segunda década do século XIX, Hipólito da Costa defende a imigração como fator fundamental para o progresso no Brasil. Afirma que entre os imigrantes, não é o negociante que mais interessa, uma vez que este só pensa em fazer fortuna e se retirar, mas sim "agricultores, artistas, mineiros, pescadores, homens de letras"**.** *Chega a perceber que o catolicismo oficial se constituía um óbice para a plena imigração*. "O espírito de tolerância, se é o mais útil à prosperidade dos Estados é inquestionavelmente o mais conforme ao espírito do cristianismo".[102]

---

[101] Leithold T. Von e Rango L. Von - *O Rio de Janeiro Visto Por Dois Prussianos em 1819, São Paulo,* Companhia Editora Nacional, 1966, pag. 84

[102] Ver textos de Hipólito da Costa em Barbosa Lima Sobrinho – *"Antologia do Correio Brasiiense",*Brasília, Livraria Editora Cátedra em convênio com o Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1977

Em 1817 D. João VI recebe a visita de um emissário do cantão de Fribourg , Suíça, com a proposta de estabelecimento de uma colônia de suíços. Nicoulau Sebastião Gachet, representante oficial era também sócio de um empresário capitalista, Louis Brémond, dono de fábrica de vidros em Semsales, Suíça. Vinha com um plano de obter terras, preferencialmente em Santa Catarina e colonos suíços para a sua produção

A proposta da criação de uma colônia foi negociada. A idéia de uma colônia de suíços vinha de encontro à necessidade de povoamento, de incremento da produção e de assimilação de mão-de-obra qualificada. Ajustava-se ao pensamento oficial de fazer do Brasil um reino inspirado em modelos europeus. Agradava pela possibilidade de se contar com um núcleo europeu, tanto do ponto de vista econômico, como político e social. Os colonos poderiam inclusive ser aproveitados nos batalhões militares em formação.

A idéia foi aceita embora modificados os termos da proposta suíça. Ao invés de 3 000 pessoas cogitadas, o limite seria de 100 famílias. Ao invés de localizarem-se em Santa Catarina, seriam instalados no Alto da Serra do Mar, na Capitania do Rio de Janeiro. As terras pertenceriam aos próprios colonos e a direção da Colônia ficaria a cargo do Estado. Este também assumia a maior parte da responsabilidade do translado e da localização dos colonos. Ficava afastada portanto qualquer possibilidade de ingerência suíça nos assuntos nacionais.

Os objetivos da Colônia projetada e as condições para a sua concretização foram estabelecidas num documento datado de 11 de maio de 1818 consignado pelo emissário suíço Nicolau Sebastião Gachet: *"Condições sob as quais Sua Majestade Muito-Fiel quis conceder ao Senhor Sebastião Nicolao Gachet, Agente do Governo de Fribourg, um establecimento para uma colônia suíça nos Estados do Brasil."*[103]

---

[103] Estas condições ou capitulações estão escritas em português e francês. Constam de 24 artigos. Foram devidamente assinadas por Nicolau Sebastião Gachet, encarregado de Missão de do Conselho de Estado da Cidade e República de Fribourg junto a Sua Majestade

Logo no primeiro artigo fica estabelecido o número de cem famílias aceitas e a imposição de pertencerem à religião católica. Outro artigo estabelece também a obrigação da vinda de dois ou quatro eclesiásticos que *"desfrutarão, de acordo com a dignidade, emolumentos concedidos aos párocos e coadjutores no Brasil."*

A religião católica marca profundamente as origens de Nova Friburgo, o que aliás correspondia ao papel desempenhado pela Igreja Católica no Brasil que integrava o próprio corpo do Estado. Era ela quem cuidava dos registros de nascimento, casamento e óbito. O catolicismo permeava o calendário na distinção de dias santos e festivos. Todos os documentos oficiais traziam alguma marca católica. Era a Igreja quem assegurava legitimidade às heranças. Num contexto tão carente de socialização pode se perceber uma função de agregador social desempenhada pela Igreja, presente em todas as Vilas. A presença da Igreja Católica identificada com o aparelho de Estado é evidentemente uma marca da tradição autoritária que auxiliaria a persistente duração de mandonismo e elitismo que impregnou as relações entre sociedade e estado no Brasil influenciando a vida familiar, o ensino e limitada prática da cidadania.

No caso concreto da formação de Nova Friburgo, os assuntos referentes à Colônia ficaram entregues a um alto expoente da hierarquia eclesiástica - Monsenhor Pedro Malheiros Miranda, desembargador do Paço e membro da Mesa de Consciência e Ordens. Ele viria a se tornar Inspetor da Colonização Estrangeira.

Muito provavelmente coube a ele a responsabilidade da indicação da Fazenda do Morro Queimado como local para o estabelecimento dos colonos. Curiosamente esta Fazenda pertencia a um outro alto dignitário da Igreja, e também membro da Mesa da Consciência e Ordens - Monsenhor Lourenço de Almeida. Denúncia do jornalista Hipólito da Costa apontava o preço exorbitante pago na operação - uma verdadeira negociata.

Muito Fiel . Ver Luís Demoro – *Coordenação de Leis de Imigração e Colonização,* Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), Rio de Janeiro, 1960

O Documento tornava obrigatória a naturalização dos suíços. Perdiam a sua nacionalidade suíça para se tornar cidadãos portugueses. Tal como a exigência de catolicismo, a medida visava assegurar a fidelidade à monarquia portuguesa. Reservava-se aos colonos o direito de isenção de impostos por dez anos, à exceção do quinto do ouro.

Pelo Acordo fica explícito o objetivo de se implantar um núcleo rural, fundamentado na pequena propriedade e no trabalho livre, a ser inclusive estimulado diretamente pelo Estado que asseguraria as bases iniciais da Colônia.

> *"Cada família , segundo o número de pessoas de que for composta receberá em plena propriedade por concessão e sem pagar renda ou pensão alguma, uma determinada porção de terra e além disso animais, ou sejam bois, cavalos, ou machos de puxar, vacas, ovelhas, cabras e porcos e para plantar e semear, distribuir-se-lhes-á trigo, feijões, favas, arroz, batatas, milho, semente de mamona para fazer azeite para luzes, linhaça, semente de cânhamo."*

Considerando o tempo necessário para adaptação e criação de rendimentos derivados da produção, os colonos deveriam receber subsídios monetários ao longo de dois anos "*dignando-se Sua Majestade conceder a cada colono suíço 160 réis por dia e por cabeça pelo primeiro ano de sua habitação no Brasil e 80 réis pelo segundo."*

A Colônia era concebida com condições de se auto-sustentar, integrando campo e cidade numa economia local. Cabia à agricultura fornecer excedentes que permitissem a atividade de artesãos e formação de um núcleo urbano.

> *"Deverão haver bastantes artistas dos mais essenciais como carpinteiro, marceneiros, ferradores, serralheiros, curtidores, alfaiates, tecelões, oleiros e oficiais para fazer telhas, etc. , os quais devem ensinar aos nacionais que quiserem aprender."*

Exigia-se ainda a vinda de

“um bom cirurgião médico e um bom boticário, mesmo um Ferrador esperto, veterinário a cada um dos quais Sua Majestade se dignará de conceder uma gratificação por ano.”

Concebia-se a Colônia diretamente articulada à vila que

“será a cabeça da Colônia e o Centro de sua Administração. Sua Majestade, por efeito de sua benevolência lhe tem dado o nome de Nova Friburgo”.

Pelo contrato o Estado assumia responsabilidades fundamentais na operação e mesmo administração da futura Colônia. Assumia o custo da travessia atlântica e do translado para Morro Queimado, assegurava terras, sementes, gado, e subsídios monetários. Tornar-se-ia o responsável pela Administração Colonial assegurando pagamento a funcionários como clero, médico, veterinário, boticário. O Estado garantia a construção de casas próprias enquanto *“os suíços não tiverem edificado a sua Vila e aldeias”.*

A ingerência do Estado nos assuntos da Colônia ficava desde o início estabelecida uma vez que *a colônia será provisoriamente administrada por “um Diretor em que for necessário e se não crearem as Câmaras que se devem estabelecer”.* A integração da Colônia na realidade institucional portuguesa se completava com as determinações sobre o serviço militar. Previa-se que

“passado o tempo das isenções que tiverem sido concedidas à Colônia, ela cuidará logo em formar uma milícia à imitação da de todo Brasil e contribuirá assim como todas as Províncias para o Recrutamento dos Corpos Portugueses de brancos, mais particularmente de tropas suíças, se Sua Majestade tais tiver ao seu serviço”.

Certamente havia a consciência de que as facilidades oferecidas se destinavam a imigrantes pobres. No entanto o documento contratual admite a possibilidade de haver interesse migratório de suíços com recursos. Para estes abriam-se outras perspectivas como indica o artigo 23:

“Na intenção de favorecer os suíços que já tenham fortuna e que tiverem o projeto de virem ao Brasil, para se ocuparem da agricultura em grande ou para aí estabelecerem

manufaturas à imitação das da Europa, Sua Majestade lhes concederá terrenos vizinhos da Colônia e lhes permitirá gozar de todas as vantagens e privilégios que se dignou conceder à mesma Colônia".

Nascia assim o projeto de uma verdadeira colônia do Estado, integrada por colonos livres, proprietários e sem estar sujeitos a nenhuma contrapartida financeira. Criavam-se as bases para a mobilização e recrutamento de suíços enquanto coube ao Estado se empenhar na construção das casas destinadas a acolher a vinda do contingente migratório e arrecadar os recursos necessários à operação.

4 - A imigração suíça

Terra, Terra! Este é o sugestivo título de um romance escrito em 1939 por dois suíços, Georges Ducotterd e Robert Loup sobre a emigração suíça que deu origem à Colônia e à fundação da Vila de Nova Friburgo.[104] Com efeito, a terra é o sonho dos suíços que, enfrentando os perigos e as dificuldades de uma viagem transoceânica em navios movidos à vela, dispunham-se a recriar as suas vidas. No dia da partida ouvia-se a canção da qual uma das estrofes dizia com todas as letras e sons:

"O monarca do Brasil para povoar este lugar,/ preferiu os suíços, sobretudo os de Friburgo,/ e deu-lhes terra para cultivar/ Eles terão propriedades para sempre".[105]

Emigrar não era novidade para os suíços. Havia uma tradição migratória na Suíça desde o século XVII: suíços se engajavam como mercenários nos serviços militares das monarquias européias. Eram relativamente comuns idas e vindas de suíços aos campos da Itália e da França. Houve experiências de emigração definitiva para a Rússia e para os Estados Unidos, onde foi fundada Nova Berna.

---

[104] Georges Ducotterd e Robert Loup –*Terra!Terra!,* tradução de Wesley Emmerich Werner em 1996,Curitiba, 1997, Guiapar – Editora de Guias. Publicado originariamente em Fribourg, Suíça, 1939

[105] Martin Nicoulin – *A Gênese de Nova Friburgo – Emigração e Colonização Suíça no Brasil – 1817-1827*, tradução de Estela dos Santos Abreu e Claudio César Santoro, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1995, pags 135 e 136

A grande novidade era o Brasil enquanto destino de emigrantes. Por mais que as novas condições nascidas da transferência da Corte portuguesa para a América e de sua ulterior elevação à condição de Reino Unido a Portugal tenham projetado o Brasil no cenário internacional, a opção migratória suíça deveria resultar de um audacioso empreendimento, ao qual se mesclava o senso de oportunidade econômica com o conhecimento das relações internacionais. Dificilmente poderia figurar no imaginário popular suíço a idéia de partir para o Brasil. Por isto deve-se destacar a iniciativa de Nicolau Sebastião Gachet, misto de agente político internacional, diplomata e homem de negócios.

Foi o grande articulador das negociações entre a Suíça e o Brasil. Ao agente suíço coube ainda a principal responsabilidade da costura de um plano que envolveu interesses capitalistas e autoridades políticas e administrativas do cantão de Fribourg e de outros cantões da Confederação Helvética. Formou uma sociedade empresarial com Brémond, rico industrial de vidros de Semsales, Suíça, o que lhe assegurou os meios para obter o assentimento de autoridades políticas do Cantão de Fribourg e a legitimidade para se apresentar junto à Corte portuguesa no Brasil como agente oficial de Fribourg.

A boa receptividade na Suíça de seu plano pode ser explicada tanto pelo lado econômico, como passível de incrementar as relações comerciais entre a Suíça e o Brasil, como pelo lado social, uma vez que a Suíça vivia uma violenta crise rural e urbana, com a presença de verdadeiros cortejos de miseráveis nas cidades. Certamente não é fortuito o fato de ter sido em 1817 que se iniciaram as gestões de Gachet para organizar o plano migratório, ano em que um penoso inverno arruinou as colheitas e agravou a crise social.

Gachet propagandeou amplamente as condições da nova terra:

> *“O solo oferece poucas planícies. Há muitas montanhas das quais a maior parte muito elevada e coberta de florestas virgens, contendo quantidades de espécies de madeira de qualidade superior às da*

Europa. A terra é de uma espantosa fertilidade no Brasil; tudo pega de galho. Pode-se fazer duas colheitas de batatas. As vacas e os touros são de uma bela espécie, pouco inferiores aos de Gruyère mas esta diferença desaparece logo se a erva da qual eles se nutrem for de melhor qualidade e sobretudo se lhes der erva artificial"[106]

Foram instalados postos de recrutamento em vários cantões, ainda que os principais agentes se concentrassem no cantão de Fribourg. Em pouco tempo mais de 5.000 suíços se candidataram. Existem versões controvertidas na bibliografia a respeito da emigração. Algumas consideram que ela teve caráter compulsório tendo as autoridades suíças utilizado a oportunidade para se livrar de uma população indesejável formada por pobres sem emprego, presidiários e uma categoria de suíços que não tinham qualquer proteção por não serem considerados cidadãos - os *Heimatlosen*.

Tanto no caso suíço como alemão a emigração esteve diretamente ligada à crise do campesinato, ao desemprego e à emergência da Revolução Industrial. De certo modo estas transformações foram facilitadas pelo espírito liberal que passou a aceitar e mesmo estimular a alienabilidade da terra e a mobilidade da população rural: condições básicas para as transformações agrárias.

A conjuntura da crise econômica dos anos 1815-1817, ampliando o desemprego, acelerou mudanças. Particularmente grave foi a crise de 1817 em que os rigores de um inverno sem precedentes arruinaram colheitas e provocaram dramáticos problemas de fome e penúria. A Confederação Helvética já possuía uma tradição migratória tanto temporária como definitiva. Sob o Antigo Regime predominou o primeiro tipo sob forma do serviço militar mercenário. Do XV ao XIX século, mais de dois milhões de suíços passaram parte de suas vidas no exterior geralmente prestando

---

106 Ver referências à propaganda feita por Gachet na Suíça, em Pedro Cúrio,*Como Surgiu Nova Friburgo,* Niterói, s.ed.1945

serviços a diversas monarquias européias. Era também comum o deslocamento de pequenos camponeses no inverno para os campos da França e Itália.

Há vários exemplos de emigração definitiva: em 1711, a convite do rei Frederico I, 900 famílias se estabeleceram na Prússia Oriental; em 1770/71 uma vaga de emigrantes suíços se dirigiu para a Pomerânia; em 1767, o rei Carlos II ofereceu a suíços e alemães oportunidade de colonizar o território semidesértico de Serra Morena na Espanha - mais de 300 famílias suíças para lá se deslocaram. Atendendo a um apelo do Czar Alexandre I, suíços de Zurique fundaram em 1803 perto do Mar Negro uma colônia que se chamou Zurichtal. Foram entretanto os Estados Unidos da América que absorveram a maior parte desta emigração definitiva no século XVIII - cerca de 25.000 suíços deram origem a núcleos como Nova Berna na Carolina do Norte e Purisburgo na Carolina do Sul.[107]

Nos anos imediatamente posteriores às Guerras Napoleônicas, conhecidos como os anos da Restauração, a Suíça viveu uma crise industrial. O mercado para os seus produtos se restringia em face da concorrência inglesa e das medidas protecionistas adotadas pela França com quem a Suíça fazia um terço de seu comércio externo. A própria industrialização em curso na Suíça golpeava antigas atividades e profissões. A situação social foi agravada pela crise agrária. Daí os efeitos em cadeia: retração do abastecimento alimentar, carestia, desemprego. Documentos da época revelam um quadro dramático: enxames de mendigos, aldeias inteiras abandonadas, aumento da mortalidade.[108]

Estruturalmente as transformações da agricultura na Suíça tornam a vida do camponês mais difícil. Foram comutadas antigas obrigações feudais em taxas monetárias. Por outro lado, as áreas

---

[107] Ver Martin Nicoulin - *Obra citada, da pag. 29 a 42*
[108] Martin Nicoulin - *Obra citada,* pag 127

comunitárias com suas florestas e pastos foram privatizadas. O camponês se tornou mais dependente do mercado, submetido a dívidas hipotecárias e limitado na ampliação de sua área cultivável. Estas transformações se dão num quadro de crescimento populacional que agravava a penúria. Foram cogitadas algumas soluções oficiais entre as quais a colonização externa. Em 1818, propõe-se ao governo americano à compra de um território para a criação do 23º cantão.

Pela primeira vez, as autoridades cantonais se empenham diretamente no recrutamento e na agilização da emigração para o Brasil. Era vista como alternativa para enfrentar o problema social. A participação de organismos do Estado no recrutamento conferiu-lhes um instrumento de pressão social. Era um meio pelo qual as autoridades cantonais poderiam se livrar dos elementos considerados indesejáveis. Entre estes figuravam os chamados ***Heimatlosen*** - os apátridas - aqueles que não pertenciam originariamente aos cantões e não possuíam os direitos reservados aos membros dos burgos. Eram geralmente pobres e desempregados, em muitos casos vivendo da assistência pública. ***"Embarcando em 1819 numa viagem difícil para o Brasil, eles (os imigrantes) descobrem rapidamente que apenas transplantaram sua pobreza para os trópicos em Nova Friburgo"***.[109] Eis a única referencia à emigração para o Brasil registrada em recente obra sobre a história do cantão de Fribourg feita por dois historiadores helvéticos.

Houve vários casos em que, sob ameaça de corte da assistência, os pobres foram pressionados a integrar o contingente migratório. Houve também casos de presidiários forçados a isto. Entretanto, no conjunto, não foi uma emigração compulsória, uma verdadeira deportação, uma vez que segundo Nicoulin, a maior parte do contingente era composta por cidadãos que voluntariamente se alistaram nos postos de recrutamento. Uma análise do perfil dos

[109] Michel Charriere e Anton Bertschy - ***Fribourg — Un Canton, Une Histoire***, Conseil d' Etat, 1991, pag. 97

imigrantes embarcados indicaria que a maioria era constituída por famílias pobres, porém incluía um número razoável de pessoas com recursos. Deste contingente entretanto somente a metade era declaradamente composta de lavradores, a outra era de artesãos e desempregados, porém procedentes em geral dos distritos rurais.

Uma minuciosa investigação realizada por Martin Nicoulin demonstrou que, não obstante existisse o componente compulsório, ele não foi dominante. Segundo Nicoulin, a parcela de presidiários engajados foi mínima e o total de *Heimatlosen* não superou 15% do contingente. Seu estudo sobre a composição dos emigrantes, com base na lista de embarcados relacionou 2.000 emigrantes. Cerca da metade procedia dos distritos de Fribourg, e a metade restante procedia de diversos cantões.

Um recente estudo minucioso realizado por Henrique Bom intitulado significativamente *"Os Colonos Ausentes"* arrolou cerca de 100 colonos que teriam embarcado no contingente migratório e que não constam da lista apresentada por Martin Nicoulin. Embora o autor frise que estes acréscimos não modificaram o caráter do projeto, salienta que

> *"cerca de 5% dos indivíduos que tomaram de alguma forma parte no movimento ora estudado não lograram obter registro oficial, tampouco sendo , com raras exceções, objeto de avaliação histórica".*[110]

[110] Henrique Bon – *"Os Colonos Ausentes", mimio. Nov Friburgo, 1995*

Fribourg - quadro de autor desconhecido

Ficou patente o caráter definitivo do transplante: seu caráter familiar tornou-se evidente com metade do conjunto formado por crianças de menos de dez anos. Registrou-se que metade era de agricultores declarados e a outra metade compreendia uma maioria de artesãos, trabalhadores em atividades comuns na época como seleiros, alfaiates, tanoeiros, moleiros. Por exigência explícita de D. João: dois padres, dois médicos, um farmacêutico, um veterinário foram incluídos entre os imigrantes. Pode-se inclusive considerar que a diversidade profissional do contingente era suficiente para dotar a colônia de uma base técnica necessária para atender a um plano que imaginava a Colônia estruturada num núcleo rural e uma sede urbana.

Nicoulin ressalta as heterogêneas condições econômicas do contingente migratório: a maioria era constituída de pobres, alguns com poucos recursos e uns poucos abastados. O critério para esta discriminação foi o exame da bagagem de friburguenses. Informações de um pesquisador sobre a participação de Valais dá conta entretanto da extrema pobreza que acometeu o cantão, já

tradicionalmente pobre em virtude das condições adversas de cultivo da terra.[111]

Pesquisa realizada por mim, em parceria com dois outros historiadores, Maria Regina Laforet e José Carlos Pedro – *"As Malas Órfãs: A Bagagem dos Colonos Suíços"* analisou um documento relativo ao leilão da bagagem de suíços realizado em Nova Friburgo em 1820. Apesar do limitado universo de pesquisa uma vez que foram examinadas as malas de pouco mais de vinte colonos distribuídas em 27 unidades, entre sacos, malas, embrulhos, constatamos a heterogeneidade das condições dos colonos. Algumas revelavam extrema pobreza com poucas roupas e outras já apresentavam maior diversidade de objetos. Traço comum a todas - limitados instrumentos de trabalho: poucos machados, serras, enxadas. Além disso pudemos perceber os padrões de vida dos colonos. Suas roupas, objetos de cozinha, instrumentos de trabalho, alguns poucos livros ,a presença de garfos, facas, chaleiras, panelas de ferro, pratos, luvas, vestidos longos, calças de variados tecidos podem ser tomadas como indicadoras de que o imigrante estava familiarizado com a produção para o mercado e com objetos comuns na cidade.

Em confronto com a rusticidade da vida rural no Brasil os imigrantes apresentavam um padrão muito mais sofisticado. Os leilões foram concorridos. Praticamente toda a bagagem foi arrematada por cerca de 120 pessoas, na maioria colonos. Destes cerca de 16 assinaram o compromisso de compra com uma cruz, revelando que a maioria dos colonos era alfabetizada.

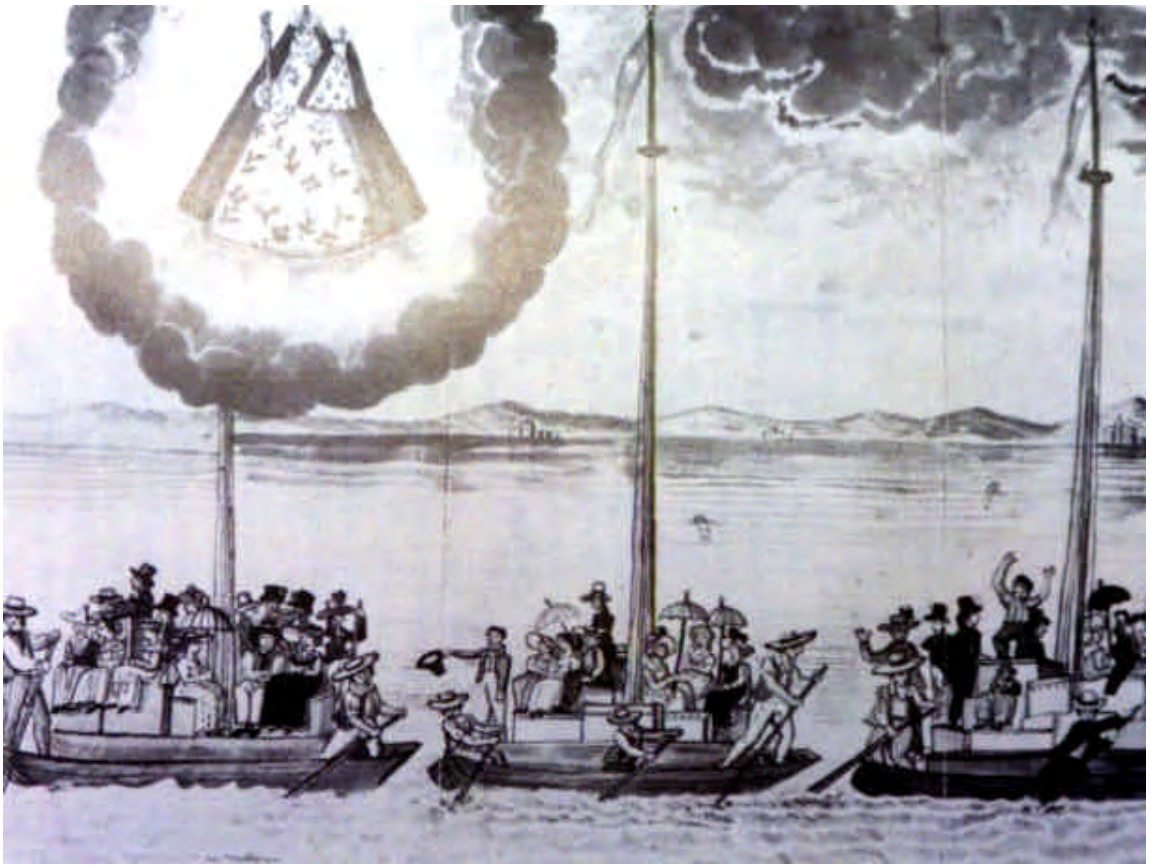
As condições da travessia reforçaram a idéia de um desterro de suíços como insinua uma obra historiográfica recente sobre o

---

[111] A emigração do cantão de Valais para a América do Sul foi estudada por Alexandre Carron e Cristophe Carron – *Nos Cousins d`Amérique, 2 tomo., Sierre (Suisse, Editions Monographic AS, 1990. Referindo-se Nova Friburgo nas pags.209-260* , os autores explicam a situação de pobreza agrícola dos valesianos, agravada por degelo e pelas dramáticas condições de 1816/7. Embora houvesse mais candidatos, foram autorizados a emigrar apenas 160 (26 casais, 91 crianças, 15 celibatários e 2 viúvas, a grande maioria procedente da agricultura)

cantão de Fribourg. Num transplante realizado em navios a vela, foram embarcados muito mais suíços do que o previsto pelo contrato. A viagem foi feita em sete navios, e outro (Trajan), transportando a bagagem.

Uma longa parada na Holanda a espera das embarcações foi comumente apontada como a causa das doenças que dizimaram um quinto do contingente. As doenças foram vagamente definidas. Fala-se em tifo, malária e até a varíola teria aparecido. Na verdade este é um assunto a ser melhor investigado, tendo em vista que eram freqüentes os transplantes de doenças da Europa para o Brasil. Pode-se supor que tenha havido doentes desde o embarque na Suíça Alguns colonos tentaram desertar tendo sido impedidos pela força. Os prolongados dias em Mjil, na Holanda, chegaram a provocar um ensaio de revolta. Protestaram também quando descobriram a enorme carga que Brémond planejava embarcar em detrimento do espaço dos colonos nas embarcações.



***Partida de Estavayer-le Lac – julho de 1819- rumo** a Holanda.*
Aquarela de autor desconhecido

A travessia demonstrou a manipulação dos organizadores da operação e também a pobreza dominante. Relatos do Padre Joye dão conta de que após a permanência forçada na Holanda, a grande maioria dos futuros colonos ficou completamente sem dinheiro. Observa-se também que, juntamente com pessoas, foram embarcadas mercadorias a serem comercializadas pelo negociante Brémond.

A partida da Suíça se iniciou em 4 de julho de 1820. Chegaram ao Rio de Janeiro entre dezembro de 1819 e fevereiro de 1820. Uma viagem que durou de 55 a 146 dias em alto mar, conforme o navio. Segundo o Padre Joye, os colonos chegaram exauridos e empobrecidos monetariamente. Foram obrigados a gastar suas magras economias principalmente na Holanda onde permaneceram um mês à espera de navios que empreendessem a travessia Atlântica. As despesas até Rotterdan eram, segundo o acordo, de responsabilidade suíça e recaíram sobre os próprios colonos. A travessia do Atlântico esteve sob a responsabilidade da monarquia portuguesa.

No conjunto, a mortandade dizimou cerca de 20% dos colonos e continuaria a produzir vítimas no Brasil. Famílias ficaram privadas de seus chefes de família e registrou-se a existência de cerca de centenas de órfãos que se tornaram um problema a ser resolvido logo nos primeiros tempos do assentamento dos imigrantes.

Uma vez no Rio de Janeiro os imigrantes foram proibidos de deixar os navios. Somente ao padre se concedeu autorização para andar pela cidade e se apresentar a D. João VI. As primeiras impressões não agradaram ao padre que ficou chocado com o estado das ruelas do Centro e a quantidade de negros que nela transitavam.

Foi logo providenciado o transplante dos colonos para a região escolhida - a Fazenda do Morro Queimado. Iniciava-se a marcha para o sertão. O trajeto era feito em parte por caminho fluvial, através do rio Macacu. Foram instados fazendeiros, situados ao longo do trajeto, a dar pouso aos colonos. A

mortandade prosseguiu. Muitos doentes ficaram em Tamby e outros em Macacu. A subida da serra foi feita em lombo de mulas com diversas passagens a pé, enfrentando lama e partes escorregadias em virtude da estação chuvosa. Demoraram doze dias do Rio de Janeiro à Fazenda do Morro Queimado. Chegaram em fins de 1819 e início de 1820. Alcançaram a Terra Prometida.

O transplante dos suíços pode ser comprado ao tráfico negreiro. Além da perda de vidas e de bens materiais estragadas ao longo da viagem em conseqüência das chuvas, ele trazia a marca das ilusões e engodos.

Romperam-se as boas relações entre Gachet e as autoridades portuguesas. Porém em 1820, Nicolau Sebastião Gachet aparece como proprietário de um sítio nas proximidades da Vila, chamado Sítio dos Inhames cujos bens foram seqüestrados em conseqüência de um processo movido por um colono pelo não pagamento de dívidas. No arrolamento de seus bens aparecem vários bois pertencentes a Fazenda Imperial São José, o que contribui para tornar nebulosas as relações com o poder.

3. A Colônia no Complexo Regional

3.1. A preparação do terreno

Uma vez definida a localização da área iniciaram-se os preparativos para a execução do projeto. Um opúsculo propagado por Gachet na Suíça exaltava a fecundidade da terra, onde tudo pegava de galho e onde o gado teria uma alimentação superior à da própria Suíça. Acenava com a possibilidade dos suíços se tornarem ricos e prósperos.

E o Estado português, por sua vez, detonou os preparativos para o acolhimento dos suíços. Em face da pressão inglesa, D. João VI aceitara estabelecer o fim do tráfico ao sul do Equador. Chegou a adotar medidas em favor da imigração. O imposto à entrada de africanos se combinava com medidas de estímulo à chegada de

europeus. Desse modo um alvará de 1818 aumentou em uma vez e meia as tarifas sobre a entrada de escravos africanos, reservando parte de tais rendas tributárias para a compra de ações do novo Banco do Brasil. Do rendimento das ações seria retirado o sustento do "novo povoamento de colonos brancos", no caso da Colônia Suíça de Nova Friburgo.[112]

D. João VI incumbiu em 6 de maio de 1818 o Ministro e Secretário dos Negócios do Reino Thomaz Antonio de Villanova Portugal de contrair um empréstimo a ser feito por particulares:

> *"Como porém desde logo hão de ter lugar avultadas despesas, assim como a compra do terreno e construção dos edifícios em que se há de assentar a Colônia, e alguns dos meus fiéis vassalos, continuando a dar provas do amor e lealdade com que me servem, tem feito subir à minha real presença ofertas de quantias, que estão prontas a emprestar gratuitamente, a fim de ter princípio tão vantajoso projeto"*[113]

Segundo Thomé Maria da Fonseca e Silva,[114] os meios consignados para a despesa da colônia foram *"o produto do empréstimo gratuito de 35:200$000 rs, os fundos provenientes de metade da imposição de 9$000 rs sobre cada escravo importado, o valor dos diversos dons gratuitos agenciados a prol da colônia nas províncias de S.Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro, suprimentos do tesouro nacional"*

O governo conseguiu, através de empréstimos tomados principalmente do setor privado, os recursos para custear a viagem e as chamadas "obras reais" destinadas a construir as 100 casas e a sede da Colônia. Estas foram feitas mediante o concurso de mão

---

[112] Luiz Felipe Alencastro e Maria Renaux - *Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes* de Luiz Felipe Alencastro em História da Vida Privada no Brasil vol 2: Império; organizador do volume: Luiz Felipe de Alencastro – São Paulo, Cia das Letras, 1997 , pag. 292

[113] Luís Demoro – obra citada, pag. 17.

[114] Thomé Maria da Fonseca e Silva - *Breve Notícia Sobre a Colônia de Suíços* em Revista Trimestral de História e Geografia, nº 14, 2º trimestre de 1849

de obra indígena, procedente de Aldeia da Pedra e também de empregados a soldo.

Em dois momentos de seu artigo, Thomé Maria da Fonseca afirma que os gastos públicos foram excessivos, dando segundo minha visão, margem para negócios escusos.Segundo ele foram feitos

> *“arranjamentos e preparativos aparatosos e bem desnecessários; construção de cem casas provisórias, casa de municipalidade, capela para servir de matriz, casa para residência do inspetor, e depósitos para viveres e utensílios, moinhos, fornos de cozer telha e tijolo, casa pra enfermaria e botica, casa pra registros na serra dos órgãos, quartel de polícia, pontes, ruas, valas, estradas e ultimamente a medição e demarcação das terras.”*

As despesas teriam alcançado a soma de 50.000$ réis. As terras que deviam ser repartidas pelos colonos formavam a antiga fazenda denominada Morro Queimado. Compunham-se de quatro sesmarias com duas léguas de testada e três de fundo. Numa época em que ainda havia grande disponibilidade de terra, ela era relativamente barata. Foram compradas por 2 600 réis, inferior ao preço dos *“frutos pendentes e colhidos, utensílios agrários e gado de criação”* cujo valor foi de 4 854 réis. Mesmo numa área de difícil comunicação, em pleno sertão, a fazenda possuía escravos cujo preço foi 4 400$ réis. A compra destes escravos serviu para a constituição da Fazenda São José também comprada na ocasião.

A área onde se fundaria a Vila e se criaria a Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo em 1820 pertencia até então ao Distrito de Cantagalo. Em 1814, Cantagalo se tornaria oficialmente Vila, em terras que até meados do século XVIII eram praticamente desconhecidas, conhecidas como Sertões do Macacu. Em 1817 num contexto em que já se sobressaía a produção de café na capitania do Rio de Janeiro, como indicava o viajante Martius, Cantagalo era então referido como um dos pólos produtores.

A região se abria para a exploração colonizadora. Estimulados pela perspectiva de ocupação do interior que, do lado ocidental seguia a esteira das rotas para Minas Gerais, sucediam-se vários pedidos de sesmaria e se intensificava a ocupação

territorial da região. A posição geográfica de Nova Friburgo era estratégica para o acesso a Cantagalo e para os “Sertões do Leste”.

É possível pensar a região antes da implantação da Colônia de Suíços como uma área em processo de povoamento e com alguma integração sub-regional. Um de seus marcos foi a formação da Vila de Cantagalo, que nos remete a uma época em que se organizou a exploração e tráfico de ouro na região de onde provem histórias e estórias relativas à figura de Mão de Luva.

3.2. MÃO DE LUVA: ORIGENS DA OCUPAÇÃO DA SERRA

O nome de Mão de Luva circula entre as montanhas da serra, alcança o atual Cantagalo e está presente ao longo do rio Macacu. Mais de dois séculos nos separam de suas operações pelo interior. Sua fama evoca uma série de fenômenos, que estando na origem da ocupação do centro-norte, projetam uma luz interessante sobre a história regional. Aludem a possíveis tempos de riqueza e à sua fugacidade.

A constituição de um povoado sugere tempos de autonomia em face da metrópole. Conduzem a imaginação para a possibilidade de organização social menos discriminatória daquela que dominou a maior parte do passado histórico da região. A imaginação percorre selvas povoadas por indígenas; acompanha as aventuras de um chefe e de seu bando em meio à uma metrópole exigente em relação ao quinto do ouro encontrado.

O impacto da exploração e tráfico de ouro deve ter sido apreciável. Para evitar o contrabando de ouro, uma região bastante grande que envolvia a zona da Mata Mineira e o centro-norte do Estado do Rio de Janeiro fora considerada Área Proibida em meados do século XVIII. Isto entretanto não impediu a proliferação de núcleos que operavam com ouro.

Descrevendo a zona mineira dos Sertões do Leste, Paulo Mercadante[115] registra contatos entre indígenas e ousados mercadores que vinham buscar a poaia, nome dado a ipecacuanha, de notáveis e comprovados efeitos medicinais, principalmente ligados às funções digestivas e intestinais.[116] É dali, mais precisamente de Xopotó, que teria se originado a figura lendária de Manuel Henriques - o Mão de Luva.

Uma primeira história da região serrana feita em 1851 pelo juiz de direito Cansanção Vieira Sinimbu - *Notícias das Colônias Agrícolas Suíça e Alemã Fundadas na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo*[117] inaugura a inserção de Mão de Luva na história da região serrana. A exploração clandestina de ouro teria justificado a formação do povoado que viria a se chamar Cantagalo e colaborado para que ela se tornasse a primeira vila do centro-norte oficialmente fundada em 1814.

A exploração e tráfico do ouro envolveram toda a região do Macacu e deixaram suas marcas no povoamento dos então chamados Sertões do Macacu. Os caminhos utilizados pelo bando podem ter alcançado a região serrana e o vale do Macacu, proporcionando o povoamento de ampla área.

> *"Tomando a direção de norte a sul veio ter às margens do rio Grande, e por elas subindo ladeando o ribeirão Santo Antonio, um de seus maiores afluentes até sua nascença, que é na ilharga da serra Boa Vista, um dos ramais da Cordilheira dos Órgãos e que também serve de nascença pelo lado sul*

---

[115] Paulo Mercadante – *Os Sertões do Leste,* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972

[116] A ipecacuanha logrou obter fama mundial, tendo sido enviadas ao Reino cerca de 432 arrobas da raiz. Ver Márcia Moisés Ribeiro – *A Ciência dos Trópicos – A Arte Médica no Brasil do Século XVIII*, São Paulo, Hucitec,1997. A oscilação das exportações resultou do caráter predatório de sua exploração. A *Cephaelis Ipecacuanha,* de grande importância farmacológica encontra-se hoje quase extinta, segundo Jussara Goyano em *"O Tesouro Vivo da Mata Atlântica"* em Scientific american Brasil, ano 1,n.5,outubro de 2002

[117] João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu - *Notícia das Colônias Agrícolas Suíça e Alemã Fundadas na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo,* Niterói, tipografia de Amaral e Irmão, 1852. Em 1851 o autor era juiz de Direito na Vila de Nova Friburgo. Mais tarde seria ministro da Justiça de D. Pedro II

ao rio Macacu, cujas águas vão desembocar na baia de Niterói"[118]

Sinimbu se refere a um aliado de Mão de Luva, um certo Maurício que explorava *"minas de ouro nas proximidade da serra da Boa Vista".* Menciona inclusive um lugar onde Mão de Luva e Maurício se uniam ou repartiam o resultado de sua aliança. Pitorescamente se chamava Banquete.

O encontro de ouro teria tido efeitos semelhantes, porém em menor escala, ao que ocorreu em Minas Gerais com a atração de gente, formação de sítios favorecidos pela abertura de caminhos e mercados. Segundo Sinimbu:

"Sobre as pegadas de Mão de Luva veio o padre Cunha, e após este muitos outros mineiros que, transpondo o Paraíba, foram se pouco a pouco derramando pelo distrito de Cantagalo" [119]

A lenda e a imaginação popular se apoderaram de uma história que provavelmente pela própria natureza clandestina das operações se resguardava de claras exibições, preferindo o sigilo por medida de segurança. A lenda vem sendo transmitida até hoje como se pode observar no livro *Histórias e Lendas da Velha Nova Friburgo* de Rafael Jaccoud. Apresenta uma versão cuja reprodução tem aparecido em redações escolares sobre lendas da região e em espetáculos teatrais feitos por escolares de Nova Friburgo. Os cenários e a própria realidade histórica deixam um amplo terreno para o imaginário, que certamente é um fator de mobilização das ações.

A história teria se desenrolado em área imensa, na época chamada por autoridades administrativas do Vice-Reinado do Brasil de *"Sertões do Macacu"* que, por sua vez, figuraria em 1787 em mapa feito pelo sargento-mor Manoel Vieira Leão com a expressão *"Sertão Ocupado Por Varias Nações dos Índios Brabos".* Espacialmente compreendia área que hoje inclui municípios atuais como Terezópolis, Sapucaia, Nova Friburgo, Sumidouro, Duas Barras, Carmo, Bom Jardim, Cordeiro, Macuco, Cantagalo, Trajano de Moraes,

---

[3] Sinimbu, obra citada, pag.2

[119] Sinimbu, Cansanção de - *Obra citada*, pag. 2

São Sebastião do Alto, Itaocara, São Fidélis, Três Rios, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto e parte de Petrópolis.

Segundo Rafael Jaccoud:

> *"Foi nesta imensa e distante área que viveu Mão de Luva. Bateou ouro em Cantagalo, aldeia que fundou, Contrabandeou metal precioso, juntamente com pedrarias faiscantes. Lutou com desassombro contra os dragões do vice-rei, deu guarida a escravos fugidos e proteção aos índios que ali viviam. Enfim, reinou à sua moda, à moda cabocla, dentro daquela vastidão sem fim".*[120]

Está formado o cenário para um teatro em que a transgressão às ordens metropolitanas abre o caminho para a formação de um sub-reino em que as relações entre povo e autoridades poderia apresentar diferenças em relação às áreas sob poder direto da metrópole. Embora haja registro de escravos pertencentes a Mão de Luva é possível que o povoado acolhesse escravos fugidos e indígenas.

A penetração neste sertão foi também realizada por iniciativa do governador de Minas, provavelmente em busca do controle e regularização do comércio do ouro. A lenda considera Manoel Henriques, um nobre português, um duque envolvido em conspiração contra José I. Descoberto o movimento sedicioso, Manuel Henriques teria fugido para o Brasil. A alcunha Mão de Luva se deve, segundo a versão lendária a um toque romântico. Manuel Henriques estaria amorosamente envolvido com D. Maria, mais tarde Maria I, que às vésperas de sua fuga teria lhe presenteado uma luva e pedido que ele a portasse como lembrança do seu grande amor.

É difícil perceber o que há de verdade nesta lenda. Na conspiração atribuída aos Évora contra D. José I, não consta nenhuma referência ao duque e outras informações registram Mão de Luva como um mulato. Neste caso, a luva que ostentava seria devido

---

[120] Raphael Jaccoud - *Histórias e Lendas da Velha Nova Friburgo*, Nova Friburgo, Múltipla Cultural , 1999

a um problema de saúde. De qualquer maneira a versão de sua origem aristocrática enobrece um líder que com a coragem dos pioneiros teve um papel destacado na constituição de uma comunidade efetivamente independente da metrópole.

Estudando os descaminhos do ouro, Laura de Mello e Souza classifica Mão de Luva como *"um curioso bandido do tempo da mineração".* A historiadora endossa preconceitos da época contra Mão de Luva ao classificá-lo como bandido e facinoroso. Expõe uma versão sujeita a dúvidas e interrogações que tem marcado as atividades de exploração e ouro na região:

> *"Explorava clandestinamente e também assaltava comboios. Estabeleceu-se numa região - que algumas fontes dizem ser Cantagalo, mas que Diogo de Vasconcelos afirma ser Macacu -, constituindo uma verdadeira povoação de homens facinorosos onde havia cerca de 200 casas. Luís da Cunha Meneses mandou uma carta enganosa a essa gente, dizendo ter chegado a hora de legalizar a mineração naqueles ribeiros e que, com esse intuito, o governo enviaria emissários que procederiam a repartição das terras. Em março de 1784, Mão de luva se opôs tenazmente à entrada dos homens do governo, no que foi seguido e apoiado por todos os moradores do lugar. Mas o régulo acabou-se intimidando, pois estava idoso e padecia de formigueiro nos pés e de uma chaga no nariz". Dirigiu-se a Vila Rica e pediu perdão por suas faltas ao capitão general; logrado, foi preso junto com sua gente e sentenciado no juízo da Intendência Geral do ouro de Vila Rica".*[121]

Sabe-se que a captura de Mão de Luva foi precedida por uma verdadeira guerra articulada pelos governadores de Minas Gerais e do Rio de Janeiro com o apoio da metrópole. Juntaram-se recursos materiais e bélicos. Promoveu-se um violento cerco da região que culminou na prisão de Mão de Luva e outros, bem como numa verdadeira chacina no povoado.

Mão de Luva teria sido preso com alguns comparsas e escravos. Segundo uma versão lendária, fora o canto de um galo que fornecera a localização do povoado imerso em densa floresta. Daí o nome de Cantagalo. Tudo indica que o povoado fora o centro da

---

12 Laura de Mello e Souza – *Desclassificados do Ouro A Pobreza Mineira no Século XVIII,* Rio de Janeiro, Edições Graal, 2ª ed ,1986 *pags 201/2*

exploração e tráfico de ouro cuja dimensão geográfica atingia até o Macacu.

Foram presos vários elementos que traficavam com o ouro nos contrafortes da Serra, inclusive padres sediados em Macacu. É provável também que houvesse uma relação de certa cumplicidade com o governador de Minas. A um certo momento da investida oficial, o governador do Rio de Janeiro chega a acusar o seu companheiro de Minas de protelar e obstruir as operações militares. Ora, se considerarmos que o ouro só se transforma em efetiva riqueza mediante a troca por outras mercadorias, é possível imaginar a existência de uma complexa rede e supor até a participação do governo de Minas nestes ganhos considerados ilícitos.

De qualquer maneira, o tráfico de ouro e a repressão ao núcleo ilegal constituíram-se fatores de povoamento de uma região entrelaçada por rotas que poderiam incluir o Macacu e áreas próximas à região serrana onde se instalaram mais tarde os colonos suíços.

A memória coletiva conservou, sob a forma de lenda, a lembrança desta época de ouro. Possivelmente a lenda da Mãe do Ouro, ainda hoje presente entre moradores da região, vincula-se a esta época. Ouvi pessoalmente depoimentos, segundo os quais, em algumas noites escuras, repentina e fugazmente um enorme clarão dourado se projeta sobre algumas montanhas da região.

Com a prisão de Mão de Luva, o governo real assumiu diretamente a exploração de ouro da região, estabelecendo uma Superintendência que organizava a distribuição de datas, e assegurava-se da cobrança do quinto do ouro.

Os resultados não foram brilhantes de tal modo que em 1805, confrontados os custos de manutenção da Superintendência com os rendimentos auferidos pela exploração de ouro, o Governo Real decidiu suspender a existência da Junta Administrativa. A administração local, convencida de que o maior rendimento da região estaria situado na lavoura, passou a distribuir sesmarias

na região, incrementando-se assim a constituição de fazendas no antigo distrito de Cantagalo.[122]

Quando em 1809 o mineralogista inglês Jonh Mawe foi contratado para apurar a existência de um propalado veio de prata em Cantagalo, certamente ainda havia miragens de existência de preciosos metais na área. Mawe se refere a um tempo em que a grande repressão oficial deixou seqüelas na memória local. Afirma taxativamente que já não havia mais ouro e prata na região uma vez que "o creme" teria sido apropriado pelos antigos contrabandistas. A única riqueza mineral detectada pelo mineralogista era o calcáreo.

Cantagalo era então uma área cuja atividade principal já era a lavoura, e entre os produtos cultivados ainda não havia qualquer referência ao café, que pouco depois mobilizaria pessoas e recursos para a região.

O interesse colonizador na região remonta portanto a fins do século XVIII. Antecede o estabelecimento de suíços. O ponto de partida é a transposição da Serra do Mar. Desde 1763, o Rio de Janeiro combinava suas funções de porto e núcleo urbano intermediário entre o mundo e o interior. Era para o Rio que fluíam as mercadorias vindas do interior, grande parte destinada aos navios que as transportavam para Portugal.

O Rio de Janeiro era também a porta de acesso àquelas provenientes tanto da Europa como de outras áreas do sudeste e sul do Brasil. Entre estes dois pólos, Rio de Janeiro e Minas Gerais, havia uma área pouco conhecida e de difícil transposição por seu relevo montanhoso e por sua vegetação florestal. Sob uma dimensão geohistórica, pode-se ver o processo como o devassamento de um grande ecossistema - o da hoje chamada Mata Atlântica.

O crescimento da concessão de sesmarias na região pertencente ao antigo Distrito de Cantagalo e a constituição de fazendas em área próxima àquela em que foi instalado o núcleo

---

[122] Ver Acácio Ferreira Dias – *Terra de Cantagalo – Subsídio Para a História do Município de Cantagalo, volume 1, 2ª ed. 1979, s/ ed.*

colonial demonstram que nas primeiras décadas do século XIX havia interesses por esta região.

Era a resposta dada à abertura de uma nova e promissora fronteira econômica e social na Capitania do Rio de Janeiro. Pode explicar inclusive porque na operação da qual resultou a compra da Fazenda do Morro Queimado, o Governo Real comprou duas fazendas: A Fazenda de São José e a de Córrego D'Antas. A compra da Fazenda de Morro Queimado foi acusada pelo jornalista Hipólito da Costa de ser uma grande negociata. Negociata ou valorização da área, é indubitável que crescia o interesse pela área.

3.3. A Presença Indígena

A indicação cartográfica -"*Sertão ocupado por Índios brabos*"[123] expressa o desafio que as majestosas montanhas opunham à penetração ao interior vinda do litoral. Era uma área que, até fins do século XVIII, esteve a salvo da colonização predatória. Era ainda dominada pela pujança da Mata Atlântica capaz de prover a sustentação de tribos indígenas e de acolher os fugitivos da ordem colonial, seja escravos seja os mais diversos tipos de dissidentes.

A presença indígena pode ser inferida a partir do nome dos acidentes geográficos da região, a começar pelo próprio Macacu. Embora seja difícil avaliar as suas verdadeiras dimensões na região, há referências feitas por viajantes no início do século XIX. Com efeito, Mawe e Debret nos legaram descrições de uma aldeia indígena em Cantagalo. Além disso, sabe-se da existência de aldeamentos em São Fidélis e em Itaocara.

---

[123] *"A Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro de 1767, do sargento-mor Manuel Vieira Leão é um precioso documento indicador dos primeiros que iniciaram o desbravamento da Serra"* em Alberto Ribeiro Lamego - *"O Homem e a Serra"* , Rio de Janeiro, IBGE, Conselho Nacional de Geografia , 1963

Os indígenas da região foram identificados como pertencentes às tribos denominadas puris, coroados e guarus. Não há notícia de povoados, aldeias nas áreas mais frias das regiões altas da serra, porém foi registrada a sua presença no interior do antigo Distrito do Cantagalo envolvendo os atuais municípios de Cantagalo e Bom Jardim.

O viajante Mawe visitou algumas moradas indígenas em Cantagalo, alcançando-as através de um homem que se dedicava a procura da ipecacuanha. Observa que os índios de Cantagalo habitavam as florestas, possuíam poucos conhecimentos da lavoura, dependiam, para sua alimentação, quase por completo, dos arcos e das flechas, e das raízes e frutos selvagens que eventualmente encontram nas florestas. Já apresentavam indícios de aculturação:

> *"O chefe a que me referi veio visitar-me, com cerca de cinqüenta índios, visita que muito me agradou, pois me deu oportunidade de examinar suas feições e conversar com os poucos dentre eles que trocavam algumas palavras em português. Os homens vestiam colete e calças; as mulheres, camisa e saia, com um lenço amarrado em volta da cabeça, à moda das mulheres portuguesas".*[124]

Na época da chegada da Corte prosseguia uma indiscriminada destruição das aldeias indígenas. O próprio monarca declarou guerra aos botocudos que habitavam a região serrana entre os distritos de ouro e diamante e o litoral. Segundo Warren Dean o objetivo era incentivar a garimpagem na região até então interditada pela colonização para evitar o contrabando. Os coroados presentes na região de Cantagalo e adjacências, provinham da zona da mata mineira e já eram conhecedores dos limites de seus movimentos pressionados por garimpeiros e pelos próprios botocudos. Segundo Warren Dean:

> "A *terra estava sendo invadida por garimpeiros na esperança de um último golpe de sorte, e a Coroa, mais que depressa se dispunha a agradá-los. Os botocudos tinham sobrevivido nesta zona inteiramente florestal porque*

[124] Mawe, John, 1764-1829 – *Viagens ao Interior do Brasil,* tradução de Selena Benevides Viana, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, pag. 99

evitaram a agricultura, que os teria exposto a caçadores e porque combateram ferozmente os intrusos. Na verdade, eles haviam adquirido uma reputação imerecida mas útil , de canibais , que agora ia ser empregada contra eles. Ao combater e afugentar os garimpeiros retiraram-se para leste e dali passaram a ameaçar os povoamentos costeiros do Espírito Santo. Competiam, também mais encarniçadamente com seus rivais, os coroados, povos que anteriormente haviam sido mais sedentários e horticultores. Os grupos de coroados foram então obrigados a "descer" em busca de proteção até os domínios neo-europeus" [125]

Em 1851, o zoólogo Herman Burmeister constatava a remanescente presença indígena na região. Na viagem de Areias (Cantagalo) para Aldeia da Pedra (Itaocara) escreveu:

"*Imediatamente depois, chegamos ao rio Paraíba que, majestoso e imponente, vimos brilhar ao fundo da vegetação à nossa esquerda. Era aí que se achavam as primeiras habitações dos índios. As choupanas dos índios ficavam escondidas no Matagal, onde notamos a casa solitária de um colono, à frente da qual se reunira uma população numerosa e de todos os matizes que nos olhava admirada e surpresa*"[126]

Admite-se a possibilidade de coroados puris terem formado no passado uma só tribo. Os coroados se localizavam no norte do Estado do Rio de Janeiro e se estendiam por partes do Espírito Santo e Minas Gerais, principalmente os vales dos rios Paraíba, Preto e Muriaé. Aldeados em 1776 pelos padres capuchinhos, os coroados encontravam-se no baixo curso do Paraíba. Os coropós são referidos como grupos antigos, que se miscigenavam com os goitacás que se localizavam na região do rio Pomba em Minas Gerais. Os Puris ficavam principalmente na serra da Mantiqueira e daí se espalharam até o alto curso do rio Doce. Possuíam uma língua semelhante à dos Coroados, embora fossem mais escuros, baixos e

---

[125] Warren Dean – *A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira,* tradução de Cid Knipel Moreira, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pag. 168

[126] Burmeister, Hermann (1807-1892) – *Viagem ao Brasil Através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos;* tradução de Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt;, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, pag. 163

fortes. No final do século XVIII no interior do Estado do Rio de Janeiro, os Puris predominavam entre a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar e os coroados no trecho serrano até São Fidelis.

A tonsura que antigamente usavam justificou a denominação de coroados pelos portugueses. São de estatura pequena e ombros largos. Sua tez é de um castanho vermelho, cor de carne. Já os Puris apresentam um grande nariz, levemente arqueado e tem lábios mais finos e muito salientes. Os homens trazem uma barba não muito densa nos lábios e no queixo, mas não nas bochechas, e sua tez é mais escura e castanha que a das mulheres, que é mais fina e quase amarela.

Em 1851, Burmeister relata a visita à Aldeia da Pedra onde constata a presença de remanescentes de coroados e puris:

> *"A aldeia conta com 70 a 80 casas e 500 a 600 habitantes. Como todas as localidades que levam o nome de aldeia, esta tem sua origem na instalação de um dos núcleos de índios organizados, em princípios deste século (XIX) pelos padres franciscanos. Estes não observaram o sábio método dos jesuítas, que excluíam qualquer branco destas colônias indígenas. Admitiam igualmente brasileiros e europeus. Assim, poucos são os índios que ainda residem ali perto, sendo o povoado todo habitado por brancos, negros e mulatos. Nos arredores de Aldeia da Pedra encontram-se presentemente os restos de duas tribos de caracteres muito diferentes"*[127]

Não obstante a limitada presença indígena na região era patente a sua influência cultural ali chegada por vias transversas e difíceis de precisar. São inúmeros os nomes de animais, de elementos da flora que ficaram conhecidos pelo colonizador. Acidentes geográficos da maior importância para a vida social na região como o Macacu, Macaé tem nomes indígenas. Macaé significava uma palmeira que produz um coco doce.

No século XVIII, na medida em que a conquista penetrava mais para o interior, grupos indígenas aparecem com insistência nas fontes, como os blocos rivais formados pelos índios "coroados" e seus aliados corapós, por um lado, e os puris, por outro. Estes

---

[127] Herman Burmeister – *obra citada*, pags. 163,164

eram os que os portugueses acusavam de ataques, tanto no baixo quanto no médio Vale do Paraíba, e sofreram por sua vez extermínio e confinação aos aldeamentos.

Antes do devassamento e colonização dos chamados sertões do leste, (centro-norte fluminense) registrou-se a presença de Guarulhos em Bom Jardim.

A colonização predatória destruiu a mata e inviabilizou a vida das comunidades indígenas. Este processo desprezou os indígenas expulsando-os do litoral. Fugiram para o interior. Mas o processo de conquista da terra penetrou no interior fluminense usurpando terras que eram o habitat dos índios. Saint–Hilaire, que percorreu o interior fluminense entre 1816 e 1822, ouviu deles a reclamação de perda de suas terras e do tratamento violento infligido pela metrópole: *"os brancos nos tratam como cães, e rogai-lhe (chefe branco) que nos dê terra para podermos construir uma aldeia."*[128]

O Estado apoiava os novos proprietários de terra na expulsão dos índios. Um general durante o governo de D. João VI recebera ordem *"para afastar desses sertões os puris que impedem a formação pacífica dos cafezais em Piraí".*[129]

Há sinais de que freqüentavam o Alto da Serra onde se construiu Nova Friburgo. Cansanção de Sinimbu se refere em 1851 à presença de indígenas em território da sesmaria de Morro Queimado.

> *"Foram por aviso de 3 de dezembro de 1819 mandados remover daí para serem aldeados em lugar conveniente a fim de se tornarem civilizados e não serem por eles civilizados e não serem por eles ofendidos os colonos que se esperavam"*[130]

3.4. Quilombolas

---

[128] Ver Humberto Fernandes Machado – *Escravos e Senhores e Café: A Crise da Cafeicultura Escravista do Vale do Paraíba Fluminense-1860-1888*, Niterói,Clube de Literatura Cromos, 1993, pags, 28-36

[129] Humberto Fernandes Machado –*obra citada,* pag, 28

[130] Cansanção de Sinimbu – *obra citada,* pag. 12

A presença de quilombos deve ser melhor investigada. Após 1821, a colonização suíça se estende para o Vale do Macaé. Nicoulin se refere a um documento de 1822 que noticia a destruição pelos suíços de vários núcleos quilombolas. Transcreve inclusive uma carta na qual Antoine Cretton de Martigny, de Valais relata uma dessas expedições:

> *"Meu genro Laurent Sottemberger, que também fazia parte da caravana caiu num buraco desses, felizmente só com uma perna; safou-se, mas com o pé atravessado de lado a lado por uma estaca. Mas qual não foi nossa surpresa ao deparar com oito negros que, de arcos retesados, ameaçavam trespassar-nos o peito. Entretanto conseguimos dominá-los e obtivemos todas as indicações sobre aquelas terras".*

Encontramos um documento no Arquivo da Prefeitura de Nova Friburgo - uma declaração datada de 25 de fevereiro de 1823 na qual o colono Jean Antoine Musy, chegado da Fazenda de São Pedro, perto do Alto Macaé relata um episódio no qual seu filho recebera a visita de 4 portugueses em seu rancho do rio Sana. Eles depositaram as suas bagagens no seu rancho afirmando

> *"que queriam ver o quilombo. Com efeito eles partiram e retornaram pouco depois e lhe declararam que tinham encontrado um ferro, flechas e alguns outros objetos que acreditando que pertenciam a negros fugitivos, puseram-lhes fim".*

Ao longo do período de vigência da Colônia há cartas que se referem a existência de quilombo, sem que possamos obter dados a respeito de sua localização. Nas proximidades do rio Macaé, ainda hoje existe um pequeno núcleo chamado Quilombo. Seria o mesmo quilombo referido na documentação acima citada?

No Livro 1 de Registro de Óbitos da Freguesia de Nossa Senhora das Neves (1809-1847) no município de Macaé, encontrou-se uma primeira referência cronológica ao Quilombo de Carokango, considerado o mais importante e que provavelmente teria alcançado a área de Sana - atual distrito de Macaé.[131]

---

[131]Paulo Knauss –(coordenação histórica) – ***Roteiro Documental Para a História de Macaé*** – Fundação Macaé de Cultura, Prefeitura Municipal de Macaé, 2000

A escravidão existia na Vila de Nova Friburgo desde os seus primeiros tempos. Certamente os escravos que existiam na Fazenda do Morro Queimado permaneceram em Nova Friburgo. Há menções de fazendas com escravos ao longo de todo o Vale do Macacu, e mesmo na região serrana. A Fazenda São José, comprada pela Coroa juntamente com a de Córrego D`Antas, na mesma época de Morro Queimado era possuidora de escravos.

Em Cantagalo, desde a época de Mão de Luva havia escravos, alguns aprisionados quando foi capturado o chefe garimpeiro.

3.5. Fazendas e Escravos

As origens suíças do município de Nova Friburgo devem ser relativizados em função da presença de luso-brasileiros e escravos. Quando os suíços se estabeleceram na Fazenda do Morro Queimado, já havia nas adjacências fazendas pertencentes a luso-brasileiras e proprietárias de escravos. Ao mesmo tempo, o antigo Distrito de Cantagalo vinha sendo ocupado por fazendas com grande número de proprietários egressos de Minas Gerais.

O exame dos Registros de Nascimento e Óbitos de Nova Friburgo entre 1819 e 1831 indicaria a existência de fazendeiros e escravos, muito provavelmente existentes antes do estabelecimento dos imigrantes suíços.maior parte dos proprietários de escravos eram luso-brasileiros. Os suíços, em muito menor escala, aparecem com seus escravos: João Bazet, Alex Torin, Stocklin, Jacob Joye, Charret, Jaccoud, Thurler, Genilloud e os franceses Sequier e Felipe de Roure

.Os proprietários de escravos luso-brasileiros se localizavam na área da Vila e também nas adjacências como São José do Ribeirão e Nossa Senhora da Conceição do Paquequer: Custódio de Souza Guimarães (Sebastiana), João Luiz Ribeiro (São José), Antonio Ferreira de Araújo (São José), Lourenço Correia Dias (Águas Compridas), Manoel Rodrigues Ferreira (Rio Grande),João Dutra da Costa (Fazenda Pedra Branca), Manoel Antonio Pereira

(São José), José Francisco Cordeiro (São José- Fazenda Senhor dos Afonsos), José Gomes de Andrade (São José).

A presença de fazendeiros luso-brasileiros pode ser observada na região do Vale do Macaé. Segundo o Livro de Notas nº 1 do Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo, o chefe de polícia Quevrémont e mais dois colonos compraram uma fazenda de um certo Simão da Costa Peixoto na localidade de São Pedro. Teria sido a Fazenda São Pedro com meia légua em quadra (1800 hectares) Possuía casas, paiol coberto de palha, 300 pés de café, laranjeiras, bananeiras e um monjolo. Ao mencionar os confrontantes refere-se ao falecido José de Souza Coelho. Pouco tempo depois é lavrada a escritura de compra de fazenda por Luiz e Felipe de Roure vendida por José Gonçalves de Souza. Era certamente a Fazenda Lumiar, nome dado em homenagem à esposa de Felipe de Roure, natural de Lumiar em Portugal.

A expansão das fazendas na região está associada à produção cafeeira. Conforme assinalou Martius:

"Nos últimos anos, a sua exportação tem sido a seguinte: 1817, 9.567,960 libras; 1818, 11.140,350; 1819, 8.087,220 (por causa da seca); 1820, 14.733,540[132]*.*

A expansão está bem registrada por Pizarro, inclusive revelando que já em 1820, Cantagalo se destacava como produtor de café.

> *"Em 1800 se exportaram apenas desta províncias 50 arrobas de café; no ano 1817 sairam 318.932 arrobas:no ano de 1818:371 345 e no de 1819, apesar da grande seca que houve, 269 574 arrobas, montando em três anos o total de 959.851 arrobas. À proporção do progresso de cultura deste gênero tem sido a sua colheita no ano de 1820; pois que só de Parati, Ilha Grande e Mangaratiba tem saído mais de 50 000 arrobas e de Cantgagalo mais de 11000"*[133]

---

[132] Spix, Johan Baptist Von e Martius, Carl Frierich Phillip Von - *Viagem pelo Brasil,,* Belo Horizonte - São Paulo, Ed. Itatiaia e Ed. Da Universidade do Estado de São Paulo, 1981, pag. 72

[133] Pizarro e Araújo, José de Souza Azevedo –*Memórias Históricas do Rio de Janeiro,* 5º volume, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, pag. 93

Para se compreender a evolução ulterior do município e da colônia de imigrantes é necessário considerar que os colonos encontraram uma realidade com precedentes vinculados a quilombos, fazendeiros, escravos e que os imigrantes se instalaram em área provavelmente cruzada por caminhos ou descaminhos do ouro.

3.6. Espaço e Natureza

A constituição de Nova Friburgo não é um fenômeno isolado como pareceu, por exemplo ao viajante Tchudi que considerou a colocação dos suíços como um simples desterro em área pobre economicamente. É possível vê-la como parte de um processo de ocupação territorial e colonização do interior fluminense. Trata-se da abertura dos Sertões do Leste para uma penetração semelhante à que vinha sucedendo no Vale do Paraíba.

E isto nas suas linhas fundamentais obedecia ao mesmo processo de destruição da natureza, que tendo por base a produção de café, liquidou os mal conhecidos recursos da Mata Atlântica. Diante da paisagem exuberante, o botânico Martius que penetrou a floresta em 1817 chegou a mencionar o possível aproveitamento dos recursos florestais através da silvicultura.

Uma das primeiras descrições da região e de seu acesso pode ser obtida através do relato da viagem de John Mawe. Sua viagem se iniciou em 10 de abril de 1809, acompanhado por um professor de Química, Dr. Gardner. Através de uma embarcação chega a foz do Macacu, após terem velejado durante cinco horas. Em seguida através de barco a remo alcançou Vila Nova, descrita como uma casa onde vários barcos de carga destinados ao Rio aguardavam o vento da terra e a maré alta. Ao romper o dia atingem Porto das Caixas,

> *"lugar muito procurado pelos viajantes do interior por ser o posto onde as mulas descarregam suas cargas, oriundas de muitas plantações dos arredores"*[134]

[134] John Mawe – *Obra citada*, pag. 125

Após atravessarem um grande pântano chegam a uma Vila, chamada Vila de Macacu, provavelmente o local hoje chamado Cachoeiras de Macacu.

"Embora quase à base da cadeia de montanhas, que forma barreiras ao longo da costa, a região está bem localizada". Na Vila ele se refere a um convento, o que confunde o leitor atual, podendo ser a Vila - Santo Antonio de Sá. A seguir, com um cavalo e um guia seguiu pelas sinuosas margens do rio. Refere-se a uma área vinculada aos tradicionais padrões da produção açucareira na capitania do Rio de Janeiro com o seu legado de apatia e miséria:

> *" As plantações de cana de açúcar e as pastagens baixas estão muito descuidadas.A população destes magníficos vales é deploravelmente raquítica e pobre; notei um ar doentio, em geral, nos olhares das mulheres e crianças, o que pode ser atribuído à sua alimentação miserável e vida inativa"*

Ao anoitecer alcançou uma fazenda pertencente a um convento de freiras do Rio de Janeiro, onde pernoitaram. Prosseguindo a viagem alcançaram a outra margem.

> *"Viajando naquela direção, atingimos a próspera plantação do Capitão Ferreira, que nos recebeu com muita polidez. Este local, limitado ao longe pela cadeia de montanhas, marca o ponto final em que o rio Macacu é navegável. A localidade mantém cerca de cem negros, ocupados principalmente no cultivo da cana de açúcar, algodão e café, mas a mim, o terreno se me afigura mais propício ao plantio do trigo e à criação do gado".*

Passando por dois registros, situados em meio a abruptas colinas iniciou-se pouco depois a transposição da *"grande barreira de montanhas*" através de caminho cheio de precipícios onde

> "*éramos obrigados a andar mais a pé do que montados. Na marcha para noroeste, passamos por duas fazendas pobres solitárias e penetramos no cenário terrivelmente grandioso de uma cadeia de montanhas desnudas e cônicas, com imensas cachoeiras a se despenharem em todas as direções."*

A chegada à Fazenda do Morro Queimado, que dez anos depois seria o ponto terminal da viagem dos suíços, mereceu uma descrição que nos fornece uma aproximada idéia da terra encontrada pelos colonos imigrantes, em plena área florestal:

> *”Ao anoitecer chegamos à fazenda denominada do “Morro Queimado”, cujo administrador nos recebeu muito hospitaleiramente, dando-nos pousada para a noite. O frio era tanto que as cobertas , embora duplicadas, mal nos aqueciam; pela manhã o termômetro marcava 48° F. Quando a espessa nebiomba se dissipou, pudemos, em companhia do capataz passar uma vista pelos arredores, que pareciam bem apropriados a uma fazenda de criação, mas a temperatura era muito fria para o plantio dos produtos comuns do país, sobretudo algodão, café, bananas, freqüentemente crestadas. Informaram-me terem experimentado semear o trigo, embora não se esteja familiarizado Com o método de plantá-lo. O milho, como alimento destinado aos porcos, é o principal produto.”*

A proximidade com a floresta expunha a criação a constantes ataques de onças: *”a propriedade é infestada, de vez em quando por onças que se cevam no gado novo”.*

Ao contrário do que comumente se afirmou, as condições de cultivo na região pareciam muito propícias.

> *“Esta fazenda, nas mãos de um agricultor experimentado e hábil poderia produzir resultados maravilhosamente compensadores. O solo é úmido, adaptável ao plantio não só do milho, como do trigo, cevada, batatas, etc, e tão bem irrigado, por numerosas correntes provindas das montanhas, que as pastagens estão sempre verdejantes. Aqui existem magníficas quedas d’água e abundante de excelente madeira. Assim moendas de milhos poderiam ser construídas com menor despesa do que a necessária para a compra de moinhos de pedra. Se estivesse ligado à fazenda das freiras, mais abaixo, este estabelecimento transformar-se-ia num dos mais completos e lucrativos do Brasil”*

Estas impressões servem para dar uma noção da região servindo de referência necessária para se aquilatar as opções de

cultivo e transformações impostas à natureza por opções sócio-culturais.

Vale a pena seguirmos o trajeto, do viajante rumo a Cantagalo. Muitos colonos se dirigiram para lá e Nova Friburgo manteria ulteriormente ligações históricas com Cantagalo.

Como se pode observar pelo próprio caminho descrito pelo mineralogista, Nova Friburgo se situava na rota que ligava o litoral a Cantagalo, vivendo assim as implicações do que ali se sucedia. Chegando em 1809 na região ainda estavam vivas na memória dos habitantes de Cantagalo o período em que fora o núcleo de garimpeiros perseguidos e dizimados pela Coroa.

"A terra é fértil e boa; suas irregularidades apresentam trechos propícios ao desenvolvimento de quase todas as culturas". Na região constatou a existência de substância calcárea. Observa que o valor deste material deveria ser devidamente apreciado na capital,

> *"onde o custo da madeira para transformar as conchas em cal ultrapassa o preço que custaria a cal trazida de Santa Rita, se construíssem estradas transitáveis deste distrito a Porto das Caixas"*

A região escolhida para a montagem da Colônia apresentava características físicas que na época foram vistas como dificultosas para o êxito do empreendimento: relevo montanhoso em meio a uma realidade florestal. O clima frio não favorecia a lavoura cafeeira responsável pela ocupação do antigo Distrito de Cantagalo. O município de Nova Friburgo está situado em numa cadeia de serras que integram a chamada Serra do Mar, formando contínuos vales fragmentados pela sucessão de montanhas.

Segundo Burmeister, a Colônia se situava numa área com características pouco propiciatórias da agricultura, uma vez que a *"a terra aí e nos arredores é pouco fértil, pedregosa, com densas florestas e tão desnivelada que poucos são os lugares apropriados para a roça".* Explicava assim a pobreza inicial dos imigrantes.

São afirmações que contrastam com a visão propagada na Suíça por Gachet. Mas parece-nos que subsiste uma confusa apreciação da área tanto da parte dos protagonistas da época como da historiografia. O fato de não apresentar condições excelentes para a típica produção colonial fundamentada em determinados artigos de exportação com base na escravidão não invalida outras opções econômicas e sociais. Entretanto, por razões várias, muitos colonos foram impelidos a buscar as terras quentes mais apropriadas para o cultivo do café.

Por outro lado, Nova Friburgo se situava numa área central da Serra do Mar, o que pouco mais tarde fez da Vila um ponto de convergência de rotas e principalmente um ponto importante para a transposição da serra rumo a Cantagalo e Minas Gerais. Passaria principalmente a partir da segunda metade do século XIX a se tornar um centro comercial e a partir de 1870 um importante centro ferroviário situado na rota do café que provinha de Cantagalo, então grande pólo produtor.

Uma descrição sumária de Nova Friburgo perceberia a Vila cercada de majestosas montanhas, favorecendo certo isolamento. A região era entretanto muito bem provida de águas. São rios, micro-bacias que haveriam de orientar direções de povoamento.

1ª) A Microbacia do Rio Bengalas - formado pela junção dos rios Cônego e Santo Antônio atravessa grande parte da cidade de Nova Friburgo, os atuais Distritos de Conselheiro Paulino e de Riograndina desaguando no Rio Grande. Em 185l já não apresentava a riqueza florestal certamente existente antes da colonização. Segundo Burmeister:

> *"Enquanto permanecemos no vale do rio Bengalas não encontramos aquela variedade e beleza de vegetação que torna tão encantadores os outros vales, pois ela falta quase por completo na região de Nova Friburgo."*[135]

[135] Herman Burmeister – *obra citada,* pag. 147

2ª) A bacia do Rio Grande - o Rio Grande é um dos maiores afluentes do Paraíba. Nasce a oeste de Nova Friburgo e é formado por vários riachos, o maior dos quais é o Córrego Dantas, *"assim chamado porque estes animais são encontrados de preferência em suas margens"*. Desempenharia um papel importante no povoamento de Nova Friburgo em direção a Cantagalo.

3°) A Bacia do Macaé - nasce na localidade denominada "Verdun", no atual distrito de Lumiar. Recebe vários afluentes entre os quais o Rio das Flores, o Boa Esperança e o Bonito indo desaguar no oceano Atlântico. Para o seu vale afluíram desde 1821 vários colonos em busca de terras mais quentes e favoráveis ao cultivo do café. De fato em sua margem constituíram-se fazendas de café.

A região serrana era ainda uma área de difícil acesso ao litoral, em virtude do estado das estradas e pelo desafio do relevo, uma vez que se tinha que atravessar a Serra para atingir o Rio de Janeiro. Podemos supor que esta dificuldade preservara os elementos naturais que nas primeiras décadas do século XIX ofereciam ainda o espetáculo da primitiva Mata Atlântica.

O clima da área montanhosa de Nova Friburgo desempenhou um papel importante tanto no desenvolvimento da vegetação florestal como nas características sócio-econômicas assumidas pelo povoamento. Por atingir baixas temperaturas e pelo elevado índice pluviométrico não favorecia o cultivo do café, o que juntamente com a presença do padrão familiar de produção tornou-se um fator em várias fases históricas de estímulo à produção vinculada ao abastecimento interno e à subsistência.

Nas primeiras décadas do século XIX a Mata Atlântica se disseminava pela maior parte do interior e inclusive por partes do litoral. Em alguns casos observa-se o grau de inconsciência presente em visitantes como os alemães que caçavam macacos, pelo único prazer de caçar, no litoral próximo a Cabo Frio.

Além das descrições prenhes de admiração feitas por Martius e Rugendas que se adentraram no interior fluminense, destacamos as

observações específicas de John Mawe sobre a área que se constitui objeto particular de nossa atenção. Observou, não obstante a sua curta temporada na região, diferentes espécies de madeira:

> *"Vinhático - excelente madeira; Cedro - boa e durável; Peroba - resistente e boa; Óleo - muito sólida, de perfume peculiar; Cabiúna; Jacarandá - madeira de marcenaria, variegada preta e amarela. Conhecida na Inglaterra com Pau-Rosa; mas as melhores espécies, segundo me parece ainda não foram importadas; Jacaratinga; Ubatã; palmeiras - muitas variedades, entre elas, a iri, já descrita. A sua fibra não tem rival quanto à resist6encia e elasticidade; Grafuana- cuja casca, segundo me informaram fornece tinta amarela; Embira - uma planta trepadeira. As hastes são usadas em lugar de cordas, e muitas vezes como freios. "*

Reconhece que deixou em seu livro de mencionar inúmeras árvores espinhosas, frutíferas e arbustos e apenas de passagem cita o emprego medicinal de algumas árvores como uma *"cuja casca tem sido empregada, com sucesso, como substituto da quina do Peru*, provavelmente trata-se do Pau-Pereira.

Uma descrição muito mais minuciosa da fauna e da flora foi feita por Herman Burmeister em 1851, quando o autor deplorava o processo avançado de destruição da fauna e da flora. Nas imediações da cidade observa o empobrecimento da mata "*desprovidas de qualquer encanto natural"*. Destaca algumas grandes quaresmas, *"cujas flores maravilhosas, roxo e escuro, formam um dos mais lindos enfeites da mata brasileira"*. Assinala vestígios dos palmitos que assim como ataquara já vinham sendo intensivamente explorados.

> *"Antigamente havia macacos em todos os bosques próximos das habitações de Nova Friburgo, mas hoje em dia não , não se ouve nem se vê este animal.O mesmo se pode dizer dos outros animais como o tapir (anta), o jaguar (onça ou cuguar(Felix concolor), dos quais não encontrei também um só exemplar. O único animal de certo porte que pude ver foi a capivara. . . os pequenos javalis brasileiros já são bastante raros. Somente os tatus e os gambás e outras espécies menores podiam ainda ser obtidos"*[136]

[136]Burmeister, Herman – *obra citada,* pag. 117

Refere-se a aves que reconhece existirem em grande quantidade: alma de gato (um cuco de cor castanha), anu, bem-te-vi, sabiá, pardal de cauda vermelha, a corruíra, perdiz. Acrescentaria eu o macuco, ave que tem dimensões de uma galinha, (ao que parece,domesticável) e a saracura. São ainda inúmeras as espécies de anfíbios, insetos. A Mata Virgem perto de Nova Friburgo pertence à região florestal elevada do Brasil onde se percebem gramíneas gigantescas, samambaias arbóreas, palmeiras, parasitas variadas, entre as quais a bromélia. Todas as plantas se apresentam misturadas por vezes entrelaçadas pelos mais diversos cipós.

Nova Friburgo ainda hoje apresenta remanescentes desta riqueza florestal. É o município que no conjunto do Estado do Rio apresenta o maior índice de preservação da Mata Atlântica apesar da progressiva deterioração ambiental e descaso oficial. Sua paisagem entretanto contrasta com os municípios vizinhos pertencentes ao antigo Distrito de Cantagalo onde a expansão cafeeira se fez através de contínua depredação da natureza.

4. A Vida no Interior: Sertões do Leste

Na mesma época em que se montava a Colônia de Nova Friburgo e provavelmente estimulada pela sua criação intensificou-se o interesse pela penetração na área compreendida pelo Distrito de Cantagalo. Nela vinham crescendo as fazendas principalmente oriundas de Minas Gerais. O café despontava como novo produto rei da exportação.

Certamente a implantação de uma colônia de suíços na rota que ligava Cantagalo ao litoral e a formação da Vila contribuíram para esta penetração. Alguns anos antes da chegada dos suíços, a região serrana possuía apenas algumas fazendas e uma estrada difícil ligava os sertões de Cantagalo a Porto das Caixas que funcionava como um ponto de troca dos produtos do sertão por aqueles que vinham do Rio de Janeiro.

A comunicação entre o litoral e a serra era difícil e por isto longa. Pode-se considerar que, pelo seu isolamento, o povoado bem como as fazendas das adjacências tinham que recorrer principalmente aos recursos da região que lhes asseguravam a subsistência alimentar, medicamentos , madeira para a construção e até mesmo o cal que já era explorado do subsolo rico em calcáreo. A alimentação usual descrita por Mawe consistia de:

> *"para o almoço, uma variedade de leguminosa, chamada feijão cozido, e depois misturado com farinha de milho, para o jantar feijão cosido com caldo de carne de porco gorda num prato de farinha sendo comido com a mão, que é muito apreciado; para a ceia, umas pobres hortaliças também cozinhadas com porco. Galinhas, que aqui são servidas, em geral cortadas em pedaços e ensopadas. Quase não se bebe vinho, mesmo entre as classes mais elevadas, mas há frutas em grande abundância, principalmente bananas e laranjas, que constituem parte considerável da alimentação comum"*

Não se falava em café em 1809 e o peso da produção para a subsistência parecia predominar. A floresta apresentava uma diversidade de espécies pouco conhecidas e aproveitadas. Referindo-se a Cantagalo, Mawe descrevia:

> *"Este distrito, bonito mas despovoado, produz naturalmente muitos artigos valiosos, que se perdem por falta de braços para aproveitá-los. Aqui se encontra aquela célebre variedade de palmeira de folhas longas com que se fabrica uma seda sem rival, tanto em qualidade como resistência"*

Cantagalo em 1820 já produz café. Terra e escravos. Fazendas se montam, devastando a mata. As antigas florestas desaparecem, os animais se extinguem ou migram, os índios se aculturam e se viciam em álcool. Cantagalo se prepara para se tornar um município monocultor que chegaria a ter o maior plantel de escravos da Província do Rio de Janeiro escravocrata na década de 1880. Chegam as autoridades e os impostos, os capatazes, as fortunas em dinheiro. Cantagalo progredia.

Muitos suíços partiram para o novo Eldorado. O próprio crescimento de Nova Friburgo direcionou-se em boa medida para lá, na medida em que fazendas se estruturaram ao longo do Rio Grande, e a própria 4444vila cresceria em função destes contatos e intercâmbios.

A COLÔNIA DE SUÍÇOS

"Eu El-Rei faço saber aos que este Alvará virem que tendo estabelecido um Distrito de Cantagalo e Fazenda denominada Morro Queimado uma Colônia de Suíços para promover a prosperidade deste meu Reino do Brasil, e devendo-se esperar que da sua indústria aplicada à fertilidade dos terrenos que lhe tenho concedido, resulte em breve tempo, pela abundância dos meios de subsistência, grande aumento da população: hei por bem criar em Vila o lugar de Morro Queimado, em que se acham estabelecidos aqueles colonos com a denominação de Vila de Nova Friburgo"

(Alvará da Criação da Vila de Nova Friburgo – D. João VI, 1820)

1. A bagagem dos suíços e a nova terra

Diante dos suíços surgia a manhã tropical. Um novo clima, a presença da floresta, técnicas rudimentares de agricultura, a criação extensiva, largo emprego da queimada, instituições distantes da vida social, a prática de uma religião que se mostrava excessivamente presa a rituais, enfim um mundo velho que se afigurava novo para os suíços.

Para a avaliação deste confronto muito nos serviu um documento relativo às malas de colonos mortos na viagem que são leiloadas sucessivamente entre julho e dezembro de 1820 — *Arrematação de Malas Pertencentes a Colonos Suíços*- 1820 [137]. A partir de uma listagem de objetos pertencentes a emigrantes com valores alcançados na recém fundada Vila de Nova Friburgo procuramos perceber expectativas, padrões culturais de uma época e as condições gerais dos emigrantes em face do desafio da implantação da projetada colônia. A bagagem nos fornece indicações dos padrões de vida dos colonos, das expectativas no Brasil e do grau de preparação para enfrentar as condições que lhes foram oferecidas.

Após esta aproximação ao universo dos imigrantes suíços, recorremos a outras fontes para confrontar a bagagem vinculada à necessidades e capacidades (trajes, cozinha, instrumentos de

[137] Documento encontrado no Arquivo da Prefeitura de Nova Friburgo – Pró-memória em 1996. Daí resultou um artigo feito por Jorge Miguel Mayer, José Carlos Pedro e Maria Regina Laforet – *As Malas Órfãs: a bagagem dos colonos suíços de Nova Friburgo.* Pró memória,PMNF

trabalho, saberes diversos) com as condições encontradas no Brasil. Deste confronto de perspectivas nasce a construção do cenário sob o qual os suíços viveram podendo o leitor recolocar-se na época e conjeturar as possibilidades de desdobramento desde que não ocorressem fatos inesperados.

O arremate das peças, em geral por outros colonos, indicava que objetos manufaturados não eram de fácil aquisição no Brasil, seja pela situação econômica dos colonos, seja por estarem localizados à grande distância dos grandes centros. A carência de objetos essenciais era tal que um dos objetivos da Sociedade Filantrópica Suíça, criada em 1821 para socorrer os imigrantes, fora a distribuição de tecidos e peças de vestuário entre outros donativos.

Martin Nicoulin investigou a bagagem pertencente a 73 famílias e celibatários de Fribourg, abrangendo um total de 364 emigrantes, significativa parcela dos 830 emigrantes procedentes de Fribourg. A bagagem foi classificada em três grupos. O primeiro (35%) foi o mais pobre, com maior presença relativa de solteiros. Continha principalmente peças de vestuário e instrumentos de trabalho. Osegundo, integrado por *“camponeses em dificuldade”,* compunha-se de vestimentas masculinas e femininas, roupas infantis, objetos de cozinha —— panelas, garfos, facas, colheres e instrumentos de trabalho para diversas finalidades.

O detalhamento da bagagem de um dos membros do grupo revelava a existência de um par de torquezes, uma pá, 3 enxadões, 3 foices, uma serra e três machados. Levava ainda um fuzil e um sabre. O inventário dos bens de Claude Joseph Macheret, tomado como exemplo de um grupo de abastados (15%) apresentava uma grande quantidade de roupas, 21 pares de sapato de homem, 6 de mulher e 4 de criança; uma completa bateria de cozinha: panelas, caçarolas, frigideiras, escumadeiras e outros. Numerosas ferramentas tais como 2 serras de braço, 4 manuais, 15 machados e uma mó de pedra. Como símbolo de sua situação econômica: uma cruz de ouro e outra de brilhantes.

Pela natureza dos objetos, percebe-se que os imigrantes vieram para ficar. Transplantam seus móveis para o Brasil. Seus objetos certamente representavam economias e consistiam de recursos básicos numa época de carência de produtos manufaturados no Brasil. Esta condição parece ter sido reconhecida pelos colonos-compradores uma vez que todas as peças foram arrematadas, à exceção de alguns ferros para imprensa.

No conjunto dos donos das malas predominavam os solteiros. Havia quatro casos cuja bagagem incluía roupas masculinas e femininas; dois casos em que a bagagem era composta apenas por roupas femininas.

Por se tratar de uma mulher que aos 40 anos viajara só, procedente de Fribourg, apresento a sua bagagem:

Bagagem de Marie Rialt – 1820
7 camisas de linho
1 cortinado de cama
3 travesseiros
1 colchão velho de plumas
4 toalhas de linho
3 aventais de chita
1 novelo de seda vermelha
4 copos de pau para ovos
1 maço de penas de escrever
1 mala onde estavam os trastes
2 sais de chita
1 travesseiro de linho
1 calça muito velha
1 saco de pano
1 calça
1 toalha de pano muito velha
diferentes trastes de nenhum vlor
diferentes trastes de toda qualidade e tudo podre
1 par de sapatos de homem
Estes bens alcançaram o valor total de 9$780.

Distinguimos três grupos com base nos valores alcançados nos leilões: um primeiro e mais pobre cujo valor tinha por limite 10$000. Um segundo, de 11 a 40$000 constante de 5 casos e outro mais abastado de 41 a 80$000, também registrado em 5 casos.

O primeiro grupo, majoritariamente composto por solteiros, apresentou material mais pobre. Suas peças eram principalmente de vestuário em que predominavam os tecidos de linho, chita e brim. Algumas camisas, coletes, calças e meias. Pequeno número de sapatos. São freqüentes panos e retalhos, denotando a confecção doméstica de roupas. Os poucos instrumentos de cozinha são de lata ou barro. Exepcionais são os instrumentos de ferro. Quase não há instrumentos agrícolas o que sugere despreparo para a agricultura. As poucas ferramentas arroladas referem-se à atividades como sapataria, carpintaria e alfaiataria.

A qualidade do material melhora na bagagem pertencente ao segundo grupo. Há maior presença de bens de ferro, especialmente destinados à cozinha: caçarolas, frigideiras e panelas. Poucos instrumentos agrícolas e equipamento limitado para quem tem que enfrentar a derrubada da floresta: 4 machados, uma foice, dois gadanhos, seis machados pequenos. As ferramentas para trabalhar com a madeira, matéria prima abundante e fundamental no contexto da colônia são poucas: um trado, somente uma plaina, dois martelos, 3 serras enferrujadas, um facão de mato. O vestuário já é maior e mais sofisticado do que as peças presentes no primeiro grupo. As roupas de Jean Davoine, por exemplo, alcançam no leilão bons valores relativos: casaca de pano azul com botões amarelos, calça de casemira riscada, casaca de pano verde com botões de metal branco. Aparece maior número de facas, garfos e colheres. Há também mais sapatos. As ferramentas são mais variadas: martelo, facão de mato, lima, cinzel, formão, faca de tanoeiro. Há uma espingarda, 6 pederneiras e pólvora.

O terceiro grupo, cujos bens totalizaram o mais alto valor nos leilões, apresentam mais sofisticado conjunto de vestuário e roupas de cama. Aparecem tecidos de seda e algodão e maior número

de lençóis, meias e luvas. Há maior quantidade de ferramentas, porém como nos demais grupos, poucos instrumentos agrícolas.

Segundo Nicoulin, dos 195 colonos que declararam sua profissão no contingente de Fribourg, teriam vindo 94 agricultores, 11 pedreiros, 20 carpinteiros, 4 carroceiros, 5 ferradores, 3 seleiros, 4 tanoeiros, 4 curtidores, 14 sapateiros, 12 moleiros, 2 padeiros, 7 tecelões, 2 padres, 2 professores, 2 médicos, 1 farmacêutico. Como prova de que estávamos numa época de escassez de produtos manufaturados, os suíços trouxeram garrafas de vidro vazias. Fios, novelos e retalhos indicam presença da indústria doméstica. Os imigrantes foram recomendados a transportar roupas leves adequadas para um clima tropical, o que pode explicar a carência de tecidos, roupas e cobertores de lã.

O analfabetismo existia: vários arrematantes assinaram o termo de compra de objetos com uma cruz. Poucas eram as penas de escrever. Livros eram muito raros na bagagem. Um colono trouxe livros de doutrina cristã e Jean Davoine se destacou por trazer dicionários de agricultura, livros de culinária e gramática francesa. Em sua bagagem havia estojo para matemática e penas de escrever. Em toda a bagagem, apenas uma flauta. Há uma freqüência de objetos religiosos: crucifixos de lata, e um de marfim. Na bagagem do vigário Aeby, morto nas águas do Macacu, há castiçais.

Para fazer um confronto entre colonos suíços e o Brasil da época, selecionei algumas atividades e meios essenciais na vida cotidiana.

A) Vestuário

O grande historiador Fernand Braudel[138] em sua obra sobre a época moderna mostrou que a história deve se ocupar das estruturas básicas do cotidiano como alimentação, vestuário, fontes de energia que expressam a relação da sociedade com a natureza e a

[138] Fernand Braudel – *Civilização Material e Capitalismo – Séculos XV-XVIII*, tradução de Maria Antonieta Magalhães Godinho, tomo 1, Lisboa, Edições Cosmos, 1970

estratificação social presente em hábitos e costumes. O modo como o homem atende às necessidades básicas tem a ver com a sua postura no mundo e com as hierarquias sociais historicamente formadas. No caso do vestuário, devo lembrar que o período enfocado corresponde ao da transição do Antigo Regime para a era industrial. Os costumes denotam a presença do Antigo Regime em que as diversas ordens sociais se estampavam nas roupas como a demarcar rigorosamente o lugar social da pessoa.

As imagens dos costumes suíços das primeiras décadas do século XIX ainda não se diferenciam dos trajes típicos do século XVIII. No Brasil, a diversidade de trajes conforme a posição social pode ser observada nas pinturas de Debret. Em suas imagens estão retratados índios com suas penas, escravos com calças e vestidos de chita deixando quase sempre partes nuas. Os funcionários da Corte e elementos do clero apresentam vestimentas semelhantes àquelas usadas na Europa do século XVIII.

Os suíços que aqui chegaram, provinham, em pelo menos metade, de cidades e mesmo para o aldeão rural é provável que o espaço urbano não lhe fosse tão estranho. As roupas contidas em sua bagagem tais como coletes, casacas, botões dourados, vestidos (alguns de seda) revelavam hábitos e condições bem diversas da rústica simplicidade do camponês brasileiro.

Von Weech em sua obra sobre a realidade rural sob a ótica das condições e oportunidades para o imigrante, apontava para os padrões da vida rural, pintando o camponês brasileiro como um ser sem ambições materiais, contentando-se com

> *"uma moradia construída com finas estacas de madeira, rebocadas com terra e coberta de palha, uma rede de palha, uma panela e uma travessa.* Quanto às peças de vestuário, *um par de camisas de algodão, uma par de calças de linho, um paletó de chita, um par de tamancos e um grande chapéu de palha vestem-no perfeitamente durante um ano"*[139]

[139] Friedrich Von Weech – *A Agricultura e o Comércio do Brasil no Sistema Colonial*, São Paulo, Martins Fontes, 1992

Costumes suíços de 1830 – gravura suíça de autoria desconhecida

A indumentária no Brasil demonstrava a subserviência ideológica presente no colonialismo. Os trajes estavam muito mais vinculados ao mundo europeu do que adequados aos trópicos. Não eram funcionais ao clima além de traduzirem a postura moral da Igreja Católica avessa à exposição do corpo humano. O choque de Pero Vaz de Caminha diante da nudez indígena se reproduzia.

O traço simbólico da vestimenta como atributo da estratificação social estava generalizado, conforme observou Von Weech:

> *"O empenho em parecer rico ou nobre é um traço do caráter do nativo que sobressai; isto explica o grande número de pessoas bem vestidas, essa infinidade de decorações, estrelas e fitas para*

cuja obtenção não se medem sacrifícios, de tal maneira que alguns passam fome em casa com sua família durante parte de sua vida para poder aparecer publicamente com uma decoração, sendo seguido por criado de libré"[140]

O contraste com as condições naturais também é evidenciado pelas observações de Von Weech:

Desde a chegada de D.João VI passou a ser costume, mesmo num calor habitual de 25 a 26º andar abafado numa vestimenta preta e numa grande gravata e cobrir a cabeça com um chapéu de feltro cuja aba não sombreia um nariz de tamanho médio. O homem parece submeter-se à tirania da moda. O traje das mulheres de todas as classes é o mesmo, consistindo normalmente em vestidos de seda com cintura extremamente alta, meias e sapatos semelhantes, a maioria sem espartilho, a cabeça usualmente descoberta e os curtos, um pouco eriçados cabelos pretos, tanto quanto possível encaracolados"[141]

Os hábitos e indumentária inspirados na moda européia exigiam fortunas. A vinda da Corte intensificou a europeização da moda veiculada por comerciantes franceses e ingleses. Os preços eram caros. Um chapéu de senhora custava 6$400 e os vestidos iam de 16$000 a 100$000 na loja do francês Bellard.[142]

Como viveriam os pobres, o povo responsável pelo trabalho manual que passava o seu cotidiano nas fazendas e roças? Thomas Lindley observou na Bahia que, enquanto o pretenso nobre se ornava de bordados, lantejoulas nos coletes e rendas nas roupas de baixo, a maior parte dos escravos expunha sua nudez porque *"os que pareciam mais compostos era trazendo uma camisa aberta solta no corpo, sem trazerem calções, nem ela ser presa ou abotoada por parte nenhuma"*[143]

---

[140] Von Weech , Friedrich – *Obra citada,pag. 35*
[141] Von weech, Friedrich – *Obra citada, pag. 36*
[142] Von Weech – *Obra citada*, pag. 37. Ver também Delso Renault –*O Rio Antigo nos Anúncios de Jornais,* Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1969
[143] Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.) – *O Império Luso-Brasileiro 1750-1822*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986

Na área rural, mesmo entre pessoas abastadas, predominavam trajes simples, e o vestuário solene era envergado somente em algumas ocasiões especiais nos acanhados centros urbanos.

> *Julgando-o apenas pelo interior de sua residência, pelas suas vestimentas e pela sua alimentação, o europeu teria dificuldades em acreditar que a maioria dos colonos é abastada e muitos deles são mesmo ricos. A indumentária do homem consiste em uma camisa de algodão. Andam descalços, embora com grandes tamancos, muitas vezes munidos de esporas, de modo a estarem sempre prontos para montar a cavalo, pois é raro que o colono faça a pé o mais curto trajeto. No interior da residência as senhoras usam apenas um camisolão de algodão branco e em chegando um estrangeiro envolvem-se em um grande xale do mesmo tecido"*[144]

Deve-se considerar que a indústria têxtil estava em seus primórdios no Brasil e na área rural as vestimentas deveriam apresentar um caráter doméstico. Eram confeccionadas em casa. Vestimentas e sapatos eram bens que, no quadro pré-industrial, deveriam ser conservados, remendados e utilizados até o fim. Os imigrantes estavam certamente preparados para esta contingência como se pode depreender da quantidade de novelos, fios e panos que traziam. Na bagagem examinada há couros e formas de sapatos. Uma roda de fiar, arrematada por elevado preço, permite-nos supor que a colônia podia œontar com a fabricação de peças de vestuário e possivelmente sapatos em seu interior. Aliás, segundo Nicoulin, vieram 27 tecelões e 27 sapateiros.

b) Cozinha

Todas as malas contêm utensílios e instrumentos de cozinha. Tanto os destinados à confecção de alimentos como panelas, caçarolas, frigideiras, escumadeiras, facas, como objetos de mesa: garfos, facas, pratos, copos e colheres. Nada de luxo. Predominam os objetos de lata e de barro. Alguns objetos de cobre e estanho; umas poucas caçarolas, pratos. Quase não há material de louça e de

---

[144] João Maurício Rugendas- *Viagem Através do Brasil*, São Paulo, Edusp, 1971

vidro. As tigelas são de barro, cafeteiras de metal ou barro. Os pratos são de metal e de pó de pedra.

Dentre os objetos, aparece curiosamente um moinho de café denotando que já nesta época havia consumo de café na Suíça. Um certo requinte: copinhos para ovos que aparecem inclusive na pobre bagagem de Marie Rialt.

Tanto os instrumentos de cozinha como os objetos de mesa demonstram que o padrão do imigrante era muito mais sofisticado do que o costumeiro no Brasil rural. Mesas fartas com objetos de porcelana e talheres de prata eram nesta época restritos a bem poucas famílias. Viria ainda o tempo em que louças importadas compunham uma nota de distinção social dos barões. Com a abertura para importações aparecem inúmeros anúncios na imprensa da chegada de objetos de luxo de cozinha e de mesa.[145]

Os objetos trazidos pelos suíços, ainda que não representassem novidade, significavam certamente a introdução de novos costumes no campo. Denotavam certa sofisticação em comparação com os vigentes no Brasil rural.

No ambiente rural se vive uma moda rústica. A descrição que Koster fez das maneiras à mesa de um lugarejo no Rio Grande do Sul possivelmente pode se estender ao conjunto do interior:

> *" A mesa era muito baixa e as pessoas, ou melhor, quase se deitavam em esteiras à sua volta. Não havia garfos, as facas serviam apenas para cortar os pedaços maiores e os dedos é que faziam o resto. Daí a importância de lavar as mãos antes e depois das refeições, costume seguido indiferentemente por todas as classes sociais"*[146]

Embora não se possa inferir o teor da alimentação usual na Suíça através da bagagem, registramos uma referência feita por Braudel[147] alusiva à fama que a Suíça tinha no mercado mundial como

---

[145] Delso Renault – ver *obra citada*

[146] Maria Beatriz Nizza da Silva - *O Império Luso Brasileiro – 1750-1822*, Lisboa, Editorial Estampa,1986

[147] Fernand Braudel – Civilização Material e Capitalismo – Séculos XV-XVIII, tomo 1, Lisboa, Edições Cosmos, 1970

produtora de carnes e queijos. *"O Gruyère, queijo da Suíça, conheceu um grande consumo ainda antes do século XVIII: vem de um lugar situado no cantão de Fribourg e há imitações que chegam a nos enganar nas montanhas e vales do Franche-Comté".*[148] A tradição suíça de produtores de queijos pode ter influído na produção na Colônia de Nova Friburgo, que chegou a alcançar fama no mercado regional.

A base alimentar dos emigrantes era o trigo, passível de ser substituído pela cevada e pela aveia. Entre as sementes que os imigrantes receberam do governo se encontravam, trigo, favas, centeio.[149] Cereais que não vingaram nos plantios da região. Tanto a produção como a dieta alimentar do colono suíço, uma vez no Brasil, passaram a ter por base o milho e a mandioca, produtos básicos no sertão fluminense. De qualquer maneira, os suíços difundiram o consumo de queijos, manteiga e batatas. Em 1850, Cansanção de Sinimbu[150] registrava os principais alimentos produzidos pelos colonos e seus descendentes: carne de vaca, porco, carneiro, aves (galinhas e perus), ovos, milho,feijão, batatas, leite, queijos, manteiga, azeite de mamona.

Embora nada se possa afirmar sobre hábitos alimentares a partir da alimentação recebida nos navios deve-se registrar que a carne figurava diariamente nos cardápios, principalmente de porco, acompanhada de feijão, arroz e lentilha. A carne era comercializada na Colônia e, não obstante o regime de concessão oficial necessária para comercializa-la, há freqüentes reclamações dos arrematadores do direito de comércio sobre vendas que se faziam sem licença.

---

[148] Fernand Braudel – *Obra citada, pag. 166*

[149] Foram distribuídos para os colonos trigo, centeio, cevada, feijão, favas, arroz, batatas, milho, mamona. Quanto aos animais, vacas de leite, boisporcos, e em muito menor escla ovelhas. Alguns raros cavalos. Ver *Relação das Sementes e Gados Que se Tem Distribuído aos Colonos Suíços na Conformidade da Convenção de 11 de maio de 1818 – Real Fazenda de Corgo D!Anta em 9 de setembro de 1821 -*

[150] Luís Vieira Cansanção de Sinimbu – *obra citada*

Podemos supor que o consumo da carne era generalizado nas fazendas de Nova Friburgo, a julgar pela presença da criação animal nas fazendas inventariadas.

c) Instrumentos de trabalho

Constatou-se a existência relativamente pequena de instrumentos de trabalho para a agricultura: 15 machados, 10 enxadas, 4 gadanhos, 4 foices. Alguns colonos traziam sementes geralmente dentro de garrafas. As únicas identificadas foram de dormideira. O reduzido número de instrumentos confirma o exame do perfil profissional dos imigrantes que indicaria que metade do contingente não se definiria como agricultores.

Há na bagagem dos colonos uma variedade de instrumentos destinados a ofícios diversos: formas de sapato, limas, formões, grosas, goivas, serras, alicates, tesouras, martelos, facas de tanoeiro, cinzéis, pedras de amolar, pregos, trados. Instrumentos próprios para atividades como sapataria, carpintaria, tanoaria e construção. Entravam no Brasil artesãos com especialidades definidas próprias de uma época pré-industrial.

Cansanção de Sinimbu atribuiu aos imigrantes *"a introdução de ventiladores, dos carros com eixos fixos, fabricação de moinhos, construção de rodas hidráulicas para serraria e engenhos e alguns outros processos industriais, alguns dos quais se já eram imperfeitamente conhecidos, foram por eles aperfeiçoados e melhorados".*

Já se chamou a atenção do leitor ao papel histórico exercido pelo europeu imigrante como portador de inovações técnicas. Praticamente toda a evolução técnica no Brasil veio com imigrantes, porém,no caso, a aludida inovação não deixou resultados visíveis. Enquanto Sinimbu salientou que os imigrantes introduziram moinhos, ventiladores e a roda hidráulica, muito provavelmente estes elementos já existiam no Brasil. A propósito, o mineralogista inglês Mawe revelou o emprego de energia hidráulica próximo à região de Morro Queimado. Na subida da serra

observou a existência de *“pequena serraria movida por uma roda hidráulica de caçambas de construção muito primitiva”.*[151]Em Cantagalo descreveu o monjolo, engenho rudimentar acionado à água para pilar milho ou descascar café.

d) Outros objetos

Na mala do vigário há um lavatório de estanho e três castiçais. Alguns colonos trazem crucifixos, geralmente de lata, Há também algumas armas e pederneiras. Poucos fuzis e algumas pistolas. Seriam destinados à caça. Havia segundo Nicoulin restrições oficiais ao transporte de fuzis, talvez por receio de rebeliões.

Lanternas, um relógio desmontado de metal amarelo, duas candeias, canivetes, uma mó, duas rodas de fiar, uma fôrma de fazer velas, cachimbos, lenços para tabaco. Poucas penas de escrever e raríssimos livros. Na bagagem de Jean Davoine constam *“um jogo de dicionários econômicos em francês”* em três volumes vendido a um senhor de nome Castilho que adquiriu também um jogo de Dicionários de Alimentos em três volumes. Registrou-se *“Principes Generaux Particuliers de la Langue Française”*, vendido a Manoel Francisco Teixeira. Poucos colonos trazem penas de escrever. O analfabetismo aparece quando os arrematantes assinam o termo de compra com uma cruz. Vinte arrematantes de um total de 120 (16%) recorrem ao sinal.

Muito poucos objetos de uso diário. Algumas navalhas, pentes, um ou outro vidrinho de perfume. É provável que os colonos tivessem uma bagagem de mão para uso pessoal durante a viagem.

e) Valores

Foram realizados 22 leilões, de julho a dezembro de 1820. Envolveram cerca de 120 arrematantes. A grande maioria era de colonos, incluindo alguns que ocupavam postos na Administração

[151] John Mawe – *obra citada, pag. 87*

Colonial como Jean Bazet, Quevrémont, Leopold Boelle. Participam alguns fazendeiros prestigiosos no local como João Dutra da Costa, Lourenço Correia Dias, Manoel Francisco Ferreira, Mindelino Medeiros e altos funcionários como o capitão-mor Manoel Ferreira de Souza. Pouquíssimas mulheres. Louise Gauthier, Catherine Engler, Madame Brunel. Quantidade mínima no conjunto. Seria isto expressão da posição social da mulher limitada às atividades domésticas?

Os preços deviam ser convidativos, seja porque eram de peças usadas, seja por se tratar de um leilão. É possível também que houvesse grande carência de objetos de primeira necessidade na área. A situação dos colonos nos primeiros tempos era em geral muito precária, tanto que a Sociedade Filantrópica Suíça distribuía donativos a partir de 1821. Segundo seu relatório, alguns colonos vendiam os objetos, doados, entre os quais roupas e tecidos.

Antes que os colonos pudessem obter qualquer rendimento com sua produção, tudo tinha que ser comprado. Segundo o padre Joye, os precos eram caros;

> *"Tudo aqui é extremamente caro; os comestíveis aumentaram muito depois da chegada dos colonos; não podemos ter sempre pão a 5 batz a libra. Os fretes do transporte da farinha são excessivamente caros.em uma palavra, tudo é muito caro em virtude do fato de ainda não terem os colonos a sua produção. Aproveitam a situação: os animais que no início se vendiam por nada são tão caros como na Suíça"*[152]

Há indicações de carência monetária. Segundo Padre Joye já no final da descida do Reno se haviam esgotado os recursos de grande número de colonos. E Porcelet, aristocrata decadente, que embarcara como emigrante, confirmava esta situação, quando em outubro de 1820, declarava que todos os colonos se tornaram necessitados. Os subsídios recebidos de 160 réis diários no

---

[152] Martin Nicoulin – *Obra citada*, pag. 125

primeiro ano cobriam precariamente as necessidades alimentares. Correspondiam ao custo alimentar de um escravo no Rio de Janeiro.

Para se ter uma idéia aproximada das condições e possibilidades dos colonos, faremos uma incursão nos preços da época. Tenhamos presente que nenhuma mala ou caixa alcançou em sua totalidade mais que 80$000. A rigor 17 malas obtiveram valores inferiores a 10$000; cinco estiveram entre 10$000 e 40$000 e outros cinco estiveram compreendidos na faixa entre 40$000 e 80$000.

Uma primeira idéia do poder de compra destes valores pode ser obtida através das observações do viajante Enest Ebel no Rio de Janeiro em 1823. Um almoço no hotel inglês – o Campbell na rua Direita - consistindo de uma sopa, uma dúzia de pratos, pudim, frutas e meia garrafa de vinho do Porto custara-lhe 800 réis. Assim que chegara ao Rio de Janeiro, ele engajara um negro para o seu serviço. *"Pagava ao moleque 700 réis por dia".* Pouco depois pusera um anúncio no diário que lhe valeu uma *"pretinha". Com seis mil réis mais seu sustento diário saia por onze mil réis por mês".* Portanto os gastos com alimentação e vestuário eram de cinco mil réis por mês, mais do que os 4$800 recebidos pelos suíços. Em outra passagem do seu livro comenta que os escravos no Rio de Janeiro podiam ser mantidos a um custo de 80 a 100 réis diários, excluindo-se a roupa.[153]

Von Weech desmistificava o sonho de se fazer fortuna no Brasil. Pensava ele em termos de mercado e do dinheiro como medida de valor. Focalizando a perspectiva de produção nos arredores no Rio de Janeiro era taxativo:

> *"Plantam-se muitos legumes nos arredores da cidade. Nem por isso um horticultor ganha bem. Necessita de um capital inicial mínimo de 20 a 250 mil réis para arrendar terra o mais próximo possível da cidade e para viver com a sua família pelo menos meio ano. Precisa possuir família ou ser rico suficiente para*

---

[153] Enest Ebel - *Viagem ao Rio de Janeiro e seus Arredores* em 1824, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973

comprar ou alugar negros, pois não é possível começar sem ajudantes."[154]

As perspectivas que se abriam para os colonos eram claras. Era preciso muito maior capital inicial do que o disponível para a maioria dos colonos, para desencadear um processo de acumulação mercantil. Não obstante isto, o padre Joye conservava certo otimismo ainda que antevendo tempos sombrios para breve:

"os que quiserem trabalhar e se esforçarem, farão muito bem os seus negócios, enquanto os preguiçosos, ao fim dos subsídios, outorgados por Vossa Majestade, cairão na mais terrível indigência: este número será infelizmente muito grande"[155]

As possibilidades de aquisição de escravos eram limitadas para os colonos, a julgar pelos valores de seus bens e os preços dos escravos. Segundo Jacob Gorender, o preço médio de um escravo entre dezesseis e vinte anos se situava entre 150 mil e 200 mil réis no Rio de Janeiro de 1821. O viajante Ernest Ebel registrou o preço variável entre 150 e 300 mil réis no Rio de Janeiro e segundo Eulália Lobo, o preço dos escravos se elevou de 140$000 em 1820 para 1100$000 em 1842.[156]

Quanto ao acesso à terra, Von Weech assinalava três formas: através de solicitação de terra gratuita ao governo; por compra de propriedade ou pelo aforamento. Segundo informação de João Fragoso e Tolentino,

"em 1804 na cidade do Rio de Janeiro, Diogo Luís da Rocha adquire um botequim por 1 400$000. Com a mesma quantia ele podia adquirir então aproximadamente 300 alqueires geométricos em Rio Preto e ainda lhe sobrariam recursos para logo depois comprar uma fazenda com benfeitorias,

---

[154] Von Weech – *Obra citada,* pag. *45*
[155] Martin Nicoulin – *Obra citada,pag. 125*
[156] Ernest Ebel – *Obra citada, pag.123*

edificações, plantações e quatro escravos em Iguaçu por cerca de 800$000"[157]

Isto significa que os trezentos alqueires geométricos custariam na verdade 600$000. A afirmação comum que a terra era barata deveria ser relativizada. A sua disponibilidade e acesso devem ser considerados segundo as diminutas possibilidades de ganho monetário de um pequeno proprietário ou pobre nas primeiras décadas do século XIX.

As terras que deviam ser repartidas pelos colonos e que formavam a antiga Fazenda do Morro Queimado compunham-se de quatro sesmarias com duas léguas de testada e três de fundo. *"As sesmarias importaram em 2600$000, os frutos pendentes e colhidos e utensílios agrários e gado de criação existente em 4 854$000 e finalmente os escravos da lavoura pertencentes ao custeio da mesma fazenda em 4 400$000"*[158]*.* Mesmo considerando as acusações de superestimação do preço da fazenda, pode-se considerar que a terra tinha baixos valores. Para o assentamento dos colonos foram demarcados 120 paralelogramas, contendo cada um a superfície de 300 braças de frente e 750 de comprimento, o que correspondia a 108 hectares. Dividindo o valor das sesmarias por 120, resultaria um valor de 26$000.

O dinheiro já era medida de valor nos primeiros tempos, quando a circulação monetária era usual. A Administração Colonial era remunerada; aplicavam-se multas em dinheiro aos colonos e tudo dependia de dinheiro. O principal custo de uma fazenda na época recaía sobre escravos e animais. O preço de uma vaca com bezerro era aproximadamente de 30$000 e um par de bois de tiro, 50$000 e de um bom touro, 40$000.[159]

---

[157] João Fragoso e Manolo Florentino – *O Arcaísmo Como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária no Rio de Janeiro, 1790-1840,* Rio de Janeiro ,1993

[158] Thomé Maria da Fonseca – *Breve Notícia Sobe a Colônia dos Suíços Fundada em Nova Friburgo",* Rio de Janeiro, Revista de História e Geografia , IHGB, 2º trimestre de 1849

[159] Ernest Ebel – Obra citada

Para se ter uma boa noção das possibilidades econômicas de um pequeno proprietário é necessário um bom estudo que confrontasse os preços das mercadorias entre si. Tento uma aproximação: O preço unitário de alguns produtos agropecuários no porto do Rio de Janeiro revelava o seguinte quadro em 1820:

Charque (arroba) – 1$531
Farinha (arroba) - $230
Trigo (arroba) - $617
Açúcar (arroba) - 1$828[160]

Uma comparação com os preços dos objetos no leilão revela que quinze quilos de farinha correspondiam ao valor aproximado de um colete (260 réis), um par de meias (270 réis), uma saia de cós (240), toalha de linho (240), uma foice (200), um martelo (240). Não são preços fixos. Há camisas que se situaram na faixa de 200 a 1000 réis; saia que alcançou o preço de 880 réis. Uma arroba de trigo (617 réis) equivalia aproximadamente a um par de sapatos (600 réis), uma camisa (670), enxada (670), frigideira de ferro (580). Uma arroba de charque (1$531) aproximava-se ao preço alcançado por um vestido de chita (1$600), lençol de linho(1540). Uma arroba de acúcar (1$828) correspondia aproximadamente a uma roda de madeira de fiar (1$920)

Há precos variáveis no leilão. Camisas foram encontradas na faixa que vai de 220 réis até 1 280 réis; vestidos entre 480$000 e 3$040; machado entre 120 e 980 réis. Porém na década de 1820, a relação entre produtos agrários e manufaturados tendeu a ser desfavorável para os agricultores. Os precos dos produtos manufaturados cresceram a uma razão mais rápida do que os dos produtos primários.[161] O problema existente em escala internacional deve ter ocorrido também em escala nacional, considerando-se o

[160] João Luís Ribeiro Fragoso – *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional 1992
[161] Celso Furtado – *Formação Econômica Brasileira,* São Paulo, Fundo de Cultura, 1961

peso das importações na oferta de produtos manufaturados no Brasil.

3. AS DIFICULDADES INICIAIS (1820-1824)

A) IMPLANTAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA

A Vila se dividia em quatro partes à margem do rio Bengala. À margem oeste, aos pés do Morro Queimado se encontrava a Administração Colonial. Tratava-se do “Chateau du Roi”, construção assim chamada pelos colonos, que funcionava como sede civil e religiosa. Ali habitaram o administrador e os funcionários portugueses. Do outro lado do rio se estendiam cem casas, repartidas em três quarteirões. Segundo o Padre Joye: *“As habitações dos colonos, isto é, Nova Friburgo, constituem três quarteirões. O primeiro compreende os quatorze primeiros números; o segundo do número 15 ao 62 inclusive a terceira,o resto”.* Formavam o que os colonos denominavam “Le Village”.

Colônia Suíça no Morro Queimado – J.J.Steinnmann sem data

Além destas cem casas foram construídos um depósito de víveres, um açougue, dois pequenos moinhos, uma olaria, dois fornos para fazer pão.

Como as casas foram construídas na expectativa de alojar cem famílias, uma nova aritmética deveria ser feita para abrigar 261 famílias, o que implicou uma super aglomeração de 16 pessoas em média por casa. Construídas em pedra, possuíam janelas sem vidros. Não tinham assoalho, sendo o chão de terra batida, o que lhes conferia uma insalubre umidade. Também não possuíam cozinha, que ficava do lado de fora da casa. Em quatro pequenos quartos misturavam-se todos. Eram estas as condições dos colonos. Segundo Maria Regina Laforet[162], as "casas coloniais" distinguiam se das moradas rurais típicas do país *"como aquelas observadas pelo inglês John Luccock no interior de Minas Gerais em 1817".* Estas lembravam habitações indígenas, uma vez que numerosas famílias

[162] Maria Regina Laforet foi a autora de *"A Colônia de Nova Friburgo"*, capítulo integrante de *"Teia Serrana - Formação Histórica de Nova Friburgo.* Org. João Raimundo de Araújo e Jorge Miguel Mayer. Rio de Janeiro, Ed. Ao Livro Técnico, 2003

residiam numa peça única, sem divisões internas, com uma fogueira no centro.

As casas coloniais, bem como todas as construções estavam mal defendidas das adversidades climáticas. As enchentes logo no primeiro ano mostraram seu teor destrutivo. Tudo se tornara alagadiço causando perdas materiais e problemas de saúde.

As cem casas projetadas e as construções já aludidas constituíam o aspecto físico da Vila, que correspondia a um espaço desmatado, como foi descrito pelo pincel de Debret. Para servir de sede administrativa, aproveitou-se uma construção pré-existente na Fazenda do Morro Queimado. Ali, no "Chateau" passaram a funcionar a capela, o Senado da Câmara, e foi improvisada uma enfermaria. Segundo Regina Laforet nunca funcionou de maneira adequada. A própria vila ficou a mercê de enchentes e demandava constantemente serviços de drenos, ponte, valas destinados ao trânsito e ao saneamento básico.

A travessia foi feita sob condições perigosas principalmente em virtude das grandes chuvas. A passagem pelo vale do Macacu haveria de inocular novas doenças resultantes das então já conhecidas e tidas como letais – febres do Macacu. O fato é que muitos morreram no caminho e outros após terem alcançado a Colônia. Segundo dados oficiais até março de 1821, isto é, em 16 meses, 123 colonos haviam morrido, 71 do sexo masculino e 52 do feminino.[163]

Logo de início se estabeleceu um regime que impedia a livre circulação de colonos, inclusive proibindo a caça. Uma das primeiras preocupações do Inspetor da Colonização Estrangeira, Pedro Machado de Miranda Malheiros (Monsenhor Miranda) foi a criação de mecanismos controladores e repressivos a serem desempenhados pela Administração Colonial. Foi criado o cargo de Diretor da Colônia e um sistema de controle que contava inclusive com a cooptação de alguns colonos suíços. Um colono, francês de

---

[163] Ver Gertsch, Albert – *Premier Centenaire de la Societé Philanthropioque Suisse à Rio de Janeiro, sés Origines et son Developpement, Rio de Janeiro, Imprimerie Leuzinger, 1921, pag. 39*

origem, François Quevrémont ocupou o cargo de Comissário Geral Provisório de Polícia. Este distribuiu funções a cinco subcomissários aos quais coube vigilância sobre determinado número de casas.

Outra função do comissariado era assegurar os trabalhos públicos. Os colonos, enquanto não recebiam terras, eram obrigados a construir estradas, abrir caminhos, estabelecer pontes, abrir fossas.

O Inspetor Miranda tomara conhecimento de que "gente de má qualidade *"estava se recusando a participar dos trabalhos públicos"*. Recomendou a Quevrémont que fizesse uma lista de todos os trabalhadores por quarteirão, de onde se alternariam quarenta trabalhadores que deveriam trabalhar durante dois dias seguidos, dirigidos sempre por um dos cinco comissários. Ameaçava-os com o corte de subsídios e outras medidas. Desconfiados de obrigações que lembrassem a servidão, os colonos recusavam-se a certos serviços do que resultava a aplicação sistemática de multas. Monsenhor Miranda comentaria que os suíços infelizmente não estavam acostumados à corvéia e à execução de trabalhos não pagos.

A Colônia esteve sempre adstrita à Direção da Colônia e à autoridade do Monsenhor Miranda que, através de assídua correspondência, exercia plenos poderes sobre o diretor da Colônia, inicialmente o tenente-coronel João de Almeida Peçanha. Não deixa de ser significativo que um padre e um militar chefiavam a "Colônia". Correspondia ao direto controle por parte do poder central e privava a Colônia de autonomia política e representatividade. Todas as questões básicas passavam por estas autoridades: distribuição de terras, de sementes, de gado, pagamento de subsídios e realização de obras públicas. Apesar de alguns cargos serem exercidos por suíços como o encarregado de polícia, o diretor de obras públicas, o pároco, veterinário e médico, todos estavam diretamente subordinados à Inspetoria de Colonização. Uma Administração subvencionada pelo poder central e por ele vigiada.

Para fazer frente às despesas da Colônia, a Administração Colonial extraía também uma renda local proveniente dos direitos de arrematação cobrados pelo arrendamento do moinho, do açougue, do comércio de aguardente, além de constante aplicação de multas.

A Vila, que deveria ser a sede administrativa e religiosa da Colônia, foi logo fundada em 1820. Segundo seu Alvará de Fundação, foi ordenada a eleição de dois juízes ordinários, um dos órfãos, três vereadores, um procurador do Conselho e dois almotacéis. Foi também ordenada a criação de dois Ofícios de Tabelião do Público Judicial ao qual ficaram anexos fiscais e escrivãos. A organização político-administrativa se antecedia à sociedade, vista muito mais como instrumento do poder central do que representação da sociedade. Ficava patente também que se formava a nível local o Estado em que cartório e fiscais se escudavam na legitimidade do Rei para exercer uma política econômica que nos parece muito mais a prática da extorsão do que uma política de desenvolvimento.

A existência de um duplo poder — o da Câmara Municipal e o da Administração da Colônia se explica. O primeiro, ainda que limitado pela ingerência do poder central, abrangia todos os limites da Freguesia, ao passo que o da Administração se restringia aos colonos imigrantes. As autoridades municipais foram eleitas para os anos 1821 e 1822. Não se tratava de eleição democrática, pois Quevrémont recebera ordens do Monsenhor Miranda de fazer a relação dos indivíduos para ocupar os cargos. Foram eleitos os juízes Correia Dias e Jean Pierre Voirol; vereadores Manoel Rodrigues Ferreira e Augustin Stocklin; procuradores Francisco Gonçalves de Souza; tesoureiro Gomes de Santo e o juíz de órfãos José Francisco Cordeiro. Durante a época de vigência da colônia, alguns suíços participaram da administração municipal em número inferior aos luso-brasileiros. Aliás, a julgar pelos nomes que a compunham e que se repetem com grande freqüência, ela esteve nas mãos de um pequeno círculo pouco variável.

A Vila experimentou um curto período de animação e incremento comercial. Numa área de mínima circulação de

mercadorias e de dinheiro, o pagamento dos subsídios e a remuneração dos empregados governamentais representou uma injeção monetária que animou a venda de produtos de primeira necessidade. Como salientou o padre Jacob Joye tudo era excessivamente caro. Aproveitando-se do fato da inexistência de produção nos primeiros tempos em que as terras ainda não ofereciam subsistência, comerciantes especularam com a fome, *"porque os colonos não tendo ainda sua produção, aproveitam-se das circunstâncias. Os animais, que no começo se vendiam por nada são tão caros quanto na Suíça"*[164]

As vendas eram fornecidas principalmente por portugueses, que a julgar pelas observações padre Joye, tiraram bom proveito econômico da vinda dos colonos. Houve vários pedidos de licença por parte de colonos suíços para abrirem negócios de secos e molhados. Um colono solicitou crédito para abrir uma fábrica de sabão. Iniciou-se uma serraria movida à força hidráulica e se ensaiou com sucesso o cultivo da uva nas proximidades da vila.

O médico da Colônia, Dr. Bazet observava que num quadro de debilidade resultante das doenças contraídas na viagem, as condições de vida aniquilavam a saúde física e a disposição moral dos colonos. Do ponto de vista físico, a má alimentação e o abuso do café e do álcool afetavam a saúde. As atividades ficaram paralisadas em conseqüência das decepções e da inércia atribuídas às chuvas que eram mais torrenciais do que as de hoje e provocavam destruição de estradas e pontes. Em março, Dr. Bazet estava às voltas com cerca de 600 doentes, mais do que um terço da Colônia. Havia casas de 16 pessoas com 16 doentes. A morte era um fenômeno diário. No dia 4 de abril houve 40 sepultamentos. Nos primeiros seis meses houve 131 mortos registrados. A doença dominante, escrevia Padre Joye, era diarréia e febres intermitentes. Monsenhor Miranda considerava que eram as mesmas que foram contraídas na Holanda, agravadas na viagem. Aguardava a estação seca, portadora de melhoras. A farmácia foi equipada às custas do Estado e foi idealizada a criação de um hospital.

---

[164] Martin Nicoulin – *Obra citada*, pg. 89

A mortandade gerou um grande número de viúvas e órfãos, freqüentemente confiados a fazendeiros luso-brasileiros que os tratavam como escravos. Aliás o mal tratamento dirigido aos órfãos parece ter sido bastante generalizado como revelou o depoimento do órfão Jean Balmat, que perdera o pai em alto mar. Ele fora confiado ao padre Joye, tendo sido obrigado a levantar- se *"transido de medo e frio"* todas as madrugadas para cortar capim para o asno com o qual o padre realizava seus deslocamentos. O padre Joye se integrou perfeitamente na ordem social vigente no Império, sendo inclusive possuidor de escravos.

Padre Joye lamentava as dificuldades de assegurar assistência espiritual, especialmente após a morte do Padre Aeby que era fundamental para serviço religioso assistencial junto aos colonos da Suíça alemã. Depoimento do colono Jacques Péclat revelava a existência de colonos protestantes. Muitos, por pressão do Monsenhor Miranda se converteram ao catolicismo. *"Há mesmo um grande número da seita de Calvino que se tornaram católicos"*[165]

Somente quatro meses após a chegada dos colonos se iniciou a distribuição de terras. Padre Joye comentava com interesse:

> *A demarcação das terras tendo terminado, realizou-se sorteio que correspondia às casas da vila. A quantidade de terra para cada família era de 700 braças de comprimento e 300 de largura. A localidade não era das mais agradáveis. É surprendente que o Sr. Gachet, podendo escolher em todo o Brasil, tenha preferido um local do qual grande parte é inacessível e incultivável. Entretanto os que quiserem trabalhar e se esforçar farão bem seus negócios, enquanto os preguiçosos estarão ao fim dos subsídios estabelecidos por Sua Majestade, lançados na mais terrível indigência. Infelizmente este número é muito grande. Sobretudo da parte alemã da Suíça, que pode se vangloriar de ter purgado sua terra de mendigos, vagabundos e de uma súcia que estavam a cargo da sociedade. Nós temos aqui provas mais do que suficientes graças ao senhor Brémond que fez esta brilhante escolha que não honra a nossa pátria."*

---

[165] Monsenhor Miranda – *Manuscrito de 1820*, Manuscritos da Colônia, Biblioteca Nacional

Em presença das autoridades portuguesas realizou-se o sorteio da distribuição de terras. O terreno reservado aos colonos era constituído de duas sesmarias que somavam uma légua (6,6 km) de frente por 3 léguas (19,8 km) de fundos. A área formava um paralelograma retangular com 130 680 ha. Foram retalhadas parcelas constituindo retângulos numerados de 1 a 120. Tinham uma superfície de 300 braças (660m) por 750 (1650 m), o que correspondia a 108 hectares. Apenas 100 paralelogramas foram dados aos colonos. Foram sorteados 97 lotes, uma vez que os de número 1 e 2 foram concedidos ao médico e ao pároco e o 53 também ficou de fora. Os vinte restantes ficaram a título de reserva.

> *"Todo o terreno é composto de morros, separados uns dos outros por estreitos vales que servem de leitos a numerosos regatos que deles dimanam e vão engrossar as águas do ribeirão de Santo Antonio. Esses morros pedregosos e em muitos lugares sujeitos a geadas; de meia altura até o topo são absolutamente incapazes de produção".*

Esta é a descrição de Cansanção de Sinimbu, que na condição de Juiz de Direito da Comarca de Cantagalo, conheceu a área de Nova Fribiurgo. Revela o aspecto íngreme que, ao lado da infertilidade da terra, foram objeto de reclamação pelos próprios colonos e justificaram pedidos de saídas.

Considerando que o critério de distribuição de lotes contemplou as chamadas "famílias artificiais" compostas de cerca de 17 pessoas, o terreno recebido também foi dividido em frações segundo as famílias ou pessoas celibatárias. Segundo cálculo de Erthal[166], a área por pessoa correspondia a 1/17 do lote, isto é, 6,4 ha por pessoa. Na verdade predominou o critério familiar na divisão, mas sem dúvida verificou-se o fracionamento do lote.

---

[166] Rui Erthal – *A Dispersão dos Imigrantes Suíços e Alemães da Área Colonial de Nova Friburgo – Uma Abordagem Geográfica* , tese de doutoramento em Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ,Brasil,2000

Predominou portanto o individualismo familiar, o que significava a constituição de minifúndios.

A distribuição surpreendeu os colonos. Muitos revelaram a sua satisfação com as dimensões e a qualidade das terras. Jost Weber escrevia a sua mulher e filhos se admirando de ter recebido uma propriedade tão grande quanto as paróquias de Heitenried e de Wunnewill reunidas. Seu número–50, estava a três léguas de distância da Vila; o colono Pierre Joseph Christe de Bassecourt considerava a extensão de terra enorme em relação às dimensões usuais da Suíça:

> *"Eu tenho um terreno para minha família, que eu me perco dentro, todo de boa terra. Em uma palavra, não saberíamos agradecer a Deus a graça de nos ter trazido a este país".*

Jacques Péclat é também enfático:

> *"Eu recebi uma concessão de terra de duzentas poses, o que equivale a trezentas na Suíça. Tive sorte. Estou a uma légua de distância da Vila e mais da metade em planície, enquanto alguns estão a mais de dez léguas"*

Esta satisfação não foi geral. Logo de início, dez chefes de família dirigiram suas reclamações a Quevrémont. Eram terrenos que, por sua topografia, mostravam-se absolutamente incultiváveis. Haveria outros aos quais se acrescentavam dificuldades de comunicação. Os colonos registravam sobretudo que os terrenos não eram propícios ao cultivo de gêneros tropicais.

Muitos observadores atribuiriam o pretenso fracasso da experiência às más condições climáticas e topográficas. Taunay, por exemplo, associou o fracasso do empreendimento ao fato dos lotes não se prestarem ao cultivo do café que já despontava como produto de sucesso na pauta de exportação. A ligação entre os lotes e a Vila também não era fácil. A estrada que fora aberta,

denominada Central cobria diretamente apenas 20% dos lotes da gleba colonial.[167]

Houve inúmeras reclamações de colonos. O representante da família agrícola do lote 44 foi um dos primeiros a registrar sua insatisfação. O chefe de polícia Charles-Emmanuel Quévremont, em companhia de um batedor, concluía que havia lotes íngremes e com áreas cuja superfície incultivável era insuficiente para atender as necessidades de imigrantes. Houve colonos que nem chegaram a tomar posse de suas frações, sobretudo entre as glebas 28 e 85. Outros chegaram a desmatar, mas desistiram ao perceber que as terras não se prestavam ao cultivo e nem mesmo para o pasto.[168]

Os *Números Coloniais,* como eram chamados os lotes, tornaram-se acessíveis, em certa medida, graças ao trabalho de colonos em abrir estradas. Foi aberto um caminho entre os lotes 54 e 61 (próxima a atual ligação entre Stucky e o Colonial 61). A partir do número 64 foi feito outro com destino ao lote 96[169]

O critério de ocupação do solo restringiu-se à "família artificial". Embora isto pudesse sugerir uma nova organização social e produtiva, na verdade não houve nenhum sistema de coletivização da agricultura. Os chefes de família natural partilharam entre si a terra, criando frações dos números recebidos. A forma como se realizou a distribuição de terras foi decisiva para o abandono da Colônia. Houve deslocamentos de colonos na própria gleba colonial e sobretudo muitos trataram de vender suas terras e partir para aquelas mais quentes a exemplo das situadas em Cantagalo. A diáspora foi de tal vulto que em 1828, a Colônia estaria reduzida à metade do seu contingente inicial.

O primeiro obstáculo para o êxito agrícola era a espessura da floresta. A mesma floresta que era capaz de fornecer madeira,

---

[167] Ver Rui Erthal – *Obra citada*, 2º volume, pag. 195

[168] Ver Maria Regina Laforet – *obra citada*, cópia eletrônica .

[169]Citado por Maria Regina Laforet que inclusive se refere ao pagamento recebido pelo colono José Grand pelos dias de trabalho dispendidos na abertura destes caminhos Ver Recibo de Pagamento, outubro de 1825, Caixa 9, doc. 153, Arquivo da Prefeitura de Nova Friburgo- Pró-memória

grande diversidade de plantas úteis e medicinais, proteção às águas, passaria a ser progressivamente devastada segundo os métodos usuais da agricultura nacional: derrubada e queimada. Os colonos consideravam o fogo o maior instrumento agrícola. Outro obstáculo era certamente a própria estrutura familiar. Apesar de algumas famílias serem numerosas com sete filhos, era insuficiente para enfrentar as necessidades de trabalho. Somente alguns poderão mais tarde comprar escravos. Nos primeiros anos, a maior parte dos escravos que aparecem nos registros de nascimento e óbito pertenciam a fazendeiros luso-brasileiros.

A distribuição de sementes e gados foi feita em 1821. A quantidade de animais foi insuficiente. Foram também dadas mudas de uva. Na verdade, progressivamente se abandonou a perspectiva de plantio de plantas européias para se assimilar os plantios mais usuais na agricultura tropical: mandioca, milho, feijão, batatas, amendoim.

Quanto à criação, que era a esperança de Gachet e de vários colonos, a quantidade de animais distribuídos foi insuficiente[170] e apenas alguns poucos tiveram recursos para comprar animais, inclusive cavalos. O colono Thorin, por exemplo, sonhava com a criação de gado e reprodução de queijos à semelhança do que se fazia em Gruyère: gado criado em abrigos e alimentados com alfafa e outras ervas especialmente cultivadas para o gado. Não dispomos de elementos para avaliar os resultados da atividade criadora na região. Há referências segundo as quais em 1827 a região era produtora de bons queijos. Porém, a longo prazo, e a julgar pela indicação de inventários de propriedades no século XIX, a criação mais comum era a de porcos que superava outras criações animais. Servia para vender seus derivados na cidade ao mesmo tempo que integravam a dieta alimentar do camponês da região, como até hoje ocorre nas montanhas.

---

[170] Ver *Relação das Sementes e Gados Que se Têm distribuído aos Colonos Suíços na Coformidade da Convenção de 11 de maio de 1818 – Real Fazenda de Corgo D´Anta, 9 de setembro de 1821* consta do Livro Sobre a Colonização Alemã em Nova Friburgo – Pró-memória da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

A ocupação das terras parece ter rompido qualquer integração com a cidade porque apenas uma minoria de colonos lograra se firmar e construir casas e primeiras lavouras destinadas à subsistência familiar. Enquanto receberam subsídios integrais lograram sobreviver, ainda que sob difíceis condições. Quando em 1821, o pagamento dos subsídios se interrompeu em virtude do retorno de D. João VI a Portugal, a situação se agravara. Tornara-se particularmente penosa para os colonos que não tinham experiência agrícola. E estes eram cerca da metade do contingente migratório.

As descrições da Vila neste período são dramáticas. A violência das chuvas realçava as cores do quadro.

> *"O rio Bengalas transbordou e destruiu as pontes; as cheias atingiram as casas. Tudo ficou inundado. Sob as chuvas arrasantes, Nova Friburgo não se assemelha a uma vila, mas a um pântano. Um ano após a chegada, a vila oferece de novo uma paisagem desoladora".*[171]

No clima de desespero eclodem as brigas, roubos e a embriaguês alcóolica.

Apesar das tentativas de se impedir o abandono da Colônia, o que só poderia ser feito mediante a autorização de passes, ele foi de tal monta que em 1830 a Colônia suíça estaria reduzida a 632 pessoas.

Segundo o viajante e filantropo Pierre Schmidmeyer, que visitou a Colônia em 1821, a situação dos colonos estava à beira da indigência. O filantropo ficou particularmente sensibilizado com a situação das viúvas e dos órfãos. Tornou-se um dos idealizadores da Sociedade Filantrópica Suíça tendo por base comerciantes suíços sediados no Rio de Janeiro. Para facilitar a assistência abriu uma seção em Nova Friburgo cuja presidência fora confiada ao Padre Jacob Joye e que teve Quevrémont na vice-presidência, Charles de Sinner (natural de Berna) como primeiro secretário; segundo secretário Alexis Thorin e como primeiro

---

[171] Martin Nicoulin – *obra citada*, pag 71

tesoureiro o Coronel Schmidt e o segundo, Dr. Bazet. Graças aos esforços de Schmidtmeyer, a Sociedade estabeleceu uma filial em Londres, o que era importante para a arrecadação de fundos.

A Sociedade Filantrópica tinha por objetivos explícitos *"socorrer a miséria e encorajar a indústria e os bons costumes dos colonos suíços e dar educação consciente às crianças". Privilegiava o urgente socorro às viúvas, órfãos e órfãs na iminência de sucumbir à mais terrível miséria numa colônia nova".* Os delegados da Colônia contabilizavam 298 órfãos o que correspondia a 35% da população infantil. Eles se encontravam sob custódia de colonos e de fazendeiros luso-brasileiros.

Como os fundos recolhidos no Rio de Janeiro eram insuficientes, a Sociedade Filantrópica passou a buscá-los na Europa, tendo para isto estabelecido um secretariado central em Londres. Os próprios colonos em Nova Friburgo encaminharam apelo de ajuda reafirmando a necessidade de *"meios para a aplicação na terra e obtenção de melhores culturas".* Realçavam a importância dos cuidados com a educação da juventude.

A Sociedade logrou obter na Suíça a participação de autoridades cantonais na assistência. Estendeu-se a diversos pontos na Europa. Traduziu-se em doação de remédios, tecidos, material para costura. No dia 21 de julho de 1821 foram distribuídos 350 libras de trigo branco do Chile. Chegaram também instruções sobre a cultura do trigo, trifólio, alfafa. A Sociedade comprou um moinho que implantou no lote 54; distribuiu outros moinhos. Um moinho foi posto para servir os proprietários dos números 111 a 120; no lote 58; outro no 39 e enfim um no lote de Musy no Macaé. Confiou-se uma serraria a Anklin e a Perroud, ambos no Macaé. Uma serraria foi criada em Nova Friburgo. Foi também concedido um financiamento de 150$000 réis dos quais 50$000 aos colonos para a compra de víveres necessários para a sua sustentação ao longo da construção de caminhos acessíveis às mulas que vinham sendo pleiteadas pelos colonos instalados em Macaé.

A presença de colonos em Macaé requer uma explicação. Em 1821, talvez estimulados pela atitude assistencial da Sociedade

Filantrópica, os colonos se dirigiram pessoalmente a uma audiência com o Príncipe Regente, alegando a má distribuição de terras e problemas resultantes da suspensão dos subsídios. A autorização do Príncipe para ocupar novas terras bem como a mudança do diretor da Colônia trouxeram novo alento à Colônia. O novo diretor, coronel João Luís de Carvalho tratou logo de promover a ocupação de terras no vale do rio Macaé. A urgência do procedimento encontrava justificativa em virtude do interesse já manifestado pela empresa de certo Nathanael Lucas, interessado na compra destas terras.

Segundo relatório da Sociedade Filantrópica, a mudança de diretor significou maior autonomia da Administração Colonial com conseqüente menor subordinação ao Monsenhor Miranda. Teria tido um imediato impacto no comércio local, fazendo baixar de 50% o preço da farinha de mandioca. Comentava-se que o novo diretor liberara o comércio, até então controlado monopolisticamente pela direção da Colônia que o distribuía a alguns protegidos, sendo possivelmente este monopólio uma das razões dos elevados preços de gêneros de primeira necessidade, o que suscitara constantes reclamações dos colonos.

A partir de 1822, a Sociedade Filantrópica se empenhou num projeto mais audaz – adquirir a Fazenda São José, que possuía grandes pastagens, 4 000 pés de café e certo número de escravos. O objetivo alegado era a instalação de órfãos, criando-se ali uma fazenda–escola com capacidade de auto-sustentação. O projeto chegou a ser aceito por José Bonifácio que, entretanto, fazia restrições à aquisição de pastagens. Após longo período de negociações, as autoridades imperiais terminaram por negar a proposta. Consideraram desnecessária para a assistência de órfãos e não viam com bons olhos a ingerência externa e possível formação de um quisto estrangeiro.

A ação da Sociedade foi também muito criticada por colonos. Contrapunham as dimensões dos fundos disponíveis à limitada ajuda, insinuando malversação de fundos. Vários colonos denunciavam que a ajuda fora feita de modo discriminatório, excluindo-se, por

exemplo, os colonos de língua alemã. Em resposta, a Sociedade revelou um quadro crítico da Colônia:

> *"Não existe entre os colonos qualquer espírito público; o egoísmo é o sentimento que parece predominar na maioria. Os caminhos e pontes não são conservados e não se ouve a voz das autoridades em relação às obras de utilidade pública que beneficiariam todos. Os comissários tiveram que renunciar a visitar todos os lotes, por só poderem fazê-lo a pé. Os colonos trabalhadores ou que dispunham de algum recurso para trabalhar suas terras estão a salvo de suas necessidades; vários estão satisfeitos. A libertinagem, a preguiça e o alcoolismo levaram muitos colonos à mais terrível miséria; vários venderam o que tinham adquirido ou plantado, por instigação enganosa de Langsdorff. A Vila de Nova Friburgo está pouco a pouco sendo abandonada, tendo se retirado para outro terreno, seja em Cantagalo, seja em Macaé. Encontra-se mais bem-estar nos lotes situados próximos à vila do que naqueles que dela estão afastados onde reina a miséria. Este fato se deve ao mau estado dos caminhos que exigem muitas vêzes mais de um dia para vir à vila"*[172]

O relatório se conclui com indicações de que alguns colonos se encontravam em situação razoável. A família Miserez apresentava prosperidade: bela plantação de milho, café e alguns animais. A família Moser composta de um casal de mais de sessenta anos e três filhas que se ocupavam da agricultura tem uma plantação de milho da qual pode esperar uma colheita de 200 alqueires; dedica-se também à criação de porcos em grande escala. Suas construções são sólidas e apresentam um agradável aspecto. A família Vial possui belos pastos que lembram os da Suíça onde pastam belas vacas; a família Auvernety com uma viúva e filhos, o mais velho com 17 anos, possui um casal bovino e uma bela plantação de milho; a família Vrichard, da qual o pai é moleiro possui um moinho construído à moda suíça e cria porcos; a família Cortat possui uma magnífica plantação de mandioca e de milho e tem uma casa de dois andares com telhas de madeira; a família Remi possui uma vintena

---

[172] Albert Gertsch – *Obra citada, pag. 78*

de vacas e um grande número de porcos; eles produzem trifólio e alfafa de modo a manter o gado em estábulo. Dedicam-se à fabricação de queijos. Plantaram cerca de 10 000 pés de uva que pegaram bem. Os comissários lhe emprestaram 100$000 a serem pagos após a colheita do milho. Na família Anklin, o pai que é viúvo exerce a profissão de serralheiro. É um artesão muito trabalhador e pediu limas aos comissários. Suas duas filhas cultivam os terrenos e possuem uma bela casa. Outros proprietários parecem bem de vida, a ponto de aceitarem fazer doações aos mais necessitados. Seus nomes: François Perroud, Claude Marcheron, Friaux, François Percher, Joseph Comte, Joseph Folly, Martin Marquis, Leonce Lack.

Apesar destes nomes, a situação da Colônia continuava difícil a tal ponto que em 1825 o Relatório contabilizava 625 colonos que haviam abandonado a Colônia. Teriam partido para diferentes rumos, principalmente vale do Macaé, Cantagalo e Rio de Janeiro. Na capital, muitos se engajaram nas tropas militares. Debret constatava a existência de mendigos suíços nas ruas do Rio de Janeiro em 1826.

O Relatório lamenta a substituição do Major João Luiz de Carvalho pelo Major Francisco Sales Ferreira e Souza e registra a chegada dos colonos alemães em 1824. A Sociedade Filantrópica continuou a existir até 1876, porém a sua ajuda a Nova Friburgo se reduziu progressivamente após 1826.

B) COLONOS ALEMÃES

> *“Aos suíços pagou-se a passagem da Europa, deram subsídios em dinheiro, animais e ainda recebem ajuda da Sociedade Filantrópica Suíça do Rio de Janeiro. Os alemães que aqui se encontram, quase todos pagaram as passagens com seus próprios recursos, não receberam nenhum animal do governo e qualquer auxílio. Não obstante, eles se equiparam aos suíços ou os superam. Que diferença!”*
>
> (Pastor Sauerbronn – Relatório de 1828)

Apesar do registro de êxito de algumas poucas famílias em seus lotes, a Colônia vivia em 1824 um momento extremamente difícil, quando a falta de perspectivas se traduzia numa grande evasão de colonos. A existência da colônia estava ameaçada.

A partir de então se registrou a retomada do interesse governamental pela colônia.

> *"A necessidade urgente de homens para servir a causa imperial determinou a atenção do governo em relação à colônia que, em virtude das indignas especulações de uma administração unicamente preocupada com os seus interesses tinha até então exigido enormes sacrifícios tanto do governo quanto da iniciativa particular"*[173].

Esta urgente necessidade de homens parece ter ocorrido no contexto de uma atitude mais ofensiva do governo imperial em face da colonização estrangeira. O governo era movido por necessidades militares além de conservar objetivos colonizadores. A retomada da colonização tinha como objetivo a formação de batalhões estrangeiros.[174] Em conseqüência D. Pedro nomeou um agente internacional Anton von Schaeffer para realizar investidas na Alemanha e Áustria de modo a obter o reconhecimento da nova nação e obter homens preferencialmente para se engajar nas forças militares do Império nascente. E para assegurar um fluxo migratório importante, tanto de homens quanto de recursos era preciso animar a Colônia de Nova Friburgo para evitar que ela se tornasse um exemplo negativo à política de imigração.

O esvaziamento da Vila fora visto pelo Relatório da Sociedade Filantrópica como sendo acompanhado pela dissolução de costumes.

---

[173] Relatório da Sociedade Filantrópica Suíça – pag. 98

[174] Ver José Antonio Soares de Souza –*Os Colonos de Schaeffer em Nova Friburgo e Ainda os Colonos de Schaeffer em Nova Friburgo,* respectivamente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, números 310, janeiro/março de 1976 e 329, outubro-dezembro de 1980, Rio de Janeiro

"É penoso constatar que existe uma grande dissolução dos costumes sobretudo entre as mulheres que mergulharam no vício seja por suas más tendências, seja por amor a um luxo que sua posição não permitia satisfazer".

O Relatório afirmava que boa parte desta evasão se deveu ao emprego de métodos de corrupção e ameaça, empregados pelos "intrigantes" e bajuladores do poder imperial, inclusive suíços, saídos todos do seio da colônia para obter o alistamento militar. Assim, segundo a Sociedade Filantrópica Suíça, a Colônia reduzida a alguns anciãos doentes e mulheres, beirava a ruína pela inconcebível imprevidência de um Ministério que, segundo relatório da Sociedade Filantrópica Suíça, por orgulho de possuir algumas tropas regulares em face das potências européias, sacrificava seus mais caros interesses que consistem no rápido desenvolvimento da agricultura e da indústria.

O Relatório salientava que havia uns poucos que não se deixaram intimidar e continuaram no "bom caminho". A estes, considerando a situação calamitosa, a Sociedade concedeu empréstimos para a compra de animais ou completar os trabalhos já iniciados. É curioso observar que o Relatório considerava uma vantagem para os negros servirem aos colonos, porque não obstante serem bem tratados pelos brasileiros, eles podiam esperar um melhor tratamento por conta de um interesse calculado e dos hábitos da Suíça, onde se vêm patrões agirem em relação aos seus subordinados com a mais perfeita conveniência. Mais adiante discutiremos o emprego de escravos.

O Relatório observa que certos lotes experimentaram prosperidade com trabalhadores suíços ou alemães e mesmo escravos, lotes *"que apresentam um aspecto satisfatório pela colheita de todos os gêneros e mesmo pelas plantações de café que existem hoje por quase toda parte".*

Neste quadro chegam os alemães, *"os infelizes alemães"* que após terem sido enganados por falsas promessas se viram constrangidos por decreto imperial a se alistar nas tropas, até

perfazer o rembolsamento da soma que lhes foi adiantada pela passagem.

Tal como os suíços, os colonos alemães foram enganados e não obstante a existência de um prévio trabalho já ocorrido na Colônia, haveriam de passar por dificuldades similares aos suíços, sem que fosse alterada a tendência ao esvaziamento da colônia.

A sua vinda para a colônia resultou, como afirmei, da atuação de um agente alemão, credenciado e pago pelo governo imperial, Anton von Schaeffer. Figura controvertida, possuía experiência internacional. Era formado em medicina e dominando o francês, alemão e latim, mesclava um suposto idealismo de bem servir à causa da independência (era maçom) com seus interesses pessoais. Ele próprio havia obtido uma sesmaria em Viçosa, no sul da Bahia, para a qual pensava contratar colonos alemães. Segundo instruções do ministro José Bonifácio, tinha como missão oficial obter o reconhecimento internacional para a nova nação e recrutar colonos-militares. Receberia uma pensão pessoal, uma comissão sobre o comércio de Pau-Brasil e de diamantes. A ele coube a implementação de uma rede de interesses e negócios relativos à imigração no Brasil, através da qual entre 1824 e 1828 embarcariam para o Brasil cerca de 3000 imigrantes alemães. Foram, por exemplo, colonos alemães, importados por Schaeffer que deram origem à Colônia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul em 1824. O nome fora dado em homenagem à princesa Leopoldina de quem Schaeffer gozava de favores e amizade.

A escolha da Confederação Germânica para servir de fonte migratória se deveu a vários fatores. Era uma área onde a emigração vinha crescendo com precedentes em direção aos Estados Unidos da América e à Rússia. A própria Alemanha e Áustria figuravam no mundo como bastiões do absolutismo. Havia laços de parentesco entre a corte portuguesa e austríaca consolidados pelo casamento entre a princesa Leopoldina, filha de Francisco I e D. Pedro. Além disso havia alemães convertidos em proprietários no Brasil que eram defensores da imigração alemã.

Em 1818, João Guilherme Freireiss, naturalista alemão, que no Brasil organizara coleções de produtos naturais para a Suécia, obteve cinco sesmarias às margens do rio Peruípe, perto de Vila Viçosa, no sul da Bahia, onde se fundou a primeira colônia alemã que recebeu o nome de Leopoldina em homenagem à princesa.

Foram concedidas, ainda em 1818, terras ao arquiteto Pedro Weil e ao seu sócio Adolfo Saueracker, situadas no rio Almada, perto de São Jorge dos Ilhéus, onde imigrantes alemães se estabeleceram nos anos 1821 e 1822. Anton Schaeffer recebeu em sociedade com Froenius 4 356 hectares no sul da Bahia para onde projetou a Colônia Frankental. Em 1822, oitenta e cinco imigrantes alemães partiram para a Fazenda de Jorge Henrique Langsdorff no distrito de Inhomirim, em Magé, na Capitania do Rio de Janeiro. Ali se constituiu a Fazenda da Mandioca onde o cientista alemão e cônsul da Rússia recebia inúmeros cientistas e naturalistas.

Tanto Schaeffer como Langsdorff foram ativos propagandistas da imigração alemã, tendo ambos escrito dois livretos em alemão destinados a atrair imigrantes. Um dos aspectos curiosos da argumentação de Langsdorff residia na comparação entre a alimentação de uma família livre e de escravos de modo a mostrar que o reduzido custo da alimentação da família escrava favorecia a possibilidade do imigrante possuir escravos. Todavia o tipo de contrato de imigração formulado por ambos se assemelhava ao regime de parceria, pelo qual o colono asseguraria a própria subsistência e os rendimentos do proprietário da terra.

Os colonos que se instalaram em Nova Friburgo eram na verdade destinados à Colônia Frankental, de propriedade do próprio Schaeffer. Assinaram um contrato pessoal pelo qual cada pai de família receberia quatrocentas braças quadradas. Não podiam abandonar a terra, por dois anos e só a poderiam vender para outro colono. Receberiam sementes (arroz, milho, anil, fumo, cana de açúcar, algodão, inhame, bananas, café e plantas oleaginosas) e gado, concedido pelo governo e passível de ser restituído ao fim de quatro anos. Teriam todos os direitos dos brasileiros e ficariam isentos de impostos durante oito anos. Eram obrigados a

partilhar a metade da produção de engenhos e moinhos feitos pelos próprios colonos. Previa-se um pasto comum cabendo aos colonos a responsabilidade de construção de cercas.

Os colonos contratados vieram em dois navios: Argos e Caroline. Ao chegarem no Brasil, foram alojados durante três meses na Armação – armazém para baleias na Praia Grande (Niterói). Foram então notificados de que, ao contrário do que estabelecia o contrato, seriam destinados a Nova Friburgo. Chegaram a ensaiar um motim, mas foram logo reprimidos e advertidos pelo Imperador de que caso não cumprissem a determinação, seriam deixados ao léu. Não sabemos explicar esta arbitrária mudança de destino, mas ao que parece ela correspondeu à intervenção do Monsenhor Miranda que voltara a desempenhar as funções de Inspetor da Colonização Estrangeira.

O número de colonos efetivamente instalados em Nova Friburgo não é preciso. Embora Cansanção de Sinimbu tenha registrado o número de 342, tanto a Relação de Colonos Que Passaram a Receber Subsídios como aquela apresentada pelo pastor Sauerbronn, que acompanhou os colonos, apresentou números inferiores. Segundo ofício do diretor da Colônia Francisco de Salles Ferreira de Souza dirigido ao Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário Luiz José de Carvalho e Mello em 8 de maio de 1824 *"no dia 22 do mês passado chegaram à Fazenda do Coronel Francisco Ferreira da Cunha, os colonos alemães, os quais me fizeram entrega de 276 entre homens, mulheres e crianças."*

Publicamos a lista dos colonos instalados alemães em Nova Friburgo. Procedemos assim com os alemães e não com os suíços uma vez que existe uma lista de embarcados suíços para o Brasil no livro de Nicoulin. É bem verdade que há uma outra lista mais exata que ainda não foi publicada e que trata dos colonos suíços por casas coloniais e por lotes de terras recebidos. Segundo o documento *"Controle dos Colonos Alemães Chegados a Esta Colônia a 9 de maio de 1824, Dia em que principiaram a vencer subsídios",* os colonos instalados em Nova Friburgo eram os seguintes:

Casa	Nome	Idade	Estado civil	Profissão
63	João Henrique	36	casado	lavrador
	Maria, mulher	35	“	-
	Luis Baum	49	viúvo	sapateiro
	André, filho	16	solteiro	-
	Nicolau herman	28	casado	lavrador
	Ana Margarida,es.	42	“	-
	Guilherme, filho	15	solteiro	-
64	Bathasar Grieb	30	casado	lavrador
	Madalena, esposa	30	“	-
	Gertrudes, filha	4	-	
	Adão Guilherme,fil,	6 meses		
	Guilherme Schuab	40	casado	lavrador
	Ana Isabel, exp	10		
	Ana Margarida, fil.	5		
	João Jorge, fil.	7		
65	Jacob Frez	47 anos	casado	-
	Cristiano Frez,irm.	32 anos	solteiro	
	Ana Mariam,esp.de			
	Jacob Frez	31	casada	
	Suzana, filha	17		
	Pedro, filho	20		
	Ana Maria, filha	14		
	Cristiano, filho	8		
	Isabel, filha	5		
	Valentim, filho	3		
	Catharina, filha	1		
	Ernesto Ruperti	18	solteiro	
66	Pedro Schmit	67	casado	lavrador
	Isabel, sua mulher	41	“	

	Urban, filho	19	solteiro	
	Ana Maria, filha	12		
	Frederico, filho	9		
	Maria Isabel, filha	2		
	Cristiano Meyer	35	casado	padeiro
	Maria, esposa	30	“	
	João Guilherme,filho	5		
67	Gaspar Kaiser	36	casado	lavrador
	Ana Margarida, esp.	28	“	
	Henrique,filho	3		
	Francisco Ganderman	32	casado	Fabric. Aguardente
	Margarida, exp.	23		
	Felipe,filho	3		
	Margarida,filha	4		
	Catarina, filha	2		
	Leopoldina Carolina	2 meses		
68	João Gyuilherme Brot	45	casado	lavrador
	Ana Maria, esposa	30		
	Joana Catarina, filha	7		
	Guilherme Henrique	5		
	João jacob	12 dias		
	Henrique Schot	35		
	Madalena, esposa	27		
	Catarina Lang, mãe de Madalena	61		
	João, filho de H.	6		
	Ana Maria, filha	3		
69	Henrique Baum	38	casado	Mestre de escola
	Isabel, esposa	36		
	Catarina, filha	4		
	João Guilherme	2		
	Margarida Daut	30	viúva	

	João, filho	12		
	João Henrique,filho	8		
	Margarida, filha	6		
	Ana Maria, filha	3		
70	Jacques Vinter	45	casado	lavrador
	Ana Margarida,esposa	46		
	Frederico, filho	18		
	Pedro, filho	15		
	Guilherme, filho	7		
	Catarina,filha	5		
	João Jugblut	25	casado	ourives
	Ana isabel, esposa	28	casada	
	Ana Isabel, filha	3	solteira	
71	Conrado Rigel	39	casado	
	Isabel Catarina,esp.	37		
	João, filho	12		
	Catarina, filha	10		
	Isabel, filha	7		
	Pedro, filho	5		
	Felipe Heringer	30	casado	alfaiate
	Ana Madalena, esp.	19		
	Maria Catarina	3		
72	Jacob Strock	51	viúvo	lavrador
	Suzana, filha	19		
	Cristina,filha	18		
	Jacob, filho	16		
	Elisabeth,filha	12		
	Jorge, filho	14		
	Pedro, filho			
	Valentim, filho	10		
73	João Schmit	46	casado	lavrador
	Ana Isabel, esp.	39		
	João Cristiano, filho	11		

	João Henriques	9		
	Ana Maria, filha	5		
	Ana Margarida, filha	2		
	Conrado Bellinger	44	casado	lavrador
	Ana Gertrudes, exposa	44		
	Urbano, filho	15		
77	Pedro Berbert	27	casado	lavrador
	Ana Margarida, esp.	28		
	Felipe, filho	2		
	Adão, filho	1 mês		
	Henrique Nanz	46	casado	lavrador
	Maria Henriqueta,mulher	38		
	Maria ,filha	12		
	Isabel, filha	3		
	Henrique Schvatz	46	solteiro	lavrador
	Jacques Volf	33		
	João Prost	26		tanoeiro
	Alberto Especone	28		
78	Nicolau Baum	38	casado	lavrador
	Catarina,esp.	35		
	Jacques,filho	1		
	Conrado Klein	56	casado	lavrador
	Isabel, esp.	38		
	Nicolau,filho	9		
	Miguel, filho	5		
	Carlos Ruperti	31	casado	
	Dorothea,esposa	28	“	
	Christina, filha	4		
79	Henrique Domer	33		negociante
	Jonas Emerich	33	casado	lavrador
	Carlota, filha	13		
	Jonas, filho	9		
	Fernando,filho	6		
	Jorge Hoefel	52	viúvo	oleiro

	José, filho,	22	solteiro	
	Adão, filho	20	solteiro	
	Bernardo,filho	19		
	Pedro, filho,	16		
	Margarida, filha	15		
	Leonardo	12		
80	Felipe Ulrich	51	casado	lavrador
	Felipina, esposa	31		
	Felipina,irmã de Ulrich			
	Henrique Eller	49	casado	lavrador
	Ana Margarida, esp.	43		
	Guilherme, filho	18		
	João Filho	12		
	Ana Isabel,filha	9		
	Ana Margarida,filha	6		
	Catarina Isabel,filha	3		
81	Henrique Guilherme	47	casado	lavrador
	Isabel, esp.	45		
	Guilherme, filho	12		
	Sofia Augusta,filha	16		
	Frederico José Ruperti	22	solteiro	
	Cristiano Nagel	38	casado	alfaiate
	Catarina,esposa	37		
	Maria Catarina, filha	10		
	Ana Catarina, filha	6		
82	Pedro Nanz	33	casado	lavrador
	Isabel, sua mulher	26	“	
	Margarida, filha	5		
	Frederico,filho	2		
	Jacques Klein	26	casado	lavrador
	Dorothéia, sua esposa	25		
	Conrado,irmão de Jacques	19	solteiro	
	Catarina, irmã de Jacques	18		

	Carlota, irmã	11		
84	Verner Louback	44	casado	lavrador
	Ana Catarina, esp.	44		
	João Jorge filho	14		
	João filho	11		
	João Henrique, filho	7		
	Isabel, filha	6		
	Catarina, filha	3		
	Conrado Broeder	38		
	Isabel, esposa	39		
	Thobias, filho	9		
	Henrique, filho	6		
85	Carlos Schwench	50	casado	lavrador
	Catarina, esp.	50		
	Maria, filha	19		
	Carlos,filho	16		
	Pedro, filho	13		
	João, filho	10		
	Carlota, filha	7		
	Catarina, filha	5		
86	Pedro Klein	37	casado	lavrador
	Catarina, sua mulher	35	casada	
	Pedro, filho	10		
	Carlos, filho	6		
	Miguel, filho	5		
	Frederico, filho	3		
	Jacques Spanner	43		
	Sofia,sua mulher	37		
	Catarina, filha	5		
	Conrado, filho	1		
87	Jacques klein	39	casado	lavrador
	Juliana, sua mulher	35		

	Jacques, filho	11		
	Carlota,filha	8		
	João, filho	2		
	Cristiano, filho	4		
89	Henrique Schenkel	36	casado	lavrador
	Isabel, sua mulher	30		
	Pedro, filho	11		
	Margarida, filha,	9		
	João, filho	3		
	João Conrado	3 meses		
	Jorge Schuven	36	casado	lavrador
	Catarina, sua esp.	36		
	Catarina, filha	9		
	Isabel, filha	5		
	Pedro, filho	2		
	Carlota, filha	4 meses		
	Ernesto Ulrich	*30*	casado	lavrador
	Ana Maria, sua mulher	26		
	Ana Maria,filha	2		
	Carlos Falz	32	casado	ourives
	Ana Catarina, sua mulher	36		
	Guilherme, filho	3		
	Isabel,filha	1		
	Felipe Gaspar	45	casado	ourives e Mercador
	Cristina Isabel, sua mulher	49		
91	Frederico Sauerbronn	40	viúvo	pastor
	Carlota, filha	14		
	Fernando,filho	10		
	Guilherme,filho	8		
	Frederico,filho	5		
	Emília, filha	2		
	João Klein	21		

	Ana Bárbara Brelt	19		
92	Henrique Denkervetz	28	solteiro	médico
	Henrique Bourguignon	22	solteiro	
	Jorge Martin Blanck	22	solteiro	caixeiro
93	Guilherme Grandvohl	39	casado	lavrador
	Luíza, sua mulher	34		
	Carlos Felipe,filho	13		
	Catarina, filha	10		
	Gertrudes,filha	6		
	Guilherme,filho	2		
	Henrique Clas	23	casado	lavrador
	Catarina, sua mulher	26		
	Rodolfo, filho	22		
94	Daniel Duen	37	casado	sapateiro
	Ana Isabel, esp.	29		
	Catarina, filha	6		
	Margarida, filha	4		
	Isabel, filha	1		
	Adão Dutrich	29	casado	lavrador
	Maria, sua mulher	27		
	Maria, filha	5		
	Adão, filho	3		
97	Gaspar Schmider	52	casado	lavrador
	Ana Maria, filha	16		
	Felipe, filho	11		
	Catarina, filha	7		
	Nicolau Schmider	36	casado	lavrador
	Isabel, esp.	36		
	Isabel,filha	16		
	Ana,filha	7		
	Jacques, filho	6		
98	Carlos Heiderich	27	casado	lavrador
	Margarida, sua esposa	27		

	Jacques Heringer		casado	ourives
	Maria Isabel, sua mulher	36		
	João Pedro, filho	10		
	João Jacques, filho	7		
	Maria Isabel, filha	5		
	João Carlos, filho	3		
	Maria Catarina, filha	1		
	Carolina, filha	3 meses		
99	João Henri Emerich	36	casado	lavrador
	Carlota,sua mulher	36		
	João Jorge, filho	13		
	Jorge Henri	11		
	Jorge Felipe, filho	10		
	Ana Margarida	8		
	Ana Carlota, filha	5		
	João Conrado, filho	4		
	Juliana, filha	1		
	Catharina Margarida Hope	28		

Esta relação foi obtida no Arquivo da Prefeitura de Nova Friburgo – Pró-memória. Como foi transcrita de fonte manuscrita achamos possível a existência de erros ortográficos na transcrição. O número de meses que freqüentemente estava adicionada ao ano de uma criança (exemplo: 1 ½) foi abandonado na reprodução.

Várias famílias se agruparam sob o mesmo teto, tendo inclusive que pagar aluguel pela moradia. Havia 152 homens e 128 mulheres. Quanto ao estado civil, o número de 108 casados e a presença de laços de parentesco entre os colonos confere à emigração um caráter fortemente familiar.

O quadro da composição etária indica um grande número de emigrantes abaixo dos quinze anos – 135 colonos (48%)

COMPOSIÇÃO ETÁRIA DOS COLONOS ALEMÃES

IDADE	NÚMERO DE COLON0S
0/5	66
6/10	43
11/15	26
16/20	23
21/25	09
26/30	29
31/35	19
36/40	32
41/45	13
46/50	11
51/55	04
56/60	01
61/65	01
66/70	01
indeterminados	02
total	280

Embora não haja uma relação profissional muito precisa, o número de lavradores era proporcionalmente muito maior do que o de outras atividades, o que supera a participação relativa de lavradores no contingente suíço. Nas poucas profissões registradas havia 39 lavradores, 4 ourives, 2 sapateiros, 2 alfaiates e um tanoeiro, negociante, caixeiro, fabricante de aguardente.

Em 1840, o Pastor Sauerbronn forneceria uma relação de profissões de sua paróquia e a maioria de lavradores era absoluta,

embora existisse maior variedade de profissões do que a manifesta na relação de 1824.

PROFISSÕES DOS COLONOS ALEMÃES EM 1840

Lavrador –	56
Sapateiro –	2
Carroceiro –	2
Fazedor de roda –	2
Torneiro –	1
Pedreiro -	2
Negociante –	2
Ferreiro	4
Fazedor de escova	1
Moleiro –	2
Açougueiro –	2
Padeiro –	1
Fazedor de pregos	1
Lapidador de ágata	1
Alfaiate –	1

Fonte: Relatório do Pastor Sauerbronn – Arquivo da Prefeitura de Nova Friburgo – Pró-memória

A maior parte dos colonos instalados em Nova Friburgo procedia dos quatro estados do Hessen, principalmente do Grão-ducado do Hessen-Darmstadt e também do Reino de Wurttenberg e do Ducado de Oldenburg, principalmente a pequena possessão do lado esquerdo do Reno - Birkenfeld- Land.

Segundo Emílio Willems[175], a falta de fronteiras nítidas e constantes cruzamentos étnicos não conferiram uma identidade nacional à Alemanha. Antes favoreceram *"uma peculiaridade notada muitas vezes em emigrantes germânicos ¾ a saber que são desnacionalizados e rapidamente assimilados pelos povos entre os*

[175] Emílio Willems – *"Assimilação e Populações Marginais no Brasil,* São Paulo, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2ª edição, 1980 pag. 27 a 54

quais colonizam." Observa que a grande maioria dos emigrantes que buscou o Brasil no século XIX era de campônios. E segundo Willems, a tradição rural dos estados do sul e oeste alemão era de enorme apego ao lote de terra e à família, além da ausência de qualquer motivação que os impelisse para além das fronteiras locais.

No entanto houve intenso movimento migratório. Na primeira metade do século XIX predominavam pequenos proprietários do sul e oeste da Alemanha o que é explicável por motivações econômicas nascidas de colheitas instáveis que de uma hora para outra lançavam camponeses na fome, *"tornando-os presa fácil de agentes estrangeiros".* A retalhação da propriedade era também uma constante, agravada pela sucessão tanto a que partilhava a pequena propriedade entre filhos como a que a legava ao primogênito deixando os outros sem terra e na iminência de abandonar a terra natal.

Willems acrescenta, como causa comum da emigração, a fuga aos impostos escorchantes cobrados em alguns territórios que estavam sob a administração de *"um regime monárquico-reacionário*". *"Seria, porém um erro se considerássemos fatos econômicos ou administrativos como motivos únicos da emigração, pois freqüentemente não eram os mais pobres que emigravam."* Não se pode subestimar o papel de uma propaganda intensa feita pelos agentes das companhias de emigração e em muitas regiões já se havia estabelecido uma *"tradição emigratória".*

Por último é importante lembrar que os imigrantes rurais alemães eram freqüentemente apegados à religião, propensos à interpretação mística do seu destino como se manifesta numa canção "brasileira" cantada nas aldeias do "Hunsrück":

Deus nos chamou
Senão jamais nos teria
Passado pela mente.
Assim cremos e caminhamos
A seu mando[176]

[176] Emílio Willems – *Obra citada*, pag. 48

Embora a maior parte tenha pago o preço da passagem, tudo indica pobreza de recursos próprios, o que chegou a ser alegado por alguns emigrantes em seus pedidos de permissão para emigrar a exemplo deste do colono Jugblut, datado de 8 de fevereiro de 1823:

> *"O abaixo assinado Jungblut de Algenrodt está, devido à penúria existente e a dificuldade de subsistência na região disposto a emigrar para o Brasil, razão pela qual ela já assinou um contrato com o pastor Sauerbronn, representante das possessões de uma plantação brasileira, Almada. Ele, o abaixo-assinado pede ao Departamento de Oberstein, com muita submissão, que lhe consiga bem como para sua esposa e dois filhos a permissão necessária para emigrar e passaportes".*

Em sua apresentação da paróquia em 1840, o pastor Sauerbronn observou que bem poucos tinham recursos próprios. A presença de ourives entre os colonos parece proceder de Idar, região ainda hoje conhecida por seu trabalho de lapidação. Muito provavelmente foram seduzidos pela promessa de pedras e metais preciosos feitos por Schaeffer, ele próprio interessado no ramo, pois recebia comissão pelo comércio com diamantes.

Uma vez instalados nas casas coloniais tiveram que aguardar cerca de dez meses até que lhes fossem demarcados os terrenos que lhes foram distribuídos. Tiveram que gastar os subsídios recebidos à semelhança do que ocorreu com os suíços (160 réis diários no primeiro ano e 80 no segundo)

Um relatório fora solicitado ao encarregado da polícia, Quevrémont informando a quantidade de lotes abandonados pelos suícos. Quevrémont apresentou diversas restrições. De qualquer maneira, evitou-se distribuir para os alemães lotes comprovadamente não agricultáveis. Em geral os terrenos ocupavam 6 200 palmas quadradas. Os alemães ocuparam lotes que haviam sido ocupados por suíços e também terrenos distribuídos no vale do Macaé.

A chegada dos alemães introduzia uma particularidade na Colônia: o protestantismo ao qual pertencia a totalidade dos

colonos alemães. Até então, os colonos suíços protestantes foram forçados a abjurar sua fidelidade à Igreja Reformada. Foi permitido ao pastor Sauerbronn o exercício do culto e de práticas religiosas sem, no entanto, poder ostentar sinais externos como torres, sinos e cruzes.

Na própria Colônia houve resistências encabeçadas pelo vigário católico Jacob Joye que se manifestaram ulteriormente na denúncia de práticas públicas e de realização de um casamento misto. Houve vários atritos entre as duas igrejas, mas progressivamente os imigrantes suíços e alemães se integraram diluindo-se as fronteiras de religião, cultura e nacionalidade.

Considerando-se que a religião oficial do Império era o catolicismo pode-se pensar que a presença protestante tenha estimulado certa autonomia em face do poder central. Isto não ocorreu. Não somente o padre Joye recebia salário do poder central, mas também o próprio pastor Sauerbronn passou a receber salário do governo. Os alemães, como os suíços, dispersaram-se enquanto agrupamento e se integraram culturalmente nos costumes do sertão brasileiro. Dessa forma não se criaram quistos nem manifestações religiosas de resistência à integração social e cultural como ocorreria mais tarde na Colônia de São Leopoldo no episódio conhecido como a revolta dos Muckers.

Segundo relatos do próprio pastor Sauerbronn, ele enfrentou dificuldades para fornecer assistência espiritual aos seus paroquianos, que por força, tiveram que se dispersar na região, dificultando-se a comunicação interna.

C) DISPERSÃO DOS COLONOS

Desde as suas origens a difícil relação entre cidade e área rural dificultou uma possível unidade da colônia de imigrantes. Não somente os colonos receberam lotes numa área pré-determinada, como também os imigrantes que tinham profissões passíveis de serem exercidas na cidade ficaram desamparados com a difícil relação campo-cidade. Em suma, a vila se retraiu ao mesmo tempo em que a

resposta dada pelos colonos à má distribuição de terras foi a dispersão. Como um todo a colônia se fragmentou o que teria dificultado a ação organizada dos colonos.

Uma vez encerrado o prazo dos subsídios e sem capacidade de permanecer nos lotes coloniais, em pouco tempo mais da metade dos imigrantes partiu para outras soluções. Segundo Rui Erthal[177], a dispersão da área oficialmente concedida alcançou 900 colonos suíços e alemães.

Se a dispersão enfraqueceu a vida da colônia nos limites de Nova Friburgo, tornou o fenômeno da colonização suíça e alemã extensivo a outras áreas disseminando características econômicas e sociais como a pequena propriedade, o trabalho livre, a produção familiar.

Logo nos primeiros anos a projetada estrutura de colônia foi liquidada. Não obstante as ordens de Monsenhor de Miranda, condicionando a entrada e saída de colonos da Colônia mediante apresentação de passe, a evasão ganhou progressivamente enormes proporções. Embora possam estar em jogo fatores como o despreparo dos colonos, cerca de metade dos quais sem formação agrícola, e a inépcia dos terrenos, o problema é maior, porque também não havia condições de permanência no perímetro urbano. As dificuldades eram assim rurais e urbanas. A alegada dificuldade de transportes e afastamento dos centros de consumo da época também não podem ser tomadas como exclusivas razões, uma vez que a maior parte dos colonos se dirigiu para Cantagalo, talvez mais distante ainda dos centros mais populosos do que a Vila de Nova Friburgo. Muito provavelmente, além das dificuldades de manter o simples provimento das necessidades básicas acrescentava-se a inexistência de produtos efetivamente lucrativos no contexto rural. Neste sentido é oportuno frisar que Cantagalo acenava com a possibilidade de se plantar café.

---

[177] Rui Erthal – *A Dispersão dos Imigrantes suíços e Alemães na Área Colonial de Nova Friburgo – Uma abordagem Geográfica*, Rio de Janeiro, Tese de Doutoramento Apresentada ao Curso de Geografia da UFRJ, 2000

A Colônia, geograficamente atada aos chamados “números coloniais” e à Vila, reduziu-se demográficamente. Teria o seu peso relativo na população de Nova Friburgo reduzido em face da presença do elemento luso-brasileiro. A disseminação de colonos suíços e alemães em áreas como o vale do Macaé, Bom Jardim, Cantagalo e outras como os atuais Sumidouro, Campos, fragmentou o núcleo inicial. Imigrantes suíços e alemães exerceram um papel colonizador, na acepção mais ampla do termo, qual seja o de povoar e produzir na terra. O elemento suíço e alemão haveria de exercer um papel importante na identidade da região e abrir a possibilidade de multiplicação de elementos culturais procedentes da Suíça e Alemanha no interior leste da antiga Capitania do Rio de Janeiro. Talvez esta presença tenha favorecido novos estrangeiros na região já no século XX. O próprio surto industrial de Nova Friburgo está associado à vinda de capitalistas alemães.

O movimento de colonos em virtude da insatisfação com os terrenos, além de aspirações por melhores terras, manifestou-se no interior da área colonial. Houve intensivo abandono dos lotes coloniais de tal maneira que em 1825, o chefe de polícia François Quévremont avaliava em 625 o número de pessoas que abandonaram os lotes. Em seu estudo concentrado na questão da dispersão dos colonos, Rui Erthal indica que entre 1820 e 1831, do contingente inicial de colonos sairam cerca de 791 colonos.[178]

Houve casos em que colonos simplesmente abandonaram os terrenos; outros em que os lotes ou frações foram vendidos tanto entre os próprios suíços como em relação aos alemães. Estes receberam muitos lotes abandonados pelos suíços e em melhores condições, porque uma família alemã por vezes passava a deter várias frações. Pode-se mesmo dizer que os colonos alemães receberam terras maiores do que os suíços além do fato do chefe de polícia ter tido o cuidado de não repetir o erro cometido, em relação aos suíços, aos quais foram concedidos terrenos

[178] Rui Erthal – *A Dispersão dos Imigrantes Suíços e Alemães da Área Colonial de Nova Friburgo – Uma Abordagem Geográfica*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2000 – Tese de Doutorado apresentado ao Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense

imprestáveis. Mas os erros foram semelhantes, inclusive com uma grande demora entre a instalação de colonos alemães nas casas e distribuição de terras. Daí, alguns mais impacientes e com condições monetárias, terem comprado lotes de famílias suíças.

Antes de distribuir terras aos alemães, a Inspetoria da Colonização Estrangeira concluiu que as terras abandonadas pelos colonos suíços eram insuficientes para alojar os alemães e que seria necessária a abertura de novas terras ao sul da colônia e nos Sertões de Macaé.[179]

A título de exemplo, 11 frações, abandonadas pelas famílias suíças foram recomendadas a apenas duas famílias alemãs – Spamer e Stoffer, compostas no total por seis pessoas

De qualquer maneira com o abandono dos lotes e processos de compra e venda, a área intra-colonial foi mexida, modificando-se os desequilíbrios nascidos da distribuição por sorteio.

C.1. A expansão para o vale do Macaé

Outra direção assumida por suíços e alemães foi o Vale do Macaé, onde receberam terras concedidas com autorização do diretor da Colônia que inclusive justificou esta mobilização para lá em função do perigo de compra das terras por um gente especulador chamado Nathanel Lucas. Alguns requereram terras na área, outros compraram fazendas de luso-portugueses que existiam na área.

Foi o caso de Felipe de Roure, francês com recursos econômicos que nada tinha a ver com os colonos emigantes. Era provavelmente de origem aristocrática e se instalou na região em 1823 por razões ignoradas. Comprou a fazenda que denominou de Lumiar. A fazenda da qual derivou o nome da localidade que hoje é a sede do 5º distrito do município de Nova Friburgo, ganhou o nome, porque sua esposa era natural de Lumiar, hoje integrada à Lisboa. Quando os colonos chegaram ao vale do Macaé, já existiam outros fazendeiros na área.

---

[179] Rui Erthal – *obra citada* , 2º volume, pag. 207

Uma escritura de 10 de junho de 1823, constante do Livro de Notas nº 1 do Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo, registra a compra de uma fazenda nos Sertões do Macaé, na localidade de São Pedro. Teria sido a Fazenda São Pedro com meia légua em quadra de terras (1800 hectares). A fazenda fora comprada por Quevrémont juntamente com mais dois colonos, Carlos Schmidt e Daniel Frey de um certo Simão da Costa Peixoto. Venderam-na em seguida a Claudio Friaux, isento de siza, por ser colono, por 273$000. Possuía meia légua de terras de cultura, casas, paiol coberto de palha, 300 pés de café, laranjeiras, bananeiras e um monjolo. Ao mencionar os confrontantes, a escritura se refere ao então falecido José de Souza Coelho e, ao norte e ao sul, posse de Felipe de Roure. A leste havia terras devolutas e a oeste as terras demarcadas aos colonos.

Pouco tempo depois foi lavrada em 1823 a escritura cujos compradores foram Luís e Felipe de Roure: uma sesmaria de terra, meia légua em quadra cobertas de capoeiras. Foi vendida por José Gonçalves de Souza a Luiz de Roure e a Felipe de Roure por 200$000. Confrontava-se com a posse de João de Oliveira, com o rumo da Colônia e a leste com Pedro Seguier. Fora possivelmente a Fazenda Lumiar, cujo nome havia sido dado em homenagem a esposa de Felipe de Roure, natural da pequena localidade de Lumiar hoje absorvida por Lisboa.

Como tudo indica, o fluxo de colonos suíços e alemães para as áreas que hoje compõem os distritos de Lumiar e São Pedro da Serra já encontrara fazendeiros instalados na região, inclusive alguns franceses, como Felipe de Roure, misteriosamente lá localizados.

Muitos colonos foram em direção ao Macaé, onde chegaram a se impor diante de quilombolas existentes. Apoiados por forças oficiais tomaram-lhes as terras e benfeitorias. Desta maneira as origens da distribuição de terras em áreas que hoje compõem os distritos de Lumiar e São Pedro da Serra tem origem na concessão gratúita e na imposição pela força sobre antigos quilombos, conforme já salientamos em capítulo anterior.

A quantidade de colonos dirigida para o vale do Macaé foi tanta que chegou-se a pensar na criação de uma pequena vila na região e certamente é a origem da formação do povoado, que segundo informações de Nicoulin, veio a se chamar São Pedro, em homenagem ao Imperador que havia autorizado o deslocamento de colonos e tomada de terras na região.

b) Direção Cantagalo

Outra direção muito procurada foi Cantagalo. Segundo Henrique Bon, o número de colonos imigrantes instalados em Cantagalo em 1824 supera os 83 arrolados pelo padre Jacob Joye. Henrique Bon se refere a alguns colonos que simplesmente tomaram posse do terreno, porém a maioria explicitamente citada comprou terras. A atração da terra se deveu inequivocadamente ao café, proporcionando ganhos monetários com a produção e comercialização. Muito provavelmnte a ocupação da terra passou pela relação de financiamento com comissários do café. Henrique Bon faz alusão explicitamente a duas empresas que *"na terceira década do século analisado regerão inúmeros contratos com cafeicultores suíços e brasileiros".*[180] São duas empresas, uma de alemães, ao que parece, não de colonos, e outra de um hamburguês casado com a colona Anna Maria Gertrude Lutterbach.[181] Não fica claro se compraram ou receberam terrenos. Muitos colonos conseguiram comprar grandes extensões de terras e se transformaram em prósperos cafeicultores, citados por Sinimbu como tendo amealhado respeitável fortuna proporcionada pelas fazendas de café e pelo braço escravo.

Ao mencionar a direção Cantagalo fica subentendido que ela abrange áreas hoje compreendidas nos municípios de Bom Jardim, Monnerat, Duas Barras, onde ainda hoje pode se identificar a presença de descendentes de colonos.

---

[180] Henrique Bon e Márcia Solomone – *Imigrantges – a Saga do Primeiro Movimento Migratório e Organizado Ruma ao Brasil às Portas da Independência, ed. eletrônica, Nova Friburgo, 2002, pag. 76*

[181] Henrique Bon e Marcia Solomone – *obra citada* pag. 77

Também muitos colonos se deslocaram para a área de São José do Ribeirão, atualmente pertencente ao município de Bom Jardim. O exame dos Registros de Terra em 1854 demonstra a grande presença de colonos de origem suíça e alemã que também puderam explorar a lavoura do café. Deve-se registrar que a Freguesia de São José do Ribeirão pertencia administrativamente à Nova Friburgo até 1881.

C) OUTRAS DIREÇÕES

A dispersão alcançou ainda nos tempos oficiais da Colônia outras áreas: Campos e São Fidélis, por exemplo, que eram na região umas das poucas vilas existentes no interior fluminense. Um médico, como Jost, se dirigiu para Campos e de lá pode ter uma visão especialmente crítica dos destinos da Colônia.

Outra direção que haveria de atrair artesãos especializados e soldados foi o Rio de Janeiro. A partir de 1822 começaram a ser estruturados regimentos de estrangeiros com a especial função de defender a monarquia. Seriam soldados sem vínculo com a sociedade local e poristo, supunha-se que eram mais fiéis ao Rei e à monarquia. O primeiro Regimento de Estrangeiros teria se tornado realidade após decreto imperial de 8 de janeiro de 1823. Muitos suíços para ele se dirigiram. Henrique Bon assinala que muitos militares embarcaram na condição de colonos. *"Nada os obrigará, porém, à função de simples agricultores no Brasil"*[182]. Em outubro de 1824 foram criados o Batalhão de Granadeiros e dois batalhões de caçadores integrados por estrangeiros. Os corpos estrangeiros eram mal vistos pela população e sujeitos constantemente a duras condições e castigos corporais, o que provocou uma grande revolta em 1828. Apesar destas condições, os corpos militares atraíram dezenas de jovens suíços que não mais retornavam a Nova Friburgo.

Deve-se registrar que cerca de 6 colonos retornaram à Suíça.

De qualquer maneira, a diáspora dos colonos foi significativa. Disseminou-se um número de colonos por várias

[182] Henrique Bon – *obra citada*, pag. 75

regiões enquanto as vilas eram organizadas segundo interesses de fazendeiros escravocratas que assim viviam na vila um simulacro de pequena corte. Os colonos conheceram a sua realidade marginalizada, a presença intensiva da escravidão na região o que influenciaria a evolução ulterior do município como um todo.

A diáspora reduziu a força do grupo colonizado, enfraqueceu a organização da colônia e como um todo favoreceu a assimilação de valores culturais vigentes no interior por parte de imigrantes e seus descendentes. Os imigrantes foram numericamente hegemônicos na área rural de Nova Friburgo e particularmente no vale do Macaé como comprovam registros de nascimentos e óbitos de 1890 a 1900; relação de estabelecimentos rurais de 1920; listas de mortos do cemitério de São Pedro da Serra.(1930-2000).

A COLÔNIA E SEU DESENVOLVIMENTO

1. ECONOMIA

Ao aceitar a proposta de implantação de uma colônia de imigrantes, Dom João VI deixa claro suas intenções. Povoar e produzir. Ao incumbir o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino de tomar providências para concretizar a solicitação de estabelecimento de uma colônia de imigrantes, assim se justifica:

> *"tendo determinado promover e dilatar a civilização do vasto reino do Brasil, a qual não pode rapidamente progredir sem o auxílio e acrescentamento de habitantes afeitos dos diversos gêneros de trabalhos, com que a agricultura e a indústria costumam remunerar os estados que as agasalham"*[183]

O interesse pelo aumento da produção vinha reforçado pela expectativa de introdução de técnicas já existentes na Europa, razão pela qual o projeto cogitava da vinda de artistas e abria perspectivas de implantação de "manufaturas em grande."

Não obstante a economia brasileira gravitar em torno da exportação de gêneros tropicais e o setor externo fornecer a base tributária de sustentação da Corte e do Estado, o núcleo colonial serrano, como outras colônias de imigrantes criadas na primeira metade do século XIX, não se situavam na rota de exportações, nem o projeto reunia as condições estimuladoras de produtos da exportação.

O núcleo colonial poderia funcionar como complemento à economia de exportação, bem como prover de alimentos outros centros, através da constituição e manutenção de estradas, e eventualmente fornecer mão-de-obra. Poderia desempenhar portanto o estratégico papel de incrementar o povoamento da área e facilitar

---

[183] Ver decreto de 6 de maio de 1818 em Luís Demoro – *Coordenação de Leis de Imigração e Colonização do Brasil*, pag. 16

a constituição de fazendas dedicadas à exportação. Lembremos que no ato de compra da Fazenda do Morro Queimado, a Coroa, manifestando o interesse na região, comprou também duas fazendas com escravos: São José e Córrego D'Antas.

A idéia do estabelecimento de pequenas propriedades compreendia a criação de um campesinato livre e a produção para o mercado interno. Podemos supor que na prática se pensou na massa de camponeses prestando serviços para a viabilização da vila.

Alinhamos alguns fatores em favor da hipótese de interesse oficial por núcleos com produção destinada ao mercado interno:

a)distribuição de sementes e gados sem que existissem mudas de tradicionais gêneros de exportação como a cana-de-açúcar e o café;

b) pedido de empréstimo a comerciantes, possivelmente exploradores do mercado interno para a consecução do projeto.

O êxito da colônia era também importante para a continuidade da política de imigração e formação de outros núcleos coloniais. Podemos inserir o projeto no desafio que se vivia em plano nacional na década de 1820. Ou o Reino desenvolveria uma economia fortemente alicerçada na iniciativa industrial e no mercado interno ou daria continuidade à tradição colonial exportadora e escravocrata.

Considerando a política econômica dúbia que marcou a criação do Reino do Brasil, podemos ver na montagem da colônia de imigrantes um passo no sentido de fortalecer as tendências valorizadoras do mercado interno, que ulteriormente ficariam numa clara posição secundária em face do triunfo da economia de exportação fundamentada no café.

No plano microcóspico, o que ocorria na incipiente vila de Nova Friburgo tinha a ver com o dilema econômico nacional, que guardava relação com o confronto entre tendências centralizadoras e monarquistas e aquelas federalistas e democratistas. O impasse principal residia na persistência da escravidão. Preservada a escravidão, ganhavam tanto a perspectiva exportadora, como a que

restringia a participação política, limitava o exercício da cidadania assegurando o triunfo da monarquia.

A escolha da área para o estabelecimento da colônia pareceu a muitos uma opção anti-econômica. Esta opinião foi expressa por observadores tanto nacionais como estrangeiros, a exemplo de João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu e de J. J. Tchudi, respectivamente. Na verdade o distanciamento do litoral era um problema para toda a conquista do interior e não por isto a sua ocupação deixou de ser realizada. O Brasil, e no caso a Capitania do Rio de Janeiro, estava entrando numa fase de interiorização marcada pela expansão cafeeira tanto a oeste como a leste da capitania. Neste sentido, a montagem da colônia de Nova Friburgo pode ser vista como uma jogada estratégica de favorecer a penetração nos chamados Sertões do Leste.

A formação de uma vila e de aldeias rurais era um passo estimulador da montagem da economia de Cantagalo e até facilitador do comércio vindo de Minas Gerais. Logo nos primeiros tempos da implantação da Colônia, a Câmara de Nova Friburgo fazia apelos para a manutenção da estrada, justificando a importância do caminho como ligação entre a Corte e áreas como Cantagalo bem como outras existentes em Minas Gerais. E de fato, mesmo com as dificuldades de se assegurar um núcleo auto-sustentado na serra, o caminho para Cantagalo se tornou progressivamente mais freqüentado e certamente foi uma dos fatores que fizeram com que Cantagalo se tornasse um importante pólo cafeeiro da Província do Rio de Janeiro.

Podemos distinguir algumas fases no desenvolvimento econômico local. Num primeiro momento procurou-se montar um núcleo abastecedor de produtos alimentícios, deixando em segundo plano as atividades comerciais. De certo modo contaram com o capital inicial proveniente dos imigrantes, somado ao procedente do governo. O capital inicial era necessário para a manutenção dos colonos nos primeiros tempos de modo a realizar as atividades que assegurassem sustento e excedente. O Estado lhes havia facultado casas e posteriormente terras. E oferecendo subsídios por dois

anos se esperava que neste ínterim os colonos assegurariam o seu sustento e iniciariam as atividades capazes de, através da circulação de mercadorias, obterem excedentes.

Enquanto os subsídios existiram e houve bom pagamento de uma elite de colonos formada pelo padre, médico, farmacêutico, veterinário e por agentes administrativos, como o diretor da Colônia, ocorreu estímulo para a venda de certos produtos e conseqüentemente de apropriação de renda passível de ser reaplicada. Como os colonos ainda não produziam nada, tiveram que gastar os seus subsídios no comércio local. Com efeito, muitos colonos demandaram licenças para se estabelecerem no perímetro da Vila, quase sempre com pedidos de lojas de secos e molhados. A injeção monetária representada pelos pagamentos ensejou surgimento de comerciantes de fora que cobravam caro pelos bens de primeira necessidade.

Segundo Relatório da Sociedade Filantrópica Suíça, "o *tráfico de todos estes artigos era monopolizado pelas creaturas destas administrações infiéis e se encontrava completamente vetado aos suíços*"[184] A Câmara Municipal estabeleceu a prática de arrematação do comércio da carne verde, da aguardente e do trigo. Três produtos de grande circulação que foram efetivamente monopolizados por concessões aos arrematantes do direito de explorar estas atividades. E estes monopólios não caíram nas mãos dos suíços. Assim uma parte da renda inicial dos colonos foi absorvida pelo comércio exercido por luso-brasileiros com supostamente limitado retorno local

A renda local em grande parte foi expropriada pela Administração da Colônia que deixava de pagar subsídios e aplicava contínuas multas sobre aqueles que não podiam ou não queriam participar dos trabalhos públicos. A situação se agravou quando, voltando para Portugal, D.João VI deixou de pagar os subsídios prometidos.

---

184 Relatório da Sociedade Filantrópica Suíça - obra citada pag. 56

Não obstante existir certa circulação monetária inicial, ela beneficiou aqueles que recebiam elevados rendimentos do governo como o médico e o padre enquanto a maior parte ficou sem dinheiro. Uma vez extintos os subsídios, mal tinham como se prover. Foi diante desta situação que se formou a Sociedade Filantrópica Suíça. Já existia um grupo minoritário ligado ao poder central que acumulava maior renda e que dominava as decisões político-admnistrativas, enquanto a grande massa mergulhava em inúmeras carências. O médico Jost fez críticas profundas à conduta da Sociedade Filantrópica por ter deixado a distribuição de gêneros nas mãos deste pequeno poder que se formou entre os próprios colonos, e em defesa de seus próprios interesses alimentou a sua riqueza particular e prestígio local.

As tentativas de montagem de comércio e mesmo de artesanato se retraíram e a produção rural teve pequenas possibilidades de produzir para o comércio. Várias testemunhas atestam que a Vila ficou deserta desde que se promoveu a distribuição dos lotes coloniais.

Chegou a haver a iniciativa de manufaturas. Um colono chegou a pedir empréstimo oficial para a montagem de uma fábrica de sabão. Ao que tudo indica não conseguiu pagar. Enfim, enquanto manufatura, a área não vingou, talvez até mesmo em virtude da pobreza monetária local de um lado e pela distância física de outros mercados.

Havia certa circulação monetária provavelmente produzida pelos próprios recursos de imigrantes. Isto se torna visível porque era comum que colonos comprassem frações de outros. E mesmo os colonos alemães, cansados de esperar pela distribuição de lotes, chegaram a comprar frações de terras em poder dos colonos suíços.

Segundo o Relatório do Pastor Sauerbronn e da Sociedade Filantrópica Suíça, houve colonos que permaneceram nos lotes e conseguiram alguns resultados satisfatórios. O moleiro Wrichard, que arrendou o moinho do Rei, mantem certa ordem em seu lote. As culturas de alfafa e cânhamo deram bons resultados. Seu jardim,

bem cultivado, contem grande variedade de plantas leguminosas. Estima-se que suas plantações de milho terão a rentabilidade de 200 por um. Ele adquiriu um lote do vizinho onde ele construiu um moinho e uma serraria mecânica. Fabrica um saboroso pão de milho ou de trigo.

Uma visita aos lotes nos primeiros tempos levaria os relatores a afirmarem uma nascente prosperidade. Encontravam-se por toda a parte plantações de milho e de feijões em áreas cobertas há pouco tempo por mata virgem. Citam nomes de colonos como a viúva Felicidade Mury que trabalhava com auxílio de cinco órfãos. Um certo Werner construiu um forno que coze excelente cerâmica. Péclat, ocupando o lote nº 17, construiu uma bela casa de madeira e mantinha bons cultivos. No início havia uma queixa geral da falta de animais domésticos, principalmente vacas e porcos. Eles seriam distribuídos mais tarde.

Segundo as primeiras observações sobre as terras dos ”Inhames” (o Macaé), o relatório exalta a qualidade destas terras cobiçadas por um especulador —— Nathaniel Lucas. Para evitar a ofensiva deste negociante, o diretor da Colônia, coronel João Vieira de Carvalho ordenou a ocupação rápida da área por colonos. Segundo o relatório, estas terras são excelentes para a cultura do café e o lugar estava apto para receber 50 famílias naturais.

Nova Friburgo foi concebida como uma colônia de povoamento, para usar a expressão cara a Caio Prado Júnior. Foi uma tentativa de formação de uma vila com base em núcleo de pequenos proprietários livres e independentes. Estabelecida numa região marcada por elevadas altitudes e clima frio, não parecia reunir condições para o êxito da grande lavoura escravocrata de gêneros tropicais. Abria a possibilidade de uma evolução alternativa com maior margem de autonomia em face das instituições imperiais do que as vilas e povoados existentes na época.

No plano inicial chegou-se a cogitar da possibilidade de implantação de *“manufaturas em grande”* como já ocorria na Europa. A possibilidade de Nova Friburgo se converter em pólo dinâmico esbarrava com os limites impostos pelo conjunto do país e da

região fluminense. Num quadro de limitado mercado interno nascido da reduzida difusão do trabalho assalariado, restrita circulação de mercadorias, a produção “em grande” encontrava dificuldades de se realizar e conseqüentemente havia dificuldades de se escapar dos limites e possibilidades contidos no contexto escravista. Obstáculos impostos pela distância, concorrência de outros pólos e um lento encadeamento do setor manufatureiro, como um todo. Enfim as limitações gerais do desenvolvimento capitalista na região repercutiam no lento crescimento e limitada diversificação de atividades locais.

Apesar das limitações estruturais houve, como demonstra Geraldo Beauclair,[185] crescimento de atividades na província fluminense na primeira metade do século XIX, à qual estão certamente ligadas as experiências locais. Nada entretanto que se permita pensar no arranque regional, de tal maneira que instituições e unidades produtivas revelariam, na primeira metade do século, uma estagnação estrutural ainda que o interior fluminense tenha passado pela intensiva expansão cafeeira e tenha se registrado aumento da produção de alimentos destinada ao mercado interno.

Na época da instalação da Colônia de Suíços tanto a produção rural como a população da Capitania do Rio de Janeiro se concentravam no litoral. Iniciava-se a efetiva ocupação do interior nas esteiras das rotas de Minas Gerais para o litoral. Constitui-se ainda um tema a pesquisar as origens do povoamento do interior fluminense que muito provavelmente contou com o afluxo de gente proveniente das Minas Gerais.

As descrições feitas em inícios do século XIX do Distrito de Cantagalo e dos caminhos que ligavam o sertão ao litoral revelavam que as vilas que se constituíam no caminho eram pequenos entrepostos de mercadorias provenientes ou destinadas ao Rio de Janeiro. Porto das Caixas era o centro comercial que conectava “os Sertões do Leste” ao Rio de Janeiro, vinculado administrativamente

---

[185] Geraldo Beauclair – *Raízes da Indústria no Brasil,* Rio de Janeiro, Studio F&S Editora, 1992

à Vila de Santo Antônio de Sá (Macacu) se é que se podia chamar de vila este povoado de uma só rua e acanhada vida social.

As vilas eram formadas à sombra de fazendas. Como as necessidades básicas eram realizadas no interior das fazendas havia muitos limites para a circulação de mercadorias. Muito provavelmente a contrapartida monetária das vendas realizadas diretamente no Rio de Janeiro não dava vida à produção local. A renda obtida era gasta em mercadorias vindas do Rio de Janeiro e provavelmente aplicadas na Corte de tal modo que no interior a diversificação de atividades tornava-se muito limitada. Esta é uma explicação para o fenômeno da centralização econômica exercida pela cidade do Rio de Janeiro e pela limitada diversificação de atividades nas vilas interioranas.

A composição do mercado era função da concentração de renda que, por sua vez, estava vinculada à estrutura escravocrata. Friedrich Von Weech observava que dificilmente se encontrava um proprietário —— senhor de engenho, monetariamente rico, o que pode ser tomado como uma demonstração de que a lavoura escravocrata não favorecia a distribuição de renda e a circulação monetária, não abrindo oportunidades de aplicações locais de capital e geração de manufaturas.

A vila de Nova Friburgo nascera de forma artificial. Não foi produto espontâneo de atividades locais, um centro comercial que aglutinava a expansão da área dando origem a serviços e atividades que provessem as adjacências. Como não existia uma base próxima de produção de gêneros de primeira necessidade os preços dos produtos comercializados na Colônia foram considerados extorsivos pelos próprios colonos.

Os subsídios que deveriam ser pagos aos colonos nos dois primeiros anos poderiam ter auxiliado o início da vida agrícola, entretanto a demora na distribuição dos lotes, tanto no caso dos suíços como dos alemães, determinou que estas quantias irrisórias fossem gastas no sustento das famílias. A interrupção no pagamento de subsídios e dos pagamentos aos funcionários, em conseqüência do retorno de D. João VI a Portugal, causou paralisia nos negócios

locais e dramática situação de colonos que teriam conhecido, na ocasião, fome e miséria.

Passada a fase de subsídios e dirigindo-se os colonos para a ocupação de terras, a Vila se manteve esvaziada durante a primeira metade do século de tal modo que o viajante Burmeister constatava que o número de "fogos" da Vila não ultrapassava 100 em meados do século XIX.

Embora já existisse povoamento em Cantagalo, oficialmente tornada vila desde 1814, a região mal provida por vias de transporte era ralamente povoada. Desde as origens havia fazendas nas imediações que aumentariam, segundo o Registro de Terras de 1854. Na verdade, pode-se supor a expectativa de que os colonos suíços abrissem caminho para facilitar a implantação de fazendas e a ocupação de terras virgens.

Favorecendo a comunicação com as áreas componentes do antigo Distrito do Cantagalo, os colonos suíços possibilitaram a viabilização de fazendas com escravos na região. Uma visão de conjunto descortinaria as áreas habitadas por colonos, tanto na Vila como nas terras pertencentes a Cantagalo, permeadas de fazendas escravocratas.

Um dos primeiros recenseamentos da Vila feita em 1828 pelo Padre Joye revelava que mais da metade dos habitantes era de luso-brasileiros e o número de escravos representava quase a metade da população da Freguesia. A população da Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, exceto os colonos alemães, totalizava 2 887 pessoas: 826 colonos, 791 luso-brasileiros e 1273 escravos.[186] O número de escravos deve ser compreendido pelo fato do censo cobrir a Freguesia que na época abrangia áreas muito mais extensas do que as atuais do município. Compreendia , por exemplo, São José do Ribeirão que era grande concentração escravista. Aliás, dados obtidos ,através do exame dos Registros de Nascimento e Óbitos no período 1819-1831, indicam que a grande maioria dos escravos

---

[186] Padre Joye – *Recenseamento eleitoral da população católica da Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo* em 1828, Livro Tombo I, Arquivo da Catedral São oão atista de Nova Friburgo.

pertencia a luso-brasileiros. Muito poucos escravos pertenciam a colonos suíços e alemães.[187]

A distribuição de terras e as dificuldades de comunicação entre a área dos *"números coloniais"* e a Vila tendiam a isolar e fragmentar os lotes coloniais. A estrutura e a vida da Colônia padeciam de precária integração dirigida pela Administração Colonial e pela Câmara. Apesar da divisão por "famílias artificiais", cada família contava com suas próprias forças, existindo limitada socialização de esforços. A Administração Colonial exercia controle sobre os colonos e os obrigava a construir e reparar estradas, assim como manter a infraestrutura local, o que era visto como verdadeira corvéia imposta aos colonos. É expressivo que um dos colonos, desejando incrementar a produção em suas terra, tenha pedido escravos emprestados a Fazenda São José, o que lhe foi negado.

O próprio comércio local era entregue, em seus ramos fundamentais, à figuras que arrematavam com exclusividade o direito de operar com certas atividades e comerciar com a carne, aguardente e moagem de trigo ou milho – o fabrico de pão. Eram concessões em regime de monopólio e inúmeras eram as queixas dos colonos pelos preços caros dos produtos comerciados na Vila. Por outro lado, os arrematadores que haviam conquistado o direito legal de comercialização se queixavam amiúde de que seu monopólio não era respeitado.

Os colonos desenvolviam atividades circunscritas às potencialidades da estrutura familiar. O rendimento econômico, a vida social, a distribuição do produto e da renda estão condicionados à relação entre a família e o todo social. Na medida em que o público e o coletivo estiveram pouco presentes na sociedade, o individualismo e o isolamento passou a predominar, o

---

[187] O censo eleitoral elaborado pelo Padre Joye, bem como os registros de nascimento e óbitos se encontram no Livro tombo nº 1 existente no Arquivo da Catedral de São João Batista de Nova Friburgo. Veja–se também a propósito o artigo de Jorge Miguel Mayer e José Carlos Pedro –*Vida e Morte na Colônia de Nova Friburgo, mimiografado,* Pró-Memória de Nova Friburgo, 1991

que evidentemente afetou os resultados da produção. Enfim pouca cooperação e muito isolamento familiar. Embora a Colônia fosse um conjunto submetido à uma Administração, esta funcionou muito mais como órgão repressivo e regulador do que como instrumento de cooperação. E onde a cooperação é precária, a dificuldade em enfrentar as vicissitudes da lavoura tropical aumenta a dificuldade de viabilização econômica das famílias, daí resultando transferências de famílias para outras regiões e o êxodo rural.

Em suma, não obstante os colonos terem certos direitos excepcionais e estarem sujeitos a uma administração própria, o regime pautou-se pela plena individualidade agrícola, a ponto de, após a distribuição dos lotes pelas famílias artificiais, compostas de dezessete pessoas, elas se dividirem formando frações territoriais. Toda a correspondência entre colônia e autoridades versa muito mais sobre demandas individuais do que coletivas, que por vezes aparecem, pedindo melhoras nas estradas.

Estudar o desempenho de uma economia em nível local exige a consideração de um conjunto regional e de tradições históricas. Entrecruzam-se com as possibilidades abertas em determinada época pelos protagonistas imigrantes. No caso, as tradições culturais dos emigrantes já continham uma idéia de riqueza e de fortuna que sobrepõem o indivíduo à realidade social, inexistindo um projeto ou ideal comunitário. A julgar pela bagagem dos colonos eles já tinham um padrão nascido da diversificação de atividades e troca. O conceito de riqueza ia além da sobrevivência. Já está presente a categoria progresso, onde a produção de excedentes se transforma em instrumento de ampliação da própria produção que se reverte em dinheiro, que por sua vez, identifica-se com a riqueza capaz de ser convertida em bens de consumo, ampliação da produção ou simplesmente entesourada.

A inserção no conjunto estimulava a absorção de técnicas pré-existentes. Pode-se mesmo dizer que o colono se voltava muito para o passado, na esperança de conhecer possibilidades de sobrevivência, especialmente porque o dinamismo irradiado de fora para dentro era muito limitado. Aliás, um estudo da tecnologia

aplicada na área rural nos revelaria uma enorme continuidade do mesmo modo de cultivo, explicado por alguns cientistas como resultado da estrutura escravocrata e de uma grande disponibilidade de terras o que faria prevalecer a expansão via ampliação da área cultivada em detrimento de melhorias técnicas aplicadas à terra.[188]

No plano econômico, os suíços como os alemães estavam já acostumados à produção de trigo e outros cereais, ao uso de instrumentos de trabalho como o arado, a uma criação intensiva com alimentação de alfafa e feno colocada nos estábulos. Uma vez rompida a estrutura aldeã marcada por trocas constantes e variadas, os emigrantes deveriam pensar no que produzir, como se relacionar com o mercado e a que estrutura social pertencer.

Inicialmente se pensou na produção de centeio e cevada; chegaram a imaginar a produção de uva e houve mesmo algumas iniciativas neste sentido. Também a criação chegou a produzir queijos que tiveram segundo Von Weech uma boa aceitação no mercado. Mas logo se depararam com condições diferentes da agricultura e da criação. É significativo que um dos colonos tenha exclamado que o fogo era o principal instrumento de trabalho e dispensava os instrumentos e a técnica da agricultura européia. O modelo a ser seguido reproduziu o modelo usual nos trópicos cuja lavoura seguia uma pequena prática do pousio, sistemática expansão de novas terras e limitados investimentos tecnológicos, principalmente naquelas lavouras e criação cuja inserção no mercado não era constante, pouco vantajosa, e com ganhos apropriados pela esfera mercantil.

Tratava-se, por outro lado, de uma lógica que buscava primeiro assegurar a sobrevivência com as possibilidades abertas pela natureza. O distanciamento, o pequeno ganho imposto à produção agrícola convidavam o agricultor a colocar na subsistência o papel principal da agricultura. Por outro lado,

---

[188] João Luís Ribeiro Fragoso – *A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX*, Revista Brasileira de História, São Paulo, v.6, nº 12, março/agosto de 1986, pags 125 a 151

deve-se considerar que diante do quadro miserável da subsistência, chegou a haver iniciativas de montar uma estrutura produtiva na vila destinada a atender a demanda de certos produtos pelos habitantes da vila. Uma fração que não vivia da agricultura e precisava comer, fazia-o através da compra de alimentos, o que implicava certa circulação de dinheiro que, por sua vez quebrava a total auto-suficiência.

O destino da produção e mesmo características assumidas pela economia local tem a ver com as possibilidades e perspectivas do conjunto. E neste sentido, devemos considerar que a economia regional passava por uma nova fase em que se afirmava cada vez mais a produção cafeeira que conferia liquidez à economia. Por outro lado a estrutura manufatureira dava alguns saltos no Rio de Janeiro a partir da vinda da Corte.

O crescimento populacional e econômico do Rio de Janeiro abria novas possibilidades ao consumo de alimentos e de certas matérias primas. Foi de certa forma um agente facilitador da expansão agrária no interior e condicionou, em parte, a produção local a uma dependência ao mercado do Rio de Janeiro.

> *"A economia no Rio de Janeiro, tanto a da província como a da cidade se baseava sobretudo no açúcar e no café. Havia no Rio de Janeiro mais de 400 engenhos em 1822. A duas léguas da cidade, em 1822, já dentro do perímetro urbano, cessavam as chácaras e começavam os engenhos, nota Saint-Hilaire. A grande zona produtora do Rio de janeiro era Campos que em 1820 possuía 400 engenhos e engenhocas e em 1828 já passara a contar setecentos Outra riqueza do Rio de Janeiro era o café, recentemente introduzido na província. Os números dizem tudo; em 1800 se exportaram desta província apenas 50 arrobas; em 1818, 317 345 arrobas A exportação de café no Rio de Janeiro vinha crescendo sempre: em 1820, 14 910 240 libras; em 1821, 16 861 892;em 1822, 24 318 304; em 1823, 29 599 168; em 1824, 36 688 673; em 1825, 29 291 664. Afora isto, exportava o Rio couros, tabaco e algodão"* [189]

[189] José Honório Rodrigues – *Independência: Revolução e Contra-revolução – Economia e Sociedade,* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, pags. 62 e 63

Com base em relatos de Saint-Hilaire, as plantações de café ocorriam próximas ao Rio de Janeiro e no vale do Paraíba. *"Várias existem, também muito importantes perto da Vila de Resende. Proprietários desta redondeza possuem 40, 60, 80 e até 100 000 pés de café"*[190] Na verdade a expansão do café continuava célere em todo o interior fluminense. Saint-Hilaire supõe somas enormes ganhos pelos proprietários. Um analista da economia do café, Afonso de E. Taunay considerava que uma fazenda de café se pagava em 10 anos. A resposta dada à aplicação dos capitais adquiridos era de que empregavam na compra de escravos. A verdade talvez seja um pouco mais complexa indicando a compra de outros produtos importados, custeamento da educação dos filhos na Europa.

A expansão cafeeira tem em geral a função de acelerar a exportação integrando a economia regional no contexto internacional de onde se recebiam produtos e inclusive alimentos. Segundo José Honório Rodrigues a produção de alimentos era sempre abaixo das necessidades da população, explicável pela primazia absoluta da agricultura de exportação o que induzia à importação de alimentos. *"O trigo vinha do Rio Grande do Sul, era importado dos Estados Unidos e do Rio da Prata e, ocasionalmente do Cabo da Boa Esperança".*

Todavia alguma diversificação de atividades vinha ocorrendo abrindo-se o caminho para um mercado interno que estudos recentes demonstram ter de alguma forma existido. João Fragoso indica que existia um tráfico interno de alimentos e que este foi fundamental inclusive na constituição das fazendas de café. Por sua vez, também no plano das manufaturas, na primeira metade do século XIX, Geraldo de Beauclair constata o crescimento de diversas indústrias. Enfim, não obstante o quadro da economia exportadora não ter trazido arranque industrial, alguma atividade manufatureira dela resultou. O mercado interno cresceu tanto pelas atividades econômicas que se entrelaçavam como pelo crescimento populacional que rapidamente se incrementava na Corte e mesmo no interior provincial.

---

[190] José Honório Rodrigues – obra citada, pag. 63

João Fragoso documenta o incremento de inúmeras atividades ligadas ao mercado interno. No plano concreto o comércio do interior para a corte deveria contar com as mulas o que por si só já estimulava certo mercado, como o do milho. É esta dilatação de mercado interno que justifica a pequena abertura comercial existente para produtores serra acima.

Todavia na construção da economia rural dos emigrantes, o primeiro fator a ser cuidado era a subsistência. Ao examinar a domesticação de plantas e animais e a utilização da madeira, é preciso considerar que o meio florestal exercia um papel fundamental na economia local, fornecendo madeira e outros produtos como mel e a própria caça de animais.

E apesar de alguns progressos no conhecimento deste ecossistema e de suas potencialidades, a destruição foi também a regra, não se valorizando suficientemente a estrutura florestal.[191] O equilíbrio entre agricultura e floresta inicialmente obtido será progressivamente liquidado em detrimento da floresta.

A subsistência existente entre os suíços pode ser comprovada pela requisição de terras para plantar. O colono Wichard, por exemplo, vizinho à Vila, no lote 1, possuía alqueires de milho, horta com variadas qualidades de leguminosas, plantação de alfafa, cânhamo (a primeira usada na forragem animal e a segunda na fabricação de tecidos). Arrendando terreno contíguo ao seu, construiu nele um moinho à maneira européia e uma serraria. Preparava pão de milho que vendia na Vila. O colono Péclat, habitante do lote 17, semeava variedades de gramíneas européias e edificou uma pitoresca casa feita de madeira local.

O colono Werner fabricou um forno onde cozia peças de barro por ele confeccionadas. A família Miserez cultivava café e criava alguns animais. Joseph Moser dedicou-se à criação de porcos. Vacas que recebiam oferta de preço superior ao de mercado eram propriedade da família Vial, que pretendia ampliar seu rebanho. A

[191] Ver Warren Dean – *A Ferro e Fogo – A Devastação da Mata Atlântica*

família Rime possuía vinte vacas e produzia queijos. Introduziu o cultivo da vinha em associação com o vinhateiro Alexandre Burnier.

São exemplos de produtores que lograram vender sua produção. É certamente em função de alguns desses produtores que Nova Friburgo logrou obter a fama de produzir bons queijos consumidos no Rio de Janeiro.[192]

O relatório da Sociedade Filantrópica afirma que várias famílias que resistiram ao êxodo e permaneceram na área apresentavam relativa bonança alimentar. O Pastor Sauerbronn oferece um interessante relatório em que aponta individualmente as características dos colonos alemães. O relatório mostra que o excedente alimentar era em geral considerado um passaporte para o bem-estar. Demonstra também as limitadas possibilidades de acumulação e passagem para uma economia escravista.

Eis o relatório:

> 1. Balthasar Grieb – 24 anos, mulher e quatro filhos – imediatamente após a sua chegada, Grieb comprou do colono suíço Johanes Werner a parte do número 4 da qual ele se alimentou muito bem até agora. Ele possui 3 vacas, dois cavalos e boa terra. Possui muito leite, manteiga, ovos, galinha.
>
> 2. Jacob Winter – carroceiro, 48 anos, mulher e quatro filhos – conseguiu, somente quinze meses após a sua chegada, o seu número na colônia. Ele teve a má sorte de contrair uma doença depressiva da qual somente agora ele parece ter sido curado. Seu filho mais velho é débil mental. Ele e os seus são lavradores diligentes. Tem boa terra. Tem que receber só mais um ano de subsídio.
>
> 3. Heinrich Schot – lavrador, mãe e cinco filhos - lavrador diligente. Trouxe para a colônia aproximadamene 400 mil réis ou 1 200 florins com os

[192] A fama da produção de queijos em Nova Friburgo foi registrada or Von Weech. Segundo José homório Rodrigues *“só se falava em manteiga e queijo, feitos em Minas Gerais e na colônia suíça de Nova Friburgo.”*, pag. 51.

quais ele conseguiu comprar todos os tipos de animais. Merecia uma terra melhor e mais pessoas trabalhando para ele.

4. Cristian Nagel, 42 anos, mulher, três filhos, lavrador – o mesmo que foi dito de Schot se aplica a Nagel com a diferença de que a sua terra é melhor.

5. Nicolaus Caesar, 30 anos, mulher, 2 filhos, serralheiro - não mora no número que lhe foi concedido, mas sim no número 107 que ele comprou de um suíço. Ele tem alguns recursos pessoais e só está no seu número há alguns meses.

6. Spamer Jacob, 48 anos, casado, mulher e dois filhos, caçador – tem uma terra muito ruim e nos dois anos em que ele foi muito diligente; não colheu nada. Para poder dar subsistência mínima, a mulher deve trabalhar como parteira, ganhando o estritamente necessário

7. Brod, 49 anos, mulher, quatro filhos, lavrador – tem uma boa terra, mas está sempre doente e sua esposa que não foi educada para o trabalho pode com dificuldades cuidar dos filhos. Tiveram recursos próprios, mas estes foram gastos e eles estão muito pobres agora.

8. Philipp Gaspar, 51 anos, mulher, soldador – não mora em seu número, mas aqui na Vila de nova Friburgo, onde ele, já que não tem filhos, se alimenta bem com o seu ofício. Fez um bonito jardim onde cultiva todos os legumes.

9. Heinrich Clahs, 42 anos, lavrador, mulher e 2 filhos – não mora no número que lhe foi concedido, mas no número 7 que ele comprou. Perdeu num acidente uma perna e recebe uma pensão. Sua terra o alimenta muito bem. Tem 4 vacas, porcos, galinhas e vende muita manteiga, ovos etc.

10. Conrado Bochlinger, 48 anos, paneleiro, mulher e filhos – deixou o número que lhe foi concedido e vive no número 109. Sua mulher é cega e ele e o filho ganham a vida como diaristas.

11. Peter Schmidt, 73, lavrador, mulher, 5 filhos- ele é o mais velho de todos os colonos alemães, porém um dos mais diligentes e empreendedores. Comprou imediatamente após a sua chegada terra onde foi morar. Tem todos os tipos de animais e experimentou várias culturas. Com o dinheiro que trouxe consigo fez várias experiências para melhorar a terra. Merece com sua família diligente e trabalhadora um louvor generalizado.

12. Johanes Dreyer – 31 anos, marinheiro, mulher e dois filhos – mudou do seu número para o 88 onde ele só está há alguns meses. É muito pobre, mas um bom trabalhador e merece auxílio.

13. Conrad Klein, 61 anos, lavrador, mulher e três filhos –tem uma terra ruim e já trabalha nela há dois anos com diligência sem ter alcançado o mínimo. Tem duas vacas que ele comprou com seu próprio dinheiro e que apenas alimentam a sua família. Merece auxílio, nem que seja por sua idade.

14. Philipp Ulbrich, 54 anos, mulher e três filhos, ourives – Deixou o seu número e vive no nº 108 há oito meses. É um trabalhador bom e inteligente, porém muito pobre. Não recebe ajuda. Está perdido sem auxílio

15. Carl Fals, 3 filhos, ourives – Tem uma terra bastante boa, mas está nela há um ano somente e se alimenta com dificuldades, uma vez que todos os seus filhos são pequenos.

16. Johannes Jungblut, 26 anos, ourives, mulher e dois filhos – vive no número 33, tem uma

terra ruim e é tão pobre que não consegue comprar nenhum animal.

17. Heirnich Schenkel, 40 anos, mulher e cinco filhos , lavrador – tem boa terra, mas não o bastante para uma família tão diligente e trabalhadora. Tem duas vacas, um cavalo, galinhas e patos. Um pequeno auxílio ajudaria muito esta família.

18. Daniel Durr, 44 anos, mulher, 3 filhos, sapateiro – tem muita terra boa. É trabalhador diligente. Com seus próprios netos ele comprou duas vacas, alguns porcos,etc. Um pequeno auxílio ajudaria muito esta família. Seu comportamento, entretanto, é grosseiro e imoral.

19. Daniel Ulbrich, 32 anos, pedreiro, mulher e dois filhos – mora na terra de um certo suíço de nome Dafflon de quem comprou a terra. Tem animais de todos os tipos e negocia com estes.

20. Georg Schwindt, 42 anos, ourives, mulher, cinco filhos – tem uma terra bastante boa, 2 vacas, um cavalo e precisa somente de um pequeno auxílio.

21. Sauerbronn, 44 anos, pastor, 6 filhos – sua situação imensamente triste é conhecida por todos. O número que lhe foi atribuído está a cinco léguas daqui onde deve morar como pastor, longe e mal. Se lhe tivessem dado, desde o início uma terra perto da cidade conforme pedira, então sua situação não se tornaria tão triste.

22. Carl Schwenk, 48 anos, lavrador, mulher e 6 filhos – tem uma terra ruim, porém grande. Tem duas vacas, uma mula, quarenta galinhas. Sua família com filhos já crescidos poderia trabalhar mais. Chegou muito tarde à terra.

23. Nicoulaus Hermann, 32 anos, lavrador, mulher e três filhos – tem uma terra ruim e por falta de recursos nenhum animal. Ele e os seus são muito

ativos e diligentes. Merece auxílio em todos os aspectos.

24. Jacob Klein – tecelão de linho, 44 anos, mulher e 7 filhos – comprou o número onde mora agora,alguns meses após a sua chegada, tendo ido nele morar imediatamente. Tem recursos próprios, poristo sua terra está cheia de culturas de todos tipos bem como tem todos os tipos de animais. É muito diligente e ativo.

25. Peter Berbert, 30 anos, mulher e três filhos, lavrador – tem uma terra bastante boa e é muito trabalhador, mas sendo seus filhos ainda pequenos, falta-lhe ajuda. Ele tem uma mula, porcos e galinhas.

26. Jacob Wolf, 36 anos, alfaiate, mulher – trabalhador muito diligente e sua terra é bastante boa, porém ele é muito pobre e não tem recursos para comprar os animais necessários.

27. Jacob Klein, mulher e filha, 31 anos, lavrador – tem terra boa, duas vacas, um cavalo, porcos e galinhas e é um lavrador bom e trabalhador.

28. Jonas Emmerich, 46 anos, mulher e 4 filhos, lavrador - tem terra boa, uma mula, alguns porcos e galinhas.É diligente e trabalhador. Um pequeno auxílio o ajudaria na compra de duas vacas etc.

29. Nicolau Bauer, 40 anos, mulher e filho, pedreiro- deixou o número e mora no número 93. É muito pobre e procura sobreviver trabalhando fora.

30. Peter Klein, lavrador, 42 anos, mulher e 5 filhos – É um trabalhador muito diligente. tem também duas vacas, um cavalo, porcos, galinhas. Plantou muito mas a terra é ruim.

30. Nicolaus Schneider, 42 anos, moleiro, mulher e três filhos – sua terra se presta mais para

pasto do que para agricultura. Tem várias vacas, muitos porcos e galinhas. É um pouco rude em seu comportamento.

31. Carl Reipert, 40 anos, mulher e dois filhos – Tem uma boa terra e é trabalhador, mas muito pobre e não tem os recursos para comprar os animais necessários.

32. Philipp Heringer, 32 anos, alfaiate, mulher e dois filhos – está numa situação idêntica ao precedente.

33. Johannes Broht, 34 anos, solteiro, lavrador – Não está na sua terra. Trabalha fora.

34. Heirich Juenger – 51 anos, cocheiro, mulher e três filhos – Tem uma terra ruim. Seus filhos estão prestando serviço militar no Rio de Janeiro de modo que ele está impossibilitado de cultivar sua terra. Muito diligente até agora. Investiu muito dinheiro em seu número em vão.

35. Wilhelm Gradwohl , 48 anos, mulher, 5 filhos, lavrador – tem uma terra bastante boa, duas vacas, uma mula e galinhas que ele comprou com seus próprios recursos. É um pouco negligente.

36. Jacob Gradwohl, 28 anos, mulher, 2 filhos, sangrador –é um homem grosseiro, imoral e pouco afeito à agricultura.

37. Kaspar Kaiser, 43 anos, mulher e dois filhos – um bom e diligente lavrador. Tem duas vacas, um cavalo, porcos, galinhas e tudo o que de que necessita.

38. Carl Heirerich, 30 anos, mulher e filho, ferreiro – não mora em seu número. Costuma trabalhar fora em fazendas portuguesas e deixa a lavoura com sua mulher. Dizem que ele ganha muito dinheiro.

39. Jacob Heringer, ourives, mulher e 6 filhos – Um bom trabalhador e diligente. Tem 3 vacas, 3

cavalos que ele comprou com seus recursos próprios e com os quais ele viaja freqüentemente a Porto das Caixas com batatas, galinhas e porcos. Seus filhos são todos pequenos, faltando-lhe a ajuda necessária para a lavoura.

40. Louis Boehm - 51 anos, viúvo, um filho, sapateiro – trabalha como sapateiro em Nova Friburgo. Seu filho é caolho e de constituição muito fraca. Poristo ele não pode morar no campo. Muito pobre.

41. Peter Norz, 34 anos, mulher e filho,lavrador – tem uma boa terra, mas é muito pobre, sobretudo por sua própria culpa.

42. Heinrich Eller, 51 anos, 5 filhos, mulher e sangrador - tem uma boa terra e é muito trabalhador. Tem duas vacas, um cavalo, porcos, galinhas e tudo o que necessita em sua casa. Já pode vender um pouco de milho e batatas. Tinha recursos próprios.

43. Hoh Scmidt, 52 anos, sapateiro, mulher e cinco filhos – não vive no seu número, mas aqui na cidade onde trabalha como sapateiro. Ele e os seus são maus lavradores.

44. Heinrich Norz, 52 anos, mulher e tr6es filhos – são bastante trabalhadores, mas a sua terra é ruim, por isto são muito pobres.

45. Heinrich Emmerich, 44 anos, 6 filhos, lavrador – um bom trabalhador, mas uma pessoa muito grosseira e de pouca moral. Trouxe dinheiro da Alemanha e com este dinheiro comprou os animais necessários. Sua terra é boa, mas com tantas crianças pequenas, falta-lhe a ajuda necessária.

46. Heinrich Donner, 38 anos negociante – não está no seu número, mas na casa de um ou outro colono suíço onde ensina às crianças.

47. Conrad Broeder, 42 anos, mulher, três filhos, carroceiro – trouxe dinheiro da Europa para

comprar os animais necessários. Tem muita terra que é ruim. É trabalhador e diligente

48. Werner Laubach, 51 anos, mulher e 4 filhos, lavrador – Está na mesma situação do precedente.

49. Wilhelm Schwab, 44 anos, lavrador, mulher e três filhos – não mora em seu número e sim em terra imperial que não pertence aos Números, que mão é das melhores. Trouxe algum dinheiro mas agora dever ser econômico. É bom trabalhador.

50. Margareth Dauth, 42 anos, 5 filhos – não mora em seu número, mas na terra imperial vizinha. Tinha dinheiro, mas seu segundo marido Albert Polorny roubou seu dinheiro na Colônia e a deixou. Ninguém sabe onde ele está agora. É muito pobre e merece auxílio sobretudo por seus filhos pequenos.

51. Johannes Werner, 52 anos, paneleiro, mulher e 7 filhos – Sua terra tem muito pasto e poristo 6 vacas, dois cavalos, porcos, galinhas e ele planta milho necessário e os legumes para a sua família. Trabalha na sua profissão de paneleiro com a qual ele ganha muito dinheiro. Está muito bem de vida.

52. Suzana Goebel, viúva, 7 filhos, lavradoes, 51 anos –Sua terra não é das melhores, muito boa só como pasto. Poristo eles vivem sobretudo da criação de animais. Eles têm o necessário, mas nenhum supérfluo.

53. Elias Areornet, 58 anos, mulher, 4 filhos, lavrador. Sua terra não é boa e ele planta o milho e outros legumes para o seu sustento, mas não o faz como os outros alemães. Tem 4 mulas com as quais vai para Porto das Caixas de quinze em quinze dias. É quase tropeiro.

54. Ulrich Strutt, 48 anos, lavrador, mulher e filho – 48 anos. Tem 2 vacas, um cavalo, porcos,

galinhas, o milho necessário, legumes, tudo o que precisa. Todos os anos ele recebe como todos os suíços um auxílio da Sociedade Filantrópica Suíça do Rio de Janeiro.

55. Johannes Claer, 34 anos, pedreiro, mulher e dois filhos. Tem boa terra, porém mal cultivada. Trabalha sobretudo fora de sua profissão.

56. Friedrich Lomblet, mulher e três filhos, 51 anos. Tem uma terra muito boa que ele usa sobretudo como pasto. Ele vende muita manteiga, queijo, ovos e porcos.

57. Heinrich August Ducraux, 28 anos, mulher e filho, lavrador. É um dos mais diligentes trabalhadores entre os suíços. Entende de agricultura muito bem, tendo aprendido com os alemães. É uma pena que não tenha mais mão-de-obra.

58. Samuel Zehnder, 60 anos, mulher, 3 filhos, lavrador. Tem uma terra muito boa, porém mal cultivada. Ele recebe, como quase todos os suíços, auxílio da Sociedade Filantrópica do Rio de Janeiro.

O relatório[193] se refere ainda a cerca de 30 pessoas não nomeadas que moram em Cantagalo e na vizinhança de Santana (Cachoeiras de Macacu) que de vez em quando freqüentam o serviço religiosa da paróquia protestante.

Reafirma a diligência e trabalho dos alemães. Consideraentretanto que a sua situação estaria muito melhor se *“tivessem sido mandados logo após a sua chegada na colônia para o campo. Mas isto só aconteceu 14 ou 16 meses depois, quando a maior parte dos subsídios já havia sido gasta. Sem nenhum recurso, mas enriquecidos com vícios que eles nunca haviam conhecido na*

---

193 Friedrich Sauerbronn – Relatório. Os dados e conclusões do pastor alemão foram extraídos de texto - *Aus Den Papieren dês Pastors Friedrich Sauerbronn* encontrado no Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo – Pró-memória. Tradução feita por Érika Mayer

Alemanha, foram na sua maioria para o campo, onde durante dois anos enfrentaram muita luta”

O Pastor Sauerbronn faz um elogio da conduta trabalhadora dos alemães:

> *“Aos suíços pagou-se a passagem da Europa, deram-lhe subsídios em dinheiro e também animais. Assim mesmo os suíços recebem ajuda da Sociedade Filantrópica Suíça do Rio de Janeiro.Os alemães que aqui se encontram quase todos pagaram a passagem com seus próprios recursos, não receberam nenhum animal do governo nem qualquer outro auxílio. Não obstante isto, eles se equiparamm aos suíços ou os superam. Que diferença! Procura se deixar as estradas em condições de rodagem. Deve-se dar recompensas para o bom trabalho de plantio e deve-se ser muito rigoroso quanto à boa moral. Constitua-se pra esta finalidade, como se faz na Alemanha, na Renânia, juízes de moral, sob a vigilância do pastor. Deve-se dar ajuda aos lavradores diligentes, porém muito ,pobres e eu lhes asseguro que em poucos anos ninguém mais reconhecerá esta colônia”*[194]

O Relatório arrolou 299 pessoas (166 homens e 133 mulheres) A distribuição etária indicava a existência de 116 crianças (até 10 anos). No conjunto havia 280 pessoas até 50 anos; 16 colonos de 51 a 60 e apenas 3 acima de 60 anos.

Embora houvesse no contingente 5 ourives, 3 sapateiros, 3 pedreiros, 2 alfaiates, 2 sangradores, 2 moleiros, 1 carroceiro, 1 serralheiro, 1 caçador, 1 saldador, 1 marinheiro, 1 pastor, 1 cocheiro, 1 carroceiro, 1 ferreiro e um negociante, poucos deixavam de exercer a atividade agrária.

Não há referências no Relatório de Sauerbron a escravos. Poucos são os que trabalham fora, indicando o grande domínio econômico da produção agrária familiar. A produção animal referida pode justificar a fama adquirida por Nova Friburgo de possuir boas vacas e de ter queijo bastante apreciado no Rio de Janeiro. O relatório não se refere à produção de tradicionais gêneros de exportação, inclusive não menciona a produção de café que vinha se

---

[194] Friedrich Sauerbronn – *obra citada*

generalizando por todo o interior. Há poucos casos de venda de produtos alimentícios em Porto das Pedras.

Documento datado de 1821 demonstra que houve ampla distribuição de trigo, centeio, cevada, feijão, favas, arroz, batatas, milho e mamona. Tentou-se assim introduzir plantas conhecidas pelo imigrante. Destas, a longo prazo as que mais vingaram foram as de milho, feijão e batatas que mais tarde faria de Nova Friburgo um importante produtor municipal. A tendência foi se adequar ao tipo de cultivo comum no interior fluminense, incluindo-se portanto a mandioca. O exame de inventários de propriedades rurais após 1850 demonstra a incidência comum de produtos como milho, feijão e mandioca. Não se encontram produtos comuns na Europa e a produção de frutas é eventual. A não ser bananas, observaram-se casos raros de maçã e marmelo. Após 1850 constata-se também a disseminação generalizada da produção de café. O cultivo do arroz foi restrito a algumas várzeas baixas e úmidas. A mamona foi amplamente difundida em virtude do óleo combustível derivado da planta. Acrescente-se ainda a difusão do uso do óleo de rícino. A vinha não chegou a vingar na região apesar de alguns ensaios.

Também foram distribuídos animais. Foi registrada a distribuição de 151 bois, 136 vacas de leite, 23 ovelhas, 6 cabras, 90 porcos e 8 cavalos ou éguas. Em geral por lotes que recebiam de 1 a 2 bois e quase a mesma quantidade de vacas de leite. Vinte e duas casas receberam ovelhas. O número de porcos alcançou a maioria dos colonos. Muito poucas cabras e cavalos foram distribuídos. A criação de gado leiteiro chegou a ser expressivo logrando a região possuir certa fama no mercado do Rio de Janeiro.[195]

Os métodos de plantio assimilaram rapidamente os procedimentos nativos. A criação animal se diferenciava do método suíço em estábulo, devido certamente à abundância de pasto

---

[195] Ver Weech, . Friedrich Von. A Agricultura e o comércio do Brasil no Ssitema Colonial, São Paulo, Martins fontes, 1992, pag. 124

natural. Também a disponibilidade de terras teria sido um dos fatores responsáveis pela permanência de métodos de cultivo que excluíam o arado e recorriam às queimadas.

Há vários exemplos de colonos que lograram realizar benfeitorias e algum cultivo que assegurava a alimentação familiar. Dispondo de algum dinheiro o suíço Jean Gauthieu ampliou sua lavoura de milho, café e feijão em terreno arrendado no lote 15. Jacques Nidegger, insatisfeito com a parte que lhe coube no lote 49, comprou casa e montou outras instalações em fazenda no médio Macaé. Entre os alemães, o moleiro Balthazar Grieb arrendou parte do lote 4 do suíço Johanes Werner, onde obteve subsistência satisfatória pra a sua mulher e quatro filhos. Além de dois cavalos para trabalho e transporte, ele adquiriu também vacas e galinhas. Alguns colonos lograram vender milho, batatas e até animais.

Diante das dificuldades da maioria dos colonos, a Sociedade Filantrópica Suíça financiou a construção de um moinho hidráulico no lote 54 para servir ao uso coletivo. Foram ainda instalados outros 4, inclusive um na fazenda do colono Musy em Macaé. A Sociedade financiou a compra de enxadas, foices e para um reduzido número chegou a financiar a compra de escravos. Nos primeiros tempos, a sede do estabelecimento, a Vila de Nova Friburgo foi descrita como semi-deserta. Na medida em que foram distribuídos os lotes, a vila se esvaziou. A dispersão dos lotes coloniais ocorreu para direções outras que não a da vila.

2. A SOCIEDADE: REPRODUÇÃO E CONVIVÊNCIA

Em 1828, o Padre Joye realizou um censo que excluiu a população protestante, portanto alemã. Os resultados foram os seguintes:

Colonos 824
Brasileiros 791
Escravos 1 273

Para se entender o significado destes dados: uma presença de brasileiros quase igual à dos colonos suíços e uma quantidade expressiva de escravos, é preciso considerar que eles se referem à Freguesia como um todo, que segundo decreto de D. João VI em 1820 tinha limites bem amplos:

> *"Tendo mandado estabelecer uma colônia de suíços na Fazenda do Morro Queimado, distrito de Cantagalo, hei por bem criar ali uma freguesia desmembrada de Cantagalo, com a denominação de São João Batista de Nova Friburgo tendo por distrito desde as Águas Compridas até o Rio Grande compreendendo o território que vai da sobredita Vila até o rio Paquequer do lado do oeste, e para a parte do leste té o alto da Serra, cujas vertentes deitam para o São João."*[196]

O levantamento censitário que realizei se apóia nos registros de batismo e óbito feitos pela Igreja Católica. As limitações são muitas. Exclui a população de origem alemã. Podemos supor que havia núcleos de gente não registrados. Embora as referências à população indígena sejam escassas, sabemos que em Aldeia Velha, próxima à Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo havia um aldeamento de indígenas guarus.

Não sabemos as dimensões destes núcleos de quilombolas; para onde teriam ido após o embate com os colonos suíços e mesmo se havia outros grupos disseminados nas matas fora do alcance dos colonos europeus.

Além disso, como a maior parte dos nascimentos e sepultamentos eram feitos em casa, fazendas e sítios, o controle oficial e religioso da população se tornava difícil, o que nos leva a tomar os dados oficiais como uma aproximação à realidade. Como este problema era bastante generalizado no Brasil do século XIX, acreditamos que os dados tendem a subestimar os efetivos populacionais denotando um Brasil real diferente daquele oficialmente documentado.

---

[196] *Livro Tombo nº 1* – Catedral São João Batista de Nova Friburgo, Nova Friburgo

Como se pode observar pelo quadro arrolado pelo padre Joye, o número de colonos suíços correspondia em 1828 à metade do contingente inicial, representando 28% da população total da Freguesia. Se acrescentarmos os colonos alemães arrolados pelo Pastor Sauerbronn, teríamos um acréscimo de mais 303 colonos agrupados em 59 famílias.

O quadro apresenta um elevado número de escravos na Freguesia (44%). O exame dos registros revelou que a quase totalidade de escravos pertencia a luso-brasieliros situados na região do oratório de Santo Antonio de Lisboa, atual região de São José do Ribeirão, portanto fora da Vila e da área dos números coloniais. De qualquer modo quadro induz a se pensar o núcleo colonial num conjunto dominado pelo escravismo.

O exame destes registros permite inferir intensa mortalidade suíça nos primeiros anos. Entre 1820 e 1823 ela alcançou o número de 272 mortos, cerca da metade de todos os registros correspondentes ao período 1820-1831.

Houve progressivo esvaziamento da vila. Se ao longo dos três primeiros anos os nascimentos e óbitos se concentravam na Vila, a partir de então eles passaram a representar um contingente progressivamente menor do que o existente em outras áreas da Freguesia. Tenderam a se concentrar na localidade de São José do Ribeirão. Bem mais tarde, em 1851, a Vila contaria com o minguado número de 684 pessoas (489 livres e 195 escravos).[197]

A redução numérica dos colonos foi devida à evasão uma vez que a natalidade dos habitantes da Freguesia sempre superou de muito a mortalidade. Segundo os registros, ocorreram, entre 1819 e 1831, 2031 batismos e 546 óbitos. A natalidade está um tanto desvirtuada uma vez que muitos batismos eram de escravos já adultos. Além disso, os registros de óbitos apresentam lacunas superiores aos registros de nascimento. De qualquer modo o saldo é positivo. O Pastor Sauerbronn observou que entre 1824 e 1840 ocorreram na Colônia alemã 295 nascimentos e 47 mortes.

---

[197] Cansanção de Sinimbu – *Obra citada, pa. 67*

Inicialmente o contingente batizado de suíços entre 1820 e 1825 representava 56% do total de pessoas livres. Em 1831 registramos apenas 30 batismos de descendentes suíços num total de 124 batismos de filhos de pessoas livres. O contingente suíço se reduziu em relação ao de origem luso-brasileira. Verificou-se também a diminuição de registros na Vila em relação ao conjunto da Freguesia. Apesar disto, ao longo do período 1819-1831, a Vila concentrou mais da metade de óbitos e batismos.

No conjunto da Freguesia, a população de colonos correspondia a pouco mais da metade dos de origem portuguesa. Segundo o alistamento eleitoral realizado para as eleições de Juíz de Paz, suplentes e vereadores, em janeiro de 1829, no quadro de eleitores exclusivamente composto por homens, observa-se que de um total de 347 eleitores, 166 tinham nomes de origem portuguesa, o que correspondia à quase metade do conjunto, o que coincide com a proporção de colonos suíços na população livre estabelecida no Censo de 1828.

Os registros permitem localizar nominalmente as famílias que tiveram filhos nascidos ou mortos ao longo do período 1819-1831. Observa-se que houve muito poucos casamentos entre descendentes suíços e de luso –brasileiros. Houve ainda menos casamentos entre livres e escravos. Embora dispersos fisicamente pela Colônia, os corpos étnicos se mantiveram bastante fechados.

Os escravos representavam um total de 1272 pessoas (44% da população local). A existência de uma flagrante superioridade numérica de homens entre os escravos (861 homens e 411 mulheres) indica a sua provável recente aquisição.

Examinando os registros de nascimento, constata-se o crescimento do seu número ao longo dos anos:

REGISTRO DE BATISMOS DE ESCRAVOS (1820-1831)

1820 1821 1822 1823 1824 1825 1826 1827 1828 1829 1830 31

23	72	43	56	67	102	33	52	132	105	184	106
	F										

Fonte: Registro de Batismos –Livro Tombo I da Cúria de São João Batista de Nova Friburgo

Entre 1820 e 1831 foram registrados batismos de 983 escravos o que representou 49% dos batismos no período. Entre 1826 e 1831 os batismos de escravos que alcançaram o número de 526 superaram os 374 batismos de pessoas livres.

O maior contingente de escravos se localizava em São José do Ribeirão, onde se concentrava a escravidão da Freguesia. Segundo os registros de óbitos, foram sepultados apenas 35 escravos na Vila entre 1819 e 1831, o que representou 27% dos óbitos no período.

A grande maioria dos proprietários de escravos disseminados na Freguesia era composta de luso-brasileiros. Poucos suíços apareceram então como possuidores de escravos. Entrem estes podemos arrolar Jean Bazet, Alex Thorin, Stocklin, Jacob Joye, Pedro Aguet, Chart, Jaccoud, Thurler, Genilloud e os franceses Seguier e Felipe de Roure. Sem poder precisar o número de preciso de escravos possuídos, os abaixo discriminados figuram como possuidores de mais de dez escravos batizados no período:

Proprietário	**Localização**
Custódio de Souza Guimarães	– N. S. da Conc. De Sebat.
João Luis Ribeiro	- S. José do Ribeirão
Antonio Ferreira de Araújo	- S. José do Ribeirão
Lourenço Correia Dias	- Águas Compridas
Manoel Rodrigues Ferreira	- Rio Grande(Faz.N.S. Conc.)
João Dutra da Costa	- Vila
Ana Antonio de Jesus	– Paquequer
Antonio Dutra da Costa	– Fazenda Pedra Branca
Manoel Antonio Pereira	– São José
José Francisco Cordeiro	- São José
José Gomes de Andrade	- São José

A distribuição por faixa etária dos óbitos revela uma realidade constante no universo rural do século XIX. (A rigor não apenas do universo rural). Entre os escravos, 47% dos mortos, pertenciam à faixa etária entre 0 e 10 anos, enquanto entre a população livre este percentual era de 36%. As pessoas que superavam 50 anos constituíam apenas 13% dos óbitos entre a população livre e entre os escravos, esta proporção se reduzia a 6%.

Tudo parece demonstrar um paradigma de crescimento demográfico típico do século XIX: elevada natalidade e mortalidade, baixa esperança de vida, esperança de vida inferior entre os escravos.

Como elemento auxiliar para a compreensão do quadro de parentescos nas antigas comunidades, observamos que de um total de 1978 batismos, 1341 eram legítimos. Entre os livres 770 eram filhos legítimos; 101 eram naturais e 143 não tinham qualquer referência. Já ente os escravos, os filhos naturais eram maioria com 185 registros. O número de legítimos alcançava 170 e 571 não traziam qualquer referência. O pequeno número de forros compreendia 19 filhos naturais, 6 legítimos e 11 sem refer6encia.

Como prova das condições iniciais de instalação, os colonos mortos entre 1819 e 1822 moravam nas casas que lhes foram inicialmente destinadas. Como já foi assinalado, várias famílias naturais diferentes coabitavam a mesma casa. Por exemplo, na casa 48, moravam as famílias Brunet, Parat, Meunier, Norgeat, Guerdat, todas procedentes de Berna. Após 1823, as casas não são mencionadas, provavelmente como resultado da distribuição dos lotes coloniais.

Os registros pouco se referem à caracterização profissional, talvez porque a grande maioria era constituída de lavradores. Algumas vezes aparecem categorias como *meeiro* e *agregado*, o que nos sugere a existência de relações de trabalho fora das estruturas escravocrata e familiar. A maioria contida nesta categoria era de luso-brasileiros, havendo muito poucos

suíços mencionados nesta condição, a exemplo de Clara Stutz, agregada de Clara Castro.

Os dados demográficos reforçam algumas hipóteses sobre o povoamento da região e o lugar dos colonos suíços. Primeiramente, considerando-se o contexto espacial da Freguesia, a instalação de colonos suíços se verificou numa época em já se vinha operando uma ocupação luso-brasileira, principalmente na área de São José. A presença de fazendas nas imediações revela que a colonização da região não se iniciou com os suíços que tiveram que se inserir numa realidade já formada por senhores e escravos.

De qualquer maneira podemos supor que a vinda dos colonos suíços e a fundação da vila estimulou o afluxo de luso-brasileiros cujo número juntamente com escravos aumentou ao longo da primeira metade do século XIX. É uma afirmação que merece ser tomada como hipótese de que o povoamento da região foi estimulado pelos suíços. Além disso, a vinda de colonos suíços e alemães ocupando pequenas glebas territoriais e atuando no sentido da viabilização local se insere na avaliação feita por Saint-Hilaire segundo a qual os pequenos camponeses arcam com as dificuldades do pioneirismo criando-se as condições ocupacionais mais lucrativas para uma ocupação ulterior po0r fazendeiros com maiores recursos econômicos.

A Vila de São João Batista teria se vinculado econômica e socialmente a fazendas, especialmente localizadas em São José do Ribeirão. Se desde o início os colonos suíços tinham limitada participação na administração local, esta tendência se intensificaria ulteriormente. Como muitas iniciativas dependiam do dinheiro e quem tinha este dinheiro eram os fazendeiros, a eles ficou reservada incumbência administrativa e capacidade de decisão em âmbito municipal.

A montagem da colônia de suíços teve o efeito de fomentar o povoamento de regiões ainda pouco habitadas. Foi o caso de São José do Ribeirão e áreas pertencentes ao antigo Distrito de Cantagalo. Ali colonos suíços favoreceram o povoamento que passou a ser hegemoneizado por luso-brasileiros. No Vale do Macaé, quando

os colonos para lá se dirigiram, encontraram fazendas pertencentes a luso- brasileiros e franceses. Numa carta em que o colono Marchon (lote 51) pedia terra no que hoje seria o distrito de Lumiar, há menção à pré-existência de proprietários em 1823: famílias De Roure, Souza, Joaquim Correa, Pedro Friaux. No caso esta região passaria mais tarde a receber o afluxo de inúmeras famílias suíças e alemãs.

Todos estes dados permitem pensar a inserção de levas de colonos num espaço econômico-cultural hegemoneizado pelos luso-brasileiros. Nas medida em que a lavoura cafeeira se afirmava nas regiões mais quentes e menos montanhosas, era para lá que se dirigia o movimento de colonos partidos da Vila. Em 1850, a Vila aparece como bastante definhada e o número de colonos suíços e alemães bem menor do que nos tempos iniciais.

Após 1850, Nova Friburgo ficará cada vez mais atrelada às atividades suscitadas pela expansão cafeeira na região de Cantagalo e adjacências. Boa parte dos colonos suíços e alemães participam deste dinamismo, na medida em que produzem alimentos para a cidade e para as tropas que atravessam o sertão fluminense na direção do litoral.

Assim desde as origens as hierarquias e estratificação social oriundas do mundo colonial e escravocrata influenciaram a formação social do município. Além do poder de fazendeiros escravocratas, os colonos se adaptaram a ordem imperial, formando - e inclusive uma elite local que por sua renda e posses passou a exercer papel de mando local apoiado nas regras impostas pela Administração Colonial.

A evolução da Colônia Alemã apresentou uma curva demográfica diferente da dos suíços. Não passou pela terrível mortandade dos primeiros tempos e após uma evasão inicial revelou números populacionais sempre crescentes, mesmo considerando a evasão de famílias para diversas direções. Tomando por base os alemães registrados na Relação Para Recebimentos de Subsídios feita pelo Pastor Suerbronn de 1824 a 1840, houve permanente crescimento populacional.

Uma das motivações para a criação da Sociedade Filantrópica Suíça foi o grande número de viúvas e órfãos. Em um relatório da Sociedade Filantópica Suíça de 1822, baseado em registro de Juiz de Órfãos de Nova Friburgo exitiam 298 menores em tal condição, encontrando-se 274 em casas de suíços e 25 nas de brasileiros. A soma totaliza 299 indivíduos o que corresponde a 35% dos menores existentes na colônia.[198] A Sociedade que lograra amealhar a quantia avaliada de 110 000 francos apenas teria aplicado na Colônia um terço desta quantia. Guardaria uma parte substancial sob a alegação de que queria que o Imperador cedesse a Fazenda Real de São José para a criação de um orfanato rural, projeto fracassado definitivamente em 1826 por ingerência de Monsenhor Miranda.

O grande número de órfãos já é por si só um atestado da dramaticidade vivida pela colônia. Eram variadas as situações dos órfãos. Freqüentemente aqueles que haviam perdido apenas um dos genitores trabalhavam juntamente com o outro. Existem relatos de exploração dos órfãos. Assim, por exemplo Jean Balmat em depoimento já idoso ao neto Carlos Eduardo Tribouillet diz que perdera antes dos 11 anos o pai em alto mar e a mãe ao chegar em Nova Friburgo. Fora confiado ao Padre Joye. Suas irmãs, Marie Françoise, Marie Catherine e Marie Anne e Marie teriam sido acolhidas por Eugene Favre, cuja esposa apesar de ensinar-lhes costura e bordado, batia-lhes pela menor falta. Entre os que foram confiados a famílias luso-brasileiras havia casos explícitos de maus tratos. Foi o caso de Jacques e Joseph Ruffieux, de 14 e 18 anos em 1819, que trabalhando numa fazenda luso-brasileira estariam, segundo a irmã de ambos, Marie, “muito mal nutridos”, aparecendo “*grandes feridas nas pernas*” com as quais morreriam em 1823.

Examinando atentamente o contingente imigratório, Henrique Bom observou a presença de grande número de celibatários e de

---

[198] Ver texto de Henrique Bom - *Imigrantes – a Saga do Primeiro Movimento Organizado Rumo ao Brasil às Portas da Independência*, Nova Friburgo, 2002. Edição eletrônica

famílias constituídas que “possuem não raro, um forte vínculo de consangüinidade”.

Um dos traços muito significativos para a construção da sociedade na região serrana e adjacências reside na questão do casamento. Durante os primeiros trinta anos existe “esmagadora prevalência” de casamentos entre os próprios suíços ou entre suíços e outros estrangeiros. Eram raros os casamentos entre suíços e nacionais. Quando ocorriam, em geral, as noivas eram órfãs ou pobres. Explica-se este isolamento étnico pelo desinteresse em relação aos suíços, na sua maioria pobres.

Mesmo considerando que havia um verdadeiro patriciado de origem luso-brasileira em Nova Friburgo, algumas famílias mais ricas se aproximavam das tradições portuguesas, casando em igrejas reputadas como aristocráticas, mas os casamentos são feitos entre membros da mesma origem em geral. O entrosamento familiar se fazia entre famílias mais ricas. Assim, famílias que se tornaram ricas proprietárias de terra como Lutolf, Heggendorn,Leingruber, Lutterbach, Monnerat e Ubillard se entrelaçariam através de casamentos.

3. DECLÍNIO DA COLÔNIA: PERSISTÊNCIA DOS COLONOS

A criação da Colônia de Nova Friburgo foi um dos primeiros projetos de constituição de núcleos coloniais baseados na pequena propriedade. A dinâmica subjacente a um projeto deste tipo residia na possibilidade de integrar campo e cidade numa dimensão local. No campo se produziriam os excedentes alimentares destinados a sustentar a população urbana capaz de dotar a área de produtos manufaturados e serviços diversos.

A julgar pela qualificação profissional dos imigrantes havia condições de montagem de uma base técnica constituída por serrarias, olarias, moinhos etc. Sinimbu havia observado que os suíços introduziram e aperfeiçoaram diversas técnicas.[199] Segundo informações prestadas pela Direção da Colônia, existiam na Vila em 1827, umaserraria, dois moinhos de farinha, duas fábricas de vela de sebo e de sabão, uma botica, cinco tabernas, duas casas de pasto, dois botequins, duas estalagens, uma padaria, uma alfaiataria, uma sapataria e estava sendo construída uma olaria.[200]

A Colônia foi, entretanto considerada um fracasso. Tanto em sua própria época como por diversos historiadores. Para alguns, como para o observador Thomé Maria da Fonseca em 1849 e mais tarde o historiador Roberto Simonsen, os gastos foram excessivos sem contrapartida econômica. O próprio governo de D. João VI assumiu este olhar econômico, contabilista.

A idéia de fracasso, esposada pelo próprio governo parece estar presa a critérios discutíveis como a lucratividade esperada. O fator econômico é superestimado em relação ao valor social e cultural de uma comunidade. A situação de miséria dos colonos para

---

[199] Sinimbu, João Luiz Vieira de – obra citada. "I*ntrodução de ventiladores, dos carros com eixos fixos, fabricação de moinhos, construção de rodas hidráulicas para serraria e engenhos e alguns outros processos industriais, alguns dos quais se já eram imperfeitamente conhecidos, foram por eles aperfeiçoados e melhorados"[199].*

[200] Souza , José Antonio Soares de – *Os Colonos de Schaeffer em Nova Friburgo,* Rio de Janeiro, Revista do IHCB, vol. 310, janeiro, março de 1976

cujo socorro se criou a Sociedade Filantrópica Suíça, a dispersão dos colonos foram tomados como indicadores de fracasso da colônia. A reprodução social de uma comunidade, o impacto regional do projeto colonizador e o patrimônio cultural conquistado na foram tomados em consideração.

Viajantes como Burmeister e Tchudi que teriam conhecido Nova Friburgo em 1852 e 1861 se referiam ao passado como uma fase difícil. Tchudi classificou a Colônia de Nova Friburgo *"entre as tentativas frustradas de colonização. Se os poderes públicos tivessem sido mais felizes na escolha das terras, a colônia teria tido grande impulso".*[201] Em 1861 reconhece que os colonos "q*ue obtiveram as melhores terras conseguiram no correr do tempo, conquistar um nível de vida bastante satisfatório e mesmo alguns deles, relativa abundância".*

A opinião de Tchudi se contrapõe à de Burmeister. Após constatar as dificuldades do plantio de café e de banana que *"não chegam a amadurecer nesta altitude"*[202]*constatou que a produção de milho, feijão e a criação de gado eram os produtos essenciais.* Apontou dificuldades na criação do gado, transporte da manteiga e utilização de legumes estrangeiros e concluiu que *"o lugar nunca poderá florescer e continuará com o seu aspecto triste e medíocre de agora".*

O historiador Roberto Simonsen reafirmou o fracasso[203]: *"Friburgo vingou, como uma aprazível estação climatérica, mas dos pontos de vista agrícola e econômico, foi uma colônia sem nenhum valor".* Endossa as razões apresentadas por Jean Babtiste Debret

---

[201] J.J. Tchudi – *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo,* introdução de Afonso E. Taunay; tradução de Eduardo de Lima Castro, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, pags. 110 a 112.

[202] Herman Burmeister – *Viagem ao Brasil Através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos;* tradução de Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeld, Belo Horizonrte – Ed. Itatiaia e São Paulo-Ed. da Universidade de São Paulo, 1980

[203] Roberto C. Simonsen – *História Econômica do Brasil (1500/1820)*, 4ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1962, pag. 418

discriminadas na malversação de fundos do governo destinados ao estabelecimento de imigrantes, a péssima escolha do local responsável pela dificuldade de escoamento da produção, a má distribuição de lotes e as deficiências do contingente imigratório formado por *"velhos, crianças e mulheres".*

Houve opiniões como a de Afonso Escragnolle Taunay que considerava que se os colonos tivessem recebido terras mais favoráveis ao café, os resultados do projeto seriam outros.

Em suma, infertilidade da terra, isolamento econômico, má administração, desperdício financeiro, inépcia dos colonos são em geral os fatores explicativos do pretenso fracasso. O próprio Monsenhor Miranda, Inspetor da Colonização Estrangeira chegou a ver na própria estrutura organizativa da colônia um obstáculo. Sem perceber que a precária coletivização da produção era resultante da combinação de outros fatores como a estrutura da propriedade fundiária e o exercício da Administração Colonial, o Inspetor Miranda apontou o individualismo econômico como fator de fracasso:

> *" Por mais laborioso, por mais inteligente que um homem seja, estando isolado é nada; por mais fecundo que seja um terreno, se lhe fizerem um mesquinho cultivo, dá uma produção também mesquinha; e enquanto os colonos não tomarem a resolução de se ajudarem reciprocamente, como é comum nas nações da Europa, nem esperem abundância para si, nem cuidem que dão utilidade ao Estado"*[204]

A ausência de inovações nos métodos de cultivo e o descaso com as benfeitorias de uso coletivo foram também observados pelo Relatório da Sociedade Filantrópica Suíça que lembrou a importância do trabalho comunitário na superação de carências comuns, à semelhança de queijarias comunais existentes, na época, em certas regiões da Suíça.

---

[204] Carta de Monsenhor Pedro Miranda destinada a Francisco Sales, diretor da Colônia em 14/07/1824. Caixa 04, doc. 72, Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo – Pró-Memória

Historiadores como Varnhagen, Simonsen e locais como Pedro Cúrio e até mesmo Martin Nicoulin não souberam valorizar a agricultura de subsistência e a organização de uma comunidade rural com forte peso de auto-sustentação. Martin Nicoulin concluiu que os padrões simples da subsistência estavam longe de corresponder às aspirações de enriquecimento dos imigrantes. Daí, tomar como manifestação de êxito, a transformação de alguns colonos em cafeicultores e proprietários de escravos.

Percebendo que o êxito da colônia de imigrantes tinha a ver com a opção anti-escravista, favorável ao trabalho livre, Cansanção de Sinimbu defendeu o projeto colonizador. Não lhe escapou entretanto que em 1851 a quantidade de colonos imigrantes era inferior à do contingente inicial: 857 suíços e 639 alemães. (No caso dos alemães houve incremento populacional). Referiu-se também aos problemas iniciais relativos à distribuição de terras e criticou a localização da colônia muito distante dos mercados consumidores da época.

No entanto, observou que em 1851, os descendentes de colonos viviam *"na abundância e não conhecem os efeitos da miséria"*, dedicando-se à produção de gêneros alimentícios: carne de vaca, de porco, de carneiro; perus, galinhas, patos, ovos, milho, feijão, batatas, leite, queijos, manteiga, azeite de mamona. Não deixou de observar que esta riqueza não se compara com a fortuna de alguns colonos estabelecidos *"no termo de Cantagalo, entre os quais alguns há, como a viúva Ludof, os irmãos Egdorn, os Lengruber,Luterbach, Monnerat irmãos e Ubilard que possuem de 50 a 200 contos de réis"*[205] Explicávl pela importância do café e do recurso à escravidão.

Os critérios de avaliação dos resultados da colonização são vistos hoje numa complexidade que supera a visão puramente econômica. Mesmo esta deve ser redimensionada. As condições de vida dos trabalhadores rurais devem ser confrontadas com o modo usual do emprego na época escravocrata. Devem ser considerados outros aspectos presentes na reprodução de núcleos de agricultores

---

[205] Cansanção de Sinimbu – *Obra citada*, pag. 17

apoiados na produção familiar: alimentação, moradia, relação com o meio-ambiente. Comunidades rurais rústicas, quilombos, aldeamentos negros ou indígenas podem permitir a seus membros condições de existência bem diferentes das que vigoraram em áreas escravistas.

No caso, a colonização suíça e alemã disseminou na região serrana um padrão de produção agrária e de estratificação social que apresentou singularidade em face dos padrões comuns no mundo escravocrata. Ela se manifestou na persistência do trabalho familiar e na agricultura de subsistência e de produção de alimentos que foi a base de sustentação de núcleos responsáveis pela ocupação e integração da área florestal serrana ao conjunto da civilização luso-brasileira.

A experiência de Nova Friburgo pode revelar que no quadro de uma economia escravista, havia enorme dificuldade de emprego da população livre e no quadro rural a opção pelo trabalho familiar e produção de gêneros alimentícios para mercado interno apresentava limitações enormes que entravavam o crescimento e punham a economia local submetida a padrões e instituições ligadas ao escravismo.

Além disso ao invés de uma oposição ao sistema escravocrata, podemos perceber que os núcleos sociais fundamentados na pequena propriedade complementaram a economia escravocrata e mesmo assimilaram seus valores e a ordem social e política que se fundamentava na escravidão.

Cansanção considera extremamente importante para época o exemplo de trabalho livre que *"pode não só ganhar para si e sua família o pão cotidiano, como até formar uma fortuna que sirva de alimenta-lo na sua velhice, e seja depois de sua morte transmissível a seus filhos"*[206]*.* Sinimbu considera que com os colonos europeus foram introduzidas inovações técnicas. *"Outro benefício da colonização estrangeira é a importação que ela faz da indústria européia para o solo colonizador".* Faz uma afirmação peremptória.

---

[206] Sinimbu, João Lins Vieira Cansanção de - *Obra citada. Ver a parte "benefícios que produziram estas colônias",* pags. 20 e 21

”Alguns destes benefícios colheu a agricultura de Cantagalo com a presença dos colonos suíços e alemães, pois a eles se deve a introdução de ventiladores, dos carros a eixos fixos, fabricação de moinhos, construção de rodas hidráulicas para serraria e engenhos e alguns outros processos industriais, alguns dos quais se já eram imperfeitamente conhecidos, foram por eles aperfeiçoados e melhorados”[207]

4. COLÔNIA DE NOVA FRIBURGO: RESULTADOS DE CURTO PRAZO

A localização da Colônia de Nova Friburgo em plena área montanhosa da Serra do Mar foi vista por alguns como absurda, alegando existir terras disponíveis e mais aproveitáveis em outras partes do território nacional. Pensamos que, ao contrário de uma localização aleatória, ela obedeceu a uma visão de médio prazo. Com efeito, a implantação da Colônia contribuiu para o devassamento e integração do centro-norte fluminense. Na verdade Nova Friburgo está situada na porta de entrada para os chamados Sertões do Leste. É caminho obrigatório para se alcançar Cantagalo que haveria de viver um progressivo incremento da população e produção até se tornar a partir de 1870 um importante pólo cafeeiro e escravista.

A implantação de colonos imigrantes haveria de favorecer a comunicação e a criação de estradas que ligavam a Corte ao interior fluminense. Contribuiu à viabilização da ocupação humana dos sertões do antigo distrito de Cantagalo. Vários municípios derivados do antigo Distrito de Cantagalo foram povoados com a contribuição suíço-alemã. Pode-se perceber um papel desempenhado pelos homens livres na região, qual seja o de ter viabilizado a expansão agrícola que viria ser feita no âmbito do centro-norte com a escravidão. Enfim os colonos foram utilizados para abrir caminhos para a expansão da lavoura escravocrata que dominara a região de Cantagalo no século XIX.

---

[207] Sinimbu, João Lins Vieira Cansanção de – *“Obra citada”,* pag. 20

Além disso, foram os colonos que asseguraram mal ou bem a persistência da Vila de São João Batista, cuja posição geográfica favoreceu a sua significação comercial, o que por sua vez foi decisivo no processo de urbanização e industrialização da velha Nova Friburgo.

Também em regiões da própria região serrana, a exemplo do Vale do Macaé, houve a disseminação de colonos suíços e alemães responsáveis por terem impregnado a área de uma homogeneidade física, social e cultural.

Em termos sociais, a operação de compra de uma Fazenda pouco produtiva e a destinação de sua área para o alojamento de colonos imigrantes pode ser comparada a uma reforma agrária, pela qual várias famílias lograram se estabelecer e se reproduzir na área, ampliando a ação civilizatória no interior fluminense.

Embora existissem fazendas na área, houve uma grande disseminação de sítios e situações configurando a difusão da pequena propriedade e da produção familiar na região. Este fenômeno é bastante visível ainda hoje nas áreas dos atuais distritos de Nova Friburgo – São Pedro da Serra e Lumiar. Nestes atuais distritos subsiste o legado da colonização: disseminação da pequena propriedade, grande concentração de descendentes de suíços e alemães e tolerância religiosa.

Foi em Nova Friburgo que se quebrou o monolitismo da Igreja Católica no Brasil, ao se instalar pela primeira vez uma base alemã luterana na região. Não obstante alguns conflitos iniciais principalmente oriundos da resistência da Igreja Católica na região, ele foi atenuado e podemos dizer que houve cruzamentos matrimoniais entre membros de religiões diversas, e progressivamente se dissolveu a discriminação religiosa.

Na própria implantação da Colônia existem elementos que poderão explicar fenômenos de médio e longo prazo resultantes do processo de colonização da região. Um deles é a presença da escravidão na região. Desde o início a Vila de Nova Friburgo foi sede de um município com áreas muito mais extensas do que aquelas ocupadas por colonos imigrantes. E assim desde o início a presença

escrava era grande, como se pode depreender do primeiro censo feito pelo Padre Joye na Paróquia.[208]

A presença escrava na região e na própria Vila teria profunda importância na formação de Nova Friburgo. Esta presença não só sugere que a colônia foi um quisto num conjunto escravocrata, como ela própria foi permeada pela escravidão. A Colônia foi também marcada pela heterogeneidade social e uma fração de colonos aderiu à ordem imposta pela administração luso-brasileira além de ter se tornado possuidora de escravos.

É isto inclusive que impede de se ver Nova Friburgo como um reduto historicamente livre. A presença estrangeira tem sido oficialmente exagerada, sem levar em conta as vinculações diretas e indiretas com a escravidão. Agenor de Roure, em 1918, exaltou o impacto da imigração suíça e alemã na formação histórica de Nova Friburgo com o objetivo político de fortalecer as bases ideológicas da industrialização local. Esta visão fortaleceu o mito da "Suíça Brasileira" presente no discurso oficial encampado por Galdino do Vale e ainda hoje proclamado. Em recente pesquisa feita por historiadores de Nova Friburgo, ficou patente a importância da escravidão na formação local, o que contribui para conferir existência histórica a outros segmentos étnico-culturais importantes no município.[209]

Assim, desde o início da colonização estão presentes elementos marcados por diversidade étnica e cultural e diferentes configurações sociais no conjunto do município.Os colonos suíços e alemães foram chamados muito freqüentemente de *"miseráveis colonos"*.

---

[208] *Padre Joye - População existente nesta Freguesia no ano de 1828, constante dos assentos dos livros da Freguesia. Não compreendidos alemães e protestantes*[208]*.* Ver Livro Tombo I da Cúria de São João Batista de Nova Friburgo

[209] João Raimundo Araújo e Jorge Miguel Mayer – *Teia Serrana – Formação Histórica de Nova Friburgo,* Nova Friburgo , 1999 (em vias de publicação) e José Carlos Pedro – *A Colônia do Morro Queimado: Suíços e Luso-brasileiros na Freguesia de São João Batgistg de Nova Friburgo, 1820-1831.*

A presença da escravidão conferiu poder local a uma elite de origem luso-brasileira, que no plano político, subordinou-se ao poder central. Os colonos não se auto-geriram e no quadro do sistema político imperial o município teve limitado poder, subordinado ao poder central.

5. COLÔNIA DE NOVA FRIBURGO: RESULTADOS DE LONGO PRAZO

5.1. EVOLUÇÃO DIFERENCIADA DE NÚCLEOS COLONIAIS DE IMIGRANTES.

A constituição de núcleos coloniais baseados na pequena propriedade apresentou, no Brasil, evolução diferenciada segundo épocas e regiões. Os graus de integração com a cultura luso-brasileira também variaram. O município como um todo não se fundamentou na economia familiar, uma vez que a fazenda escravocrata esteve dominante em diversos distritos e presente na Vila de São João Batista e adjacências onde foi expressiva a produção familiar.

É lícito supor entretanto que condições econômicas vinculadas à implantação da colônia de imigrantes, tais como o trabalho livre, a pequena produção alimentícia tenham contribuído para fazer da Vila um centro comercial e urbano, mais tarde transformado em centro industrial.

Traços sociais oriundos da colonização suíça e alemã se encontram ainda hoje na área rural dos distritos de São Pedro da Serra e Lumiar. Constata-se nestas áreas grande homogeneidade física, social e cultural. A origem suíça e alemã se manifesta nos sobrenomes e nos traços físicos. Socialmente, predominam pequenos sítios e culturalmente ainda subsiste o passado histórico de grupos sociais, descendentes de colonos suíços e alemães, que permaneceram à margem dos progressos urbanos.

5.2. A ESCRAVIDÃO NA FORMAÇÃO DE NOVA FRIBURGO

Nova Friburgo, política e administrativamente, compreendia um território muito maior do que hoje ao longo do século XIX. Abrangia áreas hoje pertencentes a municípios como Bom Jardim e Sumidouro, marcados pela lavoura escravocrata. Desde as origens os colonos coexistiram no mesmo município com escravos. Segundo levantamento feito por Cansanção de Sinimbu para o ano de 1851, os colonos e seus descendentes totalizavam 1 496 homens livres. Eles eram possuidores de 404 escravos. A Vila propriamente dita contava com 684 pessoas (489 livres e 195 escravos). A paróquia toda de Nova Friburgo contava com uma população total de 4 810 pessoas das quais 1782 eram escravos (37%)[210].

Em 1835, a Câmara de Nova Friburgo enviara ofício ao Presidente da Província do Rio de Janeiro apavorada com o vulto da escravidão no município, sentindo-se diante da ameaça *"de perecer a cada momento nas garras de tão ferozes inimigos"*[211].

O Código de Posturas da Vila de Nova Friburgo, publicado em 1848, contem vários artigos com medidas destinadas a evitar ajuntamento de escravos, venda de pólvora para eles e livres andanças nos domingos. Eram medidas com o explícito motivo de controlar a massa escrava.

Embora seja um caso particular, lembro a pesquisa sobre uma fuga de escravos ocorrida em 1850, na Fazenda Ponte de Tábuas em Nova Friburgo. Juntamente com Edson Lisboa elaborei um texto em vias de publicação — "*Os Crimes da Fazenda Ponte de Tábuas*", onde ilustramos o clima de violência escravista existente na região. Ele se manifestou nas atrocidades cometidas contra os escravos na

---

[210] João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu se refere a *"arrolamento que no ano de 1839, sob os cuidados e direção do Sr. Dapples foi tirado da colônia de origem suíça".*Nele se registra uma população de 710 colonos suíços e mais 152 escravos pertencentes aos mesmos colonos.

[211] Oficio da Câmara de Nova Friburgo ao Presidente da Província do Rio de Janeiro, Joaquim José Rodrigues Torres de 31 de dezembro de 1835, citado por Thalita de Oliveira Casadei, *Páginas de História Fluminense*, Niterói, 1971

Fazenda e na forma arbitrária como se processou o julgamento dos fugitivos.[212]

O Recenseamento Nacional de 1872 indicava que num total de 20 556 pessoas, o município possuía 6 684 escravos. É bem verdade que havia diferenças marcantes entre os distritos. Assim a Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, cujos limites se aproximam dos atuais, possuía 5 496 homens livres e 897 escravos. A Freguesia de São José do Ribeirão com 4 890 livres possuía 3072 escravos. Nossa Senhora do Paquequer com 1828 homens livres possuía 2 167 escravos e Nossa Senhora da Sebastiana possuía 1 828 homens livres e 548 escravos.

Embora a escravidão estivesse mais disseminada entre fazendeiros de origem luso-brasileira, havia também uma minoria de colonos e descendentes com escravos conforme indicações quantitativas. O exame de inventários de Cláudio Maria Marchon e de Vincente Jacoud com terras no Vale do Macaé indicam que em suas fazendas se plantava café com cerca de 40 escravos. Desde o início da Colônia, houve colonos que buscavam ter escravos e ao longo da história ulterior vários colonos que logravam maior capital possuíam escravos. Foi o caso do padre Jacob Joye e do médico Jean Bazet que recebiam salários muito mais elevados do que os subsídios concedidos aos colonos.

Fazendas, plantação de café, escravos distinguiam os colonos. Uma pequena fração dos imigrantes logrou se enriquecer e neste sentido manteve um comportamento social e político típico dos fazendeiros de café. Sinimbu destaca que a maioria dos colonos se dedicava à produção do milho, da batata e do toucinho que os colonos transportam para Santa Ana (Cachoeiras do Macacu) e Porto das Caixas. Mas indica também que os *“que se estabeleceram nas vertentes do Macaé e cultivam o café, vivem na posse de boa fortuna tais são as famílias Jacoud, Poubel, Boechat, Magnin,*

---

[212] Edson de Castro Lisboa e Jorge Miguel Mayer – “ *Os Crimes da Fazenda de Ponte de Tábuas”*, prefácio de Ciro Flamarion Cardoso, em vias de publicação em 2003

Bersot, Miseret, Wermelinger, Tardin e Marchon"[213]*.* Indica ainda outros descendentes de colonos que enriqueceram devido à *"cultura que empregam" em Cantagalo.*

No contexto local de Nova Friburgo podemos dizer que as famílias detentoras de grandes propriedades e de escravos lograram maior poder político do que os pequenos produtores imigrantes. A estratificação social se manifestou no controle político exercido por uma pequena elite enquanto *"os miseráveis colonos*" sofriam verdadeira marginalização.

5.3. PODER POLÍTICO E EXCLUDÊNCIA DOS COLONOS

Desde as origens do processo de transplantação dos colonos imigrantes registrou-se manipulação de seus destinos por agentes externos. No Brasil ficaram submetidos à Administração Colonial que, embora tivesse cooptado alguns colonos, correspondia ao exercício centralizado da direção representativa do Estado Imperial. Era uma colônia dirigida pelo Estado.

O processo de instalação foi comandada pelo Monsenhor Pedro Machado Miranda Malheiros, Desembargador do Paço e membro da Mesa de Consciência e Ordens. Foi o responsável por despesas excessivas que incluíam remuneração de funcionários e compra de material utilizado nas obras reais. A relação de gastos contrasta com tratamento dispensado aos colonos.[214]

Em Nova Friburgo, como de um modo geral no Brasil, o município carecia de força política. A centralização do poder, a excludência social e espacial, esvaziaram o poder municipal. Ao longo do Primeiro Reinado, reduziu-se a já limitada autonomia municipal. A regionalização instaurada pelo Ato Adicional de 1834 criara as assembléias estaduais, mas a tendência anti-municipalista foi constante. Os poderes municipais se reduziram ainda mais com a centralização monárquica de 1840. Como assinala

---

[213] João Luis Vieira Cansanção de Sinimbu – *Obra citada*, pag. 33

[214] Ver documentos da Caixa da Administração da Colônia de Suíços, dirigida por Thomas Pereira de Castro Viana – *Manuscritos de 1818/19* na Biblioteca Nacional

Victor Nunes Leal *"ao estudarmos a autonomia municipal do Brasil verificamos desde logo que o problema verdadeiro não é o da autonomia, mas o da falta de autonomia".*[215]

Sem poder político, o município e a Câmara Municipal viveram uma constante penúria orçamentária, uma vez que a maior fatia dos impostos beneficiava a organização do poder em níveis central e estadual. Dois terços da receita da Câmara deveriam ficar com o Poder Central. A Câmara, pobremente instalada num dos cômodos do "*Chateau*", recebia freqüentes pedidos de vereadores e juízes para não tomarem posse do cargo alegando dificuldades econômicas.

A Câmara Municipal se queixou ao longo do período de vigência da Colônia de Nova Friburgo (1819–1831) de não possuir patrimônio e viver sob constante penúria orçamentária. Lamentava a carência de recursos para enfrentar problemas primordiais para a viabilização econômica da região como a necessária e constante reparação de estradas e pontes. Também atividades de ordem social como cadeia, escola, hospital, igreja eram temas recorrentes das legislaturas sempre às voltas com as mesmas carências.[216]

Se de um lado a Câmara lastimava a falta de recursos, eles existiam concentrados em mãos privadas. É o que se pode deduzir de episódio de 1823 quando, por ordem imperial, foram organizadas subscrições para a compra de vasos de guerra da Marinha. Em menos

---

[215] Victor Nunes Leal –*Coronelismo, Enxada e Voto (O Município e o Regime Representativo do Brasil),* 4ª edição, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1978, pag,. 42

[216] O exame da política e administração local se baseou no artigo *Política e Administração em Nova Friburgo no Século XIX* integrante do livro *Teia Serrana – Formação Histórica de Nova Friburgo* (no prelo *)* de autoria de Jorge Miguel Mayer e José Carlos Pedro. O artigo, concluído em maio de 1999, recorreu ao Livro Para o Registro Geral da Câmara dessa Vila (1820-1833), manuscrito, 392 pags. Arquivo da Câmara Municipal de Nova Friburgo. Utilizou também as Atas da Câmara do mesmo arquivo , as Cartas da Colônia (1819-1831) no Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo – Pró-Memória

de um ano se obteve uma quantia muito maior do que os rendimentos necessários para a Câmara enfrentar num ano despesas essenciais.[217]

Ainda que frágil, o poder público local era exercido por uma pequena minoria. A Câmara se compunha de dois juízes ordinários, servindo um de cada vez, de três vereadores e após 1828 de seis. Eram oficiais da Câmara o procurador, o tesoureiro, o escrivão investidos por eleição. A própria Câmara nomeava juízes de vintena, almotacés, quadrilheiros e outros funcionários. O mandato dos eleitos durava um ano e após 1828, três anos. Era uma eleição indireta.

As figuras políticas se repetem. Muito freqüentemente eram nomes de fazendeiros com escravos. Os nomes suíços e alemães eram progressivamente menos presentes. J.J.Tchudi, em visita a Nova Friburgo, admirava-se em 1861 de não encontrar nomes de colonos entre os funcionários municipais. Em 1831 o município se apresenta estruturado com base em distritos: a Vila possui 400 fogos, Rio Preto tem 200 fogos e São José, 100. No conjunto a Vila e seu termo tem 4 000 almas.

A questão da ordem pública foi durante o período de vigência da Colônia uma constante preocupação da Câmara. Faz constantes pedidos ao poder central de reforço militar, de criação de “Companhias de Assalto”, voltadas para a captura de escravos fugidos. É uma ordem que se impõe a colonos e escravos.

No período de formação de Nova Friburgo (1820-1831) existiram apenas indícios de certa oposição ao poder local e ao Real. Pedro Cúrio informou que foi feito inquérito contra o colono Aleixo Thorin acusado de revolta e crime de lesa-majestade em 1831. Não há maiores explicações. Outro movimento registrado por Pedro Cúrio diz respeito a um motim que teria sido organizado por Pedro Aguet e Boaventura Bardy com o objetivo de induzir os inquilinos das casas coloniais a não pagar os aluguéis cobrados pelo então diretor da colônia Mindelino Francisco de Oliveira.

---

[217] Ver *Livro Para o Registro Geral da Câm*ara, ofício de 16 de fevereiro de 1822, pag. 17.

Em relação aos escravos, os pedidos de criação de Companhias de Assalto e a presença de negros na cadeia são indicadores de conflitos entre os quais possíveis tentativas de fugas.

5.4. PRECARIEDADE DA COESÃO E DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS

Uma vila não é o resultado de uma criação política artificial. Para que se desenvolva um espírito de cidadania e que se realizem progressos sociais torna-se necessário que a população tenha seus espaços de troca de experiências e de união de seu corpo social. Dificuldades diversas impediram que a educação, a religião e os cuidados com a saúde tivessem um efetivo alcance coletivo.

No campo da educação, a escola se revelou um problema desde a fase inicial de Nova Friburgo. As dificuldades reveladas consistiam em encontrar e remunerar mestres além de freqüência limitada e irregular de alunos. O problema se estendia aos distritos do município. Em 1831, o deputado João Lessa revelava a gravidade da questão:

> *"A mocidade nas circunstâncias de freqüentar a Escola na Vila e suas circunvizinhanças até duas léguas de distância excederá seu número a 60. Há mais de 8 meses não vem a Escola mais de 4 a 8 e estes mesmos sem aplicação alguma. O Mestre vencendo ordenado de cento e cinqüenta e tantos mil réis não preenche seus deveres. A mocidade cresce na ignorância e estupidez".*[218]

Embora marcado por estas insuficiências, devemos registrar um traço louvável – a incomum presença feminina nas salas de aula. A classe do professor alemão Bernardo Adolfo Eckhardt em fevereiro de 1828 possuía 10 alunas numa turma composta por 29 estudantes.[219]

---

[218] Ofício da Câmara ao deputado provincial Padre José Antonio essa em 11/2/1831 no Registro Geral da Câmara, pag. 144

[219] Maria Regina Laforet – *A Colônia de Nova Friburgo* em *Teia Serrana – obra citada.*

Ainda no século passado o ensino ministrado em estabelecimentos particulares daria projeção à Vila de Nova Friburgo. O Colégio São Vicente de Paula coordenado pelo mestre alemão Barão de Tautphoes e o Colégio Freeze, fundado em 1841 por Johannes Heinrich Freese lograram fama regional. Atendiam especialmente filhos de gente abastada. Em 1886, foi fundado o Colégio Anchieta que daria proeminência a Nova Friburgo como pólo educacional. Na década seguinte o Colégio Nossa Senhora da Dores, destinado à clientela feminina, era fundado pelas irmãs Dorotéias.

Estes serviços escolares contrastavam com a insuficiente educação popular. A existência de duas escolas primárias no centro da Vila segundo informação do Almanaque Laemmert até o ano de 1867 deixava sobretudo as crianças residentes na área rural à margem da cultura letrada.[220]

Desde os primeiros tempos de Nova Friburgo, percebeu-se que a região por seus bons ares podia oferecer condições terapêuticas para os doentes vindos de outras partes do Brasil como do Rio de Janeiro, onde grassavam doenças e epidemias. Isto deu origem a hotéis e casas de cura, mas não significou atendimento à maior parte da população.

Uma das exigências para a viabilização da Colônia foi a vinda de um médico e de um farmacêutico. O exame da botica do farmacêutico pode inclusive oferecer um quadro da medicina e dos medicamentos da época. Por mais atenciosa que tenha sido a atitude pessoal do Dr. Jean Bazet, a ação médica no município padecia de inúmeras carências nascidas do precário investimento e das difíceis condições de comunicação e transporte, o que penalizava sobretudo as áreas agrícolas mais distantes.

Em 1829, a Câmara fazia um apelo ao Ministro Secretário dos Negócios Interiores para que se convertesse a

---

[220] Maria Regina Laforet – A Colônia de Nova Friburgo em João Raimundo Araújo e Jorge Miguel Mayer (orgs.) - *Teia Serrana – Formação Histórica de Nova Friburgo*

> *"casa denominada Chateau para hospital aonde se reunirão os doentes necessitados assim como aqueles que tiverem meios de pagar, cujo produto se aplicaria à conservação do hospital, estabelecimento indispensável neste distrito. O grande número de indigentes o reclamam e a humanidade a prescreve"*[221]

A construção do hospital foi postergada por quase um século. Somente em 1921 foi inaugurada a Santa Casa da Misericórdia na cidade de Nova Friburgo. A questão da saúde se converteu num grande problema, especialmente nos distritos rurais. Em virtude da falta de representantes da medicina oficial, a assistência médica era exercida por curandeiros, os "tratadores" que rezavam e aplicavam remédios procedentes da natureza, desenvolvendo-se assim um patrimônio de conhecimentos sobre plantas e animais que ainda hoje subsistem em diversas áreas.

O prestígio político alcançado por médicos ao longo da República Velha indica carências de atendimento de tal modo que alguns médicos se destacavam por sua boa vontade pessoal, angariando votos e ocupando cargos públicos. Vários prefeitos na República foram médicos.

A religião é uma força passível de ser agregadora. Desde as origens de Nova Friburgo o Estado se interessou na instituição local da Igreja Católica. Uma das exigências do contrato imigratório era a vinculação dos imigrantes à Igreja Católica, o que facilitaria a subordinação ao Estado, uma vez que no Império existia a fusão entre Estado e Igreja Católica. Houve inclusive a contratação de dois párocos, um deles tendo morrido logo, afogado no rio Macacu. Padre Joye se tornou o pároco da Colônia e da Vila de Nova Friburgo, recebendo para isto remuneração pelo Estado, aliás muito superior aos subsídios dos colonos. Enquanto o padre recebia em um ano 912$000, a soma anual dos subsídios recebidos por um colono não ultrapassava 58$400.

Apesar da Igreja controlar os registros de nascimento, óbitos e de matrimônios, havia dificuldades de manter assistência

[221] Ofício da Câmara ao Ministro Secretário dos Negócios Interiores em 9 de maio de 1829, Registro Geral da Câmara, pag. 98

religiosa nos distritos rurais. A insuficiência de quadros pode ser apontada como um fator explicativo de que, embora exista a presença da Igreja Católica em todos os distritos, não ficou uma herança forte da sua influência na região entre o povo. Deve-se entretanto observar que há casos de construção de igrejas movidas pelo fervor e participação populares. Foi o caso inegável da construção em meados do século XX da Igreja de Rio Bonito. É expressivo que, após 8 anos de construção, foi erguida somente em 1869, a atual Catedral da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo na Vila de Nova Friburgo. A primeira Igreja no município foi construída no atual distrito de São Pedro da Serra em 1865, mediante ação de moradores. A Igreja Católica atualmente se encontra presente no Colégio Anchieta de formação jesuítica e no Colégio de Nossa Senhora das Dores, sob direção das irmãs Dorotéias. E Nova Friburgo é sede de bispado.

Há que se registrar o papel exercido pela implantação do protestantismo na região. Em 1824, foi introduzida a “Igreja Reformada”, de origem luterana, uma vez que os imigrantes alemães pertenciam a esta religião e já vieram dirigidos pelo Pastor Friedrich Sauerbronn. Foi uma brecha importante no monolitismo católico. O governo se comprometeu inclusive a pagar estipêndio ao pastor. A soma pretendida custou a ser paga, o que motivou inúmeras reclamações do pastor que dizia se achar impossibilitado de sustentar a sua imensa família.

Houve o ensaio de alguns conflitos religiosos, tendo o padre Joye questionado a existência de um casamento misto realizado pelo pastor. O enterro do protestante Nicolas Porchat suscitou protestos do padre Joye que afirmava que não estava sendo observada a discrição recomendada pelo governo às cerimônias religiosas protestantes.

O protestantismo absorveu inclusive alguns colonos suíços que eram na verdade protestantes, tendo se declarado católicos apenas como medida facilitadora de seu embarque.

A introdução do protestantismo na região haveria de favorecer o espírito de tolerância espiritual no município. Em

alguns momentos ele foi quebrado, como na ocasião em que uma igreja protestante foi queimada por católicos em Boa Esperança (distrito de Lumiar) nos idos anos 50. Todavia se hoje Nova Friburgo é palco da presença de diversas religiões que coexistem pacificamente, isto tem a ver com o exercício da pluralidade religiosa que desde os tempos iniciais foi pioneiramente implantada em Nova Friburgo.

5.5. TRAÇOS CULTURAIS

As posturas que têm conferido aos colonos suíços e alemães o papel de construtores, quase exclusivos da vila e de sua zona rural, têm sido recentemente muito criticadas. Um grupo de historiadores de Nova Friburgo, entre os quais eu me incluo, têm mostrado a situação de pobreza dos colonos, o papel da administração luso-brasileira, o peso histórico da escravidão. Enfim nada justifica a posição de Agenor de Roure que pretendeu fazer da colonização suíça e alemã um fator de distinção do município no quadro brasileiro, explicando assim o que considerou a propensão de Nova Friburgo para se tornar um município industrial e progressista.

Se é inegável a presença de descendentes dos colonos suíços e alemães, hoje especialmente concentrados na área rural dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, não se encontram na região traços culturais que remontem à Suíça ou Alemanha. Não existe vestígio na língua, nos hábitos, nas festas, na música, no modo de produzir. A inexistência destes traços e a assimilação do que se poderia chamar de cultura brasileira sugere que os suíços e alemães foram mais colonizados do que colonizadores. Todas as etnias ao serem colonizadas perdem aspectos culturais como a língua, por exemplo, mas ficam sempre traços mais ou menos marcantes de suas culturas. No caso, eles inexistem.

Na área rural adotou-se o modo de plantio próprio do interior fluminense baseado na queimada, na criação extensiva, no

amplo predomínio da enxada e da foice e nenhum uso do arado. As tentativas de plantar cereais como o centeio e o trigo não vingaram como também o do plantio de uva. Os descendentes de colonos adotaram hábitos alimentares como os derivados do milho, da mandioca, do feijão, da banana.As moradias foram feitas segundo modelo luso-brasileiro empregando o pau-a-pique.

As razões foram múltiplas: o isolamento cultural em meio a uma sociedade escravocrata; a presença de fazendas luso-brasileiras na área, a falta de auto-gestão e subordinação à administração luso-brasileira; a fragmentação a que foi levada a produção suíça-alemã, circunscrita à esfera familiar. Podem ainda ser considerados outros fatores. O primeiro é que na época da implantação da colônia de Nova Friburgo, a unidade cultural da Suíça e da Alemanha era precária, com a possibilidade de existência de dialetos e hábitos diferenciados conforme as regiões de procedência.

Um segundo e mais hipotético fator é que em virtude da violência sofrida pelos primeiros colonos desde o transplante até a remoção e instalação da região serrana é possível que tenha havido um processo de desmemorização. É significativo que as origens dos antepassados sejam totalmente nebulosas para os descendentes entrevistados. Nada falam sobre estas origens.

Possivelmente a ausência de traços culturais suíços e alemães, combinados com a falta de memória dos descendentes, tenha também funcionado como um fator de dominação econômica, social e cultural de que foram objeto os colonos e seus descendentes. A falta de participação política, a aplicação sobre o trabalho de uma ideologia proveniente do escravismo; certo desprezo pela vida rural, tudo isto pode ter contribuído para o que Marx chamou de embrutecimento da vida rural.

Os colonos se concentraram na vida rural. A urbanização de Nova Friburgo somente passou a se tornar efetiva após 1880. E somente em 1890, a Vila de Nova Friburgo recebeu oficialmente o “status” de cidade. Ora uma população rural fragmentada, com alto

grau de isolamento social, sem instrução, com enorme incidência de analfabetismo tende a não preservar a sua cultura de origem.

Não obstante os estigmas culturais de que foram vítimas, os pequenos camponeses, vistos como roceiros, ignorantes e avessos á civilização, podemos considerar que os colonos e seus descendentes conseguiram assimilar valores e modos de vida comuns no interior fluminense que permitiram mal ou bem a reprodução de formas sociais e que além da sobrevivência chegaram a construir material simbólico como canções, festas. Além disso aprenderam a lidar com a natureza, conheceram-na e detêm ainda hoje segredos de inúmeras plantas e do andamento da natureza.

6. EXTINÇÃO DA COLÔNIA E PERMANÊNCIA DE NÚCLEOS COLONIAIS

A Colônia foi extinta em 1831.[222]

Na medida em que os colonos se integravam na vida municipal, chegando alguns a participar de sua gestão, a existência da Administração Colonial perdeu seu sentido, tornando-se apenas mais um ônus a ser suportado pelos colonos e instrumento de intromissão do poder central diretamente nos assuntos municipais.

Para os colonos, a possibilidade de se livrarem da Administração só poderia trazer vantagens após anos de extorsão e arbítrio. A Câmara de Nova Friburgo, percebendo a degradação das relações entre colonos e a Direção da Colônia, passou a intervir na questão, interessada no patrimônio da Administração, verdadeiro quisto na vida municipal.

---

[222] Ver Jorge Miguel Mayer e José Carlos Pedro - *Política e Administração em Nova Friburgo no Século XIX* em João Raimundo Araújo e Jorge Miguel Mayer (orgs.) – *Teia Serrana* – obra citada.

A Direção da Colônia, sustentada politicamente pelo poder central, mais precisamente pela Inspetoria de Colonização Estrangeira, perdia terreno em função do movimento anti-absaolutista que culminou com a abdicação de D.Pedro I. Em termos sociais, a extinção do regime de colônia pode ser vista como uma vitória dos interesses da grande propriedade escravocrata avessa à colonização estrangeira.

Em 1830, o padre João de Lessa assumiu, como deputado, os interesses da Câmara Municipal e relacionou *"fatos incontestáveis da escandalosa história da Colônia". Vejo nesta Vila uma diretoria teimosa e tenebrosa contra a lei das municipalidades. Não vejo hoje colônia, só vejo brasileiros e uma diretoria emperrada"*[223]

Lembrou o padre que a Administração já devia ter expirado em face do art.18 das *"Condições"* que afirmava a provisoriedade da Direção da Colônia. Registrou a existência de um quarto de légua de terras que foram negadas aos colonos e permaneceram como reserva da Administração; uma sesmaria no lado norte de meia légua, sem cultivo e em "desmazelo". Havia *"números de 300 braças de testada deixados pelos colonos"* tidos como improdutivos. Como prova do desmazelo cita o estado das cem casas edificadas para a recepção dos colonos: *"oito já foram ao chão, 32 estão especadas e a cair; 60 ainda em tempo de se aproveitarem tendo quem delas use, ainda que muito arruinadas".*

A liquidação da Administração Colonial e sua transferência de bens foram acompanhadas de uma devassa com violentas acusações ao Monsenhor Miranda, em cujas mãos *"teve a desgraça de nascer e morrer* esta colônia".

A Direção da Colônia foi acusada de inúmeras irregularidades: pagamentos de pensões a colonos não foram feitos; falta de documentos comprobatórios do pagamento dos inquilinos das casas, arrecadações não registradas no cofre. Uma acusação explícita ao diretor da Colônia foi feita em relação aos aluguéis. Consta:

---

[223] Ofíício do Padre Lessa ,pedindo informações sobre o estado da colônia em 16/4/1830, Registro Geral da Câmara, pag. 122.

> *"ter recebido o mesmo diretor dois contos e trezentos e onze mil e trezentos réis, e o livro de entrada dos mesmos quadriculários só consta ter entrado no cofre 312 mil e quarenta réis, devendo parar portanto em mão do mesmo diretor um conto novecentos e trezentos mil réis pertencentes aos aluguéis"*[224]

Sabedor do estado em que se encontrava a Administração Colonial, Monsenhor Miranda transferia a culpa ao diretor Francisco Salles de Souza, acusando-o de negligência, *"causando, em conseqüência graves prejuízos aos indivíduos da Colônia e também aos interesses da nação".*[225]

Termina a história da colônia com revelações da corrupção que marcou a gestão luso-brasileira. Na verdade desde as origens a montagem da colônia se caracterizou pela busca de proveito próprio de pessoas e segmentos em detrimento dos colonos. A corrupção marcou todas as etapas do processo administrativo que terminava assim melancolicamente.

Ao longo do período regencial ampliaram-se as autonomias regionais, porém permaneceram limitadas as instâncias decisórias dos municípios. Ao mesmo tempo, foram fortalecidos os grandes proprietários de terras que passaram a integrar a Guarda Nacional. No âmbito municipal, inclusive em Nova Friburgo, estes senhores adquiriram maior projeção, amparados pela expansão cafeeira. Com a progressiva ligação de Nova Friburgo com Cantagalo, ampliou-se o espaço mercantil para a produção familiar de alimentos. Apesar das dificuldades de transporte, os distritos e áreas rurais experimentaram certa expansão produtiva.

Em relação aos colonos, a maior parte que não tinha condições de adquirir escravos e que deviam vencer as dificuldades de transporte de gêneros alimentícios no dorso de animais,

---

[224] Ofício do Diretor interino Mindelino Francisco de Oliveira ao Inspetor Geral da Colonização Estrangeira Pedro Machado de Miranda Malheiros em 4/06/ 1831, Registro Geral da Câmara.

[225] Carta de Monsenhor Miranda para Francisco de Salles Ferreira de Souza em 19 de abril de 1831, Caixa 22, Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo – Pró-Memória

enfrentando estradas em constante deplorável estado, permaneceram nos quadros de uma pobreza rústica. A situação dos colonos não era homogênea havendo aqueles indicados por Cansanção de Sinimbu que lograram possuir grandes fazendas especializadas na produção de café com base no trabalho escravo. Foi o caso de fazendeiros em Cantagalo e mesmo no vale do Macaé onde se registrou enriquecimento de algumas famílias no vale do Macaé que mais tarde aparecem no cimo do poder local.

Áreas como a dos antigos lotes coloniais, chamadas *"Números"* e aquelas no vale do Macaé concentraram colonos e seus descendentes, que na evolução de Nova Friburgo, conservaram-se agricultores. O quadro do alistamento eleitoral de 1875[226] bem mostra a prevalência absoluta dos agricultores nesta localidade.

Em Nova Friburgo constata-se a presença disseminada de descendentes dos imigrantes suíços e alemães, encontrando-se nas áreas rurais de Lumiar e São Pedro da Serra concentrações de descendentes destes imigrantes. Os descendentes se disseminaram por diversas áreas do Brasil. Houve incursões mais maciças de colonos vinculados à agricultura na zona da Mata mineira e no Espírito Santo. A sua presença mais destacada se encontra na região serrana e no centro-norte fluminense.

Hoje existe uma Associação Fribourg–Nova Friburgo responsável por algumas iniciativas que aproximaram os primos pobres do Brasil aos ricos da Suíça. Foram realizados diversos encontros suíço-brasileiros. No primeiro encontro ocorrido no aniversário de Nova Friburgo, significativamente associado à vinda dos imigrantes suíços e fundação da Vila em 1820, vieram 271 visitantes suíços recebidos por parentes remotos que empunhavam tabuletas com seus sobrenomes.

Em 1981, Nova Friburgo enviou 400 pessoas, entre autoridades municipais e descendentes para participar em Fribourg do 5º Centenário da entrada de Fribourg como cantão na Confederação Helvética. No terceiro encontro em Nova Friburgo, em

---

[226] Alistamento Eleitoral de 1875 – Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo – Pró-memória

1987, foi inaugurada a Queijaria-Escola com financiamento suíço. Foram também aplicadas diversas somas em reformas de escolas municipais.

Por acasião de novo encontro em Nova Friburgo foi aberto um novo espaço com objetivo de se tornar um centro cultural – A Casa Suíça onde se construiu um Museu do Imigrante. Na ocasião, o professor Dr. Martin Nicoulin, diretor da Biblioteca Cantonal de Fribourg, patrocinou financeiramente a produção de uma obra sobe a História de Nova Friburgo. O trabalho foi feito por uma equipe de sete historiadores e um geógrafo coordenados pelos professores João Raimundo de Araújo e Jorge Miguel Mayer. Concluída em 1999, *Teia Serrana – Formação Histórica de Nova Friburgo* foi apresentada na Suíça e recebeu recentemente da Associação Fribourg – Nova Friburgo apoio financeiro dirigido a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo para viabilizar a sua edição no Brasil.

A postura simpática da Suíça em valorizar a memória e a história local associada aos colonos imigrantes tem despertado inúmeras obras historiográficas. Na própria suíça devemos ressaltar a obra em dois volumes de Alexandre Carron e Christophe Carron – *Nos Cousins d`Amérique*[227], sobre a emigração valesiana para a América Latina. *No Brasil,* merece destaque, pela constância e dedicação, a pesquisa que há anos vem empreendendo Henrique Bon sobre resultados da imigração e a trajetória individualizada de diversos colonos. Ele publicou recentemente *A Colônia Suíça de Nova Friburgo – Índice Histórico-geneológico de A a Z, volume 1- A a C.*[228]

Além da existência de diversos encontros familiares como Heringer (alemão), Brust, Cosandey, tem sido escritas diversas obras histórico-genealógicas sobre os descendentes de emigrantes que, em vasto número, estão presentes em várias partes do território nacional. São trabalhos que se tornam fontes

---

[227] Alexandre Carron e Cristophe Carron – *Nos Cousins D` Amérique, Histórie de l`´Émigration Valaisanne em Amérique du Sud au XIX Siècle,* 2 volumes Sierre, Suisse, Monographic S A, 1986

[228] Henrique José da Silva Bon e Márcia Bonin Solomone – *A Colônia Suíça de A a Z, volume 1 – A a C, s/ed. 2001*

obrigatórias sobre o estudo da trajetória dos imigrantes. Estão neste caso livros sobre as famílias Monnerat, Sanglard, Cosendey, Spitz, Erthal, Wermelinger, Salusse,Lutterbach, Marchon, Balmat.[229]

[229] Raimundo Bandeira Vaughan – *Livro da Família Monnerat,* 2ª ed., tomo 1, Niterói, Imprensa Oficial, 1988; Pedro Elias Erthal Sanglard – *A Família Sanglard*, Associação Mathieu Sanglard, 1998, Lécio Augusto Ramos – *A Família Daflon no Brasil,* Associação Daflon, 1992; Gisele Pinto Sanglard – *A Memória da Família Sanglard* – Monografia – Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro; Joaquim Amarante Cosandey – *Origem da Família Cosendey no Brsil,* Rio de Janeiro, 1983 Manoel Erthal – *A Família Erthal,* 1946; Júlio César Araújo – *Saga da Família Lutterbach,* 1998; Albino José Marchon – *Rio de Janeiro, 1999.*

TEMPO DOS ANTIGOS

"Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para a sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seu cultivo, quantas horas deverão ser dedicadas à primeira tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar de ciência"

(Margarida Maria Moura – os Camponeses)

"De acordo com Sócrates, as coisas devem ser ensinadas e comunicadas oralmente; esse é "o verdadeiro modo de escrever". Escrever com pena e tinta é escrever "na água", já que as palavras não podem se defender. A palavra falada ¾ a palavra viva do conhecimento que possui uma alma ¾ é portanto superior à palavra escrita, que nada mais é senão a sua imagem. As palavras escritas com pena e tinta são tão indefesas quanto aqueles que nelas se fiam"

(Jorge Luis Borges – Esse Ofício do Verso)

"Os camponeses, remotos, ligeiramente arcáicos em seu modo de vestir-se e falar, parcos, adeptos de expressar-se em forma e fórmulas tradicionais, exercem sempre certa fascinação sobre o homem urbano. Em todos os lugares representam sempre o elemento mais antigo e secreto da sociedade. Para todos, exceto para si mesmos, encarnam o oculto, o escondido, o que só dificilmente se entrega, tesouro enterrado, espiga que amadurece nas entranhas terrestres, velha sabedoria oculta entre as saliências do solo."

(Octavio Paz – O Labirinto da Solidão)

1. DEPOIMENTOS

Considerando a história como produzida por atores, é importante conhecer como pensavam e viam a sua própria realidade. A voz dos protagonistas serve ao historiador para, além de seu caráter informativo, penetrar na mentalidade do sujeito. O

silêncio freqüente da voz dos trabalhadores permite, por exemplo, que gente de outros segmentos fale por eles, emitindo inclusive valores que estigmatizam certos setores sociais. Muitas vezes, pobres e trabalhadores são considerados ignorantes e suas atitudes são interpretadas segundo valores de outros segmentos. O mutismo social torna menos viva e verdadeira a representação histórica.

Sérgio Buarque de Holanda valoriza o depoimento de um colono imigrante em 1850, porque é uma opinião essencial para a compreensão do todo. Mesmo que se afaste da realidade objetiva é sempre uma expressão da subjetividade e como tal um dado atuante da história. Segundo o grande historiador,

> *"para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa de figurantes mudos que enchem o panorama da história e são muitas vezes mais interessantes e importantes do que os outros, os que apenas escrevem história"*[230]

Uma das conseqüências do analfabetismo disseminado entre escravos e camponeses é a carência de documentos escritos a exemplo das *Memórias de um Colono no Brasil de Thomas Davatz.* Esta ausência fortalece o recurso à história oral. É a ela que recorri para o exame de uma realidade herdada da colonização suíça e alemã.

Trata-se de uma busca de referências sobre um passado que, por hipótese, configura um paradigma, marcado por um tempo próprio e condições de vida no campo brasileiro e obviamente com particularidades oriundas de uma colonização praticada por elementos egressos da iniciativa migratória que deu origem ao município de Nova Friburgo.

Tanto os perfis humanos com suas trajetórias pessoais como as informações fornecidas sobre a realidade de sua época ou por

---

[230] Sérgio Buarque de Holanda – prefácio do livro *Memórias de um Colono no Brasil*, de autoria de Thomas Davatz pag. 45, Editora Itatiaia Limitada, Editora da Universidade de São Paulo, 1980

eles vividas e/ou interpretadas auxiliam na compreensão do passado que, embora não esteja tão distante da atualidade, contrasta com as novas e emergentes condições de vida, ainda às voltas com certo arcaísmo que remonta a tempos bem anteriores.

Confrontamos as informações orais com outras fontes documentais. Por sua vez a comparação com outros casos e com aspectos gerais da história brasileira possibilita ver elementos comuns que configuram um modo de produção da vida rural brasileira. O estudo de caso faz parte de uma história mais abrangente da qual o específico é parte e protagonista. Trata-se de uma realidade em que rusticidade, isolamento, ritmos de trabalho, economia de subsistência, transmissão de conhecimentos via oralidade permitem denominá-la de sociedade caipira com elementos comuns e constantes no universo rural brasileiro.

Embora nosso quadro de entrevistados não seja grande em relação à população local, oferece interesse tanto por ser manifestação de uma mentalidade existente na área como pela apresentação de situações e problemas da região. Instigam pesquisas e uma vez formuladas certas hipóteses, novas entrevistas.

Os depoimentos foram colhidos entre 1987 e 2002. Entrevistamos antigos moradores da região. Citemos, Osório Blaudt, já falecido, um dos sucessores da família Blaudt, cujo passado na região remonta ao século XIX quando formou, inicialmente por doação de terras, o patrimônio herdado sucessivamente por membros da família. Maurília Heringer, falecida, era simplesmente filha do capitão João Heringer, mistura de chefe político e grande proprietário de São Pedro da Serra em fins do século XIX e inícios do século XX. Através dela podemos detectar as bases de sustentação do poder local desta família. É uma entrevista que se acopla com a de sua filha, Maria José Mendes Gaspary (1929).

Dentre os mais antigos de São Pedro da Serra estão Higino Caetano de Lima (1912- 2003), João Albino Manhães (Seu Beninho), com cerca de 90 anos. Entrevistamos Maria Francelina Macedo (dona Nena), negra que em 1987 já deveria andar próxima aos

noventa anos (não se lembrava da idade). Falecida. Joaquim Barroso deveria estar próximo dos 80 anos em 1987. Faleceu em 1988. José Quincas, aproximadamente 70 anos, já falecido. Janice Blaudt (aproximadamente 75 anos). Luiz Mafort (75 anos); Aldereno Blaudt, idade estimada de 70 anos; Vargelino Figueira Filho (Geninho– 1929), Helena Frez (1939). Há dois entrevistados de geração mais recente como Lucídio José Schmidt, de apelido Barão (não por ser aristocrata, e sim plantador de batata baroa) com 60 anos e Paulo Figueira, meeiro, filho de seu Geninho e dona Helena, com 40 anos de idade. Mais ligados ao atual distrito de Lumiar, entrevistamos Acir Spitz (1927), falecido, Nelinho Martins, Nagib José Pedro (1920), Astrogildo Moser (1918) , falecido.

Muito útil foi a entrevista com Moisés Gomes de Azevedo de cerca de 50 anos, há trinta anos trabalhando no cartório de Lumiar.

Há ainda outras entrevistas como a de seu Naziro Pedro (77 anos), Assis Martins da Costa, próspero comerciante local, Trajano Blaudt, Aleixo Sangy, (69 anos, morador de Galdinópolis. Outras feitas pela fotógrafa e pesquisadora regional Regina Lo Bianco também foram aproveitadas, como a de Seu Cravo , nascido e criado em Rio Bonito (82 anos),

Embora as entrevistas não tenham obedecido a um plano pré-estabelecido, as perguntas focalizavam a trajetória de vida de cada entrevistado e ao fim como eram vistas as transformações recentes

Os depoimentos contribuem para a tese de que a região vem sofrendo transformações que modificam o antigo paradigma rural e abrem o caminho para novas perspectivas a exemplo das vinculadas ao turismo e à preservação ambiental. Como resultado destas mudanças o local vai adquirindo nova composição demográfica e outro sentido econômico com o enfraquecimento da agricultura e surgimento de novas atividades.

As entrevistas foram utilizadas não como fontes exclusivas de informação, mas como auxiliares na formulação do quadro histórico. Esclarecem um tempo social e cultural por eles próprios

denominado *"Tempo dos Antigos".* Testemunham um processo de mudanças que vem ocorrendo na região desde a década de 60 e que se intensificaram após a década de 80.

2. MUNDO CAIPIRA

Segundo o dicionário Houaiss a palavra designa aquele *"que vive no interior, fora dos centros urbanos, no campo ou roça".* Expressaria a vida social caracterizada pela subsistência, cultura itinerante e por não terem os lavradores a posse da terra. O termo tem uma provável origem indígena. *Caa* na linguagem tupi significa mato e o caipora é um habitante das matas. Mas segundo Alexandre Leontsinis[231] caipira provem de cai (tímido) + pyra (cru, verde). O autor conclui: é o matuto, sempre envergonhado, tímido.

O termo, como empregamos, refere-se à vida rural com suas especificidades brasileiras em sua histórica oposição à vida urbana. Há comumente um certo tom pejorativo que exalta a vida urbana e desqualifica a vida rural, identificando no caipira indolência, preguiça e precárias condições de vida. Luís da Câmara Cascudo[232] apresenta uma definição eivada de uma ótica pejorativa: *"homem ou mulher que não mora na povoação, que não tem instrução ou trato social, que não sabe vestir-se ou apresentar-se em público".*

Esta visão desqualificadora do campo aparece em meados do século na obra do grande Martins Penna:

> *"Como é bonita a Corte! Lá é que a gente se pode divertir, e não aqui, aonde não se ouve senão os sapos e as entanhas cantam. Teatros, magias, cavalos que dançam, cabeças com dois cabritos,*

---

[231] Alxandre P. Leontsinis- *O Tupi Nossa Linguagem Ecológica,* Biblioteca Stassa Leontsinis, Rio, s/ed, 2000

[232] Luiz da Câmara Cascudo – *Dicionário do Folclore Brasileiro,* Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1954, pag. 142. Parece ter seguido a definição de caipira de Valdomiro Silveira, *Os Caboclos,* São Paulo, 1920, pag.193

*macaco major. Quant*a coisa! *Quero ir para a Côrte?*[233]

Em fins do século XIX, eram flagrantes no interior do Estado do Rio de Janeiro, os acanhados limites da vida rural: pobre subsistência e passivo conformismo do agricultor. É expressiva a descrição da vida rural feita por Lima Barreto em *"Triste Fim de Policarpo Quaresma".* Os sonhos de uma próspera nação rural se esvaem diante das dificuldades encontradas:

> *"O que mais a impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre. Educada na cidade, ela tinha dos roceiros idéia de que eram felizes, saudáveis e alegres. Havendo tanto barro, tanta água, porque as casas não eram de tijolos e não tinham telhas? Era sempre aquele sapê sinistro e aquele "sopapo" que deixava ver a trama de varas, como o esqueleto de um doente. Por que ao redor dessas casas, não havia culturas, uma horta, um pomar? Não seria tão fácil, trabalho de horas? E não havia gado, nem grande nem pequeno. Era raro uma cabra, um carneiro. Por que?"*[234]

Monteiro Lobato foi um crítico agudo da realidade rural. Em 1900, ridicularizou a mentalidade fazendeira e a monocultura no conto *Café!Café!*. Na primeira década do século XX sua crítica vai mais longe ao associar as *Cidades Mortas* à monocultura. Estigmatiza o caipira: Jeca-Tatu, *"piolho da terra"*, *"uma quantidade negativa".* Acusou-o de preguiça, de nomadismo, de destruição da natureza. *"O caboclo planta na terra em cinzas um bocado de milho, feijão e arroz; mas o valor da sua produção é nenhum diante dos males que para preparar uma quarta de chão ele semeou."*[235]

---

[233] Martins Penna – *O Juiz de Paz da Roça – Comédia em 1 ato*, edição crítica por Darcy Damasceno , *Comédias,* Rio de Janeiro, Ediouro, s/d. pag.25

[234] Lima Barreto – *Triste Fim de Policarpo Quaresma,* 6ª ed, São Paulo, Editora Brasiliense, 1956, pag.162

[235] O trecho é de *Urupês,* citado pelo belo livro de André Luiz Vieira de Campos –*A República do Picapau Amarelo,* São Paulo, Martins Fontes, 1986. Ver o excelente capítulo *Jeca Tatu: Ser ou Estar?Pags 3-44*

Mais tarde Monteiro Lobato explica socialmente a situação de Jeca Tatu que *"não é assim, está assim"*.

Associando caipirismo à rusticidade da economia rural, Antonio Cândido resgatou a sua dignidade e importância social.[236] Ao invés do quadro miserável revela um lado de luta pela sobrevivência e atendimento das necessidades básicas. Não perdeu de vista as alternativas que se colocavam para o pequeno proprietário: *"Refugou o enquadramento do salário e do patrão* e sob precárias condições de direitos à propriedade da terra, tornou-se um desajustado, sempre disposto a *"buscar sertão novo, onde tudo recomeçaria"*[237].

Há situações diversificadas no quadro geral do caipirismo. O morador e trabalhador em terra alheia, o pequeno proprietário que combina o trabalho em sua terra com o realizado em outras, aquele que se dedica à produção familiar. Na verdade estou pensando num contexto mais abrangente em que subsistência, economia rústica, isolamento em face da cidade, costumes próprios como o mutirão, o baile em casa, são traços que convivem com o analfabetismo e alto nível de mortalidade infantil. Apesar da diversidade de situações, o homem do campo ligado à subsistência, certo nomadismo, rusticidade na casa, na alimentação e na educação formal fundamentam a existência de um tipo próprio difundido em várias regiões do país. Numa das cenas de Martins Penna, o homem da roça quando vai à cidade é enganado pela astúcia interesseira do homem da cidade.

A organização agrária *"caipirizada"* por Hebe Maria Mattos de Castro já apresenta outras características sociais:

> *"fundada no trabalho familiar, em baixos níveis técnicos, inclusive no que se refere ao beneficiamento dos produtos cultivados, na fragmentação da propriedade fundiária e em relações de produção que , mesmo baseadas na propriedade da terra não chegavam a engendrar uma elite agrária*

---

[236] Antonio Candido – *Os Parceiros do Rio Bonito*
[237] Antonio Cândido – Obra citada, pag.. 82

claramente diferenciada do conjunto da população local." [238]

No caso da região serrana fluminense, temos inclusive descendentes da imigração como principais protagonistas, isto é, teriam os herdeiros da colônia suíça e alemã se convertido em caipiras. Embora reconheçamos traços comuns com o conjunto do interior, o caipira da região apresenta um aspecto singular: trata-se em geral de pequenos proprietários com uma taxa pequena de nomadismo.

Estabelecer paradigmas, modelos ou modos de produção constitui uma tentativa de perceber estruturas sociais em seu dinamismo. Nunca funcionam muito bem enquanto instrumentos para através de aproximações compreender as áreas rurais. A definição de modo de produção escravista, apesar de variações no tempo e lugar permite inferir algumas características gerais. Conceitos como modo de produção camponês, sociedades camponesas deixam sempre grandes brechas, por estarem associados indiretamente a outros modos de produção como escravista, feudal e capitalista. Também a realidade camponesa se modifica conforme o contexto. É muito diferente a condição camponesa na Europa e a de países de passado colonial como o Brasil. Também haverá diferenças marcantes entre os mundos camponeses da Ásia e do Brasil. Na verdade estou apenas propondo certos traços comuns que se ligaram à formação histórica brasileira – algo que reúne elementos para serem considerados paradigma. Trata-se da economia do pequeno agricultor vivendo das opções deixadas pelo sistema principal, com raízes profundas numa era pré-industrial e numa economia colonial.

3. HISTÓRIA LOCAL

3.1. Demografia

[238] A caracterização inclui ainda economia de subsistência, controle da intermediação comercial e financeira por agentes urbanos, pobreza da comunidade, ritmo de crescimento demográfico contínuo. Hebe Maria Mattos de Castro – *Ao Sul da História*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, pag. 187

A tradição demográfica do interior fluminense era marcada por altas taxas de mortalidade infantil e precário atendimento médico. Estas condições têm se modificado no caso em exame, a partir do momento em que se realizou uma maior integração com a vida urbana. Então tem ocorrido mudança na evolução demográfica, com redução da taxa de mortalidade infantil, maior acesso aos serviços médicos e estruturação da família segundo novos padrões.

O Livro de Mortos do Cemitério de São Pedro da Serra permite perceber esta evolução. Os mortos assinalados se restringem apenas ao núcleo de São Pedro da Serra, não compreendendo aqueles de áreas mais distantes que fazem atualmente parte do distrito como Vargem Alta e Colonial 61, que possuem os seus próprios cemitérios.

Os dados existentes abrangem o período 1931- 2000 (maio de 2000). Nossa contagem totalizou 789 mortos: 446 homens, 274 mulheres e 71 nati-mortos. Observando os totais há uma tendência à diminuição pequena de mortos por décadas, o que não deve ser interpretado como um reflexo da variação do crescimento da população. Se o percentual de mortos infantis se mantivesse nas décadas mais recentes, o total de mortos seria muito maior.

O percentual de mortalidade infantil (até 5 anos) que era de 63% e 65% do total de mortos nas décadas 1931 a 1940 e 1941 a 1950, respectivamente, declinou para 6% na década 81 a 90 e a 4,9% entre 1991 e 2000.

Considerando a faixa adulta, isto é, entre 20 e 60 anos, fica evidente uma tendência progressiva de aumento de mortos. O progressivo aumento do número de mortos entre 51 anos e 90 além de expressar um provável aumento da população pode também indicar a maior longevidade alcançada recentemente

NÚMERO DE MORTOS EM SÃO PEDRO – 1931-200

IDADE	DÉCADAS						
	31/40	41/50	51/60	61/70	71/80	81/90	91/2000
0 a 5	82	78	67	47	27	08	05
6 a 10	07	04	03	05	02	00	02
11 a 20	04	03	08	02	07	02	01
21 a 30	07	04	05	00	05	04	08
31 a 40	08	03	03	05	03	08	03
41 a 50	04	07	05	08	05	09	09
51 a 60	06	03	09	04	08	17	13
61 a 70	07	08	10	10	16	28	15
71 a 80	02	07	10	10	14	23	26
81 a 90	02	03	04	07	08	15	18
91 a 100	01	00	01	01	00	02	02
TOTAIS	130	120	125	99	95	116	102

Fonte – Livro de Mortos – Cemitério de São Pedro da Serra – 1931-2000

OBSERVAÇÕES – dois mortos na década de 31/40 não apresentaram idade. Os nati-mortos estão incluídos na faixa de 0 a 5 anos

O ano de 2000 compreende apenas os meses até maio.

O ritmo de crescimento demográfico se modifica em função de melhores condições de saúde, provavelmente em virtude de atendimento médico. Se na década de 1931 a 1940 os nati-mortos somaram 12 crianças e as falecidas até 1 ano de idade, 55; registraram-se apenas 3 nati-mortos e falecimento de 5 crianças até 1 ano entre 1981 e 1990. Estes números se reduziriam ainda mais entre 1991 e 2000.

A discriminação de doenças só passa a ocorrer entre 1976 e 2000. No período 1978-2000, as doenças mortais podem ser sistematizadas no quadro abaixo:

CAUSAS DA MORTE EM SÃO PEDRO DA SERRA: 1978- 2000

Causa da Morte	número de casos
Parada cardíaco-respiratória	23
Infarto do miocárdio	18
Bronco-peneumonia	12
Embolia pulmonar	09
Derrame cerebral	10
Insuficiência respiratória	07
Fratura de crânio	13
Câncer	12
Cirrose por alcoolismo	02
Coma alcóolico	02
Cirrose	01
Insuficiência renal	04
Hemorragia digestiva	04
Outros acidentes	09

Fonte: livro do Cemitério de São Pedro da Serra – 1930-2000

Antes do período 1978-2000, os mortos não tiveram a *causa-mortis* identificada exceto em cinco casos, estando invariavelmente escrito *"sem assistência médica"*.

Para análise das doenças mais comuns na área, não podemos considerar aquelas identificadas como parada-respiratória. Afinal todas as doenças mortais terminam assim. As de maior incidência foram as cardíacas, o que pode estar associado à hiper-tensão, considerada pelo Posto de Saúde, em 2001, como o principal problema da área. Surpreende o número de acidentes, entre os quais um registrado por intoxicação por uso de agrotóxico. O alcoolismo apontado pelo levantamento do Posto de Saúde em 2001, como segundo problema da população, embora com uma taxa pequena – 2,7% da população, comparece com mortes explícitas em 5 casos. Certamente está presente em outros.

O Livro de Mortos fornece o nome dos mortos e sua filiação o que permite uma aproximação ao quadro de descendentes dos colonos suíços e alemães na região. E considerando que os dados

disponíveis abrangiam um período de 1930 a 2000, todos os que tinham mais de vinte anos em 1930 morreram. De 1930 a 2000, praticamente todas as famílias existentes em São Pedro estarão presentes no Livro.

O total referido é de 689 sobrenomes assinalados. Ao longo do período 1930 - maio de 2000 ocorreram 408 mortos com sobrenomes suíços e alemães, o que correspondeu a 59% do total dos nomes. Houve alguns casos que registramos nomes de famílias diferentes para um morto. Por exemplo: Tertolina Heringer-Boy. Registraram-se 281 mortos com sobrenomes luso-brasileiros, o que significa 41% do total de nomes. Este é um critério aproximativo para perceber a descendência, uma vez que pode ter ocorrido perda de sobrenomes nos matrimônios.

Algumas famílias de origem suíça e alemã predominam na contagem de tal modo que 14 nomes de famílias são responsáveis por 42% dos mortos; Elas representam 82% do universo de nomes de famílias suíças e alemãs. São as seguintes:

Famílias	Número de mortos
Ouverney	54
Knupp	44
Schimidt	38
Tardin	30
Heringer	28
Blaudt	28
Mafort	21
Eller	21
Frez	19
Boy	19
Sangy	8
Klein	8
Verly	8
Miseret	7
Hegdorn	5

As mais numerosas ocorrências de nomes nas famílias luso-brasileiras foram:

Carvalho	19
Barroso	25

No período 1978 - maio de 2000, os nomes suíços e alemães participaram com 58% e os luso-brasileiros com 42%, o que indica que as proporções têm se mantido.

Um quadro aproximado da presença de descendentes suíços e alemães na população rural de Nova Friburgo pôde ser obtido através do Recenseamento de Proprietários e Estabelecimentos, realizado em 1920 pela Diretoria Geral de Estatística do IBGE.[239]Nova Friburgo possuía 1037 proprietários. Como os dados apresentam ora o nome do estabelecimento, ora o nome da localidade, tomamos a iniciativa de agrupar os estabelecimentos em grandes zonas o que nos pareceu fornecer um quadro aproximado da distribuição fundiária por território. Aproximado porque não nos fornece a área dos estabelecimentos.

Consideramos que Lumiar compreendia áreas como Cascata, Poço Feio, Ribeirão das Voltas, Córrego do Saudoso, Pedra Riscada, Poço Verde, Santa Margarida, Boa Esperança, São Romão, Macaé de Cima, Córrego do Macuco, Rio Bonito, Toca da Onça, Ponte dos Alemães, Novo Destino, Gruta Funda, Lote Colonial 50. A região indicada pelas localidades de São Pedro, Vargem Alta, Colonial 61, Benfica somou 106 estabelecimentos. As localidades de Santo Antonio e Barra Alegre somaram 22. O total geral foi de 270 propriedades. Correspondem grosso modo aos limites atuais de São Pedro da Serra e Lumiar. Formam uma área que compreende 38% das propriedades recenseadas. O campo provavelmente seria maior se integrássemos áreas duvidosas como Ponte Nova. Dentre as localidades específicas, Rio Bonito assinalou o maior número de estabelecimentos.

---

[239] *Recenseamento de Proprietários e Estabelecimentos Rurais em Nova Friburgo* – Diretoria Geral de Estatística - 1920

Observamos a presença de nomes de família em várias áreas pertencentes aos atuais distritos de São Pedro da Serra e Lumiar em 1920:

Ouverney – Poço Feio, São Pedro, Benfica, Ribeirão das Voltas, Rio Bonito, Ponte Nova, Macaé de Cima, Fazenda Velha, Figueira, Córrego Macuco, Sítio Cachoeira

Schmidt – São Pedro , Benfica, Boa Esperança, Paineiras, Rio Bonito e Cascata

Heringer – São Pedro, Vargem Alta, Pedra Riscada, Santa Margarida, Benfica, Paineiras, Ponte dos Alemães, Rio Bonito

Tranin – Ponte da Saudade, Macaé de Cima, Vargem Alta, Pedra Riscada, Benfica, Grota Funda

Tardin – Rio Grande de Cima, Lote 50, São Pedro, Schwenk, Santo Antonio, Barra Alegre, Vargem Alta

Marchon – Grota, S.José, Lumiar, Poço Feio, Pedra Riscada, Santa Margarida, Figueira

Knupp – Vargem Alta, Córrego Saudoso, Poço Verde, São Pedro, Barra Alegre e Boa Esperança

Klein – Vargem Alta, Colonial 61, Lumiar, Cascata, Boa Esperança, Rio Bonito, Toca da Onça

Frez - Fazenda Velha, Ponte Nova, Córrego do Macuco, Macaé de Cima, Rio Bonito, Cascata

Boy – S. Pedro, Boa Esperança, São Romão

Mafort – Pedra Riscada, São Pedro, Santo Antonio, Vargem Alta

Falz – Ribeirão das Voltas, Paineiras, Ponte Nova, Posse dos Reckert, Rio Bonito

Bom – Vargem Alta, Colonial 61, São Pedro, Boa Esperança Figueira

Berbert – Limiar, Pedra Riscada, Benfica, São Pedro, Boa Esperança

Rimes – Alto Mineiro, Schwenck, Rimes, Pilões, Mariana, Mundo Novo, Colonial 61

3.2. A Expansão urbana e o mundo rural

Historicamente podemos observar que houve uma evolução na distribuição da população de tal modo que a sede do distrito cresceu enormemente em detrimento da antiga área rural, fenômeno ligado ao processo de urbanização e industrialização do município.

POPULAÇÃO DE NOVA FRIBURGO POR DISTRITOS

DISTRITOS	1918	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
FRIBURGO	16 527	24 466	32 838	49 901	66 652	88 872	109 918	114 143
RIOGRANDINA	1830	2 234	2 296	2 378	2 648	4 051	7 374	7 601
CAMPO DO CEOLHO	4 044	4 211	4 719	5 090	5 921	9 177	9 075	9 710
AMPARO	1498	3248	3 205	3 394	3 747	3 742	5 793	5 523
CONS. PAULINO	1864	-	-	3 800	6 788	15 261	25 803	29 075
LUMIAR *	4 313	5 218	5 205	5 953	6 495	5 523	5 105	4 608
SÃO PEDRO DA SERRA							2 510	2 661
TOTAL	26 032	39 210	47 755	70 145	90 420	123 370	166 567	173 321

Os dados referentes a Lumiar incluem o distrito atual de São Pedro da Serra até 2000. Os dados de 2000 foram extraídos dos Resultados Preliminares do Censo Demográfico 2000

Fonte : Censos do IBGE. Os dados de 1818 foram retirados de Júlio Pompeu - Álbum de Nova Friburgo, 1918.

Assim, segundo o Censo de 1890, muito criticado porque feito “a galope”, acusado de subestimador dos dados, a população do município totalizava 22 755. O distrito de São João Batista de Nova Friburgo possuía 6 566 habitantes (29%); São José do Ribeirão – 11 047 (48%), Nossa Senhora da Sebastiana – 2 327 (10%) e Lumiar 2 865 (13%). Havia um total de 12 039 homens e 10 716 mulheres. Em todos os distritos o número de homens supera o de mulheres, o que pode significar evasão da população adulta masculina para outros centros. Na época o distrito de Lumiar não

se distanciava demograficamente tanto da Vila, como ocorreria ulteriormente.[240]

Nova Friburgo foi elevada oficialmente à condição de cidade em 1890. Tornou-se um centro urbano. A expansão cafeeira, que tornou Cantagalo a frente escravocrata mais próspera após a decadência do Vale do Paraíba nos anos 70 contribuiu para fazer de Nova Friburgo a autêntica capital do centro-norte fluminense. Era a vila da aristocracia do café. É significativo que Antonio Clemente Pereira, prodigioso cafeicultor e dono de 21 fazendas em Cantagalo tenha adotado o título de Barão de Nova Friburgo.

Nova Friburgo se notabilizou também pelo seu papel como centro ferroviário, uma vez que a Estrada de Ferro Cantagalo, construída com financiamento do Barão de Nova Friburgo se fez de sul para o norte. Seus trilhos chegaram a Nova Friburgo em 1873 e a Cantagalo, somente na década de 1880. Nova Friburgo se tornara um centro urbano cujas atividades cresciam em função de seu comércio, de suas escolas e de seu papel turístico e terapêutico. Muitas celebridades passaram pelas escolas de Nova Friburgo. Em tempos diferentes, Casimiro de Abreu, Machado de Assis, Carlos Drumond de Andrade passaram longas temporadas em Nova Friburgo.

Territorial e administrativamente Nova Friburgo se tornava uma cidade, como aliás se pode depreender do Código de Posturas da cidade em 1893. Vivia um novo tempo em que socialmente a velha aristocracia cafeeira e escravista entrava em crise. Pouco tempo mais tarde a burguesia industrial ocuparia o centro das atenções no município.[241]

A crise e progressiva decadência cafeeira se manifestavam sob diversas formas. Os indicadores gerais da produção de café do Estado do Rio de Janeiro demonstravam drástica redução do volume produzido, que passou de 4 133 466 sacos de 60 quilos em 1880 para 1 309 271 em 1889. Crise do café e crise da produção escravista. A

---

[240] Os dados do Censo de 1890 foram publicados pelo jornal *"O Friburguense"* em 2 de outubro de 1892

[241] Ver João Raimundo de Araújo – *Nova Friburgo: o Processo de Urbanização da "Suíça Brasileira"(1890-1930)*, dissertação de Mestrado na Universidade Federal Fluimnense, Niterói, 1992

crise abalava o Estado do Rio de Janeiro. Enquanto o café decaía no Estado do Rio de Janeiro, crescia em São Paulo a tal ponto que em 1895, o café paulista já superava o do Rio de Janeiro.

A partir de 1890 as antigas fazendas escravocratas decaíram. Era comum o anúncio de venda de fazendas nas páginas do jornal "O Friburguense". Antigas áreas cafeeiras que pertenceram ao município de Nova Friburgo como São José do Ribeirão e Nossa Senhora da Conceição do Paquequer experimentaram redução de sua população. Nova Friburgo passa a se tornar um centro urbano que atraí a mão-de-obra egressa de antigas áreas cafeicultoras. Os orçamentos da Prefeitura de 1891 e 1892, ainda que dedicando ínfimas dotações para os problemas sociais, continham um item destinado à assistência aos indigentes.

Com a crise da fazenda escravocrata e com a ampliação da demanda da alimentação em função do processo de urbanização do Rio de Janeiro e mesmo de Nova Friburgo, o município serrano passou a ampliar a produção de gêneros alimentícios[242]ao mesmo tempo em que se definiu mais rigorosamente o perfil da produção agrária feita em pequenas propriedades e segundo padrão familiar.[243]

Em fins do século XIX, Nova Friburgo modifica o seu perfil territorial e administrativo com a perda dos antigos distritos de Nossa Senhora de Paquequer, Nossa Senhora da Sebastiana e São José do Ribeirão. Acentua-se o seu caráter urbano e a retaguarda rural ficou mais ligada à pequena propriedade e produção de alimentos.

---

[242] A população do Rio de Janeiro aumentou consideravelmente, totalizando 1 002 144 pessoas, perfazendo 60% do total da população do Estado do Rio de Janeiro. Apesar do crescimento da demanda de alimentos, o Brasil destinava em 1901, 42,9% do valor de suas importações à compra de gêneros alimentícios – ver Alberto Passos Guimarães – *A Crise Agrária*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

[243] *"A participação da renda oriunda da exporação do café na receita do estado, calculada em 79% do total no ano de 1895, decresceu progressivamente passando a 28,61% em 1905. "*Ressaltando que o governo de Nilo Peçanha não conseguiu promover a diversificação agrícola desejada, Marieta de Moraes assinala que na década de 1920, o Estado do Rio de Janeiro assistiu *"ao recrudescimento da cafeicultura e ao declínio da produção de alimentos".Ver Marieta de Moraes Ferreira (coordenadora) –A República na Velha Província,*Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed. 1989

Nos 1037 estabelecimentos recenseados em 1920, encontramos plantação de milho em 822 propriedades; batata inglesa em 623; feijão em 828. Nova Friburgo era o segundo maior município produtor de batatas do Estado do Rio de Janeiro. Suas propriedades podem ser consideradas pequenas, uma vez que 367, (35%) possuíam menos de 40 hectares e somadas a 421 estabelecimentos com dimensão entre 41 e 100 hectares,resulta que 788 estabelecimentos possuíam menos de 100 hectares, perfazendo 75% do conjunto de estabelecimentos.

4. DISTRITO DE LUMIAR

Em 1890, o núcleo que aparecia identificado como *"Macaé"*[244]em registros eleitorais como o de 1875 torna-se oficialmente - distrito de Lumiar. A sede do distrito se alternaria entre Lumiar e São Pedro da segundo a localização do Cartório.

Sua população, totalizando 2 865, segundo o Censo de 1890, era quase exclusivamente agrícola, conforme os registros eleitorais de 1875 e 1890.

Apesar da constantemente proclamada dificuldade de acesso, a região do vale do Macaé, chegou a possuir fazendas de café com mão-de-obra escrava. Não alcançaram dimensões da grande produção cafeeira de Cantagalo mas possuíram cerca de 40 escravos.

[244] A área de Macaé aparece em documentos anteriores a 1875 muitas vezes com o nome Inhames.

Antiga sede da Fazenda Lumiar (1888)

Segundo relação de eleitores de 1890[245], o total de eleitores do município era de 1221. A Vila de São João Batista de Nova Friburgo comparecia com 426 eleitores e Lumiar com 165. Este número excluía menores de 21 anos e a população feminina. É significativo que 157 eram lavradores, havendo um oleiro, 4 negociantes e 4 artistas (pedreiros?). Um eleitor se classificou como jornaleiro (diarista). Havia 91 casados, 68 solteiros e 6 viúvos. Havia 141 pessoas até 50 anos e 24 eleitores acima de 50 anos. As famílias mais presentes eram Marchon, Berbert, Heringer, Ouverney, Boy, Schuindt.

A divisão por quarteirões eleitorais apresenta um quadro do povoamento da área em 1890. O primeiro quarteirão era composto por Lumiar, Pedra Riscada, Poço Feio, Santa Margarida, Poço Verde com 20 eleitores (12% do distrito); O 2º compreendia Boa Esperança, São Domingos, Boa Vista, Moleson, Pedra Vermelha, Cabeceiras do Boa Esperança com 22 eleitores (13%). São Pedro, Benfica,

---

[245] *Livro de Alistamento Eleitoral* do Município de Nova Friburgo de 1890 – Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo – Pró-memória

Sibéria, Tapera possuíam 31 eleitores (20%). Seguem outros quarteirões: Rio Bonito e Macaé de Cima ; Rio Bonito (alto); Rio Bonito e Macaé de Cima (alto);(14 eleitores) Ribeirão das Voltas, Grota Funda, Pólo Feio (parte baixa), 18 eleitores; Novo Destino, Ponte dos Alemães, Rio Bonito (foz), 11 eleitores; Cascata e São Romão (20 eleitores); Santa Luzia, 11 eleitores; São Romão, Sana, Barra do Sana, São Bento, 18 eleitores.

A visão demográfica do distrito de Lumiar em fins do século XIX foi reforçada pelo registro dos nascimentos e óbitos no período 1890-1900.[246] O exame dos nascimentos indicou a distribuição de pais por área: 207 casos de Macaé de Cima, 129 de Cascata, 126 de Rio Bonito, 105 de Boa Esperança. Outras áreas registraram menor número.

Quanto aos falecimentos, Macaé de Cima aparece em primeiro lugar com 71 locais. Seguem Lumiar (35), Rio Bonito (31); São Pedro (28);Cascata (25); Boa Esperança (20); São Romão (13); Santa Luzia, 11; Poço Feio (10), Vargem Alta (9); São Bento (9); Ponte dos Alemães (9); Ribeirão das Voltas (7), Poço Verde (5), Benfica (5) e a seguir outras áreas com menos de 3 sepultamentos assinalados: Boa Vista,Córrego Fundo, Novo Destino, São Domingos, Santa Margarida, Moleson, Barra Alegre, Córrego Saudoso, Sana, Santo Antonio, Córrego Santa Catarina.

Muito provavelmente nesta época a população do distrito com localização mais próxima do rio Macaé era mais numerosa do que a dele mais distanciada.

Foi registrada a presença de população descendente de negros tanto nos nascimentos quanto nos óbitos. A população de cor negra e parda chegou a 13% do conjunto de falecidos. Em relação à natalidade, a proporção era de 20%. São dados que podem ser interpretados como indicadores da histórica presença escrava na região.

Nem sempre os dados estão claros. Em relação à profissão, dos 1133 nascidos no período, 1036 eram filhos de lavradores

---

[246] *Livros de nascimentos e de óbitos* do Cartório de Registro Civil do 5º e 7º distritos

(91%); 18 eram filhos de negociantes, 10 de servidores domésticos, 2 de pedreiro, 2 de artistas, 3 de carpinteiro, 3 de agentes de correio e apareceu um filho de seleiro, marceneiro, tipógrafo, militar, cozinheira, oleiro, sapateiro.

Como sempre, houve intensa mortalidade infantil - 55% do conjunto de mortos. Poucos ultrapassaram 80 anos - apenas 6 mortos.

Ao que parece em fins dó século, a região alcançou certa projeção. Expressão disto era a própria oficialização do distrito e presença de atividades que permitem identificar o nascimento de pequeno núcleo urbano. Esta projeção pode ser devida à economia cafeeira. Um artigo de *"O Fribuguense"* justificando a criação de agência de correio em Lumiar, referia-se à importância do café na área:

> *"No Lumiar e São Pedro do Macaé há estabelecimentos comerciais e grande número de lavradores que exportam em grande quantidade café e outros gêneros para a Capital Federal. Por isso correspondem-se com esta cidade e com aquela capital; imensa vantagem advirá ao comércio e à lavoura com a criação dessa agência e do estafeta"*[247]

Quando em 1891, o governador Portela visitou a região de Lumiar e São Pedro, o jornal "O Fribuguense" noticiava o evento destacando visita *"aos descendentes dos colonos suíços e alemães, atravessando maus caminhos, montanhas e grandes distâncias e examinar por si "esta rica zona cafeeira"*[248](sublinhado por mim).

A presença do café e de escravos foi confirmada pelo exame de inventários. Embora não fosse generalizada, a produção de café foi encontrada em inventários de fazendas como a de Pedra Riscada, pertencente a Cláudio Maria Marchon; de Antonio Tardin – Fazenda Pedra Aguda, de Catarina Jaccoud com 42 000 pés de café. Todas estas possuíam escravos. A propriedade em que se registrou maior número foi a de Catarina Jaccoud em Cascata.

---

[247] *O Friburguense* , ano 1,nº9, 14 de setembro de 1890
[248] *O Friburguense – 1/11/1891.*

Em fins do século passado, Lumiar ainda teve alguma projeção no âmbito local.[249] Existiam no distrito três juízes de paz, com dois imediatos, um subdelegado, três suplentes, um escrivão de paz. Havia 15 inspetores de quarteirão. Havia a presença de um agente do Correio, Cartório de Paz (Praça da Colônia nº3), Junta Distrital que funcionava na Praça Floriano Peixoto, nº 6). Havia algumas Sociedades: Sociedade Bibliotecária Luz nas Trevas, Sociedade Musical Euterpe Lumiarense, Irmandade Devoção Particular de São Sebastião de Lumiar que cuidava do cemitério; Sociedade Anônima Para a Pblicação do Jornal O Lumiarense. Atividades ligadas à formação e informação cultural, como literatura, música e informação. Procurava-se criar um pólo em Lumiar apesar das dificuldades físicas de acesso ao lugar.

A estrutura registrada pelo "Indicador Fluminense" omitiu certamente algumas instituições como escolas e igrejas. Todas as "sociedades" eram dirigidas pela elite local conforme veremos. O pequeno poder econômico dominava todas as instituições locais. Embora o "Indicador Fluminense" não faça um registro geral de proprietários, traz em destaque o nome daqueles que seriam os mais ricos, que possuíam inclusive engenho de café e/ou açúcar.

A aldeia tem uma certa diversidade artesanal o que lhe assegura, juntamente com a agricultura de subsistência, meios de auto-sustentação segundo os padrões pré-industriais vigentes na época. Há referências à existência de padaria, sapataria, selaria, ferraria. O exame de inventários de proprietários da região em tempos diferenciados nos mostra que no século XIX os mais ricos elencavam diversas peças de uso doméstico como colchões, cobertores, lençóis, fronhas, panelas, louças, garfos, copos. Instrumento de trabalho: cravos de ferrar, balança, ferro de engomar, machados, foices, serras de braço, traçador, enchó, serra de mão, martelo. Pressupunham certo comércio.

---

[249] Otílio Cardoso e irmãos – *Indicador Fluminense,* ano 1, 1898.Fornece algumas indicações profissionais dos municípios fluminenses. O Distrito de Lumiar é apresentado nas páginas 192 e 193

Dentro da sede do distrito havia 5 casas comerciais. A maior, que funcionava como um verdadeiro banco local, financiando mercadorias aos moradores, era a da sociedade Marchon - Spitz, cuja força se fundamentava na terra, uma vez que Marchon era um fazendeiro com terras superiores a 450 hectares, produção de café e antigo possuidor de escravos. A presença de Marchon e Spitz está em quase todas as “sociedades” do lugar. A loja se apresentava bem sortida com produtos de uso doméstico e ferramentas. Outros comerciantes aparecem: Laudelino Borges dos Santos, Marchon e filho, Luis Fernandes Heiderich e Companhia, Saturnino Gonçalves dos Santos. Fora da sede, o comércio estava representado por Conrado Venturi na Ponte dos Alemães, Jacob Joaquim Boy em Boa Esperança, Frederico José Schmidt e irmão em São Pedro; José Germano Mafort em Vargem Alta; João Leopoldo Ouverney em Macaé de Cima.

Foram registrados na área uma padaria, uma selaria, uma ferraria, uma sapataria.

O cruzamento de informações nos revela que o poder econômico local de algumas poucas famílias se manifestava através de sua presença nas organizações. Sobressaem os nomes de Carlos Maria Marchon e Guilherme Henrique Spitz, respectivamente capitão e tenente, títulos oriundos da antiga Guarda Nacional. Carlos Maria Marchon aparece como subdelegado, procurador da Sociedade Bibliotecária, presidente da Sociedade Musical Euterpe Lumiarense, Presidente da Sociedade Anônima Para a Publicação do jornal *“O Lumiarense”*, Primeiro Tesoureiro da Irmandade Devoção Particular de São Sebastião do Lumiar. No plano econômico Marchon acumulava a condição de fazendeiro com engenho de café com sua já citada parceria comercial com Guilherme Spitz. Juntamente com este, João Silvério Heringer e João Pedro Miseret, era proprietário de uma ferraria. Marchon era dono de uma ferraria.

O tenente Guilherme Henrique Spitz era também chefe político em Lumiar. Estava presente em todas as “Sociedades” do lugar. Além de proprietário de terras e de estabelecimento comercial era também parceiro de Marchon numa olaria local. Foram

ainda citados outros proprietários com engenho de café: Carlos Theorodo Berbert, João Carlos Berbert, Pedro Nicolau Brust, Antonio Lourenço da Costa, Joaquim Francisco Pinto, José Frez, João José Peres, Procoro Pimentel, Manoel Martins da Costa, Valentin Heggdorn e Antonio Heggdorn. Foram citados Ullerick Henrique Ouverney, João Leopoldo Ouverney, Valentin Heggdorn, João Bernardo Ouverney.

Outros nomes que aparecem com destaque no distrito foram: João Honorato Heringer (São Pedro), juntamente com Jacob Pedro Heringer, Eugenio Gustavo Brust, marceneiro da área, também agente de correio, secretário da Sociedade Bibliotecária e da Sociedade Musical.

Há uma presença da estrutura política de fora do local. Os juízes de paz efetivos parecem ser pessoas de fora: João Valentim de Carvalho Palmeirim, Antonio Fernando de Aguiar e Anysio Pinto Ribeiro. O escrivão de paz e polícia era Celso Milito Pires Simões. É possível supor a presença de algumas pessoas de fora também no controle dos quarteirões: 1) Felizardo Rodrigues de Mendonça; 2) Henrique Boy; 3)Joaquim José Bohrer; 4)Henrique Muller Junior; 5) João Leopoldo Ouvernay; 6)Manoel Júlio Dutra; 7)Pedro José de Figueiredo;8) Saturnino Gonçalves dos Santos; 9) Reginaldo Lopes de Oliveira; 10)Carlos Muller; 11) José rigly; 12) Ernesto Gonçalves Dias; 13) José Frez sobrinho; 15) João Bernardo Ouverney.

Carlos Maria Marchon e Guilherme Spitz com uniformes da Guarda Nacional. Ao fundo a sede da Fazenda de Lumiar

As indicações que possuímos somadas àquelas fornecidas pelos depoimentos orais demonstram que um pequeno povoado se enquadrava na legislação municipal, o que significava ingerência de fora articulada a um grupo interno, responsável pela ocupação de vários cargos e exercício do poder local.

Muito freqüentemente eram os mais ricos que dispunham de tempo e dinheiro para prover certas atividades, como reparação de estradas. Ainda que houvesse uma economia com grande dose de auto-sustentação, o dinheiro tinha a sua importância tanto que todas as “sociedades” possuíam tesoureiros.

Os tempos seguintes parecem ter configurado uma situação de maior isolamento em face dos centros regionais. Num quadro geral em que a economia regional experimentava progresso de transporte, de abastecimento energético, o antigo distrito de Lumiar

permaneceu estagnado em determinado tempo histórico, com o mesmo transporte baseado na tropa e ligações mais difíceis com a grande cidade. No plano econômico, praticava-se uma agricultura com largo uso de procedimentos técnicos inalterados desde os primórdios do século XIX.

Já em 1890 as páginas do jornal *"O Friburguense"* anunciavam venda de fazendas que se fragmentaram de modo que a pequena propriedade e a produção familiar se tornaram a regra na economia local.

O Recenseamento de 1920 indicava o predomínio da pequena propriedade. As propriedades menores de 40 hectares totalizavam 35% e 75% possuíam menos de 75 hectares.

Área por estabelecimento rural- 1920

Área (há)	**Estabelecimentos**
Até 40	**367**
41 a 100	**421**
101 a 200	**174**
201 a 400	**48**
401 1000	**18**
1001 2000	**05**
2001 5000	**04**

Fonte: Censo de 1920 - IBGE

As dimensões da propriedade agrária tenderam a diminuir em conseqüência do fracasso da fazenda escravocrata, da fragmentação segundo a herança e possivelmente pela possibilidade de venda de gêneros alimentícios. Assim se observarmos o Registro de Terras de 1854, a região correspondente ao antigo Distrito de Lumiar apresentava um quadro com maior incidência de fazendas do que

atualmente e com significativa presença de propriedades de maior extensão do que em tempos mais recentes.

O Registro de Terras, datado de 1854, é uma fonte apenas auxiliar. Fornece um quadro da distribuição fundiária apenas aproximativo. Foram arroladas no conjunto de Nova Friburgo 484 propriedades, com 86 localizadas na região de Macaé (18%)

PROPRIEDADES SEGUNDO A ÁREA EM MACAÉ - 1854

área	Propriedades
0-50	4
51-100	5
101-200	5
201-300	10
301-400	9
401-500	5
501-600	5
601-700	1
1001-1100	3
2001-3000	2
indefinida	37

Fonte: Registro de Terras – 1854

Mais recentemente a distribuição fundiária em São Pedro da Serra e Lumiar se caracteriza claramente pelo predomínio da pequena propriedade. Relatório do Banco do Brasil (1985) indicou que região destes distritos se caracteriza pela presença dominante de estabelecimentos rurais de 25 hectares em média.

Desde finais do século XIX havia constantes queixas das dificuldades de transporte dos distritos de São Pedro a Nova Friburgo. Esta situação foi um dos fatores que marcou a diferenciação evolutiva entre os distritos e a sede. Enquanto os padrões de produção, de consumo e de reprodução social permaneciam os mesmos ao longo do século XIX e XX, a sede se urbanizava e a

partir das primeiras décadas do século XX empreendia sua marcha industrializante.

O semi-isolamento em que passou a viver a região de São Pedro e Lumiar consolidou tradições muito arcaicas e um padrão de produção efetivamente pré-industrial. Uma comparação entre inventários de meados do século com os das primeiras décadas de século XX nos mostraria que os artigos de consumo e as ferramentas se mantiveram os mesmos. Eis a base material para a diferença evolutiva entre a modernização de Nova Friburgo e a persistência de valores que compõem o que denominamos de “Tempo dos Antigos”

A afirmação de vários depoentes de que houve um processo de fragmentação da propriedade confirma-se com o exame do cadastro rural para fins de tributação feito pelo INCRA no município de Nova Friburgo em 1986. No exame deste documento, nossa primeira tarefa foi distinguir aqueles proprietários cujas terras estavam localizadas em Lumiar e São Pedro da Serra. Nossa relação é apenas aproximativa, porque muitos deram endereço em outra cidade, geralmente Rio de Janeiro, ficando difícil apurar onde possuíam terras. Com estas ressalvas, apuramos as seguintes informações: de um total geral de 3 176 propriedades no município, 619 estavam localizadas nos distritos de Limiar e São Pedro da Serra, o que corresponde a cerca de 20% do conjunto.

Alguns proprietários tem mais de uma propriedade. Foram arrolados 459 proprietários. Destes 319 apresentavam sobrenomes que sugeriam descendência dos colonos imigrantes suíços e alemães – 69%. A discriminação dos estabelecimentos segundo sua área nos forneceu a significativa visão de um amplo predomínio do minifúndio, confirmando outros relatos ulteriores:

PROPRIEDADES DOS DISTRITOS DE SÃO PEDRO E LUMIAR- 1986

ÁREA (HÁ)	PROPRIEDADES	PARTICIPAÇÃO (%)
O a 10,9	282	45
11 a 20,9	161	26
21 a 30	75	12
31 a 40	35	06
41 a 50	19	03
51 a 60	17	03
61 a 70	08	01
71 a 80	09	01
81 a 120	05	08
mais de 120	08	01

Fonte: Cadastro Tributário –Incra (ITR)

Embora não tenha sido possível realizar a relação propriedade/área, não há casos em que grandes propriedades ocupem dimensões gigantescas da superfície. Alguns proprietários têm mais de uma propriedade. Destacamos os seguintes proprietários possuidores de mais de 81 ha. Geraldo Martins de Barcelo Júnior – Fazenda Santa Luzia com 166 ha; Antonio Sinério da Silva - 142 ha na Toca da Onça; este mesmo proprietário tem 62 ha na Ponte dos Alemães; Anastácio Bonfim Ouverney – Ribeirão das Voltas – 164 há; Rafael Luís Siqueira Jaccoud; 193 ha em Cascata; Péricles Barbeto de Vasconcelos – 137 ha em Vargem Alta; João Luís Wenderroscky – 106 ha (provavelmente Rio Bonito); Célio Soares – 124 ha em Toca da Onça; Luís Otílio Ouverney – uma de 82 ha e outra de 71 ha em Benfica. Manoel de Oliveira - 89 ha, Cascata. Oswaldo Gouvêa - 240 há em Cachoeiras de Macaé.

O fim da grande fazenda de café, a presença marcante da pequena propriedade, a prevalência de uma agricultura arcaica, o semi-isolamento resultante das dificuldades de transporte e comunicação são traços econômico-sociais que persistiram ao longo do século XX e foram importantes no contraste progressivo entre a cidade e a roça em Nova Friburgo.

PERFIS,TESTEMUNHAS E TRAJETÓRIAS

“ O melhor o tempo esconde
longe muito longe
mas bem dentro aqui”
Caetano Veloso – Trilhos Urbanos

“Serra da Boa Esperança
Esperança que encerra
No Coração do Brasil
Um punhado de terra”
Lamartine Babo – Serra da Boa Esperança

“Eu sou que nem sabiá
Quando canta é só tristeza
Desde o gaio onde ele está
Nesta viola eu canto e gemo de verdade
Cada toada representa uma saudade”
Angelino de Oliveira – Tristeza do Jeca

“Tempo dos Antigos” é uma expressão utilizada pelo povo da terra, nos distritos rurais de São Pedro da Serra e Lumiar para designar um tempo dos ancestrais, mas sobretudo alude à condições comuns de vida, onde sob certo isolamento em face da cidade, os meios de assegurar a vida e sua reprodução tinham por base essencialmente a agricultura.

Era um tempo em que as famílias viviam diretamente de seus esforços. Alimentar-se, morar, medicar-se, transportar constituíam-se atividades realizadas pela própria comunidade em contato direto com a natureza cujo princípio vivo e desígnio são identificados com a vontade de Deus. É um tempo de sobrevivência com recursos diretamente extraídos da natureza; tempo de um saber capaz de auscultá-la e de perceber as sintonias e ligações

existentes entre os vários fios que formam a tessitura da vida; tempo de um enorme dispêndio físico; um trabalho ciclópico pelo qual grandes blocos de pedra são transportados “no braço”, toras de madeira são retiradas das matas para a construção das casas, e a abertura de estradas e caminhos exige grandes derrubadas.

Pelo papel do trabalho rural e pelo perfil comunitário cabe pensar o tempo como o de uma aldeia rural. E aqui cabem alguns conceitos internacionalmente aplicados ao campesinato que *“consiste em pequenos produtores agrícolas que com a ajuda de implementos simples e o trabalho de suas famílias produzem principalmente para o consumo próprio e para cumprir com as obrigações frentes aos detentores do poder econômico e social”*[250].

Embora produzindo para si próprio, sempre tiveram que gerar excedentes, que no caso das comunidades rurais de Lumiar e São Pedro da Serra, destinaram-se para Nova Friburgo e mesmo para Niterói e Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que forneciam alimentos para o núcleo urbano, podemos dizer que dele recebiam limitado retorno econômico. Estavam em contato direto com a natureza, a fonte da vida. Aprendiam os mistérios da criação e os desígnios do tempo. Lidavam com as forças da água, da lua, os tempos diversos da natureza, as estações. Eram os responsáveis por levar para as mesas o alimento. E no entanto, como disse-me oralmente um antigo morador já falecido, Milton Heringer, embora o camponês estivesse no princípio da corrente produtiva estava em último lugar na corrente social. Era não só mal pago como vivia à margem de inúmeras atividades começando pela privação do conhecimento do alfabeto. E tanto o trabalho humano como o da natureza eram desprezados pela cultura dominante. O camponês era associado à brutalidade opondo-se em tudo ao homem urbano e polido.

Os relatos de todos os entrevistados são unânimes em identificar uma enorme carga de trabalho que recaía sobre toda a família, não poupando mulheres e crianças, o que contrasta com

---

[250] Citação de Theodor Shanin, Peasants and Peasant Societies feita por Jobh Berger em *‘Terra Nua”*, Rocco, Rio de Janeiro, 2001

outra imagem do caipira brasileiro —— a do Jeca-Tatu, trabalhando relativamente pouco, o suficiente para uma frugal alimentação, deixando-o com tempo livre para as suas pitadas e acordes de viola. Vindo dos tempos atuais, valorizo o lazer e me pergunto porque ao produzir para a sua alimentação, não poderia o homem do campo se dedicar a atividades do *"ócio criativo"*. A resposta parece vir da necessidade de alimentar outros setores para os quais dirigia boa parte da produção em troca de alguma compensação monetária convertida em limitadas mudas de roupa, sal, ferramentas, cachaça. Enfim a subsistência era combinada com a produção mercantil do que resultavam os parcos rendimentos para viabilizar a sua vida.

É provavelmente este trabalho permanente que leva o pequeno lavrador a pensar na sobrevivência dos filhos. É significativo que as famílias nestes tempos pré-industriais, ou à margem da vida industrial, tinham grandes quantidades de filhos. De um lado se assegurava a força de trabalho e de outro talvez prevalecesse a visão de que a riqueza principal de uma família era gente.

Os distritos rurais mantêm uma vida própria, em alguns casos bem rústica, que embora não pareça se expandir, continua viva e é responsável pela vida do pequeno lugar, incorporando renda aos distritos. É uma atividade que pelo menos tem assegurado sobrevivência aos seus protagonistas.

Os relatos de que dispomos apontam sempre as transformações recentes. A maior parte da população local parece ver com bons olhos esta entrada no progresso, principalmente porque os entrevistados conseguiram de alguma forma dele tirar proveito. Aqueles que não o fizeram certamente venderam suas terras e abandonaram a região. Mas ainda existe a tradição agrícola, agora muito modificada e ameaçada em sua sobrevivência.

Embora as falas não sejam reproduzidas diretamente, preservamos o sentido e até mesmo buscamos expressar o modo de se expressar.

4.1. A NATUREZA

Os entrevistados habitam uma região que se tornou o distrito de Lumiar em 1889 e a partir de 1987 dois distritos: Lumiar e São Pedro da Serra, quando este se tornou autônomo. A região hoje é considerada Área de Proteção Ambiental e vem sendo fiscalizada pelo IBAMA que exerce proibição de queima das matas. A área está localizada num conjunto de serras graníticas denominada Serra do Mar. Sob uma altitude que varia de 600 a 1000,metros, ela é formada por vales, que tem servido para a irradiação do povoamento que se esgueira entre as montanhas como uma grande serpente.

foto de São Pedro da Serra feita do alto da Sibéria
Márcio Oliveira - 1994

Pode se considerar a região como integrante da Bacia do Macaé, sendo servida por seus afluentes. Farta em águas. A presença de remanescentes da Mata Atlântica, principalmente nas partes mais elevadas, tem sido um chamariz para o turismo, e por outro lado, constitui parte de uma floresta que hoje corresponde apenas a 11% do que existia nos primórdios da colonização no Estado do Rio de Janeiro. Como no passado os agentes desmatadores

foram a agricultura e extração de madeira, procuramos obter dos entrevistados a comparação entre a mata dos tempos exclusivamente agrários e os de hoje.

Rio Macaé – pouco após o encontro com o Rio Bonito –(Lumiar)
foto de Jorge Miguel

A área parece ter sido mais cultivada no passado. Não existe uma visão unânime em relação à existência da floresta. Alguns afirmam que a mata está voltando a crescer em função das restrições impostas pelo Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente (IBAMA) e em virtude do próprio declínio da agricultura.

Há, por outro lado, depoimentos que se referem a um tempo mais florestal. Correm ainda hoje lendas sobre João Mafort, o temível caçador de onças, e afirma-se que certamente no alto dos morros existem ainda onças. As respostas não foram uniformes. Tudo indica ter existido um tempo de maior abundância florestal, seguido por outro de intensos plantios e atualmente com a redução das culturas, a mata está se recuperando.

A relação entre a mata e a água interfere no clima, pois o regime de chuvas era maior no passado. Há indicações de que a água está diminuindo e as explicações variam. A diminuição das chuvas e das águas pode ser também indicativo de desmatamento, fortalecendo a visão daqueles que apontam a existência de um período mais florestal no passado. De qualquer maneira, podemos supor que há uma relação entre atividade agrícola e mata. É possível imaginar épocas em que a agricultura era mais extensa do que hoje. E isto em detrimento da floresta. A que tempo estão se referindo aqueles que dizem que hoje há mais mata?

Chuvas mais abundantes coincidiam com temperaturas mais baixas. Trajano Blaudt, morador de São Pedro da Serra, afirma explicitamente que caia muita geada em sua juventude, o que corresponde aos anos 30-40. A presença de geada e do frio foi citada como um fator que inibiu o êxito da produção de café. Maurília Heringer também assinala que, em suas lembranças de juventude, o frio era muito mais intenso. Embora a região registrasse algumas plantações, tanto pelas alturas como pelo clima, o café não alcançou as dimensões ocorridas em municípios vizinhos.

Moisés Gomes, o titular do Cartório de Lumiar, refere-se sobretudo ao problema das águas. Afirma que os rios vêm sofrendo crescente poluição com o aumento da população. Estariam morrendo, segundo ele, em função do desinteresse da população e descaso da Prefeitura. Falta de fossas polui os rios: poucas propriedades têm fossas. Declarou que outros fatores de poluição das águas são o uso crescente de agrotóxicos, aliado ao desrespeito à lei que proíbe plantações nas margens do rio. Resultado: os agrotóxicos escoam para os rios.

Seu Zé Quintas, lavrador de São Pedro, já falecido, observava que no passado remoto havia menos lavradores, a área cultivada era menor e conseqüentemente havia mais mata. Havia mais animais selvagens como macaco e paca. A caça era generalizada na região. O regime de chuvas era maior no passado. Salienta o fato recente de moinhos pararem por falta de água. Seu Beninho, antigo

tropeiro, portanto com um conhecimento amplo da área, afirmava que chovia muito mais, assim como era mais frio. Havia enchentes. Segundo seu Beninho, as águas diminuíram em relação ao passado. Os riachos tinham peixes como bagre e lambari. O riacho de São Pedro tinha água tão limpa que as pessoas podiam beber. Embora pessoalmente não caçasse afirma que via muitos animais selvagens.

Seu Osório Blaudt, nascido em 1905, já falecido, afirmava que a região tinha mais floresta no passado. É esta mesma floresta que supõe ter abrigado indígenas, cujos vestígios, como objetos de barro, foram encontrados pelo seu pai, possivelmente no século XIX.

Seu Aldereno Blaudt, embora registrasse a presença de animais selvagens, considera que hoje existe mais mata. Na verdade ele usa como critério a diminuição da lavoura. Afirma que antes as lavouras eram muito maiores e que era necessário maior quantidade de terras, pois a perda de produção por pragas e matos nocivos era enorme. Dentre as transformações da natureza, cita a existência de uma lagoa natural na Bocaina, onde pescavam. Ela foi desfeita para utilizar a área para a lavoura. Confirma grandes mudanças climáticas: havia mais chuvas e maior quantidade de água nas terras baixas. Não se plantava nada no baixo. Faz referência a animais: capivara, lontra, tatu, paca, ariranha, guaximim, gato do mato, irara, bacurau, todos quase extintos na região.

Hoje em dia restaram gambá e ouriço. Segundo Osório Blaudt havia muitos macacos; barbados, muriquis, capelão. Ressalta que o muriqui era um macaco grande. Segundo Aldereno, era comum animais atacarem plantações. Subsistem muitas cobras na área. Os rios eram mais pródigos em relação à fauna. Zé Quintas lembra que eles eram mais piscosos e que se pescava com peneira e anzol.

Seu Nagib, ex-tropeiro, pertence a um tempo em que efetivamente havia mais mata. Refere-se aos trajetos das tropas em direção a Nova Friburgo: Lumiar, São Pedro, Vargem Alta; ou pelo Alto dos 50, uma trilha pelos Quintino. Comparando com os tempos atuais, seu Nagib afirma a existência de mais mata no passado. Lembra episódio de uma travessia: um burro foi mordido por cobra

no caminho. É significativo que seu Nagib tenha registrado que o animal se curara após ter sido rezado por um curador.

Luíz Mafort, 73 anos, criado na Bocaina dos Maforts, partiu para Nova Friburgo onde se aposentou, tendo retornado a São Pedro após a aposentadoria. Ele se refere ao tempo de sua infância e juventude onde se lembra da pujança da natureza. Confirma as estórias sobre seu avô, que teria caçado 102 onças em São Pedro e Macacu. Diz que comiam carne de onça. A carne era boa. Lembra que uma onça arrancou o couro cabeludo do irmão do avô. Ele próprio caçava muito: paca, inhambu (*"franguinho bem jeitoso"*) e havia veado na região. Valoriza ainda hoje a água – *"água da serra".* A região, inclusive a fazenda do seu avô, era pródiga em madeira: cedro, tapinoã, canela preta, vassoura, candeia, canjerana, ipê e outras. Observa que muita madeira foi vendida.

A fama de caçador do velho João Mafort chegou a seu Higino que confirma que ele matou muita onça em São Pedro e também muito veado e porco do mato.

São Pedro da Serra visto do alto da Pedra dos Maforts
foto de Eduardo Fadel – década de 90

Acir Spitz lembra que no passado havia muita lavoura. Hoje o mato existe em áreas onde antes havia lavoura. Mas a presença

da floresta é incontestável, revelando ainda o aspecto depredador do homem em relação a ela, ao praticamente destruir a caça na região.

Joaquim Barroso lembra também um tempo no qual havia enchentes que levavam porcos, leitões por água abaixo. O Anísio turco e o Naziro tinham um carro que foi arrastado, tamanho era o volume de água. Hoje em dia não há mais enchentes. O leito dos rios era maior, abrangendo áreas que hoje estão secas. Hoje não tem mais água, não há mais desastres, lembra Joaquim Barroso.

Lucídio Scmidt, Barão, 60 anos, cita animais que costumeiramente atacavam as lavouras: formiga, coelho e tatu. Outros animais atacavam galinheiros: gambá, cachorro do mato, gato do mato, ariranha e irara. Ele e sua família caçavam muito: paca, tatu, jacu, macuco e juriti. Hoje considera que há mais mata. Na época antiga tiravam muita madeira para fazer carvão ou para o uso de terra para plantio. Madeiras de lei existiam na área: canela preta, cedro, canjerana, tapinoã, peroba, canela caxixi, canela rosa, canela macuco, ipê, pinheiro, eucalipto, cambotá, piúna, sanandrago, capixingui, fedegoso, ingá feijão, canela mirim, canela macaco, canela cravo, canela rosa, aricurana, quina rosa, quina cruzeiro, jequitibá, jacarandá. Cipós: timbó, batata, bugre, cipó morcego, cipó toucinho, cipó buta.

Lavrador, considera que hoje há menos lavoura do que antes; o uso de “remédio” (agrotóxicos, herbicidas, fungicidas) teria otimizado o uso da terra, sendo responsável pela redução de áreas de plantio.

Paulo Figueira, trabalhador agrícola de 40 anos, considera que no passado havia mais árvores. Identifica a presença da mata virgem. Conta que madeiras eram extraídas da mata para a construção das casas. Jequitibá, peroba, canela, cedro, jacarandá. Para fazer telhado eram ótimas ipê e peroba. As madeiras eram serradas na própria região com traçador utilizado por duas pessoas. Faziam uma espécie de galpão para a serra subir e descer com forquilha, daí resultando uma tábua de três metros em meia hora. Observando diretamente uma casa na Bocaina dos Maforts, cujo

assoalho era formado por tábuas, afirmou que a construção foi feita com recursos locais. Eram de pinho natural da região. Embora Paulinho seja novo, conhece o tempo das coisas, penetra no mistério de Cronos. Tudo tem seu tempo; a jaqueira demora quinze anos para dar jaca. Dura cerca de oitenta anos. Além dos tempos de cada ser vegetal há ainda a influência da lua. E recomendou cortar madeira ou bambu na lua minguante. Não broca.

Janice Blaudt, tem terras, mas a maior parte é mato, inclusive cita a proibição do IBAMA como justificativa.

As condições parecem ser comuns à outras áreas integrantes dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra. Em Rio Bonito, seu Cravo revela uma realidade semelhante. Também registra que chovia muito no passado. Um detalhe demonstra a presença de mato: as cobras. Muitos foram mordidos por cobra, inclusive ele. Seu Balmant confirma as condições gerais de Rio Bonito e demonstra que a mata lhe era familiar. Lembra que quando era criança trabalhou com a tropa puxando madeira. Quando chegava madrugada, começava a viagem e quando clareava o dia já estava no meio da mata.

Em Galdinópolis, Aleixo Sangy se queixa de que o IBAMA tem multado recentemente muita gente. Informa também que antigamente havia muito mais lavoura do que hoje. Atribui ao IBAMA a responsabilidade pela diminuição. Como demonstração da presença da mata cita as madeiras extraídas da mata local: tapinoã, angelim, jacaré, monjolo, jequitibá de três qualidades: a rosa, a parda e a branca. A melhor de todas é a rosa. Conhece outras madeiras: candeia, boa para moirão de cerca que dura vinte, trinta anos; canela, murici, eucalipto, mururа, capoeroca, maria preta, canjerana, jacoatirão, cambotá, canela cheirosa, canela amarela, canela veado, canela murici. Ao falar de cobra, referiu-se à terrível jararaca d'água. *"É o catiço"*. Como conhecedor da mata e de seus segredos disse que jararaca preguiçosa vive na água e é um perigo. Jararaca dá em água, no brejo. Lembrou ainda ervas nativas que são perigosas. Erva de rato mata tudo quanto é animal. Um patrão perdeu dezesseis cabeças de gado que comeram erva de rato misturado. Mistura erva de rato com fubá para matar rato. *"É comer*

e morrer”. Curiosamente, ele grande conhecedor do verde das matas, não gosta de verdura. Aliás não come nada cru. Só salada de tomate.

4.2. POVOAMENTO

Em conseqüência de disputas político-partidárias, a sede distrital alternava, transferindo-se diversas vezes para São Pedro da Serra. O traço que distinguia a sede era a presença do Cartório. Em 1927 chegou a ser criado o distrito de Galdinópolis, cujo nome evocava o Prefeito Galdino do Vale. Teve curta duração.

Embora a população esteja mais concentrada nas sedes distritais, existem vários pequenos povoados que compõem os respectivos distritos. Assim Vargem Alta, Benfica, Colonial 61 integram o distrito de São Pedro da Serra. Galdinópolis, Rio Bonito, Boa Esperança, Santiago, Cascata fazem parte de Lumiar.

A distribuição de nomes por todos os distritos representa mobilidade das famílias, que através de casamento, formavam-se e misturavam-se em várias terras. Assim, encontramos Ouverney principalmente na Benfica, mas há Ouveneys em toda a região: São Pedro da Serra ,Galdinópolis. Marchon, Spitz, Berbert, Brust, Moser, Klein, Jaccoud, principalmente na área de Lumiar. Lembrando um primitivo estabelecimento de imigrantes e seus descendentes na área de São Pedro evocamos as famílias, Blaudt, Schmidt, Heggendorn, Mafort, Frez, Schott, Bon, Heringer, Eller. Espalhados por várias áreas encontramos Balmant (Rio Bonito), Cardinot (Colonial 61). Embora a descendência suíça e alemã seja majoritária, historicamente houve interpenetração com pessoas de fora, alguns adquirindo inclusive terras e posições econômicas mais ricas. Pessoas de fora figuram também entre meeiros que se cruzaram com pessoas da região descendentes dos suíços e alemães. Naziro Pedro era filho de libanês estabelecido na terra. Passou a ter muitas terras. Era casado com Iolanda Eller. Assis Martins da Costa, além de descender da família Marchon, era casado com descendente de imigrantes. Possuía um armazém que hoje é um

pequeno supermercado. A escola da região tem o nome de sua família.

Imagem do relevo da região do 5º e 7º distritos vista da Pedra da Benfica

Enquanto a região era exclusivamente agrícola e esteve ligada ao que podemos considerar um paradigma roceiro, a presença de pessoas de fora e de procedência distinta do bloco migratório se localizava na agricultura e no limitado comércio. Atualmente aumentou muito a presença de pessoas de fora ligadas à atividades comerciais e culturais, enquanto a agricultura continua principalmente nas mãos dos descendentes de colonos.

Se a própria Nova Friburgo apresentava um quadro urbano, permeado de vida rural até 1940, nas áreas em foco, a vida rural era amplamente dominante. O quadro foi definido como uma verdadeira grande família, com poucas famílias dominando extensas áreas. Como demonstração do fenômeno, algumas áreas de São Pedro

possuem até hoje nomes como Bocaina dos Blaudt, Bocaina dos Maforts.

A presença de sítios menores do que as grandes extensões em poder de algumas famílias ocorreu na área. A população é identificada como lavradora possuindo sítios próprios, trabalhados pela família. Os maiores proprietários inclusive foram distribuindo terras. Herança, doação ou venda forjaram o perfil da propriedade nesta área, que se apresenta, como frisou Moisés Gomes, marcada pela pequena propriedade.

Embora São Pedro e Lumiar fossem, guardadas as devidas proporções, pequenos centros que aglutinavam áreas mais dispersas, havia uma rede de caminhos e trilhas que interligavam o tecido povoador. Estradas e trilhas conduziam caminhantes para a direção de Santo Antônio, Barra Alegre, São José, enfim Bom Jardim. Para se alcançar Nova Friburgo poderia se seguir ou por Vargem Alta, passando pelo Colonial 61 ou pelo Alto dos 50, via Lumiar e se desembocava em Muri.

Havia uma comunicação por estrada de terra com Casimiro de Abreu e Macaé, via Pedra Riscada, Campos Elíseos, Quilombo e Barra do Sana. Caminhos pouco usuais existiam por toda parte. Havia trilha que partindo de Boa Esperança (Lumiar) passava por Macabu e descia em Sana. Hoje este caminho passa por dentro da mata e dispõe de uma bela vista da inclinação da serra próxima ao mar, figurando nas rotas de ecoturistas. A região se comunica também com Silva Jardim na direção de Bananeiras através de trilhas.

Seu Beninho, velho tropeiro, cita boiadas que vinham de São Lourenço, Macuco, Cantagalo, Valão do Barro e até da Bahia. Conta-se que havia boiadas que perfaziam seis meses até alcançar Niterói. Seu Beninho abrigou já em seu rancho cerca de 1200 bois. Segundo ele, quase todo dia passavam boiadas por São Pedro da Serra. Isto teria durado até 1968. O tabelião local, Moisés Gomes afirma que vinham boiadas procedentes do Estado de Minas Gerais. Passavam por Cantagalo, São Pedro, Lumiar.

Segundo Acir Spitz, as estradas e caminhos eram abertos pelos colonos e proprietários. Era o que se chamava “abrir estrada no braço”.

Em São Pedro da Serra, a memória dos antigos evoca um período em que a vida familiar se entrelaçava em bailes realizados em casas de família, onde certamente machos e fêmeas se encontravam, daí resultando casamentos. Além dos bailes familiares, poucas atividades podiam conferir certo ar comunitário: igreja, farmácia, lojas de secos e molhados, uma banda.

O isolamento em face de Friburgo e de outros centros conferia um ambiente muito particular a estas regiões. Fracassada a época do café, a região parece ter mergulhado numa maior interiorização, com traços comunitários bem diluídos. Os elos entre as pessoas se forjavam em mutirões e em festas. Vários manifestaram saudosa lembrança da Festa de São Pedro à qual compareciam pessoas de povoados próximos como Vargem Alta, Barra Alegre e Bom Jardim. Muitos entrevistados lembravam com simpatia a Folia dos Reis.

Hoje ainda existem alguns remanescentes das construções do passado. São casas de pau-a-pique com uso de poucos pregos, quase tudo sendo encaixado. Eram freqüentemente suspensas sobre blocos de pedras, com assoalho de madeiras de lei. Abrigavam os componentes de grandes famílias alimentadas pelos fogões de lenha e pelos fornos de fazer broa, no lado de fora da casa, sem banheiro interno e na maior parte sem banheiro. As famílias viviam em proximidade a galinhas e porcos.

A sociedade se reproduzia. Em termos de povoamento, as terras disponíveis abrigavam novas famílias que provinham do casamento dos filhos. Era uma sociedade que se afirmava perante a natureza com uma quantidade de filhos que superava a mortalidade existente, garantindo assim o permanente crescimento populacional. Ainda assim os números indicam limitado crescimento, tendo inclusive diminuído em números absolutos de 1940 a 1950, quando a população do distrito de Lumiar teria passado de 5 218 a 5 205

pessoas. Também entre 1970 e 1980 a população teria declinado de 6 495 a 5 523 pessoas. Embora de 1980 a 1990 tenha havido crescimento populacional quando a população passou de 5 523 a 7 654 (incluindo Lumiar e São Pedro), é possível falar em duplo movimento da área. De um lado a evasão rural e de outro a chegada de novos moradores. É cedo ainda para se falar na reversão do quadro de êxodo rural. O total da população, segundo o censo de 2000 neste ano em Lumiar e São Pedro foi de 7 269, o que pode esconder o êxodo rural. A população destes distritos totalizava 7 615 em 1990.

Havia mobilidade populacional o que faz com que seu Beninho, por exemplo, tenha vindo de Vargem Alta, comprando terras de Joãozinho Boy. Tem, ainda hoje, parentes em Vargem Alta. Veio com o irmão, Júlio Manhães e compraram terra a bom preço em São Pedro. Segundo ele, na época eram poucas famílias e muitas terras. Diz que São Pedro nesta época tinha apenas 5 casas. Os trabalhadores eram membros da família dos proprietários. As propriedades eram maiores do que hoje, mas não chegavam a ser fazendas.

Hoje tudo é lote, afirma seu Beninho. As principais famílias, segundo Beninho, eram Heringer, Schmidt, Blaudt, Mafort e Magaldi. Em outro momento já acrescenta outros nomes: Juca Barroso, Francisco Eller, João Tardin, Joãozinho Boy, Miguel Carvalho, Otávio Silvério. Havia somente uma escola no lugar – do Estado; uma banda composta por membros da família Heringer. Às vezes um circo visitava São Pedro. Bailes em casa com broa, café, cachaça. Vinha gente de toda a região. Os bailes iam até o amanhecer do dia.

Havia um telefone que ficava na praça e fora colocado pelos Heringer. Ficava na venda do Eduardo Knust. Só falava com Barra Alegre. Registra a vinda de muitos empregados procedentes de Bananeiras, Casimiro de Abreu. Este pessoal vinha apenas com um *“picuá”* (bolsa) nas costas. Não vinham muitas pessoas de fora. Às vezes passavam ciganos no local, nem sempre bem recebidos. Sempre

houve a festa de 29 de junho. (São Pedro). Vinham pessoas de Vargem Alta, Boa Esperança e Macaé.

Seu Luís Mafort era neto de um dos patriarcas da região – João José Mafort. Nasceu em Rio Bonito e com 11 meses veio morar em São Pedro. Foi criado na casa do avô. A esposa também era originária de São Pedro, pertencente a família Miseret. Todos os Maforts eram originários de Macabu. Como patriarca, seu avô construiu uma casa de 102 metros na atual Bocaina dos Maforts. Levou vinte anos para construir esta casa com muita madeira de lei, que o senhor Klein desmanchou para construir outra considerada *"michuruca"* pelo pedreiro Luiz Mafort. Quase toda a atual Bocaina dos Maforts pertencia ao avô. Outro grande proprietário na região era Nicolino Magaldi. Nesta época São Pedro era despovoado. O centro de São Pedro era um brejo. Podemos perceber que quantidade de terra não significava efetivamente riqueza.

Seu Zé Quintas nasceu em São Pedro em 4 de fevereiro de 1924 e confirma um passado no qual existiam poucas casas em São Pedro. Todos se conheciam no local, tão poucas eram as famílias do lugar. Dois armazéns: Eduardo Knust e Joãozinho Boy. Chegou a ver pessoas mais antigas que falavam alemão. Havia descendentes de escravos na região. Perguntado pelos ciganos, respondeu que eles vinham e faziam comércio com os moradores. Os antigos lhe haviam contado que algumas valas foram feitas por escravos, mas ignora a quem pertenciam. Nunca ouviu falar de índios na região. As casas existentes eram feitas pela própria família no esquema de mutirão. Embora distantes, estiveram sujeitos à convocações do serviço militar que vinham pelo correio. Podia-se ir à Friburgo à pé. Havia um certo espírito comunitário que fazia com que os vizinhos distribuíssem reciprocamente coisas.

Considera que antigamente não se estava tão apertado. Algumas famílias saiam para procurar emprego em Nova Friburgo. A juventude saia muito para procurar emprego em outros setores de atividade. Asgerações mais novas consideram muito pesado o trabalho na lavoura. Percebe uma tendência nas famílias: os filhos

vão se criando e indo para a cidade. É difícil encontrar uma família cujos componentes estejam todos no lugar. Muitas terras estão sendo compradas por pessoas de fora, que põem um caseiro para trabalhar e não investem na lavoura. Registra a existência antiga de uma padaria que fazia pão de trigo procedente de Friburgo. Conheceu dona Nadir, sua esposa, desde criança. Eram vizinhos. Os namoros começavam nos bailes e nas festas. Lembra Folia de Reis indo de casa em casa. Era um bloco que tinha uma banda: sanfona, tambor, pandeiro,chocalho, reco-reco. Quando as pessoas da casa faziam um pedido, o bloco parava e fazia ladainha. Os bailes em casa foram se acabando.

Osório Blaudt nasceu em 6/7/1905 na Bocaina dos Blaudt, São Pedro. A Bocaina pertencia inicialmente a Valentim Blaudt que tinha 40 alqueires de terra e um filho, Daniel que por sua vez tinha 11 filhos Seu pai, Eugênio Blaudt teve 10 filhos. Seus avós falavam alemão. O avô teria vindo com 11 anos da Alemanha. O pai não falava alemão. Casou-se com 22 anos e teve 8 filhos. Conheceu sua esposa na vizinhança. Conhecia a região. Por vezes ia a Friburgo, Macaé de Cima. Ia à pé ou com animal. A região tinha poucos donos: João Mafort, família Schmidt, Blaudt. Em Lumiar cita Carlos Maria Marchon. As famílias faziam suas próprias casas. A primeira casa da família foi feita pelo avô com a ajuda dos filhos. Moravam cerca de 15 pessoas. Freqüentava os bailes do arraial que eram realizados na casa de João Heringer ou dos Boys. De tempos em tempos passavam mascates vendendo tecidos, cobertas, sapatos.

A mãe dele nasceu no local; era de descendência suíça. Sua esposa era da família Verly. A família da esposa foi morar em Vargem Alta onde tinha terras. Seu sogro falava francês. Conheceu um ex-escravo que trabalhava com ele como empregado, que lhe contava estórias da escravidão. A informação era de que havia algumas fazendas com escravos na região. A maioria dos escravos foi embora. Não conheceu descendentes de escravos. Quando era criança já havia escola, mas o pai não levou nenhum filho para a escola.

Nunca chegou a ver índios nem o avô, porém relata que seu pai encontrou há muitos anos vestígios de índios em seu terreno. Eram restos de vasos e pequenas vasilhas. Existia uma farmácia pertencente ao seu José Martins da Costa. Seus filhos estudaram. Um deles é dentista (prático), outro tem comércio. Alguns moram em Nova Friburgo. Chegaram a levar susto quando viram pela primeira vez um caminhão no local. Existia uma banda musical em São Pedro. O avô materno tinha poucas terras. Considera São Pedro um lugar muito atrasado e acha que não mudou muito. Os proprietários pagavam impostos em Friburgo tanto para o município como para o Estado. O imposto não era alto, mas seu Osório não registrava retorno para o local.

Aldereno Blaudt, nascido em São Pedro. Quando ele nasceu, seu avô teria 140 alqueires de terra em São Pedro. Segundo ele, onde havia 3 ou 4 famílias, hoje tem mais de 100. Diz que não havia comunicação alguma com o mundo. Ajudou a fundar o primeiro time de futebol do lugar – o Nova América. Logo depois, o time se transformou no Estrela do Mar. Seu Aldereno tem 5 filhos, todos morando em Conselheiro Paulino. Foi morar em Friburgo em 1975. Os filhos todos estudaram em Friburgo. Após aposentado, se separou e voltou para São Pedro da Serra. Lembra–se do chalé de madeira no qual os antigos membros da família moravam. Era enorme, com paredes de pedra e pau-a-pique. Cita como moradores da época: Francisco Eller, Manuel Knupp, Higino Caetano de Lima, Alfredo Schmidt, Felipe Tardin, Osório Blaudt, João Blaudt, Eugênio Blaudt. A Escola era na Vila Maurília.(centro de São Pedro). Este nome era em homenagem a dona Maura, profesora. Os bailes familiares eram a principal diversão. Tocavam muita polka e valsa. Geralmente as pessoas se casavam com visinhos. Conheceu sua esposa numa festa em São Pedro. Ela vinha de Boa Esperança. O centro de São Pedro sempre foi no mesmo lugar, onde hoje é a praça.

Astrogildo Protásio Moser, nasceu em 19 de outubro de 1918 em Lumiar. Seus pais são de Boa Esperança. Descendência suíça. O bisavô, Vitório, era filho do primeiro Moser da região – Henrique Moser. Foi o fundador do cemitério de Boa Esperança. A família

possuía terras que foram sendo distribuídas, ao longo dos anos, aos herdeiros. Havia pobres na região, que não tendo terras, trabalhavam como colonos ou meeiros. Sua família não possuíra escravos.

Foi criador de uma linha de ônibus na região em 1960. A região era de proprietários. Considera que os jovens hoje estão saindo para trabalhar em Friburgo. Esta evasão de pessoas da terra tem sido compensada com a vinda de pessoas de fora. O processo de venda de terras era feito antigamente entre vizinhos. A terra era barata. Hoje a terra está mais cara e mais difícil para as pessoas do local comprarem.

Moisés Gomes, o titular do cartório, se refere a um tempo mais recente quando observa que é muito comum trabalhadores morarem em Lumiar e trabalharem em Nova Friburgo. Segundo ele, hoje está mais difícil para o agricultor comprar terras. Os trabalhadores passam a trocar o trabalho da lavoura por empregos em Friburgo (fábricas, confecções) ou na parte urbanizada do distrito. A maior parte dos casamentos é entre as pessoas da terra. São poucos os casamentos com pessoas de fora. Isto acelera a divisão de terras.

As pessoas da terra preferem fazer casas para alugar, especialmente porque se vêm prejudicadas pela proibição de plantio em determinadas áreas, imposta pelo IBAMA. Tem diminuído aluguéis de casas para turistas em relação ao número de casas alugadas por pessoas que vêm fixar residência na região. Observa que o fluxo de pessoas de fora variou ao longo do tempo. Teria começado com a compra de terras em Macaé de Cima e Rio Bonito e depois se expandiu para outras regiões do distrito.

Segundo Moisés, cerca de 85% de terras da região de Rio Bonito pertencem hoje à pessoas de fora. No conjunto ele acredita que metade da população dos distritos é de fora. A população local tem diminuído. Considera que 70% da população local vive da agricultura, sendo errôneo classificar o lugar como área turística. Considera que o turismo não beneficia os lavradores e sim meia dúzia de comerciantes. Está havendo uma acelerada divisão

de terras em função da desvalorização da agricultura, levando os donos de propriedades a venderem e lotearem as suas terras. Diz que na região tem poucos pretos. No tempo de Carlos Maria Marchon existiriam mais de 40 escravos na região, mas os negros não teriam permanecido na área.

Maurília Heringer da Silva, filha de João Silvério Heringer e de Constância Eulália Heringer, nasceu em 7 de agosto de 1907. Criou os filhos em São Pedro. Naquele tempo não havia escola, as aulas eram em casa. E os professores pouco sabiam. O Avô era filho de alemão legítimo. ”Eu ouvia ele falar em alemão, mas não entendia nada”. *“Tinha até uma bíblia dele em alemão”*. Na Bíblia tinha registros de escravos. O pai não tinha escravos, mas o avô tinha. A avó falava alemão com o avô. Morava na casa que fica hoje em frente ao coreto da praça. O pai tinha muitos meeiros. Todos moravam na fazenda. Seu avô ficava na Benfica. E deu para cada filho uma fazenda. Quando seu pai casou, o avô deu-lhe a fazenda de São Pedro. E aqui seu pai criou os nove filhos. Dividiu a terra pelos nove filhos. Ela, Maurília, teve cinco filhos. Quatro mulheres e um homem.

Considera o pai muito querido na região, sendo visitado por muita gente. Lembra-se de um período em que a Festa de São Pedro era mais religiosa do que leiga, havendo muitos batizados e confissões. O lugar era muito pequeno; poucas casas, mas no domingo enchia de gente. Não sabe de onde vinham tantas famílias. Havia uma banda de música e seu pai tocava clarinete. Hoje acabou tudo. Considera que agora nem ela conhece bem São Pedro. Com esse negócio de turismo, vem tanta gente de fora! *“A gente já não se entrosa muito”*. Antes as famílias se entrosavam mais. Aos domingos uma ia jantar na casa da outra. A banda de música ia tocando nas ruas e em todas as casas em frente das quais ela parava, a gente (expressão de Maurília) dançava.

Havia muitos empregados pretos. Conheceu muitos ex-escravos. O avô deu lugar para eles morarem. Ficaram por aqui mesmo. A maioria morreu. Ela nasceu em casa. *“Foi meu avô que fez o parto”*. O avô materno era parteiro e tratador. As moças se

casavam muito cedo. Maurília se casou com 17 anos. *“Todos os meus filhos nasceram, aqui em casa”*. Tinha que ser em casa, não tinha estrada e buscar médico em Friburgo, era um dia de viagem. Os circos que por aqui andavam eram melhores do que estes que a gente vê na televisão. *“Quando vinham para cá, passavam seis meses aqui”.* Davam dois espetáculos por semana e todos eles ficavam lotados. Sempre arranjávamos uma casa, para eles ficarem morando. Ciganos também vinham muito. De noite porém era necessário ficar vigiando a casa porque eles roubavam. O irmão, quando serviu o exército, trouxe um amigo do quartel pra morar e lecionar em São Pedro. Dona Maurília foi aluna do professor que se tornou seu marido alguns meses depois. *“Meu marido trouxe o futebol para São Pedro”*. Em São Pedro chegou a haver um quartel de polícia.

Higino Caetano de Lima nasceu em 11 de janeiro de 1912 em Bom Jardim. Seus pais moravam em Bom Jardim. Teve 18 irmãos. Apenas 9 estão vivos. Mora em São Pedro desde 1940. Seus irmãos moram todos em Friburgo. O pessoal antigo gostava de visitar. Hoje ninguém visita mais. O prazer da mãe era receber as pessoas aos domingos. Matavam um pato, um frango. Casou-se em Barra Alegre e três anos depois veio morar em São Pedro, no sítio do sogro João Luís Knupp. Depois comprou algumas terras. Foi o primeiro a abrir uma estrada para carros. Trazia um médico amigo que prestava serviços ao povo. Nunca viu índios, mas acredita que uma ossada encontrada na Pedra Riscada fosse de índios. Em Barra Alegre, seu pai encontrou muitos pedaços de cerâmica de origem indígena.

A Igreja cumpriu um papel legitimador de casamentos, batismos, porém pouco religioso. Não se vê um jovem em São Pedro, todos estão em Friburgo. Ninguém está mais na lavoura. Se convidar um jovem para fazer uma lavoura, mesmo dando tudo, adubo, etc, ele responderá: *“Eu! Para uma cobra me pegar”*. Ele passou pelo tempo das cobras. Foi picado quatro vezes. A rapaziada hoje não tem coragem para abrir uma lavoura.

Vargelino Figueira Filho (seu Geninho – (03/11/29) casado com Helena Frez (06/08/39), descendente de portugueses, nascido em Santiago. Dona Helena descendente de alemães, nascida em São

Pedro. Tiveram 10 filhos em casa, mas apenas 3 estão vivos. Os pais tinham terra, mas venderam tudo. Em épocas de dificuldade recebeu muita ajuda dos vizinhos que davam comida e dinheiro. Dona Helena tem 4 irmãos em São Pedro e dois em Barra Alegre. Segundo seu Geninho, hoje há muita gente de fora. Mudou muito. Aumentou o número de casas e pessoas. Moram há 35 anos como meeiros e têm direito sobre a casa em que vivem pela lei de usocapião.

Maria Francelina Macedo, Dona Nena, descendente de escravos, natural de Campos Elísios, no vale do Macaé. Não se lembra da idade. Também não se lembra quando veio para São Pedro. O avô era escravo. Considerava ele muito bom. Contava estórias. O avô veio da terra só dos pretos (certamente África). Segundo ela, pessoas do Brasil foram para lá e trocaram ele por um barril de cachaça. Foi criado pelos pais em Aldeia Velha. Tem cinco filhos e três mortos. No passado era muito difícil. E hoje vê que todo mundo pode fazer casa. Entre seus patrões cita Luciano e Felipe Jaccoud. Trabalhou muito no Seminário quando havia seminaristas em Lumiar. Naquele tempo quando entrou em São Pedro, ninguém tinha nada, de maneira que a gente procurava serviço e não achava. Reclama que hoje está velha. *“Agora é que nem cidade, ninguém nem comprimenta”.* E ninguém a visita. As coisas foram melhorando; todo mundo foi fazendo casa. Estes que tinham muita terra, foram vendendo lote. *“Agora apareceu esta gente do Rio. Outros pagam aluguéis”.* Conseguiu a sua primeira casa, trabalhando no canavial do Elói Heringer. Tem 4 netos e muitos bisnetos.

Seu Nagib José Pedro, nasceu em 2 de julho de 1920. Seu pai era da Síria e sua mãe brasileira. Os pais se estabeleceram em Boa Esperança em 1916. Passou a infância no lugar. Esteve na Itália na Segunda Guerra Mundial. Ao retornar ao Brasil, voltou para Lumiar. O pai tinha tropa. Quando foi para a guerra, deixou a tropa com irmão. Voltando da guerra abriu um comércio com o soldo recebido no exército. Montou uma tropa, com ela trabalhou e passou o comércio para outra pessoa. Não chegou a ter grandes propriedades rurais. Casou com uma prima. A maior parte da população nesta época era composta de lavradores. Os núcleos mais populosos eram

São Pedro e Lumiar. Havia carteiro e ferreiro na região. O lazer eram bares e futebol. Às vezes o time ia a cavalo jogar em outras áreas como Barra do Sana, São Pedro. Considera positivo a vinda de pessoas de fora.

Acir Spitz (falecido), nasceu em Barra Alegre em 1927. Morava em Lumiar há 58 anos. Filho de Eugênio Guilherme Spitz e Amélia Ouverney Spitz. Seu avô, Guilherme Henrique Spitz tinha lavoura de café em Barra Alegre. Seu avô fora vereador em Friburgo. O avô materno era mascate. E foi o homem que teve mais terras no distrito. Sua mãe ganhou 40 alqueires de terra. Seu pai comprou a fazenda de Carlos Maria Marchon. Acir teve 13 irmãos. Seu pai morreu com 77 anos e nunca teve uma dor de cabeça. O pai de Acir tinha poucos meeiros. Usava mais a ajuda da família – trabalho familiar. Às vezes vinha alguém da Baixada para pegar serviço como meeiro. Nem todos tinham terra. Quem tinha terra era uma meia dúzia. Foram morrendo os velhos e assim a terra foi sendo dividida. Hoje há o predomínio da pequena propriedade.

Naquele tempo, a Igreja era mais ligada à comunidade. Tinha mais presença na sociedade. Foi administrador do lugar por 44 anos. Chegou a tocar na banda de Lumiar. Após a abertura da estrada, muitos jovens saíram da região. Muitos foram embora. Os que ficaram fizeram o serviço melhor, porque com a estrada vieram melhores condições para a lavoura como químicas e melhor condição de transporte da mercadoria.

Lumiar melhorou em parte. Muitas pessoas de fora fizeram suas casas aqui e o lugar cresceu. Em outro sentido piorou porque tem muita gente de fora para bagunçar. Quando era estrada de chão, podia deixar a casa aberta. Havia mais sossego. Para alguns a venda de terra foi ruim, porque os proprietários venderam seus sítios e se tornaram caseiros em sua própria terra.

Lucídio José Schmidt, nasceu em São Pedro em 4 de setembro de 1941. Seus pais eram Amograsso Schmidt e Círia Arivalda Turler Scmidt. Neto de Alfredo e Amélia Schmidt. Seus avós e pais sempre moraram na Bocaina dos Blaudt. Seu pai teve 23 filhos. Onze estão vivos. Quatro moram fora e sete moram na terra herdada pelo pai.

Seu avô tinha mais de 100 alqueires, mas precisou se desfazer ao longo da vida. Seus tios moram todos em Friburgo. Apenas uma irmã de seu pai ainda mora na Bocaina. Quando jovem freqüentou a Escola Municipal da Bocaina. Era numa casa de barro. Estudou apenas 8 meses. No Colégio Estadual de São Pedro, havia a exigência de que os alunos andassem arrumados e seus pais não tinham condição. Segundo Barão, os menos favorecidos socialmente ficavam mais na roça. Só ele estudou na família. Segundo ele, a população aumentou muito. A vida melhorou com a abertura da Estrada João Heringer que liga São Pedro a Vargem Alta. São Pedro cresceu por causa da expansão da lavoura de café, banana e pelo loteamento. O primeiro loteamento da região foi feito pelo Pedro Heringer e Edmo Heringer que lotearam do Coreto até a Igreja, realizando benfeitorias no local.

Contradiz-se quando afirma que nos tempos antigos se estava muito melhor, mas hoje considera melhor para o trabalhador, com mais oportunidades e direitos trabalhistas. A maioria das pessoas da lavoura foi para a cidade em busca de emprego, porém com o crescimento do lugar, muitas pessoas voltaram. A terra hoje é mais cara, mas a circulação de dinheiro possibilitou maior construção de casas. As casas eram feitas em sistema de mutirão. Juntavam 30 pessoas para levantar as peças da casa. Em 8 dias faziam uma casa. Ninguém cobrava nada. Não usavam prego. As madeiras eram todas encaixadas.

Famílias tradicionais: Schmidt, Ouverney, Barroso, Eller,Blaudt, Tardin. Seu avô falava alemão. Segundo ele os idosos viviam com mais saúde. Seu pai deixou um alqueire para ele. Ele foi obrigado a vender para pagar dívidas. Construiu algumas casas, chegando a se julgar em melhor situação, mas pouco tempo depois teve que abrir mão das casas para os seus financiadores, (gente do lugar) por não ter tido condições de atender as exigências dos financiadores. Seu irmão foi um dos que lhe tomou as terras. São Pedro antigamente só dispunha de trilhas para animais.

Joaquim Barrroso, nascido em Bom Jardim em 1912 (faleceu em 1988).

> *“Isto aqui era um lugar meio ruim. Não se vendia quase nada. Era tudo a lombo de burro. Daqui a Friburgo nós gastava dois dias. Chegava lá, vinha no outro dia tudo cansado. Era assim. Não foi fácil não. Acho incrível. Nós quando mudemos para cá, nós compremos 120 alqueires de terra com 24 mil réis. Fácil, né? Só que tem que era muito difícil desfazer também, porque o senhor não vendia banana, o senhor vendia inhame. Pra vender um frango tinha que levar em Friburgo em lombo de burro. Não era muito fácil não. Mas graças a Deus eu me firmei. Meu pai criou todos nós aqui. Meu pai criou 7 e eu criei 11. Tá tudo casado. Tenho 9 filhos aqui e dois em Friburgo.”*

“Criei minha família fácil. Onze filhos e nunca precisei comprar uma garrafa de leite”. Contradiz-se ao afirmar que São Pedro era melhor do que é hoje. Tem muita gente, tá muito povoado. Só que o povo não é dos nossos. *“A gente tem um bocado de cisma desta gente”*. Conheceu sua esposa em Barra Alegre. Aqui dentro de São Pedro era um criadouro de porco. Era gado, porco, tudo solto por aí. Casou em São José. São José era a sua terra. Lá eu sou nascido, registrado, casado. Seu Neno, avô da esposa fundou o campo de futebol. Nunca “panhou” colégio, mas as filhas estudaram. Comprou o sítio do finado Américo Blaudt. Nuca teve empregado. Segundo ele, seu pai deixou bastante terra. Não precisamos brigar pela terra, mas hoje a ambição é demais. Um quer mais do que o outro. Viajava para São José, Bom Jardim *“todo lugar nós ia, sempre em burro”*. A sua mulher morava na Bocaina dos Blaudt, para cima do Mograsso.

Maria José Mendes Gaspary, nascida em 7/8/29 em São Pedro, filha de João Mendes da Silva e Maurília Heringer da Silva, neta do capitão João Silvério Heringer e da vereadora Constância Martins Heringer. Esteve em Niterói desde 1937 até 1965, aposentando-se como funcionária pública do INSS. Teve 8 filhos.

Seus avós sempre fizeram serviço de assistência social. Seu avô sempre doava terras para quem ia se casar. Ele doou tanto que hoje os seus descendentes não têm nada. O avô doou a área do centro de São Pedro da Serra para a comunidade. O acesso para São Pedro era feito por Santo Antonio. A primeira estrada oficial foi

feita por seu avô, ligando São Pedro a Vargem Alta. Sua avó dava roupa para pessoas pobres, alimentação; dividia a produção da fazenda. Prestava serviço social no passado. Seu pai recebia médicos da Prefeitura e fazia atendimentos na própria casa.

Maria José pediu ao governador a criação do Posto de Saúde do Estado. O Estado construiu o prédio e contratou o médico. A manutenção era feita pelo pessoal do lugar. A creche também foi idealizada pelos seus pais. O terreno para o Posto de Saúde foi doado por Maria José. Após a construção, como o Posto não tinha ainda condições de funcionar, passou a ser sede do CLUMAP. (Clube da Mãe Pobre). Após 17 anos, a Prefeitura construiu uma nova sede para o CLUMAP e Maria José devolveu o prédio do Posto de Saúde. Segundo ela há uma inversão da comunidade: de roceira para a urbana. Os turistas passaram a contratar o casal de nativos: o homem para tomar conta da terra e a mulher da casa. Poucos moradores daqui do centro de São Pedro tem galinheiro, porco ou cabrito. Isto é coisa do passado. Com o turismo, as terras foram picotadas para fazer casas para alugar. Na “minha época” não tinha nenhuma mulher trabalhando em Friburgo, hoje muitas trabalham lá como domésticas, em loja, como costureiras. A evolução de São Pedro parece muito tumultuada. Fica triste quando vê construir casa quase na calçada. Ninguém aqui em São Pedro se comunica com o amanhã. Querem o agora. Fazer casa para alugar e usar o maior número de metragem. Então fazem casa quase no meio da estrada.

4.3. Famílias e Propriedades

Os depoentes sempre se referem à origem dos povoados vinculada à algumas famílias a exemplo da família Heringer que deteria a propriedade de uma imensa área que cobriria parte de Benfica e o atual centro de São Pedro da Serra. Outras famílias ocupavam áreas como as atuais Bocainas dos Blaudt e Mafort. Há ainda lembranças de famílias antigas como Magaldi, Tardin, Spitz

em Lumiar, Eller, Barroso, Boy. Estas, ao que parece, eram grandes famílias e ocupavam extensas áreas.

Há entretanto outros nomes familiares de descendentes de suíços e alemães que estão presentes ainda hoje e certamente tinham também propriedades como Schott, Hegdorn, Frez, Ouverney. Estas famílias não foram citadas como grandes proprietárias, mas a sua presença pode ser constatada na região. Membros da família Ouverney estão concentrados em Benfica mas também se encontram em outros sub-povoados como São Pedro da Serra, Galdinópolis etc. O mesmo em relação a quase todos os nomes de modo que é possível perceber um entrelaçamento familiar que abrange a região como um todo.

Ao mesmo tempo que existe esta disseminação de nomes familiares em várias localidades, ocorre também a fragmentação da propriedade da terra. As terras passaram por subdivisões sucessivas através de heranças e vendas. Atualmente vários depoentes identificam loteamentos. Segundo o tabelião há também a transferência, via compra de terras para mãos de “neo-rurais”, novos proprietários egressos de outras áreas, especialmente do Rio de Janeiro e Niterói.

A persistência de laços familiares está ligada à produção, uma vez que o trabalho nas propriedades era realizado pelos próprios membros da família, havendo poucas referências a empregados e meeiros. Quando ocorriam casamentos era comum que um dos cônjuges fosse morar na terra do pai do marido ou esposa, até que houvesse a divisão da terra em seu benefício.

Os depoentes se referem constantemente à subdivisão da terra. Alguns dizem que a subdivisão limita as possibilidades da agricultura. Mas também é possível pensar que as dificuldades da agricultura comercial da região tenha estimulado vendas e subdivisões da terra. O fato é que tanto a subdivisão de terras tem sido um fenômeno apontado pelo titular do Cartório e por várias famílias, como também o declínio da agricultura tem sido quase unanimemente apontado. Muito provavelmente a crise agrária precede a subdivisão da terra.

O paradigma do passado rural indica famílias com numerosos filhos, o que teria favorecido a fragmentação por herança. Hoje as famílias unicelulares e com menos filhos apresentam uma menor subdivisão. Por outro lado, os estímulos para a venda tem sido maiores, inclusive para a formação de loteamentos.

Indagado se há fragmentação ou concentração da propriedade, Moisés Gomes em 2/06/2000, responde que há uma recente fragmentação, para ele tendo como uma das causas a proibição exercida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA de queima das matas e conseqüente inibição da lavoura. Afirma que há sucessiva fragmentação via heranças. Um exemplo dado é o caso de Eugênio Guilherme Spitz. Sua propriedade abrangia o centro de Lumiar, o campo de futebol, o lago e as montanhas das redondezas. Com a sua morte a propriedade foi dividia entre seus onze filhos. Estes onze filhos, todos já falecidos, deixaram as terras para os netos de Eugênio Spitz. Muitos lotearam e venderam partes das propriedades. Hoje, onde havia no passado apenas um dono, há mais de “mil proprietários”.

Tem aumentado a venda de pequenos lotes, aumento do número de casas na região e a transferência de terras para as pessoas “de fora”. Moisés chega a afirmar que a tendência da área é a urbanização. Reafirma que, em virtude do IBAMA, as terras ficam superexploradas, enfraquecendo-as e gerando portanto poucos resultados; daí a preferência por vendê-las para a futura construção de casas.

O próprio turismo crescente tem favorecido a valorização da terra de tal modo que se torna mais atraente vendê-la ou alugá-la. Dá o exemplo de áreas situadas em Rio Bonito e Macaé de Cima hoje pertencentes em 85% a pessoas de fora. Há diminuição de compra de terras por agricultores, sempre pela desvalorização da agricultura em função das proibições do IBAMA e também porque as próprias pessoas da terra consideram melhor negócio a construção de casas para alugar. Constata também o aumento de moradores locais cujo trabalho se verifica em Nova Friburgo. Antes mesmo de ocorrer este

fenômeno, sem fixar época, ele afirma que Lumiar nunca possuiu grandes propriedades. Não era uma terra de fazendas.

Seu Beninho afirma que as terras eram muito baratas, com dimensão que excedia as perspectivas de emprego agrícola. Segundo seu Zé havia muitos meeiros, isto é, gente sem terra. Segundo seu Zé teria havido uma época em que as terras foram mais utilizadas do que hoje. No seu entender muitas terras estão sendo convertidas em áreas de gente de fora que não praticam a agricultura e sim colocam caseiros.

Como demonstração da existência no passado de terras com grandes áreas, o bisavô de Osório Blaudt, Valentim Blaudt, tinha 40 alqueires de terra. Foram herdados por seu único filho, Daniel, que por sua vez teve 11 filhos; um destes era o pai de Osório Blaudt que teve 10 irmãos. Alguns filhos moram em Nova Friburgo. As dimensões de terra talvez tenham sido superdimensionadas por Aldereno Blaudt segundo o qual Eugênio Blaudt possuia 140 alqueires de terra.

As primeiras famílias parecem ter sido quase extensas, por exemplo, seu Osório conta que na casa em que foi criado moravam quinze pessoas. A casa fora feita pelo avô com a ajuda dos filhos. Todos os irmãos do Osório trabalhavam na lavoura, na propriedade da família. Segundo seu Aldereno a terra custava pouco. Senhor Israel trocou 4 alqueires de terra por uma vaca. Hoje a vaca não vale 200 reais e a terra vale mais do que cinqüenta mil reais. Seu pai se desfez de muitas terras numa época em que a terra valia pouco.

A família de Astrogildo Moser também possuía terras que foram divididas pelos herdeiros ao longo dos anos. Seu bisavô era filho do primeiro Moser da região – Henrique Moser.Confirma que a terra era barata e que havia venda de terras para os vizinhos.

Astrogildo Moser e sua família – 1987
Foto de Jorge Miguel

O avô de Maurília Heringer tinha grandes extensões de terra que abrangiam Benfica e São Pedro, o que é ratificado pela Maria José, filha de Maurília. Ele deu uma "fazenda" para cada filho. O pai de Maurília quando casou, recebeu do avô as terras que hoje fazem parte do centro de São Pedro. Seu pai era João Heringer. Segundo Maria José, as terras eram tantas que *"as sesmarias dos Heringer vinham de Vargem Alta e terminavam no Poço Feio".* O pai de Maurília foi dando muitos lotes da Fazenda. O que sobrou foi dividido entre seus 9 filhos após a sua morte.

O sogro de Higino Caetano de Lima comprou muitas terras para deixar para os filhos. Após a morte, a família não zelou pelas terras e vendeu tudo. Seu Higino, como genro, manteve seu pedaço, e hoje é o único da família que tem terras.

O movimento de terras era comum. Os pais de seu Geninho venderam todas as terras que possuíam numa época em que a terra valia pouco. Era comum pagar dívidas com terras. Ele vendeu as terras todas para pagar as contas. Alguns recebiam terra pelo trabalho prestado. Foi o caso de dona Nena que recebeu um lote de Eloi Heringer após ter trabalhado no canavial.

Segundo descendentes de João Heringer, ele doara muitas terras. Por incrível que pareça seus descendentes ficaram sem terra.

Seu Nagib comerciante não chegou a ter propriedades grandes. Cita alguns grandes proprietários de Lumiar: Spitz, Knupp, Frezer, Marchon, Sodré.

Seu Naziro se transformou em grande proprietário da região, primeiro porque herdou terras do seu sogro (Eller) e além disso adquiriu outras propriedades com os ganhos do seu trabalho comercial.

Trajano Blaudt confirma o tamanho da Fazenda São Pedro que começava em Benfica e ia até Boa Esperança. Os Heringer deram muitas terras que se converteram em praça, campo de futebol. São Pedro não tinha muitas fazendas. Segundo Trajano Blaudt, as propriedades diminuíram muito, tendo sido divididas entre herdeiros e muitos descendentes venderam as terras. No passado as menores propriedades tinham três alqueires. Ninguém tinha terreno pequeno. O próprio dono trabalhava na terra. Os filhos eram meeiros, apesar de alguns meeiros serem de fora. Algumas sub-áreas tinham muitas famílias morando como na Bocaina dos Mafortes, onde existia em algum tempo mais de vinte famílias. Só os donos de sítio tinham “condições boas” e mesmo assim sua família que tinha 7 alqueires passava fome. Hoje seu Trajano não tem mais terras.

Seu Nelinho era neto de Carlos Maria Marchon. O seu avô tinha 400 alqueires. Teve 5 filhos e deixou 80 alqueires para cada filho. Seu pai tinha apenas um irmão e deixou 40 alqueires para Nelinho e 40 para o seu irmão. Segundo Nelinho, as propriedades diminuíram. Cita algumas famílias suíças que vieram descendo o vale do Macaé: Sottembert, Balmant, Jaccoud, Schot, Hegdorn. Segundo Nelinho, estas famílias se reuniam e dançavam a Marselhesa.

Apesar das situações diferenciadas entre os depoentes, fica patente que a propriedade da terra continua a base da sociedade. Até pessoas que acumularam dinheiro com o comércio compraram terras. Alguns não possuíam terra. São os mais pobres da região.

Trabalhavam em terra alheia. As terras que eram facilmente adquiridas no passado hoje se encontram supervalorizadas em função do crescente turismo. Mesmo com uma agricultura em declínio, é ainda difundido o sistema de parceria, em que meeiros produzem e dão a meia ou a terça para o proprietário. Alguns conservam a terra especulativamente.

A propriedade da terra é o fundamento das relações de trabalho existentes no interior das famílias. Os filhos trabalham nas terras do pai, dando-lhes uma parcela do produto: a meia ou a terça. Quando casam recebem ou compram terras do pai, ou trabalham nas terras do pai da esposa. Quando morre o proprietário, a terra é dividida, cabendo 50% da terra e dos bens inventariados à mãe e a outra metade é partilhada entre os filhos.

1. A ECONOMIA LOCAL

O período abarcado pelos depoentes de 1930 à época atual (décadas de 80,90) se refere a um padrão que, a julgar pelos procedimentos, é o mesmo do século XIX. A casa e a área produtiva se complementam. As pessoas trabalham na lavoura seguindo as estações e durante todo o ano se planta e se colhe, numa economia em que a subsistência é em boa parte assegurada pelo plantio familiar. Este plantio atende também à produção para o mercado. O sistema é o da combinação entre queimada e pousio. Uma área descansa enquanto outra é plantada, e a seguir se procede a queimada da área em pousio para plantação.

Um sítio local possuía lavouras para a subsistência, animais para a sua sustentação. Algumas unidades maiores consistiam de terras em que se plantavam grandes unidades de milho, cana, mandioca. Nelas havia animais, alguns utilizados para o comércio. Havia distinção entre o tropeiro e agricultor, cabendo ao primeiro o transporte de mercadorias para Nova Friburgo e de lá trazendo mercadorias. Muito provavelmente há uma relação íntima entre tropeiros e lojistas locais, havendo um pequeno comércio que troca mercadorias mediante o pagamento dos agricultores.

A julgar pelas dívidas nomeadas em inventários, os comerciantes faziam as vezes de pequenos banqueiros fornecendo mercadorias para os produtores que assim ficam condicionados a plantar para pagar o que antecipadmente consumiram ou obtiveram dos comerciantes.

A acumulação de capital parece ter sido maior entre comerciantes do que entre os agricultores. Em geral os comerciantes se convertiam também em proprietários de terras. Agricultores mantêm grande parte da economia fundamentada na auto-sustentação. Suas casas são feitas de pau-a-pique, objetos de uso doméstico são feitos pelo próprio grupo social. Além das casas feitas com material local, existiam muitos sítios com engenhocas diversas: casa de farinha, engenhoca de fazer rapadura e moinhos hidráulicos de moer milho. O uso de moinhos implicava o pagamento de 10% do milho moído ao dono do moinho o que se chamava *maquia*.

Considerando que boa parte da sustentação alimentar era produzida no local, é preciso lembrar que esta produção está acoplada à cozinha, onde o fogão de lenha está presente em todas as casas. Há ainda disseminados os fornos de cozinhar broas, de fazer pães, situados fora do interior da casa.

Segundo os inventários há a produção destinada ao comércio quase sempre de milho, feijão ou mandioca. A partir da década de 1920 avulta a produção de batatas, sendo Nova Friburgo, um dos maiores produtores de batata do Estado do Rio de Janeiro. Nesta mesma época foi considerado o município de maior conservação das matas do Estado, o que não deve ser tomado como uma atitude ecológica mas como limitação da agricultura. A produção por terreno em geral era reduzida. As explicações são diversas: desde a falta de lavradores até a dificuldade de venda. O fato é que não há nenhuma queixa de qualquer homem da terra de que houvesse insuficiência de terras para a produção demandada. Podemos supor que, ao contrário, existia uma demanda menor do que a capacidade produtiva.

Todos os depoentes assinalam que desde cedo trabalhavam na lavoura.

Os sítios certamente tinham uma grande parte de auto-sustentação: energia – à lenha; cereais e alimentos (a maior parte produzida nas próprias lavouras). Embora se registrasse alguma plantação e uso do arroz, há também registros de compra de arroz e de açúcar nas mercearias. Hoje já se encontra difundida a micro-monocultura cuja venda serve para comprar outros alimentos no supermercado.

a) Agricultura

A lavoura foi a base de sustentação da vida local. É ela que permitiu um certo comércio. A família tendia a produzir o que precisava. Todavia tanto o nível de produção como de atividades vinculadas às necessidades familiares obedeciam a um padrão que implicava a existência de algumas especializações locais e recurso ao mercado. Em outras palavras, as famílias produziam a sua própria subsistência e destinavam parte de suas atividades para a troca, daí resultando um pequeno comércio e a circulação de dinheiro que movimentava em parte a sociedade, comprando equipamentos, objetos de consumo semi-manufaturados.

Havia compra de terras, mas é possível que a acumulação de capital ficasse mais nas mãos dos comerciantes, que podiam aplicar este capital na própria atividade, na compra de terras, imóveis em Nova Friburgo ou simplesmente entesouravam o dinheiro.

A terra era considerada barata. Seu acesso se dava mediante herança ou compra. No passado a posse foi significativa. Segundo o Registro de Terras, foram registrados em Lumiar e São Pedro da Serra 25 propriedades cuja origem foi a posse explícita. Herdaram terras, os Blaudts, os Schmidts, Spitz, Moser, Higino Caetano de Lima (herdou as terras da esposa). Em 1854, segundo o Registro de Terras, 37 propriedades tiveram a compra como origem. Entre os que compraram, no século XX, podemos citar as famílias Barroso e Manhães. A terra era barata, mas como o dinheiro era escasso, muitos não conseguiram comprar terras, como foi o caso do

foreiro José Quintas e de uma trabalhadora descendente de escravos como dona Nena.

A produção destinada ao mercado era em geral de produtos destinados ao consumo alimentar tais como milho, feijão, batata, e derivados de animais como porcos e aves. O leite que é fundamental na vida reprodutiva da sociedade não é mencionado nem como venda , nem como compra, o que nos remeteu à idéia de que havia uma criação local destinada ao consumo da própria comunidade. Segundo Seu Zé, os donos de vacas davam leite aos moradores. Outros afirmam que ele era vendido. Lembremos que, no passado remoto, Nova Friburgo chegou a ter fama de possuir excelente gado leiteiro cujos queijos se tornaram famosos. Havia beneficiamento de produtos como milho, mandioca e cana. Há referências de venda de farinha de mandioca. O uso da farinha de milho, o fubá, era generalizado.

Seu Luíz Mafort faz referência à produção de café quando cita que Nicolino Magaldi tinha cafezal. O mesmo proprietário possuía porcos.

O café que era o produto comercial de grande parte dos vizinhos de Nova Friburgo, como Cantagalo e Bom jardim, era também plantado na região. Mas poucos depoentes se referem ao café, e mesmo os que o fazem, não destacam a produção como essencialmente voltada para ele. Segundo alguns, teria havido uma época em que o café tivera maior importância. Deve-se registrar entretanto que alguns mencionam a venda de café, ora beneficiado na própria região, ora embarcando para Bom Jardim, onde era beneficiado. O café era plantado “para o gasto”. Quase todos depoentes negam a sua significação comercial. Alguns afirmam que nos distritos de São Pedro da Serra e de Lumiar não havia café.

Além de uma produção destinada ao mercado cuja dimensão variável é pouco precisa, os alimentos plantados geravam o consumo imediato e ulterior mediante técnicas rudimentares de armazenamento, reservando–se naturalmente a “planta”, constituída de sementes que asseguravam a continuidade do ciclo produtivo. O feijão, por exemplo, era conservado em banha de porco ou através

de sistema de barreamento. Há produtos que, consumidos localmente, tornaram-se comercializados como o inhame, a batata doce, a batata baroa e a banana. Na década de 60, a banana e o inhame cresceram enquanto produtos comerciais. O arroz, que hoje integra a dieta alimentar da maior parte das pessoas, era produzido apenas para o consumo próprio e mesmo assim em proporções limitadas, uma vez que há muito poucas referências ao arroz na alimentação diária. Seu plantio aparece pouco nos inventários. Um dos depoentes (Zé Quintas) chega a dizer que o arroz era “para dia de visita”, apesar de se registrar um plantio maior do que o que se verifica hoje, quando o arroz passou a ser comprado em super-mercado ou armazém.

A produção para subsistência compreendia atividades como moradia, alimentação, transporte, parte do vestuário, produção de energia. A moradia era feita com madeiras da área, terra, bambus e pedra utilizada principalmente nos alicerces da casa. As casas antigas eram freqüentemente suspensas sobre pedras, evitando-se assim a umidade.

As madeiras eram tiradas da própria mata. Elas eram também utilizadas como cercas para delimitar terrenos. Eram a base do fogo que alimentava fogões e fornos. O conhecimento de madeiras conduzia ao das árvores. Para a fundação da casa era utilizado, por exemplo, o ipê; as colunas eram de ipê e peroba. Biuna e palmito para a estrutura do telhado. As paredes eram de pau-a-pique.

As toras de madeira eram serradas pela família ou em mutirão. Para isto se recorria ao traçador que era uma serra manipulada por duas pessoas. As casas seguiam um padrão comum. Paredes de pau a pique; assoalho em tábuas, suspenso por pedras; divisões internas muitas vezes sem forro. O telhado era feito com tabuinhas ou telhas feitas por olaria cuja existência foi identificada no local. Os banheiros existentes estavam fora da área de cômodos. Na cozinha imperava o fogão à lenha que servia também para defumar toucinho e lingüiça que eram pendurados nas

vigas do telhado. Fora de casa eram construídos fornos semi-ovais de onde saiam as deliciosas broas de milho ou banana.

Nas adjacências da casa, galinheiros e chiqueiros fechados. Antes era comum a criação solta dos animais, o que lhes dava essencial liberdade para escolher os alimentos. Em alguns pequenos sítios como de Manuel, filho de Juvenal Balmant Macedo, casado com Dolores Ouverney nos confins de Galdinópolis, a criação bovina e de aves era solta. Há também uma pequena horta: chuchu, couve, repolho. Apesar de cercados pelo verde das matas, o consumo de verduras era limitado. O porco era amplamente utilizado e sua banha servia tanto pra conservar carnes, feijão como para frigir alimentos. Um morador afirma que a carne de vaca não era usual, mas quando se matava um boi, sua carne era oferecida de casa em casa mediante algum dinheiro. Freqüentemente era hábito oferecer aos vizinhos alguma parte do porco recém abatido.

Há toda uma gama de utensílios destinados à cozinha e ao transporte de alimentos que eram fabricados por pessoas da terra. Exemplo: jacás, balaios, peneiras. Poucos pratos e copos. Nos inventários há relações de talheres, revelando que eles já eram usados.

> *"Criado na lavoura desde que se entende por gente, Luís Alberto de Macedo (que se auto-denominava Luíz Barmã), possivelmente derivativo de Balmant, aprendeu a fazer artesanato com os pais, principalmente a mãe, mulher forte que sozinha plantava dez litros de milho. Esta lhe ensinou a fabricar o jacá (cesto-mochila de taquara), a peneira e outros utensílios de grande utilidade para a vida na roça. Aprendeu a respeitar as regras da lua para fazer um bom jacá que para ser mole e não dar broca tem que tirar a taquara nos meses sem R. Testemunho vivo da cultura de nosso povo, vive atualmente com 73 anos de idade, sozinho numa casa de pau-a-pique que ele mesmo construiu, como tudo em sua vida"*[251]

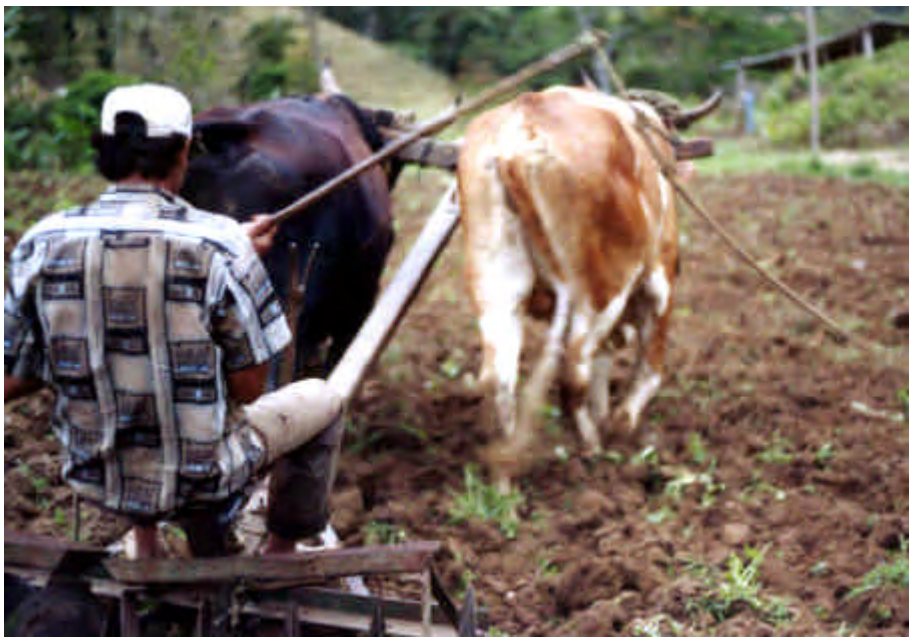
Embora a maior parte das ferramentas fosse comprada em Nova Friburgo, havia na terra quem trabalhasse o ferro. Ferreiros

[251] *Ecos* – Jornal Regional, ano 1, nº 12, maio de 2002

tinham forjas de onde saiam ferramentas, martelos, machados, alicates.

b) Técnicas agrárias

Não usavam arado. Tudo era na base da enxada e da foice. Os animais puxavam a carga do roçado para casa. De vez em quando alugava-se um arado puxado por bois. Eram necessárias grandes áreas de terra, pois havia perda de lavouras em conseqüência de pragas e matos nocivos. Faziam queimada. Um dos primeiros colonos suíços respondia em carta a um conterrâneo, recusando-se ao uso das técnicas européias, principalmente ao uso do arado. *"O fogo é o nosso instrumento"*. E assim continua até hoje. O processo vai mais rápido e a cinza é boa. O ideal é o descanso da terra por cinco anos; derrubam a capoeira e em seguida queimam.(Acir Spitz) Não usavam veneno no passado. Segundo seu Zé, antigo lavrador local, não se usavam adubos e "remédios". Há quem diga que na verdade não existiam grandes pragas naquela época. O sistema de plantio implica o recurso ao pousio, isto é, o descanso de parte da terra que então se renovava, havendo um revezamento de áreas de plantio. Hoje a terra é melhor aproveitada mediante a aplicação de insumos, o que aumenta a sua produtividade e já não requer mais o descanso tradicional.



Arado puxado por bois – São Pedro da Serra – 2001
Foto Jorge Miguel

Há lavradores que têm uma posição crítica aos métodos atuais de emprego de “remédios”. Segundo Aldereno Blaudt, os lavradores utilizam os “remédios” de forma incorreta e descuidada, expondo-se à ação tóxica destas substâncias além de comprometer os alimentos. Hoje é voz corrente que, sem agrotóxicos, não há colheita. É o que afirma peremptoriamente o senhor Acir Spitz. Seu Geninho dizia que os principais instrumentos agrários eram enxada, foice e enxadão. Algumas vezes se usava o arado. Sou testemunho pessoal do uso do arado puxado por bois. Prática milenar que, enfrentando as dificuldades da montanha, chegara a ser praticada.

O plantio exige épocas próprias. Em agosto, setembro e outubro planta-se inhame, feijão, milho, batata , maxixe, pepino, quiabo, pimentão, tomate. De março em diante, na época seca do inverno, agricultores locais plantam couve, repolho, alface, ervilha, couve-flor, brócolis, hortaliças em geral, alho (há a crença de que o dia de São José, 19 de março, é bom para o plantio de alho). Indagados se levavam em consideração as fases da lua para o plantio e colheita, ninguém afirmou levar isto em consideração, se bem que vários consideraram a época da lua

minguante, a fase ideal pra extração do bambu e de madeiras, porque evitava brocas.

Existe algum conhecimento de formas orgânicas de adubação, como por exemplo o emprego de feijão e soja que servem como adubo verde. Há casos de aplicação de adubo animal na terra (seu Manuel em Galdinópolis)

A observação da época de plantio tem a ver com determinadas estações. No caso, deve-se observar muito claramente a distinção da época seca daquela das águas. Assim, o feijão é plantado principalmente em fevereiro, a batata inglesa nos períodos março/junho e outubro/dezembro, a batata baroa em junho, o milho de agosto a outubro, o inhame de junho a setembro. Certas lavouras permitem três plantios ao ano: tomate, couve-flor, repolho, hortaliças, batata doce.

Deve–se obervar o rendimento usual oferecido pelos diversos plantios. O milho gera 100 caroços por um; o feijão obedece a proporção de 50 feijões por um, um inhame plantado dá seis; tomate, uma muda rende 15 tomates, uma muda de pimentão rende 7.

c) Comércio local

Na década de 40, existem casas comerciais em Lumiar e São Pedro. O comércio com Nova Friburgo durava cerca de três dias, feito em lombo de burro. Talvez um período maior do que quem fosse simplesmente a pé, registrando-se a proeza dos antigos de irem e voltarem a pé no mesmo dia à metrópole serrana. Era o comércio de tropeiros feito à semelhanca de outras tropas no Brasil, com uma mula chamada de madrinha que guiava com um sino as demais. Levavam mercadorias como alimentos e traziam roupas, aguardente, ferramentas.

O transporte animal foi a base de toda a economia brasileira até meados do século XIX. E mesmo depois de implantada e expandida a ferrovia, criou-se uma combinação com as tropas. No caso de Nova Friburgo, os transportes em lombo de animais duraram até os anos cinqüenta, quando já existia transporte motorizado. De

qualquer modo, considerando que a mercadoria transportada não era nem café, nem produtos beneficiados como queijo, por exemplo, os lucros não podiam ser muito elevados. Considerando entretanto que os gastos não eram muito altos, houve sempre um certo poder monetário nas mãos dos comerciantes e menor na mão dos lavradores, que serviu para a compra de ferramentas, sal, cachaça, arroz e tecidos em Nova Friburgo. A circulação monetária se expressa também na compra de terras.

Seu Luís Mafort trabalhou na tropa do Beninho que tinha dez burros. Puxou muita batata. Confirma que a viagem para Friburgo demorava três dias. Podia-se ir a pé ou a cavalo. Seu tio ia a pé. Muita gente criada em São Pedro não conhecia Nova Friburgo.

Havia em locais como São Pedro da Serra e Lumiar alguns armazéns. Em São Pedro da Serra havia uma farmácia de Juca Martins.

Segundo Acir Spitz, seu avô tinha comércio. Também tinha lavoura. Comprava na região e levava para Friburgo. Trocava as mercadorias por sal, açúcar, querozene e carne seca. A tropa de seu avô era formada por um lote de 10 a 12 burros. Eram levadas pelo próprio dono, que ia com dois empregados que ganhavam por dia, por jornada. As tropas existiram até 1967, sendo substituídas por caminhões, com a inauguração da estrada de rodagem Lumiar – Friburgo. Os que mais lucravam na época eram os comerciantes. Acir saiu da lavoura para o comércio. Abriu o comércio com os recursos da lavoura. Era um bazar que segundo ele vendia da cachaça ao chapéu. Tinha de *“um tudo”*. Teve prejuízo porque pegava dinheiro emprestado a juros elevados, comprava mercadorias a vista, mas vendia fiado.

Trajano Blaudt também possuíra um armazém em São Pedro da Serra. Montou um armazém de secos e molhados. Segundo ele, só havia três na época: Manhães, Martins e o seu. Com o dinheiro da lavoura abriu o comércio. Mais tarde investiu em caminhões. Seu pai tinha tropas de burro. Levava o milho, capado,(porco) ovos de galinha, batata inglesa e feijão. No tempo dos caminhões levava milho, feijão, batata, tomate, banana e frango. Não se vendia

quase nada na época. Algumas pessoas tinham vaca e vendiam o leite.

Seu Beninho montou uma tropa com dez animais que comprou com recursos obtidos na lavoura. Levava três dias de viagem com tropas até Friburgo, ida e volta. Os tropeiros de Lumiar iam por Muri e os de São Pedro por Vargem Alta. As tropas desciam toda a semana para Nova Friburgo. Não viajavam de noite. Alimentavam-se no rancho que era uma espécie de hospedaria, onde os viajantes levavam as suas próprias camas e esteiras. Comprava duzentas, às vezes quatrocentas dúzias de ovos de moradores que tinham criação para levar a Friburgo.

Seu Nagib tinha duas tropas. A da frente ia com oito burros e a de trás com sete. Seu pai era o dono das tropas e ia a cavalo, revezando com ele que ia a pé. Tinham dois empregados que ganhavam comida e um salário por dia de trabalho. De volta da Segunda Guerra, recebeu uma soma e com o dinheiro abriu um comércio. No início ia a pé para Nova Friburgo buscar mercadorias, depois passou a trabalhar com a sua própria tropa e passou a venda para outra pessoa. Era abastecido por lavradores locais. Levava batata, feijão, farinha de mandioca, milho e porcos (capado). Traziam sal, açúcar, arroz, agaurdente, querozene, fumo e tecidos. O lucro era pequeno. Na maior parte das trocas não usava dinheiro. Trazia mercadorias para o pai e para comerciantes amigos locais. Não havia muitos tropeiros na época. A viagem demorava três dias. Paravam para *"ranchar"*. A parada era paga. O proprietário do rancho cobrava aluguel pelo pasto. O caminho das tropas era por Vargem Alta, Colonial 61. Havia também outro caminho: pelo Alto dos Cinqüenta, ou pelo Quintino que corresponde hoje ao atual asfalto, ambos desembocando em Muri.

Barão trabalhava na lavoura. A produção era vendida em Nova Friburgo. Seu pai e seu tio tinham tropas e toda semana levavam cargas. Uma parte da produção ia para o Rio de Janeiro. Traziam arroz, carne seca, macarrão, querozene, sal, roupas, sapatos. Quando caia uma barreira e as tropas não podiam passar, o alimento

voltava, daí resultando problemas de armazenamento e perda de estoques.

Osório Blaudt trabalhou até os quarenta anos na lavoura e depois abriu um comércio com os recursos dali extraídos. Levava café para Barra Alegre

Aldereno Blaudt, com 19 anos, abriu um comércio com recursos da lavoura. Seu "comércio" vendia fazendas, armarinho, secos e molhados, macarrão, açúcar, armas de fogo. Era abastecido pelos tropeiros. Segundo ele algumas pessoas que possuiam um número pequeno de animais se juntava às tropas maiores. Ranchavam na Ponte Branca. Levavam frangos, ovos, pombos e porcos. Os porcos eram tostados com folhas de pinheiro para conservar na viagem até Nova Friburgo. Segundo Seu Zé, os comerciantes pagavam as mercadorias em dinheiro.

d) <u>Artesanato e manufaturados</u>

Em Lumiar existiam olarias onde fabricavam telhas. O sabão era feito em casa, com gordura de cabra ou porco.

forno de lenha – foto Jorge Miguel –1987

O açúcar também era feito em casa. O pai e o avô de Astrogildo Moser eram carpinteiros. As panelas eram de ferro (Aldereno Blaudt). Segundo seu Zé, as ferramentas vinham do Rio de Janeiro. As roupas eram feitas por costureiras da região. Osório

Blaudt cita o exemplo de sua mãe que costurava com fazenda comprada em Friburgo. Seu Nagib diz que havia muitas costureiras no local. Alguns membros da família Blaudt fabricavam balaios e jacás. Os móveis eram feitos em São Pedro com madeiras da região; usavam traçador e serra. A manteiga era feita em casa, assim como o melado e a rapadura. O cunhado de Beninho fabricava tijolos. Seu Nagib cita um ferreiro na região. Barão falava das telhas de barro que eram feitas pelo senhor Juraci Boy.

e) <u>Transporte</u>

"Até o final da década de 1950, o transporte entre o 5º distrito (Lumiar e São Pedro) e a cidade de Nova Friburgo era feito através das tropas de mulas, levando em média 3 dias para cumprir todo o trajeto que consistia de picadas abertas na mata. A primeira estrada de rodagem de terra que ligou Lumiar a Nova Friburgo foi construída no final da década de 50 por iniciativa de um grupo de moradores. Acompanhou o caminho das tropas. Pode-se considerar que o transporte em burros durou até a década de 60.

No início da década de 1960 foi implantada a primeira linha regular de ônibus, por iniciativa de um morador da região, que ia de manhã a Nova Friburgo e voltava à tarde. Somente no ano de 1982 ficou pronta a estrada de asfalto que vai de Lumiar à localidade de Mury onde encontra a via principal de ligação entre Nova Friburgo e o Rio de Janeiro, perfazendo um total de 30 quilômetros da Vila até o centro de Friburgo. A Estrada de Lumiar a São Pedro da Serra foi asfaltada somente em fins da década de 80.

SOCIEDADE

Pode-se dizer que a sociedade local alcançou um nível de autonomia em face do mercado bastante grande. Se por lado é verdade que a sociedade demandava produtos vindos de fora como sal, ferramentas, tecidos, ela podia se manter muito tempo sem

recorrer a este comércio e mesmo podemos supor sem circulação de dinheiro. Todavia os depoimentos são unânimes em considerar que sempre houve a relação com o mercado através das tropas regulares por semana.

Além disso, os ritmos e produção eram muito intensos o que estava ligado à produção para o mercado. A produção de excedente, fundamental para a geração de lucro existia e teria aumentado na medida em que cresceram as condições de comercialização, inclusive com a introdução do transporte rodoviário. Neste sentido, podemos dizer que teria havido uma tendência a crescente subordinação da lavoura ao comércio. Ao mesmo tempo, a terra continuou sendo o objeto principal de desejo e de valor nesta sociedade.

Os comerciantes funcionavam por vezes como banqueiros e empregavam seu dinheiro na própria lavoura, pois compravam terras, e possivelmente o dinheiro arrecadado era empregado no consumo de mercadorias ou então entesourado, de tal maneira que o dinheiro não parece ter alterado os meios de produção, que permaneceram os mesmos durante décadas. Somente após 1980 registra-se aplicação de capital na compra de insumos e agrotóxicos o que se teria dado paralelamente ao aumento da comercialização e da melhoria das comunicações.

Pode-se observar também uma evolução da estratificação social. Assim, por exemplo, teria havido uma fase em que algumas famílias foram detentoras de fazendas, mantendo também ligações com o comércio. A família Spitz, por exemplo, era dona de grandes extensões de terra, possuindo também o controle comercial de Lumiar. E em São Pedro, a família Heringer era possuidora de grande extensão de terras o que certamente conferiu a base do poder de João Heringer na localidade por volta de 1930. O processo de ampliação da pequena e média propriedade pode estar também na raiz da perda de poder sócio-político de algumas poucas famílias. Ao mesmo tempo, o poder local se dilui e órgãos ligados à Prefeitura exercem maior participação na localidade.

O padrão de vida das famílias da região apresenta grande homogeneidade. Há algumas que se destacam porém a maioria vive de

uma produção rudimentar em que a subsistência é parte muito forte da produção. Na medida em que se revoluciona o transporte e se abre o caminho da integração começam a ocorrer algumas mudanças sociais.

1) Alguns comerciantes se enriquecem;
2) Alguns agricultores se enriquecem sem que isto altere a sua estrutura produtiva familiar;
3) Boa parte dos agricultores passa a viver novas dificuldades; limites da produção em função do IBAMA, endividamento, venda de terras, abandono da lavoura pelos mais jovens, dificuldade de manutenção da rentabilidade da lavoura.

Daí a produção agrária estar em declínio com exceções. As famílias passam a ter pessoas ligadas a outras atividades. Ao mesmo tempo reduzem-se as possibildiades de parcerias e muitos se queixam de inclusive não ter mais empregados. O perfil social hoje está mudado. Na lavoura, a produção familiar resiste com dificuldades; as possibilidades de emprego na lavoura diminuem, ao mesmo tempo que cresce em outras atividades ligadas ao comércio e ao turismo.

Segundo Trajano Blaudt, no passado havia muitos pobres e até proprietários eram pobres. Havia fome. Gente com dificuldades de comer, até donos de propriedade. No passado havia menos dinheiro. Será que havia mais exclusão social? Como um todo, a sociedade tinha menos acesso a bens veiculados pelo comércio, isto é, a sociedade era rústica, porém alguns teriam melhores condições de reprodução do que outros. Os depoentes se referem a muitas famílias que não dispunham de terras e trabalhavam sob o sistema de parceria. É possível que mesmo pequenos proprietários também trabalhassem nas terras alheias. Tudo indica que hoje o número de parceiros tenha caído, até mesmo porque a produção geral caiu.

É difícil distinguir uma elite econômica e social na região. Existem certamente pessoas melhor sucedidas economicamente no comércio e mesmo na lavoura, possuidoras de maiores terras, porém persiste ainda certa homogeneidade que está se estruturando

num patamar mais rico da região excluindo-se os pobres e sem terra.

A menos que se dê uma mudança qualitativa nos compradores de terra e que haja aplicação de investimentos na terra, o pequeno lavrador, acostumado às condições anteriores de agricultura e dispondo de pouco capital, tenderá a manter-se duramente ou vender sua terra. O comércio continua a grande fonte de capital, havendo alguns comerciantes que, bem sucedidos, aplicam o seu capital na compra de terras. Como as condições gerais do local pouco se alteram pode–se supor que os comerciantes não gastam o dinheiro na própria localidade.

Haverá um bem sucedido lavrador familiar, outro que emprega parceiros ao lado de um grande número de pequenos produtores familiares com pouco rendimento. Enfim, apesar do destaque de um pequeno grupo, pode-se considerar a sociedade bastante homogênea, o que leva por exemplo um comerciante bem sucedido a afirmar que *“hoje não tem pobre em São Pedro da Serra”*

Mulher no fogão de lenha –Toca da Onça – Lumiar
foto Regina Lo Bianco

As famílias tradicionais, ainda que com pouca propriedade de terra ou comércio, exercem influência na sociedade local. Controlam as igrejas, os clubes de futebol. A distribuição de renda tende a favorecer alguns proprietários de terra dedicados à

agricultura e limitados negociantes locais, apresentando para eles alguma perspectiva de mobilidade social. Enfim a sociedade local tende a se beneficiar do crescimento do afluxo de renda para a região e de fato surgem lojas de produtos elétricos, materiais de construção, bares, farmácia, casas de aluguel, marcenarias.

Um grupo emerge dentre os da terra e partilha os novos negócios que surgem com a vinda de pessoas de fora e com o turismo.

Seu Higino considera que a sociedade local está mais próspera do que antigamente*. "Os pais da gente para sustentar um grupo de filhos conforme era nós, era uma dificuldade. A lavoura não achava de vender".* Os sacos de produtos da lavoura eram muito baratos, mas não se chegava a passar fome. *"Hoje qualquer garotinho tem mais dinheiro do que nos tempos passados um chefe de família"*.

Seu Nelinho enfoca a riqueza sob outro ponto de vista e afirma que antigamente a fartura era maior. Hoje o custo de vida se elevou. Enquanto para ele havia certa estabilidade, hoje por variados motivos, a mão-de-obra agrícola disponível se tornou menor. E não há mais braços para trabalhar.

Seu Zé, ele próprio meeiro durante toda a sua vida, afirma que no passado havia mais meeiros do que hoje. Não será em virtude da redução da atividade agrícola? O trabalho agrícola apresenta uma evolução: menos colonos segundo Spitz, mais meeiros, que representam uma vantagem em relação aos empregados. Era bastante generalizada a situação das famílias que recorriam aos braços da própria família na condição de meeiros, conforme depõe Osório Blaudt.

A produção familiar envolvia todos os membros da família numa contínua e ininterrupta atividade. Abasteciam a cidade de gêneros agrícolas, mas a sua atividade era menosprezada economicamente. Segundo Acir, o lavrador era o mais explorado em tudo. Ele vende a mercadoria por vinte e uma sucessão de atravessadores que vão elevando o preço e ganhando a sua parte. Segundo Acir, nunca faltou terra, mas eram os comerciantes que

lucravam. Para ele a solução estava na eliminação do intermediário entre o produtor e o consumidor.

Casa de lavrador – São Pedro da Serra - 2001
Foto Regina Lo Bianco

Os camponeses, os meeiros e empregados não tinham qualquer direito trabalhista. Eram despejados sem nenhum ônus para o patrão, não tinham qualquer direito a férias etc. Segundo Luis Mafort que viveu um bom tempo na cidade, o homem da roça vivia sem direitos e sujeito à autoridade do chefe político local, geralmente associado à propriedade da terra.

O critério de avaliação da pobreza está marcado pela subjetividade na apreciação da realidade. Para muitos simplesmente não havia pobreza porque sempre se podia arrumar trabalho na condição de meeiro. Há gente pobre como dona Nena E a condição de meeiro? Talvez até isto tivesse um limite dado pela questão de mercado. Se não havia como vender, para que aumentar excessivamente a oferta de produtos alimentícios? Afinal havia êxodo rural perceptível pelos registros do censo. Quem abandonava a terra? Provavelmente os filhos de proprietários mais pobres que não conseguiam sequer um trabalho de meeiro.

Seu Zé Quintas – lavrador - 1986

São Pedro - foto Jorge Miguel

A agricultura familiar muitas vezes não atendeu às necessidades mínimas de consumo familiar. Dona Janice é um exemplo. Passou muitas dificuldades na infância, quando faltava comida e o pai dela era obrigado a pegar fiado na venda. Ela fornece exemplo de família que desde cedo apostou na diversidade de atividades. Seu marido, com o dinheiro vindo da lavoura, montou uma carpintaria e um engenho. Ela trabalhava fazendo colchões de capim. Seu Isaídes Blaudt, marido de Janice, construía móveis na região. Fazia também caixões. Na época não tinha empregados. Hoje já os tem tanto na carpintaria como em atividades ligadas ao restaurante e a uma pousada.

Mesmo no contexto de uma sociedade rústica cujos padrões podem ser associados à pobreza se comparados com os de hoje, havia pobres. Certamente eram pessoas que não possuiam nada além da roupa do corpo. E por isto mesmo, Maria José afirma que seus avós

davam alimentos e roupas para os pobres, iniciando assim um serviço social ao qual daria continuidade nos tempos atuais.

Segundo sua expressão, hoje não há pobres em São Pedro da Serra.

Seu Joaquim Barroso afirma que existiam poucos empregados. A maior parte do trabalho seria familiar. Curiosamente parece não gostar da categoria “empregados” alegando que não trabalham convincentemente. Talvez isto seja a opinião de um pequeno proprietário que vê com maus olhos a situação proletária. Valoriza exclusivamente o trabalho familiar. Ele mesmo alega que nunca recorreu a empregados.

O padrão familiar de produção transparece no fato de que boa parte da produção se destina ao gasto familiar; no envolvimento de todos os membros da família na produção. Decorre desta estrutura uma divisão do trabalho na qual a mulher é a principal responsável pela produção doméstica, isto é, cozinha, costura, cuida dos filhos; o marido está comprometido com os trabalhos na agricultura e no comércio. É ele que faz também instrumentos de trabalho. Os filhos desde cedo entram na lavoura. A escolaridade no passado, quando existia, não chegava a completar o ensino elementar.

Se de um lado, o modo de produzir e de viver conduz ao isolamento, por outro existem esquemas que conferem certo traço comunitário. Todavia não existindo um perigo externo que unifique todos, não nos parece que o espírito comunitário seja forte, o que torna a comunidade pouco criativa e sujeita à exploração comercial. Dentre estes traços comunitários estão a prática do mutirão, freqüentemente lembrado pelos depoentes, as festas, a banda, o futebol, os bailes. Estas práticas comunitárias são essenciais para a sociedade se reproduzir. Um dos traços comuns nestas comunidades e que conferia um aspecto particular à comunidade são os laços de parentesco, que ligando todos a todos compõem o quadro de uma grande família.

O equilíbrio desta formação social que repousou numa mesma base técnica se encontra na evolução demográfica, que mais ou

menos compensa a geração de muitos filhos com saídas da região. E se de um lado existe uma tendência à fragmentação da terra, ela tem um limite que se dá mediante transações internas pelas quais uns cedem o terreno a outros em troca de dinheiro.

Podemos colocar em discussão a tese de Sylvia Schiavo para quem a escassez de terra era um limite para a produção e para a sociedade. Nenhum depoente se queixou de falta de terra. Ao contrário muitos afirmavam existir terra e pouca gente para trabalhar. Na verdade, o problema que tenderá a se agravar está ligado às dificuldades de obtenção de dinheiro via mercado.

As transformações mais recentes indicam que, no quadro de maior afluxo de renda para o local, um grupo tende a se beneficiar ampliando-se oportunidades para o comércio e atividades junto à pousadas. Boa parte da antiga agricultura busca se integrar na nova ordem turística vendendo e construindo casas. E a pequena agricultura comercial se concentra em alguns poucos agricultores que conseguem ser bem sucedidos, muitas vezes possuindo seus próprios caminhões. Opera-se um progressivo afluxo de renda acompanhado de concentração de renda.

A esperança maior para a população de renda limitada é o aprimoramento do investimento público local ao lado de uma política previdenciária, sanitária, educacional provenientes do setor público em suas diversas instâncias.

Vida política

A estrutura política do município centraliza a atividade na sede. Assim os distritos não tem representatividade local. O que existe é uma liderança que mantem o distrito ou parte dele sob sua influência pessoal. Formam-se assim os líderes locais que se articulam com interesses extra-distritais, favorecendo uma rede de clientelismo e de coronelismo. É o exercício da política conservadora dissociada das lutas sociais e das reinvindicações populares.

As referências dos depoentes à vida política demonstram que não existe nenhum projeto transformador da realidade associado à luta política. Embora recuados no tempo, possivelmente entre 1900 e 1920, calou fundo na população o modo de se fazer política, que bem a moda da República Velha, conduziram Guilherme Henrique Spitz em Lumiar e João Heringer em São Pedro da Serra. Ambos reuniam em suas mãos poder econômico, político e assistencial. Guilherme tinha tropas, uma diversificada venda e lavouras de café em Barra Alegre e Lumiar. Em São Pedro projetava-se a figura de João Heringer, secundado por sua esposa Constância Eulália Heringer que chegara a ser vereadora em Nova Fibrugo. Segundo depoimento de sua filha, Maurília Heringer, ele foi um influente político. Recebeu visitas de políticos importantes da época como o governador Francisco Portella. Ligou-se a Galdino do Vale que inaugurou uma postura liberal em Nova Friburgo da qual se estruturaria mais tarde as bases locais da União Democrática Nacional. Por ter integrado a Guarda Nacional, ostentava o título de capitão, o que no âmbito local servia para atuar Omo juiz e delegado.

Seu poder se fundamentava também na sua condição de grande proprietário local. Havia herdado terras de seu pai, Jorge Heringer. Este lhe havia dado terras que englobavam o centro de São Pedro e iam de Benfica até a localidade de Boa Esperança. Segundo sua filha, ele possuía grande criação de porcos e bois. Empregava muitos meeiros em sua fazenda em São Pedro. A fazenda produzia café que era beneficiado na própria.

Seu prestígio era também alimentado por uma intensa atividade assistencial que deixava a sua casa sempre cheia. Maurília lembra que seu pai era um homem tão bom que a pessoa ia comprar um pedaço de terra para fazer a casa, e ele dava a terra. A filha dele juntamente com o marido João Mendes fundaram o Posto de Saúde de Emergência na própria casa, onde recebiam médicos da prefeitura e eventualmente João Mendes atendia. A atividade médica em Nova Friburgo foi freqüentemente utilizada como trampolim para cargos políticos, surpreendendo a quantidade de médicos que se tornaram prefeitos do município.

Segundo Higino Caetano de Lima, na época, as eleições exigiam poucos votos o que permitia a vitória de gente segundo ele pouco popular. A chefia política local personalizava todas as ações e boicotava tudo aquilo que poderia prestigiar outra facção. Higino narra, por exemplo, o caso de uma disputa política provocada pela iniciativa de fazer uma estrada de rodagem. Nesta época o prefeito era Cesar Ganli. Ele iria concretizar o projeto do vereador Silva Araújo que era vereador. Depois de já se ter obtido a máquina para fazer a estrada, o finado Cid Heringer teria ficado “com ciúme” do projeto, pois era da UDN, enquanto Silva Araújo era do PTB. Teria inventado que seu Higino e Silva Araújo eram comunistas e que a estrada era desnecessária pois São Pedro não tinha produção que a justificasse. O Prefeito tirou a máquina. A estrada foi aberta por Higino e amigos locais sem contar com apoio institucional.

Segundo Nelinho Martins, *“Lumiar e São Pedro era fogo!”* Atiravam um no outro. Era uma medonha confusão. São Pedro seria mais tarde UDN e Lumiar PTB. Segundo Marília Heringer as eleições eram, cartas marcadas. Para Aldereno Blaudt existia o voto de cabresto. Segundo Maurília Heringer a disputa entre Lumiar e São Pedro era tão acirrada que os membros da família Heringer não podiam passar por Lumiar, sob risco de vida e vice-versa em relação aos familiares de Spitz. Certa vez a Banda de São Pedro, integrada por membros da família Heringer, foi chamada para tocar num casamento em Barra do Sana. O grupo foi por Macabu para evitar passar por Lumiar. Na volta, como Lumiar estava em festa, acreditavam que não haveria problema em passar por ali. Quando o grupo passou por Lumiar, a cavalo, os moradores de Lumiar confundiram os instrumentos com armas e alguém na multidão gritou : *“os bandidos de São Pedro estão todos armados”*. O grupo de São Pedro foi perseguido a tiros. Nesta perseguição, um homem foi baleado e João Heringer ficou para trás.Como chegou em São Pedro depois dos outros companheiros, Maurília conta que o grupo de São Pedro já estava prestes a invadir Lumiar, munidos de metralhadoras para resgatar o irmão que havia ficado para trás. Depois São Pedro

foi indiciado sob acusação de ter atacado Lumiar. O grupo foi absolvido com grande apoio popular em Nova Friburgo. Segundo Maurília esta disputa era causada pela disputa do controle do cartório.

As eleições eram a bico de pena. Mulher não votava. Maurília entretanto afirma ter votado. Mal sabia escrever e já escrevia o nome do eleitor que não comparecia (risos). *"Nós todas votávamos em nome de um homem"*

"*Até eu votei naquela época*". Eram assim as eleições. As mulheres precisavam ficar trancadas e os homens brigando na rua. Nem terminavam as eleições e já tiravam o livro do Cartório Maurília conta a seguinte estória: *"Dr. Galdino não foi sempre amigo do papai, não". Numa ocasião ele quis tomar o cartório daqui. Então ele arranjou uns capangas que vieram de Monnerat para chegar aqui e fazer baderna. Todos armados. Mas sempre tem um dedo duro. Papai tinha muitos amigos. Então um amigo dele de Monnerat o avisou do complô. Os homens de São Pedro formaram uma fortaleza na Igreja para esperar "os bandidos" e também amarraram uma porteira para que não pudessem passar. Na época tinham muitas armas: carabinas e metralhadoras. Quando chegaram, o comando disparou com a metralhadora. Os bandidos viram que* eles estavam preparados e foram embora. Os moradores e soldados do arraial não poderiam dormir naquela noite com medo dos bandidos voltarem. Decidiram então fazer um baile, onde todos ficariam acordados para ajudar os soldados na vigília.

Mais adiante ela conclui*: "uma das filhas do papai ficou muito doente, não sei o que foi. E papai dias depois foi para Friburgo salvar esta menina. Os médicos da sua corrente não davam o diagnóstico certo e a menina estava cada vez pior. Foi então procurar o Dr. Galdino, e este imediatamente aceitou. Ela passou para o tratamento do Dr. Galdino e ele curou a menina. Quando papai foi acertar a conta do tratamento, o doutor falou: o senhor não me deve nada. Ele respondeu. Devo a vida da minha filha. Então desde já eu me disponho à sua política. Eles se abraçaram tornando-se amigos. E o papai passou para a ala do Dr. Galdino.*

Assim é que o doutor Galdino veio conviver com o papai politicamente Ele vinha sempre aqui. Não descuidava. De mês em mês ele vinha fazer uma visita a papai e ver a política como é que andava. Ficaram amigos até morrer".

Esta disputa é também exposta por Acir Spitz. "*Quando meu pai ganhava aqui, o cartório vinha para cá. Quando ganhava lá, o cartório ia para São Pedro".* Na época o cartório era tudo. A sede do distrito era onde estivesse o cartório.

Esta disputa entre Lumiar e São Pedro é pouco compreensível. Ainda que o domínio do cartório pudesse corresponder à manipulação eleitoral, dois povoados pobres fazerem disto o cavalo de batalha, esquecendo outros problemas, parece-nos uma simples divisão que no seu conjunto beneficiava os pequenos grupos de poder em cada localidade. Parece-nos mais uma manifestação de despolitização geral.

A vida subseqüente não faria destas áreas pólos atuantes politicamente. Quando muito eram forças eleitorais que davam apoio aos partidos regionalmente expressivos. São Pedro parece ter pendido sempre para a UDN e mesmo extinta a UDN teria continuado a votar nos partidos conservadores. Lumiar apresentava outro perfil; tendeu a apoiar o PTB e mesmo depois de extinto o PTB, passou a apoiar os partidos da oposição consentida como o MDB. Na atualidade não dispomos de elementos suficientes para avaliar o comportamento político e eleitoral da região.

Luís Mafort, talvez por ter passado grande parte de sua vida na cidade, tinha uma visão muito crítica da política em geral e particularmente a da região. Os políticos antigos eram vistos como refratários aos direitos do trabalhador e inclusive dados à violência. Luis Mafort criticava o autoritarismo do seu próprio avô, e de João Heringer.

A Prefeitura tem alguma presença nos distritos. Em São Pedro da Serra, por exemplo, ela tem uma escola municipal, um Posto de Saúde e financia uma creche no Clube das Mães. Ela mantem uma equipe para cuidar das estradas, o que é feito parcialmente. É responsavel pela guarda municipal, com dois soldados que se

revesam. Há um administrador de cada distrito que é o intermediário entre a população local e a Prefeitura. Ele é nomeado pela Prefeitura. Na medida em que estes distritos se afirmam como pólos turísticos, tem aumentado a participação e interesse da Prefeitura no local. Considerando entretanto o vulto que tem tomado o turismo, a atenção da Prefeitura está muito aquém das necessidades.

Educação

Nesta sociedade agrária tradicional de pequenos proprietários o saber que assegurava a reprodução da vida local era transmitido de pai para filho e na própria prática agrícola. O conhecimento da escrita era uma porta para a administração e talvez o comércio pelo que requeria œnhecimentos de aritmética. Um povo analfabeto mal pode votar, não tem acesso a conhecimentos e muito menos exercer o poder político-admnistrativo.

Na fase compreeendida pelos depoentes, que se presume compreender o período pré –30, a escola existia certamente sob precárias condições. Dona Maurília afirma que em São Pedro não havia escola. Algumas famílias contratavam professores particulares. Ela própria, filha do grande chefe político, considera que seus conhecimentos não devem nem sequer corresponder ao de uma segunda série atual. Teve aulas particulares com aquele que viria ser seu marido. É verdade que em Lumiar na década de 90 do século XIX foi criada uma Biblioteca “Luz nas Trevas”. Todavia não persistiu.

Osório Blaudt nascido em 1905, afirma que quando criança já havia escola na terra, porém seu pai não botou nenhuma criança na escola, preferindo que as crianças trabalhassem na lavoura. Ele próprio aprendeu a ler com um tio em casa. Joaquim Barrroso reconhece a existência de escola mas diz *“que não apanhou colégio”*. Aprendeu um *”bocadinho”* no exército. Seu Beninho faz referência a uma escola em São Pedro, exercida por uma mulher, no caso irmã de seu Naziro. Alguns poucos estudaram fora dos

distritos. Seu Nelinho chegou a fazer científico e afirma ter estudado em Viçosa. Refere-se a mãe como iletrada. Apenas sabia escrever o nome sem saber ler. Ratificando o que afirmou Maurília, Maria José sua filha, diz que os primeiros professores moraram na Fazenda do seu avô.

Seu Nagib se refere aos estudos feitos em Lumiar. Seu Zé Quintas, como tantos outros nunca foi a escola. Geninho e dona Helena, por exemplo, não sabem escrever nem ler. Aldereno Blaudt estudou em São Pedro. Frisa a dificuldade de fazê-lo. Andava 40 minutos até a escola. A Escola era na Vila Maurila. Segundo Aldereno, escola tem a ver com repressão física. Os alunos apanhavam na escola. E a própria Maurília se refere a exercícios militares feitos no recreio de uma possível escola.

Trajano Blaudt fez o primário em São Pedro. Barão, quando criança foi para a escola na Bocaina, que segundo ele era uma escola municipal. Diz que havia uma escola estadual em São Pedro. Só ele estudou na família. Apenas por 8 meses.

Astrogildo Moser estudou só o primário, com o pai. E o pai aprendeu com um professor chamado Vital Macedo.

Dona Nena faz parte do conjunto dos mais pobres da região. Também não sabia ler nem escrever.

Olavo Ertal, filho de uma família bem sucedida com o café em Barra Alegre, onde possuía fazenda, já apresenta um outro perfil educacional – estudou o ginásio em Nova Friburgo. Em seguida foi para o Rio de Janeiro estudar.

Janice Blaudt estudou até a 3ª série na Bocaina, confirmando a existência de uma escola conforme havida sido dito pelo Barão. Sabe ler e escrever.

Seu Balmant, de Rio Bonito trabalha na lavoura desde criança, nunca tendo ido a escola. Não sabe ler nem escrever.

Acir Spitz estudou pouco, só até a terceira série em Lumiar. A professora era a Maria Moura;

> *“Ela era má, era braba. Era uma mulher muito violenta. Ela queria mandar. Ser macho. Mulher-Macho. Ela até foi expulsa por bater nas crianças. Mas depois ela voltou, porque pediram, porque ela*

competente. Sabia ensinar. Foi uma boa professora. Má, mas professora para ser boa tem que ser braba"

Sabe-se que a primeira escola estadual foi estabelecida na casa atual do Naziro, que foi construída em 1929. O ensino oferecido durante muito tempo não ultrapassava o 1º grau. O segundo grau teria surgido mais recentemente completando-se na década de 80. O fato é que atualmente existe a opção para os moradores da região de freqüentarem até o segundo grau completo, o que por si só, seria um fator de fixação do jovem na terra.

Considerando que o mercado profissional hoje é mais competitivo, muito possivelmente os jovens que completaram o segundo grau deverão fazer um curso superior, o que pode ser feito em parte em Nova Friburgo. A cidade apresenta as desvantagens de não possuir uma diversificada oferta de cursos e dispõe apenas de cursos superiores privados.

Igreja

Freqüentemente os moradores de São Pedro da Serra se orgulham de que sua igreja é a primeira construída no município, o que ocorreu em 1865. Mas não obstante a maior parte da população de Lumiar e São Pedro da Serra serem católicos, não existe uma intensa religiosidade. Além disso há plena liberdade religiosa, convivendo na mesma área igrejas diferentes. Embora a presença ritualizada da Igreja não nos pareça grande, existe uma religiosidade disseminada no povo que identifica na natureza e no destino as leis de Deus.

Era em nome da Igreja que existia uma Irmandade para cuidar dos cemitérios – por exemplo, a Irmandade de São Sebastião de Lumiar.

Como nos interessa o período dos depoentes abrangendo em geral o século XX, dos anos 30 em diante, devemos observar que a

presença da Igreja não é tão notória na sociedade. No caso de São Pedro da Serra e de outros povoados, a Igreja está entregue aos beatos, praticamente não contando com a presença de padre. Em Lumiar a Igreja Católica chegou a possuir um seminário, extinto há cerca de 20 anos. Mantem uma organização que trabalha com a população, por vezes promovendo organização de lavradores – a Ação Rural. Em São Pedro da Serra a ação social da Igreja Católica se limita à distribuição de cestas básicas em algumas ocasiões para alguns necessitados. O assunto requer maior estudo para cobrir a ação da Igreja nos diversos povoados. Existe pouco trabalho social, limitando-se ao cumprimento de rituais inscritos na prática tradicional: missas, batizados, enterros.

Já a Igreja Protestante, cuja primeira expressão foi a Igreja Luterana, evoluiu para diversas formas de tal modo que hoje existe a Igreja Pentecostal e estão emergindo novos segmentos protestantes, entre eles a Igreja Batista e a Assembléia de Deus. Além da Igreja Católica e das seitas protestantes, a presença da natureza, o bucolismo da região e segundo alguns, o poder magnético das pedras tem favorecido o estabelecimento de outros grupos religiosos. Dentre eles se destacam o Santo Daime, com dois centros; um centro sufista, um centro de umbanda e outras manifestacões menores como a Chama Violeta. Muitos asseguram ter visto objetos não identificados. Outros asseguram que a região tem por si só um poder vinculado ao astral.

Higino Caetano de Lima afirmou ter sido congregado mariano e ter feito cursos que o habilitavam a exercer a sacristia. João Mafort era o sacristão do Padre Teixeira que “vinha a cavalo”, permanecendo alguns dias em Lumiar e São Pedro da Serra. Segundo Higino, as missas eram em latim, dificultando o entendimento pelo povo; o povo era batizado, mas poucos seguiam efetivamente as obrigações católicas. Muitos casavam ou batizavam e nunca voltavam à igreja. Não recebia nada para ajudar na sacristia. Ele participou do “Sindicato Rural” que teria tido uma ligação com a Igreja. Este movimento ajudava os trabalhadores com ferramentas, adubos, e pesquisas de técnicas de outras regiões.

Acyr Spitz se diz seguidor da religião católica. Acha que a Igreja deixou as outras tomarem conta da área. No passado a Igreja teria tido maior presença na sociedade. O padre Teixeira se dedicava ao contato com a comunidade. Em sua opinião pessoal, a Igreja tem uma função educativa. Ela não veio para salvar ninguém e sim para educar o povo. Sem maiores explicações cita conflitos entre a Igreja Católica e a protestante.

> *"A Pentecostal veio e começou a tisgar, maltratar nós, fazer pressão. Chegou num ponto que tivemos que derrubar a Igreja. Eles ficavam zombando do católico, então os católicos se revoltaram. Foram lá, quebraram e queimaram a igreja. Inclusive eu estava junto, porque a gente estava sendo ofendido. Fomos processados, mas não deu em nada, pois papai tinha um ótimo advogado. A Pentacostal não acabou, mas ficaram educados"*

Seu Osório se refere à igreja de São Pedro que teria sido criada em 1865. Ele se lembra da igreja com teto de sapê, depois de tabuinha e por fim alvenaria. Seu avô era luterano. O luteranismo viera com os imigrantes alemães. Quando o luternismo passou para plesbiterianismo, a família Blaudt deixou a religião. Os filhos de Osório foram batizados na Igreja Católica.

Segundo Nelinho Martins havia um centro espírita em São Pedro liderado por João Mendes. É testemunha da existência de muitos rezadores na região. Ele se diz espírita e rezador. Considera-se também, medium e vidente. Benzia muitos doentes, mas também indicava que procurassem médico. Afirma que nunca quis fundar um centro espírita pois achava que o povo do lugar seria contra.

Seu Beninho, ao falar sobre a Igreja, lembra que o padre não morava em São Pedro e que a festa era uma manifestação religiosa à qual compareciam pessoas de fora; de Vargem Alta, Boa Esperança, Macaé. Maurília Heringer, com recordações muito antigas, lembra de um tempo em que só existia a Igreja Católica em São Pedro da Serra. O culto protestante era feito em casa. Seu avô era protestante, mas o seu pai era católico. Em Lumiar havia mais protestantes, segundo Maurília. Durante as festas de São Pedro da

Serra, faziam-se muitos batizados e confissões. Era uma época em que a religiosaidade da festa era proeminente.

A Folia de Reis foi citada por Maurília. Recorda-se de pessoas fantasiadas de palhaço desempenhando papéis. Trajano Blaudt confirma que seu avô era luterano, embora ele seja católico, tendo sido presidente da Igreja Católica. Foi catequista da igreja tendo tido 120 alunos.

Joaquim Barroso diz que não havia Igreja Protestante em São Pedro. Joaquim Barroso tem opiniões a respeito: considera a Igreja Protestante como tendo sido derivada da católica e com um ritual degenerado uma vez que nos rituais protestantes gritam sempre o nome de Jesus. *"Deus é um só, e Jesus não é surdo para estarem gritando com ele"*. Sua esposa, Fani, se diz católica, mas não gosta de se confessar.

Janice Blaudt diz que hoje em dia a Igreja Católica distribui bolsas de alimentos para pobres. Cita os rezadores. Ela mandou rezar "destroncado". Comprovou sua eficácia. Refere-se aos rezadores; *"meu marido mesmo fala que de primeiro tinha uma tal de Morena que rezava. Ele destroncou o pé. Tava uma coisa inchada; tava uma coisa danada. Aí falaram assim: vai na Morena que a Morena reza. E ele dizia – eu não tenho fé. Esta Morena não sabe nada. Aí ele pegou de sentir tão mal que foi. A morena rezou e ele disse que aquilo foi aliviando a dor. Dali para cá ele apanhou uma fé danada."*

Ela cita alguns nomes tratadores da época: tia Corita, José Mafort, João Deniro e o Jaciro, irmão da Naira. Rezavam muito erisipela e destroncado.

Maria José cita o trabalho de assistência social ao pobre feito pela Igreja. Quando uma família está passando grande necessidade, A Igreja faz um cesta básica que leva para a pessoa. Quando alguém fica doente e impossibilitado de trabalhar, A Igreja também ajuda.

As igrejas não dão conta da religiosidade do povo. O convívio com pessoas do local permite perceber que Deus é identificado como grande criador e autor da ordem natural, que

segue desígnios de Deus. Dona Fani expressa a presença diária da religiosidade. *“Graças a Deus eu sou muito alegre. Eu falo, sou mesmo. Não gosto de tristeza. Nunca reclamei da vida. Pode passar a dificuldade que for, mas Deus dá um jeito. Eles falam: logo ela diz que Deus dá jeito. E eu digo, dá. Por quê não, não é? É muito bom . Deus dá jeito”.*

Há citações de vários depoentes sobre Folia de Reis. Segundo depoimento de Zé Quintas, o mestre da folia era Jurandir Blaudt. As festas da Folia iam de casa em casa ao longo do mês de dezembro. O bloco tinha uma banda, com sanfona, tambor, pandeiro, chocalho, reco-reco e palhaços com máscaras. Quando as pessoas da casa faziam um pedido, rezavam uma ladainha. Havia também a brincadeira do pasquim, onde se escreviam coisas sobre uma família, defeitos e fofocas e colocavam o papel embaixo da porta de uma venda. No dia seguinte, o dono da venda lia para todo as acusações escritas. Com o tempo esta brincadeira foi proibida. Também festejavam muito o sábado de Aleluia e a malhação de Judas. Balmant (Rio Bonito) também cantava na Folia de Reis. Cantou muitos anos. O pessoal possuía um uniforme bonito.

O seu irmão, Luís Balmant (Rio Bonito), era Mestre de Folia durante 21 anos. Excêntrico, contador de “causos e lendas”, já passou três dias e três noites sem dormir brincando, tudo a base de muita “fincadinha“ (cachaça) para cumprir a devoção à Virgem Maria. Começou a brincar de Folia desde criança. Mais velho passou ao acordeom, onde “encostava a mão no acordeom e com aquilo ali, falava tudo”. A fama de seu Luís é grande pelas redondezas. Durante anos, entre 24 de dezembro e 20 de janeiro, seus foliões cantavam e louvavam o nascimento de Cristo. *“Eu saía por devoção, e também por divertimento”*

“Mas é o dado da folia
quando chega no terreiro
fazer pelo sinal
e alembrar de Deus primeiro
Pai, de filho, de Espírito Santo
Nesta hora tão sagrada.
A bandeira de Jesus
Em vossa porta é chegada
Lá de longe avistamo

O clarão da bela luz.
Vou cantá por devoção
O nascimento de Jesus”

A religiosidade popular se manifestou também na prática usual do recurso a tratadores. No âmbito da família se pode observar a presença do casamento como vínculo permanente. Há certa insatisfação psicológica manifesta na quantidade de gente que se diz doente dos nervos e os próprios trabalhos pentecostais promovem exorcismos, que interpretam problemas psicológicos como incorporações do demônio.

Talvez pelo pouco peso da Igreja, aliado à situação de rusticidade do povo, os cemitérios locais revelam muita simplicidade, com poucos túmulos de mármore ou pomposos. Ao mesmo tempo, os rituais da morte compreendem velório e enterro, tudo com simplicidade. Nos velórios é comum servir café e mesmo broa. Muitas casas têm retratos de santos, tem altar interno e existe entre os mais antigos a prática de fazer ladainhas e novenas.

É preciso captar nas entrelinhas visões religiosas que identificam o movimento da vida com uma característica cíclica também encontrada no movimento da natureza: nascimento, vida, morte, renascimento.

A religiosidade popular está também manifesta no depoimento de João Vanderoski recolhido em 1988, quando eu e Edson Lisboa fizemos uma incursão ao Rio Bonito (povoado integrante do distrito de Lumiar). Cabelos e barbas brancas, encantou-nos por sua sabedoria. Um ser simples e revelando através de sua humildade toda a grandeza do universo.

Ele gostava de refletir sobre o universo e sobre a história. Disse-nos que queria fazer a história do Brasil, como se uma estrela a contasse para uma menina. A velocidade da luz transmitida pela estrela demorava quinhentos anos para chegar a terra. E assim a história do Brasil era apresentada. Disse-nos que aprendeu a escrever usando o inhame como lápis. Demonstração da tenacidade e dificuldade dos tempos. Aliás é esta a impressão que

nos causa ao ler a *"História da Igreja do Rio Bonito",* manuscrito de sua autoria.[252]

Trata-se de um documento revelador da mentalidade e da vida de um núcleo povoador de uma área dos sertões serranos. João Vanderoski, embora de sobrenome polonês, está historicamente ligado à região – *"este vasto e belo território menos protegido pela natureza; terras fracas, estradas péssimas, educação e cultura atrasada".*

Segundo o nosso historiador, *"o povo do Rio Bonito tem 4 famílias muito antigas que são Frez, Ouverney, Klein e Araújos"* de onde descenderia quase todo o povo de Rio Bonito. O lugar teria ficado mais de 100 anos sem que *"ninguém falasse em construir uma Igreja Católica em Rio Bonito"*. As famílias religiosas enfrentavam grandes sacrifícios para cumprir os preceitos da Religião. Para fazer um batizado ou casamento, gastavam-se dois dias para ir a Friburgo. As famílias mais pobres *"saíam em plena madrugada levando uma merenda e voltavam no mesmo dia, muitas vezes debaixo de chuvas".* O problema mais difícil era por ocasião da confissão dos doentes: o padre tinha que viajar 4 ou 5 horas a cavalo *"para levar ao pecador enfermo a Paz, o Perdão, a Salvação".* Noticia os esforços para a construção da Igreja a partir de 1924. Corriam-se as listas de contribuição entre o povo. *"O maior contribuinte que encontrou foi o Augusto Francisco Wanderroscky".*

Doaria toda a madeira e ainda 20$000, o suficiente para pagar 10 dias de um carpinteiro. Outro dava uma cabra leiteira *"que podia ser vendida em leilão".* Valia o preço do carpinteiro. Seu João se refere a ladainhas realizadas nos dias de S. Sebastião, S.João e S. Pedro e São Roque (16 de agosto). Registra a vinda para Rio Bonito de um grande comerciante – Sanção Cezar de Oliveira, que entrara em entendimento com Monsenhor José Antonio Teixeira, para que anualmente viesse celebrar missas, fazer batizados, confessar e dar eucaristia nas propriedades de Sanção.

---

[252] João Vanderoski - *História da Igreja do Rio Bonito",* manuscrito entregue pessoalmente a Jorge Miguel Mayer que tirou uma cópia. Um dos raros documentos produzidos pelo pessoal da terra.

Ainda em 1967, Luis Ramiro Ouverney assinava um contrato prometendo doar um lote de terras para a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré. Em 1969, ainda eram realizadas missas no salão do Sanção. O próprio João Luiz Wanderroscki participaria ativamente dos esforços para a construção.

Enfim, em 1975, João revela grande participação do povo, inclusive de alguns de Lumiar em prol da construção da Igreja. A Igreja *"só dependia de 3 coisas que é a fé, a Esperança a Caridade".* O texto não se refere a quando a Igreja ficou de pé, mas insiste que se passaram mais de 50 anos de persistente planejamento da construção.

Falta de união? Demonstração de persistência? Afinal esperaram-se cinqüenta anos para que a Igreja fosse construída. Sinal de paciência deste povo.

SAÚDE

Não é muito fácil detectar a história da saúde no local, isto porque não há registros escritos sobre as doenças. Os livros de óbitos e de cemitério não explicitam as causas da morte. De um modo geral podemos dizer que a história da saúde se expressa em parte na expectativa de vida e nos índices de mortalidade infantil. Observamos a evolução demonstrativa de alto índice de mortalidade infantil como também presença das mortes por parto de mulheres. Atualmente este paradigma não existe mais. Não há depoimentos sobre a existência de nenhuma epidemia. Também não se pode elaborar uma série estatística da doença. As referências são vagas. Falam em muitas mortes de crianças e alguns se referem ao bócio, já tendo ouvido explicações de que isto se deve a falta de iodo no sal. Depoimento de Astrogildo Moser afirma a existência de muito bócio.

Em termos mais atuais, pesquisas realizadas por nós na década de 90 constataram a disseminação da verminose entre a população infantil. Um levantamento feito pelo Posto de Saúde de

São Pedro da Serra oferece pequenas percentagens de doença: 1,39% de diabetes, 0,46% epilépticos e uma certa expressividade de hipertensão arterial (6,27). A pesquisa teria envolvido 2 808 pessoas, número superior ao do censo de 2000. Totalizam 913 famílias cadastradas. Não parece ter sido computada a incidência de alcoolismo, que a olho nu, parece expressiva na região. Em termos das condições sanitárias básicas, o levantamento de dezembro de 2001 demonstra: abastecimento de água - 64,57% captam a água em nascente, e 35.10% na rede pública. Isto pode indicar que não obstante progresso da urbanização, a maior parte da população vive na área rural. Quanto ao tratamento da água, 48,10% não tem tratamento a domicílio; 40,95% aplicam a filtração. Fervura: 0,98%. Surpreendeu-no a constatação relativa ao destino do lixo: 78,33% é feito por coleta pública; 17,55% queimado e enterrado e 4,12% a céu aberto. Os dejetos humanos por fossa: 76,16%.

A questão do saneamento é controvertida. Há informações de que os principais rios se encontram poluídos justamente em função de destinação dos dejetos na águas. Os dados do Posto de Saúde podem estar exagerados. E pouco informa em que medida o percentual restante destina os dejetos para as águas. E há ainda os dejetos animais que não foram computados, como os provenientes dos chiqueiros de porcos.

Outra informação relevante diz respeito à história do tratamento da doença. Só muito recentemente existe Assistência Médica no local. Os depoentes são unânimes em frisar que juntamente com o isolamento mantido em relação aos centros da época, os doentes eram transportados em padiolas, a pé, para Nova Friburgo. Este isolamento teria favorecido a aplicação de soluções locais, recorrendo a tratadores, parteiras e rezadores. Tanto a prática rural como esta situação particular estimulou o conhecimento do emprego de recursos naturais para tratamento de saúde. É um conhecimento bastante generalizado na população rural, e que constitui verdadeiro patrimônio sobre a flora e a fauna da região. É este conhecimento difundido no Brasil rural e florestal

que tem sido cada vez mais procurado pela ciência para a obtenção de medicamentos.

Não deixa de ser importante também um mergulho no tratamento dos rezadores, pelo poder espiritual e mental aplicado à saúde. Um dos detalhes incríveis é o tratamento à distância. Esta aplicação prática da espiritualidade é um convite à ciência para aprimorar o conhecimento das potencialidades subjetivas do homem e do resgate de sua relação com a natureza, tanto porque muitas vezes a reza se faz com o auxílio de ramos de plantas, como também vem acompanhada de receitas de elementos naturais.

A falta de assistência médica é expressa pelo depoimento de seu Higino: *“naquele tempo o pessoal não conhecia médico. Era o chá. Quando tinha uma pessoa que conhecia um pouquinho de homeopatia, era doutor”.* Cita o Rufino Teixeira, o pai de dona Valda: quando alguém adoecia, ele era chamado.

> *”Mas como morria gente naquela época por falta de médico Meu sogro ficou doente e chamaram o senhor Rufino. Ele como médico não estudou. Não quebrou a cabeça nem em parte de enfermagem. Até falava mal. Um médico amigo meu soube que meu sogro estava doente e passou lá para visitá-lo. Então meu sogro falou: aquele homem ali em pé na porta é mais do que você como médico.”*

E não aceitou a consulta do médico. Segundo seu Higino, todos os que eram tratados com médicos eram salvos. O sogro morreu. Os nascimentos eram com parteira. Seu Higino já buscou, na falta de parteira no local, uma em Bom Jardim. Ele trabalhava com gesso e socorreu mais de 1 470 casos. Seu Higino sempre aplicava injeção no povo. Cuidava de ferimentos e nunca cobrou nada. Trazia um médico amigo seu para prestar serviço. O amigo se tornou vereador. Era o Sílvio Araújo

Segundo Aldereno, era enorme a incidência de mulheres que morriam de parto. Quando precisavam levar um doente para Friburgo o levavam carregado por 8 pessoas em padiolas com varas de bambu. Iam a pé. Naquele tempo o tratamento era a reza. O pai já foi picado por cobra e curado por reza. Também aplicavam remédio feito com fumo, ou usavam uma técnica de enterrar o membro picado

na terra. Cita um caso de morte por picada de cobra: o irmão do Norberto. Dizem que ele morreu porque não aceitou a reza. A reza era muito forte segundo Aldereno.

Havia uma farmácia no local, lembrada por Osório, que era de José Martins da Costa.

Seu Nelinho é um caso de alcoolismo. Começou a beber em Lumiar e provocou um enorme acidente de trem no Paraná. Foi expulso, em conseqüência da rede ferroviária.

Seu Beninho afirma que nos casos de doença, recorria-se à homeopatia, usada por tratadores como Rufino Teixeira e Juca Sangy. Alguns tratadores também rezavam. Em caso de operação, levavam para Nova Friburgo. Segundo ele morria muita gente na região por falta de recursos, mas havia poucas doenças. Seu avô era curador. Tratava com ervas e rezas. Usavam muito boldo, erva de macaé, erva doce, erva cidreira, quina rosa, carqueja, erva santa maria, esta para matar lombriga. Segundo Beninho a saúde era melhor em tempos passados. Não havia tanta doença como hoje. Nunca houve epidemias no local. Relata um caso de um amigo de Vargem Atla que estava doente do coração e não tinha como ir a Nova Friburgo. Foi então operado no local, sem anestesia.

Dona Nena teve todos os filhos em casa com parteira, sem perder qualquer filho.

Dona Nena recorria sempre aos remédios da farmácia de Juca Martins sem se socorrer com chás. Uma vez dona Nena estava pitando o seu cachimbo e pegou fogo no quarto. Não a botaram no hospital. Trataram em casa.

Segundo depoimento de Maurília Heringer, o pai tinha seus vidrinhos de homeopatia para tratar o público e a mãe possuía ervas. O avô materno era parteiro, tratador. Foi o avô que fez o seu parto, tendo nascido em casa. Todos os filhos nasceram em casa. Não havia outra alternativa.

Dona Helena teve dez filhos em casa. Teve uma filha que nasceu morta. Segundo a parteira, nasceu fora do tempo. Os dois primeiros filhos também morreram após o nascimento. Perdeu dois filhos já maiores, com alguns meses. Apenas 5 filhos morreram.

Dona Helena toma muito remédio: para a pressão e para dormir. Esteve por dez vezes na Clínica Santa Lúcia, por causa do nervosismo. Seu Geninho bebia muito e na época não trabalhava. Dona Helena sustentava a casa trabalhando na lavoura e fazendo faxina. Seu Geninho conseguiu se curar sozinho.

Segundo Fani Barroso a saúde do pessoal no passado era melhor. *"O pessoal guentava mais"* (Juca Baroso). *"Eu ganhei 11 filhos todos com saúde. Tive todos em casa".* Nunca fez pré-natal. Sempre passou a sua gravidez na enxada. Até hoje ela gosta mais de usar chá do que remédio. Já o senhor Joaquim toma bastante remédio. Dona Fani sempre recorreu a homeopatia tratada pelo José Mafort, João Mafort e Chico Sangy.

Seu Balmant teve um filho que nasceu de 7 meses e sempre foi muito fraquinho. Levou a um tratador que atendia com tratamento espírita, receitando ervas e remédios de farmácia. O próprio tratador sugeriu que ele internasse seu filho no hospital para tratar da perna. Ficou dois meses em Nova Friburgo, após o que teve que ser transferido para Niterói. Cita um tratador local, José Muniz que receitava ervas e adivinhava coisas. Mas quando não dava jeito, ele indicava ser necessário enviar para Nova Friburgo.

Janice Blaudt sempre tratou os filhos com chás. Teve o parto dos filhos, todos em casa. Os partos demoravam muito. Um dia ou dois sentindo dor. Sua filha mais velha é que sofreu mais, porque quando ela nasceu, ela estava de cabeça para baixo, isto é, estava em pé. O parto se tornou uma situação dramática. Não sabe como não morreu.

Na época aplicavam uma injeção para dar força. Tanto as parteiras quanto o farmacêutico Juca Martins já estavam conformados com a idéia de que a criança não nasceria ou a mãe também morreria. Mas foram passando o pezinho, o braço, o pescoço e acabou nascendo. Janice já estava quase desmaiando. Janice declara que era grande a incidência de mulheres que morriam de parto. E muitas crianças também morriam. Cita três pessoas: a

mulher do Nico Sangy, uma irmã da Maria do Higino, a mãe do Isaídes e ainda a sua própria mãe.

Segundo Maria José a situação relativa à saúde melhorou muito em São Pedro da Serra com a chegada do Posto de Saúde. Hoje, segundo ela tem mais doenças do que antes. Na verdade, o povo se cuidava mais e as doenças passavam. Faz referência a dona Valda como gande parteira do local, tendo trabalhado dos 16 aos 70 anos. Hoje já não existe nenhuma parteira no local. Dona Maria José também nasceu em casa e a parteira foi a sua própria avó. Hoje as mulheres têm filhos em Nova Friburgo.

Janice e Isaídes Blaudt e amiga - São Pedro da Serra 2000 – foto Jorge Miguel

Segundo Eliane, enfermeira chefe do Posto de Saúde de São Pedro, hoje o óbito infantil é zero. Também não há verminose, pois todos os anos aplica vermífugo nas criançaas da região. A principal doença do local é a hipertensão arterial. Seguem o alcoolismo e odiabete. A região é considerada endêmica de hanseníase, mas apenas houve um ou dois casos já curados. O número de crianças com desritmia também é grande, devido a consangüinidade, isto é, casamento entre famílias. Também é expressivo o número de casos de depressão e crise de nervos. Considera que isto se deve à falta de lazer o que causaria também alcoolismo. A maior parte das depressões ocorre em mulheres.

Muitos jovens também são deprimidos. E muitos doentes são dependentes de anti-depressivos.

Seu Aleixo diz que a saúde é boa, *“problema é o coração”.* Seu avô rezava, inclusive à distância. Sua avó pegou hemorrragia. O avô rezou daqui e cortou lá. Seu pai e seu tio, seu Juvenal faziam garrafadas com vinho quinado. Vale a penas observar as plantas indicadas e os conselhos de Aleixo Sangy.

Erva –doce e marcelinha para o intestino. Gripe não tem remédio. Erva macaé , bom pra derrame e estômago. Picão da Praia, hepatite. Pariparoba e Gervão são bons para o fígado. Chapéu de Couro corta o colesterol e limpa o sangue. Louro é bom para o estômago. Cabelo de milho branco para infecção urinária. Limão galego afina o sangue. Banana prata é boa para o intestino. Tanchagem é bom para banhar machucados. Hortelã contra verme. Carqueja é bom para estômago, fígado e corta febre. Erva de Jararaca, bom contra picada de cobra. Curiosamente declarou que a sua mulher morreu de menopausa. Seu pai era um grande tratador – Tutu Sangy

Barão fornece algumas informaçòes obre as propriedades medicinais de plantas:

Abacate – folhas são calmantes

Alcachofra – bom para o fígado

Alecrim – remédio para o sangue

Alfavaca – para nervos

Alho – para picada de cobra

Araçá – cólicas intestinais

Arnica – bom contra pancada

Assa-peixe – contra gripe

Avenca e babosa – boas para fortalecer cabelo

Barbaça – bom para pele

Boldo – bom para o fígado

Cana de macaco – para rins

Canela – bom para o sangue

Caroba – Eczema

Chapéu de couro – bom para os rins

Xuxu – anemia e pessão alta

Cipó azougue – bom para o sangue

Confrei – cicatrizante

Dormideira – para pessoa com insônia

Erva Macaé – para má digestão

Sabugueiro – para moléstias do sangue

Flor de abóbora – para o ouvido

Louro – remédio para o sangue

Malva - bom para os dentes e gengiva

Pacova – bom para coluna

Fumária – contra picada de cobra

Quina cruzeiro – bom para o sangue

Sapê – para nascer cabelo

Romã – para garganta

Samambaia – para piolho

Capim-limão – calmante

Urucum – tempero

Vassoura preta – para cabelo e bom para fazer sabão

Gervão – para pesoa que fica inchada

Erva Santa Maria – contra pulga e verme

Capixingui – qualquer tipo de “bobô” no lábio

Erva de bicho – hemorróida

Mexerica – contra mau hálito e limpeza de dentes

Considera que o melhor remédio e o que ele mais toma é água com limão.

Registremos algumas informações prestadas por Juarez Altair Heggdorne. Nascido em 11 de maio de 1953 em Santiago, morreu com menos de 40 anos em São Pedro da Serra onde morava, em circunstâncias trágicas, assassinado por ter tentado impedir os arroubos de uma pessoa que investira contra a filha do dono da mercearia em que trabalhava. Juarez havia aprendido as propriedades terapêuticas de ervas com os antigos. Participara do encontro Sobre Ervas em Lumiar (1985).

Selecionamos algumas indicações não muito usuais e por isto mesmo valiosas:

Cipó Milonga – suas folhas são boas contra mordida de cobra. Uso externo e interno como chá;

Alecrim de Horta- em infusão no álcool , é bom para fazer inalação como cura de sinusite

Leite de mamão macho - pequena dose em jejum é bom contra verme

Folha da banana São Tomé – xarope é bom contra tosse e bronquite.

Malmequer – xarope bom contra bronquite

Cana do brejo (cana de macaco) – bom contra sistite (chá)

Sete Sangrias – bom contra diarréia

Santa Maria – bom contra verme

Lágrimas de Nossa Senhora – chá das folhas – conbtra urina presa

AbutA – fruta, infusão , boa para a purificação do sangue

Caapeba – chá bom para fígado

Erva Passarinho boa contra bronquite e tosse

Assa Peixe – flor contra gripe

Erva de São João e Erva de São Limão – bom contra gripe

Erva Macaé – banho evita derrame

Erva Preá – banho, contra erisipela

Samambaia – infusão no álcool, contra reumatismo

Chá de folha de canela - contra dor de dente

Flor de mamão macho – xarope contra bronquite

Infusão de caroço de abacate – para rins

Chá de folha de café – calmante

Malva –para higiene bucal e problemas dentários

Serralha – chá e folha para coração

Erva de chá de folhas contra azia

Picão – bicho – folha, banho contra hemorróidas

Barbaça - bom contra hepatite

Chuchu – chá da folha é calmante

Avenca – contra tosse e rouquidão

Jequitibá – folhas para a garganta

Devemos mencionar que a Igreja Católica promoveu em 1985 um "Encontro sobre Ervas" em Lumiar, em que moradores e camponeses transmitiram publicamente seus conhecimentos. Daí resultou um precisos opúsculo.[253] Também em 1988, por iniciativa da Diretora do Departamento de Cultura, Maria Suzel Coutinho Soares da Cunha foi feita uma pequena pesquisa sobre os curadores populares de Nova Friburgo.[254]

Mulher.

Numa sociedade que se pautou pelo trabalho familiar, a mulher passa a ter uma posição bem diferente do que nas sociedades provenientes diretamente das tradições escravocratas. Há, não obstante, uma atitude exploratória da mulher. A mulher passa a ser um útero super-requisitado como confirma a quantidade de filhos que ela engendra no paradigma antigo. Esta constante condição de grávida limita alternativas de trabalho que não existiam fora do eixo familiar.

Normalmente a mulher está exposta a tríplice jornada; reprodutora e amamentadora dos filhos; sujeita ao trabalho doméstico desde limpeza até cozinha e participante de diversas atividades de lavoura, sendo comum a mulher levar inclusive a criança recém-nascida para a roça e colocá-la num caixote ao longo de sua jornada de trabalho.

Quanto ao seu grau de instrução, não podemos dizer que ela teve sorte diferente da dos homens, que quando estudaram, cursaram apenas as primeiras séries do curso elementar. O discurso das mulheres entrevistadas menciona um mínimo estudo. Institucionalmente a discriminação se encontrava na vida cívica, pois a mulher só conquistou o direito de voto após 1934.

Como a estrutura familiar era muito importante para a própria produção e reprodução social, não notamos uma passividade da mulher comum na sociedade escravocrata. Os exemplos de que

---

[253] Caritas Diocesana – *Encontro Sobre Erv*as, 1985.

[254] Maria Suzel Coutinho Soares da Cunha (coord.) – *Memória Popular – Receitadores- Mundo Místico e Ação Social, 53 pags.* Nova Friburgo, Centro de Documentação Histórica – Pró-Memória,1988

dispomos são de mulheres profundamente identificadas com os maridos e com uma posição atuante no lar e na lavoura.

Há sinais de repressão mais dirigida ao sexo feminino. A liberdade de sair era controlada. Casavam muito cedo, o que combinava o inconsciente objetivo de ampliar a família com incorporação de mais recursos, na medida em que a mulher ia para a casa do marido, constituindo assim uma nova unidade familiar e produtiva. Os casamentos, em geral, resultavam em transferência dos cônjuges para outras unidades produtivas; era comum a mulher ir para a casa do marido que não obrigatoriamente ganhava nova terra para cultivo. Houve inúmeros casos em que, do casamento resultou a ida do marido para a terra da mulher, ganhando assim a família da mulher um acréscimo de força de trabalho.

Também em relação à herança e partilha dos bens, o sistema usual beneficiava a mulher que ficava com a metade do inventário, e a outra metade era dividida entre os filhos. Dessa maneira, a propriedade inicial se conservava em boa medida na mão da esposa, embora se multiplicassem unidades em função da partilha pelos filhos.

A participação social da mulher nas atividades sociais não encontrou resistência na comunidade. A mulher participava das atividades na Igreja, ia aos bailes e recentemente vai até ao futebol.

Sua proximidade com o sofrimento e cuidado com os filhos certamente a preparou para atividades de cura associadas à religião e principalmente coadjuvantes do parto. Há alguns parteiros masculinos, mas a participação feminina no parto era mais comum. Os moradores de São Pedro da Serra sempre lembram os nomes de dona Valda, dona Tita, dona Amélia. Existem ainda hoje rezadoras como dona Vilma.(Lumiar).

O paradigma do passado rural indica famílias com numerosos filhos, o que teria favorecido a fragmentação por herança. Hoje as famílias unicelulares e com menos filhos apresentam uma menor subdivisão. Por outro lado, os estímulos para a venda tem sido maiores, inclusive para a formação de loteamentos.

Indagado se há fragmentação ou concentração da propriedade, Moisés Gomes em 2/06/2000, responde que há uma recente fragmentação, para ele tendo como uma das causas a proibição exercida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA de queima das matas e conseqüente inibição da lavoura. Afirma que há sucessiva fragmentação via heranças. Um exemplo dado é o caso de Eugênio Guilherme Spitz. Sua propriedade abrangia o centro de Lumiar, o campo de futebol, o lago e as montanhas das redondezas. Com a sua morte a propriedade foi dividia entre seus onze filhos. Estes onze filhos, todos já falecidos, deixaram as terras para os netos de Eugênio Spitz. Muitos lotearam e venderam partes das propriedades. Hoje, onde havia no passado apenas um dono, há mais de “mil proprietários”.

Tem aumentado a venda de pequenos lotes, aumento do número de casas na região e a transferência de terras para as pessoas “de fora”. Moisés chega a afirmar que a tendência da área é a urbanização. Reafirma que, em virtude do IBAMA, as terras ficam superexploradas, enfraquecendo-as e gerando portanto poucos resultados; daí a preferência por vendê-las para a futura construção de casas.

O próprio turismo crescente tem favorecido a valorização da terra de tal modo que se torna mais atraente vendê-la ou alugá-la. Dá o exemplo de áreas situadas em Rio Bonito e Macaé de Cima hoje pertencentes em 85% a pessoas de fora. Há diminuição de compra de terras por agricultores, sempre pela desvalorização da agricultura em função das proibições do IBAMA e também porque as próprias pessoas da terra consideram melhor negócio a construção de casas para alugar. Constata também o aumento de moradores locais cujo

trabalho se verifica em Nova Friburgo. Antes mesmo de ocorrer este fenômeno, sem fixar época, ele afirma que Lumiar nunca possuiu grandes propriedades. Não era uma terra de fazendas.

Seu Beninho afirma que as terras eram muito baratas, com dimensão que excedia as perspectivas de emprego agrícola. Segundo seu Zé havia muitos meeiros, isto é, gente sem terra. Segundo seu Zé teria havido uma época em que as terras foram mais utilizadas do que hoje. No seu entender muitas terras estão sendo convertidas em áreas de gente de fora que não praticam a agricultura e sim colocam caseiros.

Como demonstração da existência no passado de terras com grandes áreas, o bisavô de Osório Blaudt, Valentim Blaudt, tinha 40 alqueires de terra. Foram herdados por seu único filho, Daniel, que por sua vez teve 11 filhos; um destes era o pai de Osório Blaudt que teve 10 irmãos. Alguns filhos moram em Nova Friburgo. As dimensões de terra talvez tenham sido superdimensionadas por Aldereno Blaudt segundo o qual Eugênio Blaudt possuia 140 alqueires de terra.

As primeiras famílias parecem ter sido quase extensas, por exemplo, seu Osório conta que na casa em que foi criado moravam quinze pessoas. A casa fora feita pelo avô com a ajuda dos filhos. Todos os irmãos do Osório trabalhavam na lavoura, na propriedade da família. Segundo seu Aldereno a terra custava pouco. Senhor Israel trocou 4 alqueires de terra por uma vaca. Hoje a vaca não vale 200 reais e a terra vale mais do que cinqüenta mil reais. Seu pai se desfez de muitas terras numa época em que a terra valia pouco.

A família de Astrogildo Moser também possuía terras que foram divididas pelos herdeiros ao longo dos anos. Seu bisavô era filho do primeiro Moser da região – Henrique Moser.Confirma que a terra era barata e que havia venda de terras para os vizinhos.

Astrogildo Moser e sua família – 1987
Foto de Jorge Miguel

O avô de Maurília Heringer tinha grandes extensões de terra que abrangiam Benfica e São Pedro, o que é ratificado pela Maria José, filha de Maurília. Ele deu uma "fazenda" para cada filho. O pai de Maurília quando casou, recebeu do avô as terras que hoje fazem parte do centro de São Pedro. Seu pai era João Heringer. Segundo Maria José, as terras eram tantas que *"as sesmarias dos Heringer vinham de Vargem Alta e terminavam no Poço Feio".* O pai de Maurília foi dando muitos lotes da Fazenda. O que sobrou foi dividido entre seus 9 filhos após a sua morte.

O sogro de Higino Caetano de Lima comprou muitas terras para deixar para os filhos. Após a morte, a família não zelou pelas terras e vendeu tudo. Seu Higino, como genro, manteve seu pedaço, e hoje é o único da família que tem terras.

O movimento de terras era comum. Os pais de seu Geninho venderam todas as terras que possuíam numa época em que a terra valia pouco. Era comum pagar dívidas com terras. Ele vendeu as terras todas para pagar as contas. Alguns recebiam terra pelo trabalho prestado. Foi o caso de dona Nena que recebeu um lote de Eloi Heringer após ter trabalhado no canavial.

Segundo descendentes de João Heringer, ele doara muitas terras. Por incrível que pareça seus descendentes ficaram sem terra.

Seu Nagib comerciante não chegou a ter propriedades grandes. Cita alguns grandes proprietários de Lumiar: Spitz, Knupp, Frezer, Marchon, Sodré.

Seu Naziro se transformou em grande proprietário da região, primeiro porque herdou terras do seu sogro (Eller) e além disso adquiriu outras propriedades com os ganhos do seu trabalho comercial.

Trajano Blaudt confirma o tamanho da Fazenda São Pedro que começava em Benfica e ia até Boa Esperança. Os Heringer deram muitas terras que se converteram em praça, campo de futebol. São Pedro não tinha muitas fazendas. Segundo Trajano Blaudt, as propriedades diminuíram muito, tendo sido divididas entre herdeiros e muitos descendentes venderam as terras. No passado as menores propriedades tinham três alqueires. Ninguém tinha terreno pequeno. O próprio dono trabalhava na terra. Os filhos eram meeiros, apesar de alguns meeiros serem de fora. Algumas sub-áreas tinham muitas famílias morando como na Bocaina dos Mafortes, onde existia em algum tempo mais de vinte famílias. Só os donos de sítio tinham “condições boas” e mesmo assim sua família que tinha 7 alqueires passava fome. Hoje seu Trajano não tem mais terras.

Seu Nelinho era neto de Carlos Maria Marchon. O seu avô tinha 400 alqueires. Teve 5 filhos e deixou 80 alqueires para cada filho. Seu pai tinha apenas um irmão e deixou 40 alqueires para Nelinho e 40 para o seu irmão. Segundo Nelinho, as propriedades diminuíram. Cita algumas famílias suíças que vieram descendo o vale do Macaé: Sottembert, Balmant, Jaccoud, Schot, Hegdorn. Segundo Nelinho, estas famílias se reuniam e dançavam a Marselhesa.

Apesar das situações diferenciadas entre os depoentes, fica patente que a propriedade da terra continua a base da sociedade. Até pessoas que acumularam dinheiro com o comércio compraram terras. Alguns não possuíam terra. São os mais pobres da região.

Trabalhavam em terra alheia. As terras que eram facilmente adquiridas no passado hoje se encontram supervalorizadas em função do crescente turismo. Mesmo com uma agricultura em declínio, é ainda difundido o sistema de parceria, em que meeiros produzem e dão a meia ou a terça para o proprietário. Alguns conservam a terra especulativamente.

A propriedade da terra é o fundamento das relações de trabalho existentes no interior das famílias. Os filhos trabalham nas terras do pai, dando-lhes uma parcela do produto: a meia ou a terça. Quando casam recebem ou compram terras do pai, ou trabalham nas terras do pai da esposa. Quando morre o proprietário, a terra é dividida, cabendo 50% da terra e dos bens inventariados à mãe e a outra metade é partilhada entre os filhos.

2. A ECONOMIA LOCAL

O período abarcado pelos depoentes de 1930 à época atual (décadas de 80,90) se refere a um padrão que, a julgar pelos procedimentos, é o mesmo do século XIX. A casa e a área produtiva se complementam. As pessoas trabalham na lavoura seguindo as estações e durante todo o ano se planta e se colhe, numa economia em que a subsistência é em boa parte assegurada pelo plantio familiar. Este plantio atende também à produção para o mercado. O sistema é o da combinação entre queimada e pousio. Uma área descansa enquanto outra é plantada, e a seguir se procede a queimada da área em pousio para plantação.

Um sítio local possuía lavouras para a subsistência, animais para a sua sustentação. Algumas unidades maiores consistiam de terras em que se plantavam grandes unidades de milho, cana, mandioca. Nelas havia animais, alguns utilizados para o comércio. Havia distinção entre o tropeiro e agricultor, cabendo ao primeiro o transporte de mercadorias para Nova Friburgo e de lá trazendo mercadorias. Muito provavelmente há uma relação íntima entre tropeiros e lojistas locais, havendo um pequeno comércio que troca mercadorias mediante o pagamento dos agricultores.

A julgar pelas dívidas nomeadas em inventários, os comerciantes faziam as vezes de pequenos banqueiros fornecendo mercadorias para os produtores que assim ficam condicionados a plantar para pagar o que antecipadmente consumiram ou obtiveram dos comerciantes.

A acumulação de capital parece ter sido maior entre comerciantes do que entre os agricultores. Em geral os comerciantes se convertiam também em proprietários de terras. Agricultores mantêm grande parte da economia fundamentada na auto-sustentação. Suas casas são feitas de pau-a-pique, objetos de uso doméstico são feitos pelo próprio grupo social. Além das casas feitas com material local, existiam muitos sítios com engenhocas diversas: casa de farinha, engenhoca de fazer rapadura e moinhos hidráulicos de moer milho. O uso de moinhos implicava o pagamento de 10% do milho moído ao dono do moinho o que se chamava *maquia*.

Considerando que boa parte da sustentação alimentar era produzida no local, é preciso lembrar que esta produção está acoplada à cozinha, onde o fogão de lenha está presente em todas as casas. Há ainda disseminados os fornos de cozinhar broas, de fazer pães, situados fora do interior da casa.

Segundo os inventários há a produção destinada ao comércio quase sempre de milho, feijão ou mandioca. A partir da década de 1920 avulta a produção de batatas, sendo Nova Friburgo, um dos maiores produtores de batata do Estado do Rio de Janeiro. Nesta mesma época foi considerado o município de maior conservação das matas do Estado, o que não deve ser tomado como uma atitude ecológica mas como limitação da agricultura. A produção por terreno em geral era reduzida. As explicações são diversas: desde a falta de lavradores até a dificuldade de venda. O fato é que não há nenhuma queixa de qualquer homem da terra de que houvesse insuficiência de terras para a produção demandada. Podemos supor que, ao contrário, existia uma demanda menor do que a capacidade produtiva.

Todos os depoentes assinalam que desde cedo trabalhavam na lavoura.

Os sítios certamente tinham uma grande parte de auto-sustentação: energia – à lenha; cereais e alimentos (a maior parte produzida nas próprias lavouras). Embora se registrasse alguma plantação e uso do arroz, há também registros de compra de arroz e de açúcar nas mercearias. Hoje já se encontra difundida a micro-monocultura cuja venda serve para comprar outros alimentos no supermercado.

d) Agricultura

A lavoura foi a base de sustentação da vida local. É ela que permitiu um certo comércio. A família tendia a produzir o que precisava. Todavia tanto o nível de produção como de atividades vinculadas às necessidades familiares obedeciam a um padrão que implicava a existência de algumas especializações locais e recurso ao mercado. Em outras palavras, as famílias produziam a sua própria subsistência e destinavam parte de suas atividades para a troca, daí resultando um pequeno comércio e a circulação de dinheiro que movimentava em parte a sociedade, comprando equipamentos, objetos de consumo semi-manufaturados.

Havia compra de terras, mas é possível que a acumulação de capital ficasse mais nas mãos dos comerciantes, que podiam aplicar este capital na própria atividade, na compra de terras, imóveis em Nova Friburgo ou simplesmente entesouravam o dinheiro.

A terra era considerada barata. Seu acesso se dava mediante herança ou compra. No passado a posse foi significativa. Segundo o Registro de Terras, foram registrados em Lumiar e São Pedro da Serra 25 propriedades cuja origem foi a posse explícita. Herdaram terras, os Blaudts, os Schmidts, Spitz, Moser, Higino Caetano de Lima (herdou as terras da esposa). Em 1854, segundo o Registro de Terras, 37 propriedades tiveram a compra como origem. Entre os que compraram, no século XX, podemos citar as famílias Barroso e Manhães. A terra era barata, mas como o dinheiro era escasso, muitos não conseguiram comprar terras, como foi o caso do

foreiro José Quintas e de uma trabalhadora descendente de escravos como dona Nena.

A produção destinada ao mercado era em geral de produtos destinados ao consumo alimentar tais como milho, feijão, batata, e derivados de animais como porcos e aves. O leite que é fundamental na vida reprodutiva da sociedade não é mencionado nem como venda , nem como compra, o que nos remeteu à idéia de que havia uma criação local destinada ao consumo da própria comunidade. Segundo Seu Zé, os donos de vacas davam leite aos moradores. Outros afirmam que ele era vendido. Lembremos que, no passado remoto, Nova Friburgo chegou a ter fama de possuir excelente gado leiteiro cujos queijos se tornaram famosos. Havia beneficiamento de produtos como milho, mandioca e cana. Há referências de venda de farinha de mandioca. O uso da farinha de milho, o fubá, era generalizado.

Seu Luíz Mafort faz referência à produção de café quando cita que Nicolino Magaldi tinha cafezal. O mesmo proprietário possuía porcos.

O café que era o produto comercial de grande parte dos vizinhos de Nova Friburgo, como Cantagalo e Bom jardim, era também plantado na região. Mas poucos depoentes se referem ao café, e mesmo os que o fazem, não destacam a produção como essencialmente voltada para ele. Segundo alguns, teria havido uma época em que o café tivera maior importância. Deve-se registrar entretanto que alguns mencionam a venda de café, ora beneficiado na própria região, ora embarcando para Bom Jardim, onde era beneficiado. O café era plantado “para o gasto”. Quase todos depoentes negam a sua significação comercial. Alguns afirmam que nos distritos de São Pedro da Serra e de Lumiar não havia café.

Além de uma produção destinada ao mercado cuja dimensão variável é pouco precisa, os alimentos plantados geravam o consumo imediato e ulterior mediante técnicas rudimentares de armazenamento, reservando–se naturalmente a “planta”, constituída de sementes que asseguravam a continuidade do ciclo produtivo. O feijão, por exemplo, era conservado em banha de porco ou através

de sistema de barreamento. Há produtos que, consumidos localmente, tornaram-se comercializados como o inhame, a batata doce, a batata baroa e a banana. Na década de 60, a banana e o inhame cresceram enquanto produtos comerciais. O arroz, que hoje integra a dieta alimentar da maior parte das pessoas, era produzido apenas para o consumo próprio e mesmo assim em proporções limitadas, uma vez que há muito poucas referências ao arroz na alimentação diária. Seu plantio aparece pouco nos inventários. Um dos depoentes (Zé Quintas) chega a dizer que o arroz era “para dia de visita”, apesar de se registrar um plantio maior do que o que se verifica hoje, quando o arroz passou a ser comprado em super-mercado ou armazém.

A produção para subsistência compreendia atividades como moradia, alimentação, transporte, parte do vestuário, produção de energia. A moradia era feita com madeiras da área, terra, bambus e pedra utilizada principalmente nos alicerces da casa. As casas antigas eram freqüentemente suspensas sobre pedras, evitando-se assim a umidade.

As madeiras eram tiradas da própria mata. Elas eram também utilizadas como cercas para delimitar terrenos. Eram a base do fogo que alimentava fogões e fornos. O conhecimento de madeiras conduzia ao das árvores. Para a fundação da casa era utilizado, por exemplo, o ipê; as colunas eram de ipê e peroba. Biuna e palmito para a estrutura do telhado. As paredes eram de pau-a-pique.

As toras de madeira eram serradas pela família ou em mutirão. Para isto se recorria ao traçador que era uma serra manipulada por duas pessoas. As casas seguiam um padrão comum. Paredes de pau a pique; assoalho em tábuas, suspenso por pedras; divisões internas muitas vezes sem forro. O telhado era feito com tabuinhas ou telhas feitas por olaria cuja existência foi identificada no local. Os banheiros existentes estavam fora da área de cômodos. Na cozinha imperava o fogão à lenha que servia também para defumar toucinho e lingüiça que eram pendurados nas

vigas do telhado. Fora de casa eram construídos fornos semi-ovais de onde saiam as deliciosas broas de milho ou banana.

Nas adjacências da casa, galinheiros e chiqueiros fechados. Antes era comum a criação solta dos animais, o que lhes dava essencial liberdade para escolher os alimentos. Em alguns pequenos sítios como de Manuel, filho de Juvenal Balmant Macedo, casado com Dolores Ouverney nos confins de Galdinópolis, a criação bovina e de aves era solta. Há também uma pequena horta: chuchu, couve, repolho. Apesar de cercados pelo verde das matas, o consumo de verduras era limitado. O porco era amplamente utilizado e sua banha servia tanto pra conservar carnes, feijão como para frigir alimentos. Um morador afirma que a carne de vaca não era usual, mas quando se matava um boi, sua carne era oferecida de casa em casa mediante algum dinheiro. Freqüentemente era hábito oferecer aos vizinhos alguma parte do porco recém abatido.

Há toda uma gama de utensílios destinados à cozinha e ao transporte de alimentos que eram fabricados por pessoas da terra. Exemplo: jacás, balaios, peneiras. Poucos pratos e copos. Nos inventários há relações de talheres, revelando que eles já eram usados.

> *"Criado na lavoura desde que se entende por gente, Luís Alberto de Macedo (que se auto-denominava Luíz Barmã), possivelmente derivativo de Balmant, aprendeu a fazer artesanato com os pais, principalmente a mãe, mulher forte que sozinha plantava dez litros de milho. Esta lhe ensinou a fabricar o jacá (cesto-mochila de taquara), a peneira e outros utensílios de grande utilidade para a vida na roça. Aprendeu a respeitar as regras da lua para fazer um bom jacá que para ser mole e não dar broca tem que tirar a taquara nos meses sem R. Testemunho vivo da cultura de nosso povo, vive atualmente com 73 anos de idade, sozinho numa casa de pau-a-pique que ele mesmo construiu, como tudo em sua vida"*[255]

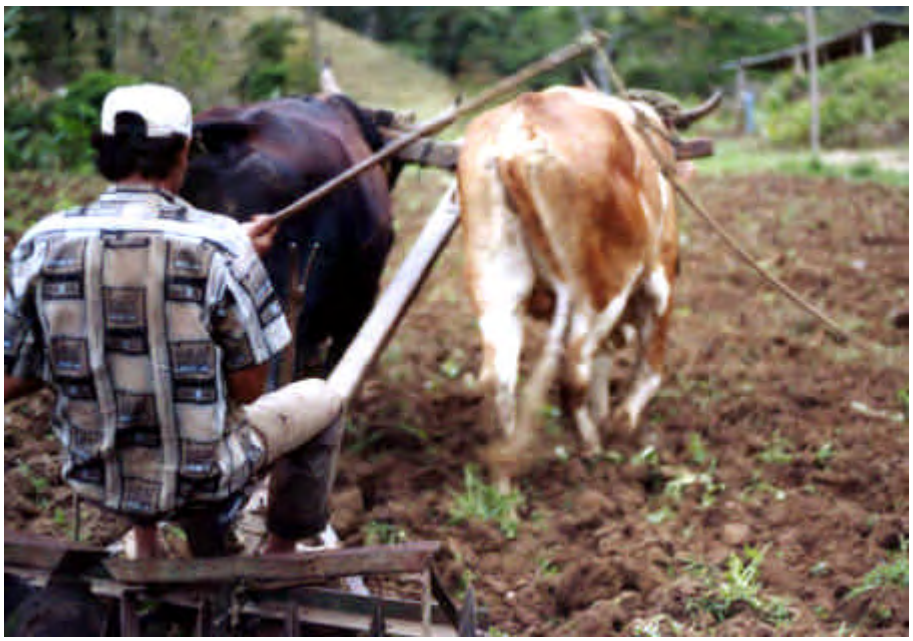
Embora a maior parte das ferramentas fosse comprada em Nova Friburgo, havia na terra quem trabalhasse o ferro. Ferreiros

[255] *Ecos* – Jornal Regional, ano 1, nº 12, maio de 2002

tinham forjas de onde saiam ferramentas, martelos, machados, alicates.

e) Técnicas agrárias

Não usavam arado. Tudo era na base da enxada e da foice. Os animais puxavam a carga do roçado para casa. De vez em quando alugava-se um arado puxado por bois. Eram necessárias grandes áreas de terra, pois havia perda de lavouras em conseqüência de pragas e matos nocivos. Faziam queimada. Um dos primeiros colonos suíços respondia em carta a um conterrâneo, recusando-se ao uso das técnicas européias, principalmente ao uso do arado. *"O fogo é o nosso instrumento"*. E assim continua até hoje. O processo vai mais rápido e a cinza é boa. O ideal é o descanso da terra por cinco anos; derrubam a capoeira e em seguida queimam.(Acir Spitz) Não usavam veneno no passado. Segundo seu Zé, antigo lavrador local, não se usavam adubos e "remédios". Há quem diga que na verdade não existiam grandes pragas naquela época. O sistema de plantio implica o recurso ao pousio, isto é, o descanso de parte da terra que então se renovava, havendo um revezamento de áreas de plantio. Hoje a terra é melhor aproveitada mediante a aplicação de insumos, o que aumenta a sua produtividade e já não requer mais o descanso tradicional.



Arado puxado por bois – São Pedro da Serra – 2001
Foto Jorge Miguel

Há lavradores que têm uma posição crítica aos métodos atuais de emprego de “remédios”. Segundo Aldereno Blaudt, os lavradores utilizam os “remédios” de forma incorreta e descuidada, expondo-se à ação tóxica destas substâncias além de comprometer os alimentos. Hoje é voz corrente que, sem agrotóxicos, não há colheita. É o que afirma peremptoriamente o senhor Acir Spitz. Seu Geninho dizia que os principais instrumentos agrários eram enxada, foice e enxadão. Algumas vezes se usava o arado. Sou testemunho pessoal do uso do arado puxado por bois. Prática milenar que, enfrentando as dificuldades da montanha, chegara a ser praticada.

O plantio exige épocas próprias. Em agosto, setembro e outubro planta-se inhame, feijão, milho, batata , maxixe, pepino, quiabo, pimentão, tomate. De março em diante, na época seca do inverno, agricultores locais plantam couve, repolho, alface, ervilha, couve-flor, brócolis, hortaliças em geral, alho (há a crença de que o dia de São José, 19 de março, é bom para o plantio de alho). Indagados se levavam em consideração as fases da lua para o plantio e colheita, ninguém afirmou levar isto em consideração, se bem que vários consideraram a época da lua

minguante, a fase ideal pra extração do bambu e de madeiras, porque evitava brocas.

Existe algum conhecimento de formas orgânicas de adubação, como por exemplo o emprego de feijão e soja que servem como adubo verde. Há casos de aplicação de adubo animal na terra (seu Manuel em Galdinópolis)

A observação da época de plantio tem a ver com determinadas estações. No caso, deve-se observar muito claramente a distinção da época seca daquela das águas. Assim, o feijão é plantado principalmente em fevereiro, a batata inglesa nos períodos março/junho e outubro/dezembro, a batata baroa em junho, o milho de agosto a outubro, o inhame de junho a setembro. Certas lavouras permitem três plantios ao ano: tomate, couve-flor, repolho, hortaliças, batata doce.

Deve–se obervar o rendimento usual oferecido pelos diversos plantios. O milho gera 100 caroços por um; o feijão obedece a proporção de 50 feijões por um, um inhame plantado dá seis; tomate, uma muda rende 15 tomates, uma muda de pimentão rende 7.

f) Comércio local

Na década de 40, existem casas comerciais em Lumiar e São Pedro. O comércio com Nova Friburgo durava cerca de três dias, feito em lombo de burro. Talvez um período maior do que quem fosse simplesmente a pé, registrando-se a proeza dos antigos de irem e voltarem a pé no mesmo dia à metrópole serrana. Era o comércio de tropeiros feito à semelhanca de outras tropas no Brasil, com uma mula chamada de madrinha que guiava com um sino as demais. Levavam mercadorias como alimentos e traziam roupas, aguardente, ferramentas.

O transporte animal foi a base de toda a economia brasileira até meados do século XIX. E mesmo depois de implantada e expandida a ferrovia, criou-se uma combinação com as tropas. No caso de Nova Friburgo, os transportes em lombo de animais duraram até os anos cinqüenta, quando já existia transporte motorizado. De

qualquer modo, considerando que a mercadoria transportada não era nem café, nem produtos beneficiados como queijo, por exemplo, os lucros não podiam ser muito elevados. Considerando entretanto que os gastos não eram muito altos, houve sempre um certo poder monetário nas mãos dos comerciantes e menor na mão dos lavradores, que serviu para a compra de ferramentas, sal, cachaça, arroz e tecidos em Nova Friburgo. A circulação monetária se expressa também na compra de terras.

Seu Luís Mafort trabalhou na tropa do Beninho que tinha dez burros. Puxou muita batata. Confirma que a viagem para Friburgo demorava três dias. Podia-se ir a pé ou a cavalo. Seu tio ia a pé. Muita gente criada em São Pedro não conhecia Nova Friburgo.

Havia em locais como São Pedro da Serra e Lumiar alguns armazéns. Em São Pedro da Serra havia uma farmácia de Juca Martins.

Segundo Acir Spitz, seu avô tinha comércio. Também tinha lavoura. Comprava na região e levava para Friburgo. Trocava as mercadorias por sal, açúcar, querozene e carne seca. A tropa de seu avô era formada por um lote de 10 a 12 burros. Eram levadas pelo próprio dono, que ia com dois empregados que ganhavam por dia, por jornada. As tropas existiram até 1967, sendo substituídas por caminhões, com a inauguração da estrada de rodagem Lumiar – Friburgo. Os que mais lucravam na época eram os comerciantes. Acir saiu da lavoura para o comércio. Abriu o comércio com os recursos da lavoura. Era um bazar que segundo ele vendia da cachaça ao chapéu. Tinha de *“um tudo”*. Teve prejuízo porque pegava dinheiro emprestado a juros elevados, comprava mercadorias a vista, mas vendia fiado.

Trajano Blaudt também possuíra um armazém em São Pedro da Serra. Montou um armazém de secos e molhados. Segundo ele, só havia três na época: Manhães, Martins e o seu. Com o dinheiro da lavoura abriu o comércio. Mais tarde investiu em caminhões. Seu pai tinha tropas de burro. Levava o milho, capado,(porco) ovos de galinha, batata inglesa e feijão. No tempo dos caminhões levava milho, feijão, batata, tomate, banana e frango. Não se vendia

quase nada na época. Algumas pessoas tinham vaca e vendiam o leite.

Seu Beninho montou uma tropa com dez animais que comprou com recursos obtidos na lavoura. Levava três dias de viagem com tropas até Friburgo, ida e volta. Os tropeiros de Lumiar iam por Muri e os de São Pedro por Vargem Alta. As tropas desciam toda a semana para Nova Friburgo. Não viajavam de noite. Alimentavam-se no rancho que era uma espécie de hospedaria, onde os viajantes levavam as suas próprias camas e esteiras. Comprava duzentas, às vezes quatrocentas dúzias de ovos de moradores que tinham criação para levar a Friburgo.

Seu Nagib tinha duas tropas. A da frente ia com oito burros e a de trás com sete. Seu pai era o dono das tropas e ia a cavalo, revezando com ele que ia a pé. Tinham dois empregados que ganhavam comida e um salário por dia de trabalho. De volta da Segunda Guerra, recebeu uma soma e com o dinheiro abriu um comércio. No início ia a pé para Nova Friburgo buscar mercadorias, depois passou a trabalhar com a sua própria tropa e passou a venda para outra pessoa. Era abastecido por lavradores locais. Levava batata, feijão, farinha de mandioca, milho e porcos (capado). Traziam sal, açúcar, arroz, agaurdente, querozene, fumo e tecidos. O lucro era pequeno. Na maior parte das trocas não usava dinheiro. Trazia mercadorias para o pai e para comerciantes amigos locais. Não havia muitos tropeiros na época. A viagem demorava três dias. Paravam para *"ranchar"*. A parada era paga. O proprietário do rancho cobrava aluguel pelo pasto. O caminho das tropas era por Vargem Alta, Colonial 61. Havia também outro caminho: pelo Alto dos Cinqüenta, ou pelo Quintino que corresponde hoje ao atual asfalto, ambos desembocando em Muri.

Barão trabalhava na lavoura. A produção era vendida em Nova Friburgo. Seu pai e seu tio tinham tropas e toda semana levavam cargas. Uma parte da produção ia para o Rio de Janeiro. Traziam arroz, carne seca, macarrão, querozene, sal, roupas, sapatos. Quando caia uma barreira e as tropas não podiam passar, o alimento

voltava, daí resultando problemas de armazenamento e perda de estoques.

Osório Blaudt trabalhou até os quarenta anos na lavoura e depois abriu um comércio com os recursos dali extraídos. Levava café para Barra Alegre

Aldereno Blaudt, com 19 anos, abriu um comércio com recursos da lavoura. Seu "comércio" vendia fazendas, armarinho, secos e molhados, macarrão, açúcar, armas de fogo. Era abastecido pelos tropeiros. Segundo ele algumas pessoas que possuiam um número pequeno de animais se juntava às tropas maiores. Ranchavam na Ponte Branca. Levavam frangos, ovos, pombos e porcos. Os porcos eram tostados com folhas de pinheiro para conservar na viagem até Nova Friburgo. Segundo Seu Zé, os comerciantes pagavam as mercadorias em dinheiro.

d) <u>Artesanato e manufaturados</u>

Em Lumiar existiam olarias onde fabricavam telhas. O sabão era feito em casa, com gordura de cabra ou porco.

forno de lenha – foto Jorge Miguel –1987

O açúcar também era feito em casa. O pai e o avô de Astrogildo Moser eram carpinteiros. As panelas eram de ferro (Aldereno Blaudt). Segundo seu Zé, as ferramentas vinham do Rio de Janeiro. As roupas eram feitas por costureiras da região. Osório

Blaudt cita o exemplo de sua mãe que costurava com fazenda comprada em Friburgo. Seu Nagib diz que havia muitas costureiras no local. Alguns membros da família Blaudt fabricavam balaios e jacás. Os móveis eram feitos em São Pedro com madeiras da região; usavam traçador e serra. A manteiga era feita em casa, assim como o melado e a rapadura. O cunhado de Beninho fabricava tijolos. Seu Nagib cita um ferreiro na região. Barão falava das telhas de barro que eram feitas pelo senhor Juraci Boy.

e) <u>Transporte</u>

"Até o final da década de 1950, o transporte entre o 5º distrito (Lumiar e São Pedro) e a cidade de Nova Friburgo era feito através das tropas de mulas, levando em média 3 dias para cumprir todo o trajeto que consistia de picadas abertas na mata. A primeira estrada de rodagem de terra que ligou Lumiar a Nova Friburgo foi construída no final da década de 50 por iniciativa de um grupo de moradores. Acompanhou o caminho das tropas. Pode-se considerar que o transporte em burros durou até a década de 60.

No início da década de 1960 foi implantada a primeira linha regular de ônibus, por iniciativa de um morador da região, que ia de manhã a Nova Friburgo e voltava à tarde. Somente no ano de 1982 ficou pronta a estrada de asfalto que vai de Lumiar à localidade de Mury onde encontra a via principal de ligação entre Nova Friburgo e o Rio de Janeiro, perfazendo um total de 30 quilômetros da Vila até o centro de Friburgo. A Estrada de Lumiar a São Pedro da Serra foi asfaltada somente em fins da década de 80.

SOCIEDADE

Pode-se dizer que a sociedade local alcançou um nível de autonomia em face do mercado bastante grande. Se por lado é verdade que a sociedade demandava produtos vindos de fora como sal, ferramentas, tecidos, ela podia se manter muito tempo sem

recorrer a este comércio e mesmo podemos supor sem circulação de dinheiro. Todavia os depoimentos são unânimes em considerar que sempre houve a relação com o mercado através das tropas regulares por semana.

Além disso, os ritmos e produção eram muito intensos o que estava ligado à produção para o mercado. A produção de excedente, fundamental para a geração de lucro existia e teria aumentado na medida em que cresceram as condições de comercialização, inclusive com a introdução do transporte rodoviário. Neste sentido, podemos dizer que teria havido uma tendência a crescente subordinação da lavoura ao comércio. Ao mesmo tempo, a terra continuou sendo o objeto principal de desejo e de valor nesta sociedade.

Os comerciantes funcionavam por vezes como banqueiros e empregavam seu dinheiro na própria lavoura, pois compravam terras, e possivelmente o dinheiro arrecadado era empregado no consumo de mercadorias ou então entesourado, de tal maneira que o dinheiro não parece ter alterado os meios de produção, que permaneceram os mesmos durante décadas. Somente após 1980 registra-se aplicação de capital na compra de insumos e agrotóxicos o que se teria dado paralelamente ao aumento da comercialização e da melhoria das comunicações.

Pode-se observar também uma evolução da estratificação social. Assim, por exemplo, teria havido uma fase em que algumas famílias foram detentoras de fazendas, mantendo também ligações com o comércio. A família Spitz, por exemplo, era dona de grandes extensões de terra, possuindo também o controle comercial de Lumiar. E em São Pedro, a família Heringer era possuidora de grande extensão de terras o que certamente conferiu a base do poder de João Heringer na localidade por volta de 1930. O processo de ampliação da pequena e média propriedade pode estar também na raiz da perda de poder sócio-político de algumas poucas famílias. Ao mesmo tempo, o poder local se dilui e órgãos ligados à Prefeitura exercem maior participação na localidade.

O padrão de vida das famílias da região apresenta grande homogeneidade. Há algumas que se destacam porém a maioria vive de

uma produção rudimentar em que a subsistência é parte muito forte da produção. Na medida em que se revoluciona o transporte e se abre o caminho da integração começam a ocorrer algumas mudanças sociais.

4) Alguns comerciantes se enriquecem;
5) Alguns agricultores se enriquecem sem que isto altere a sua estrutura produtiva familiar;
6) Boa parte dos agricultores passa a viver novas dificuldades; limites da produção em função do IBAMA, endividamento, venda de terras, abandono da lavoura pelos mais jovens, dificuldade de manutenção da rentabilidade da lavoura.

Daí a produção agrária estar em declínio com exceções. As famílias passam a ter pessoas ligadas a outras atividades. Ao mesmo tempo reduzem-se as possibildiades de parcerias e muitos se queixam de inclusive não ter mais empregados. O perfil social hoje está mudado. Na lavoura, a produção familiar resiste com dificuldades; as possibilidades de emprego na lavoura diminuem, ao mesmo tempo que cresce em outras atividades ligadas ao comércio e ao turismo.

Segundo Trajano Blaudt, no passado havia muitos pobres e até proprietários eram pobres. Havia fome. Gente com dificuldades de comer, até donos de propriedade. No passado havia menos dinheiro. Será que havia mais exclusão social? Como um todo, a sociedade tinha menos acesso a bens veiculados pelo comércio, isto é, a sociedade era rústica, porém alguns teriam melhores condições de reprodução do que outros. Os depoentes se referem a muitas famílias que não dispunham de terras e trabalhavam sob o sistema de parceria. É possível que mesmo pequenos proprietários também trabalhassem nas terras alheias. Tudo indica que hoje o número de parceiros tenha caído, até mesmo porque a produção geral caiu.

É difícil distinguir uma elite econômica e social na região. Existem certamente pessoas melhor sucedidas economicamente no comércio e mesmo na lavoura, possuidoras de maiores terras, porém persiste ainda certa homogeneidade que está se estruturando

num patamar mais rico da região excluindo-se os pobres e sem terra.

A menos que se dê uma mudança qualitativa nos compradores de terra e que haja aplicação de investimentos na terra, o pequeno lavrador, acostumado às condições anteriores de agricultura e dispondo de pouco capital, tenderá a manter-se duramente ou vender sua terra. O comércio continua a grande fonte de capital, havendo alguns comerciantes que, bem sucedidos, aplicam o seu capital na compra de terras. Como as condições gerais do local pouco se alteram pode–se supor que os comerciantes não gastam o dinheiro na própria localidade.

Haverá um bem sucedido lavrador familiar, outro que emprega parceiros ao lado de um grande número de pequenos produtores familiares com pouco rendimento. Enfim, apesar do destaque de um pequeno grupo, pode-se considerar a sociedade bastante homogênea, o que leva por exemplo um comerciante bem sucedido a afirmar que *“hoje não tem pobre em São Pedro da Serra”*

Mulher no fogão de lenha –Toca da Onça – Lumiar
foto Regina Lo Bianco

As famílias tradicionais, ainda que com pouca propriedade de terra ou comércio, exercem influência na sociedade local. Controlam as igrejas, os clubes de futebol. A distribuição de renda tende a favorecer alguns proprietários de terra dedicados à

agricultura e limitados negociantes locais, apresentando para eles alguma perspectiva de mobilidade social. Enfim a sociedade local tende a se beneficiar do crescimento do afluxo de renda para a região e de fato surgem lojas de produtos elétricos, materiais de construção, bares, farmácia, casas de aluguel, marcenarias.

Um grupo emerge dentre os da terra e partilha os novos negócios que surgem com a vinda de pessoas de fora e com o turismo.

Seu Higino considera que a sociedade local está mais próspera do que antigamente*. "Os pais da gente para sustentar um grupo de filhos conforme era nós, era uma dificuldade. A lavoura não achava de vender".* Os sacos de produtos da lavoura eram muito baratos, mas não se chegava a passar fome. *"Hoje qualquer garotinho tem mais dinheiro do que nos tempos passados um chefe de família"*.

Seu Nelinho enfoca a riqueza sob outro ponto de vista e afirma que antigamente a fartura era maior. Hoje o custo de vida se elevou. Enquanto para ele havia certa estabilidade, hoje por variados motivos, a mão-de-obra agrícola disponível se tornou menor. E não há mais braços para trabalhar.

Seu Zé, ele próprio meeiro durante toda a sua vida, afirma que no passado havia mais meeiros do que hoje. Não será em virtude da redução da atividade agrícola? O trabalho agrícola apresenta uma evolução: menos colonos segundo Spitz, mais meeiros, que representam uma vantagem em relação aos empregados. Era bastante generalizada a situação das famílias que recorriam aos braços da própria família na condição de meeiros, conforme depõe Osório Blaudt.

A produção familiar envolvia todos os membros da família numa contínua e ininterrupta atividade. Abasteciam a cidade de gêneros agrícolas, mas a sua atividade era menosprezada economicamente. Segundo Acir, o lavrador era o mais explorado em tudo. Ele vende a mercadoria por vinte e uma sucessão de atravessadores que vão elevando o preço e ganhando a sua parte. Segundo Acir, nunca faltou terra, mas eram os comerciantes que

lucravam. Para ele a solução estava na eliminação do intermediário entre o produtor e o consumidor.

Casa de lavrador – São Pedro da Serra - 2001
Foto Regina Lo Bianco

Os camponeses, os meeiros e empregados não tinham qualquer direito trabalhista. Eram despejados sem nenhum ônus para o patrão, não tinham qualquer direito a férias etc. Segundo Luis Mafort que viveu um bom tempo na cidade, o homem da roça vivia sem direitos e sujeito à autoridade do chefe político local, geralmente associado à propriedade da terra.

O critério de avaliação da pobreza está marcado pela subjetividade na apreciação da realidade. Para muitos simplesmente não havia pobreza porque sempre se podia arrumar trabalho na condição de meeiro. Há gente pobre como dona Nena E a condição de meeiro? Talvez até isto tivesse um limite dado pela questão de mercado. Se não havia como vender, para que aumentar excessivamente a oferta de produtos alimentícios? Afinal havia êxodo rural perceptível pelos registros do censo. Quem abandonava a terra? Provavelmente os filhos de proprietários mais pobres que não conseguiam sequer um trabalho de meeiro.

Seu Zé Quintas – lavrador - 1986

São Pedro - foto Jorge Miguel

A agricultura familiar muitas vezes não atendeu às necessidades mínimas de consumo familiar. Dona Janice é um exemplo. Passou muitas dificuldades na infância, quando faltava comida e o pai dela era obrigado a pegar fiado na venda. Ela fornece exemplo de família que desde cedo apostou na diversidade de atividades. Seu marido, com o dinheiro vindo da lavoura, montou uma carpintaria e um engenho. Ela trabalhava fazendo colchões de capim. Seu Isaídes Blaudt, marido de Janice, construía móveis na região. Fazia também caixões. Na época não tinha empregados. Hoje já os tem tanto na carpintaria como em atividades ligadas ao restaurante e a uma pousada.

Mesmo no contexto de uma sociedade rústica cujos padrões podem ser associados à pobreza se comparados com os de hoje, havia pobres. Certamente eram pessoas que não possuiam nada além da roupa do corpo. E por isto mesmo, Maria José afirma que seus avós

davam alimentos e roupas para os pobres, iniciando assim um serviço social ao qual daria continuidade nos tempos atuais.

Segundo sua expressão, hoje não há pobres em São Pedro da Serra.

Seu Joaquim Barroso afirma que existiam poucos empregados. A maior parte do trabalho seria familiar. Curiosamente parece não gostar da categoria “empregados” alegando que não trabalham convincentemente. Talvez isto seja a opinião de um pequeno proprietário que vê com maus olhos a situação proletária. Valoriza exclusivamente o trabalho familiar. Ele mesmo alega que nunca recorreu a empregados.

O padrão familiar de produção transparece no fato de que boa parte da produção se destina ao gasto familiar; no envolvimento de todos os membros da família na produção. Decorre desta estrutura uma divisão do trabalho na qual a mulher é a principal responsável pela produção doméstica, isto é, cozinha, costura, cuida dos filhos; o marido está comprometido com os trabalhos na agricultura e no comércio. É ele que faz também instrumentos de trabalho. Os filhos desde cedo entram na lavoura. A escolaridade no passado, quando existia, não chegava a completar o ensino elementar.

Se de um lado, o modo de produzir e de viver conduz ao isolamento, por outro existem esquemas que conferem certo traço comunitário. Todavia não existindo um perigo externo que unifique todos, não nos parece que o espírito comunitário seja forte, o que torna a comunidade pouco criativa e sujeita à exploração comercial. Dentre estes traços comunitários estão a prática do mutirão, freqüentemente lembrado pelos depoentes, as festas, a banda, o futebol, os bailes. Estas práticas comunitárias são essenciais para a sociedade se reproduzir. Um dos traços comuns nestas comunidades e que conferia um aspecto particular à comunidade são os laços de parentesco, que ligando todos a todos compõem o quadro de uma grande família.

O equilíbrio desta formação social que repousou numa mesma base técnica se encontra na evolução demográfica, que mais ou

menos compensa a geração de muitos filhos com saídas da região. E se de um lado existe uma tendência à fragmentação da terra, ela tem um limite que se dá mediante transações internas pelas quais uns cedem o terreno a outros em troca de dinheiro.

Podemos colocar em discussão a tese de Sylvia Schiavo para quem a escassez de terra era um limite para a produção e para a sociedade. Nenhum depoente se queixou de falta de terra. Ao contrário muitos afirmavam existir terra e pouca gente para trabalhar. Na verdade, o problema que tenderá a se agravar está ligado às dificuldades de obtenção de dinheiro via mercado.

As transformações mais recentes indicam que, no quadro de maior afluxo de renda para o local, um grupo tende a se beneficiar ampliando-se oportunidades para o comércio e atividades junto à pousadas. Boa parte da antiga agricultura busca se integrar na nova ordem turística vendendo e construindo casas. E a pequena agricultura comercial se concentra em alguns poucos agricultores que conseguem ser bem sucedidos, muitas vezes possuindo seus próprios caminhões. Opera-se um progressivo afluxo de renda acompanhado de concentração de renda.

A esperança maior para a população de renda limitada é o aprimoramento do investimento público local ao lado de uma política previdenciária, sanitária, educacional provenientes do setor público em suas diversas instâncias.

Vida política

A estrutura política do município centraliza a atividade na sede. Assim os distritos não tem representatividade local. O que existe é uma liderança que mantem o distrito ou parte dele sob sua influência pessoal. Formam-se assim os líderes locais que se articulam com interesses extra-distritais, favorecendo uma rede de clientelismo e de coronelismo. É o exercício da política conservadora dissociada das lutas sociais e das reinvindicações populares.

As referências dos depoentes à vida política demonstram que não existe nenhum projeto transformador da realidade associado à luta política. Embora recuados no tempo, possivelmente entre 1900 e 1920, calou fundo na população o modo de se fazer política, que bem a moda da República Velha, conduziram Guilherme Henrique Spitz em Lumiar e João Heringer em São Pedro da Serra. Ambos reuniam em suas mãos poder econômico, político e assistencial. Guilherme tinha tropas, uma diversificada venda e lavouras de café em Barra Alegre e Lumiar. Em São Pedro projetava-se a figura de João Heringer, secundado por sua esposa Constância Eulália Heringer que chegara a ser vereadora em Nova Fibrugo. Segundo depoimento de sua filha, Maurília Heringer, ele foi um influente político. Recebeu visitas de políticos importantes da época como o governador Francisco Portella. Ligou-se a Galdino do Vale que inaugurou uma postura liberal em Nova Friburgo da qual se estruturaria mais tarde as bases locais da União Democrática Nacional. Por ter integrado a Guarda Nacional, ostentava o título de capitão, o que no âmbito local servia para atuar Omo juiz e delegado.

Seu poder se fundamentava também na sua condição de grande proprietário local. Havia herdado terras de seu pai, Jorge Heringer. Este lhe havia dado terras que englobavam o centro de São Pedro e iam de Benfica até a localidade de Boa Esperança. Segundo sua filha, ele possuía grande criação de porcos e bois. Empregava muitos meeiros em sua fazenda em São Pedro. A fazenda produzia café que era beneficiado na própria.

Seu prestígio era também alimentado por uma intensa atividade assistencial que deixava a sua casa sempre cheia. Maurília lembra que seu pai era um homem tão bom que a pessoa ia comprar um pedaço de terra para fazer a casa, e ele dava a terra. A filha dele juntamente com o marido João Mendes fundaram o Posto de Saúde de Emergência na própria casa, onde recebiam médicos da prefeitura e eventualmente João Mendes atendia. A atividade médica em Nova Friburgo foi freqüentemente utilizada como trampolim para cargos políticos, surpreendendo a quantidade de médicos que se tornaram prefeitos do município.

Segundo Higino Caetano de Lima, na época, as eleições exigiam poucos votos o que permitia a vitória de gente segundo ele pouco popular. A chefia política local personalizava todas as ações e boicotava tudo aquilo que poderia prestigiar outra facção. Higino narra, por exemplo, o caso de uma disputa política provocada pela iniciativa de fazer uma estrada de rodagem. Nesta época o prefeito era Cesar Ganli. Ele iria concretizar o projeto do vereador Silva Araújo que era vereador. Depois de já se ter obtido a máquina para fazer a estrada, o finado Cid Heringer teria ficado “com ciúme” do projeto, pois era da UDN, enquanto Silva Araújo era do PTB. Teria inventado que seu Higino e Silva Araújo eram comunistas e que a estrada era desnecessária pois São Pedro não tinha produção que a justificasse. O Prefeito tirou a máquina. A estrada foi aberta por Higino e amigos locais sem contar com apoio institucional.

Segundo Nelinho Martins, *“Lumiar e São Pedro era fogo!”* Atiravam um no outro. Era uma medonha confusão. São Pedro seria mais tarde UDN e Lumiar PTB. Segundo Marília Heringer as eleições eram, cartas marcadas. Para Aldereno Blaudt existia o voto de cabresto. Segundo Maurília Heringer a disputa entre Lumiar e São Pedro era tão acirrada que os membros da família Heringer não podiam passar por Lumiar, sob risco de vida e vice-versa em relação aos familiares de Spitz. Certa vez a Banda de São Pedro, integrada por membros da família Heringer, foi chamada para tocar num casamento em Barra do Sana. O grupo foi por Macabu para evitar passar por Lumiar. Na volta, como Lumiar estava em festa, acreditavam que não haveria problema em passar por ali. Quando o grupo passou por Lumiar, a cavalo, os moradores de Lumiar confundiram os instrumentos com armas e alguém na multidão gritou : *“os bandidos de São Pedro estão todos armados”*. O grupo de São Pedro foi perseguido a tiros. Nesta perseguição, um homem foi baleado e João Heringer ficou para trás.Como chegou em São Pedro depois dos outros companheiros, Maurília conta que o grupo de São Pedro já estava prestes a invadir Lumiar, munidos de metralhadoras para resgatar o irmão que havia ficado para trás. Depois São Pedro

foi indiciado sob acusação de ter atacado Lumiar. O grupo foi absolvido com grande apoio popular em Nova Friburgo. Segundo Maurília esta disputa era causada pela disputa do controle do cartório.

As eleições eram a bico de pena. Mulher não votava. Maurília entretanto afirma ter votado. Mal sabia escrever e já escrevia o nome do eleitor que não comparecia (risos). *"Nós todas votávamos em nome de um homem"*

"*Até eu votei naquela época*". Eram assim as eleições. As mulheres precisavam ficar trancadas e os homens brigando na rua. Nem terminavam as eleições e já tiravam o livro do Cartório Maurília conta a seguinte estória: *"Dr. Galdino não foi sempre amigo do papai, não". Numa ocasião ele quis tomar o cartório daqui. Então ele arranjou uns capangas que vieram de Monnerat para chegar aqui e fazer baderna. Todos armados. Mas sempre tem um dedo duro. Papai tinha muitos amigos. Então um amigo dele de Monnerat o avisou do complô. Os homens de São Pedro formaram uma fortaleza na Igreja para esperar "os bandidos" e também amarraram uma porteira para que não pudessem passar. Na época tinham muitas armas: carabinas e metralhadoras. Quando chegaram, o comando disparou com a metralhadora. Os bandidos viram que* eles estavam preparados e foram embora. Os moradores e soldados do arraial não poderiam dormir naquela noite com medo dos bandidos voltarem. Decidiram então fazer um baile, onde todos ficariam acordados para ajudar os soldados na vigília.

Mais adiante ela conclui*: "uma das filhas do papai ficou muito doente, não sei o que foi. E papai dias depois foi para Friburgo salvar esta menina. Os médicos da sua corrente não davam o diagnóstico certo e a menina estava cada vez pior. Foi então procurar o Dr. Galdino, e este imediatamente aceitou. Ela passou para o tratamento do Dr. Galdino e ele curou a menina. Quando papai foi acertar a conta do tratamento, o doutor falou: o senhor não me deve nada. Ele respondeu. Devo a vida da minha filha. Então desde já eu me disponho à sua política. Eles se abraçaram tornando-se amigos. E o papai passou para a ala do Dr. Galdino.*

Assim é que o doutor Galdino veio conviver com o papai politicamente Ele vinha sempre aqui. Não descuidava. De mês em mês ele vinha fazer uma visita a papai e ver a política como é que andava. Ficaram amigos até morrer".

Esta disputa é também exposta por Acir Spitz. "*Quando meu pai ganhava aqui, o cartório vinha para cá. Quando ganhava lá, o cartório ia para São Pedro".* Na época o cartório era tudo. A sede do distrito era onde estivesse o cartório.

Esta disputa entre Lumiar e São Pedro é pouco compreensível. Ainda que o domínio do cartório pudesse corresponder à manipulação eleitoral, dois povoados pobres fazerem disto o cavalo de batalha, esquecendo outros problemas, parece-nos uma simples divisão que no seu conjunto beneficiava os pequenos grupos de poder em cada localidade. Parece-nos mais uma manifestação de despolitização geral.

A vida subseqüente não faria destas áreas pólos atuantes politicamente. Quando muito eram forças eleitorais que davam apoio aos partidos regionalmente expressivos. São Pedro parece ter pendido sempre para a UDN e mesmo extinta a UDN teria continuado a votar nos partidos conservadores. Lumiar apresentava outro perfil; tendeu a apoiar o PTB e mesmo depois de extinto o PTB, passou a apoiar os partidos da oposição consentida como o MDB. Na atualidade não dispomos de elementos suficientes para avaliar o comportamento político e eleitoral da região.

Luís Mafort, talvez por ter passado grande parte de sua vida na cidade, tinha uma visão muito crítica da política em geral e particularmente a da região. Os políticos antigos eram vistos como refratários aos direitos do trabalhador e inclusive dados à violência. Luis Mafort criticava o autoritarismo do seu próprio avô, e de João Heringer.

A Prefeitura tem alguma presença nos distritos. Em São Pedro da Serra, por exemplo, ela tem uma escola municipal, um Posto de Saúde e financia uma creche no Clube das Mães. Ela mantem uma equipe para cuidar das estradas, o que é feito parcialmente. É responsavel pela guarda municipal, com dois soldados que se

revesam. Há um administrador de cada distrito que é o intermediário entre a população local e a Prefeitura. Ele é nomeado pela Prefeitura. Na medida em que estes distritos se afirmam como pólos turísticos, tem aumentado a participação e interesse da Prefeitura no local. Considerando entretanto o vulto que tem tomado o turismo, a atenção da Prefeitura está muito aquém das necessidades.

Educação

Nesta sociedade agrária tradicional de pequenos proprietários o saber que assegurava a reprodução da vida local era transmitido de pai para filho e na própria prática agrícola. O conhecimento da escrita era uma porta para a administração e talvez o comércio pelo que requeria conhecimentos de aritmética. Um povo analfabeto mal pode votar, não tem acesso a conhecimentos e muito menos exercer o poder político-admnistrativo.

Na fase compreeendida pelos depoentes, que se presume compreender o período pré –30, a escola existia certamente sob precárias condições. Dona Maurília afirma que em São Pedro não havia escola. Algumas famílias contratavam professores particulares. Ela própria, filha do grande chefe político, considera que seus conhecimentos não devem nem sequer corresponder ao de uma segunda série atual. Teve aulas particulares com aquele que viria ser seu marido. É verdade que em Lumiar na década de 90 do século XIX foi criada uma Biblioteca “Luz nas Trevas”. Todavia não persistiu.

Osório Blaudt nascido em 1905, afirma que quando criança já havia escola na terra, porém seu pai não botou nenhuma criança na escola, preferindo que as crianças trabalhassem na lavoura. Ele próprio aprendeu a ler com um tio em casa. Joaquim Barrroso reconhece a existência de escola mas diz *“que não apanhou colégio”*. Aprendeu um *”bocadinho”* no exército. Seu Beninho faz referência a uma escola em São Pedro, exercida por uma mulher, no caso irmã de seu Naziro. Alguns poucos estudaram fora dos

distritos. Seu Nelinho chegou a fazer científico e afirma ter estudado em Viçosa. Refere-se a mãe como iletrada. Apenas sabia escrever o nome sem saber ler. Ratificando o que afirmou Maurília, Maria José sua filha, diz que os primeiros professores moraram na Fazenda do seu avô.

Seu Nagib se refere aos estudos feitos em Lumiar. Seu Zé Quintas, como tantos outros nunca foi a escola. Geninho e dona Helena, por exemplo, não sabem escrever nem ler. Aldereno Blaudt estudou em São Pedro. Frisa a dificuldade de fazê-lo. Andava 40 minutos até a escola. A Escola era na Vila Maurila. Segundo Aldereno, escola tem a ver com repressão física. Os alunos apanhavam na escola. E a própria Maurília se refere a exercícios militares feitos no recreio de uma possível escola.

Trajano Blaudt fez o primário em São Pedro. Barão, quando criança foi para a escola na Bocaina, que segundo ele era uma escola municipal. Diz que havia uma escola estadual em São Pedro. Só ele estudou na família. Apenas por 8 meses.

Astrogildo Moser estudou só o primário, com o pai. E o pai aprendeu com um professor chamado Vital Macedo.

Dona Nena faz parte do conjunto dos mais pobres da região. Também não sabia ler nem escrever.

Olavo Ertal, filho de uma família bem sucedida com o café em Barra Alegre, onde possuía fazenda, já apresenta um outro perfil educacional – estudou o ginásio em Nova Friburgo. Em seguida foi para o Rio de Janeiro estudar.

Janice Blaudt estudou até a 3ª série na Bocaina, confirmando a existência de uma escola conforme havida sido dito pelo Barão. Sabe ler e escrever.

Seu Balmant, de Rio Bonito trabalha na lavoura desde criança, nunca tendo ido a escola. Não sabe ler nem escrever.

Acir Spitz estudou pouco, só até a terceira série em Lumiar. A professora era a Maria Moura;

> *“Ela era má, era braba. Era uma mulher muito violenta. Ela queria mandar. Ser macho. Mulher-Macho. Ela até foi expulsa por bater nas crianças. Mas depois ela voltou, porque pediram, porque ela*

competente. Sabia ensinar. Foi uma boa professora. Má, mas professora para ser boa tem que ser braba"

Sabe-se que a primeira escola estadual foi estabelecida na casa atual do Naziro, que foi construída em 1929. O ensino oferecido durante muito tempo não ultrapassava o 1º grau. O segundo grau teria surgido mais recentemente completando-se na década de 80. O fato é que atualmente existe a opção para os moradores da região de freqüentarem até o segundo grau completo, o que por si só, seria um fator de fixação do jovem na terra.

Considerando que o mercado profissional hoje é mais competitivo, muito possivelmente os jovens que completaram o segundo grau deverão fazer um curso superior, o que pode ser feito em parte em Nova Friburgo. A cidade apresenta as desvantagens de não possuir uma diversificada oferta de cursos e dispõe apenas de cursos superiores privados.

Igreja

Freqüentemente os moradores de São Pedro da Serra se orgulham de que sua igreja é a primeira construída no município, o que ocorreu em 1865. Mas não obstante a maior parte da população de Lumiar e São Pedro da Serra serem católicos, não existe uma intensa religiosidade. Além disso há plena liberdade religiosa, convivendo na mesma área igrejas diferentes. Embora a presença ritualizada da Igreja não nos pareça grande, existe uma religiosidade disseminada no povo que identifica na natureza e no destino as leis de Deus.

Era em nome da Igreja que existia uma Irmandade para cuidar dos cemitérios – por exemplo, a Irmandade de São Sebastião de Lumiar.

Como nos interessa o período dos depoentes abrangendo em geral o século XX, dos anos 30 em diante, devemos observar que a

presença da Igreja não é tão notória na sociedade. No caso de São Pedro da Serra e de outros povoados, a Igreja está entregue aos beatos, praticamente não contando com a presença de padre. Em Lumiar a Igreja Católica chegou a possuir um seminário, extinto há cerca de 20 anos. Mantem uma organização que trabalha com a população, por vezes promovendo organização de lavradores – a Ação Rural. Em São Pedro da Serra a ação social da Igreja Católica se limita à distribuição de cestas básicas em algumas ocasiões para alguns necessitados. O assunto requer maior estudo para cobrir a ação da Igreja nos diversos povoados. Existe pouco trabalho social, limitando-se ao cumprimento de rituais inscritos na prática tradicional: missas, batizados, enterros.

Já a Igreja Protestante, cuja primeira expressão foi a Igreja Luterana, evoluiu para diversas formas de tal modo que hoje existe a Igreja Pentecostal e estão emergindo novos segmentos protestantes, entre eles a Igreja Batista e a Assembléia de Deus. Além da Igreja Católica e das seitas protestantes, a presença da natureza, o bucolismo da região e segundo alguns, o poder magnético das pedras tem favorecido o estabelecimento de outros grupos religiosos. Dentre eles se destacam o Santo Daime, com dois centros; um centro sufista, um centro de umbanda e outras manifestacões menores como a Chama Violeta. Muitos asseguram ter visto objetos não identificados. Outros asseguram que a região tem por si só um poder vinculado ao astral.

Higino Caetano de Lima afirmou ter sido congregado mariano e ter feito cursos que o habilitavam a exercer a sacristia. João Mafort era o sacristão do Padre Teixeira que “vinha a cavalo”, permanecendo alguns dias em Lumiar e São Pedro da Serra. Segundo Higino, as missas eram em latim, dificultando o entendimento pelo povo; o povo era batizado, mas poucos seguiam efetivamente as obrigações católicas. Muitos casavam ou batizavam e nunca voltavam à igreja. Não recebia nada para ajudar na sacristia. Ele participou do “Sindicato Rural” que teria tido uma ligação com a Igreja. Este movimento ajudava os trabalhadores com ferramentas, adubos, e pesquisas de técnicas de outras regiões.

Acyr Spitz se diz seguidor da religião católica. Acha que a Igreja deixou as outras tomarem conta da área. No passado a Igreja teria tido maior presença na sociedade. O padre Teixeira se dedicava ao contato com a comunidade. Em sua opinião pessoal, a Igreja tem uma função educativa. Ela não veio para salvar ninguém e sim para educar o povo. Sem maiores explicações cita conflitos entre a Igreja Católica e a protestante.

> *"A Pentecostal veio e começou a tisgar, maltratar nós, fazer pressão. Chegou num ponto que tivemos que derrubar a Igreja. Eles ficavam zombando do católico, então os católicos se revoltaram. Foram lá, quebraram e queimaram a igreja. Inclusive eu estava junto, porque a gente estava sendo ofendido. Fomos processados, mas não deu em nada, pois papai tinha um ótimo advogado. A Pentacostal não acabou, mas ficaram educados"*

Seu Osório se refere à igreja de São Pedro que teria sido criada em 1865. Ele se lembra da igreja com teto de sapê, depois de tabuinha e por fim alvenaria. Seu avô era luterano. O luteranismo viera com os imigrantes alemães. Quando o luternismo passou para plesbiterianismo, a família Blaudt deixou a religião. Os filhos de Osório foram batizados na Igreja Católica.

Segundo Nelinho Martins havia um centro espírita em São Pedro liderado por João Mendes. É testemunha da existência de muitos rezadores na região. Ele se diz espírita e rezador. Considera-se também, medium e vidente. Benzia muitos doentes, mas também indicava que procurassem médico. Afirma que nunca quis fundar um centro espírita pois achava que o povo do lugar seria contra.

Seu Beninho, ao falar sobre a Igreja, lembra que o padre não morava em São Pedro e que a festa era uma manifestação religiosa à qual compareciam pessoas de fora; de Vargem Alta, Boa Esperança, Macaé. Maurília Heringer, com recordações muito antigas, lembra de um tempo em que só existia a Igreja Católica em São Pedro da Serra. O culto protestante era feito em casa. Seu avô era protestante, mas o seu pai era católico. Em Lumiar havia mais protestantes, segundo Maurília. Durante as festas de São Pedro da

Serra, faziam-se muitos batizados e confissões. Era uma época em que a religiosaidade da festa era proeminente.

A Folia de Reis foi citada por Maurília. Recorda-se de pessoas fantasiadas de palhaço desempenhando papéis. Trajano Blaudt confirma que seu avô era luterano, embora ele seja católico, tendo sido presidente da Igreja Católica. Foi catequista da igreja tendo tido 120 alunos.

Joaquim Barroso diz que não havia Igreja Protestante em São Pedro. Joaquim Barroso tem opiniões a respeito: considera a Igreja Protestante como tendo sido derivada da católica e com um ritual degenerado uma vez que nos rituais protestantes gritam sempre o nome de Jesus. *"Deus é um só, e Jesus não é surdo para estarem gritando com ele"*. Sua esposa, Fani, se diz católica, mas não gosta de se confessar.

Janice Blaudt diz que hoje em dia a Igreja Católica distribui bolsas de alimentos para pobres. Cita os rezadores. Ela mandou rezar "destroncado". Comprovou sua eficácia. Refere-se aos rezadores; *"meu marido mesmo fala que de primeiro tinha uma tal de Morena que rezava. Ele destroncou o pé. Tava uma coisa inchada; tava uma coisa danada. Aí falaram assim: vai na Morena que a Morena reza. E ele dizia – eu não tenho fé. Esta Morena não sabe nada. Aí ele pegou de sentir tão mal que foi. A morena rezou e ele disse que aquilo foi aliviando a dor. Dali para cá ele apanhou uma fé danada."*

Ela cita alguns nomes tratadores da época: tia Corita, José Mafort, João Deniro e o Jaciro, irmão da Naira. Rezavam muito erisipela e destroncado.

Maria José cita o trabalho de assistência social ao pobre feito pela Igreja. Quando uma família está passando grande necessidade, A Igreja faz um cesta básica que leva para a pessoa. Quando alguém fica doente e impossibilitado de trabalhar, A Igreja também ajuda.

As igrejas não dão conta da religiosidade do povo. O convívio com pessoas do local permite perceber que Deus é identificado como grande criador e autor da ordem natural, que

segue desígnios de Deus. Dona Fani expressa a presença diária da religiosidade. *“Graças a Deus eu sou muito alegre. Eu falo, sou mesmo. Não gosto de tristeza. Nunca reclamei da vida. Pode passar a dificuldade que for, mas Deus dá um jeito. Eles falam: logo ela diz que Deus dá jeito. E eu digo, dá. Por quê não, não é? É muito bom . Deus dá jeito”.*

Há citações de vários depoentes sobre Folia de Reis. Segundo depoimento de Zé Quintas, o mestre da folia era Jurandir Blaudt. As festas da Folia iam de casa em casa ao longo do mês de dezembro. O bloco tinha uma banda, com sanfona, tambor, pandeiro, chocalho, reco-reco e palhaços com máscaras. Quando as pessoas da casa faziam um pedido, rezavam uma ladainha. Havia também a brincadeira do pasquim, onde se escreviam coisas sobre uma família, defeitos e fofocas e colocavam o papel embaixo da porta de uma venda. No dia seguinte, o dono da venda lia para todo as acusações escritas. Com o tempo esta brincadeira foi proibida. Também festejavam muito o sábado de Aleluia e a malhação de Judas. Balmant (Rio Bonito) também cantava na Folia de Reis. Cantou muitos anos. O pessoal possuía um uniforme bonito.

O seu irmão, Luís Balmant (Rio Bonito), era Mestre de Folia durante 21 anos. Excêntrico, contador de “causos e lendas”, já passou três dias e três noites sem dormir brincando, tudo a base de muita “fincadinha“ (cachaça) para cumprir a devoção à Virgem Maria. Começou a brincar de Folia desde criança. Mais velho passou ao acordeom, onde “encostava a mão no acordeom e com aquilo ali, falava tudo”. A fama de seu Luís é grande pelas redondezas. Durante anos, entre 24 de dezembro e 20 de janeiro, seus foliões cantavam e louvavam o nascimento de Cristo. *“Eu saía por devoção, e também por divertimento”*

“Mas é o dado da folia
quando chega no terreiro
fazer pelo sinal
e alembrar de Deus primeiro
Pai, de filho, de Espírito Santo
Nesta hora tão sagrada.
A bandeira de Jesus
Em vossa porta é chegada
Lá de longe avistamo

O clarão da bela luz.
Vou cantá por devoção
O nascimento de Jesus”

A religiosidade popular se manifestou também na prática usual do recurso a tratadores. No âmbito da família se pode observar a presença do casamento como vínculo permanente. Há certa insatisfação psicológica manifesta na quantidade de gente que se diz doente dos nervos e os próprios trabalhos pentecostais promovem exorcismos, que interpretam problemas psicológicos como incorporações do demônio.

Talvez pelo pouco peso da Igreja, aliado à situação de rusticidade do povo, os cemitérios locais revelam muita simplicidade, com poucos túmulos de mármore ou pomposos. Ao mesmo tempo, os rituais da morte compreendem velório e enterro, tudo com simplicidade. Nos velórios é comum servir café e mesmo broa. Muitas casas têm retratos de santos, tem altar interno e existe entre os mais antigos a prática de fazer ladainhas e novenas.

É preciso captar nas entrelinhas visões religiosas que identificam o movimento da vida com uma característica cíclica também encontrada no movimento da natureza: nascimento, vida, morte, renascimento.

A religiosidade popular está também manifesta no depoimento de João Vanderoski recolhido em 1988, quando eu e Edson Lisboa fizemos uma incursão ao Rio Bonito (povoado integrante do distrito de Lumiar). Cabelos e barbas brancas, encantou-nos por sua sabedoria. Um ser simples e revelando através de sua humildade toda a grandeza do universo.

Ele gostava de refletir sobre o universo e sobre a história. Disse-nos que queria fazer a história do Brasil, como se uma estrela a contasse para uma menina. A velocidade da luz transmitida pela estrela demorava quinhentos anos para chegar a terra. E assim a história do Brasil era apresentada. Disse-nos que aprendeu a escrever usando o inhame como lápis. Demonstração da tenacidade e dificuldade dos tempos. Aliás é esta a impressão que

nos causa ao ler a *"História da Igreja do Rio Bonito",* manuscrito de sua autoria.[256]

Trata-se de um documento revelador da mentalidade e da vida de um núcleo povoador de uma área dos sertões serranos. João Vanderoski, embora de sobrenome polonês, está historicamente ligado à região – *"este vasto e belo território menos protegido pela natureza; terras fracas, estradas péssimas, educação e cultura atrasada".*

Segundo o nosso historiador, *"o povo do Rio Bonito tem 4 famílias muito antigas que são Frez, Ouverney, Klein e Araújos"* de onde descenderia quase todo o povo de Rio Bonito. O lugar teria ficado mais de 100 anos sem que *"ninguém falasse em construir uma Igreja Católica em Rio Bonito"*. As famílias religiosas enfrentavam grandes sacrifícios para cumprir os preceitos da Religião. Para fazer um batizado ou casamento, gastavam-se dois dias para ir a Friburgo. As famílias mais pobres *"saíam em plena madrugada levando uma merenda e voltavam no mesmo dia, muitas vezes debaixo de chuvas".* O problema mais difícil era por ocasião da confissão dos doentes: o padre tinha que viajar 4 ou 5 horas a cavalo *"para levar ao pecador enfermo a Paz, o Perdão, a Salvação".* Noticia os esforços para a construção da Igreja a partir de 1924. Corriam-se as listas de contribuição entre o povo. *"O maior contribuinte que encontrou foi o Augusto Francisco Wanderroscky".*

Doaria toda a madeira e ainda 20$000, o suficiente para pagar 10 dias de um carpinteiro. Outro dava uma cabra leiteira *"que podia ser vendida em leilão".* Valia o preço do carpinteiro. Seu João se refere a ladainhas realizadas nos dias de S. Sebastião, S.João e S. Pedro e São Roque (16 de agosto). Registra a vinda para Rio Bonito de um grande comerciante – Sanção Cezar de Oliveira, que entrara em entendimento com Monsenhor José Antonio Teixeira, para que anualmente viesse celebrar missas, fazer batizados, confessar e dar eucaristia nas propriedades de Sanção.

---

[256] João Vanderoski - *História da Igreja do Rio Bonito",* manuscrito entregue pessoalmente a Jorge Miguel Mayer que tirou uma cópia. Um dos raros documentos produzidos pelo pessoal da terra.

Ainda em 1967, Luis Ramiro Ouverney assinava um contrato prometendo doar um lote de terras para a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré. Em 1969, ainda eram realizadas missas no salão do Sanção. O próprio João Luiz Wanderroscki participaria ativamente dos esforços para a construção.

Enfim, em 1975, João revela grande participação do povo, inclusive de alguns de Lumiar em prol da construção da Igreja. A Igreja *"só dependia de 3 coisas que é a fé, a Esperança a Caridade".* O texto não se refere a quando a Igreja ficou de pé, mas insiste que se passaram mais de 50 anos de persistente planejamento da construção.

Falta de união? Demonstração de persistência? Afinal esperaram-se cinqüenta anos para que a Igreja fosse construída. Sinal de paciência deste povo.

SAÚDE

Não é muito fácil detectar a história da saúde no local, isto porque não há registros escritos sobre as doenças. Os livros de óbitos e de cemitério não explicitam as causas da morte. De um modo geral podemos dizer que a história da saúde se expressa em parte na expectativa de vida e nos índices de mortalidade infantil. Observamos a evolução demonstrativa de alto índice de mortalidade infantil como também presença das mortes por parto de mulheres. Atualmente este paradigma não existe mais. Não há depoimentos sobre a existência de nenhuma epidemia. Também não se pode elaborar uma série estatística da doença. As referências são vagas. Falam em muitas mortes de crianças e alguns se referem ao bócio, já tendo ouvido explicações de que isto se deve a falta de iodo no sal. Depoimento de Astrogildo Moser afirma a existência de muito bócio.

Em termos mais atuais, pesquisas realizadas por nós na década de 90 constataram a disseminação da verminose entre a população infantil. Um levantamento feito pelo Posto de Saúde de

São Pedro da Serra oferece pequenas percentagens de doença: 1,39% de diabetes, 0,46% epilépticos e uma certa expressividade de hipertensão arterial (6,27). A pesquisa teria envolvido 2 808 pessoas, número superior ao do censo de 2000. Totalizam 913 famílias cadastradas. Não parece ter sido computada a incidência de alcoolismo, que a olho nu, parece expressiva na região. Em termos das condições sanitárias básicas, o levantamento de dezembro de 2001 demonstra: abastecimento de água - 64,57% captam a água em nascente, e 35.10% na rede pública. Isto pode indicar que não obstante progresso da urbanização, a maior parte da população vive na área rural. Quanto ao tratamento da água, 48,10% não tem tratamento a domicílio; 40,95% aplicam a filtração. Fervura: 0,98%. Surpreendeu-no a constatação relativa ao destino do lixo: 78,33% é feito por coleta pública; 17,55% queimado e enterrado e 4,12% a céu aberto. Os dejetos humanos por fossa: 76,16%.

A questão do saneamento é controvertida. Há informações de que os principais rios se encontram poluídos justamente em função de destinação dos dejetos na águas. Os dados do Posto de Saúde podem estar exagerados. E pouco informa em que medida o percentual restante destina os dejetos para as águas. E há ainda os dejetos animais que não foram computados, como os provenientes dos chiqueiros de porcos.

Outra informação relevante diz respeito à história do tratamento da doença. Só muito recentemente existe Assistência Médica no local. Os depoentes são unânimes em frisar que juntamente com o isolamento mantido em relação aos centros da época, os doentes eram transportados em padiolas, a pé, para Nova Friburgo. Este isolamento teria favorecido a aplicação de soluções locais, recorrendo a tratadores, parteiras e rezadores. Tanto a prática rural como esta situação particular estimulou o conhecimento do emprego de recursos naturais para tratamento de saúde. É um conhecimento bastante generalizado na população rural, e que constitui verdadeiro patrimônio sobre a flora e a fauna da região. É este conhecimento difundido no Brasil rural e florestal

que tem sido cada vez mais procurado pela ciência para a obtenção de medicamentos.

Não deixa de ser importante também um mergulho no tratamento dos rezadores, pelo poder espiritual e mental aplicado à saúde. Um dos detalhes incríveis é o tratamento à distância. Esta aplicação prática da espiritualidade é um convite à ciência para aprimorar o conhecimento das potencialidades subjetivas do homem e do resgate de sua relação com a natureza, tanto porque muitas vezes a reza se faz com o auxílio de ramos de plantas, como também vem acompanhada de receitas de elementos naturais.

A falta de assistência médica é expressa pelo depoimento de seu Higino: *“naquele tempo o pessoal não conhecia médico. Era o chá. Quando tinha uma pessoa que conhecia um pouquinho de homeopatia, era doutor”.* Cita o Rufino Teixeira, o pai de dona Valda: quando alguém adoecia, ele era chamado.

> *”Mas como morria gente naquela época por falta de médico Meu sogro ficou doente e chamaram o senhor Rufino. Ele como médico não estudou. Não quebrou a cabeça nem em parte de enfermagem. Até falava mal. Um médico amigo meu soube que meu sogro estava doente e passou lá para visitá-lo. Então meu sogro falou: aquele homem ali em pé na porta é mais do que você como médico.”*

E não aceitou a consulta do médico. Segundo seu Higino, todos os que eram tratados com médicos eram salvos. O sogro morreu. Os nascimentos eram com parteira. Seu Higino já buscou, na falta de parteira no local, uma em Bom Jardim. Ele trabalhava com gesso e socorreu mais de 1 470 casos. Seu Higino sempre aplicava injeção no povo. Cuidava de ferimentos e nunca cobrou nada. Trazia um médico amigo seu para prestar serviço. O amigo se tornou vereador. Era o Sílvio Araújo

Segundo Aldereno, era enorme a incidência de mulheres que morriam de parto. Quando precisavam levar um doente para Friburgo o levavam carregado por 8 pessoas em padiolas com varas de bambu. Iam a pé. Naquele tempo o tratamento era a reza. O pai já foi picado por cobra e curado por reza. Também aplicavam remédio feito com fumo, ou usavam uma técnica de enterrar o membro picado

na terra. Cita um caso de morte por picada de cobra: o irmão do Norberto. Dizem que ele morreu porque não aceitou a reza. A reza era muito forte segundo Aldereno.

Havia uma farmácia no local, lembrada por Osório, que era de José Martins da Costa.

Seu Nelinho é um caso de alcoolismo. Começou a beber em Lumiar e provocou um enorme acidente de trem no Paraná. Foi expulso, em conseqüência da rede ferroviária.

Seu Beninho afirma que nos casos de doença, recorria-se à homeopatia, usada por tratadores como Rufino Teixeira e Juca Sangy. Alguns tratadores também rezavam. Em caso de operação, levavam para Nova Friburgo. Segundo ele morria muita gente na região por falta de recursos, mas havia poucas doenças. Seu avô era curador. Tratava com ervas e rezas. Usavam muito boldo, erva de macaé, erva doce, erva cidreira, quina rosa, carqueja, erva santa maria, esta para matar lombriga. Segundo Beninho a saúde era melhor em tempos passados. Não havia tanta doença como hoje. Nunca houve epidemias no local. Relata um caso de um amigo de Vargem Atla que estava doente do coração e não tinha como ir a Nova Friburgo. Foi então operado no local, sem anestesia.

Dona Nena teve todos os filhos em casa com parteira, sem perder qualquer filho.

Dona Nena recorria sempre aos remédios da farmácia de Juca Martins sem se socorrer com chás. Uma vez dona Nena estava pitando o seu cachimbo e pegou fogo no quarto. Não a botaram no hospital. Trataram em casa.

Segundo depoimento de Maurília Heringer, o pai tinha seus vidrinhos de homeopatia para tratar o público e a mãe possuía ervas. O avô materno era parteiro, tratador. Foi o avô que fez o seu parto, tendo nascido em casa. Todos os filhos nasceram em casa. Não havia outra alternativa.

Dona Helena teve dez filhos em casa. Teve uma filha que nasceu morta. Segundo a parteira, nasceu fora do tempo. Os dois primeiros filhos também morreram após o nascimento. Perdeu dois filhos já maiores, com alguns meses. Apenas 5 filhos morreram.

Dona Helena toma muito remédio: para a pressão e para dormir. Esteve por dez vezes na Clínica Santa Lúcia, por causa do nervosismo. Seu Geninho bebia muito e na época não trabalhava. Dona Helena sustentava a casa trabalhando na lavoura e fazendo faxina. Seu Geninho conseguiu se curar sozinho.

Segundo Fani Barroso a saúde do pessoal no passado era melhor. *"O pessoal guentava mais"* (Juca Baroso). *"Eu ganhei 11 filhos todos com saúde. Tive todos em casa".* Nunca fez pré-natal. Sempre passou a sua gravidez na enxada. Até hoje ela gosta mais de usar chá do que remédio. Já o senhor Joaquim toma bastante remédio. Dona Fani sempre recorreu a homeopatia tratada pelo José Mafort, João Mafort e Chico Sangy.

Seu Balmant teve um filho que nasceu de 7 meses e sempre foi muito fraquinho. Levou a um tratador que atendia com tratamento espírita, receitando ervas e remédios de farmácia. O próprio tratador sugeriu que ele internasse seu filho no hospital para tratar da perna. Ficou dois meses em Nova Friburgo, após o que teve que ser transferido para Niterói. Cita um tratador local, José Muniz que receitava ervas e adivinhava coisas. Mas quando não dava jeito, ele indicava ser necessário enviar para Nova Friburgo.

Janice Blaudt sempre tratou os filhos com chás. Teve o parto dos filhos, todos em casa. Os partos demoravam muito. Um dia ou dois sentindo dor. Sua filha mais velha é que sofreu mais, porque quando ela nasceu, ela estava de cabeça para baixo, isto é, estava em pé. O parto se tornou uma situação dramática. Não sabe como não morreu.

Na época aplicavam uma injeção para dar força. Tanto as parteiras quanto o farmacêutico Juca Martins já estavam conformados com a idéia de que a criança não nasceria ou a mãe também morreria. Mas foram passando o pezinho, o braço, o pescoço e acabou nascendo. Janice já estava quase desmaiando. Janice declara que era grande a incidência de mulheres que morriam de parto. E muitas crianças também morriam. Cita três pessoas: a

mulher do Nico Sangy, uma irmã da Maria do Higino, a mãe do Isaídes e ainda a sua própria mãe.

Segundo Maria José a situação relativa à saúde melhorou muito em São Pedro da Serra com a chegada do Posto de Saúde. Hoje, segundo ela tem mais doenças do que antes. Na verdade, o povo se cuidava mais e as doenças passavam. Faz referência a dona Valda como gande parteira do local, tendo trabalhado dos 16 aos 70 anos. Hoje já não existe nenhuma parteira no local. Dona Maria José também nasceu em casa e a parteira foi a sua própria avó. Hoje as mulheres têm filhos em Nova Friburgo.

Janice e Isaídes Blaudt e amiga - São Pedro da Serra 2000 – foto Jorge Miguel

Segundo Eliane, enfermeira chefe do Posto de Saúde de São Pedro, hoje o óbito infantil é zero. Também não há verminose, pois todos os anos aplica vermífugo nas criançaas da região. A principal doença do local é a hipertensão arterial. Seguem o alcoolismo e odiabete. A região é considerada endêmica de hanseníase, mas apenas houve um ou dois casos já curados. O número de crianças com desritmia também é grande, devido a consangüinidade, isto é, casamento entre famílias. Também é expressivo o número de casos de depressão e crise de nervos. Considera que isto se deve à falta de lazer o que causaria também alcoolismo. A maior parte das depressões ocorre em mulheres.

Muitos jovens também são deprimidos. E muitos doentes são dependentes de anti-depressivos.

Seu Aleixo diz que a saúde é boa, *“problema é o coração”.* Seu avô rezava, inclusive à distância. Sua avó pegou hemorrragia. O avô rezou daqui e cortou lá. Seu pai e seu tio, seu Juvenal faziam garrafadas com vinho quinado. Vale a penas observar as plantas indicadas e os conselhos de Aleixo Sangy.

Erva –doce e marcelinha para o intestino. Gripe não tem remédio. Erva macaé , bom pra derrame e estômago. Picão da Praia, hepatite. Pariparoba e Gervão são bons para o fígado. Chapéu de Couro corta o colesterol e limpa o sangue. Louro é bom para o estômago. Cabelo de milho branco para infecção urinária. Limão galego afina o sangue. Banana prata é boa para o intestino. Tanchagem é bom para banhar machucados. Hortelã contra verme. Carqueja é bom para estômago, fígado e corta febre. Erva de Jararaca, bom contra picada de cobra. Curiosamente declarou que a sua mulher morreu de menopausa. Seu pai era um grande tratador – Tutu Sangy

Barão fornece algumas informaçòes obre as propriedades medicinais de plantas:

Abacate – folhas são calmantes

Alcachofra – bom para o fígado

Alecrim – remédio para o sangue

Alfavaca – para nervos

Alho – para picada de cobra

Araçá – cólicas intestinais

Arnica – bom contra pancada

Assa-peixe – contra gripe

Avenca e babosa – boas para fortalecer cabelo

Barbaça – bom para pele

Boldo – bom para o fígado

Cana de macaco – para rins

Canela – bom para o sangue

Caroba – Eczema

Chapéu de couro – bom para os rins

Xuxu – anemia e pessão alta

Cipó azougue – bom para o sangue

Confrei – cicatrizante

Dormideira – para pessoa com insônia

Erva Macaé – para má digestão

Sabugueiro – para moléstias do sangue

Flor de abóbora – para o ouvido

Louro – remédio para o sangue

Malva - bom para os dentes e gengiva

Pacova – bom para coluna

Fumária – contra picada de cobra

Quina cruzeiro – bom para o sangue

Sapê – para nascer cabelo

Romã – para garganta

Samambaia – para piolho

Capim-limão – calmante

Urucum – tempero

Vassoura preta – para cabelo e bom para fazer sabão

Gervão – para pesoa que fica inchada

Erva Santa Maria – contra pulga e verme

Capixingui – qualquer tipo de “bobô” no lábio

Erva de bicho – hemorróida

Mexerica – contra mau hálito e limpeza de dentes

Considera que o melhor remédio e o que ele mais toma é água com limão.

Registremos algumas informações prestadas por Juarez Altair Heggdorne. Nascido em 11 de maio de 1953 em Santiago, morreu com menos de 40 anos em São Pedro da Serra onde morava, em circunstâncias trágicas, assassinado por ter tentado impedir os arroubos de uma pessoa que investira contra a filha do dono da mercearia em que trabalhava. Juarez havia aprendido as propriedades terapêuticas de ervas com os antigos. Participara do encontro Sobre Ervas em Lumiar (1985).

Selecionamos algumas indicações não muito usuais e por isto mesmo valiosas:

Cipó Milonga – suas folhas são boas contra mordida de cobra. Uso externo e interno como chá;

Alecrim de Horta- em infusão no álcool , é bom para fazer inalação como cura de sinusite

Leite de mamão macho - pequena dose em jejum é bom contra verme

Folha da banana São Tomé – xarope é bom contra tosse e bronquite.

Malmequer – xarope bom contra bronquite

Cana do brejo (cana de macaco) – bom contra sistite (chá)

Sete Sangrias – bom contra diarréia

Santa Maria – bom contra verme

Lágrimas de Nossa Senhora – chá das folhas – conbtra urina presa

AbutA – fruta, infusão , boa para a purificação do sangue

Caapeba – chá bom para fígado

Erva Passarinho boa contra bronquite e tosse

Assa Peixe – flor contra gripe

Erva de São João e Erva de São Limão – bom contra gripe

Erva Macaé – banho evita derrame

Erva Preá – banho, contra erisipela

Samambaia – infusão no álcool, contra reumatismo

Chá de folha de canela - contra dor de dente

Flor de mamão macho – xarope contra bronquite

Infusão de caroço de abacate – para rins

Chá de folha de café – calmante

Malva –para higiene bucal e problemas dentários

Serralha – chá e folha para coração

Erva de chá de folhas contra azia

Picão – bicho – folha, banho contra hemorróidas

Barbaça - bom contra hepatite

Chuchu – chá da folha é calmante

Avenca – contra tosse e rouquidão

Jequitibá – folhas para a garganta

Devemos mencionar que a Igreja Católica promoveu em 1985 um "Encontro sobre Ervas" em Lumiar, em que moradores e camponeses transmitiram publicamente seus conhecimentos. Daí resultou um precisos opúsculo.[257] Também em 1988, por iniciativa da Diretora do Departamento de Cultura, Maria Suzel Coutinho Soares da Cunha foi feita uma pequena pesquisa sobre os curadores populares de Nova Friburgo.[258]

Mulher.

Numa sociedade que se pautou pelo trabalho familiar, a mulher passa a ter uma posição bem diferente do que nas sociedades provenientes diretamente das tradições escravocratas. Há, não obstante, uma atitude exploratória da mulher. A mulher passa a ser um útero super-requisitado como confirma a quantidade de filhos que ela engendra no paradigma antigo. Esta constante condição de grávida limita alternativas de trabalho que não existiam fora do eixo familiar.

Normalmente a mulher está exposta a tríplice jornada; reprodutora e amamentadora dos filhos; sujeita ao trabalho doméstico desde limpeza até cozinha e participante de diversas atividades de lavoura, sendo comum a mulher levar inclusive a criança recém-nascida para a roça e colocá-la num caixote ao longo de sua jornada de trabalho.

Quanto ao seu grau de instrução, não podemos dizer que ela teve sorte diferente da dos homens, que quando estudaram, cursaram apenas as primeiras séries do curso elementar. O discurso das mulheres entrevistadas menciona um mínimo estudo. Institucionalmente a discriminação se encontrava na vida cívica, pois a mulher só conquistou o direito de voto após 1934.

Como a estrutura familiar era muito importante para a própria produção e reprodução social, não notamos uma passividade da mulher comum na sociedade escravocrata. Os exemplos de que

---

[257] Caritas Diocesana – *Encontro Sobre Erv*as, 1985.

[258] Maria Suzel Coutinho Soares da Cunha (coord.) – *Memória Popular – Receitadores- Mundo Místico e Ação Social, 53 pags.* Nova Friburgo, Centro de Documentação Histórica – Pró-Memória,1988

dispomos são de mulheres profundamente identificadas com os maridos e com uma posição atuante no lar e na lavoura.

Há sinais de repressão mais dirigida ao sexo feminino. A liberdade de sair era controlada. Casavam muito cedo, o que combinava o inconsciente objetivo de ampliar a família com incorporação de mais recursos, na medida em que a mulher ia para a casa do marido, constituindo assim uma nova unidade familiar e produtiva. Os casamentos, em geral, resultavam em transferência dos cônjuges para outras unidades produtivas; era comum a mulher ir para a casa do marido que não obrigatoriamente ganhava nova terra para cultivo. Houve inúmeros casos em que, do casamento resultou a ida do marido para a terra da mulher, ganhando assim a família da mulher um acréscimo de força de trabalho.

Também em relação à herança e partilha dos bens, o sistema usual beneficiava a mulher que ficava com a metade do inventário, e a outra metade era dividida entre os filhos. Dessa maneira, a propriedade inicial se conservava em boa medida na mão da esposa, embora se multiplicassem unidades em função da partilha pelos filhos.

A participação social da mulher nas atividades sociais não encontrou resistência na comunidade. A mulher participava das atividades na Igreja, ia aos bailes e recentemente vai até ao futebol.

Sua proximidade com o sofrimento e cuidado com os filhos certamente a preparou para atividades de cura associadas à religião e principalmente coadjuvantes do parto. Há alguns parteiros masculinos, mas a participação feminina no parto era mais comum. Os moradores de São Pedro da Serra sempre lembram os nomes de dona Valda, dona Tita, dona Amélia. Existem ainda hoje rezadoras como dona Vilma. (Lumiar).

O paradigma do passado rural indica famílias com numerosos filhos, o que teria favorecido a fragmentação por herança. Hoje as

famílias unicelulares e com menos filhos apresentam uma menor subdivisão. Por outro lado, os estímulos para a venda tem sido maiores, inclusive para a formação de loteamentos.

Indagado se há fragmentação ou concentração da propriedade, Moisés Gomes em 2/06/2000, responde que há uma recente fragmentação, para ele tendo como uma das causas a proibição exercida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA de queima das matas e conseqüente inibição da lavoura. Afirma que há sucessiva fragmentação via heranças. Um exemplo dado é o caso de Eugênio Guilherme Spitz. Sua propriedade abrangia o centro de Lumiar, o campo de futebol, o lago e as montanhas das redondezas. Com a sua morte a propriedade foi dividia entre seus onze filhos. Estes onze filhos, todos já falecidos, deixaram as terras para os netos de Eugênio Spitz. Muitos lotearam e venderam partes das propriedades. Hoje, onde havia no passado apenas um dono, há mais de “mil proprietários”.

Tem aumentado a venda de pequenos lotes, aumento do número de casas na região e a transferência de terras para as pessoas “de fora”. Moisés chega a afirmar que a tendência da área é a urbanização. Reafirma que, em virtude do IBAMA, as terras ficam superexploradas, enfraquecendo-as e gerando portanto poucos resultados; daí a preferência por vendê-las para a futura construção de casas.

O próprio turismo crescente tem favorecido a valorização da terra de tal modo que se torna mais atraente vendê-la ou alugá-la. Dá o exemplo de áreas situadas em Rio Bonito e Macaé de Cima hoje pertencentes em 85% a pessoas de fora. Há diminuição de compra de terras por agricultores, sempre pela desvalorização da agricultura em função das proibições do IBAMA e também porque as próprias pessoas da terra consideram melhor negócio a construção de casas para alugar. Constata também o aumento de moradores locais cujo trabalho se verifica em Nova Friburgo. Antes mesmo de ocorrer este fenômeno, sem fixar época, ele afirma que Lumiar nunca possuiu grandes propriedades. Não era uma terra de fazendas.

Seu Beninho afirma que as terras eram muito baratas, com dimensão que excedia as perspectivas de emprego agrícola. Segundo seu Zé havia muitos meeiros, isto é, gente sem terra. Segundo seu Zé teria havido uma época em que as terras foram mais utilizadas do que hoje. No seu entender muitas terras estão sendo convertidas em áreas de gente de fora que não praticam a agricultura e sim colocam caseiros.

Como demonstração da existência no passado de terras com grandes áreas, o bisavô de Osório Blaudt, Valentim Blaudt, tinha 40 alqueires de terra. Foram herdados por seu único filho, Daniel, que por sua vez teve 11 filhos; um destes era o pai de Osório Blaudt que teve 10 irmãos. Alguns filhos moram em Nova Friburgo. As dimensões de terra talvez tenham sido superdimensionadas por Aldereno Blaudt segundo o qual Eugênio Blaudt possuia 140 alqueires de terra.

As primeiras famílias parecem ter sido quase extensas, por exemplo, seu Osório conta que na casa em que foi criado moravam quinze pessoas. A casa fora feita pelo avô com a ajuda dos filhos. Todos os irmãos do Osório trabalhavam na lavoura, na propriedade da família. Segundo seu Aldereno a terra custava pouco. Senhor Israel trocou 4 alqueires de terra por uma vaca. Hoje a vaca não vale 200 reais e a terra vale mais do que cinqüenta mil reais. Seu pai se desfez de muitas terras numa época em que a terra valia pouco.

A família de Astrogildo Moser também possuía terras que foram divididas pelos herdeiros ao longo dos anos. Seu bisavô era filho do primeiro Moser da região – Henrique Moser.Confirma que a terra era barata e que havia venda de terras para os vizinhos.

Astrogildo Moser e sua família – 1987
Foto de Jorge Miguel

O avô de Maurília Heringer tinha grandes extensões de terra que abrangiam Benfica e São Pedro, o que é ratificado pela Maria José, filha de Maurília. Ele deu uma "fazenda" para cada filho. O pai de Maurília quando casou, recebeu do avô as terras que hoje fazem parte do centro de São Pedro. Seu pai era João Heringer. Segundo Maria José, as terras eram tantas que *"as sesmarias dos Heringer vinham de Vargem Alta e terminavam no Poço Feio".* O pai de Maurília foi dando muitos lotes da Fazenda. O que sobrou foi dividido entre seus 9 filhos após a sua morte.

O sogro de Higino Caetano de Lima comprou muitas terras para deixar para os filhos. Após a morte, a família não zelou pelas terras e vendeu tudo. Seu Higino, como genro, manteve seu pedaço, e hoje é o único da família que tem terras.

O movimento de terras era comum. Os pais de seu Geninho venderam todas as terras que possuíam numa época em que a terra valia pouco. Era comum pagar dívidas com terras. Ele vendeu as terras todas para pagar as contas. Alguns recebiam terra pelo trabalho prestado. Foi o caso de dona Nena que recebeu um lote de Eloi Heringer após ter trabalhado no canavial.

Segundo descendentes de João Heringer, ele doara muitas terras. Por incrível que pareça seus descendentes ficaram sem terra.

Seu Nagib comerciante não chegou a ter propriedades grandes. Cita alguns grandes proprietários de Lumiar: Spitz, Knupp, Frezer, Marchon, Sodré.

Seu Naziro se transformou em grande proprietário da região, primeiro porque herdou terras do seu sogro (Eller) e além disso adquiriu outras propriedades com os ganhos do seu trabalho comercial.

Trajano Blaudt confirma o tamanho da Fazenda São Pedro que começava em Benfica e ia até Boa Esperança. Os Heringer deram muitas terras que se converteram em praça, campo de futebol. São Pedro não tinha muitas fazendas. Segundo Trajano Blaudt, as propriedades diminuíram muito, tendo sido divididas entre herdeiros e muitos descendentes venderam as terras. No passado as menores propriedades tinham três alqueires. Ninguém tinha terreno pequeno. O próprio dono trabalhava na terra. Os filhos eram meeiros, apesar de alguns meeiros serem de fora. Algumas sub-áreas tinham muitas famílias morando como na Bocaina dos Mafortes, onde existia em algum tempo mais de vinte famílias. Só os donos de sítio tinham “condições boas” e mesmo assim sua família que tinha 7 alqueires passava fome. Hoje seu Trajano não tem mais terras.

Seu Nelinho era neto de Carlos Maria Marchon. O seu avô tinha 400 alqueires. Teve 5 filhos e deixou 80 alqueires para cada filho. Seu pai tinha apenas um irmão e deixou 40 alqueires para Nelinho e 40 para o seu irmão. Segundo Nelinho, as propriedades diminuíram. Cita algumas famílias suíças que vieram descendo o vale do Macaé: Sottembert, Balmant, Jaccoud, Schot, Hegdorn. Segundo Nelinho, estas famílias se reuniam e dançavam a Marselhesa.

Apesar das situações diferenciadas entre os depoentes, fica patente que a propriedade da terra continua a base da sociedade. Até pessoas que acumularam dinheiro com o comércio compraram terras. Alguns não possuíam terra. São os mais pobres da região.

Trabalhavam em terra alheia. As terras que eram facilmente adquiridas no passado hoje se encontram supervalorizadas em função do crescente turismo. Mesmo com uma agricultura em declínio, é ainda difundido o sistema de parceria, em que meeiros produzem e dão a meia ou a terça para o proprietário. Alguns conservam a terra especulativamente.

A propriedade da terra é o fundamento das relações de trabalho existentes no interior das famílias. Os filhos trabalham nas terras do pai, dando-lhes uma parcela do produto: a meia ou a terça. Quando casam recebem ou compram terras do pai, ou trabalham nas terras do pai da esposa. Quando morre o proprietário, a terra é dividida, cabendo 50% da terra e dos bens inventariados à mãe e a outra metade é partilhada entre os filhos.

3. A ECONOMIA LOCAL

O período abarcado pelos depoentes de 1930 à época atual (décadas de 80,90) se refere a um padrão que, a julgar pelos procedimentos, é o mesmo do século XIX. A casa e a área produtiva se complementam. As pessoas trabalham na lavoura seguindo as estações e durante todo o ano se planta e se colhe, numa economia em que a subsistência é em boa parte assegurada pelo plantio familiar. Este plantio atende também à produção para o mercado. O sistema é o da combinação entre queimada e pousio. Uma área descansa enquanto outra é plantada, e a seguir se procede a queimada da área em pousio para plantação.

Um sítio local possuía lavouras para a subsistência, animais para a sua sustentação. Algumas unidades maiores consistiam de terras em que se plantavam grandes unidades de milho, cana, mandioca. Nelas havia animais, alguns utilizados para o comércio. Havia distinção entre o tropeiro e agricultor, cabendo ao primeiro o transporte de mercadorias para Nova Friburgo e de lá trazendo mercadorias. Muito provavelmente há uma relação íntima entre tropeiros e lojistas locais, havendo um pequeno comércio que troca mercadorias mediante o pagamento dos agricultores.

A julgar pelas dívidas nomeadas em inventários, os comerciantes faziam as vezes de pequenos banqueiros fornecendo mercadorias para os produtores que assim ficam condicionados a plantar para pagar o que antecipadmente consumiram ou obtiveram dos comerciantes.

A acumulação de capital parece ter sido maior entre comerciantes do que entre os agricultores. Em geral os comerciantes se convertiam também em proprietários de terras. Agricultores mantêm grande parte da economia fundamentada na auto-sustentação. Suas casas são feitas de pau-a-pique, objetos de uso doméstico são feitos pelo próprio grupo social. Além das casas feitas com material local, existiam muitos sítios com engenhocas diversas: casa de farinha, engenhoca de fazer rapadura e moinhos hidráulicos de moer milho. O uso de moinhos implicava o pagamento de 10% do milho moído ao dono do moinho o que se chamava *maquia*.

Considerando que boa parte da sustentação alimentar era produzida no local, é preciso lembrar que esta produção está acoplada à cozinha, onde o fogão de lenha está presente em todas as casas. Há ainda disseminados os fornos de cozinhar broas, de fazer pães, situados fora do interior da casa.

Segundo os inventários há a produção destinada ao comércio quase sempre de milho, feijão ou mandioca. A partir da década de 1920 avulta a produção de batatas, sendo Nova Friburgo, um dos maiores produtores de batata do Estado do Rio de Janeiro. Nesta mesma época foi considerado o município de maior conservação das matas do Estado, o que não deve ser tomado como uma atitude ecológica mas como limitação da agricultura. A produção por terreno em geral era reduzida. As explicações são diversas: desde a falta de lavradores até a dificuldade de venda. O fato é que não há nenhuma queixa de qualquer homem da terra de que houvesse insuficiência de terras para a produção demandada. Podemos supor que, ao contrário, existia uma demanda menor do que a capacidade produtiva.

Todos os depoentes assinalam que desde cedo trabalhavam na lavoura.

Os sítios certamente tinham uma grande parte de auto-sustentação: energia – à lenha; cereais e alimentos (a maior parte produzida nas próprias lavouras). Embora se registrasse alguma plantação e uso do arroz, há também registros de compra de arroz e de açúcar nas mercearias. Hoje já se encontra difundida a micro-monocultura cuja venda serve para comprar outros alimentos no supermercado.

g) Agricultura

A lavoura foi a base de sustentação da vida local. É ela que permitiu um certo comércio. A família tendia a produzir o que precisava. Todavia tanto o nível de produção como de atividades vinculadas às necessidades familiares obedeciam a um padrão que implicava a existência de algumas especializações locais e recurso ao mercado. Em outras palavras, as famílias produziam a sua própria subsistência e destinavam parte de suas atividades para a troca, daí resultando um pequeno comércio e a circulação de dinheiro que movimentava em parte a sociedade, comprando equipamentos, objetos de consumo semi-manufaturados.

Havia compra de terras, mas é possível que a acumulação de capital ficasse mais nas mãos dos comerciantes, que podiam aplicar este capital na própria atividade, na compra de terras, imóveis em Nova Friburgo ou simplesmente entesouravam o dinheiro.

A terra era considerada barata. Seu acesso se dava mediante herança ou compra. No passado a posse foi significativa. Segundo o Registro de Terras, foram registrados em Lumiar e São Pedro da Serra 25 propriedades cuja origem foi a posse explícita. Herdaram terras, os Blaudts, os Schmidts, Spitz, Moser, Higino Caetano de Lima (herdou as terras da esposa). Em 1854, segundo o Registro de Terras, 37 propriedades tiveram a compra como origem. Entre os que compraram, no século XX, podemos citar as famílias Barroso e Manhães. A terra era barata, mas como o dinheiro era escasso, muitos não conseguiram comprar terras, como foi o caso do

foreiro José Quintas e de uma trabalhadora descendente de escravos como dona Nena.

A produção destinada ao mercado era em geral de produtos destinados ao consumo alimentar tais como milho, feijão, batata, e derivados de animais como porcos e aves. O leite que é fundamental na vida reprodutiva da sociedade não é mencionado nem como venda , nem como compra, o que nos remeteu à idéia de que havia uma criação local destinada ao consumo da própria comunidade. Segundo Seu Zé, os donos de vacas davam leite aos moradores. Outros afirmam que ele era vendido. Lembremos que, no passado remoto, Nova Friburgo chegou a ter fama de possuir excelente gado leiteiro cujos queijos se tornaram famosos. Havia beneficiamento de produtos como milho, mandioca e cana. Há referências de venda de farinha de mandioca. O uso da farinha de milho, o fubá, era generalizado.

Seu Luíz Mafort faz referência à produção de café quando cita que Nicolino Magaldi tinha cafezal. O mesmo proprietário possuía porcos.

O café que era o produto comercial de grande parte dos vizinhos de Nova Friburgo, como Cantagalo e Bom jardim, era também plantado na região. Mas poucos depoentes se referem ao café, e mesmo os que o fazem, não destacam a produção como essencialmente voltada para ele. Segundo alguns, teria havido uma época em que o café tivera maior importância. Deve-se registrar entretanto que alguns mencionam a venda de café, ora beneficiado na própria região, ora embarcando para Bom Jardim, onde era beneficiado. O café era plantado “para o gasto”. Quase todos depoentes negam a sua significação comercial. Alguns afirmam que nos distritos de São Pedro da Serra e de Lumiar não havia café.

Além de uma produção destinada ao mercado cuja dimensão variável é pouco precisa, os alimentos plantados geravam o consumo imediato e ulterior mediante técnicas rudimentares de armazenamento, reservando–se naturalmente a “planta”, constituída de sementes que asseguravam a continuidade do ciclo produtivo. O feijão, por exemplo, era conservado em banha de porco ou através

de sistema de barreamento. Há produtos que, consumidos localmente, tornaram-se comercializados como o inhame, a batata doce, a batata baroa e a banana. Na década de 60, a banana e o inhame cresceram enquanto produtos comerciais. O arroz, que hoje integra a dieta alimentar da maior parte das pessoas, era produzido apenas para o consumo próprio e mesmo assim em proporções limitadas, uma vez que há muito poucas referências ao arroz na alimentação diária. Seu plantio aparece pouco nos inventários. Um dos depoentes (Zé Quintas) chega a dizer que o arroz era “para dia de visita”, apesar de se registrar um plantio maior do que o que se verifica hoje, quando o arroz passou a ser comprado em super-mercado ou armazém.

A produção para subsistência compreendia atividades como moradia, alimentação, transporte, parte do vestuário, produção de energia. A moradia era feita com madeiras da área, terra, bambus e pedra utilizada principalmente nos alicerces da casa. As casas antigas eram freqüentemente suspensas sobre pedras, evitando-se assim a umidade.

As madeiras eram tiradas da própria mata. Elas eram também utilizadas como cercas para delimitar terrenos. Eram a base do fogo que alimentava fogões e fornos. O conhecimento de madeiras conduzia ao das árvores. Para a fundação da casa era utilizado, por exemplo, o ipê; as colunas eram de ipê e peroba. Biuna e palmito para a estrutura do telhado. As paredes eram de pau-a-pique.

As toras de madeira eram serradas pela família ou em mutirão. Para isto se recorria ao traçador que era uma serra manipulada por duas pessoas. As casas seguiam um padrão comum. Paredes de pau a pique; assoalho em tábuas, suspenso por pedras; divisões internas muitas vezes sem forro. O telhado era feito com tabuinhas ou telhas feitas por olaria cuja existência foi identificada no local. Os banheiros existentes estavam fora da área de cômodos. Na cozinha imperava o fogão à lenha que servia também para defumar toucinho e lingüiça que eram pendurados nas

vigas do telhado. Fora de casa eram construídos fornos semi-ovais de onde saiam as deliciosas broas de milho ou banana.

Nas adjacências da casa, galinheiros e chiqueiros fechados. Antes era comum a criação solta dos animais, o que lhes dava essencial liberdade para escolher os alimentos. Em alguns pequenos sítios como de Manuel, filho de Juvenal Balmant Macedo, casado com Dolores Ouverney nos confins de Galdinópolis, a criação bovina e de aves era solta. Há também uma pequena horta: chuchu, couve, repolho. Apesar de cercados pelo verde das matas, o consumo de verduras era limitado. O porco era amplamente utilizado e sua banha servia tanto pra conservar carnes, feijão como para frigir alimentos. Um morador afirma que a carne de vaca não era usual, mas quando se matava um boi, sua carne era oferecida de casa em casa mediante algum dinheiro. Freqüentemente era hábito oferecer aos vizinhos alguma parte do porco recém abatido.

Há toda uma gama de utensílios destinados à cozinha e ao transporte de alimentos que eram fabricados por pessoas da terra. Exemplo: jacás, balaios, peneiras. Poucos pratos e copos. Nos inventários há relações de talheres, revelando que eles já eram usados.

> *"Criado na lavoura desde que se entende por gente, Luís Alberto de Macedo (que se auto-denominava Luíz Barmã), possivelmente derivativo de Balmant, aprendeu a fazer artesanato com os pais, principalmente a mãe, mulher forte que sozinha plantava dez litros de milho. Esta lhe ensinou a fabricar o jacá (cesto-mochila de taquara), a peneira e outros utensílios de grande utilidade para a vida na roça. Aprendeu a respeitar as regras da lua para fazer um bom jacá que para ser mole e não dar broca tem que tirar a taquara nos meses sem R. Testemunho vivo da cultura de nosso povo, vive atualmente com 73 anos de idade, sozinho numa casa de pau-a-pique que ele mesmo construiu, como tudo em sua vida"*[259]

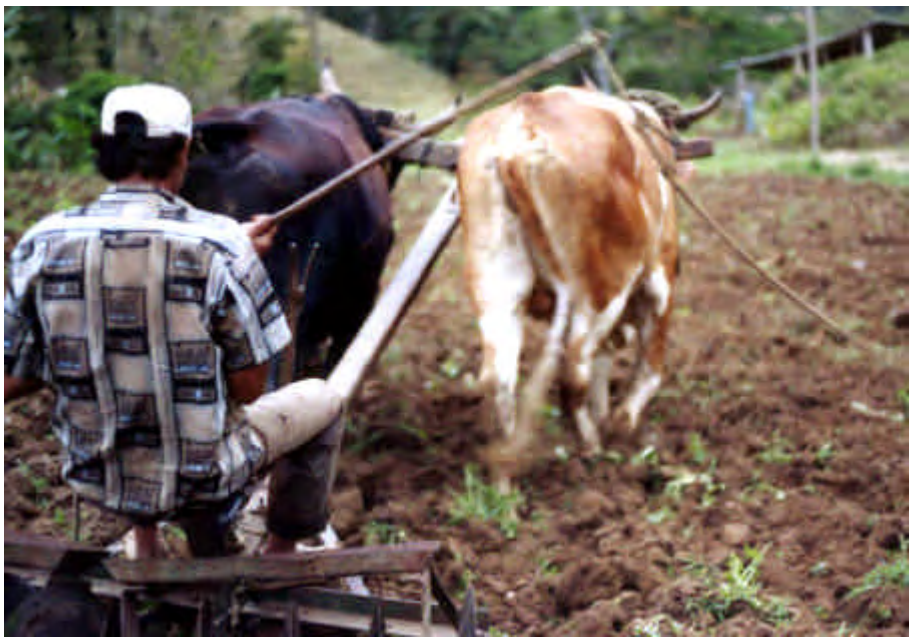
Embora a maior parte das ferramentas fosse comprada em Nova Friburgo, havia na terra quem trabalhasse o ferro. Ferreiros

[259] *Ecos* – Jornal Regional, ano 1, nº 12, maio de 2002

tinham forjas de onde saiam ferramentas, martelos, machados, alicates.

h) Técnicas agrárias

Não usavam arado. Tudo era na base da enxada e da foice. Os animais puxavam a carga do roçado para casa. De vez em quando alugava-se um arado puxado por bois. Eram necessárias grandes áreas de terra, pois havia perda de lavouras em conseqüência de pragas e matos nocivos. Faziam queimada. Um dos primeiros colonos suíços respondia em carta a um conterrâneo, recusando-se ao uso das técnicas européias, principalmente ao uso do arado. *"O fogo é o nosso instrumento"*. E assim continua até hoje. O processo vai mais rápido e a cinza é boa. O ideal é o descanso da terra por cinco anos; derrubam a capoeira e em seguida queimam.(Acir Spitz) Não usavam veneno no passado. Segundo seu Zé, antigo lavrador local, não se usavam adubos e "remédios". Há quem diga que na verdade não existiam grandes pragas naquela época. O sistema de plantio implica o recurso ao pousio, isto é, o descanso de parte da terra que então se renovava, havendo um revezamento de áreas de plantio. Hoje a terra é melhor aproveitada mediante a aplicação de insumos, o que aumenta a sua produtividade e já não requer mais o descanso tradicional.



Arado puxado por bois – São Pedro da Serra – 2001
Foto Jorge Miguel

Há lavradores que têm uma posição crítica aos métodos atuais de emprego de “remédios”. Segundo Aldereno Blaudt, os lavradores utilizam os “remédios” de forma incorreta e descuidada, expondo-se à ação tóxica destas substâncias além de comprometer os alimentos. Hoje é voz corrente que, sem agrotóxicos, não há colheita. É o que afirma peremptoriamente o senhor Acir Spitz. Seu Geninho dizia que os principais instrumentos agrários eram enxada, foice e enxadão. Algumas vezes se usava o arado. Sou testemunho pessoal do uso do arado puxado por bois. Prática milenar que, enfrentando as dificuldades da montanha, chegara a ser praticada.

O plantio exige épocas próprias. Em agosto, setembro e outubro planta-se inhame, feijão, milho, batata , maxixe, pepino, quiabo, pimentão, tomate. De março em diante, na época seca do inverno, agricultores locais plantam couve, repolho, alface, ervilha, couve-flor, brócolis, hortaliças em geral, alho (há a crença de que o dia de São José, 19 de março, é bom para o plantio de alho). Indagados se levavam em consideração as fases da lua para o plantio e colheita, ninguém afirmou levar isto em consideração, se bem que vários consideraram a época da lua

minguante, a fase ideal pra extração do bambu e de madeiras, porque evitava brocas.

Existe algum conhecimento de formas orgânicas de adubação, como por exemplo o emprego de feijão e soja que servem como adubo verde. Há casos de aplicação de adubo animal na terra (seu Manuel em Galdinópolis)

A observação da época de plantio tem a ver com determinadas estações. No caso, deve-se observar muito claramente a distinção da época seca daquela das águas. Assim, o feijão é plantado principalmente em fevereiro, a batata inglesa nos períodos março/junho e outubro/dezembro, a batata baroa em junho, o milho de agosto a outubro, o inhame de junho a setembro. Certas lavouras permitem três plantios ao ano: tomate, couve-flor, repolho, hortaliças, batata doce.

Deve–se obervar o rendimento usual oferecido pelos diversos plantios. O milho gera 100 caroços por um; o feijão obedece a proporção de 50 feijões por um, um inhame plantado dá seis; tomate, uma muda rende 15 tomates, uma muda de pimentão rende 7.

i) Comércio local

Na década de 40, existem casas comerciais em Lumiar e São Pedro. O comércio com Nova Friburgo durava cerca de três dias, feito em lombo de burro. Talvez um período maior do que quem fosse simplesmente a pé, registrando-se a proeza dos antigos de irem e voltarem a pé no mesmo dia à metrópole serrana. Era o comércio de tropeiros feito à semelhanca de outras tropas no Brasil, com uma mula chamada de madrinha que guiava com um sino as demais. Levavam mercadorias como alimentos e traziam roupas, aguardente, ferramentas.

O transporte animal foi a base de toda a economia brasileira até meados do século XIX. E mesmo depois de implantada e expandida a ferrovia, criou-se uma combinação com as tropas. No caso de Nova Friburgo, os transportes em lombo de animais duraram até os anos cinqüenta, quando já existia transporte motorizado. De

qualquer modo, considerando que a mercadoria transportada não era nem café, nem produtos beneficiados como queijo, por exemplo, os lucros não podiam ser muito elevados. Considerando entretanto que os gastos não eram muito altos, houve sempre um certo poder monetário nas mãos dos comerciantes e menor na mão dos lavradores, que serviu para a compra de ferramentas, sal, cachaça, arroz e tecidos em Nova Friburgo. A circulação monetária se expressa também na compra de terras.

Seu Luís Mafort trabalhou na tropa do Beninho que tinha dez burros. Puxou muita batata. Confirma que a viagem para Friburgo demorava três dias. Podia-se ir a pé ou a cavalo. Seu tio ia a pé. Muita gente criada em São Pedro não conhecia Nova Friburgo.

Havia em locais como São Pedro da Serra e Lumiar alguns armazéns. Em São Pedro da Serra havia uma farmácia de Juca Martins.

Segundo Acir Spitz, seu avô tinha comércio. Também tinha lavoura. Comprava na região e levava para Friburgo. Trocava as mercadorias por sal, açúcar, querozene e carne seca. A tropa de seu avô era formada por um lote de 10 a 12 burros. Eram levadas pelo próprio dono, que ia com dois empregados que ganhavam por dia, por jornada. As tropas existiram até 1967, sendo substituídas por caminhões, com a inauguração da estrada de rodagem Lumiar – Friburgo. Os que mais lucravam na época eram os comerciantes. Acir saiu da lavoura para o comércio. Abriu o comércio com os recursos da lavoura. Era um bazar que segundo ele vendia da cachaça ao chapéu. Tinha de *“um tudo”*. Teve prejuízo porque pegava dinheiro emprestado a juros elevados, comprava mercadorias a vista, mas vendia fiado.

Trajano Blaudt também possuíra um armazém em São Pedro da Serra. Montou um armazém de secos e molhados. Segundo ele, só havia três na época: Manhães, Martins e o seu. Com o dinheiro da lavoura abriu o comércio. Mais tarde investiu em caminhões. Seu pai tinha tropas de burro. Levava o milho, capado,(porco) ovos de galinha, batata inglesa e feijão. No tempo dos caminhões levava milho, feijão, batata, tomate, banana e frango. Não se vendia

quase nada na época. Algumas pessoas tinham vaca e vendiam o leite.

Seu Beninho montou uma tropa com dez animais que comprou com recursos obtidos na lavoura. Levava três dias de viagem com tropas até Friburgo, ida e volta. Os tropeiros de Lumiar iam por Muri e os de São Pedro por Vargem Alta. As tropas desciam toda a semana para Nova Friburgo. Não viajavam de noite. Alimentavam-se no rancho que era uma espécie de hospedaria, onde os viajantes levavam as suas próprias camas e esteiras. Comprava duzentas, às vezes quatrocentas dúzias de ovos de moradores que tinham criação para levar a Friburgo.

Seu Nagib tinha duas tropas. A da frente ia com oito burros e a de trás com sete. Seu pai era o dono das tropas e ia a cavalo, revezando com ele que ia a pé. Tinham dois empregados que ganhavam comida e um salário por dia de trabalho. De volta da Segunda Guerra, recebeu uma soma e com o dinheiro abriu um comércio. No início ia a pé para Nova Friburgo buscar mercadorias, depois passou a trabalhar com a sua própria tropa e passou a venda para outra pessoa. Era abastecido por lavradores locais. Levava batata, feijão, farinha de mandioca, milho e porcos (capado). Traziam sal, açúcar, arroz, agaurdente, querozene, fumo e tecidos. O lucro era pequeno. Na maior parte das trocas não usava dinheiro. Trazia mercadorias para o pai e para comerciantes amigos locais. Não havia muitos tropeiros na época. A viagem demorava três dias. Paravam para *"ranchar"*. A parada era paga. O proprietário do rancho cobrava aluguel pelo pasto. O caminho das tropas era por Vargem Alta, Colonial 61. Havia também outro caminho: pelo Alto dos Cinqüenta, ou pelo Quintino que corresponde hoje ao atual asfalto, ambos desembocando em Muri.

Barão trabalhava na lavoura. A produção era vendida em Nova Friburgo. Seu pai e seu tio tinham tropas e toda semana levavam cargas. Uma parte da produção ia para o Rio de Janeiro. Traziam arroz, carne seca, macarrão, querozene, sal, roupas, sapatos. Quando caia uma barreira e as tropas não podiam passar, o alimento

voltava, daí resultando problemas de armazenamento e perda de estoques.

Osório Blaudt trabalhou até os quarenta anos na lavoura e depois abriu um comércio com os recursos dali extraídos. Levava café para Barra Alegre

Aldereno Blaudt, com 19 anos, abriu um comércio com recursos da lavoura. Seu "comércio" vendia fazendas, armarinho, secos e molhados, macarrão, açúcar, armas de fogo. Era abastecido pelos tropeiros. Segundo ele algumas pessoas que possuiam um número pequeno de animais se juntava às tropas maiores. Ranchavam na Ponte Branca. Levavam frangos, ovos, pombos e porcos. Os porcos eram tostados com folhas de pinheiro para conservar na viagem até Nova Friburgo. Segundo Seu Zé, os comerciantes pagavam as mercadorias em dinheiro.

d) <u>Artesanato e manufaturados</u>

Em Lumiar existiam olarias onde fabricavam telhas. O sabão era feito em casa, com gordura de cabra ou porco.

forno de lenha – foto Jorge Miguel –1987

O açúcar também era feito em casa. O pai e o avô de Astrogildo Moser eram carpinteiros. As panelas eram de ferro (Aldereno Blaudt). Segundo seu Zé, as ferramentas vinham do Rio de Janeiro. As roupas eram feitas por costureiras da região. Osório

Blaudt cita o exemplo de sua mãe que costurava com fazenda comprada em Friburgo. Seu Nagib diz que havia muitas costureiras no local. Alguns membros da família Blaudt fabricavam balaios e jacás. Os móveis eram feitos em São Pedro com madeiras da região; usavam traçador e serra. A manteiga era feita em casa, assim como o melado e a rapadura. O cunhado de Beninho fabricava tijolos. Seu Nagib cita um ferreiro na região. Barão falava das telhas de barro que eram feitas pelo senhor Juraci Boy.

e) <u>Transporte</u>

"Até o final da década de 1950, o transporte entre o 5º distrito (Lumiar e São Pedro) e a cidade de Nova Friburgo era feito através das tropas de mulas, levando em média 3 dias para cumprir todo o trajeto que consistia de picadas abertas na mata. A primeira estrada de rodagem de terra que ligou Lumiar a Nova Friburgo foi construída no final da década de 50 por iniciativa de um grupo de moradores. Acompanhou o caminho das tropas. Pode-se considerar que o transporte em burros durou até a década de 60.

No início da década de 1960 foi implantada a primeira linha regular de ônibus, por iniciativa de um morador da região, que ia de manhã a Nova Friburgo e voltava à tarde. Somente no ano de 1982 ficou pronta a estrada de asfalto que vai de Lumiar à localidade de Mury onde encontra a via principal de ligação entre Nova Friburgo e o Rio de Janeiro, perfazendo um total de 30 quilômetros da Vila até o centro de Friburgo. A Estrada de Lumiar a São Pedro da Serra foi asfaltada somente em fins da década de 80.

SOCIEDADE

Pode-se dizer que a sociedade local alcançou um nível de autonomia em face do mercado bastante grande. Se por lado é verdade que a sociedade demandava produtos vindos de fora como sal, ferramentas, tecidos, ela podia se manter muito tempo sem

recorrer a este comércio e mesmo podemos supor sem circulação de dinheiro. Todavia os depoimentos são unânimes em considerar que sempre houve a relação com o mercado através das tropas regulares por semana.

Além disso, os ritmos e produção eram muito intensos o que estava ligado à produção para o mercado. A produção de excedente, fundamental para a geração de lucro existia e teria aumentado na medida em que cresceram as condições de comercialização, inclusive com a introdução do transporte rodoviário. Neste sentido, podemos dizer que teria havido uma tendência a crescente subordinação da lavoura ao comércio. Ao mesmo tempo, a terra continuou sendo o objeto principal de desejo e de valor nesta sociedade.

Os comerciantes funcionavam por vezes como banqueiros e empregavam seu dinheiro na própria lavoura, pois compravam terras, e possivelmente o dinheiro arrecadado era empregado no consumo de mercadorias ou então entesourado, de tal maneira que o dinheiro não parece ter alterado os meios de produção, que permaneceram os mesmos durante décadas. Somente após 1980 registra-se aplicação de capital na compra de insumos e agrotóxicos o que se teria dado paralelamente ao aumento da comercialização e da melhoria das comunicações.

Pode-se observar também uma evolução da estratificação social. Assim, por exemplo, teria havido uma fase em que algumas famílias foram detentoras de fazendas, mantendo também ligações com o comércio. A família Spitz, por exemplo, era dona de grandes extensões de terra, possuindo também o controle comercial de Lumiar. E em São Pedro, a família Heringer era possuidora de grande extensão de terras o que certamente conferiu a base do poder de João Heringer na localidade por volta de 1930. O processo de ampliação da pequena e média propriedade pode estar também na raiz da perda de poder sócio-político de algumas poucas famílias. Ao mesmo tempo, o poder local se dilui e órgãos ligados à Prefeitura exercem maior participação na localidade.

O padrão de vida das famílias da região apresenta grande homogeneidade. Há algumas que se destacam porém a maioria vive de

uma produção rudimentar em que a subsistência é parte muito forte da produção. Na medida em que se revoluciona o transporte e se abre o caminho da integração começam a ocorrer algumas mudanças sociais.

7) Alguns comerciantes se enriquecem;
8) Alguns agricultores se enriquecem sem que isto altere a sua estrutura produtiva familiar;
9) Boa parte dos agricultores passa a viver novas dificuldades; limites da produção em função do IBAMA, endividamento, venda de terras, abandono da lavoura pelos mais jovens, dificuldade de manutenção da rentabilidade da lavoura.

Daí a produção agrária estar em declínio com exceções. As famílias passam a ter pessoas ligadas a outras atividades. Ao mesmo tempo reduzem-se as possibildiades de parcerias e muitos se queixam de inclusive não ter mais empregados. O perfil social hoje está mudado. Na lavoura, a produção familiar resiste com dificuldades; as possibilidades de emprego na lavoura diminuem, ao mesmo tempo que cresce em outras atividades ligadas ao comércio e ao turismo.

Segundo Trajano Blaudt, no passado havia muitos pobres e até proprietários eram pobres. Havia fome. Gente com dificuldades de comer, até donos de propriedade. No passado havia menos dinheiro. Será que havia mais exclusão social? Como um todo, a sociedade tinha menos acesso a bens veiculados pelo comércio, isto é, a sociedade era rústica, porém alguns teriam melhores condições de reprodução do que outros. Os depoentes se referem a muitas famílias que não dispunham de terras e trabalhavam sob o sistema de parceria. É possível que mesmo pequenos proprietários também trabalhassem nas terras alheias. Tudo indica que hoje o número de parceiros tenha caído, até mesmo porque a produção geral caiu.

É difícil distinguir uma elite econômica e social na região. Existem certamente pessoas melhor sucedidas economicamente no comércio e mesmo na lavoura, possuidoras de maiores terras, porém persiste ainda certa homogeneidade que está se estruturando

num patamar mais rico da região excluindo-se os pobres e sem terra.

A menos que se dê uma mudança qualitativa nos compradores de terra e que haja aplicação de investimentos na terra, o pequeno lavrador, acostumado às condições anteriores de agricultura e dispondo de pouco capital, tenderá a manter-se duramente ou vender sua terra. O comércio continua a grande fonte de capital, havendo alguns comerciantes que, bem sucedidos, aplicam o seu capital na compra de terras. Como as condições gerais do local pouco se alteram pode–se supor que os comerciantes não gastam o dinheiro na própria localidade.

Haverá um bem sucedido lavrador familiar, outro que emprega parceiros ao lado de um grande número de pequenos produtores familiares com pouco rendimento. Enfim, apesar do destaque de um pequeno grupo, pode-se considerar a sociedade bastante homogênea, o que leva por exemplo um comerciante bem sucedido a afirmar que *“hoje não tem pobre em São Pedro da Serra”*

Mulher no fogão de lenha –Toca da Onça – Lumiar
foto Regina Lo Bianco

As famílias tradicionais, ainda que com pouca propriedade de terra ou comércio, exercem influência na sociedade local. Controlam as igrejas, os clubes de futebol. A distribuição de renda tende a favorecer alguns proprietários de terra dedicados à

agricultura e limitados negociantes locais, apresentando para eles alguma perspectiva de mobilidade social. Enfim a sociedade local tende a se beneficiar do crescimento do afluxo de renda para a região e de fato surgem lojas de produtos elétricos, materiais de construção, bares, farmácia, casas de aluguel, marcenarias.

Um grupo emerge dentre os da terra e partilha os novos negócios que surgem com a vinda de pessoas de fora e com o turismo.

Seu Higino considera que a sociedade local está mais próspera do que antigamente*. "Os pais da gente para sustentar um grupo de filhos conforme era nós, era uma dificuldade. A lavoura não achava de vender".* Os sacos de produtos da lavoura eram muito baratos, mas não se chegava a passar fome. *"Hoje qualquer garotinho tem mais dinheiro do que nos tempos passados um chefe de família"*.

Seu Nelinho enfoca a riqueza sob outro ponto de vista e afirma que antigamente a fartura era maior. Hoje o custo de vida se elevou. Enquanto para ele havia certa estabilidade, hoje por variados motivos, a mão-de-obra agrícola disponível se tornou menor. E não há mais braços para trabalhar.

Seu Zé, ele próprio meeiro durante toda a sua vida, afirma que no passado havia mais meeiros do que hoje. Não será em virtude da redução da atividade agrícola? O trabalho agrícola apresenta uma evolução: menos colonos segundo Spitz, mais meeiros, que representam uma vantagem em relação aos empregados. Era bastante generalizada a situação das famílias que recorriam aos braços da própria família na condição de meeiros, conforme depõe Osório Blaudt.

A produção familiar envolvia todos os membros da família numa contínua e ininterrupta atividade. Abasteciam a cidade de gêneros agrícolas, mas a sua atividade era menosprezada economicamente. Segundo Acir, o lavrador era o mais explorado em tudo. Ele vende a mercadoria por vinte e uma sucessão de atravessadores que vão elevando o preço e ganhando a sua parte. Segundo Acir, nunca faltou terra, mas eram os comerciantes que

lucravam. Para ele a solução estava na eliminação do intermediário entre o produtor e o consumidor.

Casa de lavrador – São Pedro da Serra - 2001
Foto Regina Lo Bianco

Os camponeses, os meeiros e empregados não tinham qualquer direito trabalhista. Eram despejados sem nenhum ônus para o patrão, não tinham qualquer direito a férias etc. Segundo Luis Mafort que viveu um bom tempo na cidade, o homem da roça vivia sem direitos e sujeito à autoridade do chefe político local, geralmente associado à propriedade da terra.

O critério de avaliação da pobreza está marcado pela subjetividade na apreciação da realidade. Para muitos simplesmente não havia pobreza porque sempre se podia arrumar trabalho na condição de meeiro. Há gente pobre como dona Nena E a condição de meeiro? Talvez até isto tivesse um limite dado pela questão de mercado. Se não havia como vender, para que aumentar excessivamente a oferta de produtos alimentícios? Afinal havia êxodo rural perceptível pelos registros do censo. Quem abandonava a terra? Provavelmente os filhos de proprietários mais pobres que não conseguiam sequer um trabalho de meeiro.

Seu Zé Quintas – lavrador - 1986

São Pedro - foto Jorge Miguel

A agricultura familiar muitas vezes não atendeu às necessidades mínimas de consumo familiar. Dona Janice é um exemplo. Passou muitas dificuldades na infância, quando faltava comida e o pai dela era obrigado a pegar fiado na venda. Ela fornece exemplo de família que desde cedo apostou na diversidade de atividades. Seu marido, com o dinheiro vindo da lavoura, montou uma carpintaria e um engenho. Ela trabalhava fazendo colchões de capim. Seu Isaídes Blaudt, marido de Janice, construía móveis na região. Fazia também caixões. Na época não tinha empregados. Hoje já os tem tanto na carpintaria como em atividades ligadas ao restaurante e a uma pousada.

Mesmo no contexto de uma sociedade rústica cujos padrões podem ser associados à pobreza se comparados com os de hoje, havia pobres. Certamente eram pessoas que não possuiam nada além da roupa do corpo. E por isto mesmo, Maria José afirma que seus avós

davam alimentos e roupas para os pobres, iniciando assim um serviço social ao qual daria continuidade nos tempos atuais.

Segundo sua expressão, hoje não há pobres em São Pedro da Serra.

Seu Joaquim Barroso afirma que existiam poucos empregados. A maior parte do trabalho seria familiar. Curiosamente parece não gostar da categoria “empregados” alegando que não trabalham convincentemente. Talvez isto seja a opinião de um pequeno proprietário que vê com maus olhos a situação proletária. Valoriza exclusivamente o trabalho familiar. Ele mesmo alega que nunca recorreu a empregados.

O padrão familiar de produção transparece no fato de que boa parte da produção se destina ao gasto familiar; no envolvimento de todos os membros da família na produção. Decorre desta estrutura uma divisão do trabalho na qual a mulher é a principal responsável pela produção doméstica, isto é, cozinha, costura, cuida dos filhos; o marido está comprometido com os trabalhos na agricultura e no comércio. É ele que faz também instrumentos de trabalho. Os filhos desde cedo entram na lavoura. A escolaridade no passado, quando existia, não chegava a completar o ensino elementar.

Se de um lado, o modo de produzir e de viver conduz ao isolamento, por outro existem esquemas que conferem certo traço comunitário. Todavia não existindo um perigo externo que unifique todos, não nos parece que o espírito comunitário seja forte, o que torna a comunidade pouco criativa e sujeita à exploração comercial. Dentre estes traços comunitários estão a prática do mutirão, freqüentemente lembrado pelos depoentes, as festas, a banda, o futebol, os bailes. Estas práticas comunitárias são essenciais para a sociedade se reproduzir. Um dos traços comuns nestas comunidades e que conferia um aspecto particular à comunidade são os laços de parentesco, que ligando todos a todos compõem o quadro de uma grande família.

O equilíbrio desta formação social que repousou numa mesma base técnica se encontra na evolução demográfica, que mais ou

menos compensa a geração de muitos filhos com saídas da região. E se de um lado existe uma tendência à fragmentação da terra, ela tem um limite que se dá mediante transações internas pelas quais uns cedem o terreno a outros em troca de dinheiro.

Podemos colocar em discussão a tese de Sylvia Schiavo para quem a escassez de terra era um limite para a produção e para a sociedade. Nenhum depoente se queixou de falta de terra. Ao contrário muitos afirmavam existir terra e pouca gente para trabalhar. Na verdade, o problema que tenderá a se agravar está ligado às dificuldades de obtenção de dinheiro via mercado.

As transformações mais recentes indicam que, no quadro de maior afluxo de renda para o local, um grupo tende a se beneficiar ampliando-se oportunidades para o comércio e atividades junto à pousadas. Boa parte da antiga agricultura busca se integrar na nova ordem turística vendendo e construindo casas. E a pequena agricultura comercial se concentra em alguns poucos agricultores que conseguem ser bem sucedidos, muitas vezes possuindo seus próprios caminhões. Opera-se um progressivo afluxo de renda acompanhado de concentração de renda.

A esperança maior para a população de renda limitada é o aprimoramento do investimento público local ao lado de uma política previdenciária, sanitária, educacional provenientes do setor público em suas diversas instâncias.

Vida política

A estrutura política do município centraliza a atividade na sede. Assim os distritos não tem representatividade local. O que existe é uma liderança que mantem o distrito ou parte dele sob sua influência pessoal. Formam-se assim os líderes locais que se articulam com interesses extra-distritais, favorecendo uma rede de clientelismo e de coronelismo. É o exercício da política conservadora dissociada das lutas sociais e das reinvindicações populares.

As referências dos depoentes à vida política demonstram que não existe nenhum projeto transformador da realidade associado à luta política. Embora recuados no tempo, possivelmente entre 1900 e 1920, calou fundo na população o modo de se fazer política, que bem a moda da República Velha, conduziram Guilherme Henrique Spitz em Lumiar e João Heringer em São Pedro da Serra. Ambos reuniam em suas mãos poder econômico, político e assistencial. Guilherme tinha tropas, uma diversificada venda e lavouras de café em Barra Alegre e Lumiar. Em São Pedro projetava-se a figura de João Heringer, secundado por sua esposa Constância Eulália Heringer que chegara a ser vereadora em Nova Fibrugo. Segundo depoimento de sua filha, Maurília Heringer, ele foi um influente político. Recebeu visitas de políticos importantes da época como o governador Francisco Portella. Ligou-se a Galdino do Vale que inaugurou uma postura liberal em Nova Friburgo da qual se estruturaria mais tarde as bases locais da União Democrática Nacional. Por ter integrado a Guarda Nacional, ostentava o título de capitão, o que no âmbito local servia para atuar Omo juiz e delegado.

Seu poder se fundamentava também na sua condição de grande proprietário local. Havia herdado terras de seu pai, Jorge Heringer. Este lhe havia dado terras que englobavam o centro de São Pedro e iam de Benfica até a localidade de Boa Esperança. Segundo sua filha, ele possuía grande criação de porcos e bois. Empregava muitos meeiros em sua fazenda em São Pedro. A fazenda produzia café que era beneficiado na própria.

Seu prestígio era também alimentado por uma intensa atividade assistencial que deixava a sua casa sempre cheia. Maurília lembra que seu pai era um homem tão bom que a pessoa ia comprar um pedaço de terra para fazer a casa, e ele dava a terra. A filha dele juntamente com o marido João Mendes fundaram o Posto de Saúde de Emergência na própria casa, onde recebiam médicos da prefeitura e eventualmente João Mendes atendia. A atividade médica em Nova Friburgo foi freqüentemente utilizada como trampolim para cargos políticos, surpreendendo a quantidade de médicos que se tornaram prefeitos do município.

Segundo Higino Caetano de Lima, na época, as eleições exigiam poucos votos o que permitia a vitória de gente segundo ele pouco popular. A chefia política local personalizava todas as ações e boicotava tudo aquilo que poderia prestigiar outra facção. Higino narra, por exemplo, o caso de uma disputa política provocada pela iniciativa de fazer uma estrada de rodagem. Nesta época o prefeito era Cesar Ganli. Ele iria concretizar o projeto do vereador Silva Araújo que era vereador. Depois de já se ter obtido a máquina para fazer a estrada, o finado Cid Heringer teria ficado "com ciúme" do projeto, pois era da UDN, enquanto Silva Araújo era do PTB. Teria inventado que seu Higino e Silva Araújo eram comunistas e que a estrada era desnecessária pois São Pedro não tinha produção que a justificasse. O Prefeito tirou a máquina. A estrada foi aberta por Higino e amigos locais sem contar com apoio institucional.

Segundo Nelinho Martins, *"Lumiar e São Pedro era fogo!"* Atiravam um no outro. Era uma medonha confusão. São Pedro seria mais tarde UDN e Lumiar PTB. Segundo Marília Heringer as eleições eram, cartas marcadas. Para Aldereno Blaudt existia o voto de cabresto. Segundo Maurília Heringer a disputa entre Lumiar e São Pedro era tão acirrada que os membros da família Heringer não podiam passar por Lumiar, sob risco de vida e vice-versa em relação aos familiares de Spitz. Certa vez a Banda de São Pedro, integrada por membros da família Heringer, foi chamada para tocar num casamento em Barra do Sana. O grupo foi por Macabu para evitar passar por Lumiar. Na volta, como Lumiar estava em festa, acreditavam que não haveria problema em passar por ali. Quando o grupo passou por Lumiar, a cavalo, os moradores de Lumiar confundiram os instrumentos com armas e alguém na multidão gritou : *"os bandidos de São Pedro estão todos armados"*. O grupo de São Pedro foi perseguido a tiros. Nesta perseguição, um homem foi baleado e João Heringer ficou para trás.Como chegou em São Pedro depois dos outros companheiros, Maurília conta que o grupo de São Pedro já estava prestes a invadir Lumiar, munidos de metralhadoras para resgatar o irmão que havia ficado para trás. Depois São Pedro

foi indiciado sob acusação de ter atacado Lumiar. O grupo foi absolvido com grande apoio popular em Nova Friburgo. Segundo Maurília esta disputa era causada pela disputa do controle do cartório.

As eleições eram a bico de pena. Mulher não votava. Maurília entretanto afirma ter votado. Mal sabia escrever e já escrevia o nome do eleitor que não comparecia (risos). *"Nós todas votávamos em nome de um homem"*

"*Até eu votei naquela época*". Eram assim as eleições. As mulheres precisavam ficar trancadas e os homens brigando na rua. Nem terminavam as eleições e já tiravam o livro do Cartório Maurília conta a seguinte estória: *"Dr. Galdino não foi sempre amigo do papai, não". Numa ocasião ele quis tomar o cartório daqui. Então ele arranjou uns capangas que vieram de Monnerat para chegar aqui e fazer baderna. Todos armados. Mas sempre tem um dedo duro. Papai tinha muitos amigos. Então um amigo dele de Monnerat o avisou do complô. Os homens de São Pedro formaram uma fortaleza na Igreja para esperar "os bandidos" e também amarraram uma porteira para que não pudessem passar. Na época tinham muitas armas: carabinas e metralhadoras. Quando chegaram, o comando disparou com a metralhadora. Os bandidos viram que* eles estavam preparados e foram embora. Os moradores e soldados do arraial não poderiam dormir naquela noite com medo dos bandidos voltarem. Decidiram então fazer um baile, onde todos ficariam acordados para ajudar os soldados na vigília.

Mais adiante ela conclui*: "uma das filhas do papai ficou muito doente, não sei o que foi. E papai dias depois foi para Friburgo salvar esta menina. Os médicos da sua corrente não davam o diagnóstico certo e a menina estava cada vez pior. Foi então procurar o Dr. Galdino, e este imediatamente aceitou. Ela passou para o tratamento do Dr. Galdino e ele curou a menina. Quando papai foi acertar a conta do tratamento, o doutor falou: o senhor não me deve nada. Ele respondeu. Devo a vida da minha filha. Então desde já eu me disponho à sua política. Eles se abraçaram tornando-se amigos. E o papai passou para a ala do Dr. Galdino.*

Assim é que o doutor Galdino veio conviver com o papai politicamente Ele vinha sempre aqui. Não descuidava. De mês em mês ele vinha fazer uma visita a papai e ver a política como é que andava. Ficaram amigos até morrer".

Esta disputa é também exposta por Acir Spitz. *"Quando meu pai ganhava aqui, o cartório vinha para cá. Quando ganhava lá, o cartório ia para São Pedro".* Na época o cartório era tudo. A sede do distrito era onde estivesse o cartório.

Esta disputa entre Lumiar e São Pedro é pouco compreensível. Ainda que o domínio do cartório pudesse corresponder à manipulação eleitoral, dois povoados pobres fazerem disto o cavalo de batalha, esquecendo outros problemas, parece-nos uma simples divisão que no seu conjunto beneficiava os pequenos grupos de poder em cada localidade. Parece-nos mais uma manifestação de despolitização geral.

A vida subseqüente não faria destas áreas pólos atuantes politicamente. Quando muito eram forças eleitorais que davam apoio aos partidos regionalmente expressivos. São Pedro parece ter pendido sempre para a UDN e mesmo extinta a UDN teria continuado a votar nos partidos conservadores. Lumiar apresentava outro perfil; tendeu a apoiar o PTB e mesmo depois de extinto o PTB, passou a apoiar os partidos da oposição consentida como o MDB. Na atualidade não dispomos de elementos suficientes para avaliar o comportamento político e eleitoral da região.

Luís Mafort, talvez por ter passado grande parte de sua vida na cidade, tinha uma visão muito crítica da política em geral e particularmente a da região. Os políticos antigos eram vistos como refratários aos direitos do trabalhador e inclusive dados à violência. Luis Mafort criticava o autoritarismo do seu próprio avô, e de João Heringer.

A Prefeitura tem alguma presença nos distritos. Em São Pedro da Serra, por exemplo, ela tem uma escola municipal, um Posto de Saúde e financia uma creche no Clube das Mães. Ela mantem uma equipe para cuidar das estradas, o que é feito parcialmente. É responsavel pela guarda municipal, com dois soldados que se

revesam. Há um administrador de cada distrito que é o intermediário entre a população local e a Prefeitura. Ele é nomeado pela Prefeitura. Na medida em que estes distritos se afirmam como pólos turísticos, tem aumentado a participação e interesse da Prefeitura no local. Considerando entretanto o vulto que tem tomado o turismo, a atenção da Prefeitura está muito aquém das necessidades.

Educação

Nesta sociedade agrária tradicional de pequenos proprietários o saber que assegurava a reprodução da vida local era transmitido de pai para filho e na própria prática agrícola. O conhecimento da escrita era uma porta para a administração e talvez o comércio pelo que requeria conhecimentos de aritmética. Um povo analfabeto mal pode votar, não tem acesso a conhecimentos e muito menos exercer o poder político-admnistrativo.

Na fase compreeendida pelos depoentes, que se presume compreender o período pré –30, a escola existia certamente sob precárias condições. Dona Maurília afirma que em São Pedro não havia escola. Algumas famílias contratavam professores particulares. Ela própria, filha do grande chefe político, considera que seus conhecimentos não devem nem sequer corresponder ao de uma segunda série atual. Teve aulas particulares com aquele que viria ser seu marido. É verdade que em Lumiar na década de 90 do século XIX foi criada uma Biblioteca “Luz nas Trevas”. Todavia não persistiu.

Osório Blaudt nascido em 1905, afirma que quando criança já havia escola na terra, porém seu pai não botou nenhuma criança na escola, preferindo que as crianças trabalhassem na lavoura. Ele próprio aprendeu a ler com um tio em casa. Joaquim Barrroso reconhece a existência de escola mas diz *“que não apanhou colégio”*. Aprendeu um *”bocadinho”* no exército. Seu Beninho faz referência a uma escola em São Pedro, exercida por uma mulher, no caso irmã de seu Naziro. Alguns poucos estudaram fora dos

distritos. Seu Nelinho chegou a fazer científico e afirma ter estudado em Viçosa. Refere-se a mãe como iletrada. Apenas sabia escrever o nome sem saber ler. Ratificando o que afirmou Maurília, Maria José sua filha, diz que os primeiros professores moraram na Fazenda do seu avô.

Seu Nagib se refere aos estudos feitos em Lumiar. Seu Zé Quintas, como tantos outros nunca foi a escola. Geninho e dona Helena, por exemplo, não sabem escrever nem ler. Aldereno Blaudt estudou em São Pedro. Frisa a dificuldade de fazê-lo. Andava 40 minutos até a escola. A Escola era na Vila Maurila. Segundo Aldereno, escola tem a ver com repressão física. Os alunos apanhavam na escola. E a própria Maurília se refere a exercícios militares feitos no recreio de uma possível escola.

Trajano Blaudt fez o primário em São Pedro. Barão, quando criança foi para a escola na Bocaina, que segundo ele era uma escola municipal. Diz que havia uma escola estadual em São Pedro. Só ele estudou na família. Apenas por 8 meses.

Astrogildo Moser estudou só o primário, com o pai. E o pai aprendeu com um professor chamado Vital Macedo.

Dona Nena faz parte do conjunto dos mais pobres da região. Também não sabia ler nem escrever.

Olavo Ertal, filho de uma família bem sucedida com o café em Barra Alegre, onde possuía fazenda, já apresenta um outro perfil educacional – estudou o ginásio em Nova Friburgo. Em seguida foi para o Rio de Janeiro estudar.

Janice Blaudt estudou até a 3ª série na Bocaina, confirmando a existência de uma escola conforme havida sido dito pelo Barão. Sabe ler e escrever.

Seu Balmant, de Rio Bonito trabalha na lavoura desde criança, nunca tendo ido a escola. Não sabe ler nem escrever.

Acir Spitz estudou pouco, só até a terceira série em Lumiar. A professora era a Maria Moura;

> *“Ela era má, era braba. Era uma mulher muito violenta. Ela queria mandar. Ser macho. Mulher-Macho. Ela até foi expulsa por bater nas crianças. Mas depois ela voltou, porque pediram, porque ela*

competente. Sabia ensinar. Foi uma boa professora. Má, mas professora para ser boa tem que ser braba"

Sabe-se que a primeira escola estadual foi estabelecida na casa atual do Naziro, que foi construída em 1929. O ensino oferecido durante muito tempo não ultrapassava o 1º grau. O segundo grau teria surgido mais recentemente completando-se na década de 80. O fato é que atualmente existe a opção para os moradores da região de freqüentarem até o segundo grau completo, o que por si só, seria um fator de fixação do jovem na terra.

Considerando que o mercado profissional hoje é mais competitivo, muito possivelmente os jovens que completaram o segundo grau deverão fazer um curso superior, o que pode ser feito em parte em Nova Friburgo. A cidade apresenta as desvantagens de não possuir uma diversificada oferta de cursos e dispõe apenas de cursos superiores privados.

Igreja

Freqüentemente os moradores de São Pedro da Serra se orgulham de que sua igreja é a primeira construída no município, o que ocorreu em 1865. Mas não obstante a maior parte da população de Lumiar e São Pedro da Serra serem católicos, não existe uma intensa religiosidade. Além disso há plena liberdade religiosa, convivendo na mesma área igrejas diferentes. Embora a presença ritualizada da Igreja não nos pareça grande, existe uma religiosidade disseminada no povo que identifica na natureza e no destino as leis de Deus.

Era em nome da Igreja que existia uma Irmandade para cuidar dos cemitérios – por exemplo, a Irmandade de São Sebastião de Lumiar.

Como nos interessa o período dos depoentes abrangendo em geral o século XX, dos anos 30 em diante, devemos observar que a

presença da Igreja não é tão notória na sociedade. No caso de São Pedro da Serra e de outros povoados, a Igreja está entregue aos beatos, praticamente não contando com a presença de padre. Em Lumiar a Igreja Católica chegou a possuir um seminário, extinto há cerca de 20 anos. Mantem uma organização que trabalha com a população, por vezes promovendo organização de lavradores – a Ação Rural. Em São Pedro da Serra a ação social da Igreja Católica se limita à distribuição de cestas básicas em algumas ocasiões para alguns necessitados. O assunto requer maior estudo para cobrir a ação da Igreja nos diversos povoados. Existe pouco trabalho social, limitando-se ao cumprimento de rituais inscritos na prática tradicional: missas, batizados, enterros.

Já a Igreja Protestante, cuja primeira expressão foi a Igreja Luterana, evoluiu para diversas formas de tal modo que hoje existe a Igreja Pentecostal e estão emergindo novos segmentos protestantes, entre eles a Igreja Batista e a Assembléia de Deus. Além da Igreja Católica e das seitas protestantes, a presença da natureza, o bucolismo da região e segundo alguns, o poder magnético das pedras tem favorecido o estabelecimento de outros grupos religiosos. Dentre eles se destacam o Santo Daime, com dois centros; um centro sufista, um centro de umbanda e outras manifestacões menores como a Chama Violeta. Muitos asseguram ter visto objetos não identificados. Outros asseguram que a região tem por si só um poder vinculado ao astral.

Higino Caetano de Lima afirmou ter sido congregado mariano e ter feito cursos que o habilitavam a exercer a sacristia. João Mafort era o sacristão do Padre Teixeira que “vinha a cavalo”, permanecendo alguns dias em Lumiar e São Pedro da Serra. Segundo Higino, as missas eram em latim, dificultando o entendimento pelo povo; o povo era batizado, mas poucos seguiam efetivamente as obrigações católicas. Muitos casavam ou batizavam e nunca voltavam à igreja. Não recebia nada para ajudar na sacristia. Ele participou do “Sindicato Rural” que teria tido uma ligação com a Igreja. Este movimento ajudava os trabalhadores com ferramentas, adubos, e pesquisas de técnicas de outras regiões.

Acyr Spitz se diz seguidor da religião católica. Acha que a Igreja deixou as outras tomarem conta da área. No passado a Igreja teria tido maior presença na sociedade. O padre Teixeira se dedicava ao contato com a comunidade. Em sua opinião pessoal, a Igreja tem uma função educativa. Ela não veio para salvar ninguém e sim para educar o povo. Sem maiores explicações cita conflitos entre a Igreja Católica e a protestante.

> *"A Pentecostal veio e começou a tisgar, maltratar nós, fazer pressão. Chegou num ponto que tivemos que derrubar a Igreja. Eles ficavam zombando do católico, então os católicos se revoltaram. Foram lá, quebraram e queimaram a igreja. Inclusive eu estava junto, porque a gente estava sendo ofendido. Fomos processados, mas não deu em nada, pois papai tinha um ótimo advogado. A Pentacostal não acabou, mas ficaram educados"*

Seu Osório se refere à igreja de São Pedro que teria sido criada em 1865. Ele se lembra da igreja com teto de sapê, depois de tabuinha e por fim alvenaria. Seu avô era luterano. O luteranismo viera com os imigrantes alemães. Quando o luternismo passou para plesbiterianismo, a família Blaudt deixou a religião. Os filhos de Osório foram batizados na Igreja Católica.

Segundo Nelinho Martins havia um centro espírita em São Pedro liderado por João Mendes. É testemunha da existência de muitos rezadores na região. Ele se diz espírita e rezador. Considera-se também, medium e vidente. Benzia muitos doentes, mas também indicava que procurassem médico. Afirma que nunca quis fundar um centro espírita pois achava que o povo do lugar seria contra.

Seu Beninho, ao falar sobre a Igreja, lembra que o padre não morava em São Pedro e que a festa era uma manifestação religiosa à qual compareciam pessoas de fora; de Vargem Alta, Boa Esperança, Macaé. Maurília Heringer, com recordações muito antigas, lembra de um tempo em que só existia a Igreja Católica em São Pedro da Serra. O culto protestante era feito em casa. Seu avô era protestante, mas o seu pai era católico. Em Lumiar havia mais protestantes, segundo Maurília. Durante as festas de São Pedro da

Serra, faziam-se muitos batizados e confissões. Era uma época em que a religiosaidade da festa era proeminente.

A Folia de Reis foi citada por Maurília. Recorda-se de pessoas fantasiadas de palhaço desempenhando papéis. Trajano Blaudt confirma que seu avô era luterano, embora ele seja católico, tendo sido presidente da Igreja Católica. Foi catequista da igreja tendo tido 120 alunos.

Joaquim Barroso diz que não havia Igreja Protestante em São Pedro. Joaquim Barroso tem opiniões a respeito: considera a Igreja Protestante como tendo sido derivada da católica e com um ritual degenerado uma vez que nos rituais protestantes gritam sempre o nome de Jesus. *"Deus é um só, e Jesus não é surdo para estarem gritando com ele"*. Sua esposa, Fani, se diz católica, mas não gosta de se confessar.

Janice Blaudt diz que hoje em dia a Igreja Católica distribui bolsas de alimentos para pobres. Cita os rezadores. Ela mandou rezar "destroncado". Comprovou sua eficácia. Refere-se aos rezadores; *"meu marido mesmo fala que de primeiro tinha uma tal de Morena que rezava. Ele destroncou o pé. Tava uma coisa inchada; tava uma coisa danada. Aí falaram assim: vai na Morena que a Morena reza. E ele dizia – eu não tenho fé. Esta Morena não sabe nada. Aí ele pegou de sentir tão mal que foi. A morena rezou e ele disse que aquilo foi aliviando a dor. Dali para cá ele apanhou uma fé danada."*

Ela cita alguns nomes tratadores da época: tia Corita, José Mafort, João Deniro e o Jaciro, irmão da Naira. Rezavam muito erisipela e destroncado.

Maria José cita o trabalho de assistência social ao pobre feito pela Igreja. Quando uma família está passando grande necessidade, A Igreja faz um cesta básica que leva para a pessoa. Quando alguém fica doente e impossibilitado de trabalhar, A Igreja também ajuda.

As igrejas não dão conta da religiosidade do povo. O convívio com pessoas do local permite perceber que Deus é identificado como grande criador e autor da ordem natural, que

segue desígnios de Deus. Dona Fani expressa a presença diária da religiosidade. *“Graças a Deus eu sou muito alegre. Eu falo, sou mesmo. Não gosto de tristeza. Nunca reclamei da vida. Pode passar a dificuldade que for, mas Deus dá um jeito. Eles falam: logo ela diz que Deus dá jeito. E eu digo, dá. Por quê não, não é? É muito bom . Deus dá jeito”.*

Há citações de vários depoentes sobre Folia de Reis. Segundo depoimento de Zé Quintas, o mestre da folia era Jurandir Blaudt. As festas da Folia iam de casa em casa ao longo do mês de dezembro. O bloco tinha uma banda, com sanfona, tambor, pandeiro, chocalho, reco-reco e palhaços com máscaras. Quando as pessoas da casa faziam um pedido, rezavam uma ladainha. Havia também a brincadeira do pasquim, onde se escreviam coisas sobre uma família, defeitos e fofocas e colocavam o papel embaixo da porta de uma venda. No dia seguinte, o dono da venda lia para todo as acusações escritas. Com o tempo esta brincadeira foi proibida. Também festejavam muito o sábado de Aleluia e a malhação de Judas. Balmant (Rio Bonito) também cantava na Folia de Reis. Cantou muitos anos. O pessoal possuía um uniforme bonito.

O seu irmão, Luís Balmant (Rio Bonito), era Mestre de Folia durante 21 anos. Excêntrico, contador de “causos e lendas”, já passou três dias e três noites sem dormir brincando, tudo a base de muita “fincadinha“ (cachaça) para cumprir a devoção à Virgem Maria. Começou a brincar de Folia desde criança. Mais velho passou ao acordeom, onde “encostava a mão no acordeom e com aquilo ali, falava tudo”. A fama de seu Luís é grande pelas redondezas. Durante anos, entre 24 de dezembro e 20 de janeiro, seus foliões cantavam e louvavam o nascimento de Cristo. *“Eu saía por devoção, e também por divertimento”*

“Mas é o dado da folia
quando chega no terreiro
fazer pelo sinal
e alembrar de Deus primeiro
Pai, de filho, de Espírito Santo
Nesta hora tão sagrada.
A bandeira de Jesus
Em vossa porta é chegada
Lá de longe avistamo

O clarão da bela luz.
Vou cantá por devoção
O nascimento de Jesus”

A religiosidade popular se manifestou também na prática usual do recurso a tratadores. No âmbito da família se pode observar a presença do casamento como vínculo permanente. Há certa insatisfação psicológica manifesta na quantidade de gente que se diz doente dos nervos e os próprios trabalhos pentecostais promovem exorcismos, que interpretam problemas psicológicos como incorporações do demônio.

Talvez pelo pouco peso da Igreja, aliado à situação de rusticidade do povo, os cemitérios locais revelam muita simplicidade, com poucos túmulos de mármore ou pomposos. Ao mesmo tempo, os rituais da morte compreendem velório e enterro, tudo com simplicidade. Nos velórios é comum servir café e mesmo broa. Muitas casas têm retratos de santos, tem altar interno e existe entre os mais antigos a prática de fazer ladainhas e novenas.

É preciso captar nas entrelinhas visões religiosas que identificam o movimento da vida com uma característica cíclica também encontrada no movimento da natureza: nascimento, vida, morte, renascimento.

A religiosidade popular está também manifesta no depoimento de João Vanderoski recolhido em 1988, quando eu e Edson Lisboa fizemos uma incursão ao Rio Bonito (povoado integrante do distrito de Lumiar). Cabelos e barbas brancas, encantou-nos por sua sabedoria. Um ser simples e revelando através de sua humildade toda a grandeza do universo.

Ele gostava de refletir sobre o universo e sobre a história. Disse-nos que queria fazer a história do Brasil, como se uma estrela a contasse para uma menina. A velocidade da luz transmitida pela estrela demorava quinhentos anos para chegar a terra. E assim a história do Brasil era apresentada. Disse-nos que aprendeu a escrever usando o inhame como lápis. Demonstração da tenacidade e dificuldade dos tempos. Aliás é esta a impressão que

nos causa ao ler a *"História da Igreja do Rio Bonito",* manuscrito de sua autoria.[260]

Trata-se de um documento revelador da mentalidade e da vida de um núcleo povoador de uma área dos sertões serranos. João Vanderoski, embora de sobrenome polonês, está historicamente ligado à região – *"este vasto e belo território menos protegido pela natureza; terras fracas, estradas péssimas, educação e cultura atrasada".*

Segundo o nosso historiador, *"o povo do Rio Bonito tem 4 famílias muito antigas que são Frez, Ouverney, Klein e Araújos"* de onde descenderia quase todo o povo de Rio Bonito. O lugar teria ficado mais de 100 anos sem que *"ninguém falasse em construir uma Igreja Católica em Rio Bonito"*. As famílias religiosas enfrentavam grandes sacrifícios para cumprir os preceitos da Religião. Para fazer um batizado ou casamento, gastavam-se dois dias para ir a Friburgo. As famílias mais pobres *"saíam em plena madrugada levando uma merenda e voltavam no mesmo dia, muitas vezes debaixo de chuvas".* O problema mais difícil era por ocasião da confissão dos doentes: o padre tinha que viajar 4 ou 5 horas a cavalo "*para levar ao pecador enfermo a Paz, o Perdão, a Salvação".* Noticia os esforços para a construção da Igreja a partir de 1924. Corriam-se as listas de contribuição entre o povo. *"O maior contribuinte que encontrou foi o Augusto Francisco Wanderroscky".*

Doaria toda a madeira e ainda 20$000, o suficiente para pagar 10 dias de um carpinteiro. Outro dava uma cabra leiteira *"que podia ser vendida em leilão".* Valia o preço do carpinteiro. Seu João se refere a ladainhas realizadas nos dias de S. Sebastião, S.João e S. Pedro e São Roque (16 de agosto). Registra a vinda para Rio Bonito de um grande comerciante – Sanção Cezar de Oliveira, que entrara em entendimento com Monsenhor José Antonio Teixeira, para que anualmente viesse celebrar missas, fazer batizados, confessar e dar eucaristia nas propriedades de Sanção.

---

[260] João Vanderoski - *História da Igreja do Rio Bonito",* manuscrito entregue pessoalmente a Jorge Miguel Mayer que tirou uma cópia. Um dos raros documentos produzidos pelo pessoal da terra.

Ainda em 1967, Luis Ramiro Ouverney assinava um contrato prometendo doar um lote de terras para a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré. Em 1969, ainda eram realizadas missas no salão do Sanção. O próprio João Luiz Wanderroscki participaria ativamente dos esforços para a construção.

Enfim, em 1975, João revela grande participação do povo, inclusive de alguns de Lumiar em prol da construção da Igreja. A Igreja *"só dependia de 3 coisas que é a fé, a Esperança a Caridade".* O texto não se refere a quando a Igreja ficou de pé, mas insiste que se passaram mais de 50 anos de persistente planejamento da construção.

Falta de união? Demonstração de persistência? Afinal esperaram-se cinqüenta anos para que a Igreja fosse construída. Sinal de paciência deste povo.

SAÚDE

Não é muito fácil detectar a história da saúde no local, isto porque não há registros escritos sobre as doenças. Os livros de óbitos e de cemitério não explicitam as causas da morte. De um modo geral podemos dizer que a história da saúde se expressa em parte na expectativa de vida e nos índices de mortalidade infantil. Observamos a evolução demonstrativa de alto índice de mortalidade infantil como também presença das mortes por parto de mulheres. Atualmente este paradigma não existe mais. Não há depoimentos sobre a existência de nenhuma epidemia. Também não se pode elaborar uma série estatística da doença. As referências são vagas. Falam em muitas mortes de crianças e alguns se referem ao bócio, já tendo ouvido explicações de que isto se deve a falta de iodo no sal. Depoimento de Astrogildo Moser afirma a existência de muito bócio.

Em termos mais atuais, pesquisas realizadas por nós na década de 90 constataram a disseminação da verminose entre a população infantil. Um levantamento feito pelo Posto de Saúde de

São Pedro da Serra oferece pequenas percentagens de doença: 1,39% de diabetes, 0,46% epilépticos e uma certa expressividade de hipertensão arterial (6,27). A pesquisa teria envolvido 2 808 pessoas, número superior ao do censo de 2000. Totalizam 913 famílias cadastradas. Não parece ter sido computada a incidência de alcoolismo, que a olho nu, parece expressiva na região. Em termos das condições sanitárias básicas, o levantamento de dezembro de 2001 demonstra: abastecimento de água - 64,57% captam a água em nascente, e 35.10% na rede pública. Isto pode indicar que não obstante progresso da urbanização, a maior parte da população vive na área rural. Quanto ao tratamento da água, 48,10% não tem tratamento a domicílio; 40,95% aplicam a filtração. Fervura: 0,98%. Surpreendeu-no a constatação relativa ao destino do lixo: 78,33% é feito por coleta pública; 17,55% queimado e enterrado e 4,12% a céu aberto. Os dejetos humanos por fossa: 76,16%.

A questão do saneamento é controvertida. Há informações de que os principais rios se encontram poluídos justamente em função de destinação dos dejetos na águas. Os dados do Posto de Saúde podem estar exagerados. E pouco informa em que medida o percentual restante destina os dejetos para as águas. E há ainda os dejetos animais que não foram computados, como os provenientes dos chiqueiros de porcos.

Outra informação relevante diz respeito à história do tratamento da doença. Só muito recentemente existe Assistência Médica no local. Os depoentes são unânimes em frisar que juntamente com o isolamento mantido em relação aos centros da época, os doentes eram transportados em padiolas, a pé, para Nova Friburgo. Este isolamento teria favorecido a aplicação de soluções locais, recorrendo a tratadores, parteiras e rezadores. Tanto a prática rural como esta situação particular estimulou o conhecimento do emprego de recursos naturais para tratamento de saúde. É um conhecimento bastante generalizado na população rural, e que constitui verdadeiro patrimônio sobre a flora e a fauna da região. É este conhecimento difundido no Brasil rural e florestal

que tem sido cada vez mais procurado pela ciência para a obtenção de medicamentos.

Não deixa de ser importante também um mergulho no tratamento dos rezadores, pelo poder espiritual e mental aplicado à saúde. Um dos detalhes incríveis é o tratamento à distância. Esta aplicação prática da espiritualidade é um convite à ciência para aprimorar o conhecimento das potencialidades subjetivas do homem e do resgate de sua relação com a natureza, tanto porque muitas vezes a reza se faz com o auxílio de ramos de plantas, como também vem acompanhada de receitas de elementos naturais.

A falta de assistência médica é expressa pelo depoimento de seu Higino: *“naquele tempo o pessoal não conhecia médico. Era o chá. Quando tinha uma pessoa que conhecia um pouquinho de homeopatia, era doutor”.* Cita o Rufino Teixeira, o pai de dona Valda: quando alguém adoecia, ele era chamado.

> *”Mas como morria gente naquela época por falta de médico Meu sogro ficou doente e chamaram o senhor Rufino. Ele como médico não estudou. Não quebrou a cabeça nem em parte de enfermagem. Até falava mal. Um médico amigo meu soube que meu sogro estava doente e passou lá para visitá-lo. Então meu sogro falou: aquele homem ali em pé na porta é mais do que você como médico.”*

E não aceitou a consulta do médico. Segundo seu Higino, todos os que eram tratados com médicos eram salvos. O sogro morreu. Os nascimentos eram com parteira. Seu Higino já buscou, na falta de parteira no local, uma em Bom Jardim. Ele trabalhava com gesso e socorreu mais de 1 470 casos. Seu Higino sempre aplicava injeção no povo. Cuidava de ferimentos e nunca cobrou nada. Trazia um médico amigo seu para prestar serviço. O amigo se tornou vereador. Era o Sílvio Araújo

Segundo Aldereno, era enorme a incidência de mulheres que morriam de parto. Quando precisavam levar um doente para Friburgo o levavam carregado por 8 pessoas em padiolas com varas de bambu. Iam a pé. Naquele tempo o tratamento era a reza. O pai já foi picado por cobra e curado por reza. Também aplicavam remédio feito com fumo, ou usavam uma técnica de enterrar o membro picado

na terra. Cita um caso de morte por picada de cobra: o irmão do Norberto. Dizem que ele morreu porque não aceitou a reza. A reza era muito forte segundo Aldereno.

Havia uma farmácia no local, lembrada por Osório, que era de José Martins da Costa.

Seu Nelinho é um caso de alcoolismo. Começou a beber em Lumiar e provocou um enorme acidente de trem no Paraná. Foi expulso, em conseqüência da rede ferroviária.

Seu Beninho afirma que nos casos de doença, recorria-se à homeopatia, usada por tratadores como Rufino Teixeira e Juca Sangy. Alguns tratadores também rezavam. Em caso de operação, levavam para Nova Friburgo. Segundo ele morria muita gente na região por falta de recursos, mas havia poucas doenças. Seu avô era curador. Tratava com ervas e rezas. Usavam muito boldo, erva de macaé, erva doce, erva cidreira, quina rosa, carqueja, erva santa maria, esta para matar lombriga. Segundo Beninho a saúde era melhor em tempos passados. Não havia tanta doença como hoje. Nunca houve epidemias no local. Relata um caso de um amigo de Vargem Atla que estava doente do coração e não tinha como ir a Nova Friburgo. Foi então operado no local, sem anestesia.

Dona Nena teve todos os filhos em casa com parteira, sem perder qualquer filho.

Dona Nena recorria sempre aos remédios da farmácia de Juca Martins sem se socorrer com chás. Uma vez dona Nena estava pitando o seu cachimbo e pegou fogo no quarto. Não a botaram no hospital. Trataram em casa.

Segundo depoimento de Maurília Heringer, o pai tinha seus vidrinhos de homeopatia para tratar o público e a mãe possuía ervas. O avô materno era parteiro, tratador. Foi o avô que fez o seu parto, tendo nascido em casa. Todos os filhos nasceram em casa. Não havia outra alternativa.

Dona Helena teve dez filhos em casa. Teve uma filha que nasceu morta. Segundo a parteira, nasceu fora do tempo. Os dois primeiros filhos também morreram após o nascimento. Perdeu dois filhos já maiores, com alguns meses. Apenas 5 filhos morreram.

Dona Helena toma muito remédio: para a pressão e para dormir. Esteve por dez vezes na Clínica Santa Lúcia, por causa do nervosismo. Seu Geninho bebia muito e na época não trabalhava. Dona Helena sustentava a casa trabalhando na lavoura e fazendo faxina. Seu Geninho conseguiu se curar sozinho.

Segundo Fani Barroso a saúde do pessoal no passado era melhor. *"O pessoal guentava mais"* (Juca Baroso). *"Eu ganhei 11 filhos todos com saúde. Tive todos em casa".* Nunca fez pré-natal. Sempre passou a sua gravidez na enxada. Até hoje ela gosta mais de usar chá do que remédio. Já o senhor Joaquim toma bastante remédio. Dona Fani sempre recorreu a homeopatia tratada pelo José Mafort, João Mafort e Chico Sangy.

Seu Balmant teve um filho que nasceu de 7 meses e sempre foi muito fraquinho. Levou a um tratador que atendia com tratamento espírita, receitando ervas e remédios de farmácia. O próprio tratador sugeriu que ele internasse seu filho no hospital para tratar da perna. Ficou dois meses em Nova Friburgo, após o que teve que ser transferido para Niterói. Cita um tratador local, José Muniz que receitava ervas e adivinhava coisas. Mas quando não dava jeito, ele indicava ser necessário enviar para Nova Friburgo.

Janice Blaudt sempre tratou os filhos com chás. Teve o parto dos filhos, todos em casa. Os partos demoravam muito. Um dia ou dois sentindo dor. Sua filha mais velha é que sofreu mais, porque quando ela nasceu, ela estava de cabeça para baixo, isto é, estava em pé. O parto se tornou uma situação dramática. Não sabe como não morreu.

Na época aplicavam uma injeção para dar força. Tanto as parteiras quanto o farmacêutico Juca Martins já estavam conformados com a idéia de que a criança não nasceria ou a mãe também morreria. Mas foram passando o pezinho, o braço, o pescoço e acabou nascendo. Janice já estava quase desmaiando. Janice declara que era grande a incidência de mulheres que morriam de parto. E muitas crianças também morriam. Cita três pessoas: a

mulher do Nico Sangy, uma irmã da Maria do Higino, a mãe do Isaídes e ainda a sua própria mãe.

Segundo Maria José a situação relativa à saúde melhorou muito em São Pedro da Serra com a chegada do Posto de Saúde. Hoje, segundo ela tem mais doenças do que antes. Na verdade, o povo se cuidava mais e as doenças passavam. Faz referência a dona Valda como gande parteira do local, tendo trabalhado dos 16 aos 70 anos. Hoje já não existe nenhuma parteira no local. Dona Maria José também nasceu em casa e a parteira foi a sua própria avó. Hoje as mulheres têm filhos em Nova Friburgo.

Janice e Isaídes Blaudt e amiga - São Pedro da Serra 2000 – foto Jorge Miguel

Segundo Eliane, enfermeira chefe do Posto de Saúde de São Pedro, hoje o óbito infantil é zero. Também não há verminose, pois todos os anos aplica vermífugo nas criançaas da região. A principal doença do local é a hipertensão arterial. Seguem o alcoolismo e odiabete. A região é considerada endêmica de hanseníase, mas apenas houve um ou dois casos já curados. O número de crianças com desritmia também é grande, devido a consangüinidade, isto é, casamento entre famílias. Também é expressivo o número de casos de depressão e crise de nervos. Considera que isto se deve à falta de lazer o que causaria também alcoolismo. A maior parte das depressões ocorre em mulheres.

Muitos jovens também são deprimidos. E muitos doentes são dependentes de anti-depressivos.

Seu Aleixo diz que a saúde é boa, *“problema é o coração”.* Seu avô rezava, inclusive à distância. Sua avó pegou hemorrragia. O avô rezou daqui e cortou lá. Seu pai e seu tio, seu Juvenal faziam garrafadas com vinho quinado. Vale a penas observar as plantas indicadas e os conselhos de Aleixo Sangy.

Erva –doce e marcelinha para o intestino. Gripe não tem remédio. Erva macaé , bom pra derrame e estômago. Picão da Praia, hepatite. Pariparoba e Gervão são bons para o fígado. Chapéu de Couro corta o colesterol e limpa o sangue. Louro é bom para o estômago. Cabelo de milho branco para infecção urinária. Limão galego afina o sangue. Banana prata é boa para o intestino. Tanchagem é bom para banhar machucados. Hortelã contra verme. Carqueja é bom para estômago, fígado e corta febre. Erva de Jararaca, bom contra picada de cobra. Curiosamente declarou que a sua mulher morreu de menopausa. Seu pai era um grande tratador – Tutu Sangy

Barão fornece algumas informaçòes obre as propriedades medicinais de plantas:

Abacate – folhas são calmantes

Alcachofra – bom para o fígado

Alecrim – remédio para o sangue

Alfavaca – para nervos

Alho – para picada de cobra

Araçá – cólicas intestinais

Arnica – bom contra pancada

Assa-peixe – contra gripe

Avenca e babosa – boas para fortalecer cabelo

Barbaça – bom para pele

Boldo – bom para o fígado

Cana de macaco – para rins

Canela – bom para o sangue

Caroba – Eczema

Chapéu de couro – bom para os rins

Xuxu – anemia e pessão alta

Cipó azougue – bom para o sangue

Confrei – cicatrizante

Dormideira – para pessoa com insônia

Erva Macaé – para má digestão

Sabugueiro – para moléstias do sangue

Flor de abóbora – para o ouvido

Louro – remédio para o sangue

Malva - bom para os dentes e gengiva

Pacova – bom para coluna

Fumária – contra picada de cobra

Quina cruzeiro – bom para o sangue

Sapê – para nascer cabelo

Romã – para garganta

Samambaia – para piolho

Capim-limão – calmante

Urucum – tempero

Vassoura preta – para cabelo e bom para fazer sabão

Gervão – para pesoa que fica inchada

Erva Santa Maria – contra pulga e verme

Capixingui – qualquer tipo de “bobô” no lábio

Erva de bicho – hemorróida

Mexerica – contra mau hálito e limpeza de dentes

Considera que o melhor remédio e o que ele mais toma é água com limão.

Registremos algumas informações prestadas por Juarez Altair Heggdorne. Nascido em 11 de maio de 1953 em Santiago, morreu com menos de 40 anos em São Pedro da Serra onde morava, em circunstâncias trágicas, assassinado por ter tentado impedir os arroubos de uma pessoa que investira contra a filha do dono da mercearia em que trabalhava. Juarez havia aprendido as propriedades terapêuticas de ervas com os antigos. Participara do encontro Sobre Ervas em Lumiar (1985).

Selecionamos algumas indicações não muito usuais e por isto mesmo valiosas:

Cipó Milonga – suas folhas são boas contra mordida de cobra. Uso externo e interno como chá;

Alecrim de Horta- em infusão no álcool , é bom para fazer inalação como cura de sinusite

Leite de mamão macho - pequena dose em jejum é bom contra verme

Folha da banana São Tomé – xarope é bom contra tosse e bronquite.

Malmequer – xarope bom contra bronquite

Cana do brejo (cana de macaco) – bom contra sistite (chá)

Sete Sangrias – bom contra diarréia

Santa Maria – bom contra verme

Lágrimas de Nossa Senhora – chá das folhas – conbtra urina presa

AbutA – fruta, infusão , boa para a purificação do sangue

Caapeba – chá bom para fígado

Erva Passarinho boa contra bronquite e tosse

Assa Peixe – flor contra gripe

Erva de São João e Erva de São Limão – bom contra gripe

Erva Macaé – banho evita derrame

Erva Preá – banho, contra erisipela

Samambaia – infusão no álcool, contra reumatismo

Chá de folha de canela - contra dor de dente

Flor de mamão macho – xarope contra bronquite

Infusão de caroço de abacate – para rins

Chá de folha de café – calmante

Malva –para higiene bucal e problemas dentários

Serralha – chá e folha para coração

Erva de chá de folhas contra azia

Picão – bicho – folha, banho contra hemorróidas

Barbaça - bom contra hepatite

Chuchu – chá da folha é calmante

Avenca – contra tosse e rouquidão

Jequitibá – folhas para a garganta

Devemos mencionar que a Igreja Católica promoveu em 1985 um "Encontro sobre Ervas" em Lumiar, em que moradores e camponeses transmitiram publicamente seus conhecimentos. Daí resultou um precisos opúsculo.[261] Também em 1988, por iniciativa da Diretora do Departamento de Cultura, Maria Suzel Coutinho Soares da Cunha foi feita uma pequena pesquisa sobre os curadores populares de Nova Friburgo.[262]

Mulher.

Numa sociedade que se pautou pelo trabalho familiar, a mulher passa a ter uma posição bem diferente do que nas sociedades provenientes diretamente das tradições escravocratas. Há, não obstante, uma atitude exploratória da mulher. A mulher passa a ser um útero super-requisitado como confirma a quantidade de filhos que ela engendra no paradigma antigo. Esta constante condição de grávida limita alternativas de trabalho que não existiam fora do eixo familiar.

Normalmente a mulher está exposta a tríplice jornada; reprodutora e amamentadora dos filhos; sujeita ao trabalho doméstico desde limpeza até cozinha e participante de diversas atividades de lavoura, sendo comum a mulher levar inclusive a criança recém-nascida para a roça e colocá-la num caixote ao longo de sua jornada de trabalho.

Quanto ao seu grau de instrução, não podemos dizer que ela teve sorte diferente da dos homens, que quando estudaram, cursaram apenas as primeiras séries do curso elementar. O discurso das mulheres entrevistadas menciona um mínimo estudo. Institucionalmente a discriminação se encontrava na vida cívica, pois a mulher só conquistou o direito de voto após 1934.

Como a estrutura familiar era muito importante para a própria produção e reprodução social, não notamos uma passividade da mulher comum na sociedade escravocrata. Os exemplos de que

---

[261] Caritas Diocesana – *Encontro Sobre Erv*as, 1985.

[262] Maria Suzel Coutinho Soares da Cunha (coord.) – *Memória Popular – Receitadores- Mundo Místico e Ação Social, 53 pags.* Nova Friburgo, Centro de Documentação Histórica – Pró-Memória,1988

dispomos são de mulheres profundamente identificadas com os maridos e com uma posição atuante no lar e na lavoura.

Há sinais de repressão mais dirigida ao sexo feminino. A liberdade de sair era controlada. Casavam muito cedo, o que combinava o inconsciente objetivo de ampliar a família com incorporação de mais recursos, na medida em que a mulher ia para a casa do marido, constituindo assim uma nova unidade familiar e produtiva. Os casamentos, em geral, resultavam em transferência dos cônjuges para outras unidades produtivas; era comum a mulher ir para a casa do marido que não obrigatoriamente ganhava nova terra para cultivo. Houve inúmeros casos em que, do casamento resultou a ida do marido para a terra da mulher, ganhando assim a família da mulher um acréscimo de força de trabalho.

Também em relação à herança e partilha dos bens, o sistema usual beneficiava a mulher que ficava com a metade do inventário, e a outra metade era dividida entre os filhos. Dessa maneira, a propriedade inicial se conservava em boa medida na mão da esposa, embora se multiplicassem unidades em função da partilha pelos filhos.

A participação social da mulher nas atividades sociais não encontrou resistência na comunidade. A mulher participava das atividades na Igreja, ia aos bailes e recentemente vai até ao futebol.

Sua proximidade com o sofrimento e cuidado com os filhos certamente a preparou para atividades de cura associadas à religião e principalmente coadjuvantes do parto. Há alguns parteiros masculinos, mas a participação feminina no parto era mais comum. Os moradores de São Pedro da Serra sempre lembram os nomes de dona Valda, dona Tita, dona Amélia. Existem ainda hoje rezadoras como dona Vilma. (Lumiar).

Dona Nena - São Pedro da Serra - 1987

Segundo testemunhos atuais, a tendência da comunidade está se modificando com a mulher sendo solicitada a exercer trabalhos fora, o que significou vencer resistências da Igreja Protestante. Isto está patente na sua presença no comércio e pousadas. Segundo a dirigente da creche, hoje as mulheres deixam seus filhos na creche para exercer outras atividades que não as domésticas.

As menções à presença da mulher nas atividades domésticas estão em vários depoimentos.*"A mãe ia trabalhar com um filho no colo e outro na barriga"* (Aldereno). *"As roupas eram feitas em casa; a mãe costurava com fazenda comprada em Friburgo"* (Osório Blaudt)".*"O povo trabalhava muito. Faziam cerão no domingo de manhã. As mulheres também trabalhavam"*. (Beninho).

Após a morte do pai, Higino deixou o exército para ajudar a mãe que estava sozinha, quase sem nada. A mãe estava endividada com a lavoura. Os irmãos não estavam ajudando. Voltou para São Pedro e disse para os irmãos que se eles não ajudassem, ele

falaria com um comandante amigo para alistá-los. Então eles ficaram com medo e passaram a ajudar.

Barão: sua mãe sempre trabalhou em casa no fogão à lenha. Tirava leite, criava animais (galinha, porco). Teve 23 filhos.

Maurília Heringer testemunha que mulher não votava. Ela mal sabia ler. A mulher fazia mais serviço doméstico. Havia mulheres que trabalhavam na lavoura, botavam aqueles vestidos de algodão, amarravam um cordão na cintura, um chapéu na cabeça e iam para a roça também. A mãe tratava com ervas. As moças se casavam muito cedo. Ela se casou com 17 anos. Todos os filhos nasceram em casa.

Dona Helena sustentava a casa na época em que seu marido, Geninho, bebia. Trabalhava na lavoura e fazia faxina

A esposa de seu Naziro ajudava no trabalho da Igreja Católica

Maria Francelina Macedo era uma mulher negra. Descendente de escravos. A imagem de sua mãe era de que trabalhava na roça. Ela própria trabalhou a maior parte da vida na lavoura. Depois cozinhou muito para fora, inclusive no Seminário de Lumiar. Teve todos os filhos em casa, com parteira.

Há casos de separação. Trajano Blaudt se desquitou da esposa após 35 anos de casado.

Fani Barroso: *“eu ganhei onze filhos, todos com saúde”*. Nunca em maternidade. Tudo com parteira.

Janice Blaudt casou com 16 anos. Estudou até a 3ª série, na Bacaina dos Blaudt. O pai não deixava sair, mas pegou namorado em baile aos 14 anos. Ajudava o pai na lavoura. Lidava com animais. Cavalo, vaca. Tirava leite, botava cangalha nos cavalos e saia para buscar banana, inhame. Plantava flores, porque o pai o fazia para vender. Cozinhava, lavava. Tinha uma irmã que, não gostando muito de lavoura, ficava em casa. Gostava de *“ariar”* panela. Lembra uma época de dificuldades, quando faltava comida. Dormiam com fome. Juntava esterco de vaca para poder comprar alguma coisinha para ela própria, porque o pai não tinha dinheiro.

Sabe conservar feijão. Sabe barrear. O milho resistia 6 meses com gecerol. Às vezes comprava cabrito para dar leite para

as crianças. Com onze meses de casada teve o primeiro filho. Teve 10 filhos. Todo ano. Com dez filhos mandou fazer uma ligação. Os filhos estudaram em São Pedro; uma estuda em Nova Friburgo. As parteiras de seus filhos hoje já são mortas. Trabalhava na lavoura, fazia colchão de capim, cuidava dos filhos e também cozinhava. Atua também na Igreja Católica. Sabe fazer conservas, inclusive chucrute. Tinha um forno próprio onde fazia broa. Fazia pão de milho, de trigo. Usava muito angu com leite. Planta verduras e mandioca para o restaurante Baviera. Compreende que há momentos de certo esmorecimento que trata de vencer com atividades e diversões. Nunca brigou com ninguém.

Segundo Eliane, a maior parte dos casos de depressão ocorre com mulheres. Muitas recorrem a anti-depressivos. Explicou que em parte, a depressão feminina é causada pelo alcoolismo dos maridos, o que traz também impotência.

Crianças

Já em 1820 a necessidade da escola era justificada como para evitar que as crianças crescessem em meio a ignorância. Na medida em que os saberes não se alteram e as demandas também não, pode-se esperar apenas a reprodução das tradições tansmitidas pelos pais. A questão da escolaridade é básica para a alteração de mentalidade. Pois bem, observamos que até bem recentemente as crianças estudavam no máximo até a terceira série e a maioria nem ia para a escola.

Se a escola pode ser vista como um instrumento de conhecimento, a forma tradicional do ensino dissociava a criança da prática. O fato de saber ler e escrever, de somar e diminuir pouco acrescentava na vida rotineira em que nada existia pra ler ou para somar. Assim, as crianças mergulhavam na vida agrícola desde cedo. A escola funcionava como disciplinadora, talvez introdutora de novos hábitos ligados à higiene e ao vestuário.

Todos os depoimentos dão conta de que as crianças trabalhavam desde cedo, e praticamente se encurtava a época de

certa irresponsabilidade que lhes permitia experimentar jocosamente a vida e brincar com seus companheiros. Poucos se lembravam de brincadeiras infantis.

Este quadro da precoce maturidade das crianças está hoje modificado com o avanço da escolaridade. Ao mesmo tempo que declina a atividade agrícola tradicional, as interconexões com o mundo têm impulsionado o estudo e inclusive chega-se hoje a oferecer o segundo grau completo.

A questão que se coloca é a continuidade dos estudos. Geralmente o aluno que cursa o segundo grau não quer mais voltar para a vida agrícola, pelo contraste entre atividade e remuneração e persistência de uma agricultura para a qual não se requer nenhum estudo particular.

Criança descendente de alemães – São Pedro da Serra
Foto Jorge Miguel Mayer - 2002

A creche em 1980 atendia 25 crianças e hoje atende 65. Segundo Maria José a creche atende as crianças desde quando andam até 6 anos. As crianças chegam com piolho, verminose, sarna, sem hábitos de higiene e são encaminhadas para o posto de Saúde. As crianças não têm o hábito de urinar ou evacuar no banheiro Fazem nas calças. Tem muita criança que sofre de epilepsia ou convulsão.

Lazer

Seu Zé se refere às diversões da época: futebol e baile. Os bailes eram feitos em casas de família, com bebidas oferecidas pelo dono da casa. Seu Geninho cita os bailes da casa de Zulmira Paixão.

Praça de São Pedro da Serra – 2003
Foto Jorge Miguel

Aldereno Blaudt ajudou a fundar o Nova América, antecessor do Estrela do Mar. Jogavam amistosos com times da região: Santo Antonio, São Pedro, Lumiar, Palmeirinha, Boa Esperança, Galdinópolis, Santiago, Vargínia , Cardinot.

Seu Acir se refere à banda de Lumiar que tocava em dias de festa. Maurília Heringer informa que seu pai e seu tio tocavam na banda. Seu pai tocava clarinete. Refere-se a circos que passavam por São Pedro, às vezes permanecendo seis meses na área. Davam dois espetáculos por semana. Sempre com platéia lotada. Nelinho Martins tocava também na banda de Lumiar. Segundo ele a vida cultural era mais intensa em fins do século quando Lumiar possuía um prado, fábrica de charutos e bilhar. Seu Barroso dizia que

baile não é como hoje. *“Hoje é bagunça”*. Antigamente era cantoria durante a noite toda. Nos bailes: desafio, quadrilha, polca

Janice Blaudt dançou muito quando era nova. Gosta de futebol e ajuda materialmente o time de São Pedro. Visita os amigos, gosta também de ir a enterro.

Ontem e Hoje

Embora hoje nossas análises e diagnósticos apontem para um futuro difícil para a agricultura familiar local há ainda alguns que permanecem otimistas com a lavoura. Ainda que a agricultura como um todo tenha diminuído sua área cultivável, o rendimento agrícola é a base desta comunidade rural. No conjunto do distrito, os lavradores têm feito crítica constante à ação do IBAMA, em sua proibição de queimar a mata, e segundo os lavradores fazendo confusão entre área de pousio coberta por capoeiras e mata virgem.

As pessoas mais distanciadas da agricultura, moradoras da localidade em observação, como o grande comerciante vêm o futuro com otimismo, principalmente em função do turismo. Poucos camponeses que vendem no mercado a sua produção logram manter auto-sustentação alimentar. De um modo geral especializam-se em certos produtos cuja venda lhes fornece uma renda que serve para assegurar o seu consumo alimentar via mercado.

Casa rústica com antena parabólica

São Pedro da Serra – 2001 –foto Jorge Miguel

Todos os depoimentos dão conta de um processo intensivo de mudanças em suas situações individuais e no âmbito físico e social. Todos identificam um processo irreversível de transformação que altera todo o modo de viver local. Os críticos trazem a tona processos econômicos e sociais ameaçadores do futuro imediato. A nostalgia de tempos passados, a tranqüilidade sem os medos contemporâneos tem o seu valor. Evocam uma certa fartura. A tranqüilidade coexistia entretanto com um tempo de enormes dificuldades em que o trabalho excessivo não era suficiente para libertar a comunidade de carências básicas. Os tempos do progresso aparecem nos depoimentos com duas faces: a de facilitadores das condições de vida, eliminando enormes dificuldades dos tempos rústicos e um novo quadro de degradação social e ambiental. Num pequeno lugar deste planeta se vive o desafio de viabilização e alternativa de vida de pequenos povoados, e num plano mais global, a possibilidade de fixação do homem numa pequena aldeia rural integrada na modernidade capaz de reter a população em seus limites contribuindo assim para diluir a pressão explosiva nas grandes metrópoles.

Para uns que tem ganhado materialmente com a situação, tudo melhorou e o progresso passa a ser bem recebido. Para outros, mais críticos, o progresso tem uma dura face social e está conduzindo à desfiguração do lugar, à degradação ambiental e à produção de miséria local. A região outrora esquecida roça hoje se converte em pólo de especulação, em que sob o impacto do turismo e do progresso das comunicações e transportes, passa a viver intensos loteamentos, desmatamentos, poluição das águas. Ao mesmo tempo reestrutura-se socialmente com a emergência de uma nova elite endinheirada formada por comerciantes e alguns agricultores. Ao mesmo tempo o turismo transplanta valores culturais que desfiguram antigos modos de viver e freqüentemente são vistos como ameaçadores do antigo tecido social.

Seu Naziro acha que a situação do lugar piorou com os tempos modernos. Segundo ele, a situação do lavrador está prejudicada pela ação do IBAMA. A vida não tem a fartura de antes. Ele, por exemplo, tem muitas terras e não pode plantar. Na cidade não há mais emprego. A situação do lavrador está muito difícil. A pobreza está aumentando. No passado todos tinham fartura. Naquele tempo ninguém passava fome.

Um dos aspectos mais lembrados e lamentados é a passagem de um pequeno lugar, onde as famílias se conheciam pessoalmente, para um crescimento urbano local, que traz consigo o anonimato das relações pessoais. Há ainda quem lamente a penetração de novos costumes como por exemplo a invasão de drogas. O silêncio da natureza cede ante o barulho moderno. Trajano Blaudt: no passado S. Pedro era totalmente diferente. O ambiente de viver era outro. Era uma solidão. Você não escutava nada. Quando a noite chegava, era só grilo, hoje é barulho de carro. Naquele tempo, tudo era com sacrifício. Hoje é tudo modernizado. É tudo mais fácil.

A vida rural é vista com dificuldades crescentes que se manifestam no êxodo rural, na falta de empenho na atividade agrícola.

É quase unânime a constatação de que no passado as dificuldades e carências eram enormes, inclusive tendo-se conhecido a fome. São traços presentes nos depoimentos de dona Nena, Luis Mafort, Trajano Blaudt, Higino Caetano de Lima e Aldereno Blaudt.

Os egressos da cidade que vem para buscar a tranqüilidade rural não podem prescindir de elementos do progresso urbano. Vivem todos o desafio de se pretender a defesa ecológica conjugada a elementos de progresso de atividades. Um desafio.

Enfim uma população cujo passado foi marcado por dificuldades e sofrimento vê o “nosso lugar” se transformar em função de modernidade.

Tendo feito a identificação do velho modo de vida e indicado as tendências transformadoras passaremos a estudar no próximo capítulo as mudanças experimentadas por núcleos egressos

da colonização suíça e alemã. Todo o processo de vida agrária na região serrana está hoje em convulsão.

MODERNIZAÇÃO E CRISE RURAL

Um som de flauta rude
No que restou da terra comburida.
O sanhaço é nostálgica lembrança
De outro tempo, outra mata, noutra vida

Carlos Drummond de Andrade – Mata Atlântica

"Quando um país derruba montanhas, arrasa florestas, extermina espécies para obter moeda estrangeira nas exportações, apenas a renda é acrescentada ao PNB. Em nenhum lugar das contabilidades nacionais está a perda das florestas e o empobrecimento das riquezas minerais. Quando a destruição das florestas perturba culturas inteiras ou resulta em genocídio de povos indígenas, essas perdas irreversíveis não são contabilizadas. Os custos do controle da poluição, de acidentes, ou médicos quando a saúde da população se deteriora, também, são somados ao PNB, em vez de serem deduzidos. Esquecemos que também somos ricos quando precisamos de menos coisas e de menos dinheiro".
(José Lutzemberger – Introdução de Salve a Terra)

"Uma época termina; a da luta do homem contra a natureza; já só lhe resta conhecer-se e lutar contra si próprio. Só se for capaz de dominar-se poderá de futuro continuar a dominar a terra"
(Bernard Charbonneau - Jardim de Babilônia)

1. Aldeia de imigrantes e os desafios contemporâneos

O objeto desta parte é o exame do impacto das transformações decorrentes do desenvolvimento recente do Brasil sobre o sertão com conseqüente reacomodação de populações e distribuição de atividades resultantes dos novos níveis de desenvolvimento capitalista e industrial no Brasil. A expansão de mercadorias, amparada pela difusão das comunicações e transportes, alcançou partes recônditas do Brasil, daí resultando mudanças profundas no mundo rural.

Tomei como ponto de partida a histórica oposição entre ruralidade e urbanidade: a dicotomia entre roça e cidade. Confronta-se a relação entre um modo de vida mais próximo dos ritmos capitalistas e industriais, marcados pela produção serial, com aquela sociedade historicamente submetida a andamento menos ditado pelas exigências de mercado e cujas relações sociais encontram-se ainda hoje mais próximas do que foi identificado no capítulo anterior como "sociedade caipira".

No caso concreto, este é um novo capítulo do processo de assentamento e desenvolvimento de núcleos rurais descendentes de colonos imigrantes na condição de pequenos agricultores. Sob a

visão de longa duração, ele consiste no desdobramento do projeto colonizador e da forma como se desenvolveu a atividade dos descendentes suíços e alemães em meio a vários vetores formativos da realidade regional fluminense.

A histórica ocupação de uma região, hoje considerada de proteção ambiental, que ainda conserva remanescentes da Mata Atlântica e contem cabeceiras de grandes bacias hidrográficas, vive nova etapa em seu desenvolvimento. Os descendentes de colonos se encontram diante de novos desafios como a crise da agricultura familiar e o fim da sociedade tradicional, configurando-se a transição para uma nova ordem marcada por demandas ligadas ao turismo crescente, integração regional e nacional e revalorização das terras em função de novo afluxo de gente para estas áreas.

Estas mudanças são vistas tanto a nível microscópico, isto é, aquelas que envolvem o pequeno lugar, como macroscópico, que se relacionam com as tendências gerais do processo de modernização recente do Brasil.

Vencidas as propostas de reforma agrária da década de 60, fundamentadas na redistribuição da propriedade da terra, os interesses capitalistas, apoiados na política oficial após 1964, apostaram na chamada Revolução Verde: prioridade dos subsídios de créditos agrícolas para a grande propriedade; estímulo da grande produção agrícola, esferas agroindustriais, empresas de maquinários e de insumos industriais para uso agrícola, como tratores, herbicidas e fertilizantes químicos. A agricultura de exportação foi priorizada e os alimentos industrializados ganharam maior expressão no mercado de alimentos.[263]

Se de um lado se registrou crescimento vertiginoso da produção agrária, o seu custo social e ambiental representam graves problemas. Do ponto de vista social o investimento técnico veio acompanhado de desemprego, empobrecimento, êxodo rural, esvaziamento do campo, superexploração da força de trabalho rural, favelização de trabalhadores. Do ponto de vista ambiental: poluição e envenenamento dos recursos naturais, destruição dos solos, poluição das águas, devastação florestal e perda de biodiversidade.

Em matéria de alimentos, o verdadeiro problema hoje não é a quantidade. A sua produção cresceu mais rapidamente do que a

---

[263] Roberto José Moreira – *Críticas ambientalistas à Revolução Verde* em Estudos Sociedade e Agricultura, número 15, outubro 2000, pag. 44

população mundial, o que também ocorreu no Brasil.[264] A questão da fome hoje parece ser mais o resultado da falta de acesso da população aos meios para produzir os alimentos ou da falta de dinheiro para comprá-los. Esta realidade nos conduz a ver a questão de povoados que se fundamentam na pequena propriedade mais como uma questão social e ambiental do que econômica. Enfim não se trata de pensar estes núcleos apenas como resposta ao problema alimentar, mas principalmente sob nova atitude social em face do ambiente e do emprego.

A tendência do esvaziamento da população rural e inchação das cidades, já verificada de 1980 a 1991, acentuou-se nos últimos dez anos. A população rural que encolhera 0,67% entre 1980 e 1991 sofreu redução ainda maior de 1,3% na última década. Como um todo no Brasil a proporção de pessoas vivendo em áreas urbanas subiu de 75,6% (1991) a 81,2% , segundo o Censo de 2000.

Um fenômeno mundial tem sido a progressiva diluição da antiga diferença e oposição entre cidade e campo. Já em 1968, Mendras previa que, esta diferenciação se atenuaria na medida em que atividades antes urbanas seriam passíveis de serem realizadas no antigo espaço rural, assim como o rural poderia penetrar em espaços anteriormente citadinos.[265]

O meio rural brasileiro tende ser considerado cada vez menos como essencialmente agrícola na medida em que atividades tipicamente urbanas passaram a ser desenvolvidas no espaço rural. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios mostraram que a População Economicamente Ativa não agrícola do meio rural cresceu entre 1992 em 1997, enquanto a agrícola teve uma taxa de decréscimo de 2,2% ao ano no mesmo período.

O meio rural do nosso país, à semelhança do que ocorre em outras partes do mundo desenvolvido, tem experimentado crescente diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas. Enquanto as atividades agrícolas vêm reduzindo sistematicamente o nível de ocupação e gerando um volume de renda cada vez menor, as atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro vêm

---

[264] Ver Gian Mario Viulani – *"O Dilema dos Transgênicos"* em Estudos Sociedade e Agricultura, outubro 2000, nº 15, pag. 34

[265] Ver Henri Mendras – *A Cidade e o Campo; Sociologia do Meio Rural* em Maria Isaura Pereira de Queiroz organizadora de *Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, Zahar Editores,1969

aumentando o número de pessoas ocupadas e propiciando uma remuneração significativamente maior do que as obtidas nas atividades rurais ligadas à agropecuária tradicional. [266]

Considera-se uma transformação de mão dupla. Uma primeira tem como objeto o interior, assinalando aquelas mudanças que alteraram o modo de viver rural e as tradições arcaicas da sociedade brasileira. Uma segunda considera que as transformações que ocorrem no mundo rural afetam todo o modo de vida da sociedade brasileira. Em outras palavras a relação campo/cidade atinge a sociedade como um todo.

As transformações por que passa a vida rural em passado recente atingem hoje o corpo social, exigindo um novo relacionamento entre os poderes institucionais e a sociedade civil.

O desafio atinge a mentalidade e as noções de trabalho e progresso. E já despontam posturas que rompem as antigas noções civilizatórias que desprezavam a natureza e o trabalho rural. Há que se repensar os fundamentos filosóficos que associam progresso exclusivamente à cidade e que têm esquecido as suas bases públicas (sanemamento, preservação da natureza), desconsiderado o tempo de trabalho social e conferido valor desmesurado ao interesse privado.

A modernização local se manifesta nos padrões de produção e consumo da população, na influência exercida pelos meios de comunicação sobre a mentalidade e pelas mudanças que se verificaram no ambiente natural em virtude de novas relações entre a sociedade e a natureza. Mudam os padrões de integração de uma região cujo modo de vida estava adaptado às condições pré-industriais e limitada circulação de bens e mercadorias. A vida da roça passa a entrar no circuito moderno de relações mercantis e de comunicação.

Há também uma mudança no âmbito político e administrativo. Os antigos coronelismos e clientelismos que ligavam chefes locais a uma rede estadual perdem progressivamente terreno diante das novas demandas administrativas. A nova roça continua a ser dependente de instâncias decisórias situadas fora do seu espaço, mas tem agora que cuidar de atividades locais ligadas à escola, estradas, serviço médico. Possui particularidades que estimulam o turismo e a defesa do ambiente natural e requerem certo nível de descentralização.

No passado o campo foi desvalorizado como ambiente; sua população desprezada como jeca-tatu, caipira, roceira; suas

---

[266] Clauton Campanhola e José Graziano da Silva – *" O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro* em Joaquim Anécio Almeida e Mário Riedl (orgs. –*Turismo rural, lazer e desenvolvimento*, Bauru, SP, EDUSC, 2000, pag. 145 Ver Projeto Rurbano – projeto realizado entre 1992 e 1998, coordenado pelos professores oxsé graziano da silva e Rodolfo Hoffman do Núcleo de Estudos Agrícolas do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP).

energias drenadas para as cidades; o exercício do poder político extremamente vinculado aos poderes regionais e centrais. Enfim o desenvolvimento recente do Brasil foi marcado pela centralização econômica, política e cultural. Rompida a estrutural distinção entre roça e cidade pode-se perguntar em que medida isto afeta a cidadania local, criando-se maior espaço para a descentralização e participação comunitária. É de se esperar que a questão ambiental passe a exigir novos cuidados que se manifestem na atenção ao saneamento básico, poluição das águas, revigoramento das florestas.

Não residiria aqui a esperança de novas atitudes em relação à vida rural e ao ambiente natural? O mundo rural reúne possibilidades de deixar de ser o campo da ignorância e do analfabetismo, das insuficiências sanitárias e pode propiciar uma nova vida em que, ao contrário de certas projeções, seja capaz de se tornar fonte para um novo padrão de vida mais harmonizado com a natureza e propiciador de novas manifestações coletivas ligadas à festa, à dança e à criatividade artística.

Visto sob longo alcance este é o desafio a ser vivido por populações egressas da colonização suíça e alemã em áreas rurais de Nova Friburgo. Os descendentes destes primitivos colonizadores vivem hoje a alternativa de promover a realidade local, eu diria, de tentar um projeto de “aldeia feliz” em que a relação entre homens e natureza adquire importância crucial na defesa do ambiente natural. A memória e a valorização do patrimônio cultural adquirem um grande valor com conotações afirmativas da auto-estima da população para que não se verifique uma modernização corrosiva e destrutiva da sociedade local. A memória que se faz história. Os antigos conhecimentos sobre a natureza podem ser resgatados para a construção de uma nova comunidade local.

2. A era industrial e o mundo rural

O fenômeno que aqui denominamos de modernização compreende um modo de viver no qual a maior parte da população se volta para atividades secundárias e terciárias, concentrando-se principalmente nas cidades. Neste sentido, a modernização remonta à época da Revolução Industrial quando a vida humana se tornou cada vez mais dissociada do contato direto com a natureza e sujeita a um padrão técnico e de consumo mediatizado pelo mercado.

Uma das tendências já assinaladas por diversos estudiosos do mundo rural no contexto do desenvolvimento capitalista é a crescente subordinação da agricultura ao mundo industrial e submissão ao circuito do capital. O produto agrário torna-se o resultado da aplicação de insumos, fertilizantes, herbicidas e elementos biológicos. Este é um padrão triunfante no mercado. Compõe os custos de uma atividade cujo rendimento é perpassado pela engenharia agroalimentar e pelo agronegócio.

Ainda que diferenciadas as estruturas fundiárias e ocupacionais, pode-se perceber uma tendência generalizada à perda de elementos de autosustentação do mundo agrário. A agricultura

depende de preços que são estabelecidos fora de sua órbita e se concentra na produção daqueles bens destinados ao mercado. Tendem a desaparecer a policultura e as pequenas aldeias rurais, para adquirirem a feição de bairros periféricos de municípios urbanos. No lugar de comunidades marcadas pela interioridade de suas relações no âmbito da produção, circulação e reprodução da vida social, constituem-se núcleos agrários que produzem diretamente para o mercado, geralmente situado fora de sua própria localidade e de onde provêm produtos consumidos no espaço local.

Uma grande gama de bens e serviços passa a ser procurada fora dos limites territoriais de suas localidades. A morte da aldeia e do campesinato foi assinalada por Hobsbawm[267], como um traço típico das transformações do breve século XX. Tanto do ponto de vista populacional como econômico, a cidade absorve o mundo rural. Em termos de repartição da população por setores de atividade, a agricultura passa a ser responsável por um contingente cada vez menor da população economicamente ativa, o mesmo se verificando em termos de renda nacional.

Há inclusive quem fale em urbanização do meio rural, indicando verdadeiro fim daquelas condições em que moradia, trabalho e compromissos sociais conformavam um povoado rural. As pessoas vivem em cidades e o trabalho essencialmente agrícola é feito por trabalhadores que nelas habitam ou por parcelas muito reduzidas que vivem nas áreas rurais propriamente ditas, que por sua vez já não se distinguem das cidades.

Em termos culturais isto significa o fim do divórcio de condicões de vida entre cidade e campo. As instituições de reprodução social se mesclam com as urbanas e os padrões de vida e participação no universo de informações mediatizadas pela comunicação moderna anulam quaisquer discrepâncias entre cidade e campo.

"Modos de vestir, falar, agir, pensar, lutar, imaginar são impregnados de signos do mundo urbano, da cidade global"[268], assinala Octavio Ianni. Ao mesmo tempo em que o homem se afasta

---

[267] Eric Hobsbawm – *Era dos Extremos – O Breve Século XX - 1914-1991*, tradução Marcos Santarrita, 2ª ed., São Paulo, Companhia das Letras,1995, pags. 287-289

[268] Octavio Ianni - *A Era do Globalismo,* 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, pag. 50.

cada vez mais do contato direto com a natureza, seus hábitos de consumo são guiados por padrões condizentes com os ritmos e condições da vida moderna, estimulados e por vezes inventados pela mídia. Desfazem-se as ligações do homem contemporâneo com a realidade rural. Ritmos de vida, estações, influências da lua e das estrelas, alimentação tudo se faz como se a natureza não influísse mais sobre o homem.

O homem moderno passa a ingerir alimentos e medicamentos industrializados e a viver sob ritmos de vida inteiramente afastados de ritmos naturais. Daí as reações como as de Leonardo Boff, que pensa a esta dissociação em níveis filosóficos existenciais. Identifica na desfiguração do planeta a grande ameaça de perda da própria humanidade. Charbonneau, estudando as transformações da natureza em virtude da urbanização do próprio campo, afirma que quando ferimos a natureza é a nossa própria carne que rasgamos.[269]

As escolhas do homem contemporâneo estão delimitadas e submetidas à oferta manipulada por interesses empresariais. Antigas tradições alimentares transmitidas pelas próprias famílias, assim como conhecimentos caseiros são substituídos pela adesão aos produtos transmitidos pelas vias mercantis e veiculados pela indústria de alimentos e de fármacos. A assistência médica segue uma norma comum e padronizada na qual a química substitui o produto natural. É certo que hoje com a ampliação da rede de informações, o mercado está diante de uma pluralidade de ofertas, o que não impede de privilegiar as empresas cujas condições econômicas permitem manter uma posição destacada na publicidade. Alternativas alimentares e medicinais se confinam a segmentos minoritários da população. Assim como mudam as tradições rurais, a

---

[269] Ver Seatle (Chefe Índio)-*"Preservação do Meio Ambiente: manifesto do Chefe Seattle ao Presidente dos E.U.A,* tradução de Magda Guimarães Khouri, São Paulo, Babel 1987
Bernard Charbonneau - *O Jardim de Babilônia - os Campos, As Cidades, as Regiões e o Sentimento da Natureza na Sociedade Moderna,* tradução de José Carlos Costa Marques, Porto, Edições Afrontamento, 1969

vida caseira na cidade e no campo tende a se dissolver nas malhas do mercado.[270]

Nas cidades o homem respira e vive. E o ritmo das cidades se contrapõe ao da natureza, levando o homem moderno à criação de uma segunda natureza.

Embora a natureza venha sendo pressionada de modo cada vez mais intenso,[271] nunca se deve esquecer que o homem é simplesmente parte deste mesmo ambiente. *"Não é a terra que pertence ao homem, mas o homem é que pertence à terra"*, lembra o Manifesto do Chefe Seatle[272] Mudanças na salinidade dos oceanos, na atmosfera, nas florestas, nas águas abalam toda a estrutura do planeta tornando extremamente atual a formulação da pergunta de Charbonneau: *"Ontem esmagados pela ordem natural, iremos sê-lo amanhã pelo seu desmoronar?"*.[273] E o próprio Charbonneau adverte para as ameaças de destruição física a partir da destruição e poluição da natureza que pairam sobre o homem.

O homem troca a pressão natural pela social. A sua liberdade passa a ser condicionada pela organização social:

> *"A liberdade do homem estava submersa na natureza, e desprendeu-se dela; mas foi dela que saiu. A ciência limita-se a desviar o peso do meio físico por meio da pressão da organização social, numa necessidade que, sendo embora menos brutal, nem por isso é menos temível porque é fabricada por e para o homem"*

---

[270] Jorge Miguel Mayer – *Plantas: um campo a semear* , Saúde,sexo e educação, ano VI, nº 14, jul/ ago/set 1998 –pags 61-67

[271] Ignacio Ramonet-*Sauver la Planète*,em Le Monde Diplomatique, agosto de 2002; *O Planeta Pede Socorro*,Revista Veja,ano 35, nº 33, 21 de agosto de 2002; entrevista com Friedrich Wilhelm Gerstengarbe –por Graça Magalhães em O Globo, 18 de agosto de 2002 – *Cientista Alemão prevê caos no clima mundial.*

[272] Seatle (Chefe Índio)- *"Preservação do Meio Ambiente: Manifesto do Chefe Seatle ao Presidente dos E.U.A* tradução de Magda Guimarães Khouri, São Paulo, Babel, 1987,

[273] Bernard Charbonneau - *O Jardim de Babilônia - os campos, as cidades, as regiões e o sentimento da natureza na sociedade moderna*, tradução de José Carlos Costa Marques, Porto, Edições Afrontamento, 1969

Vive-se hoje uma situação absolutamente nova e que exige uma nova atitude em face da natureza sob pena de se por em risco a própria vida social.

> *"Ontem era-nos necessário defender a parte do homem contra as potências da natureza, hoje é necessário defender a parte dela, respeitar o seu jogo, caso necessário, o seu mistério."*[274]

Visto do ponto de vista ambiental, a exploração desenfreada das terras e a adoção de insumos venenosos juntamente com a destruição florestal promoveram enormes problemas cujas conseqüências alcançaram as cidades. O lugar dos pequenos povoados rurais se modifica incessantemente no mundo. Criam-se redes envolvendo o mundo rural que, tanto do ponto de vista da produção como do consumo, passam a pertencer a um mundo único com seus ritmos de atividade e normas de reprodução econômica e social

A produção agrária deve alimentar bilhões de pessoas vivendo em áreas urbanas. Bilhões são apenas consumidores de alimentos e medicamentos e, como tal, supridos por empresas especializadas na transformação de bens agrícolas através da tecnologia de alimentos que, passando pelos supermercados, chega ao consumo individual. A pressão sobre os recursos naturais afeta o ambiente. Anunciam-se graves problemas derivados da poluição atmosférica, mudanças de temperatura, contaminação alimentar por inseticidas, vermicidas e transmutação genética. A terra se encontra mais ameaçada e o poder das mercadorias invade todos os rincões do globo, homogeneizando áreas, devastando florestas e destruindo a biodiversidade do planeta. A disponibilidade e qualidade da água emergem como questões básicas da sobrevivência da humanidade.

A intervenção de fatores de risco na natureza e na agricultura levou o sociólogo inglês Anthony Giddens a elaborar uma lista de precauções:

> *Monitore continuamente o conteúdo de todo tipo de água que você consuma: qualquer que seja a fonte de que ela provenha, pode estar contaminada. Nuca aceite tranqüilamente que a água engarrafada seja segura, ainda mais se ela estiver em garrafa*

---

274 Charbonneau – *Obra citada, pag. 167*

> *plástica. Destile a égua que você vai consumir em casa, pois a maior parte dos serviços de água encanada costuma estar contaminada. Tome cuidado com tudo o que você come. Evite peixe que é uma fonte preferencial de contaminação, assim como as gorduras animais, quer estejam no leite, nos queijos, na manteiga ou na carne. Compre frutas e legumes produzidos organicamente ou plante-os você mesmo. Jamais compre quaisquer produtos de lojas ou supermercados sem verificar se eles vaporizam as mercadorias com pesticidas, o que é uma prática amplamente difundida.*[275]

A construção deste "Admirável Mundo Novo" passa pela degradação de antigas formas de vida que mal ou bem puderam nutrir a sociedade e que tiveram muitas vezes relativa autonomia em face do mundo urbano onde se instalou a sede econômica, política e cultural do mundo moderno. Segundo Leonardo Boff a consciência humana já superou os modelos ou paradigmas antigos, tornando-se necessário rever a atitude em face da terra, conseqüentemente reavaliar os padrões econômico-sociais que privilegiaram nações, grupos e setores econômicos em detrimento de toda a humanidade.

> *"Somos confrontados com uma terrível bifurcação: ou nos fechamos no paradigma passado, nos estados-nações, nas políticas parcializadas, no bem comum meramente humano, quando não classista, nas instituições religiosas fechadas em si mesmas, no local, portanto na dimensão galinha. Ou nos abrimos ao paradigma novo, à sociedade mundial, à política planetária, ao bem comum terrenal, à espiritualidade cósmica, ao global, portanto à dimensão águia"*[276]

A preservação da natureza tem a ver com o modo como se organiza a sociedade nas chamadas áreas florestais e rurais. Tomando por base a sociedade rural fundamentada em padrões

---

[275] Citado por Nicolau Svecenko – *A Corrida Para o Século XXI: no Loop da Montanha Russa,* São Paulo, Companhia das Letras, 2001, pag. 97

[276] Leonardo Boff – *O Despertar da Águia - Dia-bólico e o Sim-bólico na Construção da Realidade*, Petrópolis, RJ, Vozes, 1998, pag. 117

tradicionais de cultivo e de relacionamento social pergunta-se quais foram e podem ser as estratégias de sobrevivência.

3. Terra e Capitalismo no Brasil

O interior contrastava com a cidade. Sertão e civilização; cidade e roça; tradição e progresso constituíam antagonismos históricos. Politicamente o interior era um bastião do conservadorismo formado por interesses de proprietários e oligarquias que serviam de anteparo contra interesses populares e conferiam força à perspectiva de controle social da burguesia urbana.

O tradicionalismo rural servia ao estilo de modernização conservadora permitindo a histórica aliança que uniu interesses de expansão do capitalismo à tradicional ordem rural. No plano político, as oligarquias rurais auxiliavam na sustentação de uma ordem social capaz de se munir contra as demandas dos trabalhadores. Apesar da aliança PSD-PTB forte no período 1945-1964, pode-se dizer que o apoio das oligarquias de um lado assegurava governabilidade e por outro representava uma barreira ao próprio trabalhismo. A aliança entre interesses urbanos e industriais e o poder rural foi reeditada modernamente. Não é isto que esteve por trás da aliança entre o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL)?

A chamada modernização brasileira se fez produzindo degradação rural. (fenômeno mundial). A paisagem foi destruída em favor de pastos e plantações agroexportadoras e mercantis. O êxodo rural alcançou dimensões enormes em torno de 40 milhões de pessoas entre l960 e 1990. O pequeno agricultor não pôde concorrer com o grande e foi pressionado em seu padrão de vida e posse de terras. Ele parte para a cidade engrossando a miséria do subemprego.

O mundo rural respondeu às demandas modernizantes sem desconcentração da estrutura da propriedade fundiária, com ampliação de equipamentos, abuso de agrotóxicos e poluição das águas.

> “O parque de tratores saltou de cerca de 61 mil para mais de 527 mil entre 1960 e 1980, com amplo predomínio de equipamentos

médios e pesados. Em 1960, havia 470 há/trator e este número passa para 97 em 1980. Mesmo nos períodos mais recentes essa tendência se manteve. Em 1995, cerca de 512,1 mil estabelecimentos rurais (10,5% do total) possuíam tratores totalizando 803,7 mil unidades, 138,5 mil unidades a mais do que em 1985"[277]

Os sistemas de parceria, colonato e de moradores praticamente desapareceram neste período. Para se ter uma idéia do caráter desempregador do atual modelo agrícola "entre 1985 e 1995, cerca de 5,5 milhões de ocupação em atividades agrícolas foram eliminadas! De 23,4 milhões em 1985, passamos a 17,9 milhões de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas em 1995"[278]

Em relação ao emprego de agrotóxicos, seu consumo aumentou em 276,2%, frente a um aumento de 76% da área plantada. Na última década o consumo aumentou de U$1,0 bilhão em 1990 para U$ 2,18 em 1997.[279]

No plano econômico a mescla casa/unidade de produção que favorecia a estrutura hierarquizada da família, com o pai chefiando os trabalhos de produção agrícola, a mulher e filhos envolvidos na própria atividade agrária, tudo isto se modifica deixando a casa de ser unidade de produção. Embora em geral não faltasse o alimento neste passado rural, faltou a cultura alimentar capaz de evitar a doença, bem como inexistiam condições de participação no mundo, o que se traduzia em carências diversas como falta de condições de ensino e mesmo de saúde.

No caso concreto da produção da vida rural na região serrana fluminense, é preciso considerar que os herdeiros da colonização suíça e alemã mergulharam numa entropia rural que entrelaçava a economia de subsistência com a pequena produção mercantil. Sintetizando a evolução dos núcleos descendentes de colonos suíços e alemães, devemos observar que, não obstante as

---

[277] Carlos Eduardo Mazzeto Silva – *Democracia e Sustentabilidade na Agricultura: subsídios para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural*, Rio de Janeiro: Projeto Brasil sustentável e Democrático, FASE, 2001, pag. 24

[278] Carlos Eduardo Mazzeto Silva – *Obra citada,* pag. 25.

[279] Carlos Eduardo Mazzeto Silva – *Obra citada*, pg.28

expectativas de introdução de inovações técnicas e sociais mediante a imigração européia, o projeto colonizador não logrou desvencilhar-se do peso herdado da tradição escravista no meio rural brasileiro.

Configurou-se um quadro de exploração e "caipirização"[280] do núcleo social. Exploração, no sentido em que a remuneração do trabalho camponês era muito limitada - os produtos alimentícios sofriam a pressão para baixo dos atravessadores. Os baixos preços alcançados no mercado contrastavam com os dos objetos que deveriam comprar. "Caipirização" na medida em que os objetivos da produção não eram o mercado e enriquecimento, criando-se uma mentalidade menos sujeita ao espírito de rendimento capitalista.

Considerando a fase industrializante do país, podemos considerar que a população rural, como um todo, não teve benefícios trabalhistas e foi limitada a assistência médica e educacional. Configurou-se um quadro marginalizador que atingiu em cheio a população de pequenos produtores rurais que se mantinham afastados do núcleo urbano.

O quadro local dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra nos mostra que nos vales, entre as altas montanhas da região serrana de Nova Friburgo, famílias de descendentes de colonos mantiveram-se atrelados a um padrão técnico rudimentar até a década de 70. Concentrados numa atividade que combinava pequena produção mercantil com a subsistência, foram também fontes de provimento de força de trabalho para a cidade. Ao mesmo tempo, sob certas conjunturas favoráveis intensificavam a agricultura expandindo o cultivo de terras em detrimento da Mata Atlântica.

Esta realidade "caipira" manteve até a década de 70 padrões absolutamente roceiros, tanto em relação à produção agrícola como ao modo de viver doméstico: produção agrícola extensiva, cavalos no transporte, lamparinas, fogão à lenha, ritmos de alimentação próprios etc. A partir da inserção na realidade moderna através da introdução da eletricidade, da comunicação e do turismo, a realidade agrária que já estava em crise, teve novo desdobramento. Alguns proprietários agrícolas lograram acumular capital e investir na própria produção. Porém, grande parte ficou comprimida entre o aumento das despesas e ganhos limitados em virtude do

[280] O conceito de caipira foi desenvolvido no capítulo anterior, bem como a aplicação do conceito ao caso local

controle comercializador. Diante da situação crítica passaram a vender terras para os turistas. Quando bem sucedidos, construíram casas para alugar.

Na medida em que se abriam maiores possibilidades de venda, ampliava-se a área de cultivo o que era feito de modo extensivo. A partir da década de 70, esta expansão recorreu crescentemente à adubação e ao uso de defensivos agrícolas – os agrotóxicos. De qualquer modo o crescimento agrícola foi feito principalmente através de incorporação de mais terras, o que se fez em detrimento da Mata Atlântica.

Não obstante as especificidades locais é possível identificar tanto na formação do núcleo rural quanto no seu desenvolvimento traços presentes na relação entre a sociedade e a terra muito ligados ao modo como se verificou o processo de modernização brasileira. Trata-se de uma drenagem de recursos da terra e da agricultura para o mundo urbano e no plano político o fortalecimento de instâncias estaduais e centrais em detrimento do âmbito local.

Há mudanças locais que sinalizam uma situação mais geral que envolve relações mercantis e urbanas. O campo adquire novas feições em função das características assumidas pelo desenvolvimento capitalista e pelo crescimento urbano. Daí a pressão sobre a natureza, alterações ambientais, novo fluxo de ocupação de terras, mudanças na composição e reprodução populacionais. Num contexto em que população brasileira tem se concentrado cada vez mais na cidade, pergunta-se como se estruturará a ordem rural e quais as perspectivas de assegurar a reprodução da população sob as novas condições de comércio, comunicação e relações com a cidade.

No caso está em questão a sobrevivência de uma cultura vinculada diretamente à natureza. Sua preservação e caminhos passíveis de serem seguidos dependem muito do modo como se organizará a vida local em termos de relativa autonomia em face dos centros mais desenvolvidos, o que nos remete à estruturação da produção e consumo locais. O fortalecimento de órgãos locais, o

provimento de elementos que assegurem uma reprodução social harmonizada com a natureza; enfim a viabilidade de um pequeno povoado é o desafio resultante da configuração de novas condições de vida.

O poder local respondeu às condições históricas determinadas. Em épocas pré-industriais, marcadas pela presença da vida rural, pela comunicação e transporte lentos, o poder local se estruturou com ligação com o poder central. Casava-se por exemplo, na era imperial o poder das elites locais com o estabelecimento de laços de apoio recíproco entre poder central e local. No plano econômico, a tradição agrícola e sua veiculação ao mercado tanto externo quanto interno mantinham-se sob contínua estagnação rural.

Era a área rural palco de limitada circulação monetária interna e precária diversificação de atividades. A centralização beneficiava cidades-capitais econômicas e administrativas em detrimento de áreas mais distantes que ficavam à margem de possibilidades de progresso. No dizer de Joaquim Nabuco:

> *"Os progressos da vida interior são nulos em trezentos anos de vida nacional. As cidades, a que a presença dos governos provinciais não dá uma animação artificial, são por assim dizer mortas. Quase todas decadentes. A capital centraliza todos os fornecimentos para o interior".*[281]

Com os modernos fatores de integração, ao mesmo tempo em que se amplia a interação global, torna-se mais difícil manter governos centralizados. É preciso mudar o pacto entre instâncias centrais, regionais e locais. E admitindo-se uma conscientização da população, pode-se supor tendência à crescente participação das comunidades na gestão local.

---

[281] Ver Joaquim Nabuco – *O Abolicionismo,* Edição Fac-Símile (1883), Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1988 pags. 140-170

O município teve sempre pouca expressão política[282]ao longo da formação histórica brasileira. È possível que uma nova relação entre o local e o global possa favorecer uma descentralização política. Como a sociedade reage diante da progressiva interação com centros mais desenvolvidos que em rede integram a nação? Como se harmonizam poderes locais com os nacionais presentes no âmbito da água, da energia elétrica, da telefonia, do transporte. A roça outrora iluminada à luz de lamparinas e da lua passa a ser atravessada pela rede elétrica. Chega agora a telefonia. Estradas pavimentadas desembocam nas sedes dos distritos inserindo o distrito num mapa integrado.

Vive-se o desafio da permanência de comunidades atreladas à vida rural. Como conciliar as particularidades de um pequeno povoado com a inserção numa estrutura capaz de oferecer aos seus habitantes qualidade de vida material, informativa e espiritual? Como preservar a mata, a limpidez das águas e a biodiversidade num contexto fisicamente atravessado por automóveis, luz elétrica, rumores? Como resolver novos problemas de saneamento básico, do destino dos dejetos humanos e do lixo? Se o progresso técnico viabiliza o desenvolvimento local, como isto pode ocorrer sem que o homem perca ligações com a mãe-natureza?

A transição da roça para novos padrões não permite que se possam reproduzir as relações de produção e os limites tecnológicos do passado. O processo transformador de antigo modo de produção está em curso em todo o território nacional. A continuar com o inchamento das cidades e o modo como se está transformando a realidade rural, resulta uma tendência ao empobrecimento social e ambiental, certamente diferente de outra opção que levando em conta a riqueza ainda existente da biodiversidade brasileira, pequenos e médios povoados logrem uma vida social auto-sustentada e com acesso a padrões educacionais, sanitários e ambientais que permitam um crescimento demográfico dentro de condições dignas.

Apesar da existência de um processo marcado pela crise da pequena produção rural, degradação ambiental e por nova estrutura

---

282 Ver Victor Nunes Leal – *Coronelismo Enxada e Voto.* O autor demonstra o quanto o município esteve monetariamente sem recursos e politicamente sem efetivo poder.

distributiva de renda, há condições para o fomento de nova estruturação social que articule a organização da sociedade em cooperativas e associações com o setor público viabilizando pequenos produtores. Pensamos a utopia de uma “aldeia feliz” com equilíbrio entre o privado e o público e tendo possibilidade de crescer harmonicamente em meio às condições naturais o que é importante para a identidade do local e para saúde física e espiritual da localidade.

Consideramos que a visão histórica permite-nos perceber o movimento da realidade, rompendo retratos estáticos. As tendências futuras estão contidas na mentalidade e na visão de sua própria história, isto é, a revisão da história redesenha o futuro. A reflexão histórica permite também confrontar realidades rurais em tempos pré-industriais, industriais e pós-industriais. Pode ser a fonte para o confronto entre o antigo e o moderno, permitindo-nos trabalhar o desafio de afastar as nuvens sombrias de nossos tempos. Através de reflexão sobre o que está acontecendo com a água, a terra, a agricultura e com a população rural, pode-se chegar a um indicativo de atuação e trabalhar efetivamente pela sobrevivência de elementos básicos da saúde física, social e espiritual do local.

Se determinado paradigma se manifesta em níveis de degradação da saúde, somos levados a investigar o próprio paradigma e perceber dentro dele seus elementos constituintes básicos. A visão histórica favorece o diagnóstico e conseqüentemente a cura do doente.

Daí o objetivo de se perceber em sua historicidade as mudanças locais e a sua ligação com processos mais gerais que advêm do modo como a sociedade contemporânea passa a funcionar. No caso concreto, estamos operando com as respostas dadas pela sociedade como um todo e, sob limites locais, às pressões advindas da comercialização agrícola, do turismo, da telecomunicação.

O mundo rural do tempo da enxada, do fogão de lenha, do cavalo está em transição para um outro tempo no qual a agricultura tende a elevar seu nível tecnológico assim como as relações

predatórias usuais com a natureza tornam-se um problema que atinge diversos segmentos sociais no próprio mundo rural.

Socialmente vive-se uma convulsão, na medida em que pequena produção familiar enfrenta novas dificuldades para alcançar a renda mínima necessária para assegurar um padrão de vida que não se pode contentar mais com um casebre, um violão e o cigarro de palha.

A invasão da modernidade no mundo rural tem conduzido muitos observadores à visão de um caminho catastrofista: morte do campesinato, exclusão social, desmatamento, poluição das águas. De certo modo pode-se reverter este quadro e contrapor possibilidades alternativas de uma sociedade livre, criativa e integrada ao seu ambiente. Eis o desafio.

A questão da pequena propriedade, da produção familiar, de uma sociedade com vida própria local, com terra e ambiente bem zelados tem sido recorrente entre observadores e críticos da estrutura agrária brasileira desde a época em que o binômio latifúndio-escravidão deixava um espaço mínimo para aldeias camponesas. Quantos não criticaram o mundo rural como uma área degradada, geradora de fome e miséria?

Ao mesmo tempo depositaram no pequeno camponês, interessado diretamente na sua produção, a esperança de progresso e níveis mais participativos de cidadania. Esta foi a posição de José Bonifácio quando, em l823, percebia a ação desastrosa da escravidão sobre a agricultura e a sociedade. Com lucidez identificava na escravidão a fonte de despotismo político e preconizava a pequena e livre agricultura como a base para a regeneração produtiva e construção democrática da nação.

Em oposição à disparidade social no campo é recorrente em nossa história a visão de uma agricultura próspera sob direção de pequenos agricultores. Na medida em que o pequeno proprietário não conseguiu realizar esta visão, trata-se de repensar a agricultura global para além das dimensões físicas do produtor, possivelmente incorporando níveis de socialização da produção e de organização

de cooperativas e formas socializadas de produção, comercialização e consumo.

Desaparecem o “caipira” e a própria roça no Brasil. A pequena agricultura se empobrece. A policultura cede à agricultura voltada para o abastecimento de núcleos extra-locais. O outro lado da moeda é que antigas estruturas políticas baseadas no poder senhorial também se encontram ameaçadas. Práticas antigas se tornam antiqüadas e os padrões de política local com seus caciques e chefes, manipuladores da renda e dos negócios locais tendem também a se esboroar.

Há uma capacidade produtiva vertiginosa que supera as condições de mercado. Daí derivam inúmeros problemas econômicos que pressionam a vida social. Esta por sua vez se vê diante de novos desafios que exigem novas atitudes. De um lado, a redução de bens comuns (terra, florestas, águas) à condição de mercadorias favorece o acesso escalonado, conforme a renda, a estes bens. Por outro, do ponto de vista social e humano, segmentos da população local, privados dos seus meios tradicionais de sobrevivência, geram bolsões de miséria e o contingente dos “Sem-Terra”.

4. A agricultura familiar

No Brasil, o mundo da roça se está perdendo. Com o declínio do campesinato, cai também o patrimônio cultural da vida roceira. Tradições antigas vinculadas à culinária, festas, curas e conhecimento da fauna e da flora desaparecem sob novo estilo de vida que tenta ser imitativo da cultura propalada pela mídia. Esta mesma onipresença midiática tende a desfigurar canções, músicas, danças e festas em geral. Por outro lado, antigas tradições enquistadas em afastados rincões rurais entram em contato com as massas urbanas, criando-se uma recíproca influência cultural. Enfim se de um lado aumenta no meio rural a absorção de valores consolidados no mundo urbano, por outro este mundo passa a incorporar práticas rurais, formando-se assim uma tendência à maior diversificação cultural tanto no campo como na cidade.

Apesar dos tempos contemporâneos facultarem o conhecimento de antigas tradições e até mesmo assimilação por parte de cidadinos daquelas que permaneciam ocultas nos grotões interioranos, o interior se modifica absorvendo traços culturais urbanos. Posso dar um exemplo. A penetração de portadores da cultura cidadina na Amazônia tem levado para as cidades ritos e religiões amazônicas como se verificou no caso do Santo Daime. No plano da música, novos ritmos são incorporados, assim como elementos culinários, mas isto não impede a adoção nos mais longínguos rincões de novos costumes que pressupõem uma nova ligação com o mercado.

Sem se ater à questão cultural e identidades camponesas, Vanessa Lopes toma a transformação do mundo agrário, como ponto de partida de seu estudo sobre a *"pluriatividade"* do homem do campo. Focaliza a nova situação rural verificada nos países centrais. Explora conceitos como pequeno produtor, pequeno agricultor, pequeno proprietário. Caracteriza a agricultura familiar como traço essencial da agricultura européia e norte-americana. Não é tanto o tamanho da produção agrária, mas as relações sociais permeadas pela família que definem a estrutura agrária. A agricultura familiar é o local onde se configura uma unidade de produção e consumo, onde relações simultâneas de propriedade e trabalho impedem que se considere o campesinato como uma unidade econômica baseada nas relações de produção típicas do capitalismo (trabalho assalariado) embora esteja vinculada ao capitalismo através do mercado e dos princípios acumulativos e investidores.

A família é uma unidade simultânea de produção e consumo e os princípios de alocação de recursos tecnológicos, ainda que possam ser condicionados pelo desenvolvimento global do capitalismo, apresentam especificidades que se traduzem na vigência de uma lógica interna não capitalista em aspectos tais como a distribuição da renda auferida e atividades existentes no seio da estrutura reprodutiva da família e da produção. Esta foi a posição de Chayanov. No seio da agricultura familiar existe uma diversidade de situações derivada das dimensões da terra, do seu

controle familiar, da aplicação tecnológica e da distribuição de atividades no interior da unidade produtiva.

A autora indica que a estrutura familiar parece dominar a agricultura contemporânea no mundo capitalista e industrial. E nesse sentido parece fugir às tendências da agricultura sob o desenvolvimento capitalista como anteviram Lenine e Kautsky. Para estes, o camponês, detentor do controle dos principais meios de produção, sob o impacto da concorrência capitalista, evoluiria ou no sentido da transformação em empresa capitalista com a proletarização da maior parte do campesinato, ou simplesmente desapareceria enquanto unidade autônoma de produção. Enfim a tendência à empresa liquidaria a unidade familiar. No caso de algum sucesso, criar-se-ia a típica relação capitalista em que camponeses se converteriam em empresários comandantes do trabalho e extratores da mais-valia produzida por outros camponeses convertidos em agricultores assalariados. Enfim alguns camponeses se transformariam em empresários enquanto outros em conseqüência da perda de sua terra, disputariam o trabalho assalariado uma vez que nada possuem além de sua força de trabalho para ser vendida.

Inegavelmente a agricultura moderna com sua inserção no mercado, portadora de tecnologia, cujo acesso pressupõe capital, foge dos antigos padrões de acumulação. Trata-se hoje de uma agricultura empresarial. Além da empresa rural empregando uma massa fixa e/ou flutuante de mão-de-obra, a produção familiar subsiste. No caso da empresa familiar, conserva-se o patrimônio rural, como quem gere uma empresa. Enfim ao invés de simples diluição na proletarização, a estrutura familiar se preserva na atividade agrária. Pode-se inclusive perceber que nos países de capitalismo avançado existe uma grande quantidade de pequenos proprietários e produção familiar que asseguram a renda agrícola e a produção alimentar. Não obstante este traço familiar, trata-se de uma agricultura inteiramente dependente do mercado e estruturada tecnologicamente segundo as determinações do sistema capitalista.

Em seu estudo recente sobre *“A Era do Globalismo”,* Octavio Ianni reconhece que a pequena produção e a propriedade familiar continuam presentes na estrutura agrária dos países capitalistas avançados. Considera entretanto a tendência à conversão em empresa capitalista:

"dada a natureza semi-industrial da maior parte das atividades agrícolas, o trabalho familiar, suplementado pelo trabalho assalariado sazonal, continuou viável e competitivo face ao uso do trabalho assalariado em tempo integral dos fazendeiros capitalistas. Mas isso se está modificando. Uma expansão gradual da agricultura empresarial está ocorrendo, tendo porém como ponta de lança as propriedades familiares maiores, que estão ampliando sua área de terras cultiváveis, fazendo grandes investimentos de capital e recorrendo, em proporções crescentes ao trabalho assalariado"[283].

Nos países de capitalismo avançado a agricultura familiar está inteiramente submetida à lógica capitalista na medida em que contabiliza os insumos recebidos de setores industrializados, vende para o mercado, muitas vezes produzindo diretamente para unidades transformadoras — as indústrias de alimentos. E por vezes mantém trabalhadores assalariados. Enfim está inserida na ordem produtiva do capitalismo, figurando simultaneamente como produtora e consumidora.

É produção familiar bem diferente daquela aldeã, na qual a família produtora se integrava numa ordem em que recebia e fornecia elementos da própria aldeia em que residia. Estamos distantes da velha aldeia rural, com sua formação cultural própria, suas festas tradicionais, seus ritos agrários. O historiador Emmanuel Ladurie afirma claramente que

"a civilização urbana tem aspectos destruidores; de certa forma destruiu bastante, quanto mais não seja pelo êxodo rural."[284]

Mesmo reconhecendo a invasão de técnicas modernas, de motocicletas no meio rural, na generalização da cultura autidovisual, Ladurie considera que, ao lado de persistentes nichos das antigas tradições rurais, existe um novo campo que tem as suas particularidades culturais:

"Diversas estruturas subsistirão. Por outro lado não é só o campo que está em causa. A percentagem de franceses que vivem nas cidades pequenas e médias, de menos de vinte mil habitantes não diminuiu de 50 anos para cá. Do ponto de vista da conservação de um modo de vida relativamente tradicional, esse conjunto de cidades pequenas,

---

283 Octavio Ianni - *Obra citada*, pag.40

284 Emmanuel Le Roy Ladurie - *O Campo e Seus Valores* - entrevista concedida a O Correio da Unesco, ano 11, nº 8, agosto de 1983

completado pelo campo parece ser o depositário de uma certa continuidade"[285]

Vanessa Lopes Teixeira[286] e Virgínia Villas Boas[287] sentiram necessidade de se reportar ao quadro agrícola nacional para situar o local. E para que o retrato não ficasse estático, para que se pudesse perceber o movimento da realidade, recorreram à história.

Ambas teses partem das características próprias da produção camponesa e daquelas unidades rurais que foram caracterizadas como agricultura familiar. O traço mais característico, que especifica o campesinato em relação ao modo de produção capitalista, é o fato do trabalhador rural não vender a sua força de trabalho e sim o produto de seu trabalho. Enquanto o camponês cultiva a terra, muitas vezes de sua propriedade, vendendo os seus produtos, o operariado vende a sua força de trabalho, não tendo controle sobre o produto final de sua produção. Este marco abriga uma série de situações rurais diferenciadas: pequeno produtor com área mais ou menos extensa; produção diretamente com o auxílio de sua família ou com parceiros. Pode-se verificar inclusive a situação típica do modo de produção feudal que persiste em algumas áreas no Brasil. (pagamento de foro, de parceria).

No mundo do feudalismo, era comum o camponês produzir, tendo que pagar uma parcela ao senhor da terra em trabalho, renda monetária ou espécie. No Brasil ocorrem também situações em que o camponês deve pagar parte da produção ao dono da terra, variando esta parte segundo o adiantamento feito pelo proprietário. Assim o camponês-produtor pode estar obrigado a pagar a *meia* se o proprietário participar do ato produtivo com as sementes (a planta) ou a terça, se todas as despesas do plantio correrem por conta do usuário da terra do senhor. Nem mesmo as várias definições aplicadas ao camponês, como pequeno agricultor, pequeno produtor, parceiro, agricultor familiar dão conta da diversidade de situações sociais.

---

[285] idem - pag. 2

[286] Vanessa Lopes Teixeira - *Pluriatividade e Agricultura Familiar na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro,* tese de mestrado no curso de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, sob orientação da professora Dra. Maria José Teixeira Carneiro em setembro de 1998

[287] Rego, Virgínia Villas Boas Sá - *"Mundos em Confronto: O Desenvolvimento do Capitalismo e a Educação numa Comunidade Camponesa"*- Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1988

Virgínia Villas Boas salienta o aspecto transferidor de renda que marca a posição do camponês ou pequeno proprietário no quadro rural. Lembra a situação de foreiro ou parceiro, em que boa parte da produção é diretamente transferida ao proprietário. Mas também o pequeno proprietário está sujeito à transferência de renda para outros segmentos sociais. Em geral em função da fragmentação de produtores em face do comerciante ou "atravessador", é a este que compete a definição de preços, de tal maneira que a maior parte do preço final do produto agrícola é apropriado pelo comerciante ou pela cadeia comercializadora.

A expropriação do campesinato, através das metamorfoses ocorridas na agro-pecuária, foi considerada por Marx um dos vetores que deram origem ao capitalismo. O camponês não agüentou o peso dos custos deixando as terras ou delas simplesmente sendo expulso. O fenômeno propiciou de um lado a subordinação clara da agricultura ao capital, e por outro a disponibilidade de mão de obra necessária para a produção fabril e para o trabalho assalariado.

Ao longo do desenvolvimento capitalista, Kautsky chamou a atenção para as particularidades da produção e da sociedade agrária. Percebeu na existência desta categoria um elemento chave da política de alianças do proletariado em sua luta anti-capitalista. Na medida em que os camponeses procuram resistir às pressões vindas do capital inclusive as que induzem à sua proletarização, explicar-se-ia uma tendência a aderir à posições conservadoras com o objetivo de bloquear as conseqüências da industrialização sobre o campo.

Vanessa Teixeira Lopes sublinha que o curso do mundo rural nos países desenvolvidos obedeceu a uma orientação diversa do fim da pequena propriedade rural. Sem se dar conta de que a população rural passou a representar uma fração pequena da população economicamente ativa, considera que a produção familiar passou a predominar nestes países.

No caso brasileiro, a concentração fundiária é um dos traços marcantes da produção agrária brasileira. Ainda que a

pequena produção seja responsável pela produção de uma série de alimentos, o binômio grande-propriedade/minifúndio tem feito do minifúndio uma área de pobreza rural de onde certamente provem a maior parte do êxodo rural. Os dados mais recentes mostram que em 1995, os estabelecimentos com mais de 1000 ha (1% dos estabelecimentos) ocupavam 45,1% da área, mais do que os 44,1% que ocupavam em 1985. Por outro lado, aqueles estabelecimentos com menos de 100 ha, representando 89,3% do total ocupavam 20,0% da área em 1995, menos do que os 21,2% que ocupavam em 1985.[288]

Virgínia Vilas Boas se reporta à agricultura da década de 60 e 70, quando a grande propriedade foi beneficiada em termos de créditos e passou a ser a área preferencial de investimentos agrícolas tanto na agricultura como na pecuária. (Revolução Verde). Com o crescimento do mercado interno e externo para os produtos agrícolas se criou o estímulo de modernização da empresa rural. E como, por tradição histórica, a agricultura mais rentável em termos de acumulação de capital se fez sob padrões da grande propriedade, a política de modernização favoreceu a grande propriedade que concentrava terra e capital e assim poderia promover a aplicação de grandes investimentos tecnológicos e operar em escala.

Os custos diminuem deixando ao pequeno agricultor maiores dificuldades de concorrência. A política de comercialização impondo preços baixos para a agricultura também beneficiava o grande produtor que, pela economia de escala, compensava os baixos preços. Dessa maneira se conciliava de certo modo a grande lavoura com uma política de transferência de renda da agricultura para o meio urbano. A pequena agricultura fornecia mão-de-obra saltuária e mesmo alimentos a preços cujo ganho maior era drenado, via comércio, para as cidades.

Expande-se no campo uma agricultura de uso intensivo de capital e limitado emprego rural. Isto no dizer de João Pedro Stédile é o modelo americano. *"Quem quer fazer uma agricultura*

---

[288] Carlos Eduardo Mazzeto Silva – ***Democracia e sustentabilidade na Agricultura: subsídios para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural,*** Rio de Janeiro: Projeto Sustentável e Democrático, Fase 2001, pag.26

de alto lucro, e apenas lucro, não tem coisa melhor do que em vez de cem, ter só três empregados, trator, etc.”.

Ao mesmo tempo em que se amplia o controle de grande parte da área por poucos proprietários, o pequeno proprietário tem maiores dificuldades de conseguir colocar no mercado a bons preços seus produtos, e termina por ver inviabilizada sua produção, abandonando a terra e partindo para o êxodo rural. Provêm de área de minifundistas a maior parte do contingente aproximado de 30 milhões que, de 1950 a 1980, deixaram a área rural e modificaram a composição demográfica da população brasileira que passou a se concentrar nas cidades. Estima-se que atualmente 80% da população vive nas cidades e apenas 20% no campo.

Vilas Boas considera que a produção de alimentos ficou relegada a pequenos proprietários, *“com poucas possibilidades de modernizar seu empreendimento*”. Apresenta uma discriminação empiricamente duvidosa.

> *“No Brasil, o mercado de alimentos é dividido em dois setores: a) um voltado à produção de alimentos para as populações de baixa renda, realizada por pequenos produtores que raramente se modernizam, e cuja produção é comercializada, sobretudo em pequenos núcleos dos subúrbios e favelas - quitandas, feiras e vendas; b) o outro dedica-se à produção de gêneros destinados às populações mais rica geralmente comercializada nos supermercados”*[289]

Se bem que uma boa parte da agricultura de alimentos esteja controlada por pequenos proprietários, não me parece correta esta divisão em termos de mercado. A pequena propriedade subsiste tanto pela produção comercial, transformada em empresa familiar, como ainda nas franjas do sistema, numa pobre agricultura de subsistência e pequena produção mercantil. Enfim existe uma produção que vinda dos pequenos proprietários se dirige aos supermercados e empresas transformadoras de alimentos. Porém existem produtos feitos pela agricultura patronal que estão presentes no mercado interno.

De qualquer maneira, a dificuldade de acumulação por parte de pobres agricultores pequenos, em virtude da concorrência de uma agricultura mais subordinada à tecnologia e ao mercado, tem levado

---

[289] Virgínia Villas Boas - obra citada, pag. 82

à crise dos pequenos que não têm condição de acompanhar a comercialização que impõe baixos preços. Embora a crise tenha atingido um enorme número de pequenos agricultores isto não significa que deixem de existir pequenos proprietários com acesso ao mercado, com acumulação de capital e que se transformaram em prósperos agricultores.

Quando Virgïnia Villas Boas produziu uma visão histórica da agricultura, pretendeu mostrar a crise da pequena produção num contexto que tem favorecido a grande propriedade em termos de crédito, tecnologia e produção de escala. Uma situação geral abalaria a pequena propriedade e conseqüentemente os núcleos sociais fundamentados na pequena propriedade. Este seria o caso de São Pedro da Serra, onde a pequena agricultura tradicional está em crise, com poucos conseguindo escapar da tendência declinante da pequena agricultura.

Creio que a questão se complicaria, exigiria uma compreensão particular das tendências gerais, porque Nova Friburgo apresenta também lavoura produzida em pequenas propriedades com êxito comercial (em São Lourenço) ocupando um bom lugar no mercado como produtor de certas verduras e legumes, e desfrutando de bons padrões de consumo e de acumulação de capital. Além disso, conforme mostraremos adiante, existe uma série de produtos da agricultura familiar que tem predominado no mercado.

O ponto de partida foi a exploração do conceito de camponês, vinculado a uma realidade historicamente construída, onde a grande propriedade utilizadora de escravos e depois assalariados se contrapõe à realidade do pequeno proprietário, que explora a terra com seus familiares visando daí retirar sua subsistência e produzindo uma parte para o comércio. O fato de produzir para si e sua família e de repartir a renda entre o chefe da família e os familiares denota um funcionamento próprio e uma realidade não capitalista, ainda que vinculada ao mercado. Esta vinculação ao mercado, em geral se faz através de um intermediário, que pressiona para que os preços sejam baixos de

modo a afetar e tender a diminuir a renda monetária em poder do produtor.

Na medida em que se verifica um bloco de camponeses, existem verdadeiras sociedades camponesas que também têm características próprias diferentes daquelas marcadas pelo binômio grande propriedade/trabalhadores. Além de submetidas a um ritmo natural constroem-se relações muitas vezes mais democráticas no interior social em que o proprietário agrícola, o comerciante, o padre, o médico não têm valores tão distintos da massa camponesa e mesmo sendo mais abastados não levam uma vida radicalmente diferente da massa rural.

O camponês e as sociedades camponesas aparecem sob constante pressão. A fragmentação da propriedade por herdeiros, o controle exercido pela comercialização, a concorrência colocada em termos cada vez mais difíceis para quem somente produz pequenas unidades de produção, leva núcleos de pequenos proprietários a uma contínua crise. Trata-se de uma crise crônica da pequena propriedade que, embora subsista, fica cada vez mais pobre e menos presente no controle social.

Há outros núcleos com produção normalmente destinada ao mercado, como plantadores de uva no sul que destinam sua produção para a indústria vinícola que logram manter certa estabilidade[290]. Mesmo em Nova Friburgo, pequenos proprietários hortigranjeiros logram também certa estabilidade. Diferenciam-se daqueles camponeses cuja relação com o mercado não é estável e que também possuem uma produção doméstica.

Aqui entra a questão da autonomia, subordinação à instituições existentes fora e dentro do âmbito local. No caso brasileiro, sociedades camponesas apesar de ter um uso vocabular bastante próprio, falam a mesma língua dos centros mais diversificados como a cidade. Apesar de terem relações próprias, a exemplo de mutirões para atividades como a construção de casas, de

---

[290] José Vicente Tavares dos Santos – *Colonos do Vinho – Estudo Sobre a Subordinação do Trbalho Camponês ao Capital* , São Paulo, Editora Hicitec, 1978

terem uma relação de endividamento recíproco, estão ligados ao mercado urbano para a compra de ferramentas como sal, vestimentas no passado e hoje consumindo produtos alimentares, petróleo e seus derivados, eletricidade, artigos eletrônicos e outros bens.

Administrativamente se colocam como subordinadas a leis municipais e federais: votam, integram a escola, praticam o serviço militar. Dessa maneira as sociedades camponesas estão inseridas em conjuntos maiores, adotando freqüentemente posturas conservadoras no campo eleitoral e político. A sociedade mostra-se refratária à mudanças que entretanto ocorrem em virtude do dinamismo endógeno, que conduz à fragmentação do todo produtivo, via herança e venda de imóveis.

Não há dúvida de que existe uma série de características que justificam particularizar o modo de vida de núcleos rurais em que predomina a subsistência. Trata-se de um estilo de produção historicamente cada vez mais reduzido aos poucos grotões afastados da realidade capitalista —— um estilo de produção para o qual a acumulação não é determinante; o importante, no caso, é assegurar o alimento não sendo necessário produzir sempre mais para obter novos produtos; ritmos menos obsessivos de trabalho ligados a estações, épocas, tempos diferentes. Vivem uma direta ligação com a natureza, com a terra, ritmo de chuvas, variações climáticas. No plano social as relações são particularizadas e personalizadas. Ritmos diferentes, onde são freqüentes as práticas de mutirão. Produção não inteiramente dominada pela pretensa racionalidade capitalista

O paradigma de sociedades rurais marcadas pela subsistência tem também um aspecto demográfico. Não obstante a grande mortalidade infantil e baixa esperança de vida, as famílias se caracterizam por uma grande quantidade de filhos. Na medida em que há maior acesso à assistência médica, há uma flagrante redução da mortalidade infantil. Além disso, pode-se pensar que a maior assistência médica corresponde a uma maior inserção nos padrões urbanos o que também afeta a quantidade de filhos, de tal maneira

que as famílias de camponeses mais “urbanizados” tendem a aproximar seus padrões familiares aos da sociedade urbana.

No passado a agricultura fundamentada na grande propriedade escravocrata, monocultora, geralmente com uma grande produção destinada à exportação, era a base de um modelo agrícola que foi responsabilizado pela degradação das terras e do ambiente, ao converter sempre terras virgens em áreas de plantio ou pasto para animais. Foi conduzida por uma classe de proprietários, que aliavam poder econômico e político e geralmente conseguiam as vantagens da produção, tornadas mais difíceis para os pequenos.

Atribui-se ao modelo fundamentado na exportação uma agricultura que, ao privilegiar o mercado externo, não atendeu amplamente as necessidades gerais da população. Em vários momentos históricos, alimentos foram itens expressivos da pauta de importações. O mercado interno passou a ser suprido por alguns pequenos proprietários e mais tarde crescentemente por fazendas associadas e empresas voltadas para o chamado agronegócio.

O Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO, com a participação de técnicos do Incra, trouxe elementos sobre a real situação da agricultura familiar no Brasil. O trabalho foi realizado com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96. Então foram computados 4 859 864 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares com R$ 47,8 bilhões de valor bruto da produção (VBP).

A Agricultura patronal corresponde a 11,4% dos estabelecimentos, 67,9% da área e 61% do VBP. A agricultura familiar soma 85,2% dos estabelecimentos, 30,5% da área e 37,5% do VPB. A renda total por hectare demonstra que a agricultura familiar é muito mais eficiente do que a patronal: produz uma média de R$104,00/ha/ano contra R$44/ha/ano. A agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural. No sul representa 84% e no centro-oeste aparece com menor destaque - 54%.

Os agricultores familiares produzem 24% do valor bruto da produção total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58%

dos suínos e 40% das aves e ovos produzidos. Em relação a algumas culturas temporárias e permanentes, a agricultura familiar produz 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja e 47% da uva, 25% do café e 10% do valor bruto da produção da cana de açúcar. Entre os agricultores familiares, a atividade mais comum independente da quantidade produzida em cada estabelecimento, é a criação de aves e a produção de ovos, presente em 63,1% dos estabelecimentos. O milho e o feijão vem em seguida, com produção em 55% e 45,8% dos estabelecimentos respectivamente. A produção de leite está presente em 36%, seguida de 27,8% da pecuária de corte.

Investigando o Estado do Rio de Janeiro, Vanessa Teixeira aponta, por exemplo, que o número de estabelecimentos passou de 91 280 em 1985 para 53 680 em 1995. Houve uma redução da área ocupada pelos estabelecimentos da ordem de 3 264 149 hectares em 1985 para 2 416 305 em 1995.

> *"Houve uma redução significativa entre o período de 1985 a 1995, tanto do número de estabelecimentos em torno de 41% como na área total dos mesmos, cerca de 26%."*

O quadro nacional indica que as características das grandes transformações agrícolas resultantes da modernização tecnológica e do controle da agricultura por complexos industriais têm abalado principalmente a agricultura familiar, que vem perdendo terreno. O modelo capital/intensivo poupador de mão de obra vem avançando sobre a agricultura, e não obstante ainda existirem percentuais expressivos de vários gêneros produzidos pela agricultura familiar, aquela patronal vem crescendo e a pequena agricultura familiar sofrendo dificuldades.

Esta situação vem sendo apontada por João Pedro Stédile, um dos líderes do Movimento dos Sem-Terra.[291]Para ele, existe da parte do governo um estímulo para as grandes fazendas de grãos para exportação. Além disso houve também estímulo para que grandes

---

[291] João Pedro Stédile - *As Armas do MST - entrevista,* Caros Amigos, ano IV, nº 39, junho 2000, pags. 31-37

empresas dominem o abastecimento para o mercado. São os complexos agroindustriais que tendem a ser multinacionais. Controlam a produção, pressionam pela tecnologização e impõem preços ao produtor.

João Pedro Stédile acusa o governo de não acreditar na agricultura familiar, negando-lhe qualquer subsídio ao contrário do que vem ocorrendo nos Estados Unidos, Europa e Japão. Responsabiliza o governo brasileiro por ter sucateado a Embrapa, deixando a tecnologia agrícola nas mãos de empresas multinacionais, a exemplo do controle da biotecnologia exercido por empresas como a Monsanto e Cargill. Conclui: *"esse modelo não vai dar certo, só vai gerar pobre, gerar tensão social"*

Stédile se refere a um estudo feito ***"pelos próprios técnicos do governo"*** que se chama ***"Empobrecimento da Agricultura Brasileira".*** Ele revela que nenhuma propriedade do Brasil com menos de 50 hectares está conseguindo renda equivalente a um salário mínimo. Segundo o líder dos Sem-Terra, se não houver mudança na política agrícola, há uma bomba migratória instalada; nos próximos anos, de 8 a 13 milhões de pessoas que vivem no meio rural, sobretudo no nordeste irão para as cidades.

Enfim o quadro da concentração produtiva e do crescente domínio de complexos agro-industriais sobre a agricultura vem dificultando complexos pequenos. Por exemplo, três grandes empresas agro-industriais controlam o mercado de laticínios: Parmalat, Nestlé, Leite Glória.

Aplicando o poder da visão de longo alcance, Stédile contrapõe a este modelo, um outro em que assegure descentralização e emprego rural***, "que distribua territorialmente a população e garanta uma vida saudável para todo mundo"***. A agricultura, que foi no passado recente, uma fábrica de desempregados e de produção de exclusão social continua a pressionar o sistema. Recentes pesquisas tendem a mostrar o declínio da população agrícola e o crescimento da população urbana no próprio meio rural. Desse modo ao invés de mundo rural, já se fala em "rurbano".

A resposta à crise da pequena produção agrícola tem sido, segundo Vanessa Teixeira, o crescimento da "pluriatividade" no campo. A "pluriatividade" não é novidade histórica. Ocorreu nos primórdios do capitalismo, quando agricultores empregavam seu

tempo na manufatura têxtil. E há inúmeros casos em que camponeses juntam atividades industriais às agrícolas. Esta *"pluriatividade"* permite incrementar a população urbana no meio rural assim como o implemento de atividades urbanas em áreas rurais fomenta a diversidade do emprego e conseqüentemente favorece a *"pluriatividade"*. Torna-se necessário que haja atividades que se multipliquem na área de modo a possibilitar que o agricultor ou membros de sua família permaneçam na área rural.

Outro fator de crescimento da população urbana no meio rural é o deslocamento de pessoas para o campo, muitas das quais aposentados da cidade. No campo podem desfrutar de condições de vida mais baratas e por vezes com uma qualidade de vida melhor em vários aspectos tais como o ritmo de atividades, alimentação, segurança.

Nem todos os municípios onde se observa a decadência da antiga produção agrária com menos tecnologia e menor capacidade de comercialização contam com as possibilidades alternativas que surgem para deter a população rural e até mesmo ampliar a renda da família que possui também domínio e atividades rurais. É o caso de vários municípios do Estado do Rio de Janeiro onde se vive um verdadeiro estado de abandono.

Para melhor compreensão da situação dos municípios do Estado do Rio de Janeiro e das perspectivas que se colocam para determinados distritos de Nova Friburgo - Lumiar e São Pedro da Serra, Vanessa Teixeira reuniu algumas observações sobre a antiga província fluminense.

Primeiro considera que no Estado do Rio de Janeiro cerca de 95,5% da população reside em áreas urbanas 76% das quais se concentra na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A agricultura fluminense é responsável apenas por 2% do produto interno bruto (PIB) estadual. O próprio Estado do Rio de Janeiro não se autoabastece, não conseguindo suprir sequer 50% do mercado fluminense, sendo necessário recorrer a outros Estados. Atribui-se esta deficiência à "agricultura rudimentar", praticada no Estado. A agricultura vem sofrendo deficiências pela exigüidade das áreas,

baixa capacidade de eletrificação rural e de armazenagem, bem como agroindustrialização limitada, o que favorece estados em que o beneficiamento da agricultura se torna mais factível.

Observando a estrutura fundiária do Estado entre 1970 e 1995, tem havido ligeiro declínio relativo do número de estabelecimentos com menos de 10 hectares que passaram a ocupar uma área bem menor. Passaram de 53,7% em 1970 para 53% em 1995. A área caiu de 5,2% em 1970 para 4,1% em 1995. Tudo parece ter revertido em favor das propriedades de 100 a 1000 hectares. Estes eram 8,1% em 1970 e passaram para 9,3% em 1995 e a sua área aumentou de 47,3 a 52,2%. A maioria dos estabelecimentos se enquadra na “produção familiar” 61,06%, geridos principalmente pelos seus próprios proprietários.

O quadro de decadência fluminense fica manifesto pela retração significativa da área em lavouras, de quase 288 mil hectares (46%). As principais lavouras como arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, tomate, banana, café e laranja, que compõem 65,5% da área plantada do Estado, apresentaram quedas significativas nas áreas plantadas, na produção e na produtividade. Segundo Vanessa Teixeira, este é um fenômeno que ocorreu em todo o sudeste, ao que parece mais ligado a progressão das áreas de pecuária em relação às lavouras temporária e permanente. Falta de apoio creditício do governo, de estoques reguladores além de concorrer no plano internacional com uma agricultura fortemente subsidiada nos países desenvolvidos. Esta realidade se manifestou na queda acentuada do pessoal ocupado na agricultura no Estado do Rio de Janeiro.

Os dados do Censo Agropecuário do período 1985 e 1995 mostram uma acentuada redução do pessoal ocupado em atividades agrícolas nos estabelecimentos do Rio de Janeiro de 312 912 para 174 274 pessoas.

Há referência à introdução de novos ramos agrícolas: olericultura pequenos e médios animais, particularmente a avinocultura e a suinocultura que tem animado a empresa familiar existente.

Em termos nacionais, o desenvolvimento capitalista no Brasil resultou em modernização que favoreceu a concentração da propriedade da terra. Esta avançou em inúmeras regiões e principalmente nas áreas de fronteira. Os pequenos colonos e moradores foram desapropriados e a pequena empresa familiar viveu de um modo geral uma situação difícil, nascida da subordinação aos complexos distributivos e industriais.

Quebra-se a estrutura tradicional que, mal ou bem, dava lugar para sitiantes, moradores e, em contraposição, a parte urbana das áreas rurais cresce, em algumas áreas como residência de trabalhadores inclusive rurais. A agricultura de subsistência se reduz em relação à produção para o mercado. Acentuam-se os contrastes entre os pequenos camponeses em face de grandes áreas tanto improdutivas como sujeitas a uma racionalidade empresarial, onde a parte fixa da população é muito reduzida. A inserção mercantil de todas as áreas coloca-as todas na dependência do dinheiro.

O desenvolvimento do capitalismo e da urbanização fez-se fundamentalmente sem alterar as condições de pobreza rural. A matéria prima e o alimento chegavam à fábrica ou à mesa urbana com base na pobreza popular. Pode-se afirmar que o desenvolvimento capitalista acentuou a miséria rural tanto individual como sócio-politicamente, com distritos rurais carecendo de serviços básicos para a reprodução social. *"O que aproximava a todos fossem assalariados permanentes, pequenos proprietários, posseiros e parceiros era a miséria ou a extrema pobreza em que viviam".*

A vida rural, com algumas exceções de bem sucedidas famílias empresariais rurais, demonstrava que esta realidade que atingia na década de 50 mais da metade da população brasileira contrastava com a drenagem de energias e serviços para a vida urbana:

> *"Moravam, o pai, a mãe e os filhos, numa casa de taipa apertada, muito poucas de tijolo, chão de terra, telhado de sapé, algumas de telha, um ou outro móvel, água de poço, muitas vezes*

infectado, a "casinha" ou o mato por banheiro. O trabalho é duro, de sol a sol, do homem, da mulher, dos filhos, os de sete, oito, nove anos já fazendo algum serviço leve. Em geral todos mal alimentados, alguns desnutridos: comiam arroz, feijão ralo, café, também ralo, farinha de milho ou a de mandioca, preferida especialmente no Nordeste, de vez em quando, uma "mistura": galinha, servida especialmente para os doentes, carne de porco, um pouco de carne de vaca, ovos. Quando havia doença na família,a farmácia estava longe, o médico também, o remédio era caro. Todos descalços, um ou outro possuindo uma bota ou uma alpargata, as crianças nuas ou só de calçãozinho, barrigudas, cheias de vermes. As mulheres umas velhas ao trinta anos. Poucos passando dos cinqüenta"[292]

A "*modernização selvagem da agricultura*" beneficiava com créditos os latifúndios e alterava as tradicionais relações de trabalho, expulsando colonos e moradores e ampliando a ocupação de áreas com a pecuária intensiva e com uma agricultura monoprodutora, pouco empregadora de mão-de-obra. Anos dourados do desenvolvimento industrial e capitalista no Brasil foram acompanhados de crise da pequena e pobre lavoura. A alternativa foi a migração para novas áreas que integravam a dilatação da fronteira agrícola.

"Nos anos 50, o trabalho na agricultura do norte do Paraná atraiu muitos imigrantes bem como a "abertura" de terras em Goiás e no que seria hoje o Mato Grosso do Sul. Depois nos anos 60 e 70, intensificou-se o movimento em direção à fronteira norte, ao Mato Grosso, Rondônia, Amapá, Sul do Pará e Sul do Maranhão"[293]

Na fronteira distante, o espaço para a pequena agricultura era mínimo e vingavam as grandes propriedades que inclusive alargavam a sua área mediante uma tradicional expulsão do pequeno, com apoio de cartórios e de juizes venais. O drama explodiria no enorme êxodo rural. Migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950, quase 14 milhões, nos anos 60 (cerca de 36% da população rural de 1960), 17 milhões nos anos 70 (cerca de 40% da população

[292] João Cardoso Melo e Antonio Novaes - *Obra citada*, pag. 578
[293] João Cardoso de Melo e Fernando Novaes - O*bra citada*, pag. 580

rural de 1970). Em três décadas um enorme contingente: 39 milhões de pessoas.

A integração econômica da área rural com a urbana, a subordinação da agricultura ao comércio e à indústria, o crescente domínio das multinacionais sobre a agricultura através, por exemplo, do controle das sementes, deixa um espaço mínimo ao pequeno produtor que, diante das exigências tecnológicas, eleva suas despesas de produção tendo a sua renda apropriada pela comercialização. Inviabiliza-se a pequena produção, o que ocorre também em áreas em que, mal ou bem, havia certo equilíbrio feito de uma economia com trocas rudimentares.

A economia *"caipira"* tradicional em toda parte entra em choque com as novas necessidades despertadas pelo convívio com a cidade e mediatizadas pela mídia eletrônica.

O quadro rural ainda apresenta predomínio da grande propriedade, com esvaziamento da população rural e elevação dos núcleos urbanos em distritos e municípios agrícolas. Ao mesmo tempo em que o ambiente físico se deteriora com enorme desmatamento e poluição das águas, a agricultura se torna dependente do mercado com monetarização crescente das relações sociais. A auto-sustentação de famílias rurais se torna muito difícil passando a buscar no supermercado e farmácias o alimento e o medicamento antes conseguidos internamente, por indicação de tratadores ocais e valendo-se de recursos existentes na própria área. As famílias rurais que sobrevivem enquanto produtoras, em geral abandonam seus antigos padrões, adotam outros modernos, mas aumenta o recurso da "pluriatividade" como meio de sobrevivência

5. Tradição e capitalismo na região serrana

No quadro destas mudanças globais se processa a mudança de vida na região serrana, abalando a estrutura rural antiga e surgindo novas alternativas como o emprego de membros da família agrícola em outras atividades.

Além disso, a realidade política e administrativa historicamente marginalizou os colonos e seus descendentes. E isto se tornou mais grave na medida em que o município logrou se industrializar e urbanizar. Então o núcleo rural funcionava apenas como fornecedor de gêneros baratos e principalmente de mão-de-obra para trabalhar nas fábricas e em outras frentes que se abriam. Mantinham-se atrelados a um padrão antigo enquanto a sede experimentava progressos urbanos.

Não tiveram autonomia administrativa, estando sujeitos ao poder de "um coronel" devidamente articulado com a sede do poder municipal. Daí a "caipirização" estimulada pela limitada propagação social e cultural procedente dos núcleos urbanos.

A partir da década de 60 criaram-se novas condições de aproximação de turistas e emigrados das cidades com áreas rurais como Lumiar e São Pedro da Serra, distritos de Nova Friburgo, cujo desenvolvimento estava estacionado e marcado pela permanência de antigas práticas rurais.

Era, sob a ótica do turista, uma verdadeira viagem ao passado. Entrava-se em contato com antigo modo de sobrevivência do homem do campo. O encontro adquire uma feição excepcional porque o viajante ou o egresso do meio urbano se defronta com outros ritmos e condições de vida que, pela profunda ligação com a natureza, abrem uma nova perspectiva de vida para este viajante.

O movimento populacional no Brasil tem sido historicamente do campo para as cidades. Na última década, entretanto, observam-se dois movimentos: o afluxo de pessoas de fora para núcleos urbanos da área rural e a transferência para o perímetro urbano de vilas rurais de antigos trabalhadores agrícolas. Em áreas rurais cresce o que podemos denominar de perímetro urbano. Em grande parte isto decorre do afluxo de pessoas das grandes cidades para o mundo rural, onde providas pela previdência ou por outras fontes, deixam a *"estressante"* vida urbana pela vida rural.

O segundo movimento provem das próprias transformações do mundo agrário em que a parcela trabalhadora deixa de morar no local de trabalho, passando a povoar núcleos que constituem a parte urbana das áreas rurais. Além disso, rescem os serviços prestados à população rural localizados num determinado espaço urbano.

Recorrendo ao projeto Rurbano, desenvolvido por 16 universidades e 35 pesquisadores, a jornalista Cristina Borges[294] informa que pela primeira vez na história do Brasil a população rural apresenta crescimento. O número de famílias residentes na zona rural apresentou taxas de 1,1% ao ano entre 1992 e 1997. É inédito que esta população não seja mais agrícola. Permanece, entretanto, atual o fato de no campo se concentrarem os mais pobres, integrados por famílias que vivem da agricultura. Segundo a jornalista, o fenômeno está associado à segunda residência no campo, ao turismo rural, à criação de pequenos animais exóticos e à fabricação de produtos artesanais. Parece que os movimentos de criação de comunidades rurais na década de 70, ainda mal avaliados, entraram em declínio.

O crescimento de famílias não-agrícolas que trabalham por conta própria no período analisado foi de 5,8% contra queda de O,7% na de agricultores. A renda média per capita das famílias rurais - empregadores, trabalhadores por conta própria, empregados e não ocupados era de R$ 192,75. O rendimento dos que sobreviviam da terra era 25% inferior.

Vejamos como tem evoluído a situação de um núcleo rural que logrou uma histórica auto-sustentação, ainda que problemática, e que agora se encontra diante de novos dilemas nascidos da inserção da realidade rural e florestal nas correntes diretamente advindas do mundo urbano. É o caso de dois distritos rurais — Lumiar e São Pedro da Serra, que juntos, perfazem a maior área do município serrano de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro. São áreas em que como se revelou no capítulo anterior se registrou uma total assimilação da cultura rústica brasileira.

Houve ao longo da história agrária local um processo de fragmentação da propriedade que culminou hoje com o amplo predomínio local da pequena propriedade. Vendas de terras e herança — a terra era dividida metade para o cônjuge, metade para os filhos. Todavia ao longo da história isto não chegou a ser um óbice à produção agrária. Não há notícias de limites da produção em função do tamanho da terra. Ao contrário era muito comum a subutilização da terra, como atestam vários inventários. Os

---

[294] Cristina Borges- *"O Campo não é mais o mesmo"* em Informe Econômico, Jornal do Brasil, 28 de maio de 2000, Rio de Janeiro

fatores que teriam levado à permanência de agricultura rudimentar pouco rentável economicamente estariam ligados ao isolamento, insuficiência tecnológica, difícil comercialização.

Reportando-me ao trabalho de Virgínia Villas Boas observa-se uma visão por demais dualista do processo de subordinação da agricultura ao capitalismo. Tomando algumas teorias gerais do processo, há aqueles que afirmam que o pequeno camponês sempre enfrentou enormes dificuldades no quadro geral de uma agricultura que privilegiava a grande produção exportadora em detrimento daquela produtora de alimentos para o mercado interno. Daí se partiu apressadamente para a visão de que o mercado interno é abastecido por alimentos produzidos em regime de pequena propriedade. Afirma-se também que, mesmo sendo a pequena propriedade a responsável por uma grande gama de produtos para alimentação interna, o seu produto final depende da comercialização e da tecnologia de alimentos sob forma crescente, o que faz com que uma comercialização capitalista domine o setor produtivo harmonizando o seu interesse com formas arcaicas de exploração, deixando o camponês sob condições pobres de existência.

Esta subordinação existe na medida em que a produção para o mercado se dá sob o comando do capitalismo, e os bens de que necessita são produzidos segundo os padrões capitalistas. Enfim há ocorrência de duas condições do camponês: a acomodação da pobre pequena agricultura ao sistema capitalista que se interessa sobretudo pela comercialização e industrialização do alimento e da matéria prima; e aquela onde o pequeno agricultor é como um pequeno-burguês com suas vicissitudes em face do capitalismo.

Para muitos autores o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não eliminou o pequeno camponês que, entretanto, passa por grandes dificuldades, especialmente por estar comprimido entre custos crescentes decorrentes dos insumos produzidos pelo setor industrial (fertilizantes, agrotóxicos) e as condições impostas pela comercialização. Desta forma se explica como a sua produção

não permite níveis de acumulação e alteração de sua condição econômico-financeira.

Houve quem afirmasse que a produção caracterizada pelos rudimentares padrões tecnológicos era antagônica ao capitalismo que exigiria maior consumo de técnicas como fonte de crescimento, mas também houve quem afirmasse que o capitalismo se adapta à estrutura de pequenos camponeses, que produziriam para o grande capital. O baixo nível de consumo, asseguraria baixos níveis de vida do trabalhador rural, o que permitiria matéria prima e alimentos baratos e acumulação da riqueza nos setores de comercialização e indústria*. "A riqueza urbana foi construída às custas da pobreza rural"* afirma Villas Boas.[295] Esta afirmação de Villas Boas, se de um lado percebe a interrelação entre agricultura e demais setores, subestima os ganhos de produtividade que a tecnologia traz para a agricultura e os demais setores.

Enfim, a acumulação capitalista não necessariamente implica a miséria rural, como pensa Virgína. Isto não nega a tese de que o capitalismo em seu albor manteve sempre o trabalhador rural em condições precárias, o que efetivamente fazia do campo uma fonte de energia barata para alimentar a fábrica e a cidade. Como a indicar que outras formas convivem com o baixo nível de vida do produtor rural, está a própria penetração capitalista na agricultura e existência de alguns empreendimentos familiares com êxito.

Enfim, ora se insiste na questão da persistência de formas arcaicas como funcionais ao capítalismo, ora se evidencia a contradição entre estes pequenos agricultores e o processo de modernização como um todo.

A ocupação da área é historicizada por Virgínia Villas Boas Há entretanto uma confusão quando considera que a ocupação das terras do distrito de São Pedro da Serra foi feita segundo as disposições que orientaram a distribuição de lotes para as famílias suíças e alemãs da qual resultou a formação de Nova Friburgo. Há diferenças entre as características predominantes em

---

[295] Virgínia Villas Boas obra citada, pag, . 90

Nova Friburgo e a área do Vale do Macaé. Na primeira foram distribuídos retângulos aleatórios a diversas famílias, o que não ocorreu na área do Vale do Macaé, onde as famílias individuais obtiveram terras sem obedecer a um plano que demarcasse as terras previamente.

O processo ocupacional da região foi feito por famílias de origem imigrante nos primórdios do século XIX, *"Com o passar do tempo, famílias brasileiras e portuguesas também dirigiram-se para São Pedro, cujos descendentes ainda hoje lá residem: os Barroso, os Figueira, os Oliveira, os Costa, os Martins, os Sanches etc*." Daí população de pequenas famílias, ocupação da mulher na agricultura e em casa, na reprodução marcada por grande quantidade de filhos. Alguns imigrantes modernizaram a produção *"com o uso do arado, da grade e da carroça".* Villas Boas registra uma época em que no início do século XIX, "os arredores de São Pedro *ficaram cobertos por cafezais".* Embora *a* afirmação fosse corroborada por jornais de fins do século XIX, esta fase não teve grande duração e também não atingiu toda a área, tendo privilegiado algumas fazendas à beira do Macaé. Com a abolição da escravidão e a crise de fins do século XIX, as fazendas que jamais lograram a dimensão e o poder daquelas de Cantagalo, pois tinham no máximo 40 escravos, entraram em decadência.

O Almanaque Laemmert mostra como num município rural, como Nova Friburgo no século XIX, as atividades urbanas eram pouco diversificadas. A produção de alimentos, inclusive de batatas onde Nova Friburgo se destacava, deve ter estimulado a produção familiar. Todavia, as condições de transporte e estado das estradas limitavam a integração campo/cidade, principalmente em áreas como as dos atuais distritos de Lumiar e São Pedro da Serra. De um modo geral a população rural do município permaneceu sob um paradigma social marcado pela intensa mortalidade infantil, ignorância e analfabetismo.

Os padrões técnicos parecem ter se conservado em relativa estagnação havendo grande atraso na adoção de máquinas e insumos químicos na agricultura brasileira. Quando isto ocorria, alcançava

apenas algumas fazendas. A imagem do pequeno camponês era a de uma pessoa inteiramente alheia à política, seja local seja nacional, ignorante, com problemas de saúde e analfabeto. O ritmo da área rural descrito inclusive por romancistas como Lima Barreto e Monteiro Lobato era de atividades desprovidas de técnicas e num estado extremamente depressivo.

Realidade semelhante marcou a ocupação do interior serrano, especialmente a área do Vale do Macaé onde se concentraram os descendentes de colonos suíços e alemães. Refletindo uma desigualdade originária da própria imigração, havia dimensões e condições diferenciadas de unidades agrícolas. Havia desde os sítios subocupados até fazendas que possuíam cafezais, milharais, tropas de animais. De qualquer modo, mesmo mantendo um contato com a Vila de Nova Friburgo, a região desenvolveu-se sob padrões tecnologicamente rústicos.

As dificuldades das estradas vicinais, muitas vezes expostas na imprensa friburguense, tornavam problemático o transporte de bens para a sede do município; acentuavam o isolamento econômico e limitado fluxo monetário na região. Dessa forma havia uma subsistência básica dos proprietários, movida por um pequeno comércio ativado por tropas e pequenas vendas na região. Esta era a vida da roça.

O estudo da modernização da vida rural no âmbito da realidade serrana se apoiou em textos de autores que elegeram como teatro de operações os antigos distritos de Nova Friburgo: Lumiar e São Pedro da Serra. O texto a que primeiro nos referimos foi produzido pela antropóloga Maria José Carneiro — *Descendentes de Suíços e Alemães de Nova Friburgo: de "Colonos a Jardineiros da Natureza"*[296]. Demonstrando conhecer estudos recentes sobre o tema, e tendo orientado uma dissertação de mestrado sobre a vida recente nos distritos de São Pedro da Serra e de Lumiar, onde se concentram descendentes de colonos imigrantes, a autora pretende apontar uma tendência marcada simultaneamente pela progressiva liquidação do campesinato e desenvolvimento da "pluriatividade" como estratégia de sobrevivência de antigas famílias agrícolas. Registra o crescimento da participação dos "neo-rurais", isto é, aqueles egressos dos segmentos médios urbanos que adquirem propriedades na área.

Considera que os camponeses vivem uma constante crise em função de dois mecanismos de sua reprodução social presentes desde seu estabelecimento como "colonos": *"a mobilidade espacial*

---

[296] Ver Maria José Carneiro – *Descendentes de Suíços e Alemães de Nova Friburgo: de "Colonos" a "jardineiros da natureza" em* Gomes, Angela Castro (organiz.) - *Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro, 7Letras, 2000

associada à instabilidade crônica das condições de produção agrícola e o sistema de herança da terra baseada na partilha igualitária".

Acredito que a questão da herança seja comum a diversas áreas de Nova Friburgo, e muitos distritos não apresentaram a decadência agrícola identificada em Lumiar e São Pedro da Serra. Muito possivelmente a crise que levava camponeses a não conseguirem o capital necessário que poderia servir inclusive para a compra de terras de camponeses mal sucedidos está ligada a fatores como a incapacidade de modernizar a produção agrícola, a comercialização e a própria invasão do turismo. É certamente um complexo de fatores que conferiram à área, hoje convertida em zona de proteção ambiental, um destino rural diferente de outras áreas de Nova Friburgo como o distrito de Campo do Coelho onde se aloja a principal produção olerícola do município. Os atravessadores na região de Lumiar e São Pedro da Serra foram historicamente aqueles que mais acumularam, inclusive comprando terras, transformando-se não raro em grandes proprietários relativamente ao conjunto de proprietários.

A autora chega a observar que *"a maioria dos agricultores é obrigada a recorrer ao intermediário e a vender sua produção a preços bem mais baixos do que os do mercado, o que resulta em perdas significativas de lucratividade"*[297]

Segundo a autora a maior parte dos colonos foi obrigada a praticar uma agricultura baseada no autoconsumo e *"sob a precariedade das condições de vida e de reprodução social, essa população sofre um processo de caipirização"*

Esta "caipirização" teria sido tão maior quanto a área permaneceu sob verdadeiro semi-isolamento que passou somente a se modificar quando na década de 80 a estrada de Lumiar a Mury foi asfaltada. A autora localiza uma situação crítica da agricultura local, atribuída principalmente à fragmentação da propriedade. Certamente havia uma situação crítica manifesta no êxodo rural. Considerando a subutilização de terras, é possível relativizar o impacto do fenômeno da fragmentação da propriedade da terra sobre a produção agrária.

[297] Ver Maria José Carneiro – obra citada pag. 44

A situação se torna mais crítica na medida em que os valores obtidos com a agricultura cada vez menos podem ser trocados por bens vindos de fora. Enfim a crise se torna mais aguda, quando aumentando o contato com “os de fora”, surge maior demanda monetária da qual resulta venda de terras, loteamenmtos e busca de atividades complementares à agricultura como estratégia de sobrevivência.

A autora conclui que o processo de abandono da terra*, ”que geralmente é vendida aos turistas e neo-rurais”* foi também estimulado pela ação de órgãos fiscalizadores da região que passou a ser considerada de preservação ambiental. O sistemático impedimento de desmatar capoeiras, áreas deixadas em pousio pelos agricultores, prejudicou a antiga prática agrícola e os levou à aplicação de mais adubos e menor tempo de pousio da terra. Houve inclusive sucessivas manifestações de camponeses na área contra o IBAMA e outros órgãos fiscalizadores.

A crise da agricultura, a transferência de propriedades e o deslocamento de segmentos da população da área rural se tornou flagrante. Considerando que desde os primórdios da colonização suíça e alemã, os colonos se dispersaram em busca de melhores terras ou de atividades que lhes assegurassem sobrevivência, a autora vê no processo atual de abandono de terras e venda para as pessoas “de fora”, uma espécie de sina que se liga à saga dos antepassados suíços e alemães.

Ironicamente quando a terra e a área se valorizam, os habitantes do lugar são de certo modo expropriados. Expropriação voluntária. Sutilmente os camponeses são levados a vender suas terras. Ainda não está consumada esta total transferência da propriedade para outras mãos, mas pode-se estimar que cerca de 30% das terras dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra já foram transferidas para os “neo-rurais”. Reproduz-se a longo prazo uma tendência histórica pela qual os pequenos criam as condições de uso da terra que, uma vez valorizada, passa para as mãos de uma outra categoria social, tornando assim o pequeno agricultor um ser social pouco estabilizado a longo prazo.

O antigo modo rural se esvai sob a ofensiva do modo de vida urbano-industrial. Segundo Vanessa Teixeira, cuja dissertação de

mestrado foi orientada pela professora Maria José Carneiro, resulta certo equilíbrio deste confronto. Descreve-se uma adaptação do mundo rural à novas funções, sob uma nítida hegemonia burguesa, que se traduz no recurso à "pluriatividade" da população rural, isto é, emprego de elementos familiares rurais nas atividades decorrentes do surto turístico, tais como construção, lojas, pousadas e outras.

Neste sentido a nova realidade marcada pela expansão turística estabelece ainda alguma conciliação com a população de origem. É um momento em que passado e presente se interagem. O passado expresso na vida de famílias camponesas egressas de um mundo pré-industrial; o presente pela introdução de padrões comuns em bairros refinados do Rio de Janeiro e Niterói. Não obstante as modificações de vida e de paisagem impostas pela presença de "neo-rurais", os camponeses resistem através de um reforço da produção familiar, mais precisamente da renda familiar. A antiga família agrícola direciona seus membros ao emprego em atividades resultantes do advento do turismo.

É o conceito de *"pluriativade"* que orienta a pesquisa de Vanessa Lopes Teixeira sobre a transformação do mundo agrícola, particularmente envolvendo a substituição do conceito de família agrícola por família rural, que passa a abrigar em seu seio, uma série de atividades complementares à antiga agricultura. Estas atividades se tornaram viáveis em virtude da urbanização do meio rural. Tornaram-se fundamentais na geração local da renda e emprego.

A dissertação de mestrado de Vanessa Lopes Teixeira[298] reúne uma boa massa de dados empíricos para mostrar em que sentido a *"pluriatividade"* invade o espaço rural. Seu estudo é uma valorosa contribuição para a questão da transformação recente da vida rural no qual se pensa a adeqüação da antiga sociedade rural às demandas modernas. Focaliza justamente uma via de transição do velho mundo rural ao mundo moderno.

---

[298] Vanessa Lopes Teixeira – *Obra citada*

O choque entre estruturas familiares, econômicas e sociais forjadas historicamente no meio rural serrano e a inserção progressiva no meio moderno via mundo urbano e integração mercantil é o tema central da obra da antropóloga da UFF, Silvia Schiavo, consubstanciada na dissertação de mestrado na USP, *Sendas de Transição - Descendentes de Suíços em Nova Friburgo*.[299] Focaliza o confronto entre uma sociedade de pequenos proprietários agrícolas e a modernidade. Concentra-se nas transformações por que passa a agricultura local e extrai conseqüências culturais destas mudanças. Percebe o dramático fim de um modo de vida que secularmente vinha se reproduzindo e revela a sua face cultural. Procura compreender estratégias de resistência do grupo ou dos núcleos rurais diante das perspectivas urbano-mercantís que os ameaçam diretamente.

O mesmo tema foi objeto de pesquisa de Virgínia Villas Boas[300]. A autora procura situar o processo de mudanças na vida de uma aldeia rural no contexto mais geral das transformações agrárias que se verificam sob o impacto da modernização e ação do capitalismo no Brasil.

Apoiando-se diretamente nas suas próprias impressões empíricas e em representações de personagens desta sociedade, Virgínia Villas Boas procura mostrar como a vida local se transforma em várias frentes. A autora evidencia uma integração problemática da sociedade nucleada no distrito de São Pedro da Serra em função de vetores que são marcados pela valorização turística da região. A sociedade local, segundo a autora, despoja-se das antigas tradições comunitárias para ser desintegrada e comandada por uma pequena elite que não só se constrói a partir de bem sucedida inserção mercantil como passa a vivenciar o topo de uma pirâmide social cujos fundamentos estão ligados ao controle efetivo da renda monetária. O dinheiro assume o papel de valor de troca e de reserva de valor nesta sociedade cujo comportamento

---

[299] Sylvia França Schiavo - *Sendas da Transição - Descendentes de Suíços em Nova Friburgo - RJ,* Niterói, Eduf, 1997

[300] Rego, Virgínia Villas Boas Sá – *Obra citada*

cada vez mais se dissocia de práticas comunitárias, como a troca natural, empréstimos de longa duração, mutirões. Daí os traços culturais que desfiguram as relações de trabalho e os momentos de lazer como futebol, festas e forró.

Nos quatro estudos referidos há um traço comum: a visão da modernidade promovendo a morte do campesinato e a destruição da sociedade tradicional. Maria José Carneiro e Vanessa Teixeira percebem a adoção da "pluriatividade", omo estratégia de sobrevivência na família, que assim deixa de ser uma família essencialmente agrícola para se tornar uma família rural. Enfim, após se identificar uma crise que tem a ver com a fragmentação da estrutura agrária local e subordinação da pequena agricultura à comercialização, crise que remonta a períodos anteriores à atual acomodação, revela os impulsos modernizadores resultantes do turismo e curiosamente faz deste surto, fator de abertura de possibilidades de renda e emprego e que conseqüentemente assegura a permanência de famílias rurais no local. O turismo não é visto como fonte de destruição, mas como fator de sobrevivência da população. Este papel é exercido pela *"pluriatividade"*.

Restam algumas questões em aberto. Na medida em que a atividade agrícola tende a declinar, é preciso perceber o ritmo em que isto se verifica, o que pode ser aquilatado pelo crescimento do perímetro urbano nestes distritos rurais. Efetivamente isto tem se verificado, embora a maior parte da população nos distritos estudados ainda viva na área rural. Para o equilíbrio social torna-se necessário também que o crescimento de atividades urbanas seja suficientemente grande para absorver o contingente que já não tem vez na terra. Esta relação entre vida rural pregressa e novas atividades afeta os jovens, que tendo terminado o ciclo colegial, não encontram atividades condizentes com o seu nível de instrução nos distritos. Além disso, os preços da terra tendem a se elevar e com isto se tornam fatores dificultadores da ampliação da atividade rural. A sobrevivência no meio rural se torna mais seletiva economicamente.

A transição enfrentada pela sociedade rural tradicional tem componentes na paisagem local. Maria José Carneiro indica que também neste terreno haverá mudanças, aplicando-se uma imagem idealizada pelos "neorurais", isto é, aqueles que vão construindo as segundas casas na região ou simplesmente passam a ali viver. Estes passam a valorizar o jardim natural e mesmo a floresta, tornando-se inclusive um fator de relativa preservação, se confrontados com o ritmo de destruição natural, historicamente observado nos contextos essencialmente agrícolas. Enquanto categoria, o lavrador ou camponês vai deixando a sua atividade para se tornar caseiro de sítios. Ele se transforma, no dizer de Maria José Carneiro, em *"jardineiro da natureza"*.

Todos os quatro autores parecem convergir para a identificação de um problema central na região — crise da agricultura e o fim do campesinato.

Na verdade esta *"senda de transição"* tem um forte conteúdo cultural. A cultura "caipira" simplesmente desaparece ou se isola em pequenos nichos. Algumas expressões culturais como a Folia de Reis subsistem e recebem por vezes apoio das prefeituras, mas no conjunto é uma atividade que pouco se renova. Enquanto categoria social o campesinato tende a desaparecer e culturalmente perde a hegemonia num quadro em que parece ser dominado pela cultura "dos de fora".

Na verdade o problema é mais complexo. Embora predomine na região a subordinação da cultura local a padrões externos, restam ainda algumas alternativas a serem examinadas tais como a conversão em área de luxo, a convivência ou não com um novo segmento popular que dorme na região e trabalha em Nova Friburgo. A região tem diante de si alguns cenários armados e contrapostos:

a) a destruição ambiental e degradação da vida natural, acompanhadas pela perda do patrimônio de conhecimentos antigos do mundo rural e a produção de um novo estilo de vida no qual as antigas tradições se desmoronam.

b) a conversão da região em coração ecológico da Mata Atlântica com a abertura de atividades aos filhos da terra e "aos de fora" mediante o desenvolvimento do turismo, daí resultando uma mistura destes componentes com valorização de atividades vinculadas à natureza.

c) O crescimento da população poderá obedecer a uma certa harmonia tendo em vista a vida local que poderá se tornar um fator pressionante sobre o ambiente caso se transforme em cidade-dormitório relacionada a cidades de pequeno porte como Nova Friburgo. Tal possibilidade depende do crescimento da própria cidade e de outro da valorização da terra. Na medida em que os preços da terra se elevam em virtude do turismo, a possibilidade de loteamentos para formação de dormitórios se reduz.

Os caminhos que se abrem e que podem se traduzir em oportunidades de trabalho dependem da ação dos próprios moradores e por outro lado da ação cultural concertada entre turistas, prefeitura e moradores. Penso em possibilidades de exploração de atividades que tenham uma conotação comunitária ancorada na questão comum da preservação ambiental como o ecoturismo; formação de um pólo botânico, fitoterapia e área para trabalhos espirituais. A própria agricultura poderá ganhar maiores espaços caso redefina tecnologia, escolha de produtos e orientação de mercado, combinando policultura com uma produção de produtos de recente aceitação nos mercados como cogumelos e produtos naturais, "sem agrotóxicos".

Em termos administrativos e financeiros isto requer um pouco mais de autonomia do que ocorreu no passado quando a administração local foi sempre exercida por gente nomeada diretamente pela Prefeitura de Nova Friburgo.

Não se trata de uma realidade simplesmente plasmada pelas pressões modernizantes. Ela contem possibilidades de invenção. Socialmente, por exemplo, o Movimento dos Sem-Terra, MST, aponta algumas alternativas comunitárias e em regiões consideradas de preservação ambiental há a necessidade de se estudarem alternativas de novos padrões em que se mesclem conquistas modernas com a tradição rural, de modo a valorizar o ambiente, a biodiversidade e a alimentação natural, o ecoturismo, a arte em geral. Certamente o setor público pode desempenhar um importante papel nesta opção.7

6. 5ºe 7º distritos

Segundo o censo de 2000, a população do Distrito de Lumiar totalizava neste ano 4 608 pessoas. Embora a população do chamado perímetro rural seja de 3 510 pessoas, a urbana - 1098 pessoas é responsável por 24% da população do distrito. Em São Pedro da Serra, a população total alcança 2 661 habitantes, sendo 884 na área urbana (33%) e 1 777 na rural (67%). Segundo Censo Demográfico de 1991, a população total de Lumiar era de 5 105 pessoas. A população urbana era de 725 (14%) e rural de 4 380. Em São Pedro da Serra, a população totalizava neste ano 2 510; aquela considerada urbana alcançava 611 pessoas (24%) e a população rural totalizava 1 899. Registrou-seportanto na área a tendência geral ao aumento da população urbana no ambiente rural.

A população de Campo de Coelho, distrito essencialmente agrícola teve também um mínimo crescimento de sua população total, passando de 9 075 pessoas para 9 710 entre 1991 e 2000. Ao mesmo tempo sua população rural passou de 8 075 para 7 768 e a urbana experimentou aumento, passando de 1000 pessoas para 1942.

Daí podemos extrair algumas observações. No caso de Lumiar o crescimento populacional foi negativo e em São Pedro foi muito limitado, apenas 151 pessoas. A perda populacional de Lumiar deve ter correspondido a um provável êxodo rural. O próprio crescimento limitado de São Pedro também pode estar indicando êxodo. Como a fração urbana da população cresceu em números absolutos e relativos nos dois distritos e a rural diminuiu, é óbvio que houve esvaziamento da área rural.

Este retrato demonstra que, não obstante o crescimento de atividades ditas urbanas como aquelas ligadas ao turismo e outras destinadas à própria população residente, os distritos ainda são essencialmente rurais e agrícolas.

O sentido da evolução confirma uma tendência geral do meio rural brasileiro, em que a fração urbana tem crescido mais do que a área dita rural. Enfim distritos essencialmente rurais estão se urbanizando.

O fenômeno tem sido estudado e demonstra transformações recentes na agricultura. Não obrigatoriamente indica declínio da atividade agrícola em termos de valor de produção, mas pode indicar mudança na estrutura produtiva.

No caso dos antigos distritos de Lumiar e São Pedro, pode-se supor declínio da atividade agrícola. Ao mesmo tempo parece que os estabelecimentos rurais diminuíram e principalmente aqueles menores até 10 hectares. Aqueles menos aptos tecnologicamente para assegurar uma produção competitiva no mercado tem soçobrado. E tudo indica que a área de cultivo diminuiu no seu conjunto. A acumulação de capital tem privilegiado aqueles que conseguem uma comercialização própria a par de emprego crescente de capital na própria agricultura.

É provável que a população considerada rural não seja mais totalmente agrícola vindo a exercer atividades que podem estar situadas no meio urbano que teria crescido com seu comércio, bares, pousadas ligadas ao incremento do turismo. O crescimento registrado da população urbana pode indicar também o estabelecimento de pessoas aposentadas ou simplesmente egressas de cidades em busca de uma qualidade de vida melhor. Vanessa Teixeira distingue nestes distritos regiões distintas:

a) área em que a atividade agrícola é predominante;

b) área que combina atividades agrícolas e de serviços (turismo)- (área pluriativa);

c) área em que as atividades relacionadas ao turismo prevalecem (área turística);

d) área de reserva ambiental, cuja ocupação e exploração é controlada pela legislação de preservação da Mata Atlântica.

A chamada área agrícola geralmente é constituída por comunidades mais afastadas dos centros urbanos. São cada vez mais limitadas no conjunto dos municípios. A exemplo de Galdinópolis e Benfica apresentam um quadro restrito de serviços tanto destinados à população residente como à população visitante. Embora haja no seu interior pessoas que prestam serviços em outras atividades, são áreas onde a atividade agrícola é quase absoluta.

Já nas áreas ditas pluriativas se combinam atividades agrícolas com outras ligadas a serviços diversos. A autora considera Boa Esperança e Rio Bonito como povoados onde esta

diversidade de atividades se verifica ainda que a primazia seja da atividade agrária.

A chamada área turística compreende os núcleos urbanos de São Pedro da Serra e de Lumiar. Exemplo de área de reserva ambiental é Macaé de Cima. Nesta última a atividade agrícola praticamente não existe mais. Existe grande número de casas de veraneio, cujos proprietários são originários dos grandes centros urbanos e compraram terras de antigos agricultores que acabaram abandonando esta atividade.

A história e trajetória da agricultura e vida em Lumiar e São Pedro da Serra incluem períodos de isolamento parcial, onde a cultura de subsistência era bastante diversificada e nova fase em que se verifica a sua completa inserção com os grandes centros urbanos e mercados regionais. Geralmente a agricultura local mantinha uma base de auto-sustentação e na medida em que se concretizou integração aos mercados, esta auto-sustentação ficou sacrificada, com a concentração crescente em atividades agrícolas mercantis.

A policultura vem cedendo terreno para plantios monoculturais assim como as trocas internas tem se reduzido em favor de uma ligação mais exclusiva entre agricultor e mercado extra-local. Segundo alguns autores a vida comunitária era mais intensa e havia pouca interferência de elementos externos. Mesmo nesta época os produtores eram diferenciados em relação à propriedade da terra, havendo aqueles que, sendo maiores, utilizavam a parceria e até concediam pedaços de sua propriedade para cultivadores. O trabalho é essencialmente familiar, seja o realizado por filhos seja o realizado por famílias de parceiros. Muitas propriedades não possuíam engenhos nem moinhos. Então recorriam ao aluguel mediante pagamento de parte da produção. A diferenciação social destacava ainda um grupo que tinha animais e capacidade de direcionar gente para esta atividade, fazendo assim o papel de intermediador da sua produção e a dos vizinhos.

A década de 60 assinala o início das transformações que mudaria o perfil destas regiões. A primeira estrada de terra que ligou Lumiar a Mury em direção a Nova Friburgo foi construída somente no final desta década. O transporte coletivo, ônibus só chegou em Lumiar no início da década de 60, com uma viagem diária apenas para Nova Friburgo. A eletrificação efetiva da região só se iniciou em 1985. Antes havia uma pequena usina de fornecimento elétrico em São Pedro da Serra com capacidade limitada e no distrito de Lumiar havia algumas pequenas usinas particulares com capacidade de atender limitadamente apenas uma casa ou outra.

No quadro geral da modernização agrícola, Lumiar e São Pedro ficaram marginalizados na medida em que havia pouco capital para empregar na tecnologia especialmente adaptada às condições montanhosas dos distritos. Assim mesmo houve uma adesão crescente ao uso de agrotóxicos e pesticidas o que vem marcando a agricultura da região desde então. Talvez beneficiados pela estrada e pelo crescimento do mercado agrícola, a região passou a participar mais intensivamente do mercado, dedicando a sua produção a gêneros como inhame, hortaliças, batata-inglesa, palma, batata-baroa. Eis também o início de uma mudança de padrão de vida do agricultor que passa a se inserir mais no mercado, recorrendo crescentemente aos bens veiculados pelo mercado urbano. Através de entrevistas, realizadas por Vanessa Teixeira, que contemplaram cerca de 60 depoimentos, correspondendo a 6,6% do número total de estabelecimentos, ficou claro que apenas 11 unidades familiares entrevistadas, ou seja 18.3% possuem máquinas. A grande maioria também não recebeu qualquer crédito ou assistência técnica (85% dos entrevistados). A produção se destina ao mercado consumidor do Rio de Janeiro. Parte vai para o mercado municipal, segundo informações do escritório da EMATER, Nova Friburgo. A produção hortigranjeira da região serrana, incluindo. Além de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto representam 70% daquela consumida no Estado.

Entre as unidades familiares entrevistadas, o inhame é o principal produto da região. Além desse produto, outros como batata-doce, banana, couve-flor, repolho, pimentão, tomate, feijão fazem parte da produção atual. A combinação mais comum é a do inhame como cultivo comercial, o aipim para o auto-consumo, milho e feijão principalmente para “o gasto”.

Vanessa Texieira cita dados da agência local da EMATER que demonstram uma redução de cerca de 71% da área cultivada no período. Esta redução está ligada à pressões dos órgãos fiscalizadores da zona de proteção ambiental. A legislação ambiental tem sido instrumento inibidor da atividade agrícola,

tanto da manutenção das atuais áreas de cultivo, quanto na expansão de novas terras, o que ocasiona a progressiva perda das áreas agricultáveis. Isto teria abalado a produção agrícola, pois o agricultor deixa a terra descansando durante cerca de 3 anos. Nos últimos tempos passaram a ter que pedir licença para a prática de queimada e roçada. O valor de tal licença é de dois salários mínimos vigentes (R$ 240,00). Os agricultores que não pedem licença estão sujeitos a constantes multas cobradas. Alem disso, a penetração do turismo tem contribuído para a transformação da área agricultável em sítios de lazer improdutivo.

A região é caracterizada por pequenas e médias propriedades rurais situadas na faixa abaixo de 100 hectares, ou seja 865 estabelecimentos (cerca de 96%) possuem até 100 ha. Segundo as informações da relação de contribuintes do Imposto Territorial Rural de 1983 do INCRA, dos 570 estabelecimentos rurais pertencentes à categoria de proprietários, 80% situam-se entre 1 e 50, dos quais os estabelecimentos entre 1 e 10 há representam 30,5%

De acordo com o censo agropecuário de 1985 e dados do escritório da EMATER os estabelecimentos rurais dos distritos de Lumiar e São Pedro eram 904. Segundo o Censo Demográfico de 2 000, os estabelecimentos totalizavam 671 (428 em Lumiar e 243 em São Pedro). Como se pode observar, o número de estabelecimentos diminuiu assim como a área cultivável. Podemos supor que tudo na atividade agrícola está em declínio com exclusão progressiva dos pobres cuja alternativa tem sido ainda a parceria.

A comercialização dos distritos é na sua quase totalidade destinada ao Mercado CESASA - Rio (90%) o que juntamente com a maior parte do turismo procedente do Rio e Niterói fazem desta região uma área pouco integrada com Nova Friburgo. Vem reforçar uma característica antiga da região que é a de voltar-se sobretudo para a Corte dissociando-se do centro-norte fluminense e de demais regiões interioranas. A venda dos produtos se dá principalmente através de comerciantes locais que tem acumulado capital e aplicado na compra de terras, possivelmente em Nova Friburgo.

Segundo a pesquisa de Vanessa, a maior parte dos atravessadores logrou sê-lo através de acumulação prévia na atividade agrícola que com o tempo se tornou secundária em face da atividade comercial. O comerciante se torna um pólo de acumulação de capital o que lhe permite diversificar atividades entre as quais se inclui a compra de terras, muitas vezes com finalidade especulativa, usada simplesmente como estoque de valor.

A submissão do agricultor ao comerciante e a freqüente situação de conjuntura de preços baixos tem sido um dos fatores de desestímulo da pequena produção agrícola. De um modo geral o pequeno produtor não cria condições de acumulação capaz de proporcionar melhoria tecnológica e ampliação das terras. Cultiva as terras em condições precárias: instrumentos de trabalho como foice e enxada, lotes acidentados, sujeição aos intermediários locais.

O turismo passa a ser uma atividade importante, e daí procede contingente que se torna crescentemente proprietário de terras na região. Por exemplo a indicação do censo de 2 000 de que em Lumiar de 2 747 domicílios, 1218 estão registrados na faixa de não ocupados, indica a forte presença de moradores de outras localidades com terras e casas na região. Em São Pedro da Serra, de um total de 1314 domicílios recenseados, há 416 não ocupados. O turismo geralmente estimula atividades artesanais e urbanas. Os novos turistas não se dedicam em geral à agricultura, muito poucos o fazendo. Estão neste caso alguns produtos destinados a alta faixa de renda: cogumelos, produtos agrícolas sem agrotóxicos.

De qualquer maneira o fluxo turístico tem efeitos sobre a agricultura, sobre o nível de atividade e até mesmo sobre o perfil da produção familiar. Com o crescimento do turismo, o acesso à terra se tornou mais difícil ao agricultor de poucos recursos. As terras que antes eram vendidas em grandes extensões passaram a ser loteadas. Muitos agricultores venderam suas terras e foram trabalhar em Friburgo, nas indústrias ou no setor de serviços. Dramaticamente alguns voltaram para as suas antigas propriedades na condição de caseiros.

O perfil de agricultores da região apresenta uma diversidade de tipos classificados como *“agricultor monativo tradicional”* com poucos recursos, com reprodução social

constantemente ameaçada, incluindo-se nesta faixa parceiros (meeiros). O agricultor moderno ou em vias de se modernizar extrai a maior parte da sua renda da agricultura. Utiliza a mecanização, por vezes possui seus próprios meios de comercialização, tem por vezes acesso ao crédito. O agricultor pluriativo, segundo a pesquisadora, integra a maior parte dos agricultores da região. Dentre estas categorias está tanto o agricultor que investiu em outros ramos como aquele em cuja família se encontram pessoas que exercem outras atividades.

Examinando a situação dos agricultores, constata certo número de agricultores que trabalham em outras regiões uma parte do tempo: em Cachoeiras de Macacu, Macaé, Campos e Silva Jardim. Por vezes fazem trabalhos na própria região recebendo a diária, geralmente em época de colheita.

O chamado agricultor pluriativo se percebe diante de um leque de possibilidades:

a) trabalho assalariado nas oportunidades ofertadas pelo setor turístico;

b) trabalho assalariado na Prefeitura de Nova Friburgo;

c) investimento em casas para alugar ou em algum comércio;

d) trabalho autônomo vendedor, atravessador, faxineira, costureira etc.

A pluriatividade ocorre com mais freqüência entre aqueles que são proprietários. (77,4%) do que entre aqueles que são proprietários-parceiros (44,8%). Os agricultores parceiros não tem recursos para investir no turismo. Desses, apenas 15% possuem casas para alugar.

O processo agrícola na região passa por transformação. Antes era comum o uso da parceira inclusive no âmbito familiar, com filhos cultivando terras e pagando uma parte para o pai. Atualmente a tendência entre os filhos de agricultores consiste na busca de trabalho fora da lavoura, como saída para superar os baixos rendimentos proporcionados pela agricultura.

O grau de escolarização é fator decisivo na escolha da saída ou permanência dos jovens na agricultura. A maioria que trabalha na agricultura tem apenas, quando muito, o primeiro grau. O número de jovens, filhos e filhas de agricultores dispostos a conduzir uma propriedade agrícola e permanecer na profissão é cada vez menor. Um questionário aplicado aos alunos da Escola

Estadual de São Pedro da Serra em 1997, revelou que os jovens tem experimentado uma diversificação profissional, através de cursos profissionalizantes no SENAI. A agricultura absorve apenas 7,7%.

Segundo pesquisa de campo de Vanessa Teixeira a maioria das unidades familiares entrevistadas é pluriativa: 38% são famílias agrícolas monoativas e 62% são pluriativas. Em relação à renda 62% do universo entrevistado retira a sua renda de mais de uma atividade, 28% é somente agrícola e 10% soma rendimentos da agricultura com os da aposentadoria e pensão.

Os agricultores que dependem apenas da renda agrícola, são os que, em sua maioria, estão em pior situação, desanimados em continuar somente nesta atividade. Os dados referentes à renda indicam uma renda familiar mensal das unidades pluriativas em torno de 5,5 salários mínimos, enquanto as agrícolas não superavam 3,25 salários mínimos.

As atividades extra-agrícolas correspondem à mais da metade da composição da média da renda familiar mensal da unidade pluriativa. Esta renda tem sido aplicada em diversos fins, desde compra de equipamentos até gastos domésticos. Somente uma unidade respondeu investir na agricultura. O agricultor pluriativo não se desfaz totalmente da agricultura deixando sempre um lote para a agricultura.

No Estado do Rio de Janeiro, a população é fundamentalmente urbana: 95,5% da população reside em área urbana; 76% concentra-se na região metropolitana. É muito pequena a participação do PIB agrícola no produto total do Estado (menos de 2% contra cerca de 12% na média nacional). A estrutura fundiária fluminense apresentou o seguinte quadro segundo o Censo agropecuário de 1995-1996

Número de estabecimentos, segundo área e participação na área total - 1970 –1995

Área (há)	1970	1995	1970	1995
menos de 10	53,7	53	5,2	4,1
10 a menos de 100	37,8	37,3	28,1	28,2
100 menos de 1000	8,1	9,3	47,3	52,2
1000 e mais	0,4	0,4	19,4	15,5
total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropécuário 1995-1996, IBGE. Pg. 30[301]

No Estado do Rio de Janeiro a maioria dos estabelecimentos rurais (61,06%) levantados pelo censo agropecuário de 1985 se enquadra na categoria “produção familiar”.

Houve uma redução tanto do número de estabelecimentos (em torno a 41%) como na área total dos mesmos (cerca de 26%). Observando os dados relativos ao uso da terra entre 1985 e 1995, observa-se que o número de estabelecimentos passou de 91 280 a 53 680. A área em estabelecimentos diminuiu de 3 264 149 ha para 2 416 305 ha. Houve diminuição de área na lavoura, que passou de 624 699 ha para 337 241 ha; pastagens plantadas aumentaram de 319 227 para 644 093. Matas plantadas diminuíram de 39 663 ha para 25 881 ha. A área em descanso passou de 58 366 ha para 38 312 ha. A área produtiva, mas não usada, passou de 113 720 ha para 39 180 ha. Diminuíram as pastagens naturais, matas naturais e terras inaproveitáveis. Tudo indica que tendo diminuído a área agricultável aumentaram a área de urbanização e as pastagens.

As principais lavouras como arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, tomate banana, café e laranja que compõem 65% da área plantada do Estado apresentaram quedas significativas nas áreas plantadas, na produção e na produtividade.

Esta retração teria ocorrido na década de 90 em todo sudeste.[302]De acordo com o Censo Agropecuário (1995-1996) ao lado do declínio de cultivos tradicionais no período de 1985 a 1996 houve expansão significativa de alguns elementos, entre eles o cultivo de plantas olerícolas, ornamentais, condimentares, a criação de pequenos e médios animais, a avicultura, a piscicultura, a carcinicultura (criação de camarões) e a apicultura.

Comparado aos demais estados do sudeste, o Estado do Rio de Janeiro apresenta a agricultura com um dos mais baixos índices de

---

[301] Vanessa Lopes Teixeira – *Pluriatividade e Agricultura Familiar na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro , Dissertação de Mestrado, Universidade* Rural *do* Rio de Janeiro,1998, pag. 70

[302] Vanessa Lopes Teixeira – Obra citada, pags 74,75

nível tecnológico. De 53 680 estabelecimentos, apenas 11,5% usam equipamentos mecanizados, 51,5% usam fertilizantes, 32,1% fazem controle de pragas e doenças nas lavouras e 53,4% na pecuária; 33,1% recebem assistência técnica.

Ao lado da presença agrícola da região serrana responsável por cerca de 70% do abastecimento olerícola do Estado, tem crescido a atividade turística o que tem ocupado progressivamente áreas agrícolas tornando o hectare o mais caro do Estado do Rio de Janeiro. Musumeci (1987)[303] destacou aumento do número de assalariados permanentes nos anos 70 e 80 nos municípios de Cachoeiras de Macacu, Teresópolis e Nova Friburgo, associado pelo menos em parte à venda de sítios camponeses a veranistas e à conversão de ex-pequenos proprietários em caseiros.

Há um fenômeno geral de crescimento muito maior da população economicamente ativa rural em relação à PEA agrícola, esta última apresentando declínio absoluto em muitas áreas rurais do Brasil. Observando a população ocupada residente em domicílios rurais, constata-se que no Brasil a populacão agrícola diminuiu de 13 515 000 para 13 320 000, de 1992 a 1995. A não agrícola passou de 3 546 000 para 3 930 000. No total a população residente em domicílios rurais aumentou de 17 061 000 para 17 250 000.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, a população agrícola passou de 167 000 para 142 000 neste espaço de tempo. A população não agrícola passou de 136 000 para 155 000, segundo informações do Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano. No Estado do Rio de Janeiro, a população economicamente ativa não agrícola residente no meio rural apresentou um crescimento de 4,5% para o Rio de Janeiro, ou em outros termos, a proporção de trabalhadores rurais ocupados em atividades não agrícolas passou de 44,9% para 52,2% no período em questão.

Segundo o censo agropecuário de 1996, o município de Nova Friburgo tinha um valor de produção agrária e animal (bovinos,

---

[303] Musumeci, Leonarda–*Pequena produção e modernização da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no Estado do Rio de Janeiro*, IPEA/INPES, 1987, 224 p.

leite, suínos, aves, ovos) de 21 800 366 reais. Campo do Coelho era o de maior faturamento com 62% do total; Lumiar representava 9% do total. Não dispomos dos dados populacionais de todos os distritos de Nova Friburgo, mas podemos afirmar que a população rural de Lumiar representava 16% da população rural total de Nova Friburgo.

7. Mudanças Ambientais

O processo de colonização através do concurso de imigrantes tem a ver com a expansão civilizatória conquistando e dominando o mundo dito selvagem. Ela era apoiada institucional e ideologicamente pelas autoridades oficiais cuja ótica fora sempre a de certa negligência da natureza, vista como fator abundante e disponível.

Colonizar tinha o sentido de transpor a barreira da natureza selvagem e da vida assim considerada. A mata deveria ser subjugada assim como os povos que a ela estavam simbioticamente ligados. Eram apodados de bugres, ignorantes e deveriam ser domesticados pela força ou pela persuasão. Deveriam adquirir os valores que serviam de sustentação ao modo hierarquizado que identificava civilização com uma verdadeira cultura senhorial. Considerava-se inclusive a escravidão como um ato de civilização, como se os escravos fossem ganhos para a cristandade e para os valores culturais caros à aristocracia.

Lançados em plena mata virgem, esperava-se que os imigrantes transformassem as condições naturais em ativos núcleos onde a agricultura e indústria produziriam os bens requeridos pelo nível de instrução europeu, a matriz da cultura a ser implementada nos trópicos.

A colonização está associada à exploração predatória de recursos. A expansão agrária foi feita tomando as terras à Mata, em tal nível de intensidade que, por levar à exaustão de madeiras, mereceu da coroa inúmeras determinações proibitivas de destruição da floresta. Ao que parece a sua reiterada preocupação com as matas significava exatamente que as vociferações eram inúteis. Por onde passava a colonização resultava um legado de liquidação da diversidade florística e conseqüente redução dos recursos

naturais. No início do século XIX, a degradação ambiental mereceu de José Bonifácio a observação de que

> *"nossas terras estão ermas, e as poucas que temos roteado são mal cultivadas, porque o são por brasileiros indolentes e forçados; nossas minas, por falta de trabalhadores ativos e instruídos, estão desconhecidas ou mal aproveitadas; nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do machado da ignorância e do egoísmo; nossos montes e encostas vão-se escalvando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes, que favorecem a vegetação e alimentam nossas fontes e rios,sem o que o nosso Brasil, em menos de dois séculos, ficará reduzido aos páramos e desertos da Líbia. Virá então esse dia (dia terrível e fatal) em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes cometidos"*[304]

O processo de exploração predatória da natureza liquidou em pouco tempo uma paisagem milenar. O processo que remonta à época colonial se estende pelos períodos ulteriores, substituindo-se a biodiversidade das matas pela monocultura de produtos destinados ao comércio internacional e mesmo para o mercado interno. Flutuações no mercado mundial determinaram plantios súbitos: açúcar, café. A voracidade pela carne transformou paisagens e florestas em pastos. Algumas vozes se levantaram contra esta realidade a exemplo de Sebastião Ferreira Soares, advertindo em meados do século XIX, que o preço desta destruição seria pago pelas gerações subseqüentes. Alberto Torres, no início da República, desvendou as relações subjacentes ao processo de destruição das matas. Liquidavam-se as matas para produzir para a exportação, para com a receita da exportação se obter bens importados, freqüentemente bugingangas. Em suma trocava-se a riqueza florística —— medicamentos, madeiras, alimentos por bugingangas.

---

[304] José Bonifácio de Andrada e Silva, *Obras Científicas, Políticas e Sociais, Santos,* Imprensa Oficial, 1965, vol. II, p. 156, citado em José Augusto Pádua (org.), *Ecologia e Política no Brasil,* Rio de Janeiro,Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987

A colonização da região serrana se verificou fundamentalmente no século XIX. Somente no século XVIII, a região foi devassada pelo colonizador. Até então ela consistia de área florestal cujas dimensões foram consideradas por Alberto Lamego[305] como o principal fator impeditivo de penetração no interior.

Todo o impacto ambiental da ocupação, colonização e expansão agrária na região serrana foi descrito em partes anteriores. Cabe aqui mostrar que não obstante os métodos destrutivos incorporados pelos colonos e amplamente utilizados ao longo do século XX pelos seus descendentes, Nova Friburgo fora considerado em 1920 como o município do Estado do Rio de Janeiro onde era maior o índice de preservação florestal. Isto deve ser creditado ao tipo de expansão agrária, menos intensiva do que nas áreas do centro-norte fluminense em que o café teve maior êxito. Nem da parte das autoridades nem da parte da iniciativa privada houve a atenção devida à preservação da mata. Ela era destruída em função do aumento dos plantios, mas também para a extração da madeira, como se pode depreender da carga transportada pela Estrada de Ferro Cantagalo e pela oferta divulgada na imprensa, de que havia madeira de lei pronta para servir aos interesses da própria Estrada de Ferro.

Não obstante a progressiva diminuição das matas, há uma parte do município de Nova Friburgo que está compreendido no decreto de tombamento da Serra do Mar/ Mata Atlântica de 1991. Recentemente Decreto Estadual nº 29213/01 criou a Área de Proteção Ambiental do Macaé, unificando a Reserva de Macaé de Cima, às Áreas de Proteção Ambiental (APA's) do Rio Bonito e do Rio Grande.

A preservação da floresta e até o reflorestamento são fundamentais para preservar a água e assegurar o equilíbrio dos rios. O desflorestamento tem uma relação com dois pólos extremos: a cheia e a seca. Por não existir cobertura florestal, não há porosidade no solo para penetração e retenção da água. Se a água da chuva não é absorvida pelo solo da encosta, não pode ser devolvida gradualmente ao ambiente, ocasionando a falta d'água. O

[305] Alberto Lamego – *O Homem e a Serra*, Rio de Janeiro0, IBGE, 1959

problema ocorre na estação seca, principalmente nos meses de agosto e setembro, quando áreas urbanas, no primeiro distrito têm sofrido falta de água. O desmatamento tem a ver também com as enchentes responsáveis por tragédias em diversos anos. Já em 1926, artigo publicado pelo jornal A PAZ analisava o problema:

> *"As encostas de seus vales, em geral devido às constantes queimadas e derrubada da mata para extração da lenha, oferecem fácil descida às águas, as quais quando abundantes se precipitam pelo twalweg alterando completamente o regime de vazão de todo sistema"*

A floresta foi sempre objeto de queimada, especialmente em função da agricultura. Na medida em que a agricultura tem experimentado declínio com diminuição da área cultivável, este problema tem se atenuado, embora continue a existir. Segundo informações orais de moradores antigos de São Pedro da Serra, o distrito já foi mais desmatado do que se encontra hoje.

A floresta é importante como preservação da biodiversidade, da fecundidade do solo, evitando a desertificação e fornecendo uma constante adubação à terra; é fundamental para preservar o regime de águas, evitando a seca. Torna-se um fator de turismo e de saúde. Abre a possibilidade também de sustentação do desenvolvimento local, não só por seus efeitos indiretos, ligados ao turismo, como ainda pela possibilidade de embasar futuras pesquisas sobre os elementos da mata e com isto integrar um movimento de pesquisa sobre a Mata Atlântica. Alem disso a floresta assegura bioviersidade vegetal e animal. É ela própria um fator de saúde.

Se desde os tempos iniciais de Nova Friburgo, a vila era procurada especialmente para a recuperação da saúde, isto se devia à riqueza da vegetação, além de seu aspecto montanhoso. A rede de hotéis e o Sanatório Naval cumpriam este papel.

No passado distritos como Lumiar e São Pedro da Serra eram vistos exclusivamente como roça. Hoje o conceito que provem de

várias instâncias,é o da região como nicho ecológico, abrindo potencialidades de turismo ecológico, de pesquisas botânicas, estações fitoterápicas comcapacidade de alcançar patamares internacionais.

Além disso, é possível resgatar também o conhecimento do patrimônio florístico existente entre descendentes de colonos. Com efeito, os colonos que se valeram durante quase dois séculos dos medicamentos oferecidos pela natureza, dispõem de grande conhecimento da natureza e do seu teor curador. Inúmeros curadores da região, em geral pertencentes a gerações mais antigas, sabiam o poder de raízes, cascas de árvores, frutos e ervas. Pois bem é hora de resgatar este conhecimento; salvar as canelas, as perobas, as candeias, e fomentar o seu emprego alimentar e medicinal.[306]

A região desde os tempos da implantação dos primeiros sítios contou com fatores naturais extremamente favoráveis para a sustentação básica do homem. A floresta fornecia madeira para a construção de pontes e para moradias. Além disso, a região contava com farto manancial de água. Foi o caso de toda Nova Friburgo e a área do vale do Macaé, nosso principal foco. Nos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra estão localizadas as cabeceiras do Macaé.

A importância da água na região se torna fundamental, tanto a nível local como envolvendo outros municípios. A nova atenção à água está presente na Política Nacional de Recursos Hídricos, a chamada Lei das Águas. A Lei das Águas propõe legalmente gestão participativa e democrática exercida por todos os usuários de água de uma bacia demográfica que devem escolher as prioridades, zelar pela limpeza e estabelecer preços pelo uso da água. De um lado está se encerrando definitivamente a etapa pré-monetária da vida local, quando se podia utilizar recursos da terra e das águas sem qualquer pagamento. De certo modo estava assegurada

---

[306] Ver pesquisa coordenada por Maria Suzel Soares da Cunha – *Memória Popular – Receitadores, Mundo Místico e Ação Social* - Departamento de Cultura – Pró-memória da Prefeitura de Nova Friburgo, outubro de 1988.. Foram arrolados 34 curados, dos quais 9 de Lumiar e São Pedro da Serra: Hercílio Maria Izabel Frezer, Nicanor, Osório Schuenkel, Oswaldo Correa da Silva (Lumiar) e Yolanda, Higino de Lima, José Mafort, Milton Heringer (São Pedro da Serra). Algumas pessoas da terra indicaram outros entre os quais Juarez Egdorn, Brau Wenderosky, Juvenal Macedo (Galdinópolis) .Também a Caritas de diocesana publicou um opúsculo resultante do 1º Encontro Sobre Ervas Medicinais feito nos dias 17 e 18 de agosto de 1985 em Lumiar. Nele se encontram ricas informações dadas pela população local.

certa liberdade que hoje tem um preço, o que obriga a que todos tenham recursos monetários, colocando todos na dependência do mercado. Vejamos como se verificará o plano de pagamentos.

De qualquer maneira, exige-se uma esfera administrativa local para gerir recursos como a água. E isto num quadro em que muito se terá que fazer.

Primeiramente, é preciso zelar pelo sistema de saneamento básico para evitar o processo contumaz de poluição das águas. Por falta de esgotos e fossas adeqüadas, os rios se tornam o próprio esgoto. Mesmo em áreas fartamente servidas por nascentes como Lumiar, a água já apresenta problemas de contaminação. Pesquisa realizada em 1991 constatou que praticamente toda a população infantil da região se apresentava contaminada por diferentes tipos de verminose[307]. Mesmo em 2003, em São Pedro da Serra, há esgotos que desembocam no rede fluvial comprometendo a qualidade de sua água.

A questão da água tende a se tornar um problema essencial tanto para as grandes cidades ameaçadas de escassez como para as pequenas, que podem ter suas águas deterioradas pelos dejetos nos rios. Estes dejetos podem ser de diversos tipos. O mais ameaçador é o esgoto produzido pelo próprio homem. Mas há outros perigos, como despejos industriais, domésticos e agrotóxicos. Pesquisa realizada no rio Bengala, em Nova Friburgo, comprovou a existência de elevado nível de coliformes fecais. Em relação a outras variáveis que medem a poluição orgânica, tais como nitrogênio amoniacal e fósforo total, também apresentaram valores elevados no período 1980/1989. Inúmeras indústrias de Nova Fribrugo foram arroladas como responsáveis por efluentes tóxicos na água como chumbo, cádmio, cromo, cobre, níquel, zinco, mercúrio, cianetos e fenóis.

O emprego de agrotóxicos, além de contaminar trabalhadores, tem atuado sobre a água. Pesquisa realizada em 1985 revelou que boa parte da aplicação de agrotóxicos é feita a uma distância de fontes de água menor do que 30 metros. Os pesticidas e agrotóxicos

---

[307] Gilson Saippa de Oliveira e Jorge Miguel Mayer – *Verminose e Flora Medicinal – O Caso dos 5º e 7º distritos de Nova Friburgo* – São Pedro da Serra , mimio.1992

afluem para as águas. Também boa parte do lixo doméstico, por falta de organização da coleta do lixo, termina nas águas.[308]

Assim, sob novas condições, ao mesmo tempo em que se reorganizam as atividades de povoados e as fontes geradoras de renda, é preciso romper com antigas tradições e velhos hábitos e se partir para inovações no meio ambiente. Eis o desafio para a construção de novas perspectivas que sejam capazes de integrar a agricultura e as demais atividades num contexto local.

A região do 5º e 7º distritos é bastante ampla. Compreende montanhas em cujos vales se organizam pequenos povoados. O turista se fascina pela paisagem montanhosa e mais ainda pelos remanescentes da Mata Atlântica. Ainda convivem velhas e tradicionais formas de viver — do viver camponês, em contato com as inovações de que são portadores os turistas e os "neorurais". Antigamente o modo de vida rural se pautava pela ausência de fossa, pelas queimadas constantes, o que hoje se tornou criticável. Para que a comunidade possa auferir os ganhos de sua vocação turística é preciso uma atenção especial para a vegetação, para as matas e principalmente para a água. A limpidez da água é um tesouro.

E ela está ameaçada, porém ainda em ponto de ser corrigida. Basta que os moradores usem fossa séptica e não despejem seus dejetos nos rios. Esta perspectiva hoje já está presente em boa parte da comunidade, como se pode depreender da nota de um jornal local - Ecos.

> *"A questão das valas abertas, das fossas estouradas, dos esgotos sendo jogados diretamente nos rios, parecem estar com seus dias contados. O sistema adotado prevê a eliminação do lançamento dos esgotos aos rios, através das fossas sépticas que deverão ser conseguidos pela Prefeitura"*[309]

---

[308] Ver Armando Thomas Morett e Jorge Miguel Mayer – *A Questão Ambiental em Nova Friburgo,* em *Teia Serrana,* João Raimundo de Araújo e Jorge Miguel Mayer (orgs.), Ao Livro Técnico, 2003.
Ver também Armando Cypriano Pires – *"Dados, Fatos e Falas:Histórias Contadas Sobre Saúde e Trabalho"*, dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, FIOCRUZ, 1986

[309] Ecos - Infomativo Regional, ano 1, setembro de 2001, pag. 4

Em levantamento feito pelo Posto de Saúde de São Pedro da Serra[310], a equipe que percorreu casa a casa registrou em agosto de 2001 um total de 2 749 pessoas, sendo 1 407 homens e 1 342 mulheres — um total de 908 famílias cadastradas. O abastecimento de água continua na sua maior parte proveniente de nascentes: 64,10%. O abastecimento pela rede pública compreende 35,57% e outras fontes entram com 0,33%. O consumo de água indicou que 40,75% usam a filtração; 0,99% praticam a fervura; 9,91% recebem água dorada e 48,35% bebem a água sem qualquer tratamento. Quanto ao destino dos dejetos, o de fezes e urina conta com sistema de fossas particulares (76,10%); o sistema de esgoto absorve 6,94% e são lançados a céu aberto 16,96%. Quanto ao destino do lixo, 77,86% são objeto de coleta pública. São queimados e enterrados 17%, 84% e 4, 30% são deixados a céu aberto.

A questão da água vem se tornando cada vez mais importante. Como se viu, boa parte da população faz uso de nascentes e poços, de tal modo que o sistema é muito descentralizado. Em face da importância que a questão da água vem assumindo nacional e internacionalmente, a área tem merecido nova atenção, pois aqui existem as cabeceiras do Rio Macaé. No município de Nova Friburgo se concentram rios que abastecem o Macaé que tem suas nascentes na região do 5º e 7º distritos. Para assegurar o fluxo de água, sua potabilidade e limpeza, é fundamental que haja cuidado com suas nascentes. É esta consciência que deu origem à criação do Comitê da Bacia do Macaé, que é um plano que envolve responsabilidades pelo uso da água, inclusive com estabelecimento de pagamento pelo seu uso. De um lado, um bem gratuito deixa de sê-lo. Lança-se assim uma pá final na possibilidade de se estender o modelo antigo de vida onde nada se pagava pelo uso do ambiente. Agora planeja-se um sistema de pagamento, que, em princípio, deve consistir numa renda a ser aplicada na própria preservação da qualidade da água.

A água ao mesmo tempo que vital para a saúde torna-se rara. Quem controla a água, controla a vida e é possível que ela se transforme em mercadoria. A política de águas aplicada no vale do Macaé adquire ainda maior importância em face da situação em que se encontram as águas que abastecem as grandes cidades. A baía da Guanabara está infestada de dejetos de todos tipos, o Guandu está doente.

---

[310] Secretaria Municipal de Saúde – SIAB -Sistema de Informação de Atenção Básica, equipe coordenada por eliana Manarelli- São Pedro da Serra (zona rural), agosto de 2001

> *“Ë preciso acompanhar a trajetória das águas do rio Paraíba do Sul que desembocam na torneira da maior parte da população do Grande Rio e arredores. No trecho paulista o rio recebe os dejetos de 3 mil indústrias. No trecho fluminense, cerca de 700 empresas contribuem para o aumento da poluição “.*

No caso José Chacon de Assis, presidente do Crea-RJ e coordenador do movimento da Cidadania pelas Águas, indicava a Companhia Siderúrgica Nacional como principal empresa poluidora, já que em 1999 ela sozinha era responsável por 90% dos dejetos industriais despejados no rio Paraíba. Além da poluição industrial, as águas do Paraíba, antes de chegarem ao Guandu, a caminho da estação de tratamento, ainda recebem o dejeto sanitário de 53 municípios fluminenses, com uma população estimada em cerca de 2,2 milhões de pessoas. Apesar de moderna, a nova estação de tratamento do Guandu não está reduzindo adequadamente a turgidez das águas que recebe. Enfim por vários fatores a água bebida está contaminada.

O Paraíba do Sul, o Guandu e seus afluentes que um dia foram límpidos e vigorosos estão morrendo aos poucos, de indigestão. Empanturrados de esgoto, lixo, dejetos industriais, produtos tóxicos. É preciso devolver a vida ao rio. A situação parece ser nacional conforme matéria publicada em 29 de novembro de 2001 – *“Poluição Fluvial fora de controle em 8 estados”-“Índice de contaminação é alto em 70% dos rios brasileiros”*. No artigo denuncia-se também que degradação da cobertura florestal na área da Mata Atlântica é de 90%. Pesquisa da Agência de Recursos Hídricos do Governo Federal abrangeu as bacias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. O tratamento de esgotos da cidade do Rio de Janeiro não é suficiente para atender os nove milhões de habitantes da capital e do entorno. Também estão em péssima situação a baía de Sebepetiba e a região entre a Lagoa Feia e os rios Macaé, São João e Itabapoana , no norte do estado.[311]

---

[311] Sonia Carneiro – *Poluição fluvial fora de controle em 8 estados.* Trata-se de reportagem baseada na pesquisa feita em 8 estados da qual resultou a evidente contaminação de 70% dos rios. O Quadro no Estado do Rio de Janeiro é dramático com a situação do Paraíba do Sul. JB, 29/11/01

Neste quadro uma área hidrográfica como a do Macaé tem merecido um destaque extraordinário. Criou-se de acordo com a nova política hídrica um Comitê de Gestão da Bacia do Macaé, se tentará implantar normas de controle e presume-se de aplicação de investimentos no sentido de controlar a limpidez das águas que vem sendo também contaminada porém em escala retornável. As águas precisam ser limpas e ao mesmo tempo acessíveis à população. A perspectiva de cobrança da água pode-se transformar em instrumento de seleção de usuários. De qualquer maneira, não pretendemos ir longe nesta questão. Mas nos parece que, por tudo isto, a comunidade deveria zelar pelas suas águas.

Ainda sobre a água[312] Os principais rios do Estado do Rio de Janeiro estão em situação crítica segundo relatório da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), ligada ao Ministério das Minas e Energia. No primeiro mapeamento feito em 20 anos foi analisada a água de cem rios do Estado do Rio de Janeiro e em 72 foram constatados altos índices de chumbo, cádmio, alumínio, arsênio, cobre e zinco. Embora a CEDAE afirme que a água consumida pela população não está contaminada por metais pesados, no último relatório semestral divulgado em julho deste ano foi registrada, por exemplo, a presença de 0,01 miligramas por litro de alumínio. A quantidade máxima permitida segundo a portaria 1 469 do Ministério da Saúde é de 0,2 mg/1.

O diretor de Operações da CEDAE, Flávio Guedes fez um alerta: Niterói, São Gonçalo e Itaboraí podem enfrentar graves problemas de abastecimento. Isso porque dois rios importantes que fazem parte do sistema Imunana- Laranjal estão à beira da morte. Os rios Macacu e Guapiaçu sofrem hoje os efeitos do desmatamento e do despejo de esgoto domiciliar e industrial. A estação de tratamento de Laranjal é responsável pelo abastecimento de 1, 5 milhão de pessoas.

Em Niterói, o serviço de água e esgoto é de responsabilidade das Águas de Niterói que compra a água tratada pela CEDAE. Cláudio Abduche, diretor da empresa, ficou surpreso com o resultado da análise da CPRM que mostrou a presença de metais. Abduche, no entanto disse que o controle feito pela CEDAE é rigoroso. Anthony Wong, diretor do Centro de Assistência Toxicológica do Hospital das Clínicas em São Paulo e professor da

---

[312] Reportagem publicada pelo O Globo em 2 de dezembro de 2001 – *Metais pesados Poluem os Rios – estudos mostram a presença de rejeitos industriais na água que abastece o estado.*

Faculdade de Medicina da Universidade do Estado de São Paulo alerta para formas de contaminação pela água que não é tratada: ingestão e banho e também a utilização de água dos rios contaminados para a irrigação de plantações, principalmente de hortaliças e frutas. Além disso os metais contaminam peixes.

A CEDAE garante que a água consumida pela população não está contaminada por metais pesados porque a estação de tratamento da companhia é capaz de retirar qualquer tipo de metal existente. Especialistas advertem que a água não tratada é usada na agricultura e pode contaminar frutas e hortaliças.Advertem para os riscos produzidos pelos metais:

Alumínio – altas concentrações podem causar mal de Alzeimer, laringite crônica e paralisia das pernas. Arsênio – pode provocar em altas concentrações de câncer de pele.

Cádmio - acumula-se no organismo humano pela ingestão de peixes contaminados ou pela própria água. Calcificação, disfunção renal, deformação nos ossos, hipertensão e câncer

Chumbo – muito tóxico, acumula-se nos ossos. Pode causar danos irreversíveis no cérebro, tumores renais e outros carcinomas. Cobre – em excesso pode causar danos no fígado e cérebro. Selênio – em excesso pode provocar câncer e deformações nas unhas e cabelos. Zinco – em altos teores pode causar problemas circulatórios e de concentração mental.

O patrimônio natural tem perdido terreno no mundo todo. Aproxima-se o apocalipse projetado pelo chefe Seattle quando deixou claro que os homens morreriam de solidão quando os animais se fossem. Daí a enorme importância assumida pela sobrevivência de remanescentes da Mata Atlântica e limpidez das águas na região serrana.

Nela o homem pode se sentir efetivamente um co-criador. Adquire a consciência de ser parte deste espetáculo da criação, e ao mesmo tempo percebe o seu poder de criar e destruir. Reencontra o chão e a terra de onde procedem a sua fonte de vida: o alimento, o medicamento, a água, o ar puro. Na entrada de São Pedro da Serra há uma tabuleta - *São Pedro - Toda a Paz do Universo*. Esta

paz não provem apenas da natureza, embora seja essencial, mas também da sociedade gestada ao pé dos morros, sob a força das árvores. Uma sociedade de famílias simples e acolhedoras. O viajante pode ser transportado a um verdadeiro paraíso, em sua concepção de um jardim das delícias. Até hoje, toda comunidade dorme tranqüila. Não existe praticamente problema de roubo. Vive-se a profunda tranqüilidade. Se o passado traz um certo fascínio, é preciso considerar que tudo muda. A história não volta. De qualquer maneira estamos no limiar da transformação. Uma realidade que não possuía eletricidade e telefonia, hoje está integrada às redes mundiais de comunicação. São os novos tempos. Vêm sob forma de desafio, qual seja o de não perder o elo com a natureza, de ao contrário dela fazer um bem público e geral ao mesmo tempo em que se constitua um núcleo social.

No plano econômico e administrativo surge uma nova dimensão que deve articular a administração local a parcerias diversas com redes nacionais tanto particulares quanto estatais em diversas instâncias.

A região vivencia um verdadeiro ideal paradisíaco que tem no jardim a sua imagem. Neste jardim há ainda remanescentes de um tipo de vida que é vital para boa parte da população do lugar e que é visto com encantamento pelo turista. A vida em simplicidade; as famílias grandes, os ritmos lembram os antigos São Pedro e Lumiar que trazem resquícios dos tempos da colonização, tanto pela presença física de famílias descendentes dos imigrantes como pelos traços da policultura agrícola, aliada ao antigo modo de vida rural.

O turista poderá ainda viajar para o arcaico, na verdade um longo passado que vive ainda. Pensando bem, a humanidade tem um passado muito maior em plena consonância com a natureza do que com os tempos modernos. Quantos mil anos não viveu o homem diretamente vinculado à produção e ritmos determinados pela natureza. Alimentava-se do milho, da mandioca, do inhame, das frutas, bebendo a água que lhes vinha dos rios. Este passado rural está talvez inscrito, na memória genética de cada ser humano. Enquanto ser da terra, o homem ainda guarda impulsos de buscar o alimento nesta terra que nutre os seus filhos. Mãe-Terra.

As estações passam a ser sentidas e o homem está dentro da roda do tempo. É a ligação com a natureza que fornece “uma certa concepção cíclica do tempo”. Um tempo em que havia fartura, camaradagem. Havia “desenvolvimento mas não exploração”[313]. A presença de tempos muito arcaicos ainda está presente na paisagem inscrita nas grandes pedras cujos riscos são como rugas de um passado. Indicam do alto de sua estabilidade que tudo passa e que após os seres do passado segue-se uma nova geração. A região foi povoada nos albores do século XIX por colonos vindos de uma Suíça rústica onde a natureza difícil e a idade de ferro dos homens impuseram duras condições de sobrevivência. Ao encontrarem o verdadeiro paraíso constituíram famílias que ficaram atadas a um estilo de vida quase invariável. Cento e cinqüenta anos de solidão, parafraseando o grande Garcia Marques. Em meio à propriedades com plantações, geralmente com mais terra que utilização, os camponeses se sujeitavam a um regime árduo, para obter o alimento ou o que quer que fosse necessário. Um regime marcado pela falta de perspectivas de jovens que emigravam em busca de condições aparentemente melhores. Além disso, se o regime de terras gerava a fragmentação, havia certamente terras a se expandir. O problema não parecia ser a falta de terra, mas o baixo preço pelo produto do trabalho familiar. As famílias utilizavam toda a sua força de trabalho na terra e viviam em relativa rusticidade. Não faltava o alimento, nem a disposição para os bailes. As crianças seguiriam o mesmo destino dos pais. E não havia nada de novo sob a face da terra. Talvez em algum momento, algum mascate, um circo ou quem sabe a entrada de um caminhão. Fora disso poucas viagens eram feitas até Nova Friburgo, e poucos de fora se aventuravam por estes lugares. Estavam integrados na rede de pequenos povoados no interior que se visitavam talvez por

[313] Expressão utilizada por André Brugni - *“Histórias de Camponês”* resenha do livro *“Terra Nua”* de John Berger. Um livro feito por pessoa que escolheu viver e narrar vida rural. Tendo como palco a Europa, o camponês é um “sobrevivente” de todos os modos de produção. Sob constante pressão, ameaça morrer com ele uma ligação do homem com a natureza.

ocasião de uma festa ou mais tarde por ocasião de um jogo de futebol. Poucos tinham instrução. A relação religiosa apenas saltuária era quase formal. No nascimento, o batismo; o casamento na igreja,a morte velada por Deus. Mas existe uma religiosidade incorporada ao viver, onde Deus é reconhecido nas bênçãos manifestas nas criações naturais, no tempo, nas fases da vida. Identificado o todo poderoso, o amor criador, mas há relativamente pouca penetração do ritualismo religioso no dia a dia. Muitos fazem o bem por ordem divina e são os tratadores, os médicos, as parteiras que se consideram seguidores de uma ordem divina.

Hoje as famílias buscam outras atividades e os filhos já entram na escola e a seguem. A escola se destina a outras profissões que não as do mundo agrário. Com isto os jovens tendem a adotar outros padrões e a velha e arcaica lavoura vai perdendo terreno. Além disso entram em cena fertilizantes e pesticidas.

Mas diante do fim do campesinato tradicional,pergunta-se se não é possível e viável pequenas cidades conviverem com a atividade agro-pastoril. E os caminhos são múltiplos. No caso, a natureza está se transformando em jardim e o pequeno agricultor poderá sobreviver trabalhando nesta direção que surge com plantas, e mesmo alimentos para nutrir exigentes consumidores que podem pretender uma alimentação com o selo natural. São novas perspectivas rurais, de atividade que pode combinar a agricultura com a silvicultura. Surgem as perspectivas de alterar o modo de plantar e do que plantar. Pode ainda haver equilíbrio, desde que a comunidade perceba que o desenvolvimento não significa simplesmente exagerar os transportes automobilísticos e viver segundo os padrões urbanos, mas abrir uma janela para outros tempos.

O novo não se configura apenas como destruição do velho. Ele pode representar uma certa continuidade se for realmente valorizada a natureza e se encontrar atividades que repousam no manejo sustentado, ou seja na produção que assegure a multiplicação de bens a disposição dos homens sem degradar as florestas, as águas e o solo.

Na história do Brasil já se esboçaram algumas utopias, como a de São Saruê, Terra sem Males, Jardim das Delícias. Creio que elas podem chegar na medida em que a comunidade pensar o lugar de forma comunitária, assegurando atividades para os seus membros e com isto possibilitando que o lugar se viabilize. Que ele não seja simplesmente uma passagem de novos colonos, mas uma colonização participativa com os homens se integrando à natureza, ao mesmo tempo em que se estabeleçam princípios democráticos. Não os da democracia formal que trata o aleijado e o são como iguais, mas a democracia profunda que atenda os diferentes com atenção diferenciada e que se exerça nas fontes de decisão.

Em termos gerais, no Brasil em que houve sempre centralizacão, penso que o campo forneceu homens, produtos, para atender à manutenção de milhões aglomerados em pombais modernos. Se a cidade é a demonstração de que num pequeno espaço podem viver milhões, o campo tem se pautado pelo contrário. Num grande espaço vivem relativamente poucos. Possivelmente a descentralização de decisões, a capacidade de viver com pleno atendimento e troca com as cidades por parte de pequenos lugares, são elementos fundamentais para se assegurar um novo rumo para o Brasil. Ao invés de uma área gigantesca com relativamente poucos habitantes, teríamos uma redistribuição populacional e a produção atendendo a núcleos relativamente pequenos.

Do contrário seguiremos a marcha de um processo que vem acelerando a desagregação rural, ampliando a área urbana e os empregos associados aos serviços. De qualquer modo os tempos não podem permitir mais uma simples destruição da natureza. E é possível organizar outros tipos de vida, que levem em conta a natureza, a reprodução humana e a participação comunitária nos destinos locais.

Conclusão

A proposta inicial de realizar uma pesquisa sobre o mundo rural chega a um ponto final, isto é, a um momento em que posso apresentar resultados da pesquisa empreendida. Obviamente ela seguiu um roteiro que, ao se defrontar com os limites da documentação e do historiador, teve que se adaptar e mesmo se reinventar. Hipóteses servem para a orientação, mas tem que abrigar a flexibilidade nascida do confronto com o objeto da pesquisa.

Criou-se na região serrana uma interação entre sociedade e natureza, permitindo que comunidades rurais assegurassem a reprodução humana e lograssem uma constância demográfica certamente maior do que a existente nas tradicionais áreas escravocratas. A experiência colonizadora disseminou a pequena propriedade na região serrana, atenuando os males resultantes da grande propriedade escravocrata; favoreceu a ocupação de todo centro-norte fluminense e, sobretudo deu lugar a uma experiência social de auto-sustentação. Foi realizado um processo de distribuição de terras de uma fazenda como uma reforma agrária.

A presença histórica de colonos suíços e alemães não fez da realidade municipal nem uma Suíça Brasileira nem uma área culturalmente suíça ou alemã. Na verdade, os colonos conheceram pobreza, viveram uma enorme dispersão. Os resultados da experiência serviram para esclarecer alternativas do trabalho livre num contexto escravista. Permeada pela escravidão e por seus traços culturais, praticamente a colônia de Nova Friburgo não logrou maior alternativa de desenvolvimento ficando sempre acanhada sob os limites do escravismo regional.

O passado rural que hoje está em vias de desaparecimento sob o avanço da urbanidade é decisivo tanto na relação entre o homem e a terra como nas estruturas mentais e políticas do país. É com o passado que devemos ainda fazer as contas e superar o atraso

histórico a que foram relegadas as populações rurais. Repensando o processo de industrialização e urbanização destaca-se a drenagem de recursos e de centralização política que fez do campo uma constante fonte de recursos para a cidade, sem o devido retorno social.

Procurei inserir o quadro rural local na dinâmica da modernização brasileira e julgo ter reunido elementos para uma crítica de um modelo pautado pela concentração da propriedade, emprego de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra, questionável do ponto de vista da saúde da terra e dos homens; um modelo associado à desocupação rural, desemprego, inchamento das cidades, degradação ambiental, doenças, precárias condições sanitárias. Enfim confrontei um velho paradigma rural com a modernização em curso e procurei encontrar sementes para a formulação de novas perspectivas de expansão espacial e progresso social que poderiam pôr um ponto final num modelo de desenvolvimento centralizador do ponto de vista político, destruidor da natureza e problemático socialmente.

Tendo como proposta fazer a história local deparei-me com novas visões sobre o tempo. O tempo ganhava plasticidadade. Era visto de diversas formas em sua relação com o presente. A cidade vivia um tempo completamente diferente daquele vivenciado pelos distritos rurais de Lumiar e São Pedro da Serra, escolhidos por abrigarem uma típica experiência de roça e por concentrar descendentes diretos dos colonos suíços e alemães.

Os antigos padrões de vida tornam-se superados para o próprio homem da terra, o que induz à busca de novas soluções que permitam a sua inserção na modernidade sem perder o vínculo a terra. A atuação do setor público pode ser decisiva no apoio à população local, fornecendo-lhe escola, assistência médica e ações que facilitem o transporte e a comercialização dos produtos rurais. Do contrário se acentuará uma progressiva expulsão física do homem da terra, perdendo-se o sentido da velha comunidade.

Enfim o rompimento do semi-isolamento em que se encontravam atividades rurais tem atenuado em todo o Brasil a dicotomia entre

roça e cidade e aberto o caminho para uma nova realidade espacial, econômica e social na qual antigas atividades urbanas se deslocam para o meio rural, ao mesmo tempo em que certos elementos da atividade rural e sua cultura penetram na área urbana. Esta interpenetração ocorrida a nível mundial e nacional, dando origem ao que já se denomina de “rurbano” modifica velhas relações políticas entre campo e cidade e provoca novas realidades culturais.

Hoje o turista se depara com aquele mundo do qual brotara a cultura sertaneja, com condições materiais privilegiadas, que lhe permitem ter acesso a pomares, piscinas naturais etc. Ele pode sonhar com a liberdade. Esta mesma liberdade vai se inviabilizando para o homem da terra.

Os antigos forrós se tornam eletrônicos, os restaurantes com cardápios internacionais substituem a antiga culinária roceira. Assim como se destrói a vida rústica, a sua cultura se transforma em verdadeira caricatura. De qualquer maneira há ainda a possibilidade de formas urbanas e rurais se interpenetrarem dando origem a novas expressões culturais. Enfim pode-se pensar num novo momento em que a moderna tecnologia conviva com formas simples de vida.

Em relação ao ambiente natural, a expansão do turismo e o crescimento de um micro pólo urbano em pleno meio rural têm como resultado imediato valorização da terra, aumento dos domicílios, maior presença de automóveis, ampliação do lixo. Se não houver uma especial atenção ao fenômeno, o turismo pode se tornar um elemento predador do sistema e neste sentido se tornar um agente nocivo de suas próprias bases, como se estivesse serrando as pernas da cadeira onde está sentado. Por outro lado o ambiente pode ser modificado por uma estratégia usada pelos próprios camponeses em contato com o mercado e favorecido por uma mais rápida comunicação e transporte.

O agricultor tem sido instado ao uso intensivo da terra, o que nas condições atuais estimulou a aplicação de agrotóxicos. De um lado a queimada continua a ser empregada e por outro a

disseminação de agrotóxicos tem até provocado doenças nos próprios agricultores. No primeiro caso, os camponeses têm se deparado com posturas repressivas de órgãos do governo, mais precisamente do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente).

Entretanto, na região em apreço, tanto a área agrícola como o número de estabelecimentos agrícolas ou pastoris tem se reduzido. Convivem duas realidades: o crescimento do turismo, inclusive o ecoturismo e certa crise da agricultura com limitadas perspectivas de inserção local dos filhos dos agricultores. O resultado tem sido certo impasse e uma modificação progressiva da área em questão. A antiga roça tem agora suas terras valorizadas, o que tem limitado o acesso do pobre camponês e passa a ser vista como pólo ecológico cujo alcance tem começado a superar os níveis regionais para abranger um campo nacional e internacional de operações.

Se de um lado a valorização ambiental é extremamente necessária sob todos os pontos de vista, é preciso que ela não se torne um fator de inviabilização de comunidades rurais. O modelo auto-sustentado, isto é, que permite conciliar desenvolvimento e preservação, ainda não conquistou efetivamente as populações ligadas à lavoura. E existe a ameaça de que a valorização ecológica se torne o caminho da expropriação.

Num conjunto regional extremamente degradado em relação à floresta e às águas, a existência de áreas que ainda conservam certa proteção natural é um convite para a preservação necessária e mesmo incremento de atividades agrárias e de silvicultura que não firam o ambiente. A dificuldade está no surgimento de alternativas concretas de vida para os camponeses locais.

Enfim entramos numa era em que emergem novos desafios como a convivência entre brasilidade e globalização; desenvolvimento econômico, preservação natural, viabilização de comunidades rurais.

A evolução social e ambiental requer a presença do setor público. E neste sentido podem-se inaugurar parcerias diversas, entre as diversas instâncias de poder: municipal, estadual e

federal. Abre-se um novo conceito de cidadania que inclui a participação da coletividade na gestão do seu próprio local. Vive-se, na área em foco, uma nova atitude em relação à natureza. Ao contrário dos pressupostos que orientaram a Revolução Verde como o produtivismo econômico, a concentração de renda, o fortalecimento da grande propriedade, a aplicação de tecnologia poupadora de mão-de-obra, um novo modelo se fundamentaria na agricultura familiar, nas atividades reprodutoras do ambiente natural e na gestão democrática da aldeia-cidade.

É hora de se rever a história local, de se valorizar a natureza e de se deixar de simplesmente sugá-la à exaustão, mas devolver-lhe a companhia de animais e da flora que tão bem fazem à existência humana. Ecoa hoje o grito do chefe Seattle, quando afirma que há uma ligação em tudo. A degradação da natureza e extinção dos animais afetam a vida humana. O homem simplesmente estará mais só e mais desamparado quando cortada a sua ligação primordial com a terra que continua a nutri-lo em água, vegetais, carnes, madeiras, oxigênio.

Cabe um lugar cada vez mais destacado à memória e às representações sociais feitas pelos protagonistas locais. Permitir que as pessoas recordem a sua história abre-nos não somente tesouros do conhecimento como ajuda a compreender melhor a evolução histórica com a grande vantagem de resgatar as vozes dos personagens da história. Enfim ao reconstruir o passado através dos depoimentos orais está se fortalecendo a participação popular na história, abrindo um futuro participativo. O esforço de resgate da memória local fortalece a auto-estima e a democratização política e social. É uma nova era da história e da vida.

A construção da história quando alicerçada numa política de documentação, promoção da pesquisa e divulgação torna-se um poderoso instrumento de aperfeiçoamento da cidadania. A memória se faz história que se torna atualidade. Um pequeno investimento público local tem notáveis efeitos multiplicadores na imensa rede de municípios e distritos brasileiros.

Por último, chamo a atenção para dois aspectos do trabalho historiográfico: interdisciplinaridade e trabalho em equipe. Isto significa que biólogos, ecologistas, economistas, sociólogos, psicólogos, antropólogos, geógrafos, economistas, botânicos, médicos e outras especialidades devem dar-se as mãos na produção do conhecimento social. É este o meu sonho. Estruturar uma militância interdisciplinar na produção de um conhecimento amplo a exemplo de estudos sobre a Mata Atlântica capaz de integrar a multiplicidade de aspectos numa produção destinada a melhorar a vida de uma comunidade.

Estamos certamente numa época em que os progressos da telemática aproximam todo o mundo e mesmo encravado nas montanhas da Serra do Mar, adquirimos uma nova dimensão do tempo que pode efetivamente aproximar a humanidade e reunir forças inéditas para a construção do futuro. Há 182 anos, os suíços realizaram a proeza de atravessar o Atlântico em veleiros e aportar na Ilha de Vera Cruz. De certo modo a presença suíça no Brasil em 1820 foi algo inesperado. Hoje dispomos de novos meios de aproximar países e localidades. O inesperado ganha um grande arco de possibilidades.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. LIVROS E ARTIGOS

Abreu, Maurício de Almeida (org.) - *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro,* Rio, Sec. Municipal de Cultura

Alencar, José de - O Guarani, Rio, 3ª ed., Livraria José Olímpio, 1955

Alencastro, Luiz Felipe de (org.) – *Império: a Corte e a Modernidade Nacional*, História da Vida Privada no Brasil 2, coordenação geral de Fernando A Novais, São Paulo, Companhia das Letras,1997

Almeida, Joaquim Anécio e Riedl, Mário – *Turismo Rural:Ecologia,Lazer e Desenvolvimento*, Bauru, Edusc, 2000

Amaral, Luiz - *História Geral da Agricultura Brasileira no Tríplice Aspecto Político, Social, Econômico*, São Paulo, Editora Nacional, 1958

Anjos, Flavio Sacco dos – *Pluriatividade e Ruralidade: Enigmas e Falsos Dilemas, Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 17, outubro 2001, pags. 54 a 81

Arlettaz, Gerard – *Émigration et Colonisation Suisses en Amérique 1815-1918* em Etudes et Sources nº 5, 1979

Barreto, Lima – *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo, 6ª ed. Ed. Brasiliense, 1956

Araújo, João Raimundo e Mayer, Jorge Miguel (orgs) – *Teia Serrana – Formação Histórica de Nova Friburgo,* Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 2003

Backheuser, Everardo – *Da Trilha ao Trilho*, anais do 9º Congresso rasileiro de Geografia, volume 4, 1951

Bath, B.H. Slicher Van - *História Agrária da Europa Ocidental (1500-1850)*

Beiguelman, Paula - *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro; Aspectos Político,* SP, Livraria Pioneira, 1969

Berger, John – *Terra Nua*, tradução de Roberto Grey, Rio de Janeiro, Rocco, 2001

Bernardes, Lysia e Soares, Segadas Maria T. - ***Rio de Janeiro-Cidade e Região,*** Rio,Secretaria Municipal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1987

Bernardes, Lysia –Nova Friburgo – ***Uma Cidade Serrana Fluminense***, Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, tomo 2, volume 5, 1951

Bon, Henrique e Solomone, Márcia – Imigrantes – ***a Saga do Primeiro Movimento Organizado Rumo ao Brasil às Portas da Independência.*** Edição eletrônica, Nova Friburgo , 2002

Boserup, Ester - ***Evolução Agrária e Pressão Demográfica***, São Paulo, Hucitec,

Bosi, Alfredo - ***Dialética da Colonização***, SP, Companhia das Letras, 1992.

Bouquet, Jean-Jacques – ***Histoire de la Suisse***, Que Sais-Je?, 2e édition corrigée,Paris, Presses Universitaires de France, Paris 1997

Bourdin, Alain – ***A Questão Local***, tradução de orlando dos Reis, Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2001

Braga, Maria José - ***Tempo Anterior***, Nova Friburgo, Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, Pró-Memória, 1986

Brandão, Carlos R. - Os Caipiras de São Paulo, SP, Brasiliense, 1983

- O Afeto da Terra: Imaginários, Sensibilidades e Motivações de Relacionamentos com a Natureza e o Meio ambiente entre Agricultores e Criadores sitiantes do Bairro dos Pretos, nas Encostas Paulistas da Serra da Mantiqueira em Joanópolis, Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 1999

Braudel, Fernand - Civilização Material e Capitalismo. Séculos XV-XVIII, 3 volumes, São Paulo, Martins Fontes, 1996

Cândido, Antonio - Os Parceiros do Rio Bonito, 2ªed.,SP, Ed. Dois Mundos,1971

Cardoso, Ciro Flamarion e Brignoli, Hector Pérez – ***História Econômica da América Latina***, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983

Cardoso, Flamarion Ciro (org.) - *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, 2ª ed., Petrópolis, Ed. Vozes, 1982

Cardoso, Flamarion Ciro – Escravidão e Abolição no Brasil –Novas Perspectivas, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988

Cardoso, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo (orgs) – *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*, Rio de Janeiro, Campus, 1997

Carone, Edgard - *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação(1827-1877)*, Rio de Janeiro, Cátedra,1978

Carneiro, Henrique – *Filtros, Mesinhas e Triacas – As Drogas no Mundo Moderno,* São Paulo, Xamã VM Ediktora e Gráfica,1994

Carneiro, Maria José – *Descendentes de Suíços e Alemães de Nova Friburgo: de "Colonos" a " Jardineiros da Natureza"* em Ângela de Castro Gomes (org.) – *Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro, 7 Letras, pag. 44-66

Carvalho, José Murilo de - *A Construção da Ordem: Elite Política Imperial*, Rio, Campus,1980

- *Teatro de Sombras: a Política Imperial*, Rio de Janeiro, Ed. Revista dos Tribunais, IUPERJ, 1988

Casadei, Thalita de Oliveira - *Páginas de História Fluminense, Niterói,* 197l

Cascudo, Luís da Câmara - *História da Alimentação no Brasil*, 2 vols., SP, B.Horizonte,Ed. Itatiaia, , 1983

Castro, Hebe Maria Mattos de – *Ao Sul da História*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987

- *Mercado Interno, Trabalho Livre e Escravidão – a Agricultura de Alimentos na Segunda Metade do Século XIX, Revista do Rio de Janeiro*, nº2, Dezembro de 1985

Castro, Luiz Paiva de – *Origens e Características Específicas da Colonização do Morro de Queimados e Cercanias e Correlações com a Colonização dos Trópicos Latino-Americanos* em *Praça do Suspiro*, Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora,1981

Castro, M. Vianna de - *A Aristocracia Rural Fluminense*, Rio, Laemmert, 196l

Cazella, Admir Antonio e Roux, Bernard – *Agribusiness em questão, a emergência da Agricultura Funcional* em Esudos Sociedade e Agricultura, nº 13, outubro de 1999, pags 46 a 70

Charbonneau, Bernard - *Os Campos, as Cidades, as Regiões e o Sentimento da Natureza na Sociedade Moderna*, tradução de José Carlos Costa Marques, Porto, Edições Afrontamento. 1969

Charière, M. e Bertschy, A - Fribourg - *Un Canton, une Histoire,* Fribourg, Conseil d'Etat du Canton de Fribourg, 1991

Chayanov, Alexander – *Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas* em José Graziano da Silva e Verena Stolcke – *A Questão Agrária*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981, pags 133 a 165

Cipolla, Carlo- *História Econômica da Europa Pré-Industrial*, Lisboa, Edições 70, 1984

Cohen, Daniel - *Riqueza del Mundo, Pobreza de las Naciones*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica, 1998

Conus, Cônego - *História da Emigração Friburguense para o Brasil,* 1919

Cosendey, Joaquim Amarante - *Origem da Família Consendey no Brasil*, Rio, 1983

Costa , Emilia Viotti da - *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos,* 6ªed., SP,

Costa, Heber Alves da - *Amparo Redivivo*, Rio, 1966

Costa, Luiz Flávio de Carvalho – *Fotografia e História Regional* em Estudos Sociedade e Agricultura, nº 10, abril 1998, pags 208 a 215

Costa Neto, Canrobert – *Agricultura Familiar e Renda da Terra em Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 10, abril 1998, pags. 118 a 135

Crosby, Alfred W. – *Imperialismo Ecológico – A Expansão Biológica da Europa – 900-1900*, tradução de José Augusto Ribeiro, São Paulo, Companhia das Letras, 1993

Cúrio, Pedro - *Como Surgiu Nova Friburgo*, Niterói, 1944

Dean, Warren - *A Ferro e Fogo - A Devastação da Mata Atlântica,* SP, Companhia das Letras, 1996

- *A Botânica e a Política Imperial: A Introdução e a Domesticação de Plantas no Brasil* em Estudos Históricos, vol. 4, nº8, 1991

Dias, Acácio Ferreira - Terra de Cantagalo, 2 vols., Niterói, 1948

Duarte, Nestor - *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional,* SP, Editora Alfa-Ômega, 1976

Duby, Georges - *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval,* 2 volumes,

Enciclopédia dos Municípios - *Espírito Santo e Rio de Janeiro,* vol.22, Rio, IBGE, l963

Ducotterd, Georges e Loup, Robert – *Terra! Terra! – Romance Histórico da Emigração Suíça ao Brasil em 1819,* tradução de Wesley Emmerich Werner,(original em 1939), Curitiba, Guiapar-Editora de Guias, 1997

Eisenberg, Peter – *O Homem Esquecido: O Trabalhador Livre Nacional no Século XIX, Sugestões Para uma Pesquisa*, Anais do Museu Paulista, São Paulo, tomo XXVIII, 1977/78

Engels, Friedrich – *As Guerras Camponesas na Alemanha*, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1946

Erthal, Cleo -Cantagalo - *da Miragem do Ouro ao Resplendor do Café,* Niterói, 1992

Erthal, Manuel - *A Família Erthal*, 1946

Faoro, Raimundo - *Os Donos do Poder*, 2ªed., P. Alegre, Ed. Globo, 1975

Faria, Luis de Castro – *Antropologia: escritos exumados 2: dimensões do conhecimento antropológico*, Niterói, EDUFF, 1999

Ferreira, Marieta de Moraes - *Em Busca da Idade do Ouro*, Rio, Editora UFRJ,1994

Ferreira, Marieta Moraes (org.) - *A República na Velha Província*, Rio, Ed. Record,1989

Fisher, C. R. - Uma História em Quatro Tempos, Edição das Fábricas Arp, Nova Friburgo,1986

Febvre, Lucien – *História*, organizador da coletânea Carlos Guilherme Mota (tradução de Adalberto Marson),São Paulo, Ed. Ática, 1978

Forman , Sheppard - *Camponeses: Sua Participação Política no Brasil,* Rio, 1974

Fouquet, Carlos – *O Imigrante Alemão e Seus Descendentes no Brasil- 1808-1824 e 1874*, São Paulo, Instituto Hans Staden, 1974

Fragoso, João e Florentino, Manolo - *O Arcaísmo Como Projeto - Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil do Rio de Janeiro – 1790-1840,* Rio,Diadorim, 1993

Fragoso, João Luís Ribeiro - *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830),* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional,1992

Fragoso, João Luis e Pitzer, Renato Rocha – *Barões, Homens Livres, Pobres e Escravos; Notas sobre uma fonte múltipla- Inventários post-mortem* em Revista Arrabaldes, ano 1, set/dez. 1988

Fragoso, João Luis – *A Roça e as Propostas de Modernização na Agricultura Fluminense no Século XIX*, Revista Brasileira de História (Terra e Poder)nº 12, 1986

Franco, Afonso Arinos de Melo – *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa: As Origens Brasileiras da Teoria da Bondade Natural*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1937

Franco, Maria Sylvia de - Homens Livres na Ordem Escravocrata, SP, Ática, 1974

Furtado, Celso – *Formação Econômica do Brasil*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura

Galvão, Maria do Carmo Correa – *Rio de Janeiro: Contradições e Ajustes de um Espaço Desigual,* Revista do Rio de Janeiro, nº 3, agosto de 1986

Gama, Rui (org.) - História das Técnicas e da Tecnologia, São Paulo, T. Queiroz Editor, 1985

Giddens, Anthony – *Consecuencias de la Modernidad*, tradução de Ana Lizón Ramón, Madrid, Alianza Editorial, 1990

Gómez, Sérgio E.- *Nueva Ruralidad? Um Aporte al Debate* em Estudos Sociedade e Agricultura, nº 17, outubro 2001, pags 5 a 33

Gorender, Jacob - *O Escravismo Colonial,* SP, Ed. Ática,1978

Graziano, José da Silva - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura,São Paulo, Uucitec, 1978

Guanziroli, Carlos E. e outros – *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI, Rio de Janeiro,* Garamond, 2001

Guimarães, Alberto Passos - *A Crise Agrária*, Petrópolis, Ed. Paz e Terra, 1978

Guimarães, Arthur - *Um Inquérito Social em Nova Friburgo: Ensaio de Sociologia Prática*, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1916,

Cláudia Hewnemann- *Floresta da Tijuca - Natureza e Civilização,* Rio, Secretaria Municipal do Rio de Janeiro,1996

Hobsbawm, E. - *Los Campesinos y la Politica*, Barcelona, 1976

Holanda, Sérgio Buarque de - Raízes do Brasil, Rio,José Olympio, l6ª ed. 1988

Hobsbawm, Eric H. – *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*, tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel, rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

- *A Era do Capital – 1848-1875*, tradução de Luciano Costa Neto, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed., 1982
- *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, tradução de Donaldson Magalhães Garschagen, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979, 2ª ed.
- *A Era dos Extremos* (1914-1991),Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993

Holanda, Sérgio Buarque de (org.) - *O Brasil Monárquico* (2 tomos), História Geral da Civilização Brasileira, 5ª ed., São Paulo, Difel, 1985

Hoornaert, Eduardo e outros - *História da Igreja no Brasil* - Petrópolis, Vozes,1977

Hormeyer, Joseph – *O Que Jorge Conta Sobre o Brasil*, Rio de Janeiro, Editorial Presença, 1966

Ianni, Octavio – *A Era do Globalismo*, 4ª ed. , Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999

Ipanema, Marcelo - *Imprensa Fluminense - Ensaios e Trajeto*s, Niterói, Instituto de Comunicação Ipanema, 1964

Jacoud, Raphael Luyiz de Siqueira – *História, Contos e Lendas da Velha Nova Friburgo*, Nova Friburgo-RJ, Múltipla Cultural, 1999

- *Os Colonos, Nova Friburgo*-Rj, Múltipla Cultural, 2001

Kautsky, K. - *A Questão Agrária*, São Paulo, Proposta Editorial, 1980

Keller, Elza – *A Zona Rural de Nova Friburgo*, anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. 5, tomo 1, 1951

Klein, Herbert S. – *A Escravidão Africana – América Latina e Caribe,* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987

Kula, Witold - *Problemas y Metodos de la Historia Economica*, Barcelona, Ed. Peninsula, 197l

- *Teoria Econômica do Sistema Feudal*, Lisboa, Ed.Presença,1979

Ladurie, Emanuel – *Histoire du Climat Depuis L`An Mil*, 2 volumes,Paris, Flammarion, 1983

Laforet, Maria Regina, Mayer, Jorge Miguel; Pedro, José Carlos – *As Malas Órfãs: A Bagagem dos Colonos Suíços*, mimio. Nova Friburgo, 1996, 35 pags

Lahmeyer, Eulália Lobo - *História do Rio de Janeiro- do Capital Comercial ao Capital Financeiro*, 2 volumes, Rio, IBMEC, 1978

Lahmeyer, Eulália M. Lobo - *História Político-Admnistrativa da Agricultura Brasileira (1808-1889*), s/ed.

Lamarche, Hughes (org.) - *A Agricultura Familiar,* tradução de Ângela Maria, Tigiwa, Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 1993

Lamego, Alberto Ribeiro - *O Homem e a Serra*, Rio, IBGE, 1959

Landes, S. - *Prometeu Desacorrentado - Transformação Tecnológica e Desenvolvimento Industrial na Europa Ocidental desde 1750 até nossa época,* Rio, Nova Fronteira, 1994

Leal, Victor Nunes - *Coronelismo, Enxada e Voto*, SP, Ed. Alfa - Ômega, 1978

Lefebvre, Henri – *A Cidade do Capital* , tradução de Maria Helena Raurta Ramos e Marilene Jamur, DP& A, 2001, 2ª edição.

Lefebvre, Henri – *Problemas da Sociologia Rural e Perspectivas da Sociologia Rural* em José de Souza Martins (org.) -

Introdução Crítica à Sociologia Rural, 2ª ed., São Paulo, Ed. Hucitec, 1986

Lenharo, Alcir de - *As Tropas da Moderação*, SP, Ed. Símbolo, 1979

Lima, Oliveira - *D. João VI no Brasil*, Rio. José Olympio Editora, 1945

Linhares, M. Yedda L. e Teixeira, F. Carlos - História da Agricultura Brasileira:Combates e Controvérsias, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979

Linhares, Maria Yedda L. - *História do Abastecimento: uma Problemática em Questão (1530-1918),* Brasília, Binagri, 1979

-A História Agrária Como Programa de Trabalho: 1977-1994. Um Balanço, Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Contexto, vol. 15,nº 30,1995

Lisboa, Edson de Castro - *Nos Caminhos da Tapera- Ensaio Histórico sobre o Município de Duas Barras*, Nova Friburgo, Cia. Basileira de Artes Gráficas, 1992.

Lisboa, Edson de Castro e Mayer, Jorge Miguel – *Inquérito sobre a Escravidão em Nova Friburgo*, mimio., 32 pags, Nova Friburgo, 1991

Lisboa, Edson de Castro e Mayer, Jorge Miguel Mayer – *Os Crimes da Fazenda de Ponte de Tábuas,* prefácio de Ciro Flamarion Cardoso 62 pags., no prelo,

Louzada, Gioconda - *Presença Negra - Uma Nova Abordagem da História de Nova Friburgo*, Niterói, Eduff, 1991

Machado, Humberto – *Escravos, Senhores e Café; A Crise da Cafeicultura Escravista do Vale do Paraíba Fluminense- 1860-1888, Niterói,* Clube de Literatura Cromos, 1993

Manizer G. G. – *A Expedição do Acadêmico G. I. Langsdroff ao Brasil (1821-1820)*

Marchon, Albino José – *A Saga da Família Marchon*, Rio de Janeiro, 1999

Martins, Ismênia de Lima (org.) *História: Estratégias de Pesquisa,* Ijuí, Ed. Unijuí, 2001

Martins, José de Souza - *O Cativeiro da Terra*, 3ªed., SP, Hucitec, 1986

- *Os Camponeses e a Política no Brasil*, Petrópolis, Vozes

- *O Futuro da Sociologia Rural E Sua Contribuição Para a Qualidade de Vida Rural* em Estudos sociedade e Agricultura, nº 15, 2000 pags 5 a 13
Marx, K. - *El Capital-Critica de la Economia Politica,* Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1946
Mattos, Ilmar R. - *O Tempo Saquarema*, SP, Hucitec, 1987
Mattoso, Kátia M. de Queiroz – *Ser Escravo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1982
Mayer, Jorge Miguel e Pedro, José Carlos – *Vida e Morte na Colônia de Nova Friburgo* (mimeo), 31 pags. Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo – Pró-memória
Mayer, Jorge Miguel e Oliveira, Gilson Saippa – *Verminose e Flora Medicinal – O Caso dos 5º e 7º distritos de Nova Friburgo: Lumiar e São Pedro da Serra*, Nova Friburgo, 1990
Mello e Souza, Laura de - *Desclassificados do Ouro*, Rio, Ed. Graal, 1986.
Mendras, Henri – *A Cidade e o Campo* (tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz) e Sociologia do Meio Rural, tradução de Darcy da Silva em Maria Isaura Pereira de Queiroz (org.) – Sociologia Rural, Zahar Editores, Rio , 1969
Mercadante, Paulo - *Os Sertões do Leste*, Rio, Zahar Editores, 1972.
Miranda, Monsenhor José Silvestre - *Paróquia de São João Batista de Nova Friburgo,* Nova Friburgo, Centenário de Nova Friburgo,1918
Moreira, Roberto José – Críticas ambientalistas à Revolução Verde em Estudos Sociedade e Agricultura, número 15, outubro 2000
Musumeci, Leonarda – *Pequena Produção e Modernização da Agricultura: o caso dos hortigranjeiros no Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,* IPEA/INPES, 1987
Neuhaus, Paulo (org.), - *Economia Brasileira: uma Visão Histórica*, Rio, Campus, 1980
Neves, Delma Pessanha – *Condições Sociais da Produção Agrícola no Distrito de Lumiar,* Nova Friburgo, Relatório de Pesquisa, outubro de 1983,62 pags.

Nicoulin, Martin - *A Gênese de Nova Friburgo - Emigração e Colonização Suíça no Brasil – 1817-1827*, Rio de Janeiro,Fundação Biblioteca Nacional, 1995

Norton, Luiz - *A Côrte de Portugal no Brasil*, SP, Companhia Editora Nacional, 1938.

Novaes, Paulo - *Mão de Luva*, Rio, Ed, Nau, 1996

Novais, Fernando - *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777- 1808),* 2ª ed. , São Paulo, Editora Hucitec, 1981

Oberacker, Carlos - *A Imperatriz Leopoldina - Sua Vida e Sua Época,* Rio, Conselho Federal de Cultura, 1973

Oliveira Júnior, Desidério L. - *Legislação Sobre os Municípios, Comarcas e Distritos (1825 a 1925),* Rio, 1926

Oliveira, Geraldo de Beauclair Mendes de - *Raízes da Indústria no Brasil,* Rio, Studio Editora, 1992.

- A Construção Inacabada: a Economia Brasileira – 1822-1860, Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2001

Oliveira, José Teixeira – *História do Café no Brasil e no Mundo*, Rio de Janeiro, Livraria Kosmoss Editora, 1984

Onody, Oliver - *A Inflação Brasileira (1820 - 1958*), Rio, 1960

Paula, Silvana G. de – Quando o Campo se Torna Uma Experiência Urbana: O Caso do Estilo de Vida Country no Brasil em Estudos Sociedade e Agricultura, nº 17, outubro 2001, pags. 33 a 54

Peixoto,Lea Quintière - *Principais Antigos Caminhos Fluminenses para as Minas*, Rio, Imprensa Estadual, 1951

Park, Margareth Brandini – *De Jeca Tatu a Zé Brasil: A Possível Cura da Raça Brasileira*, Estudos Sociedade e Agricultura, nº 13, outubro 1999, pagas 143 a 151

Pena, Martins – *Comédias*, edição Crítica por Darcy Damasceno, Rio de Janeiro, Ediouro, s/d

Prado Júnior, Caio - *Formação do Brasil Contemporâneo*, SP, 6ª ed.,Brasiliense, 196l

Queiroz, Maria Isaura de- *O Campesinato Brasileiro,* Petrópolis, Ed. Vozes,1976

Raffard, Henri - *La Colonie Suisse de Nova Friburgo et la Societé Philantropique de Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1877

Ramos, Lécio - História de São Sebastião do Alto, S.Sebastião do Alto, 199l

Ramos, Lécio - *A Família Daflon no Brasil-História e Genealogia* -1819-1992 Associação Dafflon, 1992

Redfield, Robert - *O Mundo Primitivo e suas Transformações*, São Paulo, Ed. Sociologia e Política, 1974

Reis Filho, Nestor Goulart - *Evolução Urbana do Brasil (1500 - 1720),* SP, Livraria Pioneira, 1968

Renault, Delso - *O Rio Antigo nos Anúncios de Jornais*, Rio, Liv. José Olympio, 1969.

- Indústria, Escravidão, Sociedade – Uma Pesquisa Historiográfica do Rio de Janeiro no Século XIX, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1976

Ribeiro, Márcia Moisés – *A Ciência dos Trópicos – A Arte Médica no Brasil do Século XVIII,* São Paulo, Editora Hucitec, São Paulo,1997

Roche, Jean – *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre Ed. Globo,1969

Rodrigues, Antonio Edmilson e outros – *Estudo das Características Histórico-Sociais das Instituições Brasileiras, Militares e Paramilitares, De Suas Origens Até 1930,* 3 volumes, Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro, Divisão de Intercâmbio e Edições, Rio de Janeiro, 1981

Rodrigues, José Honório - *Independência e Contra-Revolução,* Rio, Livraria Francisco Alves, 1975

Romano, Rugiero (diretor) - *Homo-Domesticação* - Cultura Material, Enciclopédia Einaudi, Lisboa, Imprensa Nacional, 1989

Ruffieux, Roland - *Histoire du Canton de Fribourg*, 2 vols., Fribourg, Conseil d'Etat du Canton du Fribourg, 1991

Sahlins, Marshal - *Sociedades Tribais*, Rio, Zahar Editores, 1970

Sâmara, Eni de Mesquita (org) – *Família e Grupos de Convívio*,Revistga Brasileira de História, São Paulo, v.9,nº 17, set 88 a fev. 89

Santos, Ana Maria dos e Mendonça, Sonia Regina – *Intervenção Estatal e Diversificação Agrícola no Estado do Rio de Janeiro*, Revista do Rio de Janeiro, nº 2, abril de 1986

Santos, C. Medeiros dos - *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica,* Rio, Ed. Expressão e Cultura, 1993

Santos, Raimundo – *Questão Agrária e Reforma Agrária* em Estudos Sociedade e Agricultura nº 10, abril 1998, pags.200 a 208

Schnerb, Robert - *O Século XIX*, 2 volumes, História Geral das Civlizações, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1958

Schiavo, Sylvia França – *Sendas da Transição – descendentes de Suíços em Nova Friburgo-RJ*, Niterói, Eduf, 1997

Sevcenko, Nicolau – *a Corrida Para o Século XXI: no Loop da Montanha Russa*, coordenação de Laura de Mello e Souza e Lília Moritz Scwarcz, São Paulo, Companhia das Letras, 2001

Seyferth, Giralda - A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim,Porto Alegre, Editora Movimento, 1974

- *Imigração e Cultura no Brasil*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1990

- *A Imigração Alemã no Rio de Janeiro* em Ângela de Castro Gomes (org.) *Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000

Silva, Eduardo - *Barões e Escravidão*, Rio, Nova Fronteira, 1984

Silva, Maria Beatriz Nizza da (org.) - *O Império Luso-Brasileiro 1750-1822*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986

- , Lisboa,Editorial Estampa, 1993 *Vida Privada e Cotidiano no Brasil*

Silva, Carlos Eduardo Mazzeto – *Democracia e Sustentabilidade na Agricultura: Subsídios Para A Construção de um Novo Modelo de Desenvolvimento Rural,* Rio de Janeiro, FASE, 2001

Simonsen, Roberto – *História Econômica do Brasil 1500-1820,* 4ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1962

Soares da Cunha, Maria Suzel Coutinho - (org.) - *Notas Para o Estudo da Emigração Suíça para o Brasil 1818-1820*, Pró-Memória, Prefeitura de Nova Friburgo, 1986
Sobrinho, Alves Motta – *A Civilização do Café*, 3ª ed,, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1978
Soares, Décio - *Terra Friburguense*, Nova Friburgo, 1960 Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de
Sorokin, A Pitrim e outros *–Diferenças Fundamentais Entre o Mundo Rural e Urbano* em José de Souza Martins (org) – Introdução Crítica à Sociologia Rural, 2ª edição, São Paulo, Hucitec, 1986
Souza, José Antonio Soares de – *Os Colonos de Schaeffer em Nova Friburgo,* Revista do IHGB,vol. 310, jan-mar.1976 pags. 5-215
- Ainda os Colonos de Schaeffer em Nova Friburgo, Revista do IHGB,nº 329,Rio de Janeiro, 1980, pags 11 a 25

Souza, Octávio Tarquínio de - *História dos Fundadores do Império do Brasil,* Rio, Ed. José Olympio,1972
Sowell, Thomas - *Etnias da América*, Rio, Forense, 1988.
Stein, Stanley - *Grandeza e Decadência do Café*, SP, Brasiliense, 1961
Taunay, Afonso d'Escragnolle - *História do Café*, 5 volumes, Rio, 1975
Teixeira, Vanessa Lopes – *O Trabalho Feminino Numa Agricultura Familiar em Crise*, Prêmio de Monografia,7, Rio de Janeiro, Corecon/RJ,pags. 115-145, 1996
Thomas, Keith - *O Homem e o Mundo Natural*, SP, Companhia das Letras, 1988.
Turner, Frederick - *O Espírito Ocidental Contra a Natureza*, Rio, Ed. Campus, 1990.
Uricoechea, Fernando - *O Minotauro Imperial*, SP, Difel, 1978
Varnhagen, Francisco Adolfo de - *História Geral do Brasil*, 9ª ed.,SP, Companhia Editora Nacional 1978
Vasconcelos, Clodomiro R. - *História do Rio de Janeiro*, Rio, Ed. Melhoramentos, 1928

Vaughan, Raimundo Bandeira - *Livro da Família Monnerat,* Vila de Monnerat, 1946

Veyne, Paul - *Como se Escreve a História*, 3ª. ed., Brasília, Ed. Universidade de Brasí1ia,1995

Vianna, Oliveira - *Populações Meridionais do Brasil*, 2. Vols., 3ª ed., Rio, 1973.

Vilar, Pierre –*"Economia Camponesa" em Iniciação ao Vocabulário da Análise Históica,* Porto, Edições João da /coista, 1984

Vinhas.Moisés – *Problemas Agrário-Camponeses do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel – *A Emergência de Uma Nova Ruralidade Nas Sociedades Modernas Avançadas – O " Rural"Como Espaço singular e Ator Coletivo"* em Estudos Socidade e Agricultura, nº 15, outubro 2000, pags 87 a 147

Willems, Emílio – A Aculturação dos Alemães no Brasil, São Paulo, companhia Editora Nacional, 1946

Wolf, Eric R. – *Sociedades Camponesas*, Zahar Editores, Rio, 1976,

2. TESES ACADÊMICAS

Araújo, João Raimundo de – *Nova Friburgo: O Processo de Urbanização da Suíça Brasileira,* Niterói, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1992

Correa, Heloisa Beatriz Serzedello – *Nova Friburgo: O Nascimento da Indústria (1890-1930),* Niterói, dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1985

Costa, Ricardo da Gama Rosa – *Visões do "Paraíso Capitalista" Hegemonia e Poder Simbólico na Nova Friburgo da República* – Niterói, dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1997

Erthal, Rui – *A Dispersão dos Imigrantes Suíços e Alemães da Área Colonial de Nova Friburgo – Uma Abordagem Geográfica* – 2 volumes, Rio de Janeiro, Curso de Doutoramento em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2000

Pires, Armando Cypriano – *Dados, Fatos e Falas:histórias contadas sobe a saúde e trabalho.* Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ, 1996

Rego, Virgínia Villas Boas Sá- *Mundos em Confronto: O Desenvolvimento do Capitalismo e a Educação numa Comunidade Camponesa,* Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado, Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1988

Sanglard, Gisele Porto – *A Memória da Família Sanglard – Um Representante da Colonização Suíça de Nova Friburgo* – Monografia- Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro,1999

Silva, Francisco Carlos Teixeira da – *A Morfologia da Escassez: Crises de Subsistência e Política Econômica- Brasil- Colônia-Salvador e Rio de Janeiro- 1680-1790,* Niterói, Tese de doutorado em História – UFF, 1991

Teixeira, Vanessa Lopes – *Pluriatividade e Agricultura Familiar na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro,* dissertação de Mestrado,Rio de Janeiro, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,1998

Vanderlinde, Tarcísio – *Estratégias de Vida – Possibilidades e Articulações da Agricultura Familiar Associada ao CAPA- Núcleo Oeste* (versão preliminar da dissertação de mestrado), Marechal Cândido Rondon/ Niterói, outubro de 2001

3. FONTES PRIMÁRIAS

3.1. Impressas

3.1.1. Cronistas e Viajantes

Burmeister, Herman – *Viagem Através das Províncias do rio de Janeiro e Minas Gerais,* São Paulo/Belo Horizonte , 1980
Casal, Ayres – *Corografia Brasílica ou Relação Histórico Geográfica do Reino do Brasil*, Rio, Imprensa Régia
Davatz, Thomas – *Memórias de um Colono no Brasil (1850),* prefácio de Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo/Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1980
Debret, Jean Baptiste – *Viagem Pitoresca Através do Brasil*, 2 volumes, São Paulo, 1978
Ebel, Ernst – *O Rio de Janeiro e Seus Arredores em 1824, São Paulo*, Companhia Editora Nacional, 1858
Leithold, T. e Rango L. – *O Rio de Janeiro Visto Por Dois Prussianos,* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959
Luccock, John – *Notas Sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*, São Paulo, , São Paulko/ Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1965
Marquês do Lavradio – *Cartas do Rio de Janeiro – 1769-1776,* Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Livro, 1978
Mawe, John – *Viagens ao Interior do Brasil,* tradução de Selena Benevides Viana, Editora da Universidade de São Paulo, Livraria Itatiaia, 1978
Nabuco, Joaquim – *O Abolicionismo*, Edição Fac-similar (1883), Recife, Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana, 1988
Pizarro e Araújo, José de Souza Azevedo – *Memórias Históricas do Rio de Janeiro,* 7 volumes (1820), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional de 1948
Pompeu, Julio – *Álbum de Nova Friburgo*, Petrópolis, Oficinas Gráficas L. Silva
Ribeyrolles, Charles – *Brasil Pitoresco*, 2 volumes, Belo Horizonte-São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Livraria Itatiaia, 1980
Roure, Agenor de – *O Centenário de Nova Friburgo* em Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, tomo 83,pags. 243 a 266, 1918

Rugendas, João Maurício – *Viagem Pitoresca Através do Brasil,* 8ª edição,Belo Horizonte, tradução e notas de Sérgio Milliet, Editora Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo,1979

Saint-Hilaire, Auguste de – *Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* Belo Horizonte, Editora Itatiaia, Editora da Universidade do Estado de São Paulo, 1975

Santos, Luis Gonçalves dos (Padre Perereca) – *Memórias Para Servir à História do Reino do Brasil,* 2 volumes, Rio de Janeiro, Livaria Editora Zelio Valverde, 1943

Seidler, Karl – *Dez Anos no Brasil*- Tradução e notas do General Bertoldo Klinger, São Paulo/Brasília, Livraria Martins Editora São Paulo em convênio com Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e cultura, Brasília, 1976

Silva, Thomé Maria da Fonseca – *Breve Notícia sobre a Colônia de Suíços Fundada em Nova Friburgo*, Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1849, 3º semestre

Sinimbu, Cansanção Vieira de – *Notícia das Colônias Agrícolas Suíça e Alemã- Fundadas na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo*, Niterói, 1852

Soares, Sebastião Ferreira – *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil,* original de 1860,Rio de Janeiro IPEA/ANPES 1977

Souza, Luiz de Vasconcelos – *Relatório do Vice-Rei do Estado do Brasil ao Entregar o Governo ao Seu Sucessor o Conde de Rezende,* Revista Trimestral de História e Geografia e Etnografia do Brasil, 2º semestre de 1860, tomo XXIII

Vilhena, Luís dos Santos – *Pensamentos Políticos Sobre a Colônia* (oganização e introdução de Emanuel Araújo), Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1987

Von Weech, Friedrich – *A Agricultura e o Comércio do Brasil no Sistema Colonial,* São Paulo, Martins Fontes, 1992

Suzannet, Conde de – O Brasil em 1845 (Semelhanças e Diferenças Após Um Século), tradução de Márcia de Moura Castro, prefácio de Austragésilo de Athaíde, Rio de Janeiro,Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954
Tschudi, Jophan Jakob von , introdução de Afonso de E.Taunay; tradução de Eduardo de Lima Castro, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; Editora da Universidade do Estado de São Paulo, 1980
Werneck, Francisco P. de Lacerda – *Memória sobe a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro,* Brasília, Senado Federal, Casa Rui Barbosa, 1985

3.1.2. Registros e Relatórios Impressos

Demoro, Luiz – *Coordenação de Leis de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1960
Relatórios dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro (1850 – 1889)
Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro, Ed. Laemmert (1850-1886)
Recenseamentos Gerais do Brasil: 1872, 1890,1900 e 1920
Recenseamentos Nacionais – 1990 – 2000, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Censo Agropecuário, Rio de Janeiro, IBGE, 1985
_____, IBGE, 1995-1996
Estatísticas Históricas do Brasil – Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985, Rio de Janeiro, IBGE, 1987
1º Encontro Sobre Ervas Medicinais (1º E.S.E.M.) – 17 E 18 de agosto de 1985, Lumiar – Caritas Diocesana de Nova Friburgo
Cadastro do Imposto Devido ao INCRA – ITR – 1983
Relatório do Banco do Brasil - 1985

3.1.3.Imprensa

O Friburguense – 1890-1892
O Lumiarense (1894)
O Sentinella (1895

3.2. Fontes Primárias Manuscritas

Alojamento Para Reger o Pagamento,Servindo de Matrícula dos Colonos Suíços – 1820, Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo (Pró-memória)
Atas da Câmara 1820-1867 coligidas por Maria José Braga– Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo – Pró-memória
Controle dos Colonos Alemães Chegados a Esta Colônia a 9 de maio de 1824, dia em que principiaram a receber subsídios – Arquivo da PMNF-Pró-memória
Correspondência da Colônia de Nova Friburgo – 1820-1831 – Arquivo da PMNF –Pró-memória
Escritura de compra e Venda de Escravos (1860-1887), Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo
Inventários (1850-1910), Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo
Livro de Notas nº1 – Cartório do 2ºOfício de Nova Fribugo (1823-1833)
Registro Paroquial de Terras de Nova Friburgo (1854) – Arquivo do Estado do Rio de Janeiro e Arquivo da PMNF- Pró-memória
Fuga de Escravos – 1850 – Processo penal , Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo
Registro Paroquial de Batismos e Óbitos – 1819-1831 – Catedral de São João Batista de Nova Friburgo
Livro Tombo 1 – Catedral de São João Batista de Nova Friburgo
Código de Posturas de 1848 – Arquivo da PMNF – Pró-memória

Vanderroski, João – História da Igreja do Rio Bonito – Relato manuscrito de 33 páginas
Registros de Nascimento e Óbito no Cartório de Lumiar –1890/1900 e 1950/1980
Livros de Mortos de São Pedro da Terra – Registros dos cemiterios –1930-2000
Registro Geral da Câmara – 1820-1833
Manuscritos de 1818/1819 da Biblioteca Nacional
Monsenhor Pedro Malheiros Miranda – *Portarias 1819-1820* – Biblioteca Nacional
Relação das Sementes e Gados Que se Tem Distribuído aos Colonos Suíços na Conformidade da Convenção de 11 de maio de 1818 – Real Fazenda do Corgo D`Anta em 9 de setembro de 1821
Friedrich Sauerbronn – *Relatório – Aus Den Papieren des Pastors Friedrich Sauerbronn* – tradução de Érika Mayer Arquivo da PMNF – Pró-memória
Alistamento Eleitoral de Nova Friburgo -1875

3.2.1. Depoimentos orais

1.
2. Acir Spitz – 21/05/89, S.Pedro da Serra; ents. Jorge Miguel e Manoel Antônio Spitz
3. Aldereno Blaudt - 10/7/2000, São Pedro da Serra, entrevistador Jorge Miguel
4. Aleixo Sangy – 27/10/2001, Galdinópolis, entrevistadores Aton Damaso e Jorge Miguel Mayer
5. Assis Martins da Costa – 22/4/2002, S.Pedro da Serra, ent. Jorge Miguel Mayer
6. Eliane Manarelli – 24/4/2002; ent. Jorge Miguel
7. Higino Caetano de Lima 3/10/87; Jorge Miguel
8. Janice Blaudt – 5/6/2000 – ent. Jorge Miguel
9. João Albino Manhães – (seu Beninho) – 1ª em. julho de 1987; 2ª 12/8/1995

10. Joaquim Barroso e Fani Barroso – julho de 1987; entrevistadores Jorge Miguel, Edson de Castro Lisboa e Nina Bretas
11. Lucídio Schmidt – 1ª entrevista – 1/10/92; 2ª entrevista 24/11/2000; 3ª entrevista –2000 – entrevistador Jorge Miguel
12. Luís Balmant – Rio Bonito entrevistador Regina Lo Bianco
13. Luís Mafort – 10/7/1998 ; entrevistador Jorge Miguel
14. Maria Francelina Macedo (Dona Nena) – 14 /11/87
15. Maria José Mendes Gaspary – 3/06/2000 – entrevistador Jorge Miguel Mayer
16. Marjô Mendes – 22/04/2002 , entrevistador J. Miguel
17. Maurília Heringer 14/7/1987 – J. Miguel
18. Moisés Gomes de Azevedo – 1ª entrevista – maio de 1993; 2ª entrevista 2/06/2000
19. Nagib José Pedro (seu Nagib) – 6/8/1989
20. Naziro Pedro – 28/4/2002 ; ent. Jorge Miguel Mayer
21. Nelinho Martins da Costa – 21/2/87; entrevistadores: Jorge Miguel Mayer e Nina Bretas
22. Olavo Erthal – 26/03/88; entrevistadores Jorge, Nina e Henrique
23. Osório Blaudt – 19/9/87; entrevistadores J. Miguel, Edson e Nina
24. Paulo Figueira – 13/2/2001; entrevistador Jorge Miguel
25. Seu Cravo (Balmant), Rio Bonito, setembro de 2000
26. Trajano Blaudt – 28/4/2002; ent. Jorge Miguel
27. Vargelino Figueira Filho (Geninho) e Helena Frez – 3/12/1999; ent. Jorge Miguel
28. Zé Quintas; maio de 1988; ent. Jorge Miguel Mayer

3.2.2. Iconografia e cartografia

a) cartografia

Reconhecimento do rio Macacu e da Estrada que conduz a Nova Friburgo, 1819 em John Mawe (obra citada)

Bellegard, Pedro de Alcântara e Niemeyer, Conrad Jacob - Mapa das Distâncias e Itinerários entre a Corte, Cidades e Vilas da Província do Rio de Janeiro, 1876 – Arquivo da PMNF – Pró-memória

Silva, Thomé Maria da Fonseca – Colônia dos Suíços (obra citada)

Jacoud, Rafael – Lotes Coloniais em Nova Fribrugo em 1820 – Arquivo da PMNF – Pró-memória

Lamego, Alberto – Mapa dos Caminhos de Penetração no Interior Fluminense , obra citada.

IBGE – Levantamento Estereofotogramétrico regular – Quartéis e Nova Friburgo, 1972 e 1973

b) imagens

Está sendo preparada uma relação de imagens que integrará o corpo da tese. A previsão é de um a relação de 2 imagens pelos três capítulos iniciais, respectivamente e 14 relativos a segunda parte. No caso entram imagens históricas como as derivadas de Debret, Steineman e atuais feitas por fotógrafos contemporâneos. São imagens que pertencem ao meu Arquivo Iconográfico, algumas produzidas por fotógrafos profssionais como Regina Lo Bianco.Por outro lado, haverá também uma relação de imagens que mesmo sem ser apresentadas compõem uma base para fontes iconográficas e como tais de utilidade no texto.

JORGE MIGUEL MAYER

RAÍZES E CRISE DO MUNDO CAIPIRA: O CASO DE NOVA FRIBURGO

Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor. Área de concentração: História Agrária

Tese defendida e aprovada em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ismênia de Lima Martins – orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Bernardo Kocher

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Eli Napoleão de Lima
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rural)

Niterói

2003